

REVISTA DO MUSEU
DE
ARQUEOLOGIA E Etnologia

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Nº 11

MAE

2001

REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Comissão Editorial

Maria Beatriz Borba Florenzano
Maria Christina de Souza Lima Rizzi
Maria Cristina Mineiro Scatamacchia
Maria Isabel D'Agostino Fleming
Paulo De Blasis

Editora Responsável

Maria Isabel D'Agostino Fleming

Conselho Editorial

Ana Mae Tavares Barbosa	Lux Vidal
Antonio Porro	Maria Luiza Corassin
Augusto Titarelli	Maria Manuela Carneiro da Cunha
Aziz N. Ab'Saber	Maria Margareth Lopes
Carlos Serrano	Niède Guidon
Fábio Leite	Noberto Luiz Guarinello
Felipe Tirado Segura	Oscar Landmann
Gabriela Martin D'Ávila	Pedro Ignácio Schmitz
Igor Chmyz	Pedro Paulo Abreu Funari
Jacyntho Lins Brandão	Roberto Cardoso de Oliveira
José Antonio Dabdab Trabulsi	Rudolf Winkes
Kabengele Munanga	Solange Godoy

Pede-se permuta
We ask for exchange



Av. Prof. Almeida Prado, 1.466
Cidade Universitária – São Paulo, SP
CEP 05508-900 – FAX 3818-5042 – 3818-4888

REVISTA DO MUSEU
DE
ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

publicação anual

Nº 11

2001

SÃO PAULO, BRASIL

Capa: pele de onça bororo coletada por Natterer. In Kann, P.; Dorn, R. Die österreichische Brasilien-Expedition 1817-1836. W. Seipel (Ed.) *Die Entdeckung der Welt, Die Welt der Entdeckung: Oesterreichische Forscher, Sammler, Abenteurer*. Viena, KHM: 217-255. 2001.

Sumário

ARTIGOS

- 3 Margarita Díaz-Andreu – Nacionalismo y Arqueología: el contexto político de nuestra disciplina
- 21 Lúcio M. Ferreira – “Um Bando de Idéias Novas na Arqueología” (1870-1877)
- 35 Johnni Langer – Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889
- 55 Mário Sérgio Celski de Oliveira
Norberto Olmiro Horn Filho – De Guaratuba a Babitonga: uma contribuição geológico-evolutiva ao estudo da espacialidade dos sambaquianos no litoral norte catarinense
- 77 Andrea Lessa
João Cabral de Medeiros – Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuan (RJ)
- 95 Adriana Schmidt Dias
Fabíola Andréa Silva – Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta interrelação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil
- 109 Paulo Jobim Campos Mello
Sibeli Aparecida Viana – Possibilidades de interpretação da cadeia operatória de produção de instrumentos líticos – Sítio Pedreira (MT)
- 125 Astolfo Gomes de Mello Araujo – Arqueologia da região de Rio Claro: uma síntese
- 141 Denise Pahl Schaan – Os dados inéditos do Projeto Marajó (1962-1965)
- 165 Walter Fagundes Morales – A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí do século XVIII
- 189 Gregório Cardoso Tápias Ceccantini
Luciana Witovisk Gussella – Os novelos de fibras do abrigo rupestre Santa Elina (Jangada, MT, Brasil): anatomia vegetal e paleoetnobotânica
- 201 Maria Beatriz Borba Florenzano – Fontes sobre a origem da moeda: apresentação crítica
- 213 Jonathan Mark Hall – Quem eram os gregos

- 227 Alfredo José Altamirano Enciso
João Soares Moreira
Mauro C.A. Marzochi
- 243 Gordon Brotherton
- Lesión litica craniana por Leishmaniasis en Makat-tampu durante el imperio inca: siglos XV-XVI, valle del Bajo Rímac, Peru
- ‘Meaning in a Bororo jaguar skin’

ESTUDOS DE CURADORIA

- 263 Marcia Bezerra de Almeida
- An archaeological view of the Amazonian ethnographic collections at the National Museum of Rio de Janeiro, Brazil: reviewing function
- 275 Pedro Paulo A. Funari
- MAE-USP amphora collection: vessels and inscriptions
- 283 Alessandra Cristina Monteiro de Castro Trigo
- Figurinhas femininas sírias e iranianas no acervo do MAE/USP

ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS

- 303 Gilson Rodolfo Martins
- Contribuições da Etno-História para a arqueologia do nordeste do Mato Grosso do Sul, na área impactada pelo gasoduto Bolívia-Brasil
- 311 Francisco Silva Noelli
- Resenha: GASPAR, M. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 89 p.
- 313 Paulo De Blasis
- Resenha: WATKINS, J. *Indigenous archaeology. American Indian values and scientific practice*. Walnut Creek (CA), Alta Mira Press, 2000, 234p., ISBN 0-7425-0329

NOTAS

- 317 Elaine F. Veloso Hirata
Judith Mader Elazari
Jussara Moritz
- 323 André Costa
Silvio Cordeiro
- 327 Maria Cristina Mineiro Scatamacchia
Cleide Franchi
- 331 Resumos de teses e dissertações do MAE/USP, 2001
- Arqueologia e Educação: uma proposta para o Engenho São Jorge dos Erasmos (Santos, SP)
- O Engenho São Jorge dos Erasmos – imagens da redescoberta
- Considerações sobre a pesquisa arqueológica na área urbana de Barueri

Contents

ARTICLES

- 3 Margarita Díaz-Andreu
– Nationalism and Archaeology: the political context of our discipline
- 21 Lúcio M. Ferreira
– “A whole bunch of new ideas in Archaeology” (1870-1877)
- 35 Johnni Langer
– The shellmounds and the Empire: excavations, theories and controversies, 1840-1889
- 55 Mário Sérgio Celski de Oliveira
Norberto Olmiro Horn Filho
– From Guaratuba to Babitonga: a geologic-evolutionary contribution to the study of the spatial distribution of the shell mound builders on the northern coast of Santa Catarina
- 77 Andrea Lessa
João Cabral de Medeiros
– Preliminary thoughts about the occurrence of violence among the Brazilian shellmound builders: analysis of the skeletons from Cabeçuda (Santa Catarina) and Arapuan (Rio de Janeiro) sites
- 95 Adriana Schmidt Dias
Fabíola Andréa Silva
– Technological systems and style: the implications of this interrelationship in the study of lithic industries of southern Brazil
- 109 Paulo Jobim Campos Mello
Sibeli Aparecida Viana
– Possibilities of interpretation of the operational sequence for the stone tool production – Pedreira site (MT)
- 125 Astolfo Gomes de Mello Araujo
– Archaeology from Rio Claro region: a synthesis
- 141 Denise Pahl Schaan
– The unpublished data of the Marajo project (1962-1965)
- 165 Walter Fagundes Morales
– The “neo-Brazilian” ceramics in the Paulista territories: a study on the possibilities of cultural identification on archaeological remains from eighteenth century Jundiaí village
- 189 Gregório Cardoso Tápias Ceccantini
Luciana Witovisk Gussella
– Plant anatomy and palaeoethnobotany at Santa Elina shelter (Jangada, MT, Brazil)
- 201 Maria Beatriz Borba Florenzano
– The origins of coinage: archaeological and literary sources

- 213 Jonathan Mark Hall – Who were the Greeks
- 227 Alfredo José Altamirano Enciso
João Soares Moreira
Mauro C.A. Marzochi – Lytic skull lesion by Leishmaniasis at Makat-Tampu during the Inca Empire: XV-XVI centuries, Rímac Valley, Peru
- 243 Gordon Brotherton – ‘Meaning in a Bororo jaguar skin’

CURATORSHIP STUDIES

- 263 Marcia Bezerra de Almeida – An archaeological view of the Amazonian ethnographic collections at the National Museum of Rio de Janeiro, Brazil: reviewing function
- 275 Pedro Paulo A. Funari – MAE-USP amphora collection: vessels and inscriptions
- 283 Alessandra Cristina Monteiro de Castro Trigo – Sirian and Iranian feminine figurines in the collections of MAE/USP

BIBLIOGRAPHICAL STUDIES

- 303 Gilson Rodolfo Martins – Ethnohistoric contributions to the archaeology of northeastern Mato Grosso do Sul - Brazil
- 311 Francisco Silva Noelli – Review: GASPAR, M. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 89 p.
- 313 Paulo De Blasis – Review: WATKINS, J. *Indigenous archaeology. American Indian values and scientific practice*. Walnut Creek (CA), Alta Mira Press, 2000, 234p., ISBN 0-7425-0329

NOTES

- 317 Elaine F. Veloso Hirata
Judith Mader Elazari
Jussara Moritz – Archaeology and education: activities at the Engenho São Jorge dos Erasmos (Santos, SP - Brazil)
- 323 André Costa
Silvio Cordeiro – The “Engenho São Jorge dos Erasmos”
– Images of a rediscovery
- 327 Maria Cristina Mineiro Scatamacchia
Cleide Franchi – Notes on the archaeological research at the urban area of Barueri (S.P. - Brazil)
- 331 Abstracts of PhD dissertations and masters theses of MAE/USP, 2001

Artigos

NACIONALISMO Y ARQUEOLOGIA: EL CONTEXTO POLITICO DE NUESTRA DISCIPLINA

*Margarita Díaz-Andreu**

DIAZ-ANDREU, M. *Nacionalismo y Arqueología: el contexto político de nuestra disciplina*. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 3-20, 2001.

RESUMO: Neste artigo discute-se como as identidades atuais e, concretamente, a nacionalista influem na forma como pensamos sobre o passado. Argumentarei que não se pode entender o trabalho arqueológico fora de seu contexto sócio-político, no qual as identidades desempenham um papel crucial. A emergência da Arqueologia como uma disciplina profissional esteve intimamente relacionada com o êxito do nacionalismo como uma opção política que levaria à criação do Estado moderno, passando, desta forma, de uma atividade erudita a uma disciplina profissional. Farei um contraste entre a prática arqueológica desses dois últimos séculos com os diversos períodos pelos quais passou o nacionalismo. Terminarei argumentando que, apesar dessas mudanças, esta ideologia política ainda mantém sua importância e ilustrarei minha hipótese referente à integração das comunidades indígenas e o patrimônio de seu passado.

UNITERMOS: Arqueología e política – Nacionalismo – Patrimonio – Indígenas.

Toda disciplina científica tiene una historia tras de sí que determinados miembros dentro de la comunidad científica se han dedicado a investigar y describir. Quien se interesa por el pasado de la arqueología puede acudir a las magníficas obras de carácter general producidas por Glyn Daniel (Daniel 1975), Arnaldo Momigliano (Momigliano 1955 (1950), Bruce Trigger (Trigger 1989), o Alain Schnapp (Schnapp 1993) por citar a los más conocidos.

(*) Departament of Archaeology, University of Durham, South Road, Durham DH1 3LE, Reino Unido.

En un plano más concreto, para la historiografía de cada país existen obras más específicas de carácter general o particular como las de Alessandro Guidi (Guidi 1988) o Marcelo Barbanera (Barbanera 1998) en Italia, Ernst Wahle en Alemania (Wahle 1950, 1951), Pedro Funari (Funari 1992) en Brasil, Ignacio Bernal (Bernal 1979) y Luis Vázquez León en México (Vázquez León 1996); Chakrabarti (Chakrabarti 1988) en India, etc. Todas estas historias de la arqueología, sin embargo, adoptan una óptica internalista, es decir, que fundamentalmente discuten qué autor dijo qué cosa en qué época y lo que sus ideas supusieron para el *progreso* de la ciencia. La visión que estos autores

ofrecen se podría caricaturizar como la de una lucha heróica llevada a cabo por valientes y sabios intelectuales/arqueólogos (pocas arqueólogas suelen salir en estas historias) en su conquista del Conocimiento sobre el pasado. De vez en cuando aquí y allí en los textos surgen comentarios sobre el papel político que tuvo la arqueología en momentos de crisis, fundamentalmente durante regímenes totalitarios tipo el Nacional Socialista en Alemania o el fascista en Italia. La impresión que dan estas obras es que esta relación con la política es conyuntural, que nunca tuvo gran importancia en el desarrollo de la arqueología como teoría política.

Si acudimos a otros disciplinas humanísticas como la historia, sin embargo, encontramos otro posicionamiento. Como R. Kühnl observa:

Un libro de historia nunca se limita a la narración aséptica a la información neutral de los hechos. La mera selección de los datos por sí misma requiere un juicio sobre lo que es esencia o no. Toda exposición histórica contiene, explícita o implícitamente, una interpretación específica de las causas, de los factores condicionantes y de las fuerzas que llevaron o impidieron un determinado desarrollo histórico... Es decir, que una 'científicamente pura' exposición histórica no existe, dado que todos los discursos y explicaciones tienen implicaciones políticas. (Kühnl 1985).¹

En estos últimos años también en la historia de la arqueología ha habido autores que han adoptado una actitud más crítica (Mora 1998, Patterson 1995). Estos, sin dejar a un lado el desarrollo de las ideas tan habitual en los investigadores citados más arriba – puesto que el conocimiento sobre como éste se transformó también es importante – han prestado una mayor atención al contexto socio-político en el que se ha producido el devenir histórico de la arqueología. En este artículo mi intención será centrarme precisamente en ese contexto, sintetizando de esta manera ideas que he desarrollado en varios trabajos publicados por mí misma desde hace

unos años fundamentalmente en lengua inglesa (ver bibliografía final). En concreto mi objetivo será describir cuál es la relación entre la arqueología como disciplina científica y la ideología política del nacionalismo. Intentaré explicar hasta qué punto ambas están conectadas, cómo es posible trazar una conexión entre el surgimiento del nacionalismo y un cambio radical en el estudio del pasado arqueológico. A partir del éxito del nacionalismo como teoría política a finales del siglo XVIII, la arqueología dejó de ser una actividad secundaria para convertirse en un quehacer profesional. La nueva importancia que adquirió el conocimiento sobre el pasado llevó al estado-nación a proveer las subvenciones necesarias para crear y mantener un cuerpo profesional, para que se la arqueología se impartiera como una disciplina más en las universidades, para que se abrieran museos especialmente dedicados a la exposición de los objetos antiguos y se promulgaran legislaciones con el objetivo proteger la labor arqueológica y el estudio del pasado. Una vez que haya aclarado esta relación entre la ideología política del nacionalismo y la institucionalización de la arqueología, entonces realizaré una reflexión sobre la relación entre el desarrollo de las ideas en la arqueología – fundamentalmente el historicismo cultural todavía de tanta influencia – y el contexto político en el que se éste se dió.

La nación y el pasado

La primera pregunta que habré de responder para explicar mi hipótesis sobre la relación entre la arqueología y el nacionalismo es por qué el pasado es relevante para este último. Si acudimos al libro de Alain Schnapp (1993) o a autores como Richard Bradley (Bradley 1996, 1998) en ellos queda claro que el estudio del pasado se ha producido desde épocas muy anteriores a la emergencia de dicha teoría política, que la memoria histórica ha estado presente desde períodos tan antiguos como el neolítico europeo, las primeras sociedades con escritura, las épocas clásicas griegas y romanas y el medievo. Incluso se puede sospechar que esta importancia del pasado estaba presente incluso antes, entre cazadores-

(1) Todos los textos cuyo original se halla en otro idioma han sido traducidos por la autora de este trabajo.

recolectores (Layton 1989b). Pero pese a reconocer esta trascendencia del conocimiento sobre el pasado y a veces incluso de los restos de cultura material provenientes de él, lo cierto es que solamente a partir de los siglos XIV y XV fue cuando por primera vez a determinados individuos de la sociedad se les permitió especializarse de una manera más definitiva y continuada en el estudio del pasado y de sus restos materiales. Fue en este momento cuando se produjo una transformación radical en este interés que serán las primeras raíces que al cabo de tres siglos terminarán llevando a la definitiva aceptación de la arqueología como disciplina científica.

En los siglos XIV y XV se produjo en Europa un cambio de tipo social y político que llevaría a la larga a la aparición del estado moderno. En esta Europa en transformación las élites comenzaron a interesarse por los objetos antiguos de una manera nunca conocida antes, ni siquiera durante el periodo romano, momento en el que las estatuas griegas habían atraído gran atención. Lo que las élites renacentistas buscaban en las antigüedades era simbolizar su poder con metáforas diferentes a las que se habían empleado en época medieval. En su lucha contra el poder eclesiástico el lenguaje de la antigüedad – sobre todo de la antigüedad clásica – cobró una importancia nunca antes experimentada. De esta forma dejó de ser ocasional que un individuo poderoso acudiera al pasado como forma de mostrar su posición en la sociedad, como había pasado en Babilonia, Grecia o Roma (Schnapp 1993). A partir del siglo XIV y XV en primer lugar en Italia, este tipo de argumentación empezó a ser por así decirlo un requerimiento y por ello las élites políticas comenzaron a emplear a su servicio a anticuarios que les proporcionaran el prestigio que ellos necesitaban (Rosenberg 1990). Esta moda que se inició en Italia fue más tarde copiada por el resto de los países europeos a partir de los siglos XV y XVI (Schnapp 1993), pues la nueva expresión de autoridad permitía a las élites de todos ellos reivindicar el poder secular y dejar definitivamente atrás el código político medieval. Tras los problemas religiosos del siglo XVII, durante la Ilustración del siglo XVIII el lenguaje basado en lo clásico adquirió de nuevo una gran importancia, mayor en todo

caso que aquél otro adoptado por los movimientos pre-románticos que también se desarrollaron en aquel siglo (Smith 1976). La racionalidad adquirió un puesto fundamental en este siglo. Ideas como ‘utilidad’, ‘ciudadanía’, ‘nación’, etc. comenzaron emplearse con cada vez mayor frecuencia (Mora 1998).

A partir del último tercio del siglo XVIII en el plano político las ideas de la Ilustración comenzaron a dar fruto en una serie de revoluciones: la de 1776 que dió paso a la independencia de los Estados Unidos de América, la de 1783 en Holanda, la de 1789 en Francia, las posteriores en diversos países europeos y en toda Latinoamérica que se saldaron con la independencia de prácticamente todo el continente americano en las primeras décadas del siglo XIX. En todos estos países, la racionalidad ilustrada llevada a su consecuencia lógica, empujaría a las clases medias a rechazar a los gobernantes que no resultaran útiles para la nación. Es decir, por primera vez se hacía posible contestar la legitimidad política del sistema que había reinado en la práctica totalidad del mundo occidental desde la caída del imperio romano: la monarquía y el sistema social al que éste iba a asociada en el que la cada vez mayor clase media tenía poca cabida. Pero si la monarquía había sido hasta aquel momento la base del estado, a partir de ahora un nuevo concepto debía ponerse en su lugar y este fue el de nación.

‘Nación’ era una palabra de origen latino que se había empleado tanto en latín como en las lenguas romances derivadas del mismo desde la época romana. Significaba lugar de origen, tanto el pueblo, la región, comarca o el país. Este uso tan amplio quedó restringido a partir de finales del siglo XVIII, cuando el término empezó a emplearse fundamentalmente para referir al territorio estatal. Es necesario aclarar en este punto, sin embargo, que los especialistas en el estudio de nacionalismo distinguen dos tipos fundamentales de definición de nación que se relacionan con los dos tipos principales de nacionalismo: nacionalismo cívico o político por una parte y por la otra nacionalismo cultural o étnico.

El nacionalismo que surgió en la revolución francesa de 1789 (por escoger a la más famosa de todas las revoluciones mencionadas

anteriormente) fue el nacionalismo cívico o político. En realidad somos nosotros los que ahora lo denominamos así, pues en aquel momento el término nacionalismo ni siquiera estaba en uso, ya que sólo se tiene documentado a partir de 1812 en Francia y 1836 en Inglaterra (Huizinga 1972: 14). Lo que sí que se empleaba en aquel momento con gran énfasis era el concepto de 'nación'. Para el nacionalismo cívico o político el término 'nación' estaba unido a los conceptos heredados de la ilustración neoclásica que ahora se asociaron íntimamente con la nación: ciudadanía, territorio, derechos y deberes iguales para todos los ciudadanos, educación universal e ideología cívica (Smith 1991: 9-10). La importancia de la historia antigua como modelo donde aprender sobre la sabiduría del pasado que ya habíamos visto que empezó en el siglo XVIII se afianzó ahora. Pero además la nueva consideración dada a la educación implicó la apertura de museos donde exponer objetos provenientes de la antigüedad clásica y esto llevó a la necesidad de tener profesionales que se ocuparan de ellos y por tanto a la de incluir la arqueología entre los saberes impartidos en la universidad o en las escuelas de educación superior. Es decir, el nacionalismo cívico llevó a la institucionalización de la arqueología. Ya no eran los pocos anticuarios de siglos anteriores pagados por reyes, nobles o personas con medios económicos. Ahora era el estado el que se ocupó de subvencionar a un cuerpo profesional de arqueólogos. La arqueología pasó de ser una actividad que sólo unos pocos con medios o apoyados por personas con ellos se podían permitir a ser considerada como una disciplina científica dotada con cada vez un mayor número de profesionales.

Pero como la nueva nación política tenía que ser coherente con los principios de utilidad ilustrados, en un primer momento sólo los estados de gran tamaño lograron ser aceptados como naciones; las unidades políticas de pequeña dimensión eran juzgadas como contrarias al buen hacer político y por tanto se les denegaba el carácter de nación. Estas ideas, por tanto, restringieron el número de naciones posibles a unas pocas localizadas fundamentalmente en Europa occidental – Francia, Gran Bretaña, España... – y en Améri-

ca, donde los nuevos estado-nación claramente incluso superaron en tamaño a los europeos. Salvo excepciones – y el caso de Dinamarca es el único que se me ocurre y de él me ocuparé más adelante – sólo será en estos países donde veamos surgir la arqueología profesional, una arqueología en un principio centrada en el estudio de lo clásico, lo que dificultará su éxito en América.

Este criterio de tamaño es el que permitiría a la larga el éxito de las ideas nacionalistas de tipo unificador tanto en Italia como en Alemania. Pero la creación de estados nuevos a partir de naciones supuso un cambio radical en el nacionalismo. Hasta entonces era el estado el que había dado lugar a la nación. A partir de la unificación de ambos países, cabía la posibilidad de que fuera la nación la que diera lugar al estado. Las unificaciones de Italia y Alemania en 1870 y 1871 evidenciarían un cambio radical en el nacionalismo, puesto que el nacionalismo cívico o político daría paso al nacionalismo cultural o étnico. Este provenía de las ideas pre-románticas del siglo XVIII (Smith 1976) en las que 'nación' se asoció con ideas en principio muy diferentes. La justificación para la unión de países como Italia o Alemania no podía ser otra que la existencia de unas características comunes que fusionaban de forma natural a una serie de pueblos de manera que hacían legítima la defensa de su existencia como nación y por tanto su derecho a exigir la independencia política.

Los rasgos comunes que unían a la nación étnica o cultural podían ser de variados tipos: en primer lugar una cultura similar demostrada en costumbres semejantes y/o idioma compartido, además de en algunos casos una misma religión o misma etnia o raza; y en segundo una descendencia común. Para todo ello la historia propia de cada nación tenía un papel fundamental legitimador. Si hasta entonces la subvención del estado había estado volcada fundamentalmente a la arqueología clásica, a partir de ahora en Europa habría otras épocas – la prehistórica y la medieval – que empezarían a cobrar un papel central. La situación en América, sin embargo, no podía ser sino diferente. Las poblaciones anteriores a la conquista no tenían nada que ver con las élites que gobernaban los países, que eran de origen europeo. Ante esto la respuesta

mayoritaria sería la de ignorar este tipo de arqueología, negando un pasado histórico a las poblaciones indígenas y restringir el relato histórico nacionalista a la época a partir de la colonización realizada por sus antepasados europeos. En América – como luego en Australia – la arqueología se confinaría como una rama dentro de la antropología, es decir, no incluida dentro de los estudios históricos. La excepción a esta actitud se encontraría en México, donde el discurso nacionalista desde un principio se apropió del indigenismo. Así que tras un primer momento fracasado por las turbulencias políticas del país durante gran parte del siglo XIX, principalmente en el XX las élites políticas comenzarán la subvención sistemática del estudio de cierto pasado precolombino, el de las grandes civilizaciones del valle de México y del Yucatán.

La institucionalización de la Arqueología y los problemas de la Prehistoria

Como he explicado en la sección anterior el surgimiento del nacionalismo – en un primer momento del nacionalismo de tipo cívico – como teoría política llevó a la institucionalización de la arqueología. La primera prueba de que esto ocurrió fue la creación de museos, aunque como siempre podemos buscar precedentes anteriores. El ímpetu adquirido por el estudio de la antigüedad clásica y la importancia conferida a los objetos provenientes de la misma habían llevado ya en el siglo XVIII a la aparición de un preocupante mercado de antigüedades centrado en la ciudad de Roma. La desaparición de obras iba contra el bien común, contra la educación del ciudadano, y así en aquella centuria, en fecha tan temprana como 1733, se crearía el primer museo de arqueología abierto al público, el Museo Capitolino (al que más tarde se unió también en Roma en Pio Clementino en 1771) (Arata 1998).² Por otra parte ciertas coleccio-

(2) En realidad otro museo abierto al público en fecha más temprana, el Ashmolean de Oxford de 1683, parece que incluía en sus colecciones algunas antigüedades (Simcock 1984).

nes particulares también darían lugar a museos. Una de las que fue a parar a manos particulares fue la adquirida por Sir Hans Sloane, quien compró al estado de la Toscana la colección de obras clásicas amasada durante tres siglos por la familia italiana Medici (Pomian 1990: 42). Sloane dejó la colección en manos del estado británico, quien en 1753 decidió abrir un museo, resultando todo ello en la apertura del Museo Británico en 1759. Estas tendencias neo-clásicas ilustradas fueron continuadas y agrandadas por el primer nacionalismo cívico. Es así como en plena revolución francesa en 1793 el estado francés decidió la apertura del Museo del Louvre (Gran-Aymerich 1998). He de señalar aquí que el otro tipo de nacionalismo, el étnico o cultural, pese a que ya he apuntado antes sólo tuvo éxito a partir de 1870, estuvo presente desde un principio y llevó también a la creación de museos. Un ejemplo fue el Museo de Monumentos Nacionales abierto igualmente en París, donde se exhibían monumentos góticos y renacentistas. La comparación entre el devenir de éste y el del Louvre, sin embargo, es significativa. Mientras que para el último no dejaron de llegar obras, entre otras circunstancias por las campañas de Napoleón Bonaparte, los encargados del Museo de Monumentos Nacionales no hacían más que lamentarse por la falta de una sede adecuada y por el desinterés general que la institución provocaba (Gran-Aymerich 1998: 38). En otros países, sin embargo, sí que estos museos dedicados a las antigüedades del país tuvieron más éxito. Este fue el caso de Dinamarca, donde el Museo Nacional se creó en 1807 o en México donde el Museo Nacional abrió sus puertas en 1825 (para cerrarlas al poco tiempo, pero esa es otra historia) (Florescano 1993).

A la creación de museos siguió la profesionalización de los arqueólogos – que significativamente a lo largo del siglo XIX dejan de llamarse anticuarios – y la creación de instituciones que justificaban su labor. Así en 1821 se creó en Francia la École de Chartes donde se enseñaría arqueología – o más bien una de sus ramas, la paleografía (Schnapp 1996: 53). Esta institución se copiaría en otros países como en España, donde la Escuela de Diplomática abriría sus puertas en 1856 (Peiró

Martín & Pasamar Alzuría 1996). En Francia el Comité de Estudios Históricos, que se dedicaría a la protección y restauración de los monumentos históricos vió la luz en 1834 (Schnapp 1996: 54). La creación de Comisiones de Monumentos en Francia en 1830 tuvo igualmente su reflejo en España aunque años más tarde, en 1844 (Díaz-Andreu 1994). En este último país sólo sería en 1868 cuando el Cuerpo Facultativo de Archiveros y Bibliotecarios incluyó en su nombre el de los anticuarios (que sólo a partir de 1900 se denominarían oficialmente como arqueólogos).

Toda esta institucionalización aludida hasta ahora se refiere fundamentalmente a los estudios clásicos y acaso – pero con menor éxito – los medievales. La prehistoria, sin embargo, tuvo dificultades para conseguir el mismo nivel que el de sus por entonces hermanas mayores. Hay diversas razones que impidieron la rápida institucionalización de la prehistoria (Schnapp 1993: 321). En primer lugar se daba una prioridad absoluta a las fuentes escritas y éstas lógicamente sólo valían a partir de la época protohistórica. Esto se debía principalmente a la poca sofisticación que los estudios sobre cultura material habían adquirido a excepción, quizás, del estudio de monedas y obras de arte antiguas, ninguna de las dos de carácter prehistórico. Para que la prehistoria se aceptara hubo que desarrollar los métodos tipológico, tecnológico e imponer el criterio estratigráfico como forma de ordenar el material. Esto sólo se fue logrando a lo largo del siglo XIX. No es casualidad que uno de los países donde se dieron varios de los pasos más importantes para ello fue Dinamarca. Una serie de derrotas militares provocaron a principios de la centuria no sólo la pérdida definitiva de la flota que hasta entonces había sido el orgullo del país sino además de gran parte de su territorio. Esto haría que las desmoralizadas élites políticas y las clases medias buscaran justificar la existencia de Dinamarca en otro tipo de razones. Se acudió entonces a la arqueología, a la que tanta importancia se le había dado en el memorable siglo XVII (Klintd-Jensen 1975, Randsborg 1994, Schnapp 1993). En contraste con aquel, lo único que le quedaba a Dinamarca era el solar patrio, la tierra, donde los campesinos

vivían entre las antigüedades de un pasado supuestamente glorioso. La esencia de la nación quedaba simbolizada en este pasado de piedras con inscripciones rúnicas y de túmulos prehistóricos. Fue esta situación la que llevaría a Dinamarca a crear el primer Museo Nacional en el que las antigüedades propias – y no las clásicas – cobraron una importancia no conocida en otro país. Para el museo se contrataron a expertos que intentarían ordenar las colecciones, con el resultado por todos conocidos de la elaboración del sistema de las tres edades establecido por Thomsen (Gräslund 1981), que posteriormente se exportaría a otros países (Böhner 1981, Rodden 1981, Sørensen 1998, etc.). También fue en Dinamarca donde se crearía la primera cátedra universitaria para la enseñanza de la prehistoria en 1855, ocupada por Worsaae en la Universidad de Copenhague (Sørensen 1996: 34).

La prehistoria, además, tenía otros problemas que impidieron su pronta institucionalización. Uno de ellos fue la conexión establecida entre la arqueología y el arte, que provenía de la importancia de los objetos artísticos – las estatuas y los monumentos – en la época premoderna. Si para enorgullecerse de sí misma la nación tenía que tener un pasado glorioso, éste se simbolizaba mejor en objetos de arte y no en pequeños fragmentos rodados de cerámica de ininteligible significado para el no especialista. Es significativo que en la creación de la Escuela de Diplomática en 1856 referida más arriba la arqueología se definiera como aquella ciencia que estudiaba las *obras de arte* y de la industria bajo el exclusivo aspecto de su antigüedad (Peiró Martín & Pasamar Alzuría 1996: 146). Los intereses creados a lo largo del siglo XIX impedirían de alguna manera el desarrollo de los estudios prehistóricos. Esta importancia dada a los monumentos explica también que en toda América sólo en aquéllos países donde existían grandes edificaciones precolombinas es donde se produjera un primer desarrollo de la arqueología propiamente americana. Es decir, esto ocurrió fundamentalmente en México (Bernal 1979), en el sur de los Estados Unidos (Welsh 1998) y en cierta manera en Perú, país donde se promulgó – aunque sin demasiado éxito – una primera legislación relacionada con

las antigüedades en 1811, apenas conseguida la independencia y se abrió un museo nacional en 1826 (Bonavia 1984: 110, Chávez 1992: 43-4). En el resto de los países americanos o la arqueología no se desarrolló o si lo hizo, como he explicado más arriba, fue sólo en su vertiente no americana, dando lugar a especialistas en arqueología bíblica y clásica, siendo ejemplos de esto tanto Estados Unidos (Patterson 1991) como Canadá (Trigger 1981).

Un tercer obstáculo que la arqueología prehistórica tuvo que superar para que su institucionalización se permitiera fue el que se aceptara su versión frente a la ofrecida por la Biblia. Desde los primeros siglos del cristianismo los intelectuales habían intentado compatibilizar las fuentes clásicas con aquélla central a la doctrina cristiana. Así a lo largo del medievo y las centurias que le siguieron una mezcla de héroes troyanos e hijos y nietos de Noé habían logrado poblar todo el mundo conocido y fundar todas las ciudades de cierto prestigio. Fue contra esta historia mítica que por repetida pasó a tomarse como cierta contra la que los primeros prehistoriadores tuvieron que luchar. El problema no fue fácil, puesto que muchos de ellos eran fervientes creyentes. Los largos debates entre la prehistoria, el evolucionismo social derivado del biológico de Darwin a partir de su obra *El origen de las especies* publicada en 1859 no se resolvieron en ocasiones hasta ya entrado el siglo XX (Trigger, 1989). Esta falta de aceptación de la arqueología prehistórica como parte de la historia es lo que explica que en la práctica mayoría del mundo occidental ésta se institucionalizara dentro de las Ciencias Naturales. Es decir, los objetos prehistóricos no iban a parar en la mayoría de las ocasiones a los museos arqueológicos sino a los de Ciencias Naturales y fue en las facultades de Ciencias donde en muchos casos se comenzó a impartir la docencia de la prehistoria. Los ejemplos de esto son múltiples. El primero que citaré será el de Francia, donde la prehistoria se enseñaba en la Facultad de Ciencias de Toulouse por Cartailhac hacia principios de siglo (Boule 1921), y donde ésta formaría parte del Instituto de Paleontología Humana creado en 1910 con sede en París. También en España la Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehis-

tóricas (1912-1939) supondría un primer intento de institucionalización de la prehistoria con sede en el Museo de Ciencias Naturales en Madrid y dirigida como subdirector primero y luego director por el Catedrático de Geología de la Facultad de Ciencias de Madrid, Eduardo Hernández-Pacheco. Esta situación también era frecuente en América como lo muestra el ejemplo de Argentina – al que se le podrían añadir muchos otros. En aquel país hacia principios de siglo Gustavo Politis e Irina Podgorny nos relatan cómo los objetos prehistóricos (indígenas) iban a parar al museo de Ciencias Naturales de la Plata (Podgorny 1997, Politis 1995).

Pero que mientras que en el viejo mundo, como veremos en el próximo apartado, la prehistoria se trasladó del campo de las Ciencias Naturales al de la Historia hacia principios del siglo XX – aunque hay persistencias posteriores como es el caso de Portugal (Díaz-Andreu 1997a) – en la mayoría del nuevo mundo los estudios prehistóricos, es decir precolombinos, continuarían en las Ciencias Naturales y el paso que darían sería hacia la antropología. La razón para esto se hallaría en el evolucionismo del siglo XIX. En el caso de las sociedades donde existía una discontinuidad evidente entre los restos prehistóricos que simbolizaban el pasado de las poblaciones indígenas y las poblaciones “civilizadas” blancas que las dominaban, la arqueología sirvió para justificar el *status quo* existente (Kuper 1988). La cultura material indígena era semejante a la encontrada en las rebuscas arqueológicas tanto en los países colonizados (o de reciente independencia) como en aquellos mismos. Es decir, que siguiendo una lógica evolucionista se podía inferir que en contraste con las poblaciones europeas – y sobre todo aquellas más rubias del norte de Europa – que habían llegado a la cima del progreso conocido hasta entonces, las poblaciones indígenas no habían evolucionado, se habían quedado atrasadas. Como el progreso tecnológico se asociaba con el progreso social y moral (no hemos de olvidar que el siglo XIX fue el de la Revolución Industrial llevada a cabo fundamentalmente por las clases medias, de las que provenían los arqueólogos), era evidente que desde el punto

de vista moral las poblaciones indígenas eran igualmente reprobables. Todo esto se unía con la consideración que de ellas se tenían de inferiores tanto desde un punto de vista genético como cultural. En un primer momento se pensó que su misma postergación ante el progreso iba a llevar ineludiblemente a su extinción y esto llevó a la creación de museos a los que fueron a parar tanto objetos etnográficos como arqueológicos (Bowler 1992; McGuire 1989; McGuire 1992; Trigger 1980). En un segundo momento, cuando se hizo evidente que estas poblaciones no iban a desaparecer – por lo menos en masa – la continuación de las colecciones se justificó como una forma de aumentar la escasa información disponibles sobre estos grupos supervivientes de una época anterior. En todo caso, estos museos junto con la labor de arqueólogos y antropólogos justificaban la creencia de que era deber de las naciones civilizadas – o del estrato de la sociedad civilizado en el caso de las naciones americanas – de ayudar a los más atrasados a desarrollarse. De esta forma la colonización quedaba legitimizada.

El paso de la prehistoria desde las Ciencias Naturales a la Historia sólo ocurriría a finales del siglo XIX y fundamentalmente en el siglo XX y será Alemania la que tendría un protagonismo fundamental en este cambio. Este se fundamentó en el surgimiento de una teoría arqueológica, el historicismo cultural, también estuvo unido al auge del nacionalismo étnico o cultural. Esta teoría tendría tanto éxito que, pese a que ha experimentado una evolución interna, todavía sigue vigente y es practicada por la gran mayoría de los arqueólogos y arqueólogas sin excepción de país, lengua o hemisferio.

El nacionalismo étnico o cultural y el historicismo cultural en arqueología

La unificación de Italia y Alemania en 1870 y 1871, como he explicado más arriba, transformó radicalmente el carácter del nacionalismo, de tal manera que si el nacionalismo cívico no desapareció, vino a integrarse dentro del nacionalismo de tipo étnico o cultural. Es decir, a partir de ahora características como la educación universal o la igualdad de derechos

y deberes ya no estarían necesariamente unidas al concepto de nación – aunque sí al de la nación democrática. La nación comenzó ahora a basarse fundamentalmente en la esencia que la justificaba, que podía ser por una parte una cultura o una raza o una lengua en común y en todo caso por la otra, un pasado común. Esto llevó a que el pasado propio – medieval o prehistórico –, por contraposición al clásico, adquiriera progresivamente mayor importancia. El cambio difficilmente se podría haber dado en Italia, donde el pasado propio se confundía con lo clásico y ello permitió la continuación del subdesarrollo de los estudios prehistóricos (Guidi 1996). Por ello no ha de extrañarnos que fuera en Alemania donde se produjera esta transformación.

Los términos empleados por las publicaciones arqueológicas durante la mayoría del siglo XIX para significar un conjunto de personas unidas bajo el mismo poder político y con una serie de rasgos comunes fueron los de ‘nación’ o ‘pueblo’ o ‘raza’ (sin que tuviera este último término las connotaciones biológicas que luego más tarde adquiriría durante el mismo siglo XIX y fundamentalmente en el XX). Varios ejemplos es estos usos bastarán: en 1797 el inglés John Frere describía unos bifaces paleolíticos como “armas de guerra, fabricadas y usadas por un *pueblo* que no utilizaba metales” (Daniel 1975: 31). O en 1847 el arqueólogo danés Jens Worsaae aludía de una manera un tanto ilógica en sus *Primeras antigüedades de Dinamarca* que “aunque se reconocía ahora generalmente que nuestro país nativo se ha habitado por varias *razas* diferentes, todavía se supone que todas estas antigüedades debían haber pertenecido a solo *uno y único pueblo*” (Daniel 1975: 39). La palabra ‘nación’ se empleó fundamentalmente en los países de lenguas romances, pero ya en el siglo XIX la encontramos en países de lenguas germánicas. Así el británico Richard Colt Hoare decía refiriéndose al túmulo megalítico irlandés de New Grange que todavía no era conocido “a qué *nación* se podría razonablemente atribuir la construcción de tal singular monumento” (Daniel & Renfrew 1988: 19-20).

Estos términos de ‘nación’, ‘pueblo’ y ‘raza’ fueron sustituidos por el de ‘cultura’ a lo largo del siglo XIX y fundamentalmente en el

XX (Díaz-Andreu 1996a) y ello se hizo en el contexto del cada vez mayor éxito del nacionalismo étnico o cultural. He de apuntar, sin embargo, que en Francia, donde el nacionalismo cívico siguió teóricamente en boga durante más tiempo que en ningún otro lado, junto al término 'cultura' se empleó – y emplea – con gran asiduidad el de 'civilización'. El uso del término 'cultura' había resurgido ya antes de la unificación alemana (ver ejemplos en Díaz-Andreu 1996) pero para su aceptación dentro del vocabulario arqueológico especializado fue fundamental el desarrollo en las ciencias antropológicas de la teoría del historicismo cultural, de los *Kulturkreise* o círculos culturales formulada por Frobenius en 1898 (Zwerne-
mann 1983: 31) cuya traducción a la arqueología se realizaría por Gustaf Kossinna en 1911.

La primera definición del término de cultura arqueológica, sin embargo, sólo se produciría en 1929 y ésta vendría de Gordon Childe. Pero antes de continuar mi relato dentro de la arqueología creo que es importante preguntarse porqué esta idea surgida en Alemania tuvo tanto éxito en el resto de Europa. Para responder a esta cuestión creo que debemos reflexionar sobre el contexto político en el que esta difusión se produjo: la primera Guerra Mundial. Por una parte ésta supuso el fracaso rotundo de la internacionalización de las clases trabajadoras pretendida por los seguidores de Marx. Los obreros de cada país lucharon por su nación y no por la causa común del proletariado. A este apoyo de las masas al nacionalismo habría que añadir otro hecho que tendría especial importancia para el desarrollo del mismo. Eric Hobsbawm (Hobsbawm 1990) apunta la relevancia que tuvieron los acuerdos de guerra para la definitiva imposición del nacionalismo como teoría política. El criterio nacional fue empleado en estos acuerdos para redefinir el mapa político de Europa lo que llevó no a unir diversas unidades políticas en nuevas naciones – como había ocurrido en el caso de Alemania y de Italia – sino a separar estados como el imperio Austro-Húngaro en diversas naciones, en algunos casos casi inventadas como fue el caso de Yugoslavia.

Fue en este contexto de auge del nacionalismo en el que los arqueólogos vivían – y al

que los arqueólogos contribuyeron en muchos casos como miembros del ejército – en el que la palabra 'cultura' fue rápidamente aceptada en la arqueología prehistórica. Como he dicho antes fue Gordon Childe el primero en definirla de una manera más sistemática en 1929, aunque sólo lo hizo de una manera casi podríamos decir indirecta. Según Childe:

Encontramos ciertos tipos de restos – vasijas, útiles, ornamentos, ritos de enteramiento, plantas de casas – que constantemente se encuentran asociadas. A tal complejo de características regularmente asociadas denominaremos un 'grupo cultural' o simplemente una 'cultura' (Childe 1929: V-VI).

Lo que vemos aquí, por tanto, es que el término 'cultura' vino a significar algo así como una 'nación ya desaparecida'. 'Nación' pasaba a ser un término empleado únicamente para época moderna. Para momentos anteriores a partir de ahora se utilizaría 'cultura'. Entre paréntesis quizás sea importante aludir a que al mismo tiempo que esto estaba ocurriendo en arqueología en antropología la palabra 'cultura' que como hemos visto había comenzado a emplearse en 1898 se sustituyó hacia los años veinte por la de 'tribu' o la de 'grupo étnico' (Jenkins 1997). Los arqueólogos decidieron, sin embargo, no emplear 'etnia' para referirse a culturas, puesto que como el catalán Pere Bosch Gimpera afirmaba hacia los años treinta, era preferible emplear el término 'etnia' para los grupos citados en las fuentes escritas, mientras que para los grupos arqueológicos él prefería seguir usando el término 'cultura'.

La introducción del término 'cultura' en la arqueología vino acompañada por un reconocimiento de la prehistoria como el origen de la nación y esto llevó a que su estudio pasara primero en Alemania, y más tarde en muchos otros países por influencia germana, de las Ciencias Naturales a las facultades de historia. España es un buen ejemplo de esto. En aquel país se concedió en 1922 la primera cátedra oficial de estos estudios, la llamada de Historia Primitiva del Hombre, en la facultad de Madrid. No de forma casual ésta fue creada para un alemán, Hugo Obermaier, al que el principio de la I Guerra Mundial había sorprendido en España impidiéndole por razones evidentes su vuelta a París donde trabajaba en el Instituto

de Paleontología Humana al que antes me he referido. El otro catedrático que de forma extraoficial había estado enseñando prehistoria era Pere Bosch Gimpera en Barcelona, y su cátedra se encontraba en la sección de Historia dado que oficialmente se llamaba de Historia Antigua y Media hasta 1933 en la que el nombre cambió al de Prehistoria. Pero lo que me interesa resaltar de Bosch Gimpera es que éste se había recibido su educación en arqueología en Alemania (Díaz-Andreu 1995a) y su admiración por la arqueología de aquel país perduró toda su vida (Bosch Gimpera 1980). La influencia de la arqueología alemana en países como Canadá (Trigger 1981) o Estados Unidos (véase los apellidos de Kroeber y Kluckhohn (Kroeber & Kluckhohn 1952)) indica esta misma influencia al otro lado del Atlántico.

La adopción de una nueva teoría, la del historicismo cultural, estuvo también aparejada a un aumento significativo en la utilización de la arqueología para fines políticos. Esta se produjo en naciones con independencia política – ahora interesadas en crear un nacionalismo de masas – y en otras en las que ésta era reclamada y cuyo futuro independiente se había hecho posible al aceptarse el nacionalismo definitivamente como argumento al fin de la I Guerra Mundial. Como el concepto de nación cultural o étnica estaba basado, lógicamente, en el de comunidad étnica seguiré los criterios de Anthony Smith (1991: 21) para definirla para explicar este punto. Estos son: la existencia de un nombre colectivo; de un mito de origen común; de memorias históricas compartidas; de uno o más elementos diferenciadores de cultura común; una asociación con un lugar de origen específico; y finalmente un sentimiento de solidaridad entre sectores significativos de la población. Siguiendo estos puntos intentaré aclarar de qué forma la arqueología se implicó en el nacionalismo de tipo étnico o cultural tanto antes pero sobre todo después de la primera Guerra mundial, tendencia que, pese a la terrible complicidad de la arqueología alemana durante la segunda gran confrontación (Arnold 1990, Arnold & Hassmann 1995, Bollmus 1970, Kater 1974, Losemann 1977), aunque ver Junker (Junker 1998a, Junker 1998b), y en cierta manera también de la

arqueología italiana (Guidi 1996: 112-5; Torelli 1991), seguiría al término de la misma.

En cuanto al empleo de un nombre colectivo la arqueología ayudó a buscar un pasado a determinados etnias, llamadas ahora culturas o civilizaciones en arqueología, que formaban parte o la práctica totalidad de la nación. En ocasiones los datos arqueológicos actuaron como una proyección aparentemente nada problemática de lo actual hacia épocas anteriores, impresión ofrecida por la práctica de llamar a los grupos desaparecidos con el mismo nombre que los modernos. Esto pasó en el caso de los alemanes (Wiwjorra 1996), y los eslavos (Raczkowski 1996: 207, Shnirelman 1996). En la mayoría de las ocasiones, sin embargo, las etnias actuales se basaron en culturas o civilizaciones pasadas conocidas con nombres diferentes al grupo contemporáneo. Un ejemplo de esto se dió en la recién creada república de Turquía en 1923, para cuya base histórica su dirigente, Kemal Atatürk, quiso ver la civilización sumeria e hitita, de tal manera subrayando que desde un pasado remoto Turquía había estado caracterizada por una variada composición étnica (Özdogan 1998: 116-7). También se emplearon culturas prehistóricas de forma semejante. Así en Portugal el catedrático de arqueología y conservador del Museo Nacional de Arqueología, Manuel Heleno (1894-1970), en una conferencia de prensa dada en 1932 y que tuvo gran impacto posterior reclamaba la cultura megalítica como el origen de la nación portuguesa, creencia todavía muy extendida entre gran número de intelectuales (Fabião 1996: 96-97). En cuanto al periodo medieval cristiano, éste fue el que más éxito tuvo por lo general en todas las naciones europeas (Olmo Enciso 1991; Pohl 1997), pero ver (Díaz-Andreu 1996b).

Todo lo explicado en el párrafo anterior lleva al segundo atributo, el del mito de origen común para el que la historia en lo referente a los momentos más recientes y para los anteriores la arqueología proveyeron de datos. En Polonia, basta ver los títulos de los artículos publicados por von Richthofen y por Kostrzewski para inferir su contenido nacionalista (Raczkowski 1996: 205-6). Pero además de artículos académicos – y de otros múltiples publicados en

periódicos de gran tirada cuyo estudio todavía no se ha realizado –, en la mayoría de los países en esta época los arqueólogos se lanzan a publicar obras de tipo más general pensadas para llegar a un público más amplio. En México, por ejemplo, aparece en 1916 el libro *Forjando Patria* publicado por el arqueólogo mexicano Manuel Gamio. Si acudo al caso de España, que es el que más conozco, son de este momento la *Prehistoria Universal y Especial de España* del Padre Carballo de 1924; la más importante *Etnología de la Península Ibérica* de Pere Bosch Gimpera originalmente publicada en catalán en 1932, y que pese a su nombre significativamente trataba de prehistoria, o la conferencia sobre “España” dada por el mismo autor en plena Guerra Civil española; o las encyclopedias que empezaron a hacerse populares en estos momentos, como la del tomo producido por el discípulo del último, Luis Pericot, sobre *Historia de España. Geografía histórica general de los pueblos hispanos. Tomo I. Epocas primitiva y romana* en 1934.

Estas publicaciones de carácter general y de las más concretas derivadas de los trabajos arqueológicos tuvieron un impacto mayor que el puramente académico, pues su contenido llegó a un público más general, reforzando por tanto la creación de la memoria histórica compartida de la que hablaré en el próximo párrafo. Las ideas expresadas por la arqueología se recogieron, como varios autores han estudiado (Podgorny 1994, Ruiz Zapatero & Alvarez-Sanchís 1997) en los manuales escolares. Además el trabajo de los artistas hará que el eco del trabajo arqueológico llegue mucho más lejos. Así la influencia ejercida por las obras ibéricas de la Edad del Hierro y etnográficas principalmente africanas en cuadros como *Las señoritas de Aviñón* de Pablo Picasso (Walther 1993: 37-40), o la del arte precolombino en los frescos producidos por Diego Rivera en México (Kettenmann 1997), producirán un efecto mucho mayor y más duradero que el que los arqueólogos habrían podido tener por sí mismos.

El trabajo de los arqueólogos – y de las primeras arqueólogas que empiezan a encontrar trabajo por estos años (Díaz-Andreu & Sørensen 1998) – ofrecía al nacionalismo

símbolos materiales políticamente efectivos y no es casualidad que en este periodo de entreguerras se viera por primera vez una inversión estatal importante para la excavación sobre todo de sitios señalados para el discurso nacionalista. Lo que pretendía el estadonación era crear un paisaje nacional propio, fijar una memoria histórica compartida por todos los miembros de la nación. Así determinados yacimientos claves en el discurso nacionalista que en algunos casos ya habían llamado una cierta atención hacia las últimas décadas del siglo XIX pero sin tener gran repercusión a largo plazo como Alésia en Francia o Numancia en España, ahora volverán a ser el centro de atención. La historia de las excavaciones en este último yacimiento es buen ejemplo. Tras algún intento anterior que acabó en monumentos a medio construir o de tamaño claramente deficiente, en 1905 un potentado de la ciudad más cercana decide costear la erección de uno a la altura de las circunstancias en memoria de los caídos en Numancia. Significativamente se logra que sea el rey quien lo inaugure, pero cuando éste acude se encuentra con que apenas unos pocos días antes un arqueólogo alemán, Adolf Schulten, ha comenzado la primera excavación seria del sitio. Aquello constituyó tal escándalo que terminó en la prohibición al alemán de realizar sus investigaciones en el cerro tras lo que éste revierte su esfuerzo a la búsqueda de los campamentos romanos que habían sitiado la ciudad. Para los trabajos sobre el yacimiento se crea una comisión dirigida por el prestigioso arqueólogo José Ramón Mélida, quien de forma reveladora calificará su labor como un “deber nacional” (Díaz-Andreu 1995b: 44-5, Jimeno & Torre 1997). Numancia será uno de los yacimientos que más dinero reciba desde entonces hasta la guerra civil (Díaz-Andreu 1997b). Otros dos ejemplos de excavaciones con claras connotaciones nacionalistas bastarán para dejar clara la utilización de la arqueología en la fijación de la memoria histórica. En México fue igualmente en este periodo es cuando comienza la exploración sistemática de yacimientos como Teotihuacán por Manuel Gamio (Brading 1988) y en Polonia el yacimiento de Biskupin encontrado en 1933 comenzaría a tener una importancia inmensa a

nivel propagandístico dentro de un ambiente cada vez más influido por el nacionalismo previo a la II Guerra Mundial (Raczkowski 1996). Los resultados obtenidos por la arqueología, por tanto, sirvieron – y todavía sirven en muchos casos – para retrotraer al pasado los elementos diferenciadores de la cultura común de la nación. Así el nacionalista catalán Prat de la Riba quiso ver rasgos fonéticos propiamente catalanes ya en la escritura ibérica prerromana en su libro de 1906 *La Nacionalitat Catalana*, o los arqueólogos que trabajaron en Numancia hablarían de la valentía y bravura del espíritu español. El alto nivel de civilización que parecía demostrar el yacimiento de Biskupin en Polonia se empleó como prueba del progreso que ya mostraba la nación incluso en época prehistórica (Raczkowski 1996).

La arqueología también proveyó a la historia de cada nación con lugares de origen específicos. En el periodo de entreguerras, durante e inmediatamente después de la segunda Guerra Mundial, esta búsqueda de los lugares de origen pobló las publicaciones de arqueología de mapas con flechas en las que se trazaban el camino seguido por determinados pueblos. No es difícil ver una conexión entre estas teorías y la situación política del momento, lo que han estudiado autores como John Chapman para el caso de Marija Gimbutas (Chapman 1998). Esta relación la encontramos explícitamente indicada por algunos de los que vivieron en aquella época (Hawkes & Hawkes 1943). Más tarde, sin embargo, las flechas fueron desapareciendo para dar lugar a hipótesis sobre transmisión de ideas por una incierta aculturación. Hoy en día, con los análisis de ADN, otro tipo de flechas están volviendo, aunque en un mismo artículo éstas sirvan para justificar cosas muy diferentes en el caso de los vascos y en el de los pueblos anatólicos.

Como sinopsis de lo dicho en estos últimos párrafos resaltaré de nuevo que la arqueología, al adoptar la teoría histórico cultural que todavía es predominante en gran parte del mundo, suministró al nacionalismo el pasado, las Edades de Oro, que mostraban su importancia y los símbolos que éste necesitaba. El historicismo cultural

supuso de alguna manera la teorización de una serie de tendencias que ya se estaban produciendo en la época anterior, sobre todo desde 1870, y la aceptación que hoy en día aún tiene es reflejo a mi entender de el éxito que todavía mantiene el nacionalismo étnico y cultural y que hacen explicables en la actualidad a un nivel político unificaciones como la alemana y desafortunadas guerras como la yugoslava y a un nivel más arqueológico problemas como los que resaltaré en la última sección de este trabajo.

Un largo camino por recorrer: el desafío de la pérdida de la inocencia política

Habría otros temas que podrían ser desarrollados en un trabajo de esta índole igualmente vinculados con el nacionalismo de tipo étnico o cultural y que se refieren a la época posterior a la última gran confrontación y a los años que estamos viviendo. Estos otros puntos a tratar se refieren a la utilización de la arqueología por el nuevo imperialismo posterior a la segunda Guerra Mundial, fundamentalmente por parte de Estados Unidos (Evans & Meggers 1973, Gassón & Wagner 1994: 127-8, Patterson 1986: 13-14, Schávelzon 1988, Schávelzon 1989), o al reciente debate sobre quién tiene prioridad, si los arqueólogos y arqueólogas que han dominado durante estos dos últimos siglos, o si los indígenas que reclaman el derecho al control de "su" pasado (Layton 1989a, 1989b). Este último asunto tiene consecuencias que van mucho más lejos de los que algunos han querido ver y por tanto me detendré brevemente en esta cuestión antes de dar fin a la discusión sobre nacionalismo y arqueología que vengo desarrollando en este artículo.

Como he explicado en otro lugar (Díaz-Andreu 1998) la retórica aplicada por las comunidades indígenas está lejos de estar conectada con un sistema de valores que no ha variado con la colonización, como así parecen propugnar aquéllos – incluidos arqueólogos y arqueólogas profesionales – que las defienden. Muy al contrario de esto opino que estamos ante un ejemplo más de

globalización, en este caso referente a la forma de expresar la identidad, en concreto la étnica y nacional (pero también otras como explicaré en el próximo párrafo) de la forma tal y como la sociedad occidental lo ha estado haciendo estos dos últimos siglos, buscando y definiendo una o varias Edades de Oro que fundamentan el presente. Lo que estamos presenciando, a mi entender, es un movimiento por parte de los indígenas hacia la elaboración de la historia de sus comunidades con una finalidad que nos es conocida, la de establecer un pasado que las legitime. Del éxito que les ha supuesto la adopción del discurso nacionalista son prueba las nuevas legislaciones en países como Estados Unidos o Australia que han limitado en gran medida el trabajo arqueológico (Hubert 1989). Es decir, sólo cuando estas comunidades han abandonado su propio lenguaje para adoptar el nuestro nacionalista es cuando sus reivindicaciones han podido ser entendidas por el mundo occidental. Este ahora ya no les reconoce un carácter simplemente tribal sin más, como así se hacía en el pasado, sino más bien uno propiamente étnico al nivel de cualquier otra etnia occidental y como tal, *por tanto*, se hace obvio el derecho que tienen a reclamar un territorio propio y el control sobre el mismo – incluyendo la gestión de los restos arqueológicos.

El problema, sin embargo, no es tan fácil puesto que tiene implicaciones mucho mayores. Las comunidades indígenas no son las únicas que están exigiendo el derecho a la historia y a los restos materiales del pasado, ya que existen otros grupos que también lo hacen: los *New Age travellers* (Finn 1997), los druidas (Chippindale *et al.* 1990), o las ecofeministas que quieren ver en Çatal Höyük u otros yacimientos como símbolos de un poder femenino perdido (Conkey & Tringham 1995, Hodder 1998, Meskell 1998). Por las mismas razones que la arqueología profesional tiene derechos o que ahora se empieza a aceptar que las comunidades indígenas también los tienen, estas otras comunidades unidas por otro tipo de identidades que no la académica, étnica y/o nacional, también los deberían tener. Los conflictos de intereses que todo esto está suponiendo representan actualmente un reto muy grave a la arqueología que no será fácil

resolver, pero cuya confrontación es inevitable, como así parecen demostrarlo la creciente politización de congresos internacionales de arqueología como el *World Archaeological Congress* (Colley 1995, Funari & Podgorny 1998, Ucko 1987).

Terminaré haciendo una reflexión sobre si los arqueólogos y arqueólogas son conscientes de la implicación política de su quehacer científico y sobre la importancia, en todo caso, que tiene el que lo sean. La gran mayoría se resiste a admitir tal relación entre una disciplina que consideran – correctamente – científica y la política, aunque en la literatura publicada en lengua inglesa (como bien se puede ver en la bibliografía que cito en este artículo) hay cada vez una mayor apertura hacia estos temas. Las alusiones al patriotismo tan frecuentes en el siglo XIX y que hacían tan evidente el carácter nacionalista de la arqueología desaparecieron hace ya bastante de las publicaciones, aunque ciertas reminiscencias se pueden encontrar todavía en los prólogos de volúmenes cuyo contenido parece clamar a la más pura objetividad. Es decir, es verdad que ya no es tan explícita tal relación, pero esto no significa que no exista. Por otra parte cabe preguntarse si la arqueología que hoy en día está defendiendo las muchas veces justas reivindicaciones de las poblaciones indígenas sabe distinguir entre el uso político de la arqueología durante estos dos últimos siglos y la retórica elegida para tales reclamaciones. No estoy defendiendo la necesaria priorización de la lectura arqueológica o la de los intereses de grupos económicos frente a otras lecturas de comunidades indígenas o de otros. Pero lo que está en juego es la validez del discurso arqueológico – y, siguiendo a Eco (Eco 1990) todavía pienso que ésta la tiene – y tal validez dependerá en parte de lo conscientes que seamos de las condiciones que han hecho y siguen haciendo posible la arqueología profesional y esto no sólo pasa por una revisión historiográfica, sino también por su contraposición con voces alternativas. No es posible hacer arqueología sin hacer política, y aceptarlo y actuar éticamente en consecuencia nos pondrá en una situación a mi entender más ventajosa para afrontar el desafío que esto supone.

Agradecimientos

Este artículo constituye el resumen de mis conferencias dadas en agosto de 1999 en Siena, Italia, donde fui invitada por el Prof. Nicola Terrenato a impartir docencia en el Curso de Arqueología y Teoría organizado por

la International School in Archeología. Mis notas producidas para aquella ocasión fueron más tarde completadas en mi viaje a Brasil en noviembre de 1999, organizado por el Prof. Funari mediante una beca de la FAPESP para dar conferencias en las universidades de São Paulo, Campinas y Joinville.

DIAZ-ANDREU, M. Nationalism and Archaeology: the political context of our discipline. *Rev. do Museu de Arqueología e Etnologia*, São Paulo, 11: 3-20, 2001.

ABSTRACT: This article discusses how present identities, and in particular nationalism, influence the way in which we think about the past. As I will argue, archaeological endeavour cannot be understood outside its socio-political context in which present identities play a crucial role. The emergence of archaeology as a professional discipline was closely related to the success of nationalism as a political option to sustain the modern state. Archaeology was, thus, transformed from an erudite enterprise to a professional discipline in a specific political context ruled by the success of nationalist ideology. I will contrast archaeological practice with nationalism in its various periods. Despite changes in nationalism, it still maintains its importance in an analysis of current developments in world archaeology. In this light I will discuss the integration of indigenous communities into the management of the past.

UNITERMS: Archaeology and politics – Nationalism – Heritage – Natives.

Referencias bibliográficas

- ARATA, F.P.
- 1998 La naissance du musée du Capitole. J. Raspi Serra; F. de Polignac (Eds.) *La Fascination de l'Antique 1700-1770. Rome découverte. Rome inventée*. Lyon, Musée de la Civilisation Gallo-Romaine. Lyon, Somogy Editions d'Art: 48-51.
- ARNOLD, B.
- 1990 The past as propaganda: totalitarian archaeology in Nazi Germany. *Antiquity*, 64: 464-78.
- ARNOLD, B.; HASSELMANN, H.
- 1995 Archaeology in Nazi Germany: the legacy of the Faustian bargain. P.L. Kohl; C. Fawcett (Eds.) *Nationalism, Politics, and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press: 70-81.
- BARBANERA, M.
- 1998 *L'archeologia degli italiani*. Nuova Biblioteca di Cultura, Roma: Editori Riuniti.
- BERNAL, I.
- 1979 *Historia de la arqueología en México*. México DF: Porrúa.
- BÖHNER, K.
- 1981 Ludwig Lindenschmidt and the Three Age System. G. Daniel (Ed.) *Towards a history of archaeology*. London, Thames and Hudson: 120-126.
- BOLLMUS, R.
- 1970 *Das Amt Rosenberg und seine Gegner: Zum Machtkampf in nationalsozialistischen Herrschaftssystem*. Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- BONAVIA, D.
- 1984 Peru. H. Cleere (Ed.) *Approaches to the Archaeological Heritage*. Cambridge, Approaches to the Archaeological Heritage: 109-115.
- BOSCH GIMPERA, P.
- 1980 *Memories*. Barcelona: Edicions 62.

- BOULE, M.
- 1921 Émile Cartailhac (1845-1921). *L'Anthropologie*, 31: 587-608.
- BOWLER, P.
- 1992 From 'savage' to 'primitive': Victorian evolutionism and the interpretation of marginalized peoples. *Antiquity*, 66: 721-9.
- BRADING, D.
- 1988 Manuel Gamio and Official Indigenismo in Mexico. *Bulletin of Latin American Research*, 7: 75-89.
- BRADLEY, R. (Ed.)
- 1996 *Sacred Geography*. London: Routledge.
- 1998 *The Significance of Monuments. On the shaping of human experience in Neolithic and Bronze Age Europe*. London: Routledge.
- CHAKRABARTI, D.K.D.K. (Ed.)
- 1988 *A history of Indian archaeology from the beginning to 1947*. New Delhi: Munshiram Manoharlal.
- CHAPMAN, J.
- 1998 The impact of modern invasions and migrations on archaeological explanation. A biographical sketch of Marija Gimbutas. M. Díaz-Andreu; M.L.S. Sørensen (Eds.) *Excavating Women. A History of Women in European Archaeology*. London, Routledge: 295-314.
- CHÁVEZ, S. J.
- 1992 A methodology for studying the History of Archaeology: an Example from Peru (1524-1900). J.E. Reyman (Ed.) *Rediscovering our Past: Essays on the History of American Archaeology*. Avebury, Aldershot: 35-49.
- CHILDE, V.G.
- 1929 *The Danube in Prehistory*. Oxford: Clarendon Press.
- CHIPPINDALE, C.; DEVEREAUX, P; FOWLER, P; JONES, R.; SEBASTIAN, T.
- 1990 *Who owns Stonehenge?* London: Batsford.
- COLLEY, S.
- 1995 What happened at WAC-3? *Antiquity*, 69: 15-18.
- CONKEY, M.W.; TRINGHAM, R.
- 1995 Archaeology and the Goddess: Exploring the Contours of Feminist Archaeology. D.C. Stanton; A.J. Stewart (Eds.) *Feminisms in the Academy*. Ann Arbor, The University of Michigan Press: 199-247.
- DANIEL, G.E.
- 1975 *A Hundred and Fifty Years of Archaeology*. London: Duckworth.
- DANIEL, G.E.; RENFREW, C.
- 1988 *The Idea of Prehistory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- DÍAZ-ANDREU, M.
- 1994 The Past in the Present: the Search for Roots in Cultural Nationalisms. The Spanish Case. J.G. Beramendi, R. Máiz; X.M. Núñez (Eds.) *Nationalisms in Europe: Past and Present I*. Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela: 199-218.
- 1995a Arqueólogos españoles en Alemania en el primer tercio del siglo XX. Los becarios de la Junta para la Ampliación Estudios (I) Pedro Bosch Gimpera. *Madridere Mitteilungen*, 36: 79-89.
- 1995b Nationalism and Archaeology. Spanish Archaeology in the Europe of Nationalities. P.L. Kohl; C. Fawcett (Ed.) *Nationalism, Politics, and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press: 39-56.
- 1996a Constructing identities through culture. P. Graves-Brown; S. Jones; C. Gamble (Eds.) *Cultural Identity and Archaeology*. London, Routledge: 48-61.
- 1996b Islamic Archaeology and the Origin of the Spanish Nation. M. Díaz-Andreu; T. Champion (Eds.) *Archaeology and Nationalism in Europe*. London, UCL Press: 68-89.
- 1997a Conflict and innovation: the development of archaeological traditions in Iberia. M. Díaz-Andreu; S. Keay (Eds.) *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Change*. London, Routledge: 6-33.
- 1997b Nación e internacionalización. La arqueología en España en las tres primeras décadas del siglo XX [Nation and internationalisation. Spanish archaeology during the first three decades of the twentieth century]. G. Mora; M. Díaz-Andreu (Eds.) *La cristalización del pasado. Génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*. Madrid, Málaga, Ministerio de Cultura, Universidad de Málaga: 403-416.
- 1998 Identitats i el dret al passat. Del nou al vell món [Identities and the right to the past. From the New to the Old World]. *Cota Zero*, 14: 41-52.
- DÍAZ-ANDREU, M.; SØRENSEN, M.L.S. (Eds.)
- 1998 *Excavating Women. A History of Women in European Archaeology*. London: Routledge.
- ECO, U.
- 1990 *The limits of interpretation*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- EVANS, C.; MEGGERS, B.J.
- 1973 United States 'Imperialism' and Latin American Archaeology. *American Antiquity*, 38: 257-8.
- FABIÃO, C.
- 1996 Archaeology and nationalism: the Portuguese case. M. Díaz-Andreu; T. Champion (Eds.) *Archaeology and*

- Nationalism in Europe. London, UCL Press: 90-107.
- FINN, C.
- 1997 Leaving more than footprints. Modern votive offerings at Chaco Canyon Prehistoric site. *Antiquity*, 71: 169-178.
- FLORESCANO, E.
- 1993 The Creation of the Museo Nacional de Antropología de México and its Scientific, Educational and Political Purposes. E.H. Boone (Ed.) *Collecting the Pre-Columbian Past*. Washington DC, Dumbarton Oaks Research Library and Collection: 81-104.
- FUNARI, P.P.A.
- 1992 La Arqueología en Brasil: política y academia en una encrucijada. G. Politis (Ed.) *Arqueología en América Latina Hoy*. Bogotá, Biblioteca del Banco Popular: 57-69.
- FUNARI, P.P.A.; PODGORNY, I.
- 1998 Congress Review: is archaeology only ideologically biased rhetoric? A report on WAC Inter-Congress on the destruction and conservation of cultural property, Brac, Croatia, May 1998. *European Journal of Archaeology*, 1: 416-424.
- GASSÓN, R.; WAGNER, E.
- 1994 Venezuela: Doctors, Dictators and Dependency (1932 to 1948). A. Oyuela-Caycedo (Ed.) *History of Latin American Archaeology*. Worldwide Archaeology Series. AVEBURY, Aldershot: 124-136.
- GRAN-AYMERICH, E.
- 1998 *Naissance de l'Archéologie Moderne, 1798-1945*. Paris: CNRS.
- GRÄSLUND, B.
- 1981 The background to C.J.Thomsen's Three Age System. G. Daniel (Ed.) *Towards a history of archaeology*. London, Thames and Hudson: 45-50.
- GUIDI, A.
- 1988 *Storia della paleontologia*. Roma: Laterza.
- 1996 The Italian pluriverse: different approaches to prehistoric archaeology. *The European Archaeologist*, 5: 5-8.
- HAWKES, C.; HAWKES, J.
- 1943 *Prehistoric Britain*. Harmondsworth: Penguin Books.
- HOBSBAWM, E.J.
- 1990 *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HODDER, I.
- 1998 The past as passion and play: Çatalhöyük as a site of conflict in the construction of multiple pasts. L. Meskell (Ed.) *Archaeology under fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. London, Routledge: 124-139.
- HUBERT, J.
- 1989 A proper place for the dead: a critical review of the 'reburial issue'. R. Layton (Ed.) *Conflict in the Archaeology of Living Traditions*. One World Archaeology 8. London, Unwin Hyman: 131-166.
- HUIZINGA, J.
- 1972 Nationalism in the Middle Ages. C.L. Tipton (Ed.) *Nationalism in the Middle Ages*. New York, Hot, Rinehart and Winston: 14-24.
- JENKINS, R.
- 1997 *Rethinking Ethnicity: Arguments and Explorations*. London: Sage Publications.
- JIMENO, A.; TORRE, J.I. d.l.
- 1997 Numancia y Regeneración. G. Mora and M. Díaz-Andreu (Ed.) *La cristalización del pasado. Génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*. Madrid, Málaga, Ministerio de Cultura, Universidad de Málaga: 471-484.
- JUNKER, K.
- 1998a *Das Archäologische Institut des Deutschen Reiches zwischen Forschung and Politik. Die Jahre 1929 bis 1945*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern.
- 1998b Research under dictatorship: the German Archaeological Institute 1929-1945. *Antiquity*, 72: 282-92.
- KATER, M.
- 1974 *Das 'Ahnenerbe' des SS 1935-1945. ein Beitrag zur Kulturpolitik des Dritten Reiches 1933-1945*. Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- KETTENMANN, A.
- 1997 *Diego Rivera 1886-1957. A Revolutionary Spirit in Modern Art*. Köln: Taschen.
- KLINTJENSEN, O.
- 1975 *A history of Scandinavian archaeology*. London: Thames and Hudson.
- KROEBER, A.L.; KLUCKHOHN, C.
- 1952 *Culture. A critical review of concepts and definitions*. Papers of the Peabody Museum 47(1). Cambridge, Massachusetts: Peabody Museum.
- KÜHNL, R.
- 1985 *Die Weimarer Republik*. Hamburg: Rowolth Taschenbuch.
- KUPER, A.
- 1988 *The Invention of Primitive Society: Transformation of an illusion*. London: Routledge.
- LAYTON, R. (Ed.)
- 1989a *Conflict in the archaeology of living traditions*. London: Unwin Hyman.
- 1989b *Who needs the past?* London: Unwin Hyman.
- LOSEMANN, V.
- 1977 *Nationalsozialismus und Antike. Studien zur Geschichte des Faches Alte Geschichte*

- 1933-1945. Hamburg: Hoffmann & Campe.
- McGUIRE, R.H.
- 1989 The sanctity of the grave: White concepts and American Indian burials. R. Layton (Ed.) *Conflict in the archaeology of living traditions*. One World Archaeology 8. London, Unwin Hyman: 167-84.
- 1992 Archaeology and the first Americans. *American Anthropologist*, 94: 816-836.
- MESKELL, L.
- 1998 Oh my Goddess! Archaeology, Sexuality and Ecofeminism. *Archaeological Dialogues*, 5: 126-142.
- MOMIGLIANO, A.
- 1955 Ancient History and the Antiquarian (Ed.)
- (1950) *Contributo alla storia degli studi classici*. I. Roma, L'Erma: 67-106.
- MORA, G.
- 1998 'Historias de mármol'. La arqueología clásica española en el siglo XVIII. Anejos de Archivo Español de Arqueología 18. Madrid: CSIC, Polifemo.
- OLMO ENCISO, L.
- 1991 Ideología y arqueología. Los estudios sobre el periodo visigodo en la primera mitad del siglo XX. J. Arce; R. Olmos (Eds.) *Historiografía de la arqueología y de la Historia antigua en España*. Madrid, Ministerio de Cultura: 157-160.
- ÖZDOGAN, M.
- 1998 Ideology and archaeology in Turkey. L. Meskell (Ed.) *Archaeology under fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. London, Routledge: 111-123.
- PATTERSON, T.C.
- 1986 The last sixty years: towards a social history of Americanist archaeology in the United States. *American Anthropologist*, 88: 7-26.
- 1991 Who Did Archaeology in the United States Before There Were Archaeologists and Why? Preprofessional Archaeologies of the Nineteenth Century. R.W. Preucel (Ed.) *Processual and Postprocessual Ways of Knowing the Past*. Occasional Papers 10. Carbondale, Southern Illinois University: 242-250.
- 1995 *Toward a Social History of Archaeology in the United States*. Fort Worth, Texas: Hartcourt Brace College Publishers.
- PEIRÓ MARTÍN, I.; PASAMAR ALZURÍA, G.
- 1996 *La Escuela Superior de Diplomática (los archiveros en la historiografía española contemporánea)*. Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas.
- PODGORNÝ, I.
- 1994 Choosing ancestors: the primary education syllabuses in Buenos Aires, Argenti-
- na, between 1975 and 1990. P.G. Stone; B.L. Molyneaux (Eds.) *The Presented Past. Heritage, Museums and Education*. One World Archaeology 25. London, Routledge: 408-417.
- 1997 ¿A quién entregar las reliquias nacionales? La organización del Museo de la Plata, Argentina, entre 1880 y 1916. G. Mora; M. Díaz-Andreu (Eds.) *La cristalización del pasado. Génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*. Madrid, Málaga, Ministerio de Cultura, Universidad de Málaga: 747-754.
- POHL, W.
- 1997 Identities in the British Isles: A Comparative Perspective. J. Hines (Ed.) *The Anglo-Saxons from the Migration Period to the Eighth Century – An Ethnographic Perspective*. Woodbridge: Boydell Press.
- POLITIS, G.
- 1995 The Socio-Politics of the Development of Archaeology in Hispanic South America. P.J. Ucko (Ed.) *Theory in Archaeology. A World Perspective*. London, Routledge: 197-228.
- POMIAN, K.
- 1990 *Collectors and curiosities. Paris and Venice 1500-1800*. Cambridge: Polity Press.
- RACZKOWSKI, W.
- 1996 "Drang nach Westen"? Polish archaeology and national identity. M. Díaz-Andreu; T. Champion (Eds.) *Archaeology and Nationalism in Europe*. London, UCL Press: 189-217.
- RANDSBORG, K.
- 1994 Ole Worm. An Essay on the Modernization of Antiquity. *Acta Archaeologica*, 65: 135-169.
- RODDEN, J.
- 1981 The development of the Three Age System: Archaeology's first paradigm. G. Daniel (Ed.) *Towards a history of archaeology*. London, Thames and Hudson: 51-68.
- ROSENBERG, C.M.
- 1990 Introduction. C.M. Rosenberg (Ed.) *Art and Politics in Late Medieval and Early Renaissance Italy, 1250-1500*. Notre Dame, Indiana, University of Notre Dame Press: 1-10.
- RUIZ ZAPATERO, G.; ALVAREZ-SANCHÍS, J.R.
- 1997 El poder visual del pasado: prehistoria e imagen en los manuales escolares. G. Mora; M. Díaz-Andreu (Eds.) *La cristalización del pasado. Génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*. Madrid, Málaga, Ministerio de Cultura, Universidad de Málaga: 621-633.
- SCHÁVELZON, D.
- 1988 Las excavaciones en Zaculeu (1946-1950): una aproximación al análisis de la

- relación entre arqueología y política en América Latina. N.J. Saunders; O. Montmollin (Eds.) *Recent Studies in Pre-Columbian Archaeology I*. BAR International Series 421(I). Oxford, British Archaeological Reports: 167-190.
- 1989 The History of Mesoamerican Archaeology at the Crossroads: Changing Views of the Past. A.L. Christenson (Ed.) *Tracing archaeology's past : the historiography of archaeology*. Carbondale, Southern Illinois University Press: 107-112.
- SCHNAPP, A.
- 1993 *The Discovery of the Past*. London: British Museum Press.
- 1996 French archaeology: between national identity and cultural identity. M. Díaz-Andreu; T. Champion (Eds.) *Archaeology and Nationalism in Europe*. London, UCL Press: 48-67.
- SHNIRELMAN, V.A.
- 1996 The faces of nationalist archaeology in Russia. M. Díaz-Andreu; T. Champion (Eds.) *Archaeology and Nationalism in Europe*. London, UCL Press: 218-242.
- SIMOCK, A.V.
- 1984 *The Ashmolean Museum and Oxford Science 1684-1983*. Oxford: Museum of the History of Science, University of Oxford.
- SMITH, A.D.
- 1976 Neo-Classical and Romantic Elements in the Emergence of Nationalist Conceptions. A.D. Smith (Ed.) *Nationalist Movements*. Oxford, Basil Blackwell: 74-87.
- 1991 *National identity*. London: Penguin.
- SØRENSEN, M.L.S.
- 1996 The fall of a nation, the birth of a subject: the national use of archaeology in nineteenth-century Denmark. M. Díaz-Andreu; T. Champion (Eds.) *Archaeology and Nationalism in Europe*. London, UCL Press: 24-47.
- 1998 Rescue and Recovery. M. Díaz-Andreu; M.L.S. Sørensen (Eds.) *Excavating Women. A History of Women in European Archaeology*. London, Routledge: 31-60.
- TORELLI, M.
- 1991 Arqueología e fascismo. J. Arce; R. Olmos (Eds.) *Historiografía de la arqueología y de la Historia antigua en España*. Madrid, Ministerio de Cultura: 232-9.
- TRIGGER, B.G.
- 1980 Archaeology and the image of the American Indian. *American Antiquity*, 45: 662-676.
- 1981 Giants and pygmies: the professionalization of Canadian archaeology. G. Daniel (Ed.) *Towards a history of archaeology*. London, Thames and Hudson: 69-84.
- 1989 *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- UCKO, P.J.
- 1987 *Academic Freedom and Apartheid: The Story of the World Archaeological Congress*. London: Duckworth.
- VÁZQUEZ LEÓN, L.
- 1996 *El Leviatán arqueológico. Antropología de una tradición científica en México*. Leiden: Research School CNWS.
- WAHLE, E.
- 1950 Geschichte der prähistorischen Forschung (I). *Anthropos*, 45: 499-538.
- 1951 Geschichte der prähistorischen Forschung (II). *Anthropos*, 46: 49-110.
- WALTHER, I.F.
- 1993 *Pablo Picasso 1881-1973. Genius of the Century*. Köln: Benedikt Taschen.
- WELSH, P.D.
- 1998 *Ancient Monuments of the Mississippi Valley* by E.G. Squier & E.H. Davis: the first classic of US archaeology. *Antiquity*, 72: 921-7.
- WIWJORRA, I.
- 1996 German archaeology and its relation to nationalism and racism. M. Díaz-Andreu and T. Champion (Eds.) *Archaeology and Nationalism in Europe*. London, UCL Press: 164-188.
- ZWERNEMANN, J.
- 1983 *Culture History and African Anthropology. A Century of Research in Germany and Austria*. Acta Univ. Ups. Uppsala Studies in Cultural Anthropology 6. Uppsala: University of Uppsala.

Recebido para publicação em 5 de abril de 2001.

“UM BANDO DE IDÉIAS NOVAS” NA ARQUEOLOGIA (1870-1877)*

*Lúcio M. Ferreira***

FERREIRA, L.M. “Um Bando de Idéias Novas na Arqueologia” (1870-1877). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 21-33, 2001.

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de discutir a articulação da Arqueologia Imperial com um campo de saber e de poder. A partir desta articulação, levanto algumas questões sobre as relações entre a prática arqueológica, o projeto político Imperial e o Evolucionismo.

UNITERMOS: Arqueologia – Brasil Imperial – Saber – Poder – Evolucionismo.

Há uma rarefação de estudos sobre a História das Ciências Humanas e das Idéias no Brasil. Tome-se, por exemplo, a exigüidade de análises sobre a História da Arqueologia brasileira (Cf. Barreto 1992, 1999; Meggers 1985; Souza 1991; Prous 1992; Funari 1989, 1991, 1994, 1995, 2000; Pinôn 2000). Nem mesmo as obras de referência sobre a História das Ciências no Brasil abordam a disciplina (Cf. Azevedo 1956, Ferri e Motoyama 1979-81, Miceli 1989). Nesta seara de evidente carência faltam pesquisas mais amplas sobre a Arqueologia oitocentista, momento de constituição institucional e epistêmico da disciplina (Ferreira 1999, 2000,

2001; Pinôn 2000).¹ Com este artigo gostaria de contribuir para o debate. Valendo-me das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pretendo analisar a Arqueologia conforme ela foi praticada em sua articulação com o projeto político Imperial e o evolucionismo. Por outra, tento entender os usos políticos da Arqueologia num contexto em que a estabilização do sistema monárquico de dominação começava a apresentar suas primeiras fissuras.

(*) À memória de meu primo, mais amigo do que primo, Fabrício Ronaldo Menezes.

(**) Mestre em História pela UNICAMP. Professor de História do Colégio Dom Bosco, Americana, SP.

(1) Durante o século XIX, a Arqueologia foi praticada por diferentes instituições situadas em diferentes contextos regionais: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), O Museu Nacional (1808), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1868), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Alagoano (1869) e o Museu Paulista (1895).

Assim, na primeira parte deste artigo, procuro demonstrar como a disciplina foi justaposta a um campo de saber e de poder, integrando a rede de conhecimentos tecida pelo IHGB. Na segunda, intencionalmente dissecar o conjunto discursivo específico em que esteve inserida a Arqueologia, direcionando o escopo no sentido de examinar as condições de aparecimento de seu objeto (Foucault 1986, 1995). A perspectiva é a de analisar a disciplina enquanto positividade, enquanto uma prática que, ao imbricar-se com outros saberes, estipulou critérios classificatórios sobre o teor civilizacional das sociedades indígenas, postulou para elas um lugar social na identidade da Nação e forneceu elementos para a definição de uma política indigenista de integração.

A produção de um saber sobre o Brasil

Como se sabe, o evolucionismo, juntamente com o positivismo, foi arma de justificação intelectual e científica – como então se pretendia – para a implantação da República. De acordo com Silvio Romero (1986: 23), o “bando de idéias novas”, ambientadas no Brasil a partir de 1870, mostrou o sofisma do Império em toda a sua nudez. Não se deve supor, porém, que o Estado Imperial não se valeu da “arma republicana” como tática para continuar “sofismando”, como estratégia para os embates políticos que então se travavam. O Museu Nacional,² por exemplo, um dos bastiões da Monarquia, reconhecidamente comungou com o evolucionismo (Schwartz 1989, 1993; Lopes 1997). Quanto ao IHGB, pelo menos no campo da Arqueologia, o uso do modelo efetuou-se a partir de 1873. Contudo, é preciso filtrá-lo no discurso arqueológico, demarcando-o no interior de um diálogo “interdisciplinar” em que o IHGB intercruzou dados e métodos.

Com efeito, não se pode considerar os textos arqueológicos dissociando-os dos outros conjuntos discursivos articulados pelo IHGB. O

que se detecta nas páginas da *Revista*, na verdade, é a produção de um saber sobre o Brasil. O Instituto foi um fórum privilegiado de onde se falava e se olhava o país. Lançando mão de uma série de disciplinas, o IHGB visava legitimar “cientificamente” a manutenção do projeto político centralizador da Monarquia, confeccionando uma rede de informações sobre as diversas províncias e encaminhando propostas que visavam viabilizar a exploração econômica do território nacional. Tal assertiva clarifica-se ao se rastrear o cenário social, político e econômico da quadra histórica em questão.

Em primeiro lugar, apresentavam-se os problemas advindos com a Guerra do Paraguai (1864-1870). É bastante provável que este conflito tenha acirrado as tensões geopolíticas nas áreas de fronteiras. O que pediria, muito mais do que nas décadas de consolidação e estabilização do regime Monárquico, um maior conhecimento destas regiões, das instituições provinciais que as resguardavam e das populações que as habitavam. Nesse âmbito, deve-se lembrar que, historicamente, as áreas circunscritas ao Rio Prata foram palco de diversos conflitos entre a Monarquia e as Repúblicas latino-americanas (1825-28; 1850-52). O domínio geopolítico destas regiões era crucial para o Império, pois possibilitaria sua exploração comercial por meio do monopólio da navegação no Rio Prata, ponto de contato com as Províncias do Sul. Em segundo, a inadimplibilidade da abolição da escravatura ameaçava solapar o regime produtivo assentado na grande propriedade, organizado juridicamente com a Lei de Terras de 1850. Como consequência, prenunciava desatar um dos laços do sistema de dominação nacional, a aliança Coroa-Grande Lavoura de Exportação. A lei do Ventre Livre (1871), medida estratégica que visava protelar a deflagração deste impasse político, foi decretada num momento em que as lavouras agroexportadoras se expandiam para as novas áreas de fronteiras. Urgia, portanto, definir uma política indigenista capaz tanto de assegurar uma mão-de-obra alternativa aos braços africanos, quanto de desobstruir as áreas agricultáveis do domínio das populações indígenas (Ferreira 1999, 2000; Pinón 2000). Capaz de sanear os caminhos para o progresso da civilização Imperial. Por último, e não menos importante, abrava-se o problema

(2) Notar que no frontispício do primeiro volume dos Arquivos do Museu Nacional figura como sócio correspondente o naturalista Charles Darwin. Cf. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol I, 1876.

das raças, da complexa formação étnica da população brasileira, marcada pelo trabalho escravo e pela existência de sociedades indígenas. Problema de difícil solução para os intelectuais do IHGB, que planejavam construir uma identidade nacional pautada sob o conceito de civilização; e intentavam ancorá-la numa cultura ilustrada, fixá-la numa História linear e continuista, *Magistra Vitae*, de onde os heróis e os acontecimentos políticos do passado transmitiriam exemplos para as gerações futuras; assegurá-la numa memória que reuniria personagens e eventos dispersos no tempo e no espaço, que aglutinaria as diferenças culturais plantadas no território nacional. Em suma, estes intelectuais ocupavam-se com a tecelagem de uma auto-imagem, uma representação da Nação a ser veiculada para o conjunto mais amplo dos Estados europeus e para as elites do país.

A prática arqueológica, de fato, articulando-se num espaço de interpositividades, ajudou a propulsar efeitos de poder que pretendiam costurar as fissuras do Estado Imperial. Integrando-se, por meio das expedições científicas, com a Geografia, a Geologia e a História Natural, a Arqueologia promoveu a composição de um maior conhecimento do espaço da Nação. Participou do olhar e do registro sobre as possibilidades de exploração econômica dos territórios, de suas riquezas naturais, sejam aquelas latentes no interior de jazidas, sejam aquelas manifestas e que afloravam à superfície. Do olhar e do registro que vigiavam e fiscalizavam as províncias, suas instituições e os fluxos de suas populações, que esquadrinhavam seus contornos físicos para confeccioná-los numa cartografia identitária. Integrando-se com a Antropologia e a Historiografia, a Arqueologia produziu discursos sobre as sociedades indígenas a fim de resgatar a gênese da Nação, de construir um saber sobre seus diversos povos, passíveis de serem o corolário de um processo histórico continuista e encabeçado por uma "civilização branca". Saber que formulou modalidades de controle sobre estas sociedades ao ocupar-se com a definição de uma política indigenista de integração. Saber que, ademais, tinha nítidos objetivos geopolíticos ao dirigir-se às populações indígenas fronteiriças, no intuito de garantir o poder do Estado Nacional sobre estes espaços ainda não definidos, não coagulados.

Ao contrário de uma visão amplamente difundida, durante o século XIX, as Humanidades não se encontravam completamente cindidas, circunscritas pelos limites de seus objetos, seccionadas na região delimitada por seus métodos. O que se pode notar, pelo menos no interior de uma instituição oficial como o IHGB, é a tentativa de enfeixá-las numa rede epistemológica, de torná-las intercambiáveis, de alargá-las em múltiplas visões e falas.³ No interior desta ambiciosa tentativa em esboço, mesmo as ciências naturais foram estreitadas às humanidades nesta rede de saberes lançada sobre o Brasil. Veja-se, por exemplo, a participação do IHGB no projeto meteorológico dos Professores Carlos Weyprecht e Wilzek, o qual objetivava a criação de estações científicas nas latitudes do Brasil (Cf. RIHGB, 39: 403, 1876). Na ocasião em que o projeto foi elaborado, os intelectuais do Instituto ressaltaram a sua relevância para os estudos antropológicos e arqueológicos (Cf. RIHGB, 39: 406, 1876). Exemplo mais eloquente, contudo, foi a formulação do *Plano para se Escrever a História, Geografia, Etnografia e Estatística de cada uma das Partes do Império* (tomo 40: 437-39, 1877). O objetivo parece claro: montar *corpora* que pudessem fundamentar um saber sobre o país. Particularmente interessante é a inclusão da estatística. Esta técnica matemática, aplicada às populações – entre as quais, obviamente, incluíam-se as indígenas –, serviria para mensurar e contabilizar os seus movimentos, o número de mortos, de doentes, a fecundidade de suas produções, os focos de tensão social etc.. Em suma, serviria à confecção de um saber sobre o Estado e suas populações (Foucault 1994a, Kapalgan 2000).

(3) É provável que uma análise sobre o Museu Nacional, delimitada no mesmo período, encontre uma outra rede de saber e poder. O Museu Nacional estava subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Destinava-se ao estudo da História Natural, particularmente a do Brasil, "sobretudo em suas aplicações à agricultura, indústrias e artes". Suas seções englobavam variados domínios: Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada e Paleontologia Animal; Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral. Havia também uma seção de Arqueologia anexada ao Museu. Cf. Decreto n. 6.116 de 9 de fevereiro de 1876. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol I, 1876.

Parafraseando De Certeau (1979), pode-se dizer que pesquisas arqueológicas são realizadas a partir de um *locus* de produção sócio-econômico, político e cultural. Situada no suporte institucional do IHGB, a prática arqueológica pôde ser aplicada, sobretudo, sobre as populações indígenas, embora, como foi visto, tenha atuado num campo de saber e de poder mais abrangente. O exame da emergência de seu objeto, de sua posição numa formação discursiva, talvez possibilite o discernimento dos critérios segundo os quais estes povos indígenas foram avaliados.

O IHGB e a Arqueologia Evolucionista: Selvagens e *Phases de Civilização*

Após 1870, com a aclimatação das idéias positivo-evolucionistas em solo nacional, o objeto de estudo da Arqueologia englobou uma tríade de problemas: qual a origem das sociedades indígenas? os indígenas seriam autóctones ou teriam imigrado de um outro continente? é possível avaliar o grau de civilização das sociedades indígenas? Mais do que um *corpus* organizador da disciplina, estas perguntas emergiram de relações de força precisas, particularmente as que recortaram a questão das raças e da identidade nacional. Resultaram da inserção da Arqueologia num espaço de interpositividades, o qual lhe permitiu criar dispositivos para uma política indigenista de integração e fundar um regime discursivo que classificou as sociedades indígenas. Princípios e signos que legitimaram e definiram o lugar a ser ocupado pelos indígenas na rígida hierarquia do Estado Imperial.

Um conjunto de textos de dois autores permite demarcar a vigência da Arqueologia evolucionista no IHGB. O primeiro é José Vieira Couto de Magalhães, o Barão de Corumbá, que em 1873 publicou o seu *Ensaio de Antropologia* (1873), texto do qual resultou *O Selvagem* (1935 [1876]), obra que figurou na Exposição Universal da Filadélfia (1876).⁴ José Vieira Couto

presidiu as Províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso (1863-68), o que lhe facultou a oportunidade de realizar pesquisas de campo sobre os grupos indígenas entranhados nos sertões do Brasil. Realizou diversas viagens pelo Norte e Nordeste do Brasil, cujos frutos trouxeram, além de pesquisas em Arqueologia e Antropologia, descrições geográficas e geológicas, considerações administrativas e econômicas acerca de diversas localidades. Acresce a isso seu plano de colonização dos indígenas. Vieira Couto acreditava que os indígenas eram aptos à civilização. Defendia a integração do "elemento indígena" à sociedade brasileira por meio do trabalho, como mão-de-obra alternativa aos braços escravos. Sua idéia era a de formar "soldados intérpretes" que chefiassem os aldeamentos indígenas.

O segundo autor é Antonio Manoel Gonçalves Tocantins. Este engenheiro industrial formado pela Universidade de Gand, na Bélgica, atuou sobretudo na província do Pará.⁵ Ali foi secretário da Repartição de Obras Públicas. Em 1880, executou, a serviço do Império, uma longa exploração do rio Trombetas (PA) e seus confluentes. Estudioso do Tupi, Tocantins travou inúmeros contatos com grupos indígenas do Pará. Os resultados de suas pesquisas apareceram pela primeira vez, nas páginas da Revista do IHGB, em 1876, quando publicou o seu *Relíquias de Uma Grande Tribo Extinta* (RIHGB, 39: 51-64, 1876). Neste ensaio, o autor descreve e analisa os vestígios cerâmicos da Ilha do Pascoval (PA), situada próxima à de Marajó (PA). Tendo como pressuposto esta análise empírico-descritiva, investiga o cotidiano da

36: 563, 1873; 5^a Sessão em 7 de julho de 1876. RIHGB, 39: 377-86, 1876 (leitura de *O Selvagem*); 8^a Sessão em 18 de agosto de 1876. RIHGB, 39: 400, 1876 (leitura da obra *Comparações entre o Guarani e o Tupi antigos, Guarani falado no Paraguai e o Tupi falado no Amazonas*). Para maiores detalhes biobibliográficos sobre Vieira Couto, Cf. *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro, IHGB, 1993: 53-55.

(5) Tocantins foi admitido como sócio do IHGB em 1873. Cf. 13^a Sessão em 5 de dezembro de 1873. RIHGB, 36: 604, 1873. Detalhes biobibliográficos podem ser conferidos no *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro, IHGB, 1993: 171-72.

(4) Vieira Couto participou ativamente das pesquisas arqueológicas e antropológicas do IHGB. Ali suas obras eram freqüentemente lidas e comentadas durante as reuniões. Cf. 4^a Sessão em 25 de julho de 1873. RIHGB,

sociedade que fabricou as cerâmicas. Tenta responder às seguintes perguntas: "Que povo foi este? A que grau de civilização chegou? Qual foi a sua maneira de viver? Qual a sua origem?" (RIHGB, 39: 51, 1876). Em seu segundo ensaio, Manoel Gonçalves efetua uma análise filológica e antropológica sobre a *Tribo Munducuru* (RIHGB, 40: 10-161, 1877). Descreve as pinturas rupestres dos ancestrais da "tribo", as quais ele compara com as "tradições" ainda vivas. Investiga também os primeiros contatos culturais realizados entre os Munducurus e os colonizadores quinhentistas, objetivando extrair exemplos para a formulação de uma política indigenista destinada às regiões de Belém (PA) e adjacências.

Poder-se-ia objetar que estes textos seriam insuficientes para caracterizar a disciplina, que o seu diminuto conjunto teria sido um acontecimento fugaz no interior da trajetória da Arqueologia brasileira, reles acontecimento fadado a permanecer em silêncio na memória deste saber. Contudo, deve-se considerar, em primeiro lugar, que o IHGB já praticava pesquisas arqueológicas desde 1839, conforme se pode aquilarat no primeiro tomo de sua Revista (Cf. Ferreira 1999). De maneira que, tais textos, analisados como parte integrante da produção arqueológica da instituição, configuraram uma reordenação epistemológica, pois, antes de 1873, o evolucionismo não fundamentava a positividade da Arqueologia (Cf. Ferreira 2000, 2001). Em segundo lugar, as obras de Vieira Couto e Gonçalves Tocantis inscrevem-se no mesmo solo espistêmico que orientou as pesquisas dirigidas por outras instituições. O exame destes textos, portanto, oferece a oportunidade de se cotejá-los com outros conjuntos discursivos, notadamente, no que se refere ao período em questão, com os do Museu Nacional. Em terceiro lugar, após 1870, um evento demonstra que a Arqueologia praticada pelo IHGB gozava de um certo prestígio no quadro das pesquisas arqueológicas internacionais. Trata-se do *Congresso Internacional dos Americanistas* (Cf. RIHGB, 39: 369, 1876), realizado em Luxemburgo, em 1877. O IHGB foi convidado para participar da Comissão de Organização, cabendo-lhe versar sobre a Antigüidade do Homem Americano (Cf. RIHGB, 39: 403, 1876).

De fato, ainda que representem um pequeno conjunto, tais textos merecem ser estudados, até porque a recepção da Arqueologia ao evolucionismo permanece como uma análise ainda a ser feita pelos estudiosos da História da disciplina no país. Sob este aspecto, tanto em José Vieira Couto, quanto em Manoel Gonçalves Tocantis, notam-se os enunciados da teoria. O primeiro, em seu *Ensaio de Antropologia* (1873: 408 – grifos meus), assevera:

"(...) a anthropologia demonstra que o homem physico passou sempre *d'un período mais atrasado para um mais adiantado* (...)"

O segundo, em *Relíquias de uma Grande Tribo Extinta* (1876: 52 – grifos meus), afirma, "(...) alguns artefactos ceramicos que aqui tem sido descobertos, e outros que ainda existem *enterrados*, são, por assim dizer, as unicas reliquias que restam d'esta tribo, hoje totalmente exticta. Porém, *considerações de alto valor prendem os produtos ceramicos* ao estudo dos povos primitivos e aos das diversas phases de sua *civilisação* (...)"

Ora, a partir destas citações, e dos comentários já feitos sobre estes textos, pode-se averiguar a configuração específica em que a Arqueologia evolucionista do IHGB esteve disposta. Com efeito, a disciplina inseriu-se num espaço de interpositividades que a articulou com a Geologia, a Antropologia, a Filologia e a Historiografia. Constituindo-se no espaço definido por estes saberes que lhe foram coetâneos, a Arqueologia pôde formular hipóteses sobre a origem dos indígenas e criterizar sobre o teor civilizacional de seus variados grupos.

Integrando-se com a Geologia, a Arqueologia evolucionista instituiu uma intermediação com dois conceitos. O primeiro é o de artefato. Conceito nuançado que engloba duas facetas indissociáveis: ele é uma materialidade física, é composto por uma matéria-prima que diz do que ele é feito – portanto, um problema a ser deslindado pela Geologia; é ao mesmo tempo uma atividade humana de transformação, o trabalho de confecção de uma matéria-prima que o materializa, é uma tecnologia que permite a exploração do meio-ambiente – portanto, um problema a ser pesquisado também pela Antropologia. Para se ter uma idéia de como os artefatos passam a ser um dos focos de análise da Arqueologia, veja-se como o Museu Nacio-

nal preocupou-se em ordená-los e classificá-los.⁶ Charles F. Hartt (1876a) descreveu e analisou o material lítico conservado no Museu, além de tecer considerações sobre tangas de cerâmica indígenas (1876b); Domingos Soares Ferreira Pena (1877) fez o mesmo com os vestígios cerâmicos dos sambaquis do Pará; Ladislao Neto (1877), por sua vez, escreveu alguns apontamentos sobre tembetás.

O outro conceito é o de sítio arqueológico. Ao lado dos artefatos, este é o objeto empírico fundamental da Arqueologia evolucionista – como ainda o é da Arqueologia pré-histórica contemporânea. Sem ele, não se poderia angariar os artefatos, pois estes agora estão sobretudo “enterrados”. Não basta colecioná-los quando eles, por obra do acaso, aparecem na superfície.⁷ Os sítios arqueológicos são os depositários dos tesouros, das “reliquias” do passado que jazem, intocadas em seu mutismo, nos arquivos da terra. As jazidas arqueológicas devem agora ser compulsadas, devem ser escavadas para que delas se retirem os resíduos de uma sociedade “extinta”. Somente assim poderá-se à lê-los, fazê-los falar, dirigindo-se aos signos que neles estão depositados. Não foi à revelia, portanto, que Karl Rath (1871) instou o IHGB para que o acompanhasse em seus estudos sobre os sambaquis existentes no interior do país. Desta importância conferida aos sítios arqueológicos surgiram as pesquisas sobre os “montes de conchas” concretizadas por Charles Wiener (1876) e Domingos Soares Ferreira Pena (1876).⁸

As regras de uso destes conceitos possibilitaram à Arqueologia o desdobramento de algumas análises. Tratava-se, inicialmente, de descrever a composição geológica e

geográfica do sítio arqueológico. Dava-se ênfase à sua situação topográfica, suas dimensões, sua forma e sua localização no quadro de um meio-ambiente mais amplo. A tarefa, portanto, era a de caracterizar a posição do sítio no interior de uma estrutura geográfica e geológica (Cf. Rath 1871: 289, Wiener 1876: 4-7). Este determinismo geográfico permitiu, em primeiro lugar, o entendimento da função do sítio arqueológico. Era o imperativo constringente da natureza, a força irredutível do meio-ambiente, os caprichos das oscilações e ciclos ecológicos que conduziam as sociedades indígenas na escolha de suas moradias. Ladislao Neto (1876b), por exemplo, enfatizou que os sambaquis do Sul do Brasil eram estações de pesca, locais de ocupação esporádica das tribos do interior, que fugiam do minuano do inverno em busca de temperatura mais amena e da pesca farta do litoral. Tal conclusão foi alicerçada pela análise dos vestígios arqueológicos e pela observação antropológica. Havia ali muitas espinhas de peixe, artefatos de pedra e “louça” semelhantes aos encontrados no interior. Restos de fogueiras confirmam, além disso, um hábito comum destas tribos sertanejas: quando vão aos rios pescar, sobretudo à noite, os índios costumam se aconchegar ao fogo. Domingos Soares F. Pena (1876) concordou com Ladislao Neto. Os sambaquis do Pará também serviram às ocupações sazonais. Vindos do interior das densas florestas, os índios, esquivando-se da umidade sufocante do verão, desciam para o litoral, acompanhando o movimento decrescente das águas e a imigração dos animais. Assentavam ali suas “malocas” temporárias. Também aqui os artefatos e a Antropologia lastraram a conclusão. Os materiais toscos dos sambaquis mostram bem que estes índios eram selvagens, viviam da caça, não conheciam nem ao menos os rudimentos da agricultura. Daí estes índios serem impingidos pela implacabilidade da natureza, migrando de uma região para outra, enterrando seus mortos ao sabor das idas e vindas, misturados entre as conchas amontoadas, sob o chão que dormiam. A “repugnância” deste costume, sem dúvida, mostra que o povo que deu origem aos sambaquis é realmente selvagem. Em segundo lugar, as observações geológicas dos sítios

(6) Esta preocupação com o ordenar e o classificar podem ser averiguadas no Art. 1 do Decreto n. 6.116 de 9 de fevereiro de 1876. Cf. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol I, 1876.

(7) Antes de 1870, os artefatos eram solicitados aos sócios correspondentes do IHGB. Cf. 108^a Sessão em 20 de julho de 1843. *RIHGB*, 5: 382, 1843; 146^a Sessão em 18 de março de 1846. *RIHGB*, 8: 152-55, 1846; 148^a Sessão em 30 de abril de 1846. *RIHGB*, 8: 289, 1846.

(8) Para se medir a importância que os sítios arqueológicos passaram a ter, vale a pena citar uma frase de Wiener: “... o humilde sambaqui tem para a sciencia universal a mesma importancia que a majestosa pyramide do Egypto ou do Mexico...” (1876: 20).

arqueológicos embasaram a fixação de uma cronologia sobre o povoamento do Brasil. Ora, os artefatos estão agora encravados num depósito sedimentar, instalados num tempo geológico. Os artefatos, agora, estampam um calendário. Podia-se, portanto, determinar a antigüidade da tribo tomando-se por base a camada geológica em que eles se encontravam. Assim, Wiener (1876) calculou que os sambaquis tinham dois ou três séculos. Domingos Soares Ferreira Pena (1876: 86) resolveu não fixar uma cronologia, pois, segundo ele, os sambaquis estavam extremamente erodidos devido à ação eólica e do relevo. Vieira Couto (1873: 409), por sua vez, datou a primeira imigração para o Brasil no período da "Pedra Polida", mais especificamente no "Paleolítico Superior", de acordo com os instrumentos localizados "nos mais antigos sedimentos da época quaternária". Deste modo, esta imigração situar-se-ia "mais ou menos a cem mil anos atrás" (1873: 409). Sendo os selvagens filhos da imigração, efetuada depois que transpuseram, em outro continente, o primeiro estágio da civilização, Vieira Couto lamenta a ausência de coleções de artefatos no Brasil. Estas, se ligadas a suas devidas estruturas geológicas, se não coletadas erradamente, permitiriam o estabelecimento de uma cronologia mais segura da imigração originária.

As análises empírico-descritivas dos artefatos seguiam princípios similares aos feitos no campo da História Natural e da Geologia. Tentava-se isolar, por meio do pormenor descritivo, as identidades e diferenças dos artefatos – assim como se procedia com a natureza das plantas e dos animais (Cf. Netto: 1876a), com as formações geológicas e geográficas (Cf. Derby: 1877). Feita esta tarefa, podia-se avaliar o grau de civilização dos indígenas. Já se viu como Domingos Soares Ferreira Pena (1876), combinando determinismo geográfico e análise dos artefatos, classificou os indígenas como selvagens, povos ignorantes do saber agrícola. Neste ponto, as análises de Ferreira Pena convergem com as de Vieira Couto (1873: 407). Também este autor, após longa descrição dos vestígios, percebeu que alguns deles indicavam a existência de populações que não passaram por nenhum período de civilização, que não conheciam nem ao menos a agricultura. Não haveria razões,

portanto, para deixá-los viverem nos extensos territórios do Norte e Centro-Oeste sem colonizá-los. O Estado Imperial deveria, assim, tomar para si a tarefa de salvá-los de sua subjugação brutal à natureza, deveria incluí-los no plano da civilização, deveria ensiná-los a plantar e a colher os frutos da terra, os frutos do trabalho agrícola. As amplas fronteiras teriam que ceder ao ímpeto do progresso, teriam que render-se à monocultura do café ou de outros gêneros. Era preciso, portanto, integrar os indígenas e suas terras aos interesses administrativos e econômicos do Império.

Era preciso formular uma política indigenista que encaminhasse o "processo civilizador" (Elias 1993, 1994). Até porque alguns povos detinham costumes abjetos. Seus ancestrais, por meio da tradição oral, haviam-lhes irremediavelmente transmitido por herança. Wiener (1876: 17 e segs.), por exemplo, a partir do exame das evidências ósseas fornecidas pelos esqueletos humanos, mostra como alguns deles estavam friáveis, calcinados e incompletos. Só poderiam ser então restos de refeições, pois a carne humana era muito apreciada pelos índios dos sambaquis, eram eles um povo "que via em seu semelhante somente um objecto de alimentação". Seus banquetes, cujo prato principal era a carne dos inimigos, satisfaziam o apetite do ódio e a extraordinária fome de vingança de que eram possuidores (Pena 1876: 88). Mas há outros costumes "repugnantes". Os índios dos sambaquis enterram os seus mortos no mesmo solo onde dormem, entre vestígios alimentares (espinhas de peixes e conchas), no meio do lixo e o mais perto possível do pai, irmão, mãe, filho e mulher do falecido. Se o Império quer construir sua identidade nacional sob o signo do progresso e da civilização, se quer realmente confeccionar uma auto-imagem digna de ser exibida para suas elites e para as Nações europeias, deve integrar os índios à civilização. Deve, fazendo-os conviver com os brancos, incutir-lhes costumes nobres. Contudo, nem tudo está perdido. Manoel Gonçalves Tocantins (1876), estudando o cotidiano da sociedade que produziu as "relíquias" da "cultura marajoara", analisando-asmeticulosamente, enfatizou que o povo que as fabricou era "bastante adiantado na indústria cerâmica" (p. 60). Pode-se levá-las para as grandes Exposições Universais, festas do

trabalho e do progresso (nas palavras de Schwarcz 1998), onde elas mostrariam que o Império possui uma gênese histórica fundada sob uma cultura sofisticada. Nem tudo está perdido. Algumas tribos sujeitar-se-ão com mais facilidade às normas de uma política indigenista. Afinal, já estão habituadas ao labor e ao esmero industrial.

Com efeito, esta articulação entre a Arqueologia e a Geologia só pode ser entendida plenamente considerando-se a inclusão da Antropologia nesta dimensão discursiva. O que se constata é que a Arqueologia e a Antropologia, percorrendo um mesmo campo de manifestações empíricas, não foram praticadas em domínios estanques e hierarquizados, sulcadas em momentos diferenciados da abordagem sobre as populações indígenas, cada qual em sua *démarche*. Ao contrário, pode-se dizer que a Arqueologia, entre 1870 e 1877, teve uma relação simbólica com a Antropologia. Ela não surgiu, como no espaço europeu, da Filologia, onde esteve subordinada sobretudo à História (Bandinelli 1994; Funari 1998, 1999b). Nem tampouco foi concebida como simples subsidiária da Antropologia, como em seus desdobramentos iniciais na América do Norte (Funari 1998).

Daí a presença, nesta formação discursiva, da Antropologia Física – o estudo comparativo das raças, a classificação morfológica das raças indígenas.⁹ Dá-se início, no Brasil, à utilização de uma tecnologia de poder, a craniometria, por meio da qual a categoria raça, medida em suas "falsas dimensões" (Gould 1981), legitimou a conformação de identidades e fundamentou num "discurso verdadeiro" os racismos oficiais (Foucault 1988, 1994a, 1994b, 1999; Jones 1997; Marx 1998; Milles 1989; Patterson 1997; Trigger 1990). Foi assim que Batista Lacerda (1876a, 1876b), com base em

(9) Antes de 1870, Lund havia praticado uma espécie de frenologia, comparando os crâneos fossilizados que ele descobriu em Lagoa Santa (MG) com crânios egípcios. Cf. Carta Escrita de Lagoa Santa ao Sr. Primeiro Secretário do Instituto. *RIHGB*, 4: 80-7, 1842. Martius, em sua metodologia antropológica para os estudos das "raças vermelhas", sugeriu a análise comparativa das raças. Cf. *Como se Deve Escrever a História do Brasil*. *RIHGB*, 6: 389-411, 1844. Gonçalves Dias também, antes de 1870, já lia literatura antropométrica. Cf. *Brasil e Oceania*. *RIHGB*, 30: 5-271, 1867.

seus estudos craniométricos, pôde organizar o primeiro *Curso de Antropologia do Museu Nacional* (Lacerda 1877). Foi assim, também, que Vieira Couto (1873, 1935) pretendeu interpretar os Tupis do ponto de vista físico e moral. Partes de um mesmo processo, os corpos dos Tupis, suas medidas morfológicas e características físicas, forneceriam os indícios para o estudo de sua moral, as provas de sua perfeição ou imperfeição intelectual. Ora, se os Tupis migraram de outro continente quando estavam na primeira fase da civilização, resta buscar na compleição de seus corpos e na linha recuada de seu passado – o qual pode ser perscrutado nos registros arqueológicos e geológicos –, o estágio de evolução em que se encontram suas populações, habitantes do "Grande Sertão Interior", isolados na vida bucólica das florestas tropicais. Isolados dos intercâmbios com a "cultura branca", ocidental, civilizada.

Nesta perspectiva de caracterização cultural das sociedades indígenas, no bojo deste trabalho de esquadrinhamento de suas populações, também a Filologia foi utilizada. Conhecendo-se os dialetos indígenas, os fonemas e regras sintáticas de sua linguagem, pode-se entender os mitos de sua cultura, pode-se demonstrar como sua visão cosmológica, sua visão do tempo, possuem formas primárias de percepção e explicação do mundo. Formas fetichistas. A Filologia, assim, sofreu uma irrupção de temporalidade. Serviu para se mensurar o tempo, o limiar que separa os selvagens da civilização. Se os artefatos, enquanto documentos, permitem a inferição de um calendário e do grau cultural dos indígenas, também seus dialetos apontam para um passado distante e selvagem, confirmado pela observação do presente, pela Antropologia. Os indígenas, de fato, são selvagens. Não somente seus artefatos e suas línguas revelam-no: ao contrário das civilizações meso-americanas, não há no Brasil grandes monumentos arquitetônicos (Cf. Magalhães 1873: 501).

A Antropologia Física e a Filologia, atuando em rede com os discursos Antropológico e Arqueológico, possibilitaram a averiguação da origem dos indígenas. Assim, Manoel Gonçalves Tocantins, em seus estu-

dos sobre a *Tribo Munducuru* (1876), argumenta sobre a especificidade da Língua e dos traços anatômicos do grupo. Daí ter ele levantado a hipótese poligenista para explicar o surgimento das sociedades indígenas. Se seus grupos são a prova empírica dos diferentes centros de criação da humanidade, trata-se de determinar seu teor civilizacional. Neste sentido, também em Gonçalves Tocantins, os dialetos têm o mesmo valor documental que os artefatos. Se a indústria cerâmica da população de um sambaqui do Pará representa um estágio avançado de civilização, não é o que se depreende da linguagem dos Munducuru. Seus mitos, se comparados com os registros rupestres de seus ancestrais – ou por outra, se comparados com os testemunhos arqueológicos –, mostram toda a primitividade e insipienteza de suas concepções sobre o mundo, revelam uma humanidade na infância, em seus primeiros passos em direção à civilização. Também em Gonçalves Tocantins, a Arqueologia e a Antropologia se regulam num mesmo jogo de relações discursivas. Assim é que, a partir das evidências arqueológicas, ou seja, valendo-se dos fragmentos cerâmicos, ele procurou reconstituir a organização social da tribo semi-avançada, remontar o seu cotidiano. Suas próprias perguntas indicam este objetivo: "Como viveram eles? A que grau de civilização chegaram?".

Embora os indígenas tenham sido definidos como pertencentes a uma tribo, a um grupo arraigado a um tronco filológico-cultural, simultaneamente foram incorporados num discurso teleológico que os reuniu num mesmo bloco histórico. E aqui se destaca a articulação da Arqueologia e da Antropologia com o projeto historiográfico do IHGB. Projeto que supunha a existência de um *telos* que guiava o processo histórico de uma Nação destinada ao progresso e à civilização; que primava por uma ontologia da profundidade, uma leitura que realçasse na História da Nação um reencontro do presente com o passado, representado, quem sabe, por uma cultura elaborada, perdida em algum período longínquo, em algum momento civilizacional das sociedades indígenas. Nesta tarefa, a função da Arqueologia e da Antropologia não seria tanto a de atentar para a singularidade cultural de cada grupo indígena. Tomando como vetor

os vestígios arqueológicos e a "atual" organização social de uma tribo, elas deveriam desanuviar sua origem nebulosa e a sua *phase* civilizacional. Deveriam interpretar os eixos de contato com os remanescentes da "tradição", os elos de continuidade entre o presente e o passado. A Historiografia, disposta destes dados, tentaria enredá-los num discurso universal e indívito que apagaria todas as diferenças e descontinuidades. Procuraria construir um sujeito coletivo coroado, se possível, por uma sociedade evoluída, antepassados da nobreza Imperial, da elite ilustrada que impulsionava a marcha civilizatória da Monarquia brasileira.

Entretanto, a Arqueologia evolucionista – e a Antropologia – do IHGB não conseguiu comprovar traços de cultura indígena elaborada. Nas palavras de Vieira Couto, que soaram como um desabafo, ou como um lamento, a Pré-História brasileira, ao contrário das vizinhas Repúblicas latinas, não revelou nenhum grande monumento, nenhuma soberba pirâmide erguida no seu vasto território. Pelo contrário, a Antropologia e a Arqueologia evolucionista demonstraram empiricamente – como se pretendia – que os indígenas são selvagens. Frustraram a tentativa de representá-los na imagem de uma Nação que se queria civilizada. Os grupos indígenas, deste modo, foram excluídos do discurso historiográfico. Só interessavam, agora, como elemento de riqueza, como possível mão-de-obra sucedânea aos braços escravos. Eles agora são definitivamente selvagens, primitivos. Suas sociedades, como que refletidas num gradiente, no máximo possibilitariam a apreensão de uma maior ou menor evolução cultural. Quiçá algumas estariam numa fase mais avançada do processo histórico-evolutivo da humanidade. Os selvagens, deste modo, deveriam ser integrados à Nação pelas mãos benfazejas do Estado Imperial, representantes da civilização nos trópicos. Neste sentido, talvez se possa entender a radicalização de alguns pronunciamentos de intelectuais ligados ao IHGB. Roberto Armino, por exemplo, via na introdução das máquinas a vapor uma forma de "libertar as raças de cor" (Cf. RIHGB (37): 390, 1874). As raças de cor (obviamente aqui se incluem os negros)

deveriam ser libertadas! A política indigenista de integração transformou-se numa forma de libertação. Era preciso livrar estes povos das amarras da escravidão selvagem das matas, orientá-los através da topografia das ferrovias, este símbolo tão caro da civilização e do progresso.

Mas, pensando bem, esta radicalização ainda é suave. Num momento em que os indígenas eram escravizados e exterminados com alguma sistematicidade, Armino foi pedagógico. Procurou integrar os indígenas ao Estado Imperial através da educação pelo trabalho. Trabalho pontuado ao ritmo do tempo de produção dos "brancos", não mais ao "som da mão-de-pilão", mas ao do apito regular das ferrovias. Antes da aclimatação do evolucionismo, houve, contudo, propostas menos pedagógicas, mais belicistas. Francisco A. Varnhagen, historiador e conselheiro oficial do Império, recomendou o extermínio de todos os índios "não mansos" (Ferreira 2001) como forma de desobstruir o caminho do Brasil rumo à civilização. Décadas depois da proposta de Armino, o evolucionista Von Ihering, do interior do Museu Paulista, retomou o debate. Seguindo a marcha militar de Varnhagen, sugeriu o extermínio sistemático dos Kaiagang (Cf. Ihering 1911), dos selvagens que estorvavam o progresso da Nação. Estranho contraste este entre um historiador, um Diretor de Museu e um engenheiro!

E a história se repete, com variações. Tem-se um exemplo mais recente do uso do evolucionismo para "civilizar" o Brasil. Hélio Jaguaribe (1994), decano cientista político e ex-ministro da Ciência e Tecnologia do Governo Collor (1990-92), um dos principais conselheiros de Fernando Henrique Cardoso na campanha à presidência de 1994, propôs, nas entrelinhas de um dos seus artigos, uma "limpeza étnica" entre os índios. Sob a justificativa de que a maioria deles – somente "200 mil almas"! – vive em pleno paleolítico, outros poucos no neolítico. E, consequência inevitável, "o destino histórico do índio brasileiro é deixar de ser índio e se tornar um cidadão brasileiro". Curiosa permanência a se observar ao longo da História brasileira esta tentativa de integrar o "velho" ao "novo", de forma a que as rupturas sejam evitadas. Hélio Jaguaribe, como conselheiro oficial, lembra Varnhagen.

Conclusão

Os estudos das relações históricas entre a Arqueologia e o Estado apresentam-se, hoje, como um dos principais campos de pesquisa da disciplina (Diaz-Andreu 1996, 1999). Teorias Arqueológicas, historicamente, quase sempre estiveram a serviço da dominação social (Hodder 1992, Shanks and Tilley 1987), e o debruçar-se crítico sobre os seus materiais históricos tem revelado os vínculos estratégicos da disciplina com a formação de Estados-Nações e identidades sociais e históricas (Haber 1999, Daniel 1981, Jones 1997, Funari 1999a, Patterson 1997), com o Imperialismo e o Colonialismo (Rodrigues 1991; Trigger 1984, 1990; McGuire and Navarrete 1999). Escrever a História da Arqueologia Imperial em suas correlações com campos de saber e poder, portanto, pode servir tanto para o entendimento da constituição de sua constituição epistêmica, quanto para a compreensão dos mecanismos por meio dos quais se fabricaram interpretações racistas e elitistas da identidade brasileira.

O que é tanto mais importante na medida em que os embates e enfrentamentos do presente liberam um certo número de imagens do passado. A festa identitária da Comemoração dos 500 anos do Brasil, cuja celebração reforçou os três componentes de "nossa" Nação imaginada (Anderson 1986) – identidade lusa, católica e cordial –, tratou a Marcha Indígena 2000 a cassetetes e bombas de "efeito moral" (Cf. *Folha de São Paulo*, 23/04/2000: 3-12). Indígenas de etnias diversas continuam a ser exterminados (Cf. Antenore 1999, Natali 1999); são freqüentes, ademais, as denúncias de assassinatos de seus líderes (Cf. *Informe do CIMI*, n. 423: 2 p.) e de abuso sexual de índias Yanomâmis por soldados do Exército brasileiro (Cf. *Folha de São Paulo*, 22/10/2000: 12). Os conflitos pela demarcação das terras têm motivado os indígenas a invadir fazendas (Cf. *Folha de São Paulo*, 26/08/2000: 13) e a seqüestrar pescadores que adentram suas reservas (Cf. *O Estado de São Paulo*, 7/08/2000: 15). Por outro lado, na via da ação legal, os 350 mil indígenas que sobreviveram ao extermínio pressionam o Governo Federal por um novo estatuto que os liberte da tutela da Funai (Fundação Nacional do Índio) (Cf. *Folha de São Paulo*, 12/11/2000: 5-6); organizam cartas-

protestos contra telenovelas que veiculam estereótipos culturais sobre os seus povos (Cf. *Folha de São Paulo*, 19/11/2000: 14). A integração política dos indígenas à Nação, questão que de certa forma lastrou as condições de possibilidade para a Arqueologia Imperial, é um problema ainda insolvido. Tudo parece indicar que a Arqueologia brasileira, no futuro, terá de fundar suas pesquisas nos termos dos conflitos do presente – não poderá deixar de assistir aos deslocamentos, diferenças e transformações destas imagens do passado que se projetam e reiteram no presente.

Agradecimentos

À FAPESP, por financiar esta pesquisa. Aos amigos e colegas que me ofertaram seus textos (alguns inéditos) e leram as primeiras versões deste artigo, ajudando-me a melhorá-lo: Margarita Diaz-Andreu, Célia Maria Marinho de Azevedo, Pedro Paulo Abreu Funari, Francisco Noelli, David Nogueira, Ana Pinón, Margareth Rago, José Alberione dos Reis. Pelas minhas próprias idéias aqui argumentadas, contudo, sou o único responsável.

FERREIRA, L.M. "A whole bunch of new ideas in Archaeology" (1870-1877). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 21-33, 2001.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the articulation of the Imperial Archaeology related to knowledge and power. From this articulation some matters are raised about the relationship between the archaeological practice, the Imperial political scheme and the Evolutionism.

UNITERMS: Archaeology – Imperial Brazil – Knowledge – Power – Evolutionism.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, B.
1986 *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- ANTENORE, A.
1999 Justiça Interdita 60 Km quadrados por um Índio. *Folha de São Paulo*, 7/03/1999: 13 (Brasil).
- AZEVEDO, F.
1956 *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.
- BANDINELLI, R.B.
1994 A História da Arte como Interpretação Histórica da Forma. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, 1: 227-240.
- BARRETO, M.V.
1992 História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 8: 203-93.
- BARRETO, C.
1999 Arqueologia Brasileira: Uma Perspectiva Histórica e Comparada. P.P.A. Funari; E.G. Neves; I. Podgorny (Orgs.) *Anais da Primeira Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 201-212.
- De CERTEAU, M.
1979 A Operação Histórica. P. Nora; J. Le Goff (Orgs.) *História: Novos Problemas*. 2 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 17-35.
- DANIEL, G. (Ed.)
1981 *Towards a History of Archaeology*. London: Thames and Hudson.
- DERBY, O.A.
1877 Contribuições para a Geologia do Baixo Amazonas. *Arquivos do Museu Nacional*, 2: 73-104.
- DIAZ-ANDREU, M.
1996 Nationalism and Archaeology in Europe: an introduction. M. Diaz-Andreu; T. Champion (Eds.) *Nationalism and Archaeology in Europe*. London: UCL Press: 1-23.
- 1999 Nacionalismo y Arqueología: Del Viejo al Nuevo Mundo. P.P.A. Funari; E.G. Neves;

- I. Podgorny (Orgs.) Anais da Primeira Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 161-180.
- ELIAS, N.
- 1993 *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol II.
- 1994 *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol I.
- FERREIRA, L.M.
- 1999 Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, 4 (1): 9-36.
- 2000 Arqueologia e Geoestratégia: As Fronteiras Imperiais e o Uso das Fontes Arqueológicas. *Arqueweb*. www.ucm.es/info/arqueweb, abril de 2001.
- 2001 Vestígios da Raça Americana: Arqueologia, Etnografia e Romantismo no Brasil Imperial (1838-1870). *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas (no prelo).
- FERRI, M.G.; MOTOYAMA, S. (Orgs.)
- 1979 *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 3 Vol.
- FOUCAULT, M.
- 1986 *A Arqueologia do Saber*. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- 1988 *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, Vol I.
- 1994a La Gouvernementalité. *Dits et Écrits*. Paris, Gallimard: 635-656.
- 1994b Bio-Histoire et Biopolitique. *Dits et Écrits*. Paris, Gallimard: 95-97.
- 1995 *As Palavras e as Coisas*. 7 ed., São Paulo: Martins Fontes.
- 1999 *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- FUNARI, P.P.A.
- 1989 Brazilian Archaeology and World Archaeology: Some Remarks. *World Archaeological Bulletin*, 3: 60-68.
- 1991 Archaeology in Brazil: Politics and Scholarship at a Crossroads. *World Archaeological Bulletin*, 5: 123-132.
- 1994 Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, 1: 23-41.
- 1995 Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil. P.J. Ucko (Ed.) *Theory in Archaeology (A World Perspective)*. London, Routledge: 237-250.
- 1998 Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano. P.P.A. Funari, Pedro (Org.) *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, Campinas: 7-34.
- 1999a Ethnicity and Identity: Archaeology, Education and Brazilian Identity. South Africa: World Archaeological Congress 4, 13 p.
- 1999b Arqueología e Língüística. *DELTA*, 15 (1): 161-176.
- 2000 Western Influences in the Archaeological Thought in Brazil. Second International Meeting on Archaeological Theory in South America. Olavarria, Argentina, 13 p.
- GOULD, S. J.
- 1981 *The Mismeasure of Man*. New York: W.W. Norton.
- HABBER, A.F.
- 1999 Capischango, la ruptura metafísica y la cuestión colonial en la arqueología sudamericana: el caso del noroeste argentino. P.P.A. Funari; E.G. Neves; I. Podgorny (Orgs.) Anais da Primeira Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 129-142.
- HARTT, Ch.
- 1876a Nota: Sobre Algumas Tangas de Barro Cosido dos Antigos Indígenas da Ilha de Marajó. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 21-25.
- 1876b Descrição dos Objetos de Pedra de Origem Indígena Conservados no Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 45-53.
- HODDER, I.
- 1992 *Theory and Practice in Archaeology*. London: Routledge.
- IHERING, H. von
- 1911 *Revista do Museu Paulista*, 8: 112-140
- JONES, S.
- 1997 *The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and the Present*. London and New York: Routledge.
- KAPALGAN, U.
- 2000 The Colonial State and Statistical Knowledge. *History of the Human Sciences*, 13 (2): 37-55.
- LACERDA, B.; PEIXOTO, R.
- 1876a Contribuição para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas: os Botocudos. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 54-75.
- LACERDA, B.
- 1876b Contribuição para o Estudo Antropológico das Raças Indígenas: Notas sobre a conformação dos dentes. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 73-86.
- 1877 Resumo do Curso de Antropologia do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional* (2): 105-163.
- LOPES, M.M.
- 1997 *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: Os Museus e as Ciências Naturais no Século XIX*. São Paulo: Hucitec.

- McGUIRE, R.H.; NAVARRETE, R.
- 1999 Entre motocicletas y fusiles: las Arqueologías radicales anglosajona e hispana. P.P.A. Funari; E.G. Neves; I. Podgorny (Orgs.) Anais da Primeira Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 181-200.
- MARX, A.W.
- 1998 *Making Race and Nation: A Comparasion of the United States, South Africa and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAGALHÃES, J.V.C. de
- 1873 Ensaio de Antropologia. *RIHGB*, 36: 359-516.
- 1935 *O Selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MEGGER, B.
- 1985 Advances in Brazilian Archaeology (1935-85). *American Antiquity*, 50: 364-73.
- MICELI, S. (Org.)
- 1989 *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Idesp, 3 Vol.
- MILLES, R.
- 1989 *Racism*. London e New York: Routledge.
- NATALI, J.B.
- 1999 Esterilização de Índias é investigada na Bahia, 23/05/1999: 18. (Brasil).
- NETO, L.
- 1876a Sobre a Evolução Morfológica dos Tecidos nos Caules Sarmentosos. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 133-144.
- 1876b Instruções a C. Winer pelo Dr. Ladislao Neto. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 2 p.
- 1877 Apontamentos sobre os Tembetás da Coleção Arqueológica do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, 2: 105-163.
- PATTERSON, T.
- 1997 *Inventing Western Civilization*. New York: Monthly Review Press.
- PENA, D.S.F.
- 1876 Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 85-89.
- 1877 Apontamentos sobre os Cerâmetros do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, 2: 47-76.
- PINÓN, A.
- 2000 *La Arqueología y la Construcción de la Identidad en Brasil: el caso del los orígenes del hombre en Brasil*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Dissertação de Mestrado).
- PROUS, A.
- 1992 História da Pesquisa e da Bibliografia Arqueológica no Brasil. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, Editora da UNB: 5-23.
- RATH, C.
- 1871 Notícia Etnológica de um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do Dilúvio Universal. *RIHGB*, 34: 287-92.
- RODRIGUES, D.
- 1991 Reflexões sobre a História da Arqueologia Colonialista e Nacionalista Africana. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 1: 191-194.
- ROMERO, S.
- 1986 Explicações Indispensáveis. *Vários Escritos: Tobias Barreto*. Aracaju: Editora do Estado de Sergipe: 5-11.
- SCHWARCZ, L.M.
- 1989 O Nascimento dos Museus Brasileiros. S. Miceli (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp: 20-71, Vol. I.
- 1993 *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- 1998 *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SHANKS, M.; TILLEY, T.
- 1987 *Social Theory and Archaeology*. Cambridge: Polity Press.
- SODRÉ, N.W.
- 1969 *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOUZA, A.M. de
- 1991 História da Arqueologia Brasileira. *Instituto Anchieta de Pesquisas: Antropologia*, 46: 11-157.
- TOCANTINS, A.M.G.
- 1876 Relíquias de Uma Grande Tribo Extinta. *RIHGB*, 39: 51-64, Parte 2^a.
- 1877 Estudos sobre a Tribo Mundururu. *RIHGB*, 40: 10-161.
- TRIGGER, B.G.
- 1984 Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. *Man*, 19: 355-70.
- 1990 *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WIENER, Ch.
- 1876 Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, 1: 2-20.

OS SAMBAQUIS E O IMPÉRIO: ESCAVAÇÕES, TEORIAS E POLÊMICAS, 1840-1889*

Johnni Langer**

LANGER, J. Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889.
Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 11: 35-53, 2001.

RESUMO: O artigo analisa as primeiras investigações sobre sítios litorâneos, ocorridas durante o reinado de D. Pedro II.

UNITERMOS: Sambaquis – Mito e Arqueologia – Barbárie e civilização.

De todos esses monumentos sepulcrais não há mais vestígio. Mas, sem dúvida alguma, poderíamos reencontrá-los através de escavações. Heinrich Schliemann, *Ítaca, o Peloponeso e Tróia*, 1869.

Um dos aspectos mais pitorescos da Arqueologia é sua característica de estudar, muitas vezes, o entulho de uma cultura. No Brasil, esse papel também não seria diferente. Nossa imenso litoral brasileiro foi habitado por diversas populações indígenas em seu passado pré-cabralino. No período de colonização portuguesa, essas mesmas regiões foram alvo de interesses econômicos, como a exploração da cal de sambaquis.¹ Interessantes sítios

arqueológicos, que receberam seu primeiro debate ainda no Setecentos, prosseguindo suas discussões por todo o século seguinte. A principal polêmica levantada inicialmente a respeito dos sambaquis foi se tinham sido construídos pelo homem ou acidentalmente pela natureza.

O frei Gaspar de Madre de Deus, em seu livro *Memórias para a história da capitania de São Vicente* (1797), descreveu o processo

(*) Este artigo é a modificação do capítulo “O lixo de nossos antepassados”, de nossa tese de doutorado em História: *Mito e ruína, a arqueologia no Brasil império*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, novembro de 2000.

(**) Universidade Federal do Paraná. Pós-Graduação em História, Doutoramento.

(1) *Sambaqui* – Acumulação artificial de conchas de moluscos, tradicionalmente considerados vestígios da alimentação de grupos humanos (Prous 1992, p. 204), mas que atualmente são considerados edificações intencionais. Sítio arqueológico cuja composição seja predominante de conchas. A origem da palavra é

Tupi-guarani: *Tambá*, conchas e *Qui*, monte. Testemunha de bandos recoletores e pescadores do litoral. Apresenta-se como uma pequena colina arredondada, constituída quase que exclusivamente por carapaças de moluscos. Os sambaquis podem chegar a 30m de altura e provavelmente filiam-se a várias fases, ainda que indubitavelmente constituam uma única tradição. Sinônimos: Sernambi, casqueiro, concheiro, ostreiro (Souza 1997: 115). Os sambaquis são incomuns, se comparados a outros sítios indígenas, por três motivos principais: primeiro, porque possuem muitos vestígios de alimentação; em segundo, porque existia uma convivência entre vivos e mortos muito grande – os mortos eram sepultados no mesmo espaço cotidiano do sítio; e terceiro, porque “foram o grupo que deixou a maior quantidade e diversidade de testemunhos de sua permanência no território brasileiro.” (Gaspar 1999: 160).

de formação dos sambaquis ou ostreiras: seriam resultado da acumulação de mariscos coletados pelos indígenas, servindo para cemitérios e nos quais “acham-se machados, pedaços de panelas quebrados e ossos de defuntos.” (1953: 46). A maioria dos escritores desta época acreditava, erroneamente, que esses montes conchíferos teriam sido formados naturalmente, sendo a opinião de frei Gaspar uma exceção significativa.

Até a metade do Oitocentos, o assunto não despertou maiores atenções dos intelectuais brasileiros. Algumas rápidas referências ao assunto foram feitas por Varnhagen, em três momentos diferentes. No primeiro, o historiador encontrava-se vasculhando os arquivos paulistas em 1840, seguindo o levantamento documental proposto pelo Instituto nesta época. Visitando um sambaqui em Cubatão, encontrou crânios e ossos humanos, mas questionou a origem artificial proposta por Madre de Deus (Varnhagen 1840: 525). Nove anos depois, suas concepções começaram a mudar. Agora as ostreiras foram apontadas como possíveis resquícios de antigas civilizações, restos de monumentos de outras gerações (1849: 372). Ao final dos anos 40, outros estudiosos lançaram esforços para o estudo desses restos, como Carlos Rath e Freire Alemão, este último autor de um estudo chamado *Memória sobre a Pirâmide do Campo Ourique do Maranhão*. Varnhagen voltaria ao assunto em sua *História do Brasil* (1854), desta vez comparando nossos sítios com outras regiões do mundo, como vestígios da Dinamarca, norte da Europa, ilhas do Egeu e Antilhas. Na realidade, o intelectual estava bem atualizado durante os anos 50, conhecendo as pesquisas desenvolvidas principalmente nos países nórdicos.

A Dinamarca foi uma das pioneiras nos estudos pré-históricos, recebendo um grande impulso após a obra sistematizadora de Thomsen. Desde 1827, um zoólogo chamado Japetus Steenstrup investigava os sambaquis da região escandinava, denominados *kökkenmøddingers*, considerando os mesmos como formados naturalmente. Durante os anos 40, o arqueólogo Jens Worsaae defendia uma posição contrária, estabelecendo que estes montes seriam obra de antigas populações

litorâneas. A polêmica estava estabelecida. Um comitê, que ficou conhecido por Leje Comission, foi criado em 1847 para tentar chegar a uma conclusão sobre o dilema. Além desses dois especialistas citados, participaram os geólogos J. Forchammer e H. Orsted. Neste mesmo ano, Steenstrup iniciou uma troca de correspondência com Peter Lund, em Minas Gerais, que durou até 1852.² Para Lund era evidente que as acumulações de conchas existentes no litoral brasileiro eram similares às da Dinamarca, e que foram produzidas pela presença humana. Com isso, os pesquisadores nórdicos se viram obrigados a mudar de opinião, um fato consolidado em 1851, quando Worsaae escavou um sambaqui na Jutlândia, descobrindo diversos indícios que apontavam para a artificialidade do sítio (Bahn 1996: 90). Curiosamente, em nosso país essa correspondência de Lund foi praticamente desconhecida. Todos os debates realizados posteriormente no Brasil sobre o assunto fundamentavam-se no reconhecimento científico dinamarquês a respeito da artificialidade dos vestígios conchíferos, desconhecendo esse intercâmbio.

Após Varnhagen, o Instituto seria agraciado com uma série de estudos arqueológicos, a partir de 1864, tratando dos vestígios arcaicos do litoral. A origem deste material não viria de seus sócios ou membros, e sim de uma figura totalmente externa à elite carioca. Um misterioso conde, de origem francesa, deixaria seu nome marcado nos anais da instituição por sua ousadia e determinação.

As aventuras de um conde arqueólogo

Em mais uma sessão promovida pelo Instituto, em novembro de 1864, o futuro marquês de Sapucaí promoveu a leitura de uma carta enviada para a secretaria de estado do Império. Poderia ser mais uma correspondência

(2) A Biblioteca Real da Dinamarca possui duas cartas do intercâmbio entre Lund e Steenstrup, escritas em dinamarquês, datadas de 28/3/1847 e 11/3/1852, com as referências: NKS 3460, 4 e NKS 2677, 2 IV (conforme bibliografia enviada pela arquivista Palle Ringsted, Manuscrit Department).

sem maiores alardes ou comprometimentos. Porém, a mesma consistia em um relatório da descoberta, em Santa Catarina, de ossos e outros vestígios instigantes. Seu autor, o conde de La Hure,³ solicitava ao IHGB o seu parecer sobre esse encontro.

Este pesquisador francês residiu no Brasil, tratando de assuntos relacionados com agricultura, plantação de algodão, criação do bicho-da-seda e colonização. No começo dos anos 60, realizou expedições corográficas pelo interior paulista. Seus primeiros livros publicados, *L'Empire du Brésil* (Paris) e *Le Mexique* (Douai, ambos de 1862), forneciam dados abrangentes destes dois países: geografia, estatística, indústrias, história e sociedade. Nesta época também publicou, em Douai (França), um opúsculo de quatorze páginas, denominado *Les peuples du Brésil avant la découverte de l'Amérique* (1861), iniciando seu interesse pela pré-história brasileira.

A carta-relatório de Hure, datada de 16/08/1864 e enviada de Dona Francisca (SC), deve ter surpreendido o ministro imperial. Utilizando terminologias arqueológicas extremamente técnicas e atualizadas, o conde estava muito à frente de seu tempo, superando as limitações dos intelectuais cariocas. O local investigado foi a baía de Saí, em São Francisco do Sul (SC),

onde encontrou restos de diversos sambaquis, denominados pelo conde de *amas de coquillages*.

Com auxílio de um jovem francês, identificou as conchas do local como da espécie chamada de *berbigão*. Sua primeira conclusão, comparando com os montes de concha artificiais da Dinamarca, foi de que esses restos eram provenientes de diferentes habitantes da região com o passar do tempo. La Hure observou que existiam no mesmo monte diferentes camadas de estratificação e de espécies conchíferas, comprovando épocas alternadas de ocupação. Escavando quase um metro e meio do sítio, encontrou três esqueletos humanos adultos, dos quais realizou uma pormenorizada descrição de suas características físicas, comentando o estado de conservação dos dentes e a proeminência das mandíbulas. Junto aos restos humanos, deparou com um machado de pedra, cacos cerâmicos e objetos líticos. Uma pedra trabalhada, de origem granítica, foi reproduzida em um detalhado desenho no relatório. As dimensões de cada face e suas equivalências em milímetros, apresentadas no croqui, atestam a sagacidade do conde em estudos arqueométricos.

Sem dúvida, La Hure apresentava uma formação especializada, não somente ao citar autores dinamarqueses, como Worsaae e Steenstrup, mas também ao descrever dados obtidos empiricamente. Detalhes de escavação e dos vestígios não foram ignorados, pelo que podemos considerá-lo um arqueólogo moderno, oposto ao modelo de antiquário brasileiro exemplificado em Manuel Porto Alegre. Como já mencionamos, o conde enviou os esqueletos e objetos junto com o relatório para o ministro, esperando serem examinados pelo Instituto ou doados para o Museu Nacional.

No final de setembro de 1864 o ministro José Barroso enviou, no mesmo dia, uma carta para o presidente do IHGB e uma resposta para o investigador francês. Ao primeiro incluiu o relatório original, solicitando um "parecer sobre o valor ethnographico e historico da descoberta" (Barroso 1864), enquanto para Hure agradeceu a oferta, aceitando a continuidade de seus trabalhos.

Advindo o primeiro mês do ano de 1865, novamente o conde remeteu um relatório para

(3) Infelizmente carecemos de maiores informações biográficas sobre o misterioso conde. Um dos poucos historiadores que mencionou este arqueólogo, José Bittencourt, referiu-se ao mesmo como "especialista em epigrafia internacionalmente conhecido" (1997: 235). Não sabemos que fontes foram utilizadas para afirmar tal declaração. Consultando a maioria das obras especializadas desta época, desde encyclopédias até livros de arqueologia francesa, não encontramos uma única citação referente ao pesquisador. Atendendo-se apenas à documentação disponível – manuscritos e impressos disponíveis no Brasil (Biblioteca Nacional) e Estados Unidos (Biblioteca do Congresso) – encontramos algumas pistas úteis. Sua aproximação com o Brasil não era apenas científica ou comercial. Correspondências demonstram um relacionamento direto com o imperador, a quem dedicou sua obra *L'Empire du Brésil*. Em sua carta endereçada ao ministro José Liberato Barroso, identificou-se como vice-cônsul dos Estados Pontifíciais. Também alguns manuscritos comprovam essa ligação com assuntos diplomáticos, nomeado ministro do interior da França (Hure 1864b, 1865d, 1870, 1877, 1887, s.d.).

o ministro. Infelizmente esse material foi perdido. Segundo Barroso, La Hure pronunciou-se a explorar qualquer ponto do Império, caso fosse julgado conveniente. Findando janeiro, desta vez o conde enviou da própria capital uma carta para Fernandes Pinheiro (então secretário do Instituto). O teor da missiva foi muito obscuro, em parte devido ao nosso desconhecimento da carta anterior. No mês seguinte, o ministro imperial recebeu outro relatório, este com 30 páginas, tratando das pesquisas do conde.

A origem das ostreiras

Com o sugestivo título de *Considérations sommaires sur l'Origine des amas de coquillages de la côte du Brésil*, o pesquisador francês inaugurou as modernas pesquisas dos vestígios litorâneos em nosso país. O prefácio do trabalho procurou demonstrar a extensão geográfica dos sambaquis, desde o Pará até a extremidade do Rio Grande do Sul. A importância principal no estudo destes locais seria a possibilidade de resgate da “plus ancienne race d'hommes du Brésil.” (Hure 1865: 1). Em seguida, o trabalho foi dividido em três partes. A primeira era referente aos resultados obtidos empiricamente em Santa Catarina, que para Hure foram muito positivos e que poderiam enunciar inicialmente algumas conclusões:

1. *Os sambaquis foram originados pela mão humana.* Colocando-se entre os partidários da origem artificial destes montes conchíferos, Hure contestou aqueles que atribuíam os mesmos aos índios Guarani. Outras etnias proto-históricas, como os Carijó de Santa Catarina, foram também excluídas da possibilidade de terem sido as originadoras dos montes.⁴ Apresentando-se completamente recobertos por vegetação, arbustos e outros detritos, os sambaquis seriam anteriores à

(4) Atualmente consideram-se dois períodos de formação dos sambaquis sul-brasileiros: os realizados pelos sambaquieiros (de 5.000 a 1.000 anos atrás) e as aldeias e acampamentos dos grupos *Tupi-guarani* (1000 anos atrás até a chegada dos portugueses). Cf. Figuti 1999: 198.

colonização européia, realizados por uma mesma raça e com os mesmos padrões alimentares.

2. *Os sambaquis brasileiros são análogos aos da Dinamarca, ilhas Canárias e Antilhas*, seja pela maneira como foram formados (sobreposição de conchas), como pelos vestígios encontrados: ossos de peixes e de animais terrestres, cinzas e carvão de madeira, cerâmica espessa, utensílios de pedra. Na análise das diversas *camadas*⁵ dos sambaquis investigados é que percebemos todo o pioneirismo do conde. Para ele, as camadas seriam sucessivas e distintas umas das outras, apresentando uniformidade e separadas por cinzas, carvão e pequenas conchas. Mas no limite entre as camadas, o pesquisador percebeu uma diferenciação, apresentando um maior número de cinzas e restos de peixes. Sua interpretação para esse fato seria de que no período em que os moluscos apresentavam-se escassos, as populações litorâneas dedicaram maior tempo para a pesca. Ainda em relação à dieta alimentar dos sambaquieiros, observou a presença de um pequeno número de ossos de animais silvestres no sambaqui, interpretados como simples passatempos, sem maiores preocupações de subsistência.⁶

Outra fonte de alimentação destes povos, segundo Hure, seria a carne de prisioneiros de guerra. Nas camadas centrais de um sambaqui da lagoa de Saguaçu (SC), encontrou ossos humanos espalhados e partidos, misturados a ossos de peixe. As fraturas dos ossos indicariam a finalidade de extrair o tutano. Também

(5) *Camadas* – Superposição de estratos, de composição natural ou artificial. Estrato, horizontal ou não, com características próprias, numa estratificação. Leito ou estrato de rocha maciça, em depósito natural. *Estrato* – Camada geológica ou cultural. É composto por sedimentos minerais e evidências culturais. O mesmo que capa, nível, depósito. Cf. Souza 1997: 32, 52.

(6) Até pouco tempo, a coleta de moluscos era considerada a maior fonte de subsistência dos sambaquieiros. Porém, pesquisadores acreditam que a principal fonte de alimentação do grupo era a pesca, mesmo no início da ocupação dos sítios. As numerosas conchas parecem estar mais associadas à uma estratégia de construção do aterro do que a uma dieta alimentar (Gaspar 1999: 165, Figuti 1999: 201).

uma mesma mandíbula apresentava-se partida em dois fragmentos. Estes esqueletos diferenciavam-se dos outros ossos humanos encontrados, sem características de sepultamento. Para o francês, só poderiam ter sido descarnados e expelidos após a refeição. A questão do canibalismo é um tema complexo. As crônicas e a bibliografia apontam para uma antropofagia americana com propósitos sempre ritualísticos, seja com caráter familiar (endocanibalismo, ingestão tradicional das cinzas) ou dos inimigos (exocanibalismo, digestão da carne). Mas alguns registros modernos em sambaquis também parecem confirmar as mesmas conclusões de Hure e, apesar de raros e isolados, não podem ser descartados.⁷

3. *O povo que construiu os sambaquis do Brasil habitou em sua superfície.* Além dos vestígios encontrados na escavação, Hure recorreu à etimologia para comprovar essa afirmativa. Sambaqui seria uma derivação da palavra *taba*, aldeia em tupi, originando *çaba* *quig*. Uma conclusão errônea, pois a procedência correta é: *tamba*, marisco e *qui*, amontoado. De qualquer maneira, suas teorias da formação geológica dos sambaquis e de sua utilização como habitação estavam corretas: sedimentos de terra e areia acumularam-se em volta dos restos conchíferos com o passar do tempo, originando as elevações dos sambaquis. Hure acreditava que a povoaçao indígena no Brasil foi originada pelo norte – hipótese muito aceita pelos acadêmicos brasileiros nesta época – e se estabeleceu aos poucos pelo litoral, criando e habitando os montes de lixo marinho.

Neste ponto, novamente recorreu às semelhanças existentes entre nossos sambaquis e os da Dinamarca, uma idéia sobre a qual o arqueólogo Worsae já havia se pronunciado. Essas similitudes seriam independentes ou teriam alguma relação cultural direta? O conde francês não teve dúvida, recorrendo aos

velhos debates difusão-istas, como por exemplo a colonização dos escandinavos na América. Mas sem necessariamente identificar a origem dos ameríndios no Velho Mundo, atentou para as conexões filológicas entre os dois continentes, citando Hugo Groetius e seu livro *De Origine gentium Americanarum* (1642). Grotius foi um dos iniciadores da hipótese de que a América foi colonizada pelos nórdicos, popularizada no Oitocentos por Rafn. Do mesmo modo, Hure não deixou de elaborar alguns comentários favoráveis às analogias entre as palavras, costumes e hábitos dos povos intercontinentais desenvolvidas por Grotius.

Apesar desta conexão lingüística, era muito claro para este arqueólogo a origem migratória do índio brasileiro: seria proveniente da Ásia, berço da Humanidade. Em uma extensa nota ao texto, Hure enumerou os autores que constataram as similitudes entre os indígenas da América do Norte e do Sul. Desta maneira, a *filologia* tornou-se um instrumento precioso no auxílio do resgate histórico. É uma importante aliada do difusão-ismo, desde autores setecentistas até intelectuais como Emile Ådet, Varnhagen, Warden, entre outros. Essa conexão entre as descobertas empíricas e sua interpretação dentro de modelos clássicos tornou-se um procedimento semelhante ao realizado desde o início da arqueologia moderna. Hure não fugiu a esse comportamento. Mas o que o diferenciou de antiquários como Porto Alegre foi a importância concedida aos vestígios materiais, em relação às similitudes filológicas.

A principal preocupação de Hure, seguindo seu texto, foi procurar mostrar as evidências que os sambaquis foram habitações indígenas. O costume de viver em regiões aquáticas, preservando-se do ataque de animais ferozes e de outros agrupamentos humanos, seria uma prática observada também na antigüidade europeia. Mas nos sítios brasileiros, com vestígios de madeira praticamente escassos, saber qual a estrutura de habitação utilizada deve ter intrigado muito nosso pertinaz investigador. Segundo suas observações empíricas, os sambaquieiros não utilizavam cabanas de madeira, mas somente habitações provisórias semelhantes a choupanas, para o abrigo do sol

(7) Arqueólogos modernos encontraram evidências muito similares às de Hure: crânios isolados, ossos quebrados e raspados, misturados com numerosos ossos de peixe e cinzas de fogueira, o que comprova a existência de antropofagia entre os sambaquieiros do nosso litoral (Prous 1992: 218). Sobre a complexa questão do canibalismo brasileiro ver Raminelli 1996.

e chuva.⁸ Com relação ao uso de grandes fogueiras e de canoas talhadas ao fogo, mostrou-se também muito correto. Um outro detalhe curioso, que preocupou La Hure, foi a questão do odor exalado pelos sambaquis. Afinal, os indígenas habitavam em cima de verdadeiros lixos orgânicos. Para o sábio francês, os moradores deste locais deveriam utilizar muito a fumaça das fogueiras para atenuar as condições odoríferas.⁹

A segunda parte da memória tentou determinar a época em que teriam sido realizados os sambaquis, baseados em estudos de Arte, Filologia, Geologia, Etnografia e História. Apesar de não mencionar objetivamente uma datação, Hure calculou corretamente que os sambaquieiros deveriam ser mais antigos que os povos megalíticos europeus, ou seja, mais de três mil anos atrás. A origem asiática dos povos americanos foi apresentada como a mais provável, mas o conde também mencionou a possível inclusão de elementos brancos (semíticos) no Novo Mundo, entre os séculos VIII e IX d.C.

A parte final do relatório consistiu na descrição pormenorizada de cada objeto encontrado, identificados por suas respectivas camadas estatigráficas. Esse certamente foi o momento mais significativo de toda a investigação de Hure, que realizou um processo descritivo muito complexo para os padrões brasileiros de sua época.

A resposta do Instituto

La Hure insistia que seu relatório sobre sambaquis fosse examinado pelo IHGB,

(8) Apesar de raras, foram observadas estruturas de cabanas com fundos e delimitações por estacas, chegando inclusive algumas habitações a possuir sete metros de diâmetro. La Hure deve ter observado sedimentos de cor escura e compactados, comuns nos sambaquis catarinenses, que indicam também a utilização de choupanas sem apoio de postes cavados (Prous 1992: 211).

(9) "Pode-se imaginar o cheiro que exalava desse material, mas a percepção do que é um cheiro agradável ou desagradável varia de cultura para cultura. Um grupo que vivia da exploração do mar, pescando e catando moluscos rotineiramente, certamente deveria ter o olfato bastante acostumado aos odores que exalam desses animais." (Gaspar 1999: 163).

conjuntamente com uma proposta de continuidade das suas pesquisas. Finalmente, após dez meses do primeiro contato, foi emitido um parecer pelo engenheiro Guilherme Such de Capanema,¹⁰ que não concordou com diversos pontos da memória. A etimologia da palavra sambaqui foi a primeira questão contestada. Quanto à idade desses vestígios, o parecerista acreditava que seriam proto-históricos, ou seja, fabricados no período colonial ou mesmo ainda em uso. A analogia com os vestígios dinamarqueses do mesmo modo recebeu críticas negativas. Capanema explicou a origem dos sambaquis por motivos geológicos, desprezando sua origem humana, pois não acreditava em uma grande antigüidade para eles. E também citou semelhanças entre morfologia craniana das culturas açorianas com os ameríndios e mesmo com o mito da Atlântida. Apesar de todas as suas ponderações, julgou que o Instituto deveria aceitar os objetos encontrados pelo conde. Percebemos uma nítida desatualização do barão de Capanema, pois o assunto não era novidade – ao menos na *Revista do IHGB*, a exemplo das antigas opiniões de Varnhagen, que já relatamos.

O conde francês enviou diversos outros livros, documentos e manuscritos de sua autoria para o Instituto. Três memórias mereceram pareceres especiais, respectivamente tratando sobre Geografia, Arqueologia e Geologia. Em setembro de 1865, Giacomo Rabaglia e Manoel Oliveira efetuaram uma análise sobre o trabalho *Exploration du Rio Parahyba*. A maior questão apresentada por Hure era referente às denominadas *pedras à écuelles*, que considerava formações naturais originadas pela erosão aquática. Na realidade,

(10) *Guilherme Schuch de Capanema, barão de Capanema* – engenheiro e físico brasileiro (Minas Gerais 1824 – Rio de Janeiro 1908). Formado na Escola Politécnica de Viena, foi professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e do Museu Nacional. Participou da Comissão científica de exploração (1856), e da Carta Itinerária do Império (1871). Chefiou a Comissão de Introdução do Sistema Métrico, e instalou as primeiras estações meteorológicas no Brasil. Foi o fundador da Sociedade Brasileira de Estatística e do Instituto Politécnico Brasileiro. Cf. Grande Larousse 1998: 1135.

tratavam-se de *bacias de polimento*,¹¹ utilizadas pelas populações pré-históricas nas margens dos rios. A comissão, apesar de apresentar alguns conhecimentos sobre Geologia, não conseguiu formar uma conclusão definitiva sobre o assunto. O grande mérito apontado na memória do conde foi o de apresentar pesquisas em uma região desconhecida do Brasil (Gabaglia 1865: 309).

Outra memória geológica da região do rio Paraíba foi examinada por Saldanha Filho em novembro de 1866. Este novo trabalho manuscrito de Hure, que foi o único publicado pela *Revista*, descrevia as formações e decomposições das rochas de diorito. Um trabalho muito meticuloso e extremamente técnico. Quanto ao parecer de S. Filho, baseava-se nas pesquisas do barão de Capanema, demonstrando certas restrições teóricas para as conclusões do conde francês. Mas como os outros pareceres, reconhecia a importância destes estudos em locais ermos para a ciência nacional (Filho 1866: 421).

Se de um lado temos pareceres não muito otimistas sobre suas pesquisas, por outro, ocorreu um grande interesse pelas possibilidades econômicas dos mesmos. Desde 1865, Hure solicitava ao ministério imperial e ao IHGB subsídios para as custosas investigações de campo, não sendo em nenhum momento atendido. Mesmo suas proveitosas propostas encaminhadas não surtiram efeito: relatórios, levantamentos de plantas e seções geológicas, desenhos, mapas, determinação de posições geográficas, observações meteorológicas, etnológicas, levantamento de inscrições rupestres (Hure 1865).

A grande temática dos trabalhos apresentados – investigações arqueológicas – não estavam recebendo maiores atenções por parte dos intelectuais brasileiros durante os anos 60. O único trabalho de Hure impresso na *Revista* versava sobre Geologia, um assunto bem mais

interessante aos anseios econômicos do momento. A reação da imperial academia para com a memória sobre a cidade perdida da Bahia, por exemplo, foi reservada. Dos quatro relatórios do conde de La Hure enviados ao Instituto, os relativos à pré-história mostraram-se muito mais morosos para terem juízos publicados na *Revista*. Enquanto os pareceres que tratavam de Geologia foram impressos em menos de um mês, o de sambaqui levou cinco e o da cidade perdida dez meses.¹² Apesar de envolver algumas polêmicas, o tema da Geologia mostrava-se dentro de um panorama muito mais tranquilo. E envolvia um interesse imediato aos anseios da elite: a transformação de bens naturais em recursos econômicos. Uma das metas do IHGB era ampliar as fronteiras do conhecimento das províncias, tornando o espaço territorial mais acessível. Conhecendo melhor seus minérios, suas matas, seus rios, o Império estaria viabilizando a ciência enquanto instrumento de conquista das potencialidades naturais, uma tarefa que para a Arqueologia do momento estava descartada.

Depois de uma intensa atividade de correspondência, o conde La Hure cessou seu intercâmbio com o Instituto após 1867. O pesquisador francês continuou seu contato com membros da elite carioca, a exemplo do imperador D. Pedro II. Mas seus vínculos com o passado pré-histórico se desvaneceram. A tarefa de esquadrinhar nosso passado litorâneo passaria para as mãos de outros investigadores.

A década das escavações

O início da nova década também refletiu um posicionamento diferente do Instituto para com o tema dos sambaquis. Pela primeira vez, foi publicado um estudo sobre esses sítios

(11) *Bacias de polimento* – Vestígios humanos utilizados sem modificação intencional. Rochas granulosas, ricas em sílica, em cujos afloramentos localizados perto da água os homens esfregavam as pedras que desejavam polir, provocando a formação de amplas depressões alongadas ou circulares bem polidas, por vezes com sulcos alongados (Proust 1992: 64).

(12) *Entrada dos relatórios de Hure no IHGB (E); Publicação dos pareceres (P):*
1 – *Sambaquis* (E – 10/2/1865; P – 16/6/1865)
2 – *Cidade Perdida* (E – 21/6/1865; P – 12/4/1866)
3 – *Exploração do rio Paraíba* (E – 18/8/1865; P – 15/9/1865)
4 – *Rochas do Desengano* (E – 10/10/1866; P – 8/11/1866)

arqueológicos, *Noticia ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil* (1871), do geólogo Carl Rath.¹³ Não deixa de ser curiosa uma questão: porque o IHGB publicou este estudo de Rath, e não o de La Hure, seis anos antes? Os dois intelectuais pareciam estar bem envolvidos com a elite da capital, mas alguns indícios apontam para uma especial posição do estudioso alemão. A partir dos anos 40, Rath publicou algumas considerações sobre sambaquis na revista *Brasilia*, de Petrópolis, bem como em jornais europeus. Importantes membros do Instituto, como Capanema e Freire Alemão, devem ter tomado conhecimento dessas publicações, mesmo porque Rath não enviou originalmente o seu artigo de 1871, sendo reimpresso pelo Instituto em alguma publicação paulista.

Outros fatores, como a conjuntura desta década, reforçaram a escolha entre as duas memórias aludidas. Como sabemos, os anos 70 foram o período em que as novas idéias, métodos e teorias científicas entraram definitivamente em nosso país. O artigo de Rath, comparado com o de Hure, era muito pequeno, com apenas seis páginas. Não apresentou detalhes ou descrições muito longas, apenas conclusões parciais baseadas nas experiências pessoais do autor. Para o geólogo alemão, não havia dúvida que os sambaquis foram construídos por antigos indígenas, uma idéia reforçada pelo encontro de artefatos líticos junto a ossadas humanas no litoral brasileiro e em sítios semelhantes nas Guianas. Outra grande diferença entre esses dois pesquisadores foi de que o texto de Rath não apresentava nenhuma filiação ao ideário difusionista, sendo muito mais apropriado ao novo contexto vivenciado na *Revista*. Em sua última observa-

ção, o geólogo germânico lamentou a falta de verbas e incentivo público para as escavações de campo, uma atitude que já havia sido tomada por La Hure em 1866.

Esse fato perpetuou-se por toda a nova década, não ocorrendo patrocínio para pesquisas arqueológicas por parte do IHGB. Porém, os sambaquis continuaram a despertar interesse de seus membros, como foi o caso do engenheiro barão de Capanema. Em 1874, publicou o artigo “Die sambaquis oder muschellugel brasiliens” (*Petermann's Mitteilungen*, Gotha, Alemanha), que foi reproduzido na revista *Ensaios de Ciencia* (março de 1876). Em relação ao seu parecer sobre a memória de La Hure, escrita dez anos antes, não percebemos muitas modificações. Em nenhum momento Capanema aludiou sobre a antigüidade desses vestígios, preferindo citar exemplos de fabricações similares nos tempos contemporâneos. A diferença entre as camadas estratigráficas de cada sítio – uma prova de diferentes momentos cronológicos – foi apontada como resultado de processos naturais: na mesma época em que um grupo criou aleatoriamente esses depósitos de lixo, a natureza teria feito várias camadas de terra. Essa sua interpretação contrariava as corretas idéias de Hure e Rath, que apontavam diferentes períodos para cada nível dos sambaquis. Outro erro de Capanema foi considerar os vestígios de fogueiras entre as camadas como sendo antigas queimadas na vegetação do local.

Apesar de sustentar uma origem artificial para a estrutura dos sambaquis, o barão contrariava todas as teorias vigentes sobre sua funcionalidade. Em relação aos ossos humanos nos sítios, cuja existência ele mesmo confirmou, afirmou que seriam muito raros, simples restos abandonados do mesmo modo que as conchas: “reduzimos assim à sua singela expressão natural o sambaqui, que teve de servir para tanta produção fantástica, ora sendo diques, ora trincheiras, outras vezes mausoleus, e até construções para o culto.” (Capanema 1876: 85). Os especialistas modernos concordam que os sambaquis foram erigidos com finalidades específicas de construção, não sendo apenas restos de alimentação dos agrupamentos, mas também a maioria destes sítios não foram especializados

(13) Não temos informações mais detalhadas sobre esse pesquisador, autor de algumas obras sobre corografia e aspectos geográficos das províncias de São Paulo e Paraná. Rath voltou ao tema dos sambaquis no livro *Algumas palavras ethnologicas e paleontologicas a respeito da província de São Paulo* (São Paulo: Typographia de J. Skler, 1875), e no artigo “Die sambaquis oder muschellugelgraber brasiliens”. *Globus. Illustrierte zeitung fur laender und volkerk Braunschweig*, 26 (13): 193-198, 1874. Essas duas fontes não existem nos principais acervos brasileiros.

como cemitérios ou habitações, sendo antes uma mescla de ambos (Figuti 1999: 159-167, Proust 1992: 216).

Em todo caso, temos de considerar as idéias de Capanema em relação aos outros pesquisadores do período. Percebemos que havia uma tendência deste autor em criticar investigações estrangeiras.¹⁴ No ínicio de seu artigo, afirmou que o mais famoso geólogo oitocentista, Charles Lyell, teria cometido um grave erro ao conceder uma origem civilizada aos sambaquieiros paulistas. E as teorias já comentadas do barão sobre a funcionalidade dos sítios eram contrárias aos estudos de Hure e Rath – ambos de origem europeia. Capanema foi um pesquisador preocupado em dar continuidade a uma linha de investigação nacionalista, originada durante os anos 40, e que creditava muitos erros aos exploradores vindos de fora do país. Do mesmo modo que o antiquário Manoel Porto Alegre entre 1840-1850, Capanema esperava encontrar as respostas para nossa pré-história em uma geração perdida, e não em simples restos de lixo indígena, opondo-se, deste modo, aos anseios de estrangeiros muito mais preparados tecnicamente na recuperação de relíquias arqueológicas.

As pesquisas do Museu Nacional

O interesse pelos polêmicos sítios litorâneos se estendeu pelos anos seguintes. A

(14) Capanema foi um típico cientista oitocentista, cujas teorias já estavam estabelecidas em sua mente, antes mesmo de realizar investigações de campo, que foram muito poucas. Caso tivesse escavado diversos sambaquis, teria percebido os vestígios típicos de qualquer sítio desta natureza, contrariamente às suas interpretações. Mesmo Rath já havia notado esse padrão sambaquieiro, do mesmo modo que Hure muito antes: “No fundo e centro d'estes outeiros (...) encontramos sempre ossadas humanas, e junto a ellas acha-se não pequeno numero de armas e utensilios de pedras, como sejam, machado, pontas de lança, frechas, cunhas, viroles, argolas, massas, pilões, mãos de pilões, pedras chatas e concavas (...) um povo antiquissimo do Brasil reunio no espaço de muitos annos as cascas d'estes crustaceos que comia, para entre ellas sepultarem os seus irmãos mortos.” (Rath 1871: 288).

revista *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris*, por exemplo, publicou um resumo do artigo de Rath (*Revista* 1871), efetuado por Abbé Durand em 1874. Definitivamente, o tema despertava grandes interesses tanto pela comunidade internacional, quanto pelos investigadores nacionais. Durante uma incursão pelo Rio Grande do Sul, os naturalistas Ladislau Neto e Carl Schreiner realizaram algumas pesquisas em vestígios dessa natureza, no ano de 1873. Com base nestes estudos iniciais, Neto organizou uma série de problemáticas em torno do assunto, encarregando o estudioso Carl Wiener de realizar escavações em Santa Catarina. As principais preocupações do então empossado diretor do Museu Nacional diziam respeito a indícios que esclarecessem a origem dos sambaquis – como vestígios de fogueira e a posição dos esqueletos dentro das camadas dos sítios. Deste modo, Wiener publicou o artigo *Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil*, o primeiro da estreante *Archivos do Museu Nacional*, de 1876. A escolha não foi de modo algum casual, demonstrando o interesse da instituição pelo patrocínio da Arqueologia. Em seus trabalhos de campo, Wiener foi acompanhado por Schreiner, do Museu Nacional, Frederico Muller,¹⁵ professor do Desterro, e Martiniere, filho do vice-consul francês. A composição desta equipe também refletiu o envolvimento da elite erudita das províncias em torno de temas pré-históricos.

O relatório-artigo de Wiener foi dividido em quatro partes, tratando a primeira do ambiente geográfico, da forma e dimensões dos sítios, enfim, da estrutura dos sambaquis.

(15) Wiener se refere a Frederico Muller como lecionando em Florianópolis. No primeiro número do *Archivos* (quadro pessoal do Museu Nacional), ele aparece como naturalista viajante. Maria Margaret Lopes (1997: 101) cita o intelectual como *Fritz Muller* e morando na cidade de Blumenau. Cientista alemão (1821-1897), emigrou para o Brasil em 1852, dedicando-se à agricultura em Blumenau. Manteve correspondência assídua com Darwin e Haeckel. Descreveu numerosas plantas, insetos, moluscos e crustáceos. Escreveu em 1864 o livro *Für Darwin*, em defesa do darwinismo. Conf. Grande Larousse 1998: 4117.

Pelas terminologias empregadas, o investigador demonstrou ser um naturalista particularmente familiarizado com Geologia e Paleontologia. E justamente nesta parte foi o momento em que citou os anteriores trabalhos de Rath e Hure. Do primeiro, criticou dados de localização litorânea dos montículos, e do segundo, detalhes sobre vegetação cobrindo os sambaquis. Wiener ainda classificou os sítios morfologicamente em trincheiras, colinas e montes regulares; e segundo suas disposições internas, em *irregulares, tumulos* e os destituídos de divisão interna.

Na seção dedicada aos objetos humanos recuperados pela expedição, percebemos as limitações deste autor nas questões arqueológicas. Wiener descreveu cada objeto encontrado, mas sem fornecer sua localização nas respectivas camadas e sítios, um procedimento que o conde de La Hure havia feito de maneira bem competente. Sem os dados espaciais dos artefatos, o *registro*, a Arqueologia é destituída de seu principal método de trabalho, que diferencia os cientistas de qualquer escavador comum.

Na síntese final, o artigo estabeleceu algumas conclusões divergentes com as opiniões reinantes até então, e, em outros aspectos, conservou algumas especulações. Sobre a época em que foram levantados esses montes conchíferos, Wiener foi totalmente contrário a uma remota datação, considerando-os com poucos séculos. Nesse momento, o geólogo contrariou Lund, Rath e Hure (defensores de uma data pré-diluviana para os sambaquis), baseando-se em considerações do astrônomo e naturalista Emmanuel Liais sobre calcificação das conchas. Ora, sabemos muito bem que tanto Wiener, quanto Liais e Capnema, estavam estreitamente ligados ao Museu Nacional e ao IHGB, e ambos consideravam que os montículos eram recentes. Existiria alguma relação entre os resultados destas pesquisas com pressupostos ideológicos da elite imperial? Mais adiante surgem algumas pistas que esclarecem essa questão. Como já afirmamos, Wiener classificou os sambaquis em diversos tipos, encontrando em alguns destes – os *irregulares* – mais ossadas humanas do que de animais. Todos esses corpos ficaram depositados em fragmentos, o

que levou o geólogo a afirmar que seriam vestígios de canibalismo: “a carne humana era provavelmente mais apreciada do que qualquer outro alimento.” (1876b: 17).

O investigador germânico não soube examinar atentamente os vestígios que encontrou, faltando experiência arqueológica para escavar os diversos montículos. Muitas vezes, *sepultamentos primários*¹⁶ podem ter sido fragmentados com a erosão ou deslocamento das camadas geológicas. A falta de outros tipos de ossos animais pode ter sido ocasionada pela ausência de mais escavações por parte de Wiener. Um arqueólogo mais preparado, como foi o caso de La Hure, percebeu que os sambaquieiros alimentavam-se de peixes, moluscos, pequenos mamíferos e aves, conforme a época de escassez de alimentos – um dado obtido pelo exame estratigráfico. Quando o conde francês encontrou ossos com indícios de canibalismo, estes estavam além de despedaçados, quebrados e com cortes transversais, indicando seu descarnamento, misturados com cinzas e ossos de outros animais. Além disso, Hure diferenciou claramente sepultamentos de vestígios antropofágicos no mesmo sítio, estes últimos apontados por ele como indícios de exocanibalismo.¹⁷

(16) *Sepultamento primário* – Aquele em que o morto foi sepultado sem receber qualquer tratamento prévio de descarne ou cremação e também não foi exumado e reenterrado algum tempo depois da morte (Wesolosky 1999: 193). *Enterramento direto* – se o corpo é colocado diretamente de encontro à terra, sem uso de urnas ou receptáculos (Souza 1997: 49).

(17) Tradicionalmente, os historiadores e antropólogos sempre consideram os vestígios de antropofagia como *ritualísticos*, seja para a ingestão de mortos da mesma tribo, como para inimigos externos. Mas, atualmente, algumas pesquisas meticulosas apontam a ocorrência de canibalismo como *dieta alimentar* em casos extremos – como a falta de outras alternativas de alimento, ocasionadas por secas ou catástrofes naturais. O melhor exemplo é com a antiga tribo dos Anasazi, no sul dos EUA. Sem nenhuma tradição religiosa ou social contendo esta prática, foram encontrados restos de ossos quebrados, descarnados e misturados a cinzas – exatamente como Hure descreveu os vestígios nos sambaquis catarinenses. Além disso, exames de laboratório em excrementos provaram a ingestão de carne humana. A estratigrafia deste sítio Anazazi apontou um grande período de seca, relacionado a conflitos violentos e ao colapso

Baseado em suas errôneas interpretações, Wiener logo elaborou uma série de hipóteses etnocêntricas. Os mais antigos sambaquis, os de forma irregular, teriam sido habitados por “bipedes carnívoros,” que se alimentavam dos seus semelhantes, e em cuja convivência ainda não haveria leis sociais. A partir do momento em que a individualidade física foi respeitada, surgiu a moral, o progresso e a ordem, acabando com a antropofagia. Os sambaquis transformaram-se em *túmulos*, locais para resguardar a memória dos mortos: “a primeira pedra de tudo quanto a civilização tem podido erigir de grande e bello (...) recorda-se aos viventes por um monumento, primitivo, é verdade, mas que se torna um dos mais curiosos para a história da humanidade.” (1876b: 18). Neste momento, não estamos distantes das idéias de Ladislau Neto, do qual o geólogo foi subordinado, ou das metas do Instituto. O sambaqui como um primitivo indício de civilização, um marco grandioso e visível do passado separado da bárbarie, cuja forma atesta um desenvolvimento intelectual dos antepassados do Império brasileiro. O típico antagonismo na imagem indígena – geralmente representado pelo eixo Botocudo/Tupi – apareceu aqui na forma de duas fases distintas dos restos litorâneos.

Por último, Wiener fez rápidos comentários sobre os instrumentos líticos dos sambaquis. Como tinha encontrado muitos instrumentos polidos e pouquíssimos por lascamento, concluiu erroneamente que na América existiu uma idade da pedra polida antes da lascada. Uma idéia influenciada pela obra de Couto de Magalhães, e endossada por Emmanuel Liais. Este trabalho de Wiener, financiado por

do sistema Chaco. Conf. Walker 1997: 26. Do mesmo modo, na região de Ardèche (França), indícios apontam práticas canibais dos Neandertais há 100.000 anos atrás: “Cut marks on the bones could have been made only by sharp flints. The skulls had been smashed open and limb bones had been broken apart, presumably to extract nutritious brain tissue and remove marrow. Only the hand and foot bones, which contain no marrow, remained intact. Cut marks indicate that tendons had been severed (necessary for limb removal), the thigh muscles removed, and in at least one case a tongue taken out.” Archaeology 1999.

Ladislau Neto, não apresentou nenhuma novidade ao panorama das pesquisas sobre o assunto, pelo menos, o que já havia sido resgatado por Hure e Rath, sendo, inclusive, bem inferior em resultados empíricos. Representou uma tentativa do Museu Nacional em entender o próprio acervo, composto em grande parte por material sambaquieiro, assim como de sistematizar as pesquisas destes importantes sítios. Porém, devido à falta de preparo do comissionado, esta meta transformou-se em uma expectativa sem maiores sucessos.

Mas, apesar disso, o artigo abriu uma série de discussões, inaugurando uma nova fase nas investigações brasileiras. Ao escavar sambaquis no Pará, por exemplo, o naturalista Ferreira Pena¹⁸ já estava conhecendo o trabalho de Wiener, nesse mesmo ano de 1876. Os resultados destas investigações também logo foram publicados pelos *Archivos*, mas seu autor não esperava alcançar nenhum resultado sistematizador, e sim uma espécie de guia para os futuros pesquisadores. A quantidade de montículos conchíferos ainda visíveis nesta época era bem elevada, motivando Pena a elaborar um extenso mapeamento dos locais. Mesmo não apresentando maiores conhecimentos arqueológicos, ao descrever os objetos e condições estratigráficas encontradas, este naturalista não demonstrou os mesmos erros de interpretação da comissão oficial do Museu Nacional. Baseado em suas descobertas, Ferreira Pena discordou de Wiener, concluindo que existiram sepultamentos de corpos inteiros nos montículos, e principalmente, que os indígenas não “comiam carne humana como quem come mariscos e peixes, nem mesmo para satisfazerem a fome, e seguramente nenhum delles já mais vio no seu semelhante um simples objecto de alimentação!” (1876: 95). Somente os selvagens mais

(18) Domingos Soares Ferreira Pena – Naturalista, nasceu em (Mariana) Minas Gerais e faleceu em 9 de janeiro de 1888. Professor da Escola do Pará, sócio do IHGB, foi incumbido em 1863 de explorar os rios Tocantins e Amapá, em companhia do engenheiro J.R. Moraes Jardim. Foi o primeiro diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi e naturalista viajante do Museu Nacional. Cf. Blake 1883: 233-234.

ferozes seriam canibais, aproveitando a carne dos inimigos, mortos em rituais.

Um assunto que despertou a atenção de Pena, assim como de todos os anteriores pesquisadores de sambaquis, foi a questão do cheiro exalado por estes sítios. Para o referencial evolucionista destes eruditos, causava certo desconforto a imagem de indígenas habitando, comendo e sepultando sobre lixo orgânico! Já na difícil questão da origem e idade dos montes paraenses, Ferreira Pena elaborou algumas hipóteses baseado em dados etnológicos. Os depósitos de conchas teriam tido início no século XIV, através do povoamento de tribos vindas do Peru. Nesta questão, o trabalho do investigador paraense não ia contra o estabelecido por Wiener. Percebemos uma outra linha de pensamento, justamente em um pesquisador externo ao Museu Nacional, o já comentado Barão de Capanema, que foi adjunto de Geologia desta fundação até 1876, quando se exonerou.

Justamente neste ano, em que também surgiu o primeiro número do *Archivos*, Capanema lançou com João Barbosa Rodrigues a revista independente *Ensaio de Ciencia*. Estes dois eruditos foram alguns dos maiores desafetos de Ladislau Neto, então diretor do Museu. Wiener, Neto e Pena foram partidários do sambaqui como forma artificial de construção, utilizada geralmente para enterros funerários. Já para o barão de Capanema, os montículos nada significavam, e seu artigo implicitamente discordava deste grupo, além de ser uma crítica velada a ele: “sabios de cacos de potes, geologos e anthropologos improvisados.” (1876: 81).¹⁹ Outro intelectual que

defendia um pensamento semelhante – os restos conchíferos eram artificiais mas não monumentos – foi também um adversário de Neto na mesma instituição, o médico João Lacerda. Essas rivalidades pessoais no Império pareciam estar relacionadas com interpretações diferentes sobre a pré-história, o que pode ser percebido na arqueologia brasileira até nossos dias. Alguns estudiosos modernos (Souza 1997, Lima 1999-2000: 287) declararam que houve, a partir de 1870, uma divisão quanto à origem dos sambaquis, entre os defensores do naturalismo e o artificialismo. Mas, na realidade, a grande maioria dos pesquisadores das duas últimas décadas do Império admitiu o homem como fabricante de tais montes. O único defensor da corrente naturalista no Império, mas com publicações somente no período republicano, foi Herman Ihering, diretor do Museu Paulista.

Em meados dos anos 70, Carl Rath entregou ao imperador um minucioso relatório sobre suas descobertas. Levando D. Pedro II a acompanhá-lo em suas escavações nos casqueiros do rio Santana, em Santos, “onde recolheu um grande bloco com um sepultamento e vários objetos” (Souza 1991: 63). Outras pesquisas *in loco* também ocorreram durante esta década, como as comissões de Roquete Pinto ao sul do Brasil, e Charles Hartt na Amazônia, ambas financiadas pelo Museu Nacional; e as do naturalista João Barbosa Rodrigues,²⁰ que possuía uma opinião muito pessoal e atípica sobre os montículos.

No terceiro volume da *Ensaio de Ciencias* (1880), Rodrigues demonstrou estar bem familiarizado com a bibliografia escandinava sobre o assunto. Examinando os sambaquis da Amazônia, acreditou que suas semelhanças com os existentes na Dinamarca não eram somente coincidências estruturais. Com isso,

(19) O barão de Capanema possuía muito prestígio no Império. Foi amigo de infância do imperador e cunhado de Manoel Porto Alegre (Lopes 1997: 138), este também muito envolvido com arqueologia durante as décadas de 40 e 50. Capanema continuou suas escavações em sambaquis até o início do século XX, mas depois do artigo de 1876, não publicou nenhum material sobre pré-história. Saindo do Museu Nacional, continuou como membro da comissão de geografia do IHGB até final do Império. Ocasionalmente, como no período de 1884-1889, voltou a ocupar a comissão de arqueologia. No final do século, Capanema investigou uma misteriosa inscrição-petróglifo relacionada a um sambaqui de Antonina (PR), que considerava uma obra da arte humana (Leão 1919: 238).

(20) João Barbosa Rodrigues – Botânico brasileiro (São Gonçalo do Capivari MG 1842 – Rio de Janeiro RJ 1909). Explorou durante três anos e meio o rio Amazonas, realizando trabalhos de Botânica, Arqueologia, Antropologia e Etnografia. Foi diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1890 a 1909). Publicou Iconografia das orquídeas do Brasil; *Relação das novas palmeiras*. Cf. Grande Larousse, 1998: 5095.

os antigos indígenas da Amazônia seriam mais que simples bárbaros, produtores de cerâmica e utensílios de pedra – do mesmo modo que os povos nórdicos. Uma idéia bem diferente de praticamente todos os outros pesquisadores do assunto. Mas uma questão intrigava o naturalista. O que seriam os ossos humanos dos montículos? Rodrigues não podia acreditar no canibalismo, nem mesmo nos sepultamentos primários. Afinal, um povo civilizado não iria enterrar seus mortos no meio de lixo orgânico, e muito menos devorá-los. Os corpos seriam simples acidentes, pessoas que morreram e por coincidência acabaram sedimentadas com os restos de comida. Esta interpretação do naturalista nos permite verificar a quantidade de especulações em torno deste tipo de relíquia. Em relação ao pensamento do período, o artigo de Rodrigues foi praticamente ignorado, até mesmo por seu colega Capanema. Os grandes debates ainda giravam em torno da revista do Museu Nacional.

Os sambaquis nos anos 80

Em 1885, no sexto volume do *Archivos*, foram publicados os resultados das pesquisas do então falecido Charles Frederic Hartt, que não foram muito diferentes das de Ferreira Pena. Tendo como objetivo maior o registro de alguns sítios, estudos mais detalhados e meticulosos foram deixados em segundo plano. Este investigador encontrou ossos humanos e de mamíferos nos sambaquis do Pará, praticamente, os mesmos vestígios que os sítios de outros locais do Brasil. Mas um detalhe em especial chamou a atenção do geólogo Hartt. Ao deparar com fragmentos de louça, considerou que estes indígenas haviam dado um grande passo para a civilização, e no caso, seriam muito mais adiantados que os atuais Botocudos.

Neste mesmo número do *Archivos* apareceu outro artigo, *O homem dos sambaquis*, de João Lacerda. As principais preocupações deste médico-antropólogo foram um pouco diferentes de seus predecessores. Em primeiro lugar, Lacerda considerava muito mais importantes os vestígios craniológicos dos sambaquieiros do que restos de sua manufatura lítica

ou mesmo outros tipos de resquícios. Com um cérebro tão pequeno e inferior, o habitante dos sambaquis não poderia ter feito nada de grandioso, muito menos monumentos arqueológicos – a exemplo do que pensavam Wiener e Neto. A configuração dos montículos foi um mero acidente de acúmulo alimentar.²¹ Essas idéias de Lacerda foram ainda mais acentuadas em outro trabalho, surgido anteriormente na *Revista da Exposição* (1882). Sem nenhuma indústria e uma arte imperfeita, os sambaquieiros teriam constituído a raça mais selvagem, bruta e imperfeita que habitou o Brasil, mais inferiores até do que os Botocudos. Neste momento, percebemos uma idéia totalmente oposta à enunciada por Hartt.

Ao menos para os intelectuais, os restos conchíferos eram muito importantes para se entender nosso panorama indígena. Durante a Exposição Antropológica, realizada na sala Lund, foi representada uma planta detalhada de um sambaqui catarinense, ao lado de conchas, fragmentos de carvão, mariscos, ossos de animais e peixes. Além é claro, de crânios humanos. Imaginar como teria sido a vida nesses locais era muito instigante para qualquer arqueólogo, e o diretor do Museu Nacional não seria indiferente a isso. Em seu único trabalho a respeito do assunto – A origem dos sambaquis, *Revista da Exposição* –, Ladislau Neto tentou criar uma imagem baseada em dados mais empíricos. A antiga questão monumental foi deixada de lado, mesmo porque não havia indícios que apontassem positivamente para isso. Também já não importavam detalhes como o estado civilizatório desses povos, devido ao consenso em considerá-los aborígenes selvagens. Baseado em suas viagens ao Rio Grande do Sul, Neto acreditava que os depósitos litorâneos foram criados durante o inverno por tribos do interior. Ao fugir do frio, os indígenas viviam da pesca e da coleta de moluscos, no espaço de quatro meses, rendendo grandes provisões para o seu regresso ao interior. Ao

(21) O arqueólogo Alfredo Mendonça de Souza cometeu um equívoco ao citar João Lacerda como representante da corrente naturalista dos sambaquis (1991: 69).

escavar alguns sambaquis desta província, acreditou ter encontrado evidências desse fato: a maior quantidade dos ossos animais das camadas eram de peixes do inverno. Por isso mesmo considerava que os restos de fogueira seriam indícios decisivos para futuras pesquisas, além da posição estratigráfica dos esqueletos. Essa imagem defendida por Neto parece, antes de tudo, uma espécie de *desvio funcional*. As tribos indígenas não teriam feito os sítios como parte de um processo natural da sua cultura, mas antes, uma necessidade derivada das condições climáticas. Uma maneira de minimizar a imagem “repugnante” de nossos ancestrais habitando montões de entulhos.

Neste momento percebemos que a maior limitação nas teorias de todos os pesquisadores, até então, foi a falta de uma maior sistematização, comparando os dados obtidos com os sambaquis de todo o país. Pequenos detalhes, na maioria das vezes, eram superestimados, e outros, minimizados, originando hipóteses sem maiores fundamentos. Wiener, por exemplo, não encontrou esqueletos inteiros; Lacerda desconhecia achados de cerâmica neste sítios. Caso estes dois pesquisadores tivessem levado em conta as outras pesquisas publicadas até então, ou teriam mudado de opinião, ou seriam menos categóricos. *O único fato absolutamente aceito* pelos maioria dos eruditos brasileiros, durante os anos 80, foi que os indígenas originaram esses montículos nos tempos modernos.

Essa falta de sistematização também acarretou outras consequências. O artigo de Wiener, por ter sido publicado no *Archivos*, acabou sendo o mais conhecido trabalho nacional na Europa. Citando suas pesquisas, o marquês de Nadaillac (*L'Amérique préhistorique*, 1882: 55), considerou que todos os antigos habitantes do Brasil foram antropófagos! Por sua vez, o professor G. Müller-Schiess (Dona Francisca, SC), forneceu diversas informações para A. von Eye (Joinville, SC), autor do artigo *Die Brasilianischen Sambaquis* (*Zeitschrift fur ethnologie*, 1887: 531-533), levando a conclusões idênticas: do mesmo modo que os Botocudos, os sambaquieiros foram uma raça canibal e selvagem. Já comentamos que os resultados fornecidos por Wiener são contestáveis. A partir de interpretações errôneas dos dados estratigráficos, os

intelectuais generalizaram um suposto comportamento que, na realidade, remete a um estereótipo presente no pensamento ocidental. Tradicionalmente, o homem canibal esteve associado com a figura do pagão, do estrangeiro, do habitante das florestas, enfim, de toda sociedade desvinculada dos princípios superiores da civilização européia: “as guerras, a nudez, o canibalismo e a falta de centralização política sempre foram costumes próprios dos bárbaros.” (Raminelli 1996: 54).

Na América, essa forma de conceber seus habitantes não seria diferente. Desde a colonização, as imagens de antropofagia tiveram forte apelo para o imaginário. Com o Renascimento, a própria *imagem do Brasil* foi muitas vezes confundida com o canibalismo, como na iconografia cartográfica (p. 60). A influência do estereótipo camuflou ou superou a experiência fornecida pelos relatos empíricos, sedimentando a imagem do indígena do Brasil como um selvagem por natureza devorador de outros homens: “a difusão dos estereótipos do bárbaro e do demoníaco constitui uma forma de absorver a diversidade cultural encontrada no Novo Mundo. O índio seria integrado ao imaginário ocidental, recebendo portanto uma classificação e um valor.” (p. 66). Sem condições de entender as exóticas e diversificadas formas sociais dos aborígenes, tanto o europeu renascentista quanto o arqueólogo do século XIX generalizaram estereótipos que colocavam o homem europeu como um ser superior, livre das características animais do americano primitivo.

Cada pesquisador adaptava estas imagens tradicionais com suas próprias hipóteses, e com o tipo de material encontrado no meio do lixo indígena. Como Karl Koseritz, que, durante a década de 80, foi um dos intelectuais mais atuantes na província gaúcha, realizando muitos estudos sobre pré-história. Ele foi um perceptível defensor dos indígenas, para os quais criou uma imagem extremamente positiva. Acreditava que a antiga população pré-cabralina foi muito numerosa, com a tecnologia lítica atingido um nível espetacular – demonstrado pelos restos de machados dos quais fez uma grande coleção. Suas descobertas arqueológicas foram publicadas em diversos artigos no jornal *Gazeta de Porto Alegre*, mais

tarde reunidos em alguns opúsculos. Particularmente, um desses estudos foi reimpresso pela *Revista do IHGB* em 1884.

Koseritz dedicou-se ao estudo dos sambaquis da Conceição do Arroio, que na realidade foram investigados por sua equipe, composta por Bischoff, Kehl e Helm. À medida que diversos objetos foram sendo encontrados nas camadas de conchas, o erudito alemão acreditava que seus fabricantes seriam de tribos diversas das que então povoavam esta província. Um nítido contraste foi assim estabelecido. De um lado, os autores prováveis dos sambaquis, e de outro os indígenas então contemporâneos, sem vínculos com os montículos de conchas, e a que era positivamente favorável. À medida que as pesquisas de campo prosseguiram, foram encontrados vestígios pertubadores, todos no interior de *igaçabas sambaquieiras*:²² pérolas de vidro, chapas de cobre e de prata. Como bem sabemos, as populações indígenas não fabricavam o vidro nem metais antes dos europeus. Isso demonstrava, para Koseritz, que teria existido alguma espécie de vínculo entre o ocidente e nosso passado, bem antes do tradicionalmente concebido. Assim, apelou para a hipótese de que navegantes fenícios estabeleceram antigos contatos comerciais com os selvagens (1884b: 35). Em nosso século não foi realizado qualquer estudo sobre a instigante questão da ocorrência dos mencionados objetos. O diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering, alegou que tais indícios seriam provas de um contato entre culturas andinas com as do Rio Grande do Sul (1895: 98). De qualquer maneira, é uma questão ainda sem maiores aprofundamentos, e consequentemente, sem solução.²³ Koseritz foi um caso típico de

erudito estrangeiro, residindo no sul do Brasil ao final do Império, que apostava no sucesso das colônias, nos ideais de superioridade européia, no triunfo do homem moderno, enfim, na evolução darwiniana.²⁴ Um ideal não muito distante das metas pretendidas pela elite carioca, mantendo inclusive alguns mitos em comum.

Entulho indígena, civilização e barbárie

“Devenir archéologue est, au niveau de l’imaginaire des vocations, en projet ou en regret, infiniment plus chargé que devenir ingénieur, électronicien ou médecin.” Jean-Paul Demouille, *La préhistoire et ses mythes*, 1982.

Alguns intelectuais que tratamos conceberam os sambaquieiros como uma cultura bárbara, eminentemente selvagem e canibal. Afinal, não poderia haver outra interpretação para povos que habitavam e viviam sobre lixo orgânico. Mesmo dentro destes parâmetros etnocêntricos, podemos perceber claramente uma relação direta entre *observação* e *interpretação* da cultura material, que sobrevive até hoje. Dados fósseis e vestígios materiais interpretados incorretamente ou parcialmente, muitas vezes ocasionando o surgimento de mitos arqueológicos.

Um exemplo muito conveniente foi com o mito das cidades lacustres na Europa. A partir de 1853-1854, na borda de lagos suíços, foram descobertos diversos fragmentos de madeira, cerâmica e utensílios, logo explicados como restos de antigas palafitas neolíticas montadas sobre lagoas. Dentro do vigente esquema evolucionista, não poderia ocorrer descoberta mais oportuna. As réplicas de palafitas expostas em museus, exposições e colégios oitocentistas, passaram a simbolizar a vitória humana sobre a barbárie, o triunfo da razão sobre as limitações da animalidade. Durante

(22) *Igaçabas* – (do Tupi *iga saba*, lugar onde a água cai). Pote de barro ou talha grande para a água, que serve para guardar outros gêneros. Urna funerária indígena. Conf. Grande Larousse, 1998: 3069.

(23) André Proust menciona a existência de instrumentos líticos retocados (pontas de projéteis com pedúnculos e aletas) em alguns sambaquis. Como a presença de quartzo é difícil no litoral, existe a possibilidade de um antigo intercâmbio entre as tribos do litoral e do interior do Brasil (1992: 221). A ocorrência de metais também pode indicar um antigo contato dos sambaquieiros com os Andes, mas as diferenças cronológicas tornam o assunto complexo.

(24) Relação de alguns intelectuais de origem germânica, com residência permanente, que investigaram a pré-história sul brasileira durante o segundo Império: Herman Bruno Otto Blumenau, O. Tischler, A. Schnupp, H.J. Mueller, Theodoro Bischoff, R. Hensel, A. von Eye, G. Muller-Schiess, Pedro Kehl, Helm.

muito tempo habitando em escuras e tenebrosas cavernas, o moderno homem neolítico passou a construir casas expostas diretamente a céu aberto e sobre as águas – um triunfo também do Homem sobre a natureza física. Já em nosso século, o arqueólogo nazista Reinerth utilizou este mito para atrações turísticas no lago Constance (entre a Alemanha, Suíça e Áustria) repletas de referências racistas: “la métaphore de l’ascenseur appliquée à la théorie des stades.” (Demoullie 1982: 751). Em 1948, o especialista O. Paret demonstrou que estas palafitas ou casas lacustres jamais existiram. Na realidade, foram restos de habitações construídas diretamente sobre o solo, encobertos pela subida do nível das águas nos tempos modernos.

Resguardadas as devidas proporções, este mito possui muita similaridade com nosso presente tema. Os sambaquis brasileiros, razoavelmente explorados durante o Império, serviram de apoio a idéias divergentes entre si, mas todas relacionadas com algum tipo de imagem acerca do indígena, gerando dois grupos principais de repercussão, o nacional e o internacional. O primeiro divide-se claramente em dois eixos interpretativos: os que entendiam os sambaquis como *monumentos*, e outro que identificou os sítios como *resquícios selvagens*. Wiener foi representante dos dois casos, pois acreditava que teriam existido montículos com restos canibais, e os que serviram para mausoléus. Esta última uma idéia seguida por Neto. Restos com algum indício de civilização, portanto, essa monumentalidade apontaria para outros povos interferindo na construção do lixo indígena. Aqui entram em cena as considerações de Barboza Rodrigues, apostando no contato viking, e as teorias de Karl Koseritz, perpetuando o mito fenício. Quem radicalizou uma interpretação oposta foi o médico Lacerda, para quem os sambaqueiros foram um povo inferior, imperfeito e canibal. Para a academia internacional, as idéias de selvageria foram preponderantes, publicando estereótipos genéricos sobre o indígena brasileiro, principalmente como antropófago. Sempre baseados nas pesquisas nacionais sobre o assunto.

Ambos os eixos interpretativos cometem erros na análise dos dados de campo, servindo

de parâmetro para suas considerações sobre civilização ou barbárie. Assim, voltamos à nossa comparação com o mito das cidades lacustres, onde os vestígios também funcionaram como mediadores de esquemas sociais, principalmente a metáfora da escalada evolutiva, separando o ser animal do homem em vias de progresso racional: “Aqueles objetos reintegrados pelo arqueólogo passam a possuir novas funções e a exercer mediações no interior das relações sociais em que foram inseridos.” (Funari 1988: 24). Um objeto escavado e interpretado pelo cientista não tem, necessariamente, as funções originais a ele atribuídas. Ao procurar o *índice*²⁵ de um artefato, freqüentemente o pesquisador submete-se às condições sociais de seu próprio tempo, afetando suas análises teóricas: “Là encore, on peut voir que l’objectivité de l’observation, là où l’archéologie déploie la technique la plus convaincante, c’est-à-dire sur le terrain de fouille, n’est pas le départ de toute interprétation” (Demoullie 1982: 752).

Sendo sítios incomuns, os sambaquis receberam conotações que os desvincularam de seus primitivos usos por parte dos indígenas (exceção para as pesquisas do conde de La Hure). Adquiriram funções específicas, servindo para recuperação de um passado idealizado pelos eruditos nacionalistas. Um dado que à primeira vista pode parecer insignificante – a datação dos montes conchíferos para os tempos modernos – revela que a maioria dos investigadores preocupou-se em desvincular esses sítios de uma pré-história remota, resguardando as raízes brasileiras para outros tipos de vestígios. E necessariamente, estabeleceram vínculos diretos com as recentes tribos oitocentistas. A relação entre contexto arqueológico (artefatos, estratigrafia, escavação) e sua reconstituição foi afetada

(25) *Índice* – O artefato em sua materialidade indica (“dá indício de”) determinadas relações sociais, tanto na sua produção como no seu consumo: uma ponta de flecha (esfera material) é índice de um domínio de técnicas de lascamento e de uma prática social de caça (contexto cultural). Ao mesmo tempo, os artefatos medeiam, direcionam as relações humanas, impulsionando os agentes sociais a tomarem determinadas atitudes entre si (Funari 1988: 80).

pelas relações sociais em que estava inserido o cientista: “A arqueologia nada mais é que uma leitura, um tipo particular de leitura, na medida em que seu texto não é composto de palavras mas de objetos concretos, em geral mutilados e deslocados do seu local de utilização original.” (Funari 1988: 22).

Identificado em muitos locais e em épocas diferentes, o bárbaro podia ser um negro africano, australiano, ou um ameríndio. Sua natureza bestial e inferior serviu para propósitos colonizadores e evangelizadores, durante o Renasci-

mento. Curiosamente, tanto esse estereótipo seria identificado nos sambaquis, quanto conotações típicas de grandes sociedades. Um caso único, onde a arqueologia brasileira identificou em meio a entulhos, os dois lados da balança do mundo ocidental: a civilização e a barbárie. Em ambos os casos, o imaginário estava ocultando a verdadeira identidade do aborígene, criando novos valores, mais condizentes com a proposta máxima deste momento – o avanço triunfal do europeu, máximo representante da escala evolutiva.

LANGER, J. The shellmounds and the Empire: excavations, theories and controversies, 1840-1889. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 35-53, 2001.

ABSTRACT: The article analyses the first investigations about coastal sites, in the reign of D. Pedro II.

UNITERMS: Sambaquis – Myth and Archaeology – Barbarian and civilization.

Referências bibliográficas

ARCHAEOLOGY

- 1999 Neandertal news. <http://www.archaeology.org/online/news/neandernews.html>
- BAHN, P.G. (Ed.)
1996 *The Cambridge illustrated history of archaeology*. Italy: Cambridge University Press.
- BARROSO, J.L.
1864a *Carta ao Conde de La Hure, agradecendo a remessa de esqueleto e outros objetos encontrados entre as conchas existentes nas margens do rio S. Francisco do Sul (SC)*. Rio de Janeiro, 30 de setembro. IHGB, lata 15, doc. 9.
1864b *Carta ao presidente do IHGB, tratando do Conde de La Hure*. Rio de Janeiro, 30 de setembro. IHGB, lata 341, pasta 7.
1865 *Carta ao Visconde de Sapucaí, presidente do IHGB, tratando do Conde de La Hure*. Rio de Janeiro, 27 de janeiro. IHGB, lata 341, pasta 7.
- BISCHOFF, T.
1928 Sobre os sambaquis no estado do Rio Grande do Sul, 1887. *Revista e Archivo* *Público do Rio Grande do Sul*, n. 21, dezembro.
- BITTENCOURT, J.N.
1997 *Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do estado imperial (1808-1889)*. Tese de doutorado - UFF, Niterói.
- BLAKE, A.V.A.S.
1883 *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.
- CAPANEMA, G.S. de.
1865 Parecer sobre as investigações do Sr. Conde de la Hure nos sambaquis. *Revista do IHGB*, tomo XXVIII: 283-284.
- 1876 Os sambaquis. *Ensaios de Ciencia*, Rio de Janeiro, vol. I.
- DEMOULLE, J.-P.
1982 *La préhistoire et ses mythes*. *Annales*, Paris, 37 anée, 5-6: 740-759, sep.
- DURAND, M. L'Abbé
1874 Communication sur les sambagués du Brésil. *Bulletins de la Société D'Anthropologie de Paris*, tomo IX, segunda série: 222-224.

- EYE, A. von.
- 1887 Die brasilianischen sambaquis. *Zeitschrift fur Ethnologie*, Berlin, 19: 531-533.
- FIGUTI, L.
- 1999 Economia/Alimentação na pré-história do litoral de São Paulo. M.C.Tenório (Org.) *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- FILHO, J.S. da G.
- 1866 Parecer sobre o trabalho do sr. conde de La Hure. *Revista do IHGB*, XXIX.
- FUNARI, P.P.A.
- 1988 *Arqueologia*. São Paulo: Ática.
- 1994 Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de história da arte e arqueologia*, Campinas, 1: 24-41.
- 1995 Hermenêutica das ciências humanas: a história e a teoria e práxis arqueológicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, 10: 3-9.
- 1998 Teoria arqueológica na América do Sul. *Primeira Versão*, 75, Unicamp, setembro.
- GABAGLIA, G.R.
- 1865 Parecer sobre a memória do sr. conde de La Hure, que tem por título Exploration du Rio Parahyba do Sul. *Revista do IHGB*, XXVII.
- GASPAR, M.D.
- 1999 Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. M.C. Tenório (Org.) *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- GRANDE Encyclopédia Larousse Cultural
- 1998 São Paulo: Nova Cultural.
- IHERING, H. von
- 1895 A civilisação prehistórica do Brazil meridional. *Revista do Museu Paulista*, I: 34-159.
- 1904 Archeologia comparativa do Brazil. *Revista do Museu Paulista*, VI: 518-583.
- KOSERITZ, C. von.
- 1884a Sambaquis da Conceição do Arroio. *Revista do IHGB*, XLVII: 179-182.
- 1884 *Bosquejos ethnologicos*. Porto Alegre: Typographia de Gundlach & Comp.
- 1886 O machado de bronze de Xiririca. *A província de São Paulo*, Iguape, 18 de março.
- 1927 O homem fóssil da Lagoa Santa, 1882. *Revista do Museu e arquivo público do Rio Grande do Sul*, 19, setembro.
- 1980 *Imagens do Brasil*, 1883. Belo Horizonte: Itatiaia.
- LACERDA, J.
- 1878 Documents pour servir a l'histoire de l'homme fossile du Brésil. *Mémoires de la société Anthropologique*, Paris, 2: 517-541.
- 1882 A morphologia craneana do homem dos sambaquis. *Revista da Exposição Anthro-*
- pológica Brazileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia.
- 1885 O homem dos sambaquis. *Archivos do Museu Nacional*, VI.
- LACERDA, J.; PEIXOTO, R.
- 1876 Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brazil. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 1.
- LA HURE, Conde de [V. L. Baril/Chabaud].
- 1862 *L'Empire du Brésil, monographie complète de l'empire sud américain*. Paris: Ferdinand Sartonius.
- 1864 *Monsieur le Ministre*. Dona Francisca (SC), 16 de agosto. IHGB, lata 341, pasta 7.
- 1865a *A Monsieur Fernandes Pinheiro*, Rio de Janeiro, 28 janeiro. IHGB, lata 177, documento 109.
- 1865b *Considérations sommaires sur l'origine des amas de coquillages de la côte du Brésil*. Dona Francisca (SC), 10 de fevereiro. IHGB, lata 15, doc. 9.
- 1865c *A Monsieur le Présidens de L'Institut Historique*. Rio de Janeiro, 10 de março. IHGB, lata 15, pasta 9.
- 1865d *A Marino Marini, Archevêque de Palmyre e Rome*. Rio de Janeiro, 10 de março. IHGB, lata 15, pasta 9.
- 1865e *Inscriptions reproduits par un manuscrit de la bibliothèque publique de Rio de Janeiro de 1754*. Rio de Janeiro, 14 de junho. IHGB, lata 92, pasta 7.
- 1865f *A Monsieur le Chanoine Fernandes Pinheiro*. Rio de Janeiro, 8 de novembro. IHGB, lata 341, pasta 7.
- 1865g *Ilmo exc. Visconde de Sapucahy*. Rio de Janeiro, 1 de dezembro. IHGB, lata 311, documento 9.
- 1866a Penedos de dioritos do valle do Parahyba do Sul, Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, XXIX: 422-429.
- 1866b *A Exc. Monsieur le Vicomte de Sapucahy*. Rio de Janeiro, 10 de outubro. IHGB, lata 341, pasta 7.
- 1876 *Anotações sobre geologia*, Rio de Janeiro, maio. Biblioteca Nacional, I - 47, 13, 11.
- 1877 *Carta a Antônio Justiniano Rodrigues* tecendo comentários sobre o livro de sua autoria intitulado *L'Empere du Bresil*, 25 de dezembro. Biblioteca Nacional, I - 46, 7, 21.
- s.d. *Papéis pertencentes ao Conde de La Hure sobre assuntos diplomáticos*. Biblioteca Nacional, I - 48, 21, 9.
- LANGER, J.
- 1996a Mito, história e literatura: as cidades perdidas do Brasil. *História e Perspectivas (UFU)*, Uberlândia, 14: 67-83.
- 1996b A Esfinge atlante do Paraná: o imaginário de um mito arqueológico. *História, questões e debates (UFPR)*, Curitiba, ano 13, 25: 148-163.

- 1997a *As cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria de Cultura do Paraná.
- 1997b Mitos arqueológicos e poder. *Clio – Série Arqueológica (UFPE)*, Recife, v. 1, n. 12: 109-125.
- 1997c O mito do Eldorado. *Revista de História (USP)*, São Paulo, 136: 25-40.
- 1998a Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90 (UFRGS)*, Porto Alegre, 9: 165-185.
- 1998b Os livros raros da UFPR: um patrimônio histórico. *Questões e Debates (UFPR)*, 28: 153-169, julho.
- LANGER, J.; AFONSO, G.B.
- 1991 Arqueoastronomia brasileira. *O homem e o cosmos: visões de arqueoastronomia no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. *História e Perspectivas (UFU)*, Uberlândia, 14: 67-83.
- LEÃO, E de.
- 1919 Antonina prehistórica. *Archivos do Museu Nacional*, XXII.
- LIMA, T.A.
- 1988 Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia*, 5 (1): 19-28.
- 1999 Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista USP*, 44, dez. fev.
- LOPES, M.M.
- 1996 Viajando pelo mundo dos museus: diferentes olhares no processo de institucionalização das ciências naturais nos museus brasileiros. *Imaginário*, São Paulo, 3: 59-79.
- 1997 *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec.
- MADRE DE DEUS, G. de
- 1953 *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*, 1797. São Paulo: Livraria Martins.
- NADAILLAC, Marquês de
- 1882 *L'Amérique préhistorique*. Paris: G. Masson.
- NETO, L.
- 1882 A origem dos sambaquis. In: *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia.
- 1885 Investigações sobre a archeologia brasileira. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, VI.
- PENNA, D.S.F.
- 1876 Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, I.
- PROUS, A.
- 1992 *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UNB.
- 1999 Arqueologia, pré-história e história. M.C. Tenório (Org.) *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- RAMINELLI, R.
- 1996 *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Jorge Zahar/Edusp/Fapesp.
- [1999] 1998 Montaigne e os canibais. *Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, 7-8: 89-106.
- RATH, C.
- 1856 *Fragments geológicos e geográficos para a parte physica da estatística das províncias de São Paulo e Paraná*. São Paulo: Typographia Imparcial.
- 1871 Notícia ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal. *Revista do IHGB*, XXXIV, primeira parte.
- RODRIGUES, J.B.
- 1876a Antiguidades do Amazonas I. *Ensaios de Ciencia*, vol. I.
- 1876b Antiguidades do Amazonas II. *Ensaios de Ciencia*, vol. II.
- 1880 Antiguidades do Amazonas III. *Ensaios de Ciencia*, vol. III.
- SOUZA, A.M. de
- 1991 História da arqueologia brasileira. *Pesquisas – Instituto Anchietao de Pesquisas*, 46.
- 1997 *Dicionário de arqueologia*. Rio de Janeiro: Adesa.
- VARNHAGEN, F.A. de.
- 1840 Carta ao Instituto, São Paulo, 1840. *Revista do IHGB*, II, primeiro trimestre, (5): 524-525.
- 1849 Ethnographia indígena: linguas, emigrações e archeologia. *Revista do IHGB*, XII, segundo trimestre.
- 1871 *Historia geral do Brazil*, 1854. 2 ed. Rio de Janeiro: E. Laemmert.
- WALKER, A.
- 1997 Anasazi cannibalism? *Archaeology*, 50 (5), sept/oct.
- WESOLOSKY, V.
- 1999 Práticas funerárias pré-históricas do litoral de São Paulo. M.C. Tenório (Org.) *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- WIENER, C.
- 1876a Senhor diretor, Ladislau Neto. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, I: 3-4.
- 1876b Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, I: 5-20.

DE GUARATUBA A BABITONGA: UMA CONTRIBUIÇÃO GEOLÓGICO-EVOLUTIVA AO ESTUDO DA ESPACIALIDADE DOS SAMBAQUIANOS NO LITORAL NORTE CATARINENSE

Mário Sérgio Celski de Oliveira*
Norberto Olmiro Horn Filho**

OLIVEIRA, M.S.C.; HORN FILHO, N.O. De Guaratuba a Babitonga: uma contribuição geológico-evolutiva ao estudo da espacialidade dos sambaquianos no litoral norte catarinense. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, II: 55-75, 2001.*

RESUMO: O trabalho apresenta uma abordagem geológico-evolutiva dos sambaquis da planície costeira de Joinville cujos resultados indicam uma possível rota para deslocamento de sambaquianos entre o litoral sul paranaense e o litoral norte catarinense. O modelo paleogeográfico proposto e as datações absolutas de sambaquis atualmente disponíveis convergem para o canal do Palmital como região inicial de ocupação de Joinville por aquelas populações de pescadores-coletores.

UNITERMOS: Sambaquis – Planície costeira de Joinville – Paleogeografia – Quaternário costeiro.

No Brasil, há mais de um século tem-se envidado esforços científicos para dar sentido à cultura material herdada da sociedade sambaquiana. Restos esqueletais humanos, artefatos produzidos em osso, pedra e concha, vestígios de cabanas, carvões de antigas fogueiras e a própria estruturação dos sítios, levam a supor que os sambaquis teriam sido espaço multifuncional associado a moradia, a local de enterramento de mortos e até mesmo a

demarcação territorial, dentro de um sistema social bem mais complexo do que se entendia anteriormente (Gaspar 2000, Lima 1999/2000).

Estudiosos de processos evolutivos da planície costeira têm identificado uma relação direta entre a distribuição espacial dos sambaquis e oscilações do nível relativo do mar – NRM durante o Holoceno (Krone 1908, Leonards 1938, Bigarella 1954, Martin *et al.* 1984, entre outros). Recentemente, tem-se debatido a necessidade de revisão dos critérios utilizados para utilização dos sambaquis como efetivos indicadores espaço-temporais fidedignos destas oscilações, estimulando a retomada de pesquisas que melhor explicitem as razões culturais e as técnicas de implantação dos sítios em áreas sujeitas a inundação pelas marés (Angulo &

(*) Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ.

(**) Departamento de Geociências (Instituição efetiva do Programa de Geologia e Geofísica Marinha – PGGM), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Lessa 1997, Martin *et al.* 1998, Lessa & Angulo 1998).

Bigarella (1954) e Martin *et al.* (1984) consideraram que quando associados a estudos paleogeográficos, a determinação do substrato pode contribuir para a estimativa aproximada de um intervalo de tempo onde teria sido construído o sambaqui. Como exemplo, Martin *et al.* (1984) citaram sambaquis sobre depósitos eólicos, que somente poderiam ter sido construídos após o NRM máximo holocênico para aquela região. Obviamente tal dedução possui uma resolução temporal limitada, já que em termos de datação absoluta “*sambaquis situados em um só e mesmo tipo de unidade morfológica ou espacial, podem ter idades muito diversas*” (Ab’Saber 1984).

Este trabalho apresenta resumidamente alguns resultados obtidos em recente dissertação de mestrado (Oliveira 2000) cujo objetivo foi o de caracterizar os sambaquis da planície costeira de Joinville segundo uma perspectiva geológico-evolutiva e uma abordagem conservacionista dos sítios. Especificamente, o trabalho refere-se às implicações que o modelo

paleogeográfico então proposto possui sobre a interpretação de deslocamentos de sambaquianos no litoral norte catarinense.

Geomorfologicamente, o litoral norte catarinense insere-se no “*setor sudeste – costões rochosos, laguna/barreira, manguezais*” segundo a classificação de Silveira (1964); no “*macrocompartimento litoral sudeste – litoral das planícies costeiras e estuários*” segundo a classificação de Muehe (1998) e no “*compartimento I – litoral setentrional*” segundo a proposta para compartimentação do litoral de Santa Catarina de Diehl & Horn Filho (1996).

A área de estudo ocupa aproximadamente 230km², tendo como paralelos extremos 26°06'47" e 26°20'48" e meridianos extremos 48°50'46" e 48°43'34", conforme Figura 1. A altitude máxima de 229m é verificada no Morro do Boa Vista. Nesta área, Oliveira & Hoenicke (1994) indicaram o então registro de 27 sítios arqueológicos do tipo sambaqui.

A metodologia do trabalho incluiu procedimentos específicos da pesquisa em planície costeira. A fotointerpretação foi direcionada à determinação das características gerais das

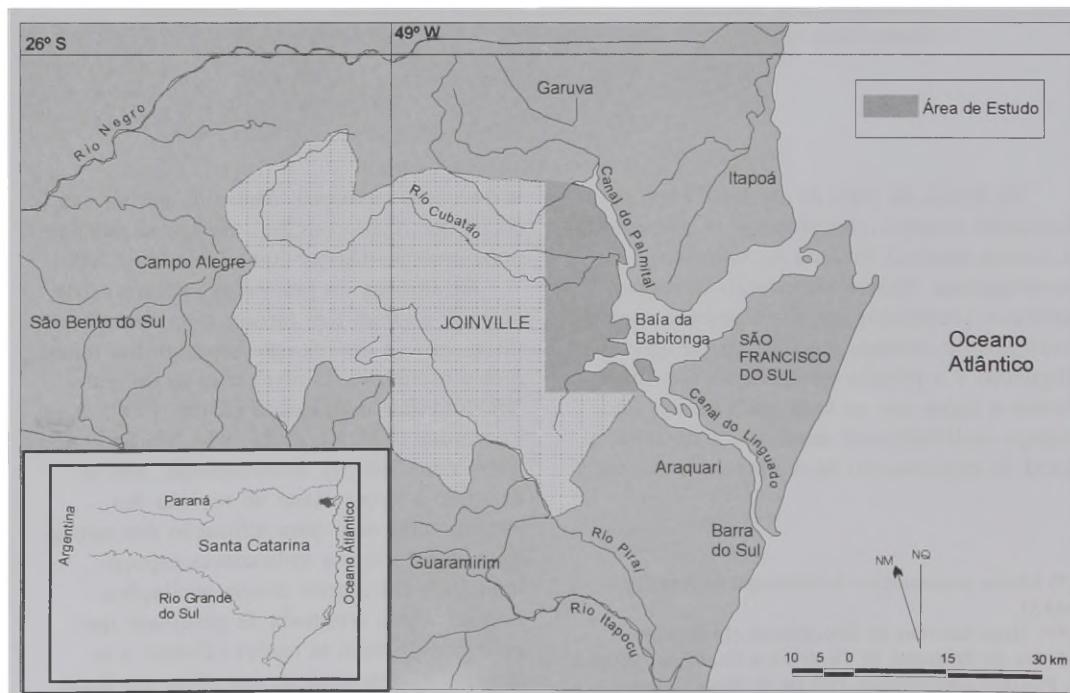


Figura 1 - Localização geral da área de estudo.

morfologias deposicionais e de afloramento nas unidades geológicas e respectivos contatos. Para a amostragem dos afloramentos recorreu-se a tradagens manuais e descrição de perfis. O controle altimétrico deu-se principalmente com base nas plantas cadastrais 1:2.000.

A amostragem do substrato dos sítios foi orientada na maioria das vezes à não tradagem direta sobre os sambaquis, procurando-se áreas marginais que permitissem visualizar faixas de contato do sítio com os depósitos sedimentares.

Foram processadas 91 amostras dos sedimentos coletados em 71 pontos de amostragem ao longo da área de estudo. Para a determinação das cores, cálculo dos teores de matéria orgânica e de carbonatos e processamento granulométrico dos sedimentos, utilizaram-se os métodos descritos por Suguio (1973) e Martins *et al.* (1978).

Os Sambaquis da Planície Costeira de Joinville

Há mais de 120 anos os sambaquis de Joinville vem despertando o interesse de estudiosos de diversas disciplinas.

Atribui-se a Virchow (1872), Wiener (1876) e Steinen (1887) a publicação dos primeiros trabalhos nos quais sambaquis de Joinville são referenciados (Fettback, Krelling, Schröder, Goldberg, Miranda e "Joinville"), ainda no final do Século XIX.

Gualberto (1908) descreveu no início do Século XX um grande sambaqui "da lagôa do Saguassú" ao lado do qual existiria uma estação pré-histórica, fazendo referência ainda ao grande número de sambaquis da região: "só em S. Francisco nós podemos contar para mais de 150 sambaquis" e a outras estações à margem do rio Pirabeiraba.

Oliveira (1944) informou ter encontrado vários sambaquis mas nenhum "além de 10 quilômetros no vale do Itapocu", fazendo referência aos "casqueiros" do rio Cachoeira citados por Backheuser (1918).

Guilherme Augusto Emílio Tiburtius (1892-1985) conheceu seu primeiro sambaqui em Matinhos (PR), no último ano da 2ª. Grande

Guerra e, segundo o próprio (Tiburtius 1996), "aborrecido" com a impossibilidade de escavar os sambaquis no Paraná, mudou-se para Joinville onde sua ascendência germânica lhe garantiu ser "bem recebido pelos habitantes e por todos os prefeitos".

Tiburtius trabalhou por quase vinte anos nos sambaquis de Santa Catarina, tendo publicado 13 artigos e com pelo menos outros 17 ainda inéditos. Em Joinville, escavou os sambaquis Morro do Ouro e Cubatãozinho, além do "sambaqui" Itacoara. Apesar de intitular-se um "individualista" (Tiburtius 1996), sua parceria com João José Bigarella, Íris Koehler Bigarella, Alsedo Leprevost e Arnaldo Sobanski, aproximou-o da metodologia acadêmica. Segundo Beck (1974), o trabalho de Tiburtius significou uma transição entre os estudos amadores e os profissionais, "quase uma Arqueologia de salvamento, podendo a contribuição ser colocada ao nível dos primeiros trabalhos profissionais executados em Santa Catarina".

Coube ao Prof. Bigarella a inclusão dos sambaquis de Joinville (Cubatãozinho, Morro do Ouro, Rio Velho I e Rio Velho II e n.º 42, este último trata-se provavelmente do Sambaqui Guanabara I), em uma sistemática abordagem geológica e paleogeográfica que, iniciada em seus pioneiros estudos na década de 40 no Paraná, persiste até hoje como referencial ao estudo da correlação dos sambaquis e evolução litorânea (Bigarella 1946, 1949; Bigarella *et al.* 1954; entre outros).

Piazza (1966) pesquisou o Sambaqui Espinheiros I em 1964, mesmo ano em que elabora um mapa intitulado "Área de Joinville - Cadastro dos Sambaquis - Lei n.º 3.924", onde localiza sítios de difícil acesso e que somente voltariam a ser "atualizadas cadastralmente" 36 anos depois.

No início da década de 70, dentro do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, Piazza (1974) apresentou uma nova distribuição dos sítios arqueológicos para o litoral norte catarinense, onde classifica os sítios em três fases pré-cerâmicas, segundo critérios "ecológicos e arqueológicos". O autor denominou de Fase Saguáçu aquela referente a 2 sambaquis com predominância de *Modiulus brasiliensis*, ambos

situados na Ilha do Gado em Joinville, tendo os outros sambaquis do município recebido a classificação de Fase Acaraí.

Em balanço sobre a produção científica da Arqueologia Pré-Colonial no litoral norte catarinense, Bandeira (1997) informa que Piazza, com a colaboração de Afonso Imhof, pesquisou em 1970 o Sambaqui Rio Comprido (inédito). No final da década de 60, as Profa. Anamaria Beck, Gerusa Maria Duarte e Maria José Reis elaboraram pesquisas no Sambaqui Morro do Ouro (Beck *et al.* 1969).

O Sambaqui Morro do Ouro foi novamente escavado em 1979 pelos Profs. Marilandi Goulart, Margarida Andreatta, Afonso Imhof e Guilherme Naue, no Projeto "Tecnologia e Padrões de Subsistência de Grupos Pescadores-Coletores Pré-Históricos", com financiamento da Prefeitura Municipal, que na época construía a Ponte de Trabalhador (Goulart 1980).

De 1980 a 1989, o próprio MASJ, então por iniciativa de seu diretor, Arqueólogo Afonso Imhof, desenvolveu o Projeto "A Pré-História de Joinville: Coletores e Pescadores" (inédito), com escavações no Sambaqui Ilha dos Espinheiros II e Guanabara I (Alves 1997).

O DNPM publicou em 1988 o mapa Geológico do Quaternário Costeiro dos Estados do Paraná e Santa Catarina, realizados pelos Prof. Louis Martin, Kenitiro Suguió, Jean-Marie Flexor e Antonio E.G. de Azevedo. Na metodologia desenvolvida pelos autores, os sambaquis possuem importância como indicadores das oscilações do NRM, sendo que 18 sambaquis de Joinville foram por eles estudados sob a perspectiva geológica (Martin *et al.* 1988).

Entre 1991 e 1992, a Fundação Cultural de Joinville financiou o Projeto "Pesquisa de Salvamento no Sambaqui Espinheiros II", coordenados pelos Profs. Marisa Coutinho Afonso, Paulo De Blasis e Levy Figuti, tendo subsidiado várias publicações (Afonso & De Blasis 1994, Afonso 1999, Figuti 1993, Figuti & Klöckler 1996).

Em 1994, o MASJ em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Joinville – IPPUJ promoveu o recadastramento e divulgação das informações sobre os sítios arqueológicos aos órgãos de gestão pública

do Município, com fins de subsidiar a preservação do patrimônio. Este inventário básico é posteriormente utilizado para análises da morfometria e distribuição dos sítios em Joinville (Oliveira & Hoenicke 1994, Oliveira 1996a, 1996b).

Horn Filho (1997) defendeu tese de doutoramento sobre os aspectos geológicos, ambientais e evolutivos da Ilha de São Francisco do Sul e arredores. Sambaquis de Joinville são incluídos sob uma perspectiva geoevolutiva.

A Figura 2 apresenta a distribuição espacial dos 42 sambaquis mapeados por Oliveira (2000) na planície costeira de Joinville. Quase 60% dos sambaquis possuem altura igual ou inferior a 4m (Tabela 1) e mais de 70% possuem volume igual ou inferior a 7.992,80m³ (Tabela 2).

Quanto à composição malacológica dos sítios, verificou-se que *Anomalocardia brasiliiana* não foi identificada tão somente na amostra coletada no Sambaqui Ponta das Palmas, enquanto *Crassostrea rhizophorae* esteve ausente somente nas amostras coletadas nos sambaquis Espinheiros II, Morro do Amaral III e Morro do Amaral IV. A distribuição espacial das espécies predominantes indicou que cerca de 64% dos sambaquis apresentam amostras principalmente constituídas por *Anomalocardia brasiliiana*, enquanto que cerca de 34% apresentam amostras com predominância de *Crassostrea rhizophorae*.

Cerâmica foi observada ou é citada em bibliografia nos sambaquis Rio Sambaqui, Cubatão I, Cubatãozinho, Ilha do Gado II, Ilha dos Espinheiros III, Lagoa do Saguaçu, Ilha do Mel II e Rio Velho II. Esculturas ("zoólitos") são citadas em bibliografia para os sambaquis Cubatãozinho, Rio Comprido, Rio Velho I e Morro do Ouro. No Sambaqui Espinheiros II, há registro de fibras vegetais trançadas que também foram observadas no Sambaqui Cubatão I. Este último ainda apresenta "estacas" de madeira ao longo do perfil do sítio e ao longo da margem do rio, paralelo ao sítio.

Para a compreensão da inserção fisiográfica dos sambaquis, a planície costeira de Joinville foi classificada por Oliveira (2000) como costa sedimentar do tipo estuarina. Identificaram-se nove unidades geológicas

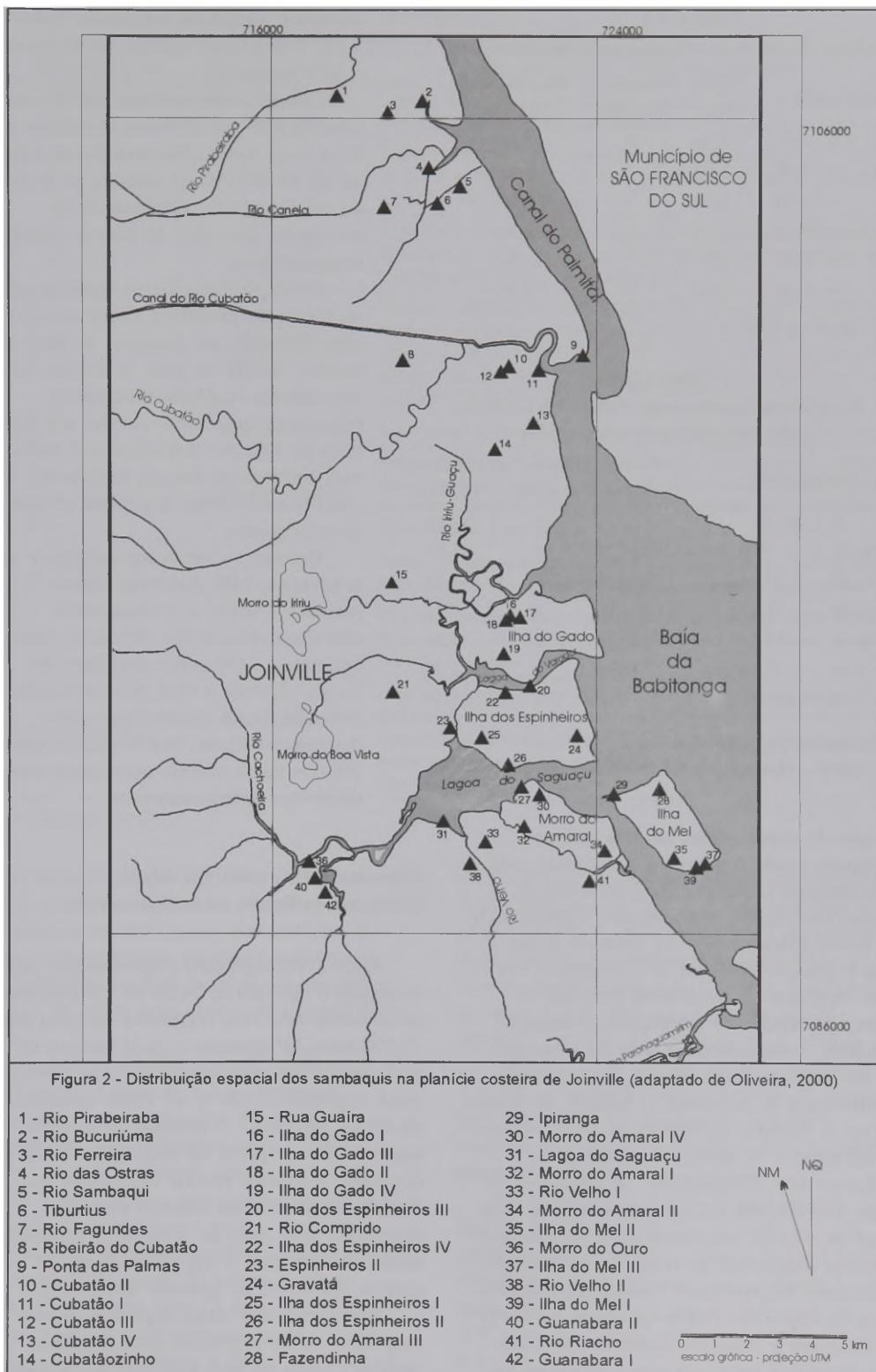


TABELA 1

Freqüência da altura dos 42 sambaquis em Joinville

Altura (m)	Ponto médio	Freqüência absoluta	Freqüência relativa
1,00	4,00	2,50	24
4,00	7,00	5,50	5
7,00	10,00	8,50	8
10,00	13,00	11,50	1
13,00	16,00	14,50	1
16,00	19,00	17,50	3

Fonte: Oliveira (2000).

TABELA 2

Freqüência da dimensão volumétrica (MDS) dos 42 sambaquis em Joinville

Volume (m ³)	Ponto médio	Freqüência absoluta	Freqüência relativa
< 1.100,00		10	23,81
1.100,00	7.992,80	4.546,40	20
7.992,80	14.885,60	11.439,20	2
14.885,60	21.778,40	18.332,00	3
21.778,40	28.671,20	25.224,80	3
28.671,20	35.564,99	32.118,10	1
> 35.564,99		3	7,14

Fonte: Oliveira (2000).

Obs.: MDS – Maior dimensão observável em superfície.

(Quadro 1) subdivididas em três grupos principais, sendo o primeiro constituído pelo Embasamento Cristalino Pré-Cambriano e elúvios associados, praticamente representado por associações litológicas (gnaisse granulítico e gnaisse bandado) do Complexo Granulítico. Verificou-se um sistema principal de falhas e fraturas com orientação preferencial N20-30W, influenciando a rede de drenagem.

No Sistema Depositional Continental identificaram-se depósitos coluviais, de leques aluviais e fluviais, atribuindo-se estes últimos ao Holoceno e os demais ao Quaternário Indiferenciado. Destacam-se os depósitos de leques aluviais que ocorrem ao longo de toda a área de estudo, constituindo-se na principal cobertura sedimentar ao norte do rio Cubatão. No Sistema Depositional Transicional identificaram-se depósitos flúvio-lagunares holocênicos (restritos à desembocadura do rio Cubatão), depósitos paleoestuarinos holocênicos,

depósitos paludais estuarinos holocênicos e depósitos eólicos do Holoceno e do Pleistoceno.

Depósitos paleoestuarinos foram identificados em altitudes inferiores a 2,5m com maior concentração na região ao sul do rio Cubatãozinho e ao norte do rio Comprido, constatando-se recorrente presença de bancos conchíferos naturais.

Os depósitos eólicos apresentam-se na forma de cobertura pouco espessa principalmente no conjunto de ilhas da porção sudeste da área de estudo, em sua maioria recobrindo depósitos paleoestuarinos. Dois corpos sedimentares na Ilha dos Espinheiros e outra área contínua na Ilha do Mel foram classificados como depósitos eólicos pleistocênicos.

Quanto ao substrato geológico dos sambaquis, 14% dos sítios foram edificados sobre o embasamento cristalino, 12% sobre depósitos flúvio-lagunares, 34% sobre depósitos de leques aluviais e 40% dos sambaquis de Joinville foram construídos sobre depósitos eólicos, sendo que nestes últimos há recorrente associação com depósitos paleoestuarinos.

Considerações evolutivas sobre o Quaternário Tardio na área de estudo

Após a Transgressão Cananéia que teria alcançado o máximo de 8±2m há 120.000 anos AP, ocorreu uma fase regressiva marinha até 17.500 anos AP (quando o nível relativo do mar – NRM encontrava-se 120-130m abaixo do atual, segundo Corrêa *et al.* 1996) resultante da última glaciação. A emersão da área de estudo deu-se a partir de uma sucessão de depósitos marinhos praiais recobertos por depósitos eólicos que mesmo bastante dissecados pela rede de drenagem, provavelmente não permitiu a individualização de corpos lagunares de grandes dimensões.

Remanescentes desta regressão foram mapeados como depósitos eólicos pleistocênicos na Ilha do Mel e na Ilha dos Espinhei-

QUADRO 1
Coluna Estratigráfica Simplificada

Era	Período/ Época	Unidade Geológica	Caracterização Lito-Sedimentológica
C E N O Z Ó I C A	Holoceno	Depósito paludal estuarino	Lamas ricas em matéria orgânica. Correspondem, de maneira geral, às áreas ocupadas pelos manguezais.
		Depósito eólico	Areias finas, bem selecionadas, de coloração esbranquiçada. Ocorrem na forma de lençóis de reduzida espessura, recobrindo principalmente depósitos paleoestuarinos.
		Depósito flúvio-lagunar	Sedimentos siltic-arenosos, pobramente selecionados, normalmente apresentando matéria orgânica. Apresentam-se na forma de terraços com altitudes normalmente inferiores a 3m.
		Depósito paleoestuarino	Arcias e sedimentos siltic-argilosos, com cores tendendo ao cinzento-amarelado. Ampla ocorrência de bancos conchíferos naturais. Observam-se recorrentes afloramentos de depósitos paleoestuarinos e <u>bancos conchíferos naturais</u> sotopostos por outras unidades geológicas superficiais.
		Depósito fluvial	Sedimentos variando de argila à cascalhos, predominando lamas.
	Pleistoceno Superior	Depósito eólico	Areias finas soltas ou semi-consolidadas (eventualmente formando piçarras), de coloração bruno-amarelada, normalmente apresentando minerais pesados. Afloramento na forma de terraços, com altitudes normalmente superiores a 4,5m.
		Depósito de leque aluvial	Areias e lamas resultantes de ação de processos gravitacionais de encosta e retrabalhamento fluvial. Os leques apresentam-se coalescidos.
	Quaternário Indiferenciado	Depósito coluvial	Depósitos incoerentes (normalmente siltic-argilosos) que sofreram deslocamento na vertente por efeito da gravidade. Inclui eventuais depósitos de talus.
		Embassamento cristalino	Gnaisse granulítico com intercalações de rocha meta-ultramáfica e anfibolito; Gnaisse bandado com intercalações de quartzitos, formação ferrífera, rocha meta-ultramáfica e anfibolito; Diques de diabásio.
PRÉ-CENOZÓICA			

Fonte: Oliveira (2000).

ros. A datação (TL) de 20.950 ± 2.000 anos AP para o depósito da Ilha dos Espinheiros é significativa na medida em que confirma o caráter remanescente daqueles sedimentos, retrabalhados, em fase terminal de um longo período de clima mais seco e de denudação intensa.

A partir de 17.500 anos AP, a elevação do NRM variou a taxas de 0,6 a 2,0cm/ano, influenciado por alterações abruptas de temperatura, principalmente entre 13.000 e 10.000 anos AP, período conhecido como Última Deglaciação e que poderia demarcar a transição do Pleistoceno para o Holoceno (Ab'Saber 1980, Roberts 1998, Suguio 1999).

Aproximadamente 20 km ao norte do centro de Joinville (fora da área de estudo), Bigarella (1971) descreveu um terraço no rio Pirabeiraba, onde obteve a idade radiométrica

de 10.200 ± 100 anos AP, a partir de fragmentos de madeira imersos em lentes de cascalho e areia (camada 2), pouco abaixo de inconformidade erosiva que separava uma seqüência inferior rudácea-arenácea (camada 3) de uma superior constituída por camadas siltic-argilosas (camada 1). Bigarella *et al.* (1975) consideraram que aquela madeira representaria a idade de transição entre o regime de drenagem semi-árido e o úmido, e que a parte superior da camada 3 corresponderia ao limite entre o Pleistoceno e o Holoceno.

De maneira geral, esta transição entre as épocas do Quaternário foi marcada por um evento paleoclimático denominado de Ótimo Climático (Idade Hipsitérnica), quando a temperatura média no planeta teria sido de 1 a 2 °C superior a atual, e que Suguio *et al.* (1985) e Suguio (1999) associam à glacioeustasia cujo

principal efeito na maior parte do litoral brasileiro teria sido uma elevação do NRM com ápice há aproximadamente 5.100 anos AP.

Para Bigarella (1954), a construção dos sambaquis está estreitamente ligada à fase final da máxima transgressão holocênica, já que grandes áreas foram inundadas permanecendo, contudo, uma condição batimétrica favorável ao desenvolvimento da população malacológica nos extensos baixios em formação. Ab'Saber (1980) afirmou que o “páleo-índio terminal” do litoral paulista já estava “associado a uma geografia costeira em que havia restingas e campos de dunas, muitas barras livres e muitas águas livres marinhas, mas não existia manguezal”. Mais tarde, (Ab'Saber 1984) refere-se a esta paisagem “como reflexos da Transgressão Flandriana e ou uma pequena fase de regressão pós-Flandriana”.

Segundo a curva proposta para o litoral catarinense por Martin *et al.* (1988), o NRM ultrapassou o nível atual pela primeira vez no Holoceno há cerca de 6.500 anos AP, elevando-se até o máximo pós-glacial de 3,5m (há 5.100 anos AP). Este máximo da Transgressão Santos (anteriormente denominada Transgressão Flandriana) invadiu o Canal do Palmital, que ainda mantém herança paisagística na forma de *ria*.

Ainda sobre o Canal do Palmital, menciona-se a possibilidade apresentada por Angulo (1992) de que ainda no Quaternário este braço norte da Baía da Babitonga fosse o curso médio/inferior do rio São João (PR). Com orientação inicial NW-SE na Serra do Mar, o rio São João executa uma radical mudança de quase 90° (SW-NE) para desaguar no litoral paranaense, na Baía de Guaratuba. Para Angulo (1992) o desvio do curso original do rio São João pode ter sido ocasionado por sobreposição dos depósitos de encostas da Serra do Quiriri, que interromperam sua possível drenagem para a Baía da Babitonga.

Quanto ao máximo da Transgressão Santos em Joinville, é possível ainda inferir submersão e retrabalhamento da maior parte dos depósitos pleistocênicos então remanescentes da fase regressiva anterior. As áreas hoje ocupadas por depósitos paludais estuarinos, eólicos holocênicos, paleoes-estuarinos, flúvio-lagunares e as partes mais

distais dos depósitos de leques aluviais (incluindo depósitos fluviais dos cursos inferiores das bacias dos rios Cubatão, Cachoeira, Pirabeiraba e Canela), encontravam-se submersos. A Figura 3 constitui uma tentativa de representar esta espacialidade.

Deve-se salientar que aproximadamente há 500m ao sul do Sambaqui Rio Riacho fotointerpretou-se uma sucessão de tênues alinhamentos W-E. Embora o reconhecimento em campo seja dificultado pelo uso atual do solo (reflorrestamento por *pinus*), tais feições são passíveis de corresponderem a cristas praiais indicativas das prováveis linhas costeiras da paleobaía em sucessão regressiva a partir do máximo pós-glacial.

Considerando-se unicamente a altitude da base dos sítios (excluindo-se a possibilidade de movimentos verticais crustais neotectônicos), é possível afirmar que há 5.100 anos AP todos os sambaquis mapeados na área de estudo que eventualmente existissem, cuja base se assentasse em altitudes inferiores a 3,5m, teriam sido afogados total ou parcialmente, implicando provável abandono temporário ou definitivo dos sítios (Figura 4).

Na planície costeira de Joinville, 6 sambaquis (Rio das Ostras, Tiburtius, Ponta das Palmas, Rua Guairá, Lagoa do Saguáçu e Morro do Ouro) edificados sobre embasamento cristalino poderiam, em tese, ter sido iniciados antes de 5.100 anos AP sem terem sido posteriormente submetidos aos efeitos erosivos da transgressão marinha pós-glacial. Além destes seis sítios, somente dois outros (Ribeirão do Cubatão e Guanabara I) tiveram seus substratos atribuídos a altitudes superiores a 3,5m e somente três sítios (Ilha dos Espinheiros II e Ilha do Mel I e III) apresentam altitudes com possível implantação sob condições especiais anteriores há 5.100 anos AP.

Tais avaliações não significam necessariamente que os sítios citados sejam contemporâneos ou constituam-se nos mais antigos de Joinville, já que poderiam também ter sido edificados em outros momentos após o máximo transgressivo pós-glacial (desde que as condições ambientais permitissem acesso a fontes de subsistência e de material construtivo), então em fase de emersão da planície como consequência da regressão marinha.

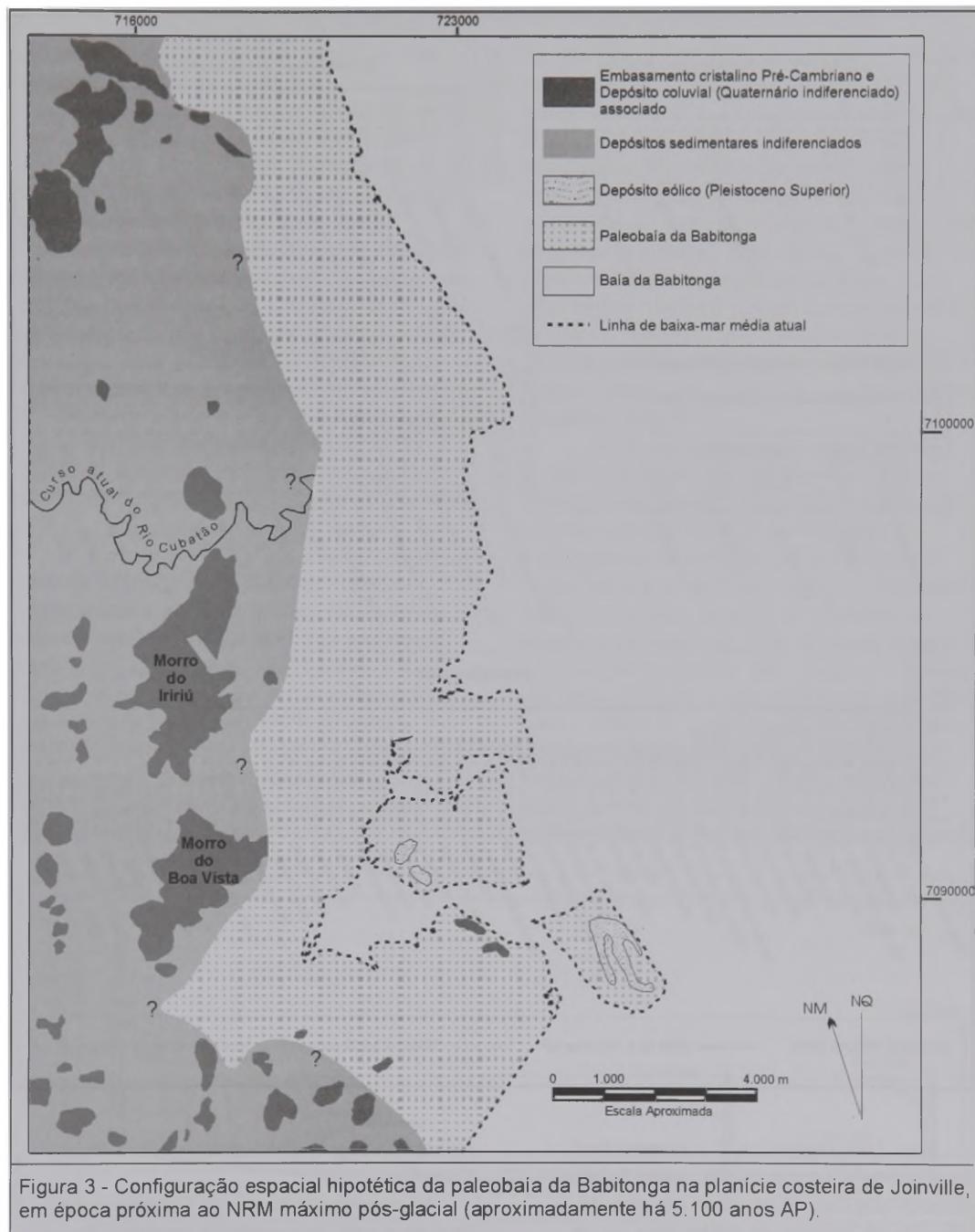
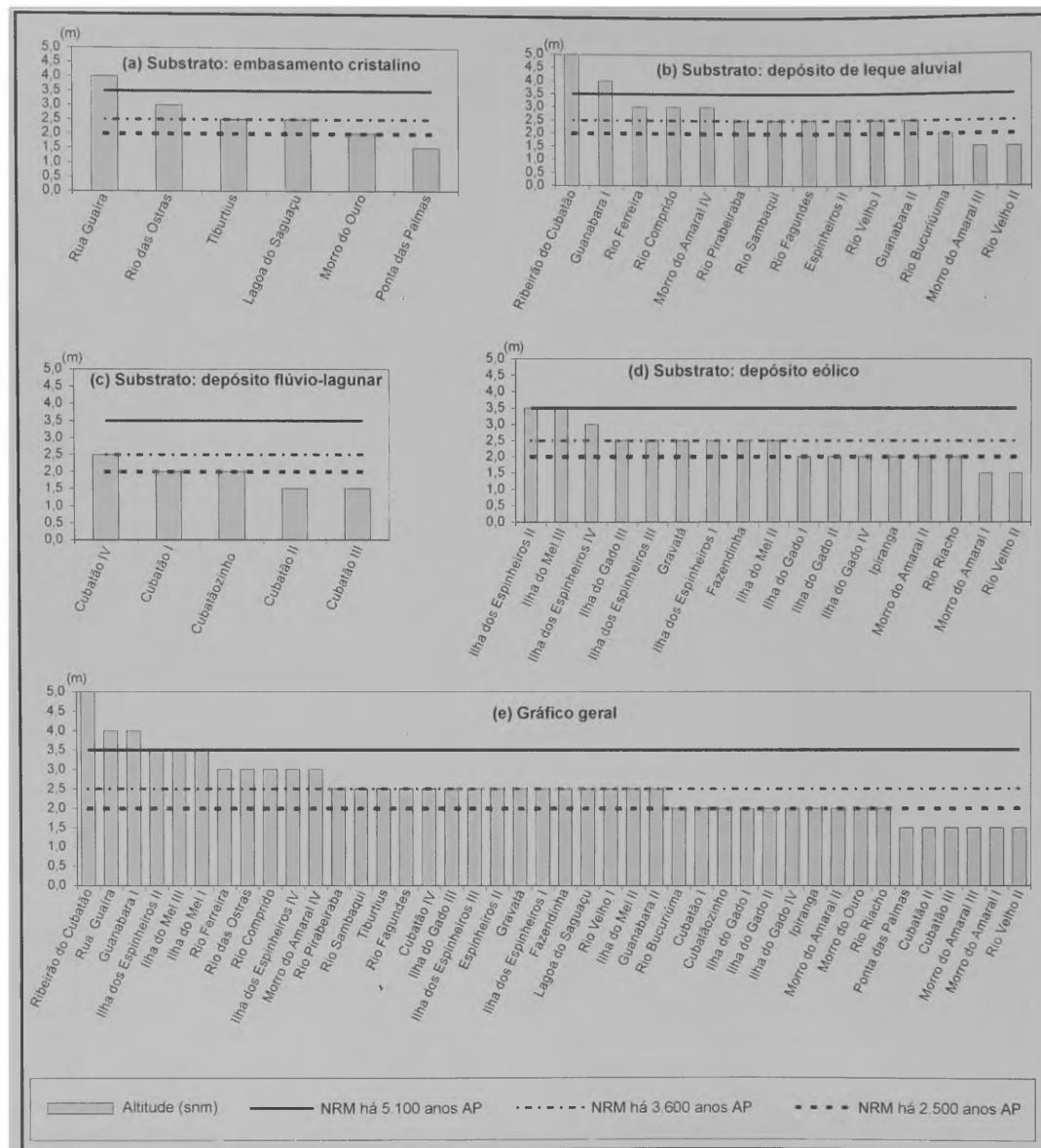


Figura 3 - Configuração espacial hipotética da paleobaía da Babitonga na planície costeira de Joinville, em época próxima ao NRM máximo pós-glacial (aproximadamente há 5.100 anos AP).

Esta fase seguinte é descrita por Suguió *et al.* (1985), Martin *et al.* (1988) e Horn Filho (1997) a partir de uma descida do NRM com duas oscilações secundárias de alta freqüência (Martin *et al.* 1999) aproximadamente entre

4.000 – 3.800 e entre 3.000 – 2.700 anos AP. Para Angulo & Lessa (1997) e Lessa *et al.* (2000) o declínio do NRM a partir do máximo pós-glacial deu-se de maneira suave e gradual, sem tais oscilações de alta freqüência.



Esta fase regressiva é a responsável principal pela formação das atuais feições geomorfológicas da planície costeira de Joinville. A descida do NRM deve ter se processado a partir de um eixo geral NE-SW, como sugere o alinhamento aparente da maior parte dos depósitos paleoestuarinos na porção centro-sul da área de estudo. O promontório e península da região da Vila da Glória (município de São Francisco do Sul) certamente influenciaram o transporte sedi-

mentar na região de desembocadura do rio Cubatão.

O meandramento do rio Cubatão acentuou-se e seus sedimentos e migração lateral ampliaram sua área de desembocadura, sendo os atuais depósitos flúvio-lagunares herança deste processo. Em algumas áreas foi também possível identificar depósitos paleoestuarinos (e bancos conchíferos naturais em áreas mais restritas, observáveis atualmente em situação de baixa-mar) sotopostos por depósitos

fluviais e flúvio-lagunares, representando a progressiva dissecação dos depósitos sedimentares da paleobaía pela ação fluvial.

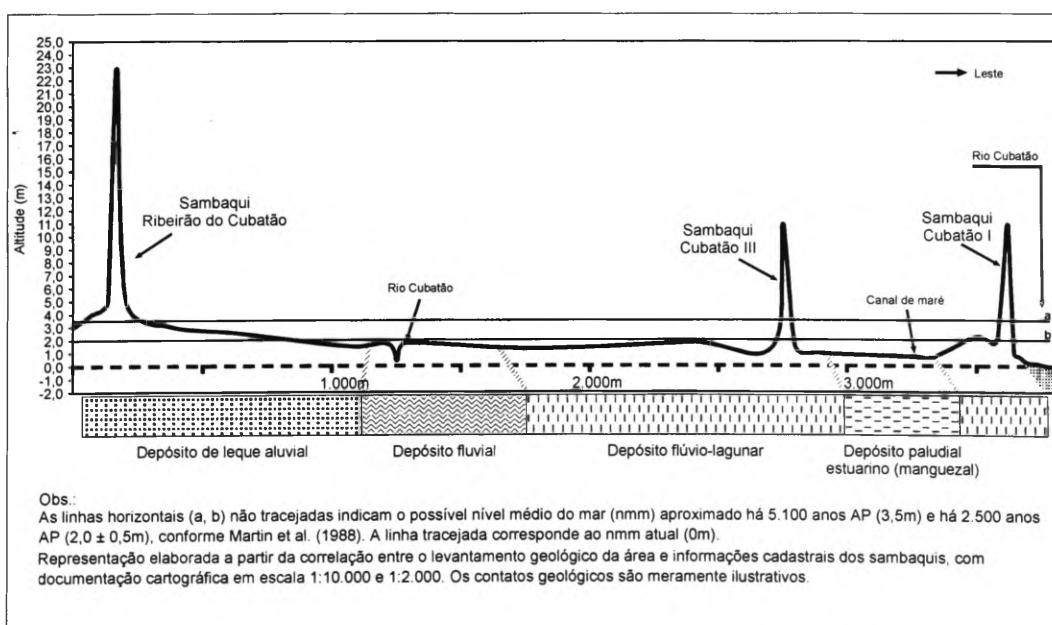
O perfil topogeológico na Figura 5 apresenta simplificadamente uma associação vertical entre os sambaquis Ribeirão do Cubatão, Cubatão I e Cubatão III, e as unidades geológicas existentes nesta área.

Mesmo não havendo datações absolutas, chama a atenção uma possível co-visibilidade entre os sítios, condição esta importante para as relações sociais daquelas populações pré-coloniais, caso os três sítios arqueológicos estivessem sendo ocupados simultaneamente. O isolamento espacial (Oliveira 1996b), altura (18m) e altitude do Sambaqui Ribeirão do Cubatão parecem remetê-lo ao conceito de *landmark* apresentado por Gaspar & De Blasis (1992), Fish *et al.* (1997), entre outros.

Na porção central da área de estudo, o período regressivo no Holoceno Médio (caracterizado por uma grande variabilidade do clima e pela ocorrência de climas geralmente mais secos que o atual, relacionados a uma ainda fraca insolação do verão no hemisfério sul, segundo Turq *et al.* 1999) da mesma maneira permitiu uma intensificação nos processos de denudação com avanço dos leques aluviais sobre as margens paleoes- tuarinas então em recuo.

Nas ilhas principais da planície costeira de Joinville a indisponibilidade de testemunhos de sondagem dificulta perspectivas paleogeográficas em detalhe. Com base na descrição dos afloramentos analisados (com recorrente observação de depósitos paleoestuarinos sotopostos por areias sedimentologicamente associadas ao ambiente eólico, em grande parte da porção centro-sul e sul da área de estudo e onde não foram constatados depósitos marinhas praiais típicos), tentativamente vislumbra-se que os depósitos identificados estejam relacionados em sua geogênese ao modelo barreira de estuário / bacia lamosa proposto por Woodroffe (1992).

No litoral paranaense, Angulo (1992) propôs que a maior parte dos depósitos sedimentares das ilhas da Cotinga e Rasa da Cotinga (interior da Baía de Paranaguá) é consequência da descida do NRM quando “extensas áreas de fundos rasos transformaram-se progressivamente em planícies de maré e áreas emersas”. Tal mecanismo pode ser também concebido para parte do substrato das ilhas do Gado e dos Espinheiros, e mesmo para o Morro do Amaral e Ilha do Mel. Considerando a herança da área de estudo como interior de estuário onde o afogamento de vales fluviais foi processo importante no desenvolvimento das morfologias ao longo do



tempo, não se descarta que estes “fundos rasos” tenham deltas em sua origem, comuns em estuário de micro e mesmo de meso marés (Petchik 1984).

Em uma primeira aproximação, é possível conceber nesta fase de regressão marinha do Holoceno Médio/Superior, a emersão gradual de tais ilhas pela descida do NRM em processo de sedimentação acelerado pela influência do embasamento cristalino, o qual funcionava como armadilha para os sedimentos clásticos terrígenos alimentados pelo sistema de drenagem Velho/Cachoeira/Comprido/Iririú, e os provindos por ação eólica dos depósitos pleistocênicos remanescentes das ilhas dos Espinheiros e do Mel, os quais não foram afogados pelo último máximo pós-glacial há 5.100 anos AP, embora submetidos a intensos processos erosivos.

Neste sentido, menciona-se o modelo evolutivo regional proposto por Horn Filho (1997), uma vez que mesmo havendo alteração na litologia e cronologia dos depósitos das ilhas de Joinville em relação aos mapeamentos anteriores, a paleogeografia ora proposta confirma a ausência de retrobarreira lagunar de idade pleistocênica na área de estudo.

A granulometria dos depósitos mapeados nas ilhas indica retrabalhamento eólico dos sedimentos disponibilizados pelo sistema regressivo (em cujas fontes devem ser incluídos os terraços pleistocênicos ao sul da área de estudo, no município de Araquari). Nesta condição de progradação da planície, barras, tâmbolos e esporões orientados pela deriva (possivelmente de sul para norte) devem ter permitido ligações físicas (efêmeras ou não) entre as ilhas.

As atuais “lagoas” do Saguáu e do Varador poderiam funcionar como estuários “cegos”, similarmente ao que ocorre com a Lagoinha do Leste, na Ilha de Santa Catarina (Horn Filho *et al.* 1999). Entre estas ilhas e o “continente” joinvilense, em pelo menos duas áreas possíveis conexões estariam favorecidas: a principal delas na região dos morros e leques aluviais associados ao sistema de drenagem Santinho/Velho (ao sul da Lagoa do Saguáu), e uma possível ligação na região dos Espinheiros, onde a presença de afloramentos do embasamento cristalino e depósitos

associados, sugerem uma “paleo-ilha” de sedimentos continentais ou fluviais onde inclusive poderiam ter sido edificados os sambaquis Espinheiros I e II (Piazza 1966), posteriormente dissecada por depósitos paludais estuarinos holocênicos, a exemplo do que ocorre na região do Palmital.

A construção de sambaquis nesta fase estaria favorecida, embora haja dificuldade em especificar tal momento já que o mapeamento do substrato dos sítios não incluiu técnicas adequadas para excluir a possibilidade de que nesta área os sambaquis tivessem sido construídos diretamente sobre depósitos paleoestuarinos. Parece recorrente, no entanto, que a base inicial tenha se processado sob depósitos eólicos mais interiorizados e tendo havido posterior avanço dos sítios em direção aos depósitos paleoestuarinos herdados da paleobaía.

A distribuição dos sítios nestas áreas de maior influência marinha remete à conceção de Bigarella (1954) sobre a evolução da paisagem e a situação dos sambaquis sobre os bancos de sedimentos. Estes sambaquis edificados sobre depósitos eólicos possuem como principal característica paleogeográfica uma espacialidade controlada pela morfologia dos depósitos em relação aos paleoníveis da preamar e da baixa-mar, onde há época proliferaram bancos de moluscos. A configuração atual da distribuição dos sítios no limite entre depósitos eólicos e depósitos paludais estuarinos, à época de edificação inicial dos sítios representaria (grosso modo) o limite entre os terraços arenosos e prováveis dunas incipientes com bancos areno-argilosos e baixos siltic-argilosos da zona inter-marés da paleobaía.

A altitude (3,5m) da provável base inicial sobre a qual teria sido construído o Sambaqui Ilha dos Espinheiros II (próxima a depósitos pleistocênicos), bem como a datação mais antiga disponível para o sítio (3.015 ± 130 anos AP), sugerem que o mesmo represente a fase inicial de ocupação da Ilha dos Espinheiros, embora por critérios exclusivamente topográficos todos os sambaquis da ilha teriam condições de serem construídos a partir de 3.600 anos AP, quando o NRM permitiria que suas bases inferidas pudessem estar emersas.

Na região do Morro do Amaral, à época de edificação inicial dos sambaquis Morro do Amaral I e II e do Sambaqui Rio Riacho, teria havido condições para a existência de um paleocanal entre a Lagoa do Saguáçu e o canal do Ipiranga (onde atualmente observa-se o Rio Riacho e manguezais associados), significando uma hidrodinâmica favorável a uma ligação por depósitos arenosos menos efêmeros entre a Ilha do Mel e o Morro do Amaral, em situação de inexistência ou insipienteza do Canal do Ipiranga. Esta deposição arenosa provavelmente teria geogênese relacionada a remanescentes dos terraços pleistocênicos, hoje inexistentes nas áreas circunvizinhas ao Canal do Ipiranga na área de estudo.

A partir de 2.500 anos AP, Horn Filho (1997) atribuiu o início da deposição intensa de sedimentos paluariais em ambientes de baixa energia que permitiram a formação de manguezais. A individualização das ilhas do Gado e dos Espinheiros e das ilhotas do Canal do Palmital está relacionada a esta última fase regressiva, também caracterizada pela ampliação da dissecação da rede fluvial sobre os depósitos paleoestuarinos e flúvio-lagunares como é observado nos rios Iririú-Guaçu e Cubatãozinho, respectivamente, além da esculturação das planícies de maré pelos canais de maré existentes ao longo da área de estudo.

A paisagem como herança: Eixo São João / Palmital

As considerações preliminares efetuadas sobre alguns aspectos da evolução geológica e paleogeográfica da planície costeira de Joinville indicam que o sentido geral de regressão marinha após o máximo pós-glacial teria se processado preferencialmente a partir de um eixo principal geral N-S/O-E, e na porção sul da área de estudo uma tendência S-N/O-E (Figura 6).

Sobressai nesta tendência a possibilidade de que o desenvolvimento das planícies de marés com seus extensos bancos arenosos e silticó-argilosos propensos ao desenvolvimento de bancos de moluscos tenha da mesma forma se processado, sugerindo áreas preferenciais para ocupação antrópica no mesmo sentido.

Supõe-se que a continuidade da regressão marinha e ativação da sedimentação fluvial gradualmente permitiram o desenvolvimento de manguezais sobre os bancos e baixios, estimulando os sambaquianos à conquista de novos territórios menos paludosos, então em emersão na porção centro e sul da área de estudo.

Como tratado anteriormente, Angulo (1992) concluiu que durante o máximo da Transgressão Santos, a paleobaía de Guaratuba avançava no vale do rio São João, formando junto com o rio Cubatãozinho (PR) um eixo transversal à atual Baía de Guaratuba. Martin *et al.* (1988) identificaram extensos depósitos de sedimentos holocênicos podendo conter conchas de moluscos ao longo do curso inferior do rio São João. Reitera-se também a alteração radical do curso do rio São João a partir de um "cotovelo de falha" (Bigarella *et al.* 1961), sendo que Angulo (1992) não descartou a possibilidade de que o referido rio drenasse para a paleobaía da Babitonga através do que hoje corresponde ao Canal do Palmital.

Horn Filho (1997) cartografou amplo afogamento do Canal do Palmital durante o máximo holocênico, evidenciando depósitos estuarinos (correspondentes a depósitos paleoestuarinos) atualmente existentes como resultado da regressão pós-glacial, na maior parte da margem esquerda do Canal do Palmital.

A região entre o rio São João (PR) e o Canal do Palmital (SC) teria, portanto, condições de oferecer em época holocênica características fisiográficas favoráveis ao deslocamento de populações sambaquianas entre as baías de Guaratuba e Babitonga, justificando as possibilidades anteriormente levantadas sobre o Canal do Palmital como área emissora inicial para a expansão da produção do território "joinvilense" pelo Homem do Sambaqui.

Neves (1988) e Neves & Blum (1998) concluíram que os sambaquianos do Paraná e os do norte de Santa Catarina formariam um "bolsão" biológico, ou seja, haveria uma homogeneidade genética entre aquelas sociedades, justificando tal similaridade por uma "lógica geográfica" diante da contigüidade espacial das planícies costeiras "que realmente poderia ter facilitado a troca gênica entre os grupos humanos" (Neves & Blum *op. cit.*).

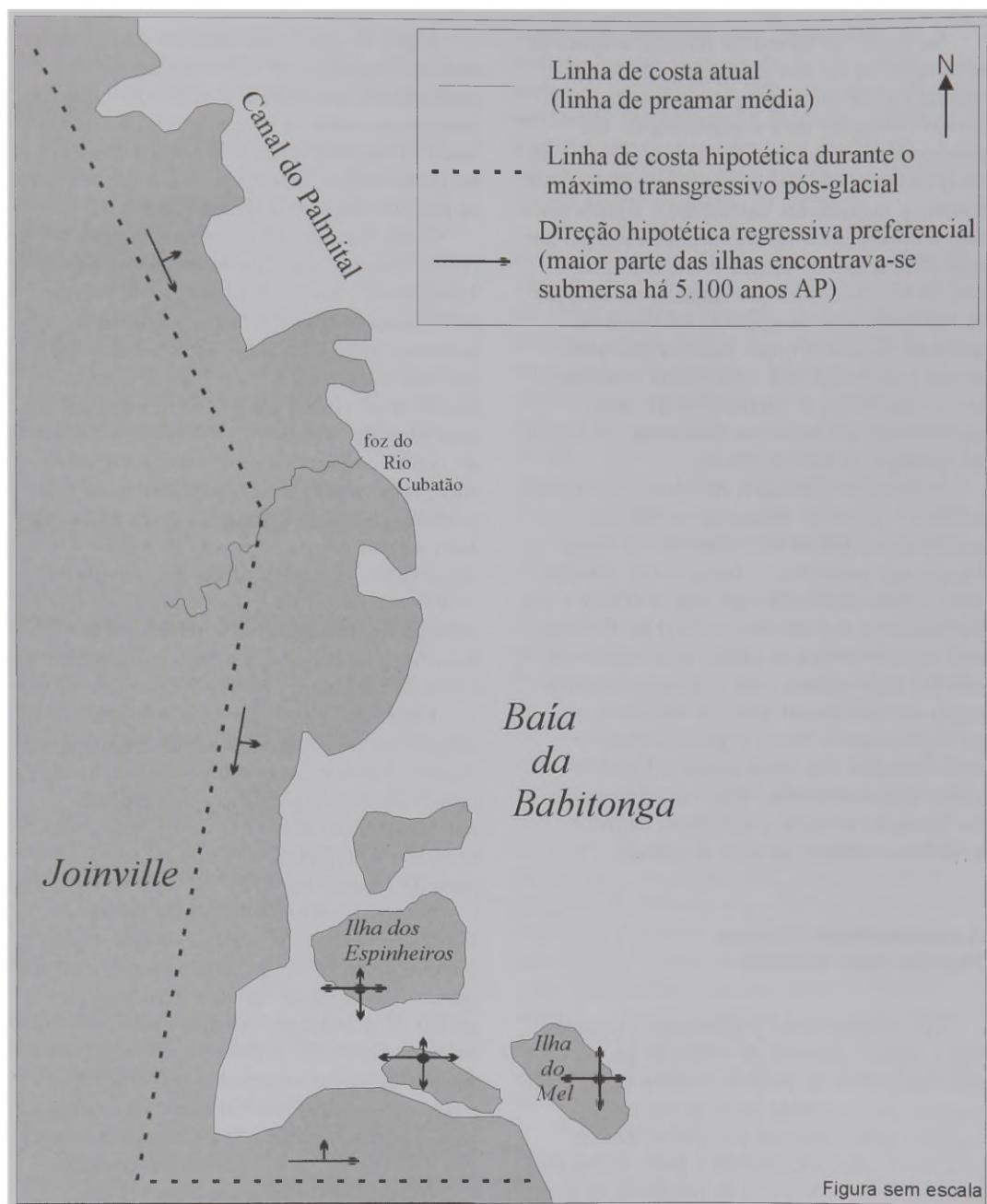


Figura 6 - Direção hipotética regressiva preferencial da linha de costa após o máximo transgressivo pós-glacial na planície costeira de Joinville (Oliveira 2000).

A Figura 7 apresenta esta rota “*facilitadora de troca gênica*”, denominada aqui de Eixo São João / Palmital, o qual é sugerido complementarmente à mais óbvia rota ao longo do

Oceano Atlântico, sendo que o vale do rio Saí-Guaçu (embora com alteração de curso médio e inferior durante o Holoceno), poderia ter servido de elo entre os dois eixos principais.

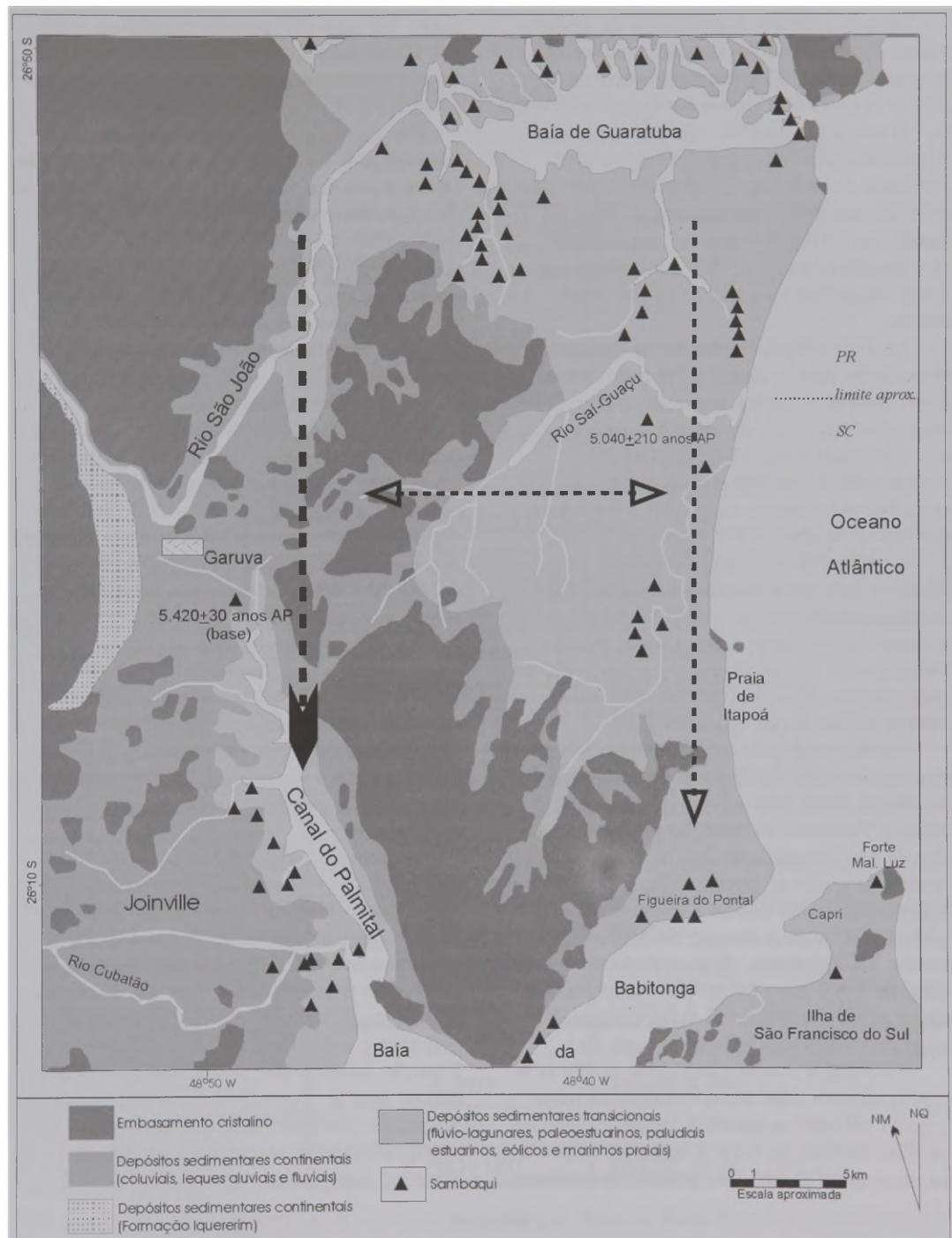


Figura 7 - Mapa geológico simplificado da planície costeira entre a Baía de Guaratuba (PR) e o norte da Baía da Babitonga (SC), com ênfase a uma possível rota (Eixo São João / Palmital) para deslocamento de populações sambaquianas entre estes dois complexos estuarinos do litoral sul-brasileiro. O percurso “foz do rio São João (PR), Garuva, foz do rio Cubatão (SC)”, é inferior a 40km. Figura produzida a partir da sobreposição dos mapas em escala 1:200.000 produzidos por Martin *et. al.* (1988) e informações de ROHR (1984), os quais subsidiaram a indicação dos sambaquis, com exceção àqueles em território joinvilense.

No que se refere à cronologia de deslocamento, fundamental informação para o eixo proposto são as datações efetuadas por Martin *et al.* (1988) para o Sambaqui Saí-Guaçu (n.º 1) que em coleta de superfície apresentou 5.040 ± 210 anos AP e, principalmente, o Sambaqui Palmital (n.º 2, no mapeamento dos referidos autores), cuja amostra da base foi datada em 5.420 ± 230 anos AP, este último correspondendo ao registro mais antigo até agora disponível para todo o litoral catarinense.

Na Figura 8 são indicadas as datações disponíveis para o litoral norte catarinense. Estas poucas datações sugerem tendência de ocupação norte-sul. As datações referentes aos sambaquis Forte Marechal Luz, 59, Conquista/B e Rio Pinheiros/8 permitem conceber pelo menos duas rotas para ocupação inicial da Ilha de São Francisco do Sul.

A **primeira** delas corresponderia a um percurso pela faixa litorânea de Itapoá, cujo limite extremo sul (Figueira do Pontal) é separado da região de Capri na Ilha de São Francisco do Sul, atualmente, por um canal de profundidades máximas de 10m e extensão inferior a 2km (Kinak *et al.* 1999).

Aquele canal seria uma limitação fisiográfica teoricamente transponível pelo Homem do Sambaqui. Horn Filho (1997) destacou que desde o Holoceno até hoje, na região norte da Ilha de São Francisco do Sul, na interface baía/oceano, tem sido recorrente a formação de esporões arenosos devido à dinâmica das correntes de maré e atuação das ondas e dos ventos. Não obstante, deve-se destacar que por volta de 5.000 anos AP, o NRM encontrava-se alto e as características do canal certamente estariam modificadas (Horn Filho *op. cit.*).

Na planície costeira de Itapoá, Souza *et al.* (1999) identificaram que no máximo da transgressão holocênica existiam também esporões ou ilhas-barreira ao norte e ao sul de Itapoá e, ao norte, pelo menos três grandes desemboca-

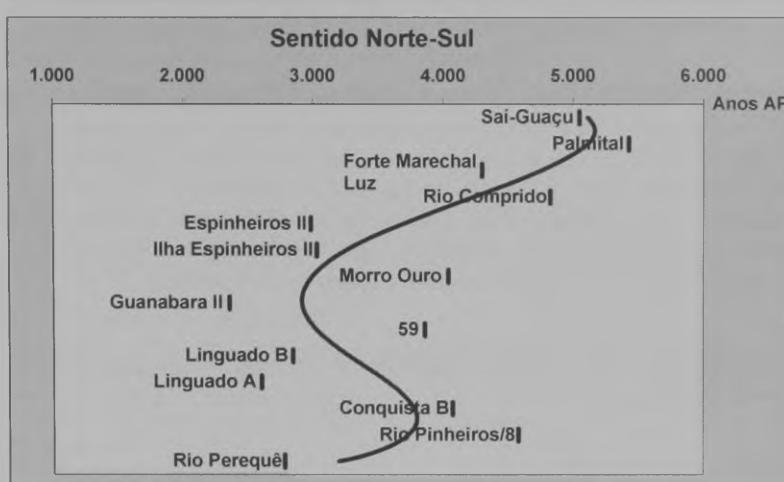
duras. No posterior período regressivo, o rio Saí-Mirim teve sua desembocadura progressivamente deslocada para norte, até atingir sua posição atual.

Por outro lado, como **segunda** rota possível para a ocupação inicial da Ilha de São Francisco do Sul, o intervalo de tempo entre as datações dos sambaquis Palmital, Rio Pinheiros/8 e Forte Marechal Luz (superior a 1.000 anos), permite também supor que a migração poderia ter sido iniciada a partir da planície costeira de Joinville, servindo-se então de eventual estreitamento no paleocanal do Linguado.

Considerações finais

Não obstante estar limitada pela escassez de datações absolutas ou análises geológicas em detalhe, a perspectiva evolutiva que se apresenta para a planície costeira de Joinville sugere os sambaquianos como uma sociedade altamente especializada no ambiente do interior do Complexo Estuarino da Babitonga, coexistindo com extensos bancos arenosos e baixios siltic-argilosos, que devem ter orientado as ocupações iniciais dos sambaquis. Por este prisma, as últimas gerações sambaquianas possuíam práticas espaciais diferenciadas de seus antecessores “joinvileenses”, onde a intensificação dos bosques de manguezais é processo importante a ser considerado.

Finalmente, considera-se oportuno que seja retomada a pesquisa arqueológica nas bacias do rio Piraí (afluente do rio Itapocu), onde há registros de sítios arqueológicos aparentemente diferenciados em relação aos sambaquis aqui mapeados (ora denominados de sambaquis fluviais, ora de jazidas paleoetnográficas; atribuídos aos Tupiguarani ou à Tradição Itararé), que potencialmente podem indicar área de transição mais recente entre as ocupações planalto/litoral, ou território cronologicamente associado à tendência norte-sul mais antiga.



Obs.: linha de tendência por polinômio de 4. ordem

Sambaqui	Datação mais antiga (anos AP)	Referência
Sai-Guaçu	5.040+210	Martin et al. (1988)
Palmital	5.420+230	Martin et al. (1988)
Forte Marechal Luz	4.290+130	Bryan ¹ apud Bandeira (1997)
Rio Comprido	4.815+130	Prous & Piazza (1977)
Espinheiros II	2.970+60	Afonso & De Blasis (1994)
Ilha dos Espinheiros II	3.015+130	MASJ ²
Morro do Ouro	4.030+40	MASJ ²
Guanabara II	2.350+120	MASJ ²
59	3.850+200	Martin et al. (1988)
Linguado/B	2.830	Prous & Piazza (1977)
Linguado/A	2.590	Prous & Piazza (1977)
Conquista/B	4.070	Prous & Piazza (1977)
Rio Pinheiros/8	4.580	Prous & Piazza (1977)
Rio Perequê/53	2.760+180	Martin et al. (1988)

¹ Bryan, A. L. (1993) *The Sambaqui of Forte Marechal Luz, State of Santa Catarina, Brazil*. Brazilian Studies, pp.1-114. Center for the Study of the First Americans, Oregon State University.

² Conforme cópia de resultado de análise radiométrica elaborada por iniciativa de Afonso Imhof e de Walter Alves Neves.

OLIVEIRA, M.S.C.; HORN FILHO, N.O. De Guaratuba a Babitonga: uma contribuição geológico-evolutiva ao estudo da espacialidade dos sambaquianos no litoral norte catarinense. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 55-75, 2001.

OLIVEIRA, M.S.C.; HORN FILHO, N.O. From Guaratuba to Babitonga: a geologic-evolutionary contribution to the study of the spatial distribution of the shell mound builders on the northern coast of Santa Catarina. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 55-75, 2001.

ABSTRACT: The paper presents a geologic-evolutionary approach to the shell mound along the coastal plain of Joinville, whose results indicate a possible route for the displacement of the shell mound builders between the Paraná southern coast and the Santa Catarina northern coast. The paleogeographic model proposed and the absolute dating of the shell mounds currently available converge on the Palmital Channel as the region where the occupation of Joinville by those fishers-gatherers first started.

UNITERMS: Shell mounds – Joinville coastal plain – Paleogeography – Coastal Quaternary.

Referências bibliográficas

- AB'SABER, A.N.
- 1980 Paleo-clima e Paleo-ecologia (palestra e debates). P.I. Schmitz; A.S. Barbosa; M.B. Ribeiro (Eds.). Temas de Arqueologia Brasileira (1: Paleo-índio). *Anuário de Divulgação Científica*. Goiânia, IGPA/UCG, 5:33-54.
- AB'SABER, A.N.
- 1984 Tipos de Habitat do Homem do Sambaqui. *Rev. de Pré-História*. São Paulo, IPH/USP, 6:121-122.
- AFONSO, M. C.; DE BLASIS, P.A.D.
- 1994 Aspectos da Formação de um Grande Sambaqui: Alguns Indicadores em Espinheiros II. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 4:21-30.
- AFONSO, M.C.
- 1999 O Sambaqui Espinheiros II: uma Contribuição à Arqueologia do Litoral Norte de Santa Catarina. *Rev. do CEPA*. Santa Cruz do Sul, 23 (29):118-123.
- ALVES, M.C.
- 1997 Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: Relatório 1972/1997 – 25 Anos de Atuação. Joinville: MASJ, 87 p. (relatório).
- ANGULO, R.J.; LESSA, G.C.
- 1997 The Brazilian Sea-Level Curves: a Critical Review with Emphasis on the Curves from the Paranaguá and Cananéia Regions. *Marine Geology*, Netherlands, Elsevier Science, 140:141-166.
- ANGULO, R.J.
- 1992 *Geologia da Planície Costeira do Estado do Paraná*. Tese de Doutorado em Geologia Sedimentar. São Paulo, Universidade de São Paulo, 334 p.
- BACKHEUSER, E.
- 1918 *A Faixa Litorânea do Brasil Meridional Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro: Tipográfica B. Freres, 210 p.
- BANDEIRA, D.R.
- 1997 Arqueologia Pré-Colonial do Litoral Norte de Santa Catarina – Balanço Preliminar da Produção Científica. *Anais. IX Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro: SAB (CD ROM).
- BECK, A.
- 1974 O Problema do Conhecimento Histórico dos Sambaquis do Litoral do Brasil. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*. Florianópolis, 7:27-66.
- BECK, A.; DUARTE, G.M.; REIS, M.J.
- 1969 Sambaqui do Morro do Ouro – Nota Prévia. III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata (mimeo).
- BIGARELLA, J.J.
- 1946 Contribuição ao Estudo da Planície Litorânea do Estado do Paraná. *Arq. de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, IBPT, 1:75-111.
- 1949 Contribuição ao Estudo da Planície Sedimentar da Parte Norte da Ilha de Santa Catarina. *Arq. de Biologia e Tecnologia*, Curitiba: IBPT, 4:107-138.
- 1954 Os Sambaquis na Evolução da Paisagem Litorânea Sul-Brasileira. *Arq. de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, IBPT, 9:199-221.
- 1971 Variações Climáticas no Quaternário Superior e sua Datação Radiométrica pelo

OLIVEIRA, M.S.C.; HORN FILHO, N.O. De Guaratuba a Babitonga: uma contribuição geológico-evolutiva ao estudo da espacialidade dos sambaquianos no litoral norte catarinense. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 55-75, 2001.

- Método do Carbono 14. *Paleoclimas*, n. 1. São Paulo: IG/USP, 22p.
- BIGARELLA, J.J.; ANDRADE-LIMA, D.; RIEHS, P.J. 1975 Considerações a respeito das Mudanças Paleoambientais na Distribuição de Algumas Espécies Vegetais e Animais no Brasil. *Anais de Academia Brasileira de Ciências* (Suplemento), 47:411-464.
- BIGARELLA, J.J.; MARQUES FILHO, P.L.; AB'SABER, A.N. 1961 Ocorrência de Pedimentos nas Fraldas da Serra do Iquererim (Garuva-SC). *Bol. Paranaense de Geografia*. Curitiba, 4: 5:82-93.
- BIGARELLA, J.J.; TIBURTIUS, G.; SOBANSKI, A. 1954 Contribuição ao Estudo dos Sambaquis do Litoral Norte de Santa Catarina. I – Situação Geográfica e Descrição Sumária. *Arq. de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, IBPT, 9:99-140.
- CORRÊA, I.C.S.; MARTINS, L.R.S.; KETZER, J.M.M.; ELIAS, A.R.D.; MARTINS, R. 1996 Evolução Sedimentológica e Paleogeográfica da Plataforma Continental Sul e Sudeste do Brasil. *Notas Técnicas*. Porto Alegre, CECO/UFRGS, 9:51-61.
- DIEHL, F. L.; HORN FILHO, N.O. 1996 Compartimentação Geológico-Geomorfológica da Zona Litorânea e Planície Costeira do Estado de Santa Catarina. *Notas Técnicas*. Porto Alegre, CECO/IG/UFGRS, 9:39-50.
- FIGUTI, L. 1993 O Homem Pré-Histórico, o Molusco e o Sambaqui: Considerações sobre a Subsistência dos Povos Sambaquieiros. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 3:67-80.
- FIGUTI, L.; KLÖKLER, D.M. 1996 Resultados Preliminares dos Vestígios Zooarqueológicos do Sambaqui Espinheiros II (Joinville, SC). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6:169-187.
- FISH, S.K.; DE BLASIS, P.A.D.; GASPAR, M.D.; FISH, P. 1997 *Incremental Events in the Construction of Sambaquis Southeastern Santa Catarina*. 13 p. (inédito).
- GASPAR, M.D.; DE BLASIS, P.A.D. 1992 Construção de Sambaquis: Síntese das Discussões do Grupo de Trabalho e Colocação da Proposta Original. *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, 2: 811-820.
- GASPAR, M.D. 2000 *Sambaqui: Arqueologia do Litoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 89p.
- GOULART, M. 1980 Tecnologia e Padrões de Subsistência de Grupos Pescadores-Coletores Pré-Históricos: Habitantes do Sambaqui Morro do Ouro – Joinville – Santa Catarina. Florianópolis: UFSC/FAPEU/PMJ. 105 p. (relatório).
- GUALBERTO, L. 1908 Os Casqueiros de Santa Catharina ou Sambaquis. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil*. Rio de Janeiro, 96 (150):287-304.
- HORN FILHO, N.O. 1997 *O Quaternário Costeiro da Ilha de São Francisco do Sul e Arredores, Nordeste do Estado de Santa Catarina - Aspectos Geológicos, Evolutivos e Ambientais*. Tese de Doutoramento em Geociências. Porto Alegre, UFRGS, 283 p.
- HORN FILHO, N.O.; OLIVEIRA, J.S.; SILVEIRA, M.C.; PEREIRA, M.A.; OLIVEIRA, M.S.C.; NÓBREGA, M.R.; TOMAZZOLI, E.R.; PINTO-COELHO, C. 1999 Geologia do Quaternário Costeiro do Parque Municipal da Lagoinha do Leste, Ilha de Santa Catarina, SC. Brasil. *Anais do VII Congresso da ABEQUA*. Porto Seguro. 3p. (arquivo viiabequa_zcp026.pdf / CD-ROM).
- KINAK, L.; TURCATO, M.; GRÉ, J.C.R. 1999 Estudo Batimétrico do Canal de Acesso ao Porto de São Francisco do Sul. *Anais do VII Congresso da ABEQUA*. Porto Seguro. 3p. (arquivo viiabequa_zcp070.pdf / CD-ROM).
- KRONE, R. 1908 Exploração ao Rio Ribeira do Iguape. Informações Ethonográficas do Vale do Rio Ribeira de Iguape. *Bol. da Comissão Geográfica de São Paulo*, 24: 23-34.
- LEONARDOS, O.H. 1938 *Concheiros Naturais e Sambaquis*. Publicações Avulsas. Rio de Janeiro: SFPM, 109 p.
- LESSA, G.C.; ANGULO, R.J. 1998 Oscillations or not Oscillations, that is the Question – Reply. *Marine Geology*, Netherlands, Elsevier Science, 150:189-196.
- LESSA, G.C.; ANGULO, R.J.; GIANNINI, P.C.; ARAÚJO, A.D. 2000 Stratigraphy and Holocene Evolution of a Regressive Barrier in South Brazil. *Marine Geology*, 45 p. (pre-print).
- LIMA, T.A. 1999 Em busca dos Frutos do Mar: os Pescadores-Coletores do Litoral Centro-Sul do Brasil. *Revista da USP*. São Paulo, 44:270-327.
- MARTIN, L.; BITTENCOURT, A.C.S.P.; DOMINGUEZ, J.M.L.; FLEXOR, J.M.; SUGUIO, K. 1998 Oscillations or not Oscillations, that is the Question: Comment on Angulo, R.J. and Lessa, G.C. "The Brazilian Sea-level Curves: a Critical Review with Emphasis on the Curves from the Paranaguá and

OLIVEIRA, M.S.C.; HORN FILHO, N.O. De Guaratuba a Babitonga: uma contribuição geológico-evolutiva ao estudo da espacialidade dos sambaquianos no litoral norte catarinense. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 55-75, 2001.

- Cananéia Regions" [Mar. geol., 140: 141-166]. *Marine Geology*, Netherlands, Elsevier Science, 150:179-187.
- MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J.M.L.; BITTENCOURT, A.C.S.P.
- 1999 Reavaliação das Variações do Nível Relativo do Mar ao Longo do Litoral Leste-Sudeste Brasileiro: Idades Calendárias e Informações Adicionais. *Anais do VII Congresso da ABEQUA*. Porto Seguro. 3p. (arquivo viiabequa_zco001.pdf / CD-ROM).
- MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J.M.
- 1984 Informações Adicionais Fornecidas pelos Sambaquis na Reconstrução de Paleolinhas de Praia Quaternária: Exemplos da Costa do Brasil. *Rev. de Pré-História*, São Paulo, VI: 128-147.
- MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J.M.; AZEVEDO, A.E.G.
- 1988 *Mapa Geológico do Quaternário Costeiro dos Estados do Paraná e Santa Catarina*. Série Geologia n. 28, Seção Geologia Básica n. 18, Brasília: DNPM.
- MARTINS, I.R.; PONZI, V.R.A.; CORRÊA, I.C.S.
- 1978 Processamento Geológico de Amostras – Projeto DHN/CECO. *Notas Técnicas*. Porto Alegre, CECO/UFRGS, vol 1, 103 p.
- MUEHE, D.
- 1998 O Litoral Brasileiro e sua Compartimentação. A.J.T.G. Guerra; S.B. Cunha (Orgs.) *Geomorfologia do Brasil*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 273-349.
- NEVES, W.A.
- 1988 Paleogenética dos Grupos Pré-Históricos do Litoral Sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). *Pesquisas – Antropologia*. São Leopoldo: IAP, n. 43.
- NEVES, W.A.; BLUM, M.
- 1998 Afinidades Biológicas entre Populações Pré-históricas do Centro-Sul Brasileiro – Uma Análise Multivariada. *Fronteiras – Rev. História*, 2 (4): 143-169.
- OLIVEIRA, B.
- 1944 A Zona Litorânea do Norte Catarinense. (67ª. Tertúlia do Conselho Nacional de Geografia). *Bol. Geográfico*. Rio de Janeiro, 2 (17): 682-696.
- OLIVEIRA, M.S.C.; HOENICKE, N.F.
- 1994 *Sítios Arqueológicos em Joinville – SC: Inventário Descritivo Básico*. Joinville: MASJ/IPPUJ, 38 p.
- OLIVEIRA, M.S.C.
- 1996a Distribuição Espacial de Sambaquis em Joinville – SC: Exercício Geoestatístico Preliminar sobre a Morfometria dos Sítios. *Rev. Paranaense de Geografia*. Curitiba, 1: 17-27.
- 1996b O Conceito de Proximidade Aplicado à Distribuição Espacial dos Sítios Arqueológicos de Tipologia Sambaqui em Joinville-SC. Laudo GEOG.0029-010796 (ART-1142965). Joinville, 15p. (inédito).
- 2000 *Os Sambaquis da Planície Costeira de Joinville, Litoral Norte de Santa Catarina: Geologia, Paleogeografia e Conservação in situ*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis, UFSC, 328 p.
- PETHICK, J.
- 1984 *An Introduction to Coastal Geomorphology*. London: Edward Arnold Publishers, 260 p.
- PIAZZA, W.F.
- 1966 O Sambaqui de Espinheiros I (Uma Tentativa de Salvamento, 1964). Estudos de Sambaquis – Nota Prévia. *Série Arqueologia*. Florianópolis, 2: 23-38.
- 1974 Dados à Arqueologia do Litoral Norte e do Planalto de Canoinhas. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Resultados Preliminares do Quinto Ano). *Publicações Avulsas*. Belém, 26: 53-66.
- ROBERTS, N.
- 1998 *The Holocene: an Environmental History*, 2 ed., Oxford: Blackwell Publishers, 316 p.
- ROHR, J. A.
- 1984 Sítios Arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*. Florianópolis, 17: 77-168.
- SOUZA, M.C.; ANGULO, R. J.; PESSENCDA, L.C.R.
- 1999 Evolução Geológica e Paleogeográfica da Planície Costeira de Itapoá, Litoral Norte de Santa Catarina. *Anais do VII Congresso da ABEQUA*. Porto Seguro. 3p. (arquivo viiabequa_zcp039.pdf / CD-ROM).
- SILVEIRA, J.D.
- 1964 Morfologia do Litoral. A. Azevedo (Ed.). *Brasil: a Terra e o Homem*. São Paulo, CEN: 253-305.
- STEINEN, K.
- 1887 Sambaki Interchungen in der Provinz Sta Catharina. *Zeitschrift Für Ethnologie*: 445-451.
- SUGUIO, K.
- 1973 *Introdução à Sedimentologia*. São Paulo: Edgard Blücher/Ed. da USP, 317 p.
- 1999 *Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais: Passado + Presente = Futuro?*. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 366 p.
- SUGUIO, K.; MARTIN, L.; BITTENCOURT, A.C.S.P.; DOMINGUEZ, J.M.L.; FLEXOR, J.M.; AZEVEDO, A.E.G.
- 1985 Flutuações do Nível Relativo do Mar Durante o Quaternário Superior ao Longo do Litoral Brasileiro e suas Implicações na Sedimentação Costeira. *Rev. Brasileira de Geociências*, 15: 273-286.

OLIVEIRA, M.S.C.; HORN FILHO, N.O. De Guaratuba a Babitonga: uma contribuição geológico-evolutiva ao estudo da espacialidade dos sambaquianos no litoral norte catarinense. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 55-75, 2001.

TIBURTIUS, G.

- 1996 A Coleção de Guilherme Tiburtius. *Arq. de Guilherme Tiburtius*. Joinville, 1:14-28.
- TURQ, B.; ALBUQUERQUE, A.L.S.; CORDEIRO, R.C.; LEDRU, M.P.; MARTIN, L.; MOURGUIAN, P.; SIFEDDINE, A.; SIMÕES FILHO, F.F.; SUGUIO, K.
- 1999 Evolução dos Mecanismos Controladores do Clima na América do Sul Tropical no Decorrer dos Últimos Milênios. *Anais do VII Congresso da ABEQUA*. Porto Seguro. 3p. (arquivo viiabequa_conf002.pdf / CD-ROM).

VIRCHOW, R.

- 1872 Ueber die Muschelberge von Dona Francisca (Brasilien). *Zeitschrift Für Ethnologie*, 4: 189-191.
- WIENER, C.
- 1876 Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil. *Arq. do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 1: 1-25.
- WOODROFFE, C.
- 1992 Mangrove Sediments and Geomorphology. A.I. ROBERTSON; D.M. ALONGI (Eds.) *Tropical Mangrove Ecosystems*. Washington, American Geophysical Union: 7-41.

Recebido para publicação em 1 de dezembro de 2000.

REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA EM POPULAÇÕES CONSTRUTORAS DE SAMBAQUIS: ANÁLISE DOS SÍTIOS CABEÇUDA (SC) E ARAPUAN (RJ)

Andrea Lessa*
João Cabral de Medeiros**

LESSA, A.; MEDEIROS, J.C. de. Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuan (RJ). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 77-93, 2001.

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo testar a hipótese preliminar de que os grupos construtores de sambaquis do litoral brasileiro, de uma forma geral, não praticavam a violência física de forma recorrente. Foram analisados 62 crânios provenientes do Sambaqui de Cabeçuda (SC) e 11 esqueletos do Sambaqui de Arapuan (RJ), buscando-se identificar as típicas lesões associadas a episódios de violência. Também foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, para populações litorâneas anteriormente estudadas, incluindo-se aí os dados relativos às lesões traumáticas pós-cranianas observadas na amostra de Cabeçuda. As baixas prevalências observadas em todas as amostras, ou a sua ausência (4,8% para o sambaqui de Cabeçuda e 0% para o sambaqui de Arapuan, por exemplo) confirmam a hipótese formulada. Os resultados observados podem ser interpretados a partir de fatores sócio-culturais, econômicos e ambientais, ou ainda de ordem metodológica.

UNITERMOS: Paleopatologia – Traumas agudos – Violência – Sambaqui.

Introdução

O notório crescimento da violência nas grandes metrópoles, tanto em países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento,

acabou por inseri-la como uma das principais preocupações no campo da saúde coletiva em todo o mundo.

Este destaque, no entanto, não tem sido dado apenas para estudos clínicos epidemiológicos, mas também para estudos de violência entre populações pré-históricas, principalmente entre pesquisadores norte-americanos, os quais têm avançado no desenvolvimento teórico-metodológico para a sua identificação em material arqueológico.

(*) ENSP / FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ. Pesquisadora Visitante.

(**) ENSP / FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ. Aluno de Especialização.

No Brasil, entretanto, os estudos paleopatológicos voltados para a violência ainda são raros, apesar de representarem uma importante ferramenta para a verificação de hipóteses sobre o modo de vida e organização social entre as sociedades pré-históricas.

Devido à importância de uma abordagem paleoepidemiológica, a partir de amostras numericamente representativas, os sítios do tipo sambaqui, localizados no litoral sul/sudeste do Brasil, constituem-se potencialmente informativos para o estudo da violência. Embora existam outros tipos de sítios litorâneos na costa brasileira, como os acampamentos litorâneos, os sambaquis formam a grande maioria dos sítios conhecidos e estudados.

Apesar do grande número de escavações sistemáticas nos sambaquis brasileiros, com muitos deles apresentando amostras esqueletais representativas, pouquíssimos estudos voltados para as condições patológicas foram desenvolvidos até o momento com o material proveniente destes sítios, podendo ser citados os trabalhos de Neves (1984) sobre osteoartrites; Mendonça de Souza (1999) sobre anemia e adaptabilidade; além de Ferigolo (1987); Machado (1992); Mendonça de Souza (1995); Silva & Mendonça de Souza (1999); Machado e Sene (2001); e Storto *et al.* (1999), sobre um conjunto mais amplo de patologias ósseas.

Nestes últimos estudos fica evidente uma baixíssima prevalência, ou sua ausência, para traumas agudos, sejam eles associados a episódios de violência ou a acidentes relativos a atividades cotidianas. Por outro lado, na importante síntese realizada por Prous (1992) sobre arqueologia brasileira, o autor admite desconhecer o registro de esqueletos apresentando pontas de flechas encravadas nos ossos em populações sambaquianas, sinal inequívoco de violência e normalmente apontado pelos pesquisadores devido a sua raridade. O mesmo não acontece com outros tipos de sítios, como os acampamentos litorâneos da Tapera - SC (Silva *et al.* 1990), Itacoara - SC (Tiburtius, Bigarella & Bigarella 1951) e Alecrim II - SP (Sakai 1981), nos quais, apesar de não terem sido realizadas análises paleopatológicas, foi observada e descrita a situação acima mencionada.

Com base nestas evidências, ainda bastante frágeis, foi formulada uma hipótese preliminar de que os grupos construtores de sambaquis, de uma forma geral, não estavam envolvidos em atividades, ou não possuíam condutas, onde a violência física fosse um fenômeno recorrente.

Para testar esta hipótese foram analisadas amostras de duas coleções esqueletais alojadas no setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional do Rio de Janeiro: o sambaqui de Cabeçuda (SC) e o sambaqui de Arapuan (RJ), buscando-se identificar as típicas lesões associadas à violência. Também foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema para populações construtoras de sambaquis anteriormente estudadas.

Ainda que os resultados obtidos neste estudo representem uma primeira aproximação ao tema, não devendo ser generalizados, a distância espacial e temporal entre as duas ocupações permite uma visão menos restrita do fenômeno. Estudos posteriores deverão aprofundar o nível das inferências a partir da análise de amostras mais representativas, agrupadas segundo uma contextualização geográfica e cultural mais específica, ajudando assim a construir um quadro mais consistente sobre o fenômeno de violência entre populações construtoras de sambaquis.

Contextualização

Neste estudo, estão sendo considerados sambaquis, especificamente, os sítios caracterizados por depósitos homogêneos, nos quais as conchas estão bem distribuídas em superfície e profundidade, formando a quase totalidade da massa sedimentar. Estes sambaquis *stricto sensu* distinguem-se, portanto, de sítios rasos cujas lentes de conchas estão dispersas no meio de uma matriz sedimentar composta por elementos minerais, os quais foram classificados como acampamentos litorâneos ou sítios paleoetnográficos. Apesar de as datações indicarem que os acampamentos litorâneos mais antigos foram contemporâneos dos sambaquis, sua distinta morfologia – admitida como uma das principais características unificadoras – sugere tratarem-se de unidades culturais distintas (Prous 1992).

Os sistemas de construção dos sambaquis resultam na criação de um espaço tridimensional onde o volume que estes sítios podem alcançar é um aspecto marcante e intencional: não poderiam jamais representar, simplesmente, restos de lixo casualmente acumulados.

Teorias mais recentes propõem que os sambaquis constituem verdadeiros marcos espaciais e/ou territoriais – certamente imbuídos de uma carga simbólica significativa – com grande visibilidade e destaque na paisagem. Sua implantação, distribuição e os materiais que o compõem teriam sido deliberadamente ali depositados como resultado de ações pertinentes ao sistema sócio-cultural em questão (Gaspar & De Blasis 1992, Gaspar *et al.* 1994).

Esses grupos litorâneos apresentam uma certa unidade em razão da adaptação a um meio ambiente muito particular e do aparente isolamento em relação às terras interioranas, das quais são separados por uma barreira montanhosa quase contínua, formada pela Serra do Mar. Em consequência de uma geologia e de uma ecologia homogêneas, a economia e a tecnologia básicas evidenciam numerosos pontos de convergência, o que não impede que fácies culturais diversas tenham se desenvolvido no espaço e no tempo (Prous 1992).

São marcantes, entretanto, os indícios de uma unidade ideológica simbolizada pela presença peculiar de zoólitos bastante elaboradas. Prous (1972) realizou um estudo minucioso sobre 166 esculturas, representando quase o total de peças recuperadas. Essas peças foram encontradas em sambaquis localizados desde o Estado de São Paulo até o Rio Grande do Sul, e foram confeccionadas em rocha dura e local, mostrando que os zoólitos foram fabricados na mesma região em que foram encontrados. Sua morfologia, além da representação zoomorfa, apresenta outra característica uniforme: a presença de uma cavidade com aparência de recipiente.

O autor conclui que, apesar de se tratar do primeiro estudo sobre o tema, tudo indica que os zoólitos estudados não tinham uma função utilitária, mas possivelmente, uma razão social. Apesar de serem percebidas variações regionais, destaca-se a grande extensão (mais de 1300 Km) do litoral onde são encontrados,

formando uma unidade geral que seria o reflexo não somente de um mesmo contexto ecológico, mas provavelmente também de um mesmo tipo de organização social.

Sambaqui de Cabeçuda/SC: litoral meridional do Brasil

O litoral meridional do Brasil é constituído por extensas planícies litorâneas, cortadas ocasionalmente por prolongamentos da serra do mar, estuários de rios que desaguam no Oceano Atlântico, manguezais e lagunas represadas pelos espicões das restingas, o que torna essa região extremamente abundante em alimentos (Prous 1992).

O sambaqui de Cabeçuda foi um dos maiores do Brasil, com 53.000 m², localizando-se entre as lagunas de Santo Antonio dos Anjos e Imaruí, no município de Laguna, Estado de Santa Catarina. Até 1928, este sítio encontrava-se praticamente intacto, mas a posterior e contínua exploração do seu material conchífero para fabricação de cal e como material de aterro, ocasionou uma grande destruição. Apesar a sua porção central, medindo 20 metros de altura, permanecia intacta no momento em que se iniciou sua escavação, em 1951 (Castro Faria 1955, 1999).

Uma datação radiocarbônica obtida entre dois e três metros de profundidade, coincidindo com a primeira concentração de esqueletos, forneceu idade de 4.120 ± 220 AP (Putzer 1957).

A sua estrutura estratigráfica mostrava conchas limpas de bivalves (*Anomalocardia brasiliensis*), lentes contendo ossos de peixe, principalmente bagres e miraguaias, ossos de aves e de pequenos mamíferos, carvões e pequenos blocos de granito e diabásio. Além das fogueiras há, também, fogões bem construídos, com pedras, mostrando espessas lentes de carvão, que indicam o uso daquele sítio como habitação e com uma ocupação prolongada. A relação de objetos encontrados inclui partes de artefatos para pesca e caça, tais como pontas em osso, arpões e anzóis; objetos para moagem, quebra ou Trituração como quebra-cocos, almofarizes e batedores; além de grandes blocos de pedra cortados em diabásio (Castro Faria 1955).

Com relação aos sepultamentos, os primários se encontravam logo abaixo da superfície, cerca de 30 cm de profundidade, sucedendo-se às dezenas. A distribuição estratigráfica dos achados confirma que os sepultamentos concentravam-se em dois conjuntos de maior densidade, respectivamente entre dois e três metros de profundidade, e entre seis e oito metros de profundidade (Castro Faria 1955).

A morfologia dos esqueletos não apresenta mudanças significativas, levando a que se tenha trabalhado, até o momento, com a hipótese de continuidade biológica, ou seja, de que o sítio tenha sido ocupado por um único grupo humano (Mendonça de Souza 1995). A coleção de esqueletos humanos que constitui o acervo do sambaqui de Cabeçuda apresenta-se em diferentes condições de preservação, em função das condições de inumação, da pressão das camadas superiores, das variações das condições microambientais devido à pluviosidade, acidez e variações térmicas, e do seu acondicionamento na reserva técnica (Mendonça de Souza 1990, 1995).

Sambaqui de Arapuan/RJ: litoral central do Brasil

O litoral central do Brasil é caracterizado por duas formações, uma delas identificada como o litoral das restingas, lagunas, e baixadas, que ocupa o trecho do litoral norte de São Paulo até Cabo Frio. Nele, as restingas ou cordões litorâneos são extensos, fechando ou isolando braços de mar que vão formar lagunas. Para o interior, a planície é constituída por baixadas, entre as quais a mais extensa é a baixada da Guanabara, que antecede a Serra do Mar, disposta paralelamente à costa (IBGE 1977: 4-10).

O sambaqui de Arapuan está situado neste trecho, em região alagadiça, entre o Rio Guapi e o Canal de Caioba, no Município de Guapimirim, no Recôncavo da Baía de Guanabara, Estado do Rio de Janeiro. Possui uma área circular de 2000 metros quadrados e 4,5 metros de altura, e seu estado de conservação é considerado regular (São Pedro 1999).

Devido a processos tafonômicos, os esqueletos recuperados nos sítios não foram considerados apropriados para datação. A cronologia relativa foi estabelecida com base nos trabalhos de Herédia, no sambaqui de Amorins, datado de 3530±30 AP (Bezerra 1995).

A fauna encontrada assemelha-se às demais dos sambaquis da região, havendo predomínio das bivalves *Anomalocardia brasiliiana* e *Lucina pectinata*. A fauna ictiológica está representada por espinhas, mandíbulas e otólitos, bem como por placas mastigadoras, placas faringeanas e dentes de seláqueos trabalhados ou não. A fauna terrestre não foi identificada.

O material cultural coletado foi classificado como adornos pessoais, confeccionados de vértebras; armas fabricadas a partir de fragmentos rochosos e seixos rolados; fogueiras; e utensílios líticos, como almofarizes, percutores, quebra-cocos, raspadores e cortadores confeccionados com material malacológico (Bezerra 1995).

Fundamentação teórica

Identificação dos marcadores de violência

A identificação dos marcadores de violência tem sido realizada com relativa facilidade através de indicadores específicos, sugeridos a partir de estudos epidemiológicos clínicos e em material arqueológico, tais como as fraturas em depressão no crânio; fraturas na face, principalmente dos ossos nasais; as fraturas nos terços médios e distais dos cíbitos; e a presença de pontas de projétil encravadas nos ossos (Steinbock 1976, Ortner & Putschar 1985, Merbs 1989, Walker 1989; Lessa 1999).

Estes indicadores, apesar de serem específicos, não são os únicos, pois outros tipos de fraturas, como as fraturas no tórax, podem eventualmente ser associadas a golpes, considerando-se as interpretações biomecânicas, o contexto cultural e a observação de uma alta prevalência das lesões acima relacionadas.

Apesar de pouco comum no registro arqueológico, também são considerados sinais

de violência os traumas provocados por decapitação, escalpo, canibalismo e desmembramento.

Nas sociedades modernas, um grande número de fraturas de crânio está relacionado com acidentes, principalmente automobilísticos, ainda que predominem as causas relacionadas à violência, principalmente entre os 15 e 50 anos (Gurdjian 1973). Entre as populações pré-históricas, a agressão interpessoal também tem sido apontada como a principal causa das fraturas de crânio (Walker 1989, Wilkinson 1997, Martin 1997, Lambert, 1997, Robb 1997 Smith 1997), ainda que acidentes pudessem ocorrer com relativa freqüência, principalmente entre grupos que ocupavam ambientes com relevo irregular ou montanhoso, ou que tivessem práticas culturais que incluíssem as escaladas regulares e a incursão em terrenos perigosos.

Estudos clínicos epidemiológicos indicam que, de uma forma geral, a cabeça e o pescoço são as regiões mais atingidas durante lutas e agressões interpessoais, podendo haver uma considerável variação relacionada ao contexto sócio-cultural de onde emergiu o conflito. Sob o ponto de vista estratégico, a cabeça e especialmente a face, são alvos atrativos porque o ferimento pode ser muito doloroso, imobilizando temporariamente a vítima. Por outro lado, os ferimentos nestas regiões provocam sangramento e hematomas aparentes, os quais atuariam como símbolo visível da dominação do agressor (Walker 1997).

As fraturas de face, geralmente provocadas por esmagamento, podem ser associadas à violência principalmente quando o indivíduo não apresenta outras fraturas ocasionadas por queda acidental, uma vez que dificilmente este tipo de acidente provocaria apenas uma lesão nos nasais ou na maxila, regiões de menor probabilidade de impacto (Lessa 1999).

As fraturas nos terços médio e distal nos cúbitos, denominadas de fraturas de “parry”, têm sido atribuídas à elevação do antebraço em defesa de um golpe (Ortner & Putschar 1985, Merbs 1989, Jurmain 1991, Webb 1995). A ausência de fratura no rádio homolateral descarta a possibilidade de fratura ocasionada por queda, uma vez que este osso é o que se

articula com os metacarpos, e em caso de queda e tentativa de sustentação do corpo receberia a maior parte da força de impacto, provocando uma fratura na articulação ou na diáfise.

As pontas de projétil, por sua vez, têm sido regularmente associadas a episódios de violência (Jurmain 1991, Lambert 1997, Walker 1997, Smith 1997, Maschner 1997, Keeley 1997). A localização e a trajetória de penetração do projétil podem informar sobre a estratégia de ataque, indicando fuga da vítima ou emboscada quando a penetração ocorreu pela parte posterior do corpo ou ainda de cima para baixo, e indicando um ataque frontal quando a penetração ocorreu pela parte anterior do corpo, considerando que a vítima estava em pé (Lessa 1999).

A menos que o grupo em questão tenha sido vítima de um massacre generalizado, as lesões ocasionadas por agressões físicas devem apresentar um padrão sexual e etário, dependendo sempre da situação que motivou a atitude agressiva.

Metodologia

O presente estudo teve como objetivo testar a hipótese de que, de uma forma geral, o modo de vida dos grupos construtores de sambaquis não envolvia comportamentos violentos recorrentes.

Para testar esta hipótese preliminar, foram analisados 62 crânios provenientes do sambaqui de Cabeçuda e 11 esqueletos provenientes do sambaqui de Arapuã, buscando-se identificar os típicos sinais de agressão física, além de outros tipos de traumas agudos. Os autores mantêm como fundamento metodológico a desconsideração das lesões *peri-mortem*, que não apresentam sinais de remodelação óssea, e portanto apresentam diagnóstico inseguro. De qualquer forma, não foram observadas lesões deste tipo nas amostras estudadas.

Também foram considerados os resultados obtidos para estudos de traumas agudos em amostras anteriormente analisadas, além do registro de esqueletos com pontas de flecha encravadas nos ossos, verificados através de revisão bibliográfica.

Apenas indivíduos adultos foram analisados, admitindo-se que a expressão da violência sobre crianças e adolescentes só seria observada em casos muito específicos de violência doméstica contra estes segmentos, ou em caso de guerra ou massacre.

A observação de outros tipos de traumas agudos foi realizada porque, além dos sinais típicos, algumas fraturas primariamente associadas a acidentes também podem ser, eventualmente, consideradas como sinalizadores de episódios de violência. As fraturas na região do tórax são as mais sugestivas, já que podem ser o resultado de golpes diretos ocorridos durante confrontos corpo-a-corpo. Para que a associação entre fraturas primariamente consideradas acidentais e episódios de agressão possa ser feita, no entanto, é necessário, em primeiro lugar, o suporte da existência de uma expressão epidemiológica significativa dos típicos traumas violentos, além de uma contextualização e de uma análise biomecânica que permita associar as armas utilizadas e as táticas de luta com essas fraturas.

A análise dos traumas agudos já havia sido realizada anteriormente na amostra do sambaqui de Cabeçuda (Ferigolo 1987, Mendonça de Souza 1995), sem que tivesse sido dada, no entanto, atenção especial aos sinais de violência, e sem que houvesse sido aplicada uma metodologia mais refinada para a sua identificação, onde são consideradas pequenas depressões totalmente remodeladas no crânio, provavelmente causadas por um golpe desferido com pouca intensidade ou que tenha atingido a vítima de raspão.

Por este motivo, foram revistos os 62 crânios desta amostra que se encontravam em bom estado de preservação. Os esqueletos pós-cranianos destes indivíduos não foram revistos neste estudo, sendo utilizados os dados já existentes (Ferigolo 1987, Mendonça de Souza 1995). A estimativa de sexo dos indivíduos foi realizada em trabalho anterior por Mendonça de Souza (1990).

Na série proveniente do sambaqui de Arapuan, foram analisados os ossos cranianos e pós-cranianos de todos os indivíduos adultos recuperados. O trabalho foi iniciado individualizando-se cada esqueleto nos sepultamentos múltiplos. Foram identificados 11 adultos, duas crianças e dois fetos. Não foi

possível estimar a idade e sexo dos indivíduos, uma vez que se apresentavam incompletos e muito fragmentados. Apesar de o seu estado de conservação não ser considerado ideal para análise, esta amostra foi incluída porque nenhum estudo paleopatológico havia sido realizado sobre a sua totalidade, e porque o caráter preliminar deste estudo permite a utilização de dados cujo significado deve ser relativizado, conforme discutido mais adiante.

A identificação das lesões foi feita a partir da observação de neoformação, ausência e/ou destruição ósseas, e de solução de continuidade nas estruturas anatômicas, além de suas consequências morfológicas, como anomalias de textura, forma e/ou tamanho (Lessa 1999).

Além da técnica de observação visual macroscópica, foi utilizada a radiologia (incidência Antero-posterior e perfil) como técnica complementar para o estabelecimento de um diagnóstico seguro.

As lesões localizadas no crânio foram medidas com paquímetro manual com precisão de até 0,5mm, e sua localização tomou como referência as suturas cranianas.

Revisão bibliográfica

Traumas agudos nas populações construtoras de sambaquis: possíveis sinais de violência

Os estudos de paleopatologia óssea em grupos construtores de sambaquis ainda são pouquíssimos apesar do grande número de sítios escavados, sendo inexistentes os estudos voltados especificamente para a violência. Na bibliografia existente, as amostras analisadas apresentam poucos casos de traumatismos agudos associados ou não diretamente a agressões. Ocorre, no entanto, um registro de uma ponta de flecha encravada no esqueleto, sinal mais evidente de violência, sem que estudos paleopatológicos tivessem sido realizados no material.

Dentre os estudos paleopatológicos realizados, podemos citar o sambaqui de Cabeçuda (SC), onde Ferigolo (1987) observou as seguintes fraturas em dois esqueletos: um deles apresentava mandíbula com alteração pós-traumática, verticalização do ramo e calo

ósseo na região sínfisária, além de severas alterações degenerativas pós-traumáticas no úmero e na ulna. No outro indivíduo, foi observada uma ulna com fratura consolidada no terço distal.

O mesmo material foi analisado por Mendonça de Souza (1995) e, além das lesões acima descritas, foram observadas: duas vértebras, uma cervical e outra dorsal, com traço de fratura, tendo a segunda um acunhamento do corpo; dois rádios direitos com fraturas bem remodeladas junto à extremidade proximal; dois úmeros com deformidades sugestivas de arrancamento do epicôndilo; e um metatarsiano com fratura bem remodelada da diáfise.

No sambaqui da Beirada, localizado no município de Saquarema (RJ), entre os 32 esqueletos analisados, foi observada uma fratura de “parry” em uma ulna esquerda, apresentando a não união dos fragmentos afetados e pseudoartrose, em um indivíduo masculino com cerca de 39-44 anos de idade (Machado, 1992). Foi observada também uma ponta serrilhada, confeccionada sobre esporão de arraia (provavelmente *Aetobatus narinari*), encravada verticalmente entre as costelas de um indivíduo feminino adulto (Kneip 1994).

Machado e colaboradores (Kneip *et al.* 1995) analisaram os remanescentes ósseos de 9 indivíduos adultos do sambaqui de Saquarema (RJ), localizado no meio de um canteiro de obras. O pequeno número de esqueletos e as más condições de preservação óssea limitaram o estudo, tendo sido observadas evidências de antigas fraturas na diáfise de um fêmur e de um úmero esquerdo em um indivíduo masculino.

Num estudo preliminar em 10 esqueletos adultos do sambaqui Forte Marechal Luz (SC), Silva & Mendonça de Souza (1999) observaram em um indivíduo de sexo indeterminado uma fratura no quinto metatarso, com seqüela de soldadura da falange.

No sambaqui Zé Espinho, localizado em Guaratiba (RJ), onde foram recuperados 22 esqueletos, mas não foi realizada análise paleopatológica. Kneip (1987) observou mais uma vez a existência de uma ponta confeccionada sobre esporão de arraia, encravada entre as costelas de um indivíduo adulto feminino.

No Sambaqui da Tarioba, localizado no município de Rio das Ostras, Machado & Sene (2001) não observaram traumas agudos nos 17 indivíduos recuperados.

Finalmente, Storto e colaboradores (1999) analisaram 37 indivíduos adultos provenientes do sambaqui Jaboticabeira II, localizado no município de Jaguaruna (SC), tendo sido observado apenas um indivíduo que apresentava uma fratura envolvendo dois tarsos.

Apesar do grande número de sambaquis estudados, com todos eles tendo apresentado enterramentos com amostras numericamente variáveis (Prous 1992), nenhum outro caso típico de violência foi registrado, como as duas pontas de flecha encravadas nos ossos, acima descritas. Este dado parece ser bastante significativo, uma vez que a sua ocorrência motiva a publicação, mesmo na ausência de estudos paleopatológicos, justamente por constituir-se caso raro.

Resultados da análise paleopatológica

No sambaqui de Arapuan não foram observadas lesões associadas a episódios de violência. Dentre os 11 indivíduos adultos analisados, um apresentou uma fratura de metatarso.

Dos 62 indivíduos analisados do sambaqui de Cabeçuda, três apresentaram lesões no crânio (4,83%), sendo todos do sexo masculino.

Descrição das Lesões

Sambaqui de Cabeçuda

– Crânio nº 1704 (Fig. 1)

Indivíduo masculino. Apresenta lesão circular superficial no osso parietal direito a 3,5 cm da sutura sagital e a 8,5 cm da sutura lambdoidal, com diâmetro de 0,3 cm. Possui as bordas arredondadas, sem linhas de fraturas irradiadas, e no seu interior há neoformação óssea com superfície irregular. Não apresenta processo infecioso nas áreas adjacentes.

– Crânio nº 1825 (Figs. 2 e 2a)

Indivíduo masculino. Apresenta lesão oval, localizada no osso parietal direito,



Fig.1 – Crânio nº 1704, Sambaqui de Cabeçuda. Indivíduo masculino apresentando fratura em depressão associada à violência.

pouco profunda, a 4,5 cm da sutura lambdoidal e a 2,0 cm da sutura sagital, com 1,0 cm de largura por 1,6 cm de comprimento. As bordas da lesão encontram-se arredondadas e não há linhas de fratura irradiadas; no seu interior podem ser observadas neoformação óssea e porosidade que atinge o nível da diploe, compatíveis com processo final de cicatrização, não havendo sinais de processos infecciosos a sua volta.

– Crâneo nº 1837 (Fig.3; 3a)

Indivíduo masculino. Apresenta uma depressão pouco profunda no parietal direito, localizada a 1,0 cm da sutura sagital e a 5,5 cm da sutura lambdoidal. Tem formato oval e mede 1,6 cm por 1,0 cm.

A região adjacente apresenta-se bastante irregular com extensa neoformação óssea sugerindo um processo infeccioso. A própria lesão apresenta superfície irregular, com neoformação óssea, e suas bordas não apresentam arestas agudas e não há linhas de fraturas irradiadas.

Esta lesão não apresenta o padrão observado para as fraturas em depressão devido à irregularidade da superfície. É possível que ela esteja relacionada a um trauma agudo, no entanto, a ocorrência de um processo infeccioso obriga a especulação de outra etiologia para a mesma. Uma vez que o diagnóstico apresenta-se impreciso, esta lesão não foi incluída na quantificação dos dados.



Fig.2 – Crâneo nº 1825, Sambaqui de Cabeçuda. Indivíduo masculino apresentando fratura em depressão associada à violência.



Fig. 2a – Crâneo nº 1825, Sambaqui de Cabeçuda. Detalhe da lesão.

Sambaqui de Arapuan

Sepultamento nº 13

Sexo indeterminado. Fratura de metatarso, lado indeterminado, apresentando desvio dos fragmentos proximal e distal, ao longo do eixo longitudinal.

Discussão

Entre os oito sambaquis citados no presente trabalho, em 3 deles (37,5%) foram observadas as típicas lesões relacionadas a episódios de agressão. As baixas prevalências observa-

das para essas lesões em cada uma das amostras, ou a sua ausência, no entanto, constituem-se um dado muito mais informativo, indicando que os episódios de violência provavelmente não ocorriam de forma recorrente entre esses

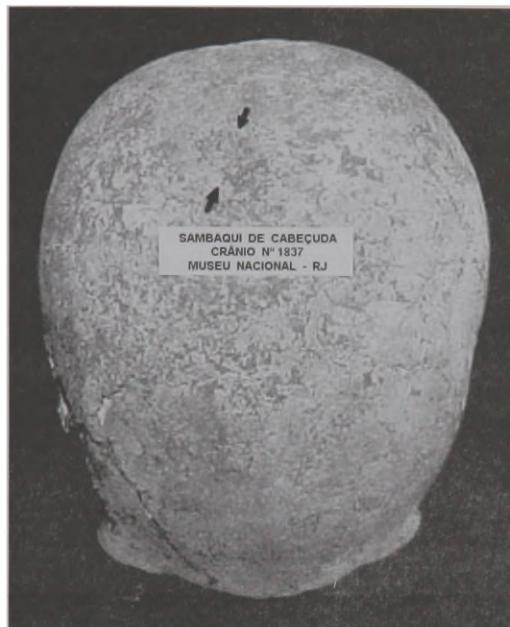


Fig. 3 – Crânio nº 1837, Sambaqui de Cabeçuda. Indivíduo masculino apresentando fratura em depressão associada à violência.

grupos, constituindo-se eventos esporádicos, o que confirma a hipótese proposta (Quadro 1).

Apenas a título de comparação entre as prevalências observadas, podem ser citados como exemplos dois estudos específicos sobre violência, um em ambiente semelhante e outro em ambiente totalmente distinto ao dos grupos construtores de sambaquis:

Em um estudo diacrônico realizado por Lambert (1997), foram analisados esqueletos provenientes de 30 cemitérios de grupos caçadores-coletores que viveram no litoral, junto ao canal de Santa Bárbara, no Estado da Califórnia (EUA), durante um período que



Fig. 3a – Crânio nº 1837, Sambaqui de Cabeçuda. Detalhe da lesão.

QUADRO 1

Prevalência de traumas agudos associados à violência nos sambaquis citados neste estudo

Sítio	Número de indivíduos adultos analisados ou recuperados	Número de indivíduos com lesão	%	Referências bibliográficas
Arapuan	11	0	0	Bezerra 1995, São Pedro 1999
Cabeçuda	62	3	4,8	Castro Faria 1955, Mendonça de Souza 1990, 1995
Beirada	32	2	6,2	Machado 1992, Kneip 1994
Saquarema	9	0	0	Kneip 1995
Forte Marechal Luz	10	0	0	Silva & Mendonça de Souza 1999
Zé Espinho	22	1	4,5	Kneip 1987
Tarioba	17	0	0	Machado & Sene 2001
Jaboticabeira II	37	0	0	Storto <i>et al.</i> 1999
Total	200	6	3	

variou entre 6.000 a.C. até 1800 A.D. Dos 753 crânios analisados, 17% , na maioria pertencentes a indivíduos do sexo masculino, apresentavam lesões provocadas por golpes. O estudo demonstrou que nos cinco períodos cronológicos considerados, o número de lesões foi constante, apontando a violência como um comportamento normal entre aqueles grupos.

O mesmo não foi observado em um estudo realizado por Lessa (1999) em esqueletos recuperados no cemitério Solcor-3, localizado no deserto de Atacama, Chile. Foram estudados dois períodos culturais distintos: o primeiro anterior à influência do estado altiplânico Tiwanaku sobre os grupos atacamenhos; e o segundo coincidente com esta influência. Foi observado um significativo aumento de lesões associadas à violência entre os homens jovens durante o período de interação entre os dois povos – 47% -, contra apenas 5,8% observado no período anterior. Os resultados foram interpretados como o resultado da emergência de tensão social na população de São Pedro de Atacama, em virtude do notório processo de hierarquização, e do rearranjo das relações sociais intragrupais e entre os grupos atacamenhos e os grupos que integravam a secular rede de trocas entre o deserto, a costa e outras regiões.

As baixas prevalências observadas neste estudo, além da total ausência de informações etnográficas para grupos construtores de sambaquis, que poderiam fornecer dados referentes às táticas e armas empregadas em confrontos ou castigos, invalidam qualquer tentativa de associação direta entre as demais fraturas observadas nestas amostras e possíveis episódios de agressão.

Apenas três indivíduos foram contabilizados como portadores de lesões associadas à violência na amostra de Cabeçuda: um indivíduo apresentando fratura de “parry” observada por Ferigolo (1987) e Mendonça de Souza (1995); e dois indivíduos apresentando lesões em depressão no crânio, observadas neste estudo. O indivíduo que apresenta lesão na mandíbula, observada pelos autores supracitados, não foi incluído, apesar de as lesões na face constituírem um indicador específico de violência, uma vez que ele apresenta também fraturas em outros ossos, compatíveis com episódio de acidente.

Com relação às lesões no crânio acima citadas, sua morfologia (pequenas depressões ovais) e grau de letalidade (lesões superficiais, sem comprometimento da tábua interna e com total recuperação) permitem associá-las a golpes que tenham atingido a vítima apenas de raspão, ou que tenham sido desferidos com instrumentos rombudos pouco pesados, como bastões de madeira ou osso, ou com pequenas pedras. No entanto, bastões de osso são raros nos registros arqueológicos, com alguns exemplares encontrados em sítios de Joinville como Conquista, Morro do Ouro e Rio Velho, e interpretados como propulsores (Prous 1992). Os artefatos próprios para o arremesso de pedras a longa distância, por outro lado, são desconhecidos para as populações litorâneas.

De qualquer forma, faz-se necessário nestas reflexões iniciais, observar que o registro arqueológico de bastões de madeira deve ser relativizado em função dos problemas de preservação, especialmente acentuados nos sambaquis. Como bem afirma Prous (1992), raramente são encontrados artefatos que tivessem sido confeccionados sobre pedra ou osso. As pedras, por sua vez, podem ser arremessadas manualmente, desde que a uma curta distância do seu alvo, o que estaria mais compatível com as brigas domésticas ou intragrupais. Por outro lado, as agressões físicas que resultaram nestas lesões podem ter sido provocadas por outros grupos, com aparato bélico distinto daquele observado para grupos sambaquianos.

Já as pontas de projétil, universalmente reconhecidas pelos arqueólogos como parte integrante de uma arma e abundantemente encontradas em sambaquis, foram sem dúvida utilizadas por esses grupos com finalidade bélica, como bem atestam os dois esqueletos observados por Kneip (1987, 1994).

É interessante notar que os dois indivíduos afetados eram do sexo feminino, sugerindo que os ataques ocorreram dentro ou perto dos limites do núcleo habitacional, considerando-se a teoria tradicional de que os homens exploravam áreas mais distantes em busca da caça. Segundo Chagnon (1992), baseado em estudos etnográficos, a violência proveniente do uso de arco e flecha é mais freqüentemente observada em confrontos ou guerras entre grupos com parentesco distante, sugerindo, neste caso,

uma rixa intergrupal. Por outro lado, uma vez que as duas pontas foram confeccionadas sobre material marinho, é bastante provável que os ataques tenham partido de outros grupos litorâneos, ficando praticamente descartada a possibilidade de ataques por parte de grupos do interior.

Os resultados observados neste estudo podem ser interpretados a partir de fatores sócio-culturais, econômicos e ambientais, ou ainda de fatores extrínsecos de ordem metodológica. O caráter preliminar deste trabalho, no entanto, dificulta a justificativa de concessão de um peso maior a qualquer um destes aspectos, sendo possível, inclusive, que tenham atuado de forma conjugada, em diferentes níveis, de acordo com as diversas fácies culturais que compõem o sistema sambaquiano.

Dentre os aspectos acima citados, no entanto, a questão da complexidade do sistema sócio-cultural destes grupos vem ganhando destaque nas discussões mais recentes, onde não há mais espaço para as antigas perspectivas teóricas onde os construtores de sambaquis eram vistos como pequenos grupos coletores-caçadores que ocupavam estes sítios apenas sazonalmente.

Tenório (1995) argumenta que a maior dificuldade em se aceitar a postulação de uma ocupação sazonal para os grupos litorâneos reside na ausência de adornos ou elementos de importância ritual, elaborados a partir de matéria-prima marinha, em sítios de mesma antiguidade localizados no interior. Pois, parece pouco provável que grupos viesssem ao litoral em determinadas épocas do ano, sem levarem de volta quaisquer elementos litorâneos. Ao mesmo tempo seria incompreensível que sítios litorâneos não apresentassem objetos elaborados a partir de materiais encontrados no interior.

A autora afirma ainda que, embora Prous (1992) cite a presença de raros artefatos líticos relacionados ao interior em sítios litorâneos, este autor aceita que estes indícios representam apenas contatos esporádicos e não podem ser interpretados como sítios complementares de pesca e coleta.

Por outro lado, estudos ecológicos como os de Yesner (1983, 1986 *apud* Tenório 1995), revelaram que o litoral não só era extremamente rico em recursos protéicos, como também

oferecia alimentos cuja estabilidade poderia influenciar de maneira decisiva na mobilidade e na densidade populacional dos grupos humanos. A coleta acrescida de produtos marinhos garantiria um alto grau de previsibilidade do alimento, com recursos altamente concentrados, facilmente coletáveis por todos os segmentos humanos com um mínimo de gasto energético. Além disso, os locais escolhidos para assentamento tendem a ser próximos a correntes ascendentes ou estuários, os quais são altamente produtivos em termos de pesca.

Hassan (1881), ao comparar a forma de subsistência entre agricultores e caçadores-coletores, enfatizou que os últimos são capazes de formar grupos sedentários e com alta densidade populacional somente em condições excepcionais, quando são ocupadas regiões onde os recursos são abundantes e concentrados, citando como exemplo a costa noroeste da América do Norte. Este autor refere-se também ao fato de a disponibilidade de proteína animal, abundante nos recursos marinhos, ser o mais acentuado fator limitante para o aumento da densidade populacional humana.

Analizando a questão sob outra perspectiva, em um trabalho realizado por Neves (1988) sobre paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil, os resultados demonstram um alto grau de similaridade biológica entre homens e mulheres, concluindo que as unidades exogâmicas de matrimônio encontram-se representadas numa mesma aldeia, favorecendo o desenvolvimento de um conúbio interno.

O autor argumenta que a relação entre exogamia intra-sítio e exogamia interaldeia está atrelada à demografia. Para haver a possibilidade, portanto, de a estrutura social dos grupos locais dos construtores de sambaquis ter desenvolvido um sistema de metades, clãs ou linhagens exogâmicas complementares dentro da própria aldeia, é necessário que a demografia desses grupos tenha ultrapassado os limites convencionalmente aceitos para bandos de caçadores-coletores, sem o que, a articulação de todo esse sistema não seria viável.

Este alto grau de densidade populacional teria fornecido a base para a emergência de um sistema sócio-cultural e ideológico bastante complexo.

Gaspar (1992), em um estudo realizado para sítios na região do Rio de Janeiro, relacionou as diferentes classes de tamanho observadas com as características ambientais consideradas significativas para a estratégia de implantação (altura, visibilidade, distância de água potável, proteção contra o vento), constatando a existência de dois conjuntos de sítios bem definidos.

Segundo a autora, essa ordenação dos sítios em classes de tamanho evidencia uma dimensão sociológica ordenadora do sistema sócio-cultural, que aponta para a existência de uma hierarquia entre sítios.

Lima (1999/2000, 2000) refere-se à expansão populacional dos grupos sambaquianos, a qual teria se traduzido na diminuição da distância entre os assentamentos, determinando uma alta densidade de sítios nas áreas lagunares, e que decerto esta distribuição no ambiente atendeu a hierarquias¹ intra e intergrupais, cabendo àqueles com maior prestígio e poder as implantações mais estratégicas para fins de controle territorial, bem como os locais mais favorecidos em recursos alimentares, hídricos e minerais.

Referindo-se aos monumentais sambaquis localizados na região de Santa Catarina, com dezenas de metros de altura, a mesma autora afirma que as motivações em geral aventadas para a sua construção, como a procura por lugares mais arejados e protegidos contra insetos, são evidentemente simplistas, ou mesmo ingênuas. A magnitude do fenômeno envolveria, inequivocadamente, hierarquia, prestígio e não-igualitarismo, demonstrando o controle de uma elite sobre os recursos e

(1) Ressaltamos que o termo "hierarquia" deve ser visto com cautela quando empregado para populações construtoras de sambaquis, uma vez que não dispomos, até o momento, de dados arqueológicos que comprovem a existência de uma estratificação social bem definida, além de um sistema político centralizado, tal como nas "chefias" e nos "estados". Os processos de estratificação social e centralização política, inclusive, são apontados na literatura especializada como um dos fatores que promovem conflitos e guerras entre populações pré-históricas. Não pretendemos, com esta observação, classificar os grupos sambaquianos dentro de qualquer categoria sócio-política. Apenas, admitimos a existência de uma organização complexa, com posições de ascendência e liderança dentro do grupo.

sobre o trabalho. Essas construções monumentais não teriam sido feitas de forma aleatória, mas obedeceram, com certeza, a um projeto ideologicamente determinado.

Mais uma vez argumentando a favor da emergência de uma complexidade sócio-cultural e ideológica entre os grupos sambaquianos, Lima (1999/2000, 2000) refere-se aos zoólitos, artefatos altamente elaborados, que exigem grande talento para a sua produção e configuram trabalho especializado, cuja organização transcende a unidade doméstica, assim como sinaliza o surgimento de indivíduos com funções e status diferenciados, exercendo maior poder e controle.

Diante deste quadro que sugere a existência de lideranças institucionalizadas, faz-se necessário supor que um sistema sócio-cultural e ideológico pode ter atuado como regulador das diferenças e dos conflitos interpopulacionais, sem que os indivíduos tivessem que, ou quisessem, recorrer ao uso da violência física sistematicamente.

Uma outra tentativa de interpretação poderia passar por questões econômicas, mais pragmáticas, que não devem, no entanto, ser avaliadas isoladamente, mas como parte de um produto multifatorial.

Uma vez que os sambaquis encontram-se concentrados em ambientes altamente produtivos e que permitem a exploração simultânea de vários nichos ecológicos, dificilmente a aquisição de recursos, fator muitas vezes discutido nas interpretações sobre violência em populações pré-históricas (ver, por exemplo, Carneiro 1992, Larsen, 1999), seria um motivo para intensos e freqüentes combates entre os grupos litorâneos.

Por outro lado, as disputas por território e recursos entre grupos construtores de sambaquis e grupos interioranos parece pouco provável em função da limitação geográfica imposta pela Serra do Mar, com relevo escarpado e coberto por uma vegetação tropical exuberante, a qual teria atuado como uma barreira poderosa para o deslocamento desses grupos em sentido transversal à costa.

Em apenas três pontos uma topografia mais suave ao longo de vales facilita a transposição dessa barreira, e eles certamente funcionaram como vias de comunicação entre o litoral e o interior: os vales dos rios Jacuí,

Itajaí e Ribeira. As evidências disponíveis, no entanto, parecem sugerir muito mais estratégias oportunistas de penetração nesses vales por parte de grupos que já estavam bem estabelecidos e com um sistema de subsistência consolidado em ambientes costeiros, que propriamente deslocamentos sistemáticos ligando diferentes zonas ecológicas para fins de exploração sazonal (Lima 2000).

O mesmo raciocínio parece correto no sentido inverso, sendo pouco prováveis as investidas dos grupos interioranos até o litoral para a exploração sazonal de recursos marinhos.

Quanto às investidas para ocupação permanente de território, os dados arqueológicos disponíveis não apontam para a penetração de sistemas sócio-culturais totalmente distintos nas camadas de ocupação. Gaspar (1995) afirma que alguns sambaquis apresentam cerâmica nos últimos níveis de ocupação, sendo, no entanto, pouco provável que a presença deste material indique a ocupação do sítio por outro grupo cultural, já que a cerâmica é acrescentada à totalidade dos materiais encontrados sem que ocorram modificações significativas. Segundo a autora, dificilmente grupos ceramistas relegariam ao segundo plano todos os seus costumes – vida em aldeia sem acumulação de restos alimentares, eventualmente horticultura, aparato tecnológico distinto etc. – para se adequarem totalmente aos hábitos dos grupos litorâneos, mantendo apenas a sua cerâmica.

Ainda que muitas interpretações possam ser aventadas para o fato de os grupos sambaquianos terem construído grandes montes, alguns deles chegando à incrível dimensão de 20 ou 30 metros de altura, é pertinente expor a proposição de Tenório (1995), que acredita na possibilidade de esses assentamentos terem uma função estratégica defensiva, pois o sítio localizado numa elevação, além de possibilitar que o inimigo seja visualizado, permitiria uma melhor defesa.

Os resultados iniciais aqui observados, no entanto, não apóiam esta proposição, uma vez que, para que os montes tivessem sido construídos com uma finalidade defensiva, seria necessário que os ataques ocorressem com certa frequência, constituindo-se uma ameaça real ou potencial para o grupo. Por outro lado, muitos sambaquis apresentam altura que pouco

excede a dois metros, não devendo representar, portanto, um ponto de observação estratégico.

Não devem ser descartadas, por outro lado, as rixas intragrupais, de ordem pessoal, ou ainda os conflitos domésticos, comuns em qualquer sociedade. No caso dos grupos aqui estudados, questões relacionadas a aspectos ideológicos, de caráter êmico, podem ter forjado um comportamento pouco agressivo, já que esses grupos poderiam ter desenvolvido outros mecanismos para resolução dos seus conflitos internos, como as competições e as lutas rituais. Essas inferências, neste caso, constituem-se especialmente especulativas devido à total ausência de dados etnográficos para esses grupos.

De qualquer forma, aponta-se mais uma vez para a possibilidade de que padrões sócio-culturais e ideológicos específicos, mais complexos e sofisticados do que inicialmente propostos para os grupos construtores de sambaquis, possam ter mantido o seu funcionamento e o equilíbrio interno e externo, mesmo na ausência de coerção ou violência física.

Fatores de ordem metodológica, como o mau estado de preservação de algumas amostras, além de a maior parte delas constituir-se numericamente pouco representativas, podem ter subestimado os resultados encontrados. Apenas mediante a análise futura de outras coleções, além de uma revisão nas amostras já estudadas, buscando-se específica e minuciosamente os sinais de violência, poderemos confirmar a situação de equilíbrio que parece apontar para esses grupos.

Convém reiterar que este trabalho não pretende caracterizar os grupos construtores de sambaquis como “povos pacíficos”, que viviam em permanente estado amistoso entre si e com os demais grupos. Apesar de a violência física não parecer ser parte inerente a este sistema, estudos futuros podem apontar para eventos violentos pontuais, que assinalem processos temporários e específicos.

Ainda que os grupos em questão tenham sido contextualizados de forma abrangente, e ainda que esta hipótese preliminar tenha sido formulada sem nenhum recorte espacial ou temporal específicos, não se pretende aqui ignorar deliberadamente as possíveis variações inerentes aos sub-sistemas que compõem

o que denominamos genericamente de *grupos construtores de sambaquis*.

Não se trata de concordar ou discordar da perspectiva teórica baseada na concepção de que todos os sítios que apresentam associação, num mesmo espaço, de moradia, de cemitério e de descarte de restos alimentares e industriais, foram construídos por grupos vinculados à mesma tradição cultural (Gaspar 1994/95, 1995).

Apenas com os dados arqueológicos e paleopatológicos disponíveis até o momento, e sem a possibilidade de uma contextualização mais complexa que penetre nos aspectos simbólicos desses grupos, torna-se impossível a tentativa de identificação de possíveis variações quanto à interpretação e aplicação, por parte deles, do que é entendido por nós como violência física.

Conclusões

A hipótese inicial formulada neste trabalho foi confirmada a partir da observação de baixas prevalências para traumas agudos diretamente associados à violência. A interpretação para esses resultados pode estar relacionada a fatores sócio-culturais, econômicos e ambientais, ou ainda a fatores metodológicos, que podem ter atuado em conjunto ou isoladamente.

O pequeno número de sítios que foram submetidos a análises paleopatológicas, muitos contando com uma amostra em mau estado de conservação e composta por poucos indivíduos, confere à nossa análise um caráter preliminar. Embora ainda seja cedo para fazer inferências mais abrangentes quanto à questão da violência entre grupos construtores de sambaquis, a variação geográfica e temporal que abrangeu o estudo obriga a uma reflexão sobre o significado dos resultados apresentados.

Ainda que os estudos futuros venham a confirmar mais uma vez a hipótese aqui formulada, a ausência de uma contextualização mais complexa, proveniente principalmente dos dados etnográficos, deixará sempre uma lacuna com relação à forma como esses grupos equilibravam os momentos de tensão social, inter ou intragrupais, invariavelmente existentes em qualquer sociedade, em maior ou menor grau.

Agradecimentos

A Dr^a Sheila Mendonça de Souza (ENSP/FIOCRUZ) pelas críticas e sugestões dadas durante a elaboração do trabalho; a Dr^a Maria de Lourdes Lemos, pelas fotos que ilustram este trabalho.

LESSA, A.; MEDEIROS, J.C. de. Preliminary thoughts about the occurrence of violence among the Brazilian shellmound builders: analysis of the skeletons from Cabeçuda (Santa Catarina) and Arapuan (Rio de Janeiro) sites. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 77-93, 2001.

ABSTRACT: This research was to test the initial hypothesis that shellmound builders of brasilian seashore were not usually involved in physical violence. Sixty two skulls from the Cabeçuda site (Santa Catarina) and eleven skeletons from the Arapuan site (Rio de Janeiro) were analysed in order to search for typical lesions that could be associated to episodes of violence. A revision about this topic in the litterature was also performed, including the post-cranial traumatic lesions data observed for the Cabeçuda Site. Low prevalence (4.8 %) for the Cabeçuda skeletons, and the absence of violent trauma for the Arapuan skeletons, confirm the proposed hypothesis. Socio-cultural, economic and environmental factors could explain this behaviour, although methodological factors cannot be excluded.

UNITERMS: Paleopathology – Acute trauma – Violence – Shellmound.

LESSA, A.; MEDEIROS, J.C. de. Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuan (RJ). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 77-93, 2001.

Referências bibliográficas

- BEZERRA, F.O.S.
- 1995 Sambaqui Arapuan, Guapimirim, RJ – Histórico das Pesquisas. M. Beltrão (Org.) *Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, R.L.
- 1996 War and Peace: Alternating Realities in Human History. S.P.Reyna; R.E. Downs (Eds.) *Studying War – Anthropological Perspectives*. Amsterdam:Gordon and Breach Publishers: 3-27.
- CASTRO FARIA, L.
- 1955 Le problème des sambaquis du Brésil: récents excatios du gisement de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina). *30th International Congress of Americanist (Proceedings)*. Cambridge.
- 1999 *Antropologia – Escritos Exumados II: Dimensões do Conhecimento Antropológico*. Niterói: EDUFF.
- CHAGNON, N.A.
- 1992 *Yanomamo*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- FERIGOLO, J.
- 1987 *Paleopatologia comparada de vertebrados; "Homem de Lagoa Santa", "Homem do Sambaqui de Cabeçuda" e mamíferos pleistocênicos*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Departamento de Paleontologia e Estratigrafia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GASPAR, M.D.; DE BLASIS, P.A.D.
- 1992 Construção de Sambaquis - Síntese das discussões do grupo de trabalho e colocação da proposta original. *Anais da VI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira* V 2. Rio de Janeiro: 811-820.
- GASPAR, M.D.
- 1992 Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores que ocupou o litoral do Estado do Rio de Janeiro. A.J.G. Araújo; L.F. Ferreira (Eds.) *Paleopatologia e Paleoepidemiologia - Estudos multidisciplinares*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz: 95-110.
- 1995 Datações, construção de sambaqui e identidade social dos pescadores, coletores e caçadores. *Anais da VIII Reunião científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Porto Alegre: V. 1, 377-398.
- GASPAR, M.D.; BARBOSA, D.; BARBOSA, M.
- 1994 Análise do processo cognitivo de construção do sambaqui Ilha da Boa Vista I (RJ). *Clio*, série arqueológica, V.1, no.10. Recife, UFPE: 103-123.
- 1994 Espaço, ritos funerários e identidade pré-histórica. *Revista de Arqueologia*, 8 (2): 221-237.
- GURDJIAN, E.S.
- 1973 *Head Injury from Antiquity to the Present with Special Reference to Penetrating Head Wounds*. Springfield: Charles C. Thomas publs.
- HASSAN, F.A.
- 1981 *Demographic Archaeology*. New York: Academic Press.
- IBGE
- 1977 *Geografia do Brasil, Região Sudeste*. IBGE.
- JURMAIN, R.D.
- 1991 Paleoepidemiology of Trauma in a Prehistoric Central California Population. D.J. Ortner; A.C. Aufderheide (Eds.) *Human Paleopathology. Current Syntesis and Future Options* Washington, Smithsonian Institution Press.
- KEELEY, L.H.
- 1997 Frontier Warfare in the Early Neolithic. D. L. Martin e D. W. Frayer (Eds) *Troubled Times: Violence and Warfare in the Past*. India: Gordon and Breach Publishers.
- KNEIP, L.M. (Org.)
- 1987 Coletores e pescadores pré-históricos de Guaratiba, RJ. *Série Livros V*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- 1994 Cultura material e subsistência das populações pré-históricas de Saquarema, RJ. *Documento de Trabalho*, série arqueologia, nº 2. Rio de Janeiro: UFRJ.
- KNEIP, L.M.; MACHADO, L.C.; CRANCIO, F.
- 1995 Ossos humanos trabalhados e biologia esquelética do Sambaqui de Saquarema, RJ. L.M. Kneip (Org.) *Documento de Trabalho* nº 3, Série arqueologia. Rio de Janeiro: UFRJ.
- LAMBERT, P.M.
- 1997 Patterns of Violence in Prehistoric Hunter-gatherer Societies of Coastal Southern California. D.L. Martin; D.W. Frayer (Eds.) *Troubled Times: Violence and Warfare in the Past*. India, Gordon and Breach Publishers: 77-107.
- LARSEN, C.S.
- 1999 *Bioarchaeology - Interpreting behavior from the human skeleton*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LESSA, A.
- 1999 *Estudo de Lesões Traumáticas Agudas como Indicadores de Tensão Social na População do Cemitério Solcor-3, San Pedro de Atacama, Chile*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.

LESSA, A.; MEDEIROS, J.C. de. Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuan (RJ). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 77-93, 2001.

- LIMA, T.A.
- 1999 Em busca dos frutos do Mar: Os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, 44: 270-327.
 - 2000 Os construtores de sambaquis: complexidade emergente no litoral sul/sudeste brasileiro. S.M.F. Mendonça de Souza (Ed.) *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira* [CD ROM]. 1ª Edição. [Rio de Janeiro] Sociedade de Arqueologia Brasileira.
- MACHADO, L.C.
- 1992 Fratura não Unida (Pseudo Artrose). Registro de um caso no Sambaqui da Beirada, Saquarema, RJ. *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, vol. II: 466-473.
- MACHADO, L.C.; SENE, G.M.
- 2001 Simbolismo, Identidade Cultural e Análise Biológica: os Remanescentes Esqueletais Humanos do Sambaqui da Tarioba. *Anais do I Encontro de Arqueologia da Costa Norte Fluminense*. Rio de Janeiro, Fundação Rio das Ostras de Cultura: 51-79.
- MASCHNER, H.D.G.
- 1997 The Evolution of Northwest Coast Warfare. D.L. Martin; D.W. Frayer (Eds.) *Troubled Times: violence and Warfare in the Past*. India, Gordon and Breach Publishers: 267-302.
- MARTIN, D. L.
- 1997 Violence Against Women in the La Plata River Valley (AD. 1000-1300). D.L. Martin; D.W. Frayer (Eds.) *Troubled Times: Violence and Warfare in the Past*. India, Gordon and Breach Publishers: 45-76.
- MENDONÇA DE SOUZA, S.M.F.
- 1991 *Aplicação de Funções Discriminantes à Estimativa de Sexo em Ossos Humanos Pré-históricos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
 - 1995 *Estresse, Doença e Adaptabilidade. Estudo Comparativo de Dois Grupos Pré-históricos em Perspectiva Biocultural*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.
 - 1999 Anemia e adaptabilidade em um grupo costeiro pré-histórico. M.C. Tenório (Ed.) *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- MERBS, C.F.
- 1989 Trauma. M.Y. Iscan; K.A.R. Kennedy (Eds.) *Reconstruction of life from the skeleton*. New York, Alan Liss: 161-189.
- NEVES, W.
- 1984 Incidência e distribuição de osteoartrites em grupos coletores de moluscos do litoral do Paraná: uma hipótese osteobiográfica. *Clio*, série arqueológica, 1 (6).
- 1988 Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). *Pesquisas – Antropologia*, 43. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas: 174 pgs.
- ORTNER, D. J.; PUTSCHAR, W.G.J.
- 1985 *Identification of Pathological conditions in Human Skeletal Remains*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- PROUS, A.
- 1972 Os objetos zoomorfos do litoral do sul do Brasil e do Uruguai. *Anais do Museu de Antropologia*, 5. Florianópolis: UFSC.
 - 1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora UnB.
- PUTZER, H.
- 1957 Movimentos Espirogênicos Quaternários na Costa Sudeste do Brasil e o Problema dos Sambaquis. *Anhambi*, 105: 596-598.
- ROBB, J.
- 1997 Violence and Gender in Early Italy. D.L. Martin; D.W. Frayer (Eds.) *Troubled Times – Violence and Warfare in the Past*. India, Gordon and Breach Plubishers: 111-145.
- SAKAI, K.
- 1981 *Notas Arqueológicas do Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Nippon Art.
- SÃO PEDRO, M.F.A.
- 1999 *Estudo e Proteção dos Sítios Arqueológicos Pré-históricos do Município de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro: Um Modelo de Gerenciamento e Monitoramento*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá.
- SILVA, S.B.; SCHMITZ, P.J.; ROGGE, J.H.; DE MASI, M.A.; JACOBUS, A.L.
- 1990 Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. – O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas*, 45. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas: 2100 .
- SILVA, E.C.; MENDONÇA DE SOUZA, S.M.F.
- 1999 Paleopatologia da População Pré-histórica do Sambaqui Forte Marechal Luz, SC, Brasil: Re-abertura de Arquivo. *Livro de Resumos da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Recife, FASA Editora: 133.
- SMITH, M.O.
- 1997 Osteological Indications of Warfare in the Tennessee Valley. D.L. Martin; D.W. Frayer (Eds.) *Troubled Times – Violence and Warfare in the Past*. India: Gordon and Breach Publishers: 241-266.
- STEINBOCK, R. T.
- 1976 *Paleopathological Diagnosis and Interpretation*. Springfield: Thomas Publisher.

LESSA, A.; MEDEIROS, J.C. de. Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuan (RJ). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 77-93, 2001.

- STORTO,C.; EGGRERS, S.; LAHR, M.M.
- 1999 Estudo preliminar das paleopatologias da população do Sambaqui Jaboticabeira II, Jaguaruna, SC. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 61-71.
- TENÓRIO, M.C.
- 1995 Estabilidade dos grupos litorâneos pré-históricos: uma questão para ser discutida. M. Beltrão (Org.) *Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: 43-50.
- TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, J.J.; BIGARELLA, I.K.
- 1951 Nota prévia sobre a jazida paleoetnográfica de Itacoara, (Joinville), Estado de Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, 5-6: 315-346.
- WALKER, P.L.
- 1989 Cranial Injuries as Evidence of Violence in Prehistoric Southern California. *American Journal of Physical Anthropology*, 75: 313-323.
- 1997 Wife Beating, Boxing, and Broken Noses: Skeletal Evidence for the Cultural Patterning of Violence. D.L. Martin; D.W. Frayer (Eds.) *Troubled Times – Violence and Warfare in the Past*. India, Gordon and Breach Publishers: 145-180.
- WEBB, S.
- 1995 *Paleopathology of Aboriginal Australians – Health and Disease Across a Hunter-gatherer Continent*. London: Cambridge University Press: 324.
- WILKINSON, R.G.
- 1997 Violence Against Women: Raiding and Abduction in Prehistoric Michigan. D.L. Martin; D.W. Frayer (Eds.) *Troubled Times- Violence and Warfare in the Past*. India, Gordon and Breach Publishers: 21-44.

Recebido para publicação em 20 de junho de 2001.

SISTEMA TECNOLÓGICO E ESTILO: AS IMPLICAÇÕES DESTA INTER-RELAÇÃO NO ESTUDO DAS INDÚSTRIAS LÍTICAS DO SUL DO BRASIL

Adriana Schmidt Dias*
Fabíola Andréa Silva**

DIAS, A.S.; SILVA, F.A. Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta interrelação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, II: 95-108, 2001.*

RESUMO: A partir da avaliação dos conceitos de sistema tecnológico e estilo, analisaremos a noção de estilo tecnológico e as suas implicações no estudo de indústrias líticas. Paralelamente, refletiremos sobre a sua aplicabilidade no estudo dos conjuntos líticos das Tradições Umbu e Humaitá, tomando como referência dois estudos de caso.

UNITERMOS: Arqueologia Sul-brasileira – Tecnologia lítica – Estilo – Caçadores- coletores.

Sistema tecnológico e estilo

O uso do conceito de sistema tecnológico implica na compreensão de que as técnicas desenvolvidas por uma dada sociedade não são elementos isolados, mas estão constituídas sistematicamente. Segundo Lemonnier (1992: 5-9), podemos entender este caráter sistêmico das técnicas a partir de três níveis distintos: 1) da técnica em si, no sentido de que ela se constituiu na inter-relação de elementos como matéria, gestos, energia, objetos e conhecimento; 2) das diversas técnicas ou conjuntos técnicos desenvolvidos por uma sociedade,

que podem se influenciar mutuamente e, neste caso, constituir o sistema tecnológico propriamente dito; e 3) do sistema tecnológico em sua inter-relação com outros sistemas culturais.

Nas últimas décadas, os estudos sobre os sistemas tecnológicos têm se desenvolvido, principalmente, a partir de dois enfoques distintos. O primeiro entende que os sistemas tecnológicos são o resultado de estratégias adaptativas, inter-relacionadas com as limitações e possibilidades do meio natural e as demandas da organização sócio-econômica das populações. O segundo concebe os sistemas tecnológicos como uma construção social resultante de escolhas tecnológicas culturalmente determinadas.

Na primeira perspectiva – inspirada pelos pressupostos da Antropologia Econômica, da Ecologia Cultural e da Antropologia Ecológica – os sistemas tecnológicos são analisados

(*) Departamento de História e NUPArq/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

(**) Departamento de História da Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS.

como um meio a partir do qual os homens viabilizam sua existência frente ao meio natural. Neste sentido, a investigação volta-se para o entendimento das inter-relações entre os sistemas tecnológicos e aspectos como disponibilidade ou escassez de matérias-primas, características físicas dos materiais, atribuições funcionais a que se destinam os objetos, e organização e eficiência das populações na ação e exploração do meio natural. Trabalhos como os de Meillassoux ([1967] 1978), Godelier (1971) e Rappaport (1968) são exemplos deste enfoque teórico, a partir do qual os sistemas tecnológicos são analisados como o resultado de coerções que se originam do meio natural e do tipo de organização da produção e que afetam, por sua vez, os demais aspectos da vida social como o ciclo ritual, as relações políticas e de parentesco, entre outros (Lemonnier 1992: 14-17).

Quanto à segunda perspectiva, os sistemas tecnológicos são analisados, em contraposição, como um produto e um recurso de criação e manutenção de um ambiente natural e social, simbolicamente constituídos. A investigação está voltada para o entendimento da relação destes sistemas com os demais sistemas de representação social. Neste sentido, a tecnologia é entendida como signo e, portanto, carregada de significados e pode ser definida como o *corpus* de artefatos, comportamentos e conhecimentos transmitidos de geração a geração e utilizado nos processos de transformação e utilização do mundo material.¹ Em outras palavras, a tecnologia passa a ser definida como um “fato social total” que não tem apenas uma dimensão material ligada à esfera tecno-econômica, mas que está simultaneamente vinculada a aspectos da organização social (por exemplo, relações de gênero, idade ou étnicas) e interrelacionada com as esferas da mitologia, cosmologia e religião (Pfaffenberger 1988). Esta concepção de tecnologia está profundamente enraizada na tradição desenvolvida por autores como Mauss, Leroi-Gourhan e Lévi-Strauss. O artigo seminal de Marcel Mauss

sobre as técnicas corporais foi, segundo Lemonnier (1992:1), o inspirador desta que se poderia chamar de “antropologia dos sistemas tecnológicos”. Neste trabalho, Mauss reflete sobre a arbitrariedade cultural de nossos comportamentos mais casuais, definindo o corpo como o “primeiro e mais natural objeto técnico e, ao mesmo tempo, meio técnico do homem” ([1935] 1974: 217). Depois dele, os trabalhos descritivos e comparativos de Leroi-Gourhan ([1943] 1984, [1945] 1984) e as reflexões de Lévi-Strauss (1976, 1986) sobre o caráter sistêmico das técnicas constituíram-se em referência obrigatória nestes estudos.

Em nosso trabalho, pretendemos discutir um aspecto dos sistemas tecnológicos que vem sendo desenvolvido, principalmente, pelos pesquisadores vinculados a esta segunda vertente teórica por nós destacada acima. Ou seja, trata-se da idéia de que os sistemas tecnológicos estão relacionados com os sistemas de representação social e se constituem como um local de manifestação estilística. Neste caso, a noção de estilo tecnológico torna-se um conceito fundamental para o entendimento dos conjuntos tecnológicos de diferentes grupos culturais, podendo ser definido como o “modo como as pessoas realizam o seu trabalho, incluindo as escolhas feitas por eles no que se refere aos materiais e às técnicas de produção” (Reedy & Reedy 1994: 304). A noção de estilo tecnológico permite compreender o estilo não apenas como um padrão material que se manifesta na morfologia e decoração dos artefatos, mas, também, como algo que é inerente e subjacente aos processos de produção a partir dos quais estes aspectos visuais são uma resultante.

Cabe ressaltar que este conceito deriva de um debate mais amplo sobre os fenômenos estilísticos que vem sendo travado entre vários pesquisadores de diferentes filiações teóricas. As discussões estão longe de alcançar um consenso, podendo-se constatar que o estilo não é um fenômeno unidimensional, integrando várias concepções e, ao mesmo tempo, apresentando uma multifuncionalidade nos diferentes contextos sócio-culturais. Há pesquisadores que investigam como o estilo pode estar relacionado a processos de difusão a partir de estudos comparati-

(1) Adaptado de Schiffer & Skibo (1987:595) e Lemonnier (1992:1).

vos, com uma dimensão histórica e regional (Davis 1983, Stahl 1991). Outros, estão interessados em compreender a relação dos aspectos estilísticos com a organização social (Arnold 1983), com a identidade social e individual (Wiessner 1983), com os valores sociais e religiosos (David *et al.* 1988), com os contextos de ensino-aprendizagem (Roe 1995), com a cosmologia (Layton 1987), com as estruturas cognitivas (Washburn 1983) e com as estratégias de poder (Pauketat & Emerson 1991). Finalmente, alguns autores voltam-se a investigar como o estilo pode estar subjacente ou inserir-se nos processos de produção da cultura material (Gosselain 1992, Dietler & Herbich 1989).

Estas diferentes perspectivas analíticas e explicativas sobre a categoria estilo compartilham, no entanto, alguns princípios básicos: 1) que o estilo refere-se a um determinado modo de fazer algo ou alguma coisa; 2) que este modo de fazer implica em escolhas dentre possibilidades alternativas; e 3) que é próprio de um determinado tempo e lugar (Hegmon 1992).

Nosso interesse reside na discussão sobre a inter-relação entre sistema tecnológico e estilo, mais precisamente, como esta discussão tem sido levada a cabo no que se refere às indústrias líticas e como ela pode ser incorporada para problematizar o estudo das Tradições líticas do sul do Brasil.

Estilo e indústrias líticas

O debate em torno da aplicabilidade do conceito de estilo para o estudo de indústrias líticas é de longa data na Arqueologia e não encontrou consenso até o presente. As divergências derivam de orientações teóricas diferenciadas e centram-se, principalmente, na questão da variabilidade dos conjuntos líticos em sua relação com estilo, função e etnicidade.

Para a arqueologia tradicional, o estilo é sempre um código diagnóstico de tempo, lugar e etnicidade. A interpretação das semelhanças e diferenças nos padrões morfológicos de artefatos costuma ser feita em termos de unidades histórico-culturais com conotações étnicas e as mudanças ao longo do tempo

nestes padrões são explicadas, principalmente, em termos dos processos de difusão e migração. O estilo, entre os arqueólogos tradicionais, pode ser lido na forma do artefato e variações morfológicas nos conjuntos artefatuais são interpretadas como resultantes da ação de grupos étnicos diferentes. A ordenação de artefatos em tradições, fases ou indústrias passa pela noção de que quanto maior a proximidade cultural, maior será a sua semelhança estilística. Também a funcionalidade dos artefatos é definida a partir da forma, mas não é levada em consideração na interpretação das semelhanças e diferenças dos conjuntos. Neste sentido, estilo e função são esferas dicotômicas sendo que a primeira é sempre explicada em termos do contexto histórico-cultural e/ou etnicidade e a segunda em termos de ação física.

A discussão sobre a relação entre estilo e função adquiriu novas conotações a partir do enfoque processualista, sendo ilustrada no debate desenvolvido entre Sackett (1977, 1982, 1986, 1993) e Binford (1986, 1989) quanto à variabilidade das indústrias líticas e a sua relação com o conceito de estilo. Suas perspectivas originaram-se a partir da reflexão crítica de ambos os autores quanto à variabilidade dos conjuntos líticos do Paleolítico Médio e Superior europeu, interpretados tradicionalmente dentro de uma perspectiva taxonômica-classificatória, a partir dos trabalhos de François Bordes (1988, 1992).

Para Binford (1962), a variabilidade dos conjuntos de artefatos deve ser compreendida tendo em vista a função contextual primária destes, a partir de uma concepção sistêmica de cultura. Sua variabilidade diz respeito ao seu papel nos subsistemas tecnológico, social e ideológico que compõem o sistema cultural total. Dentro desta perspectiva, os artefatos podem ser classificados em três grupos pela sua relação com a função: tecno-econômicos, sócio-técnicos e ideo-técnicos. Os artefatos tecno-econômicos têm sua função primária relacionada ao ambiente físico, sendo sua variabilidade explicável em termos adaptativos. Os artefatos sócio-técnicos correspondem a elementos materiais, cujo contexto funcional principal é o subsistema social, funcionando como um meio extra-somático de articulação

dos indivíduos entre si em grupos coesos capazes de, eficientemente, manterem-se e manipularem a tecnologia. Qualquer padrão de mudança nesta categoria de artefatos é relacionada a alterações na estrutura social. Por fim, os artefatos ideo-técnicos têm como contexto funcional primário os componentes ideológicos do sistema social. Seriam itens que significam ou simbolizam racionalizações ideológicas do sistema social e promovem um meio simbólico no qual os indivíduos são enculturados, enquanto participantes do sistema social. Qualquer mudança nesta categoria de artefatos é compreendida como reflexo de mudança social. Atravessando todas estas classes gerais de artefatos, estão as características formais que podem ser chamadas de estilísticas que não são diretamente explicáveis em termos da natureza da matéria-prima, da tecnologia de produção ou da variabilidade da estrutura tecnológica e social do sistema cultural. Suas propriedades formais têm por função proporcionar ao grupo identidade e reconhecimento social, compreendendo-se qualquer mudança de estilo como produto de mudança sócio-cultural. O estilo é concebido enquanto uma forma acessória (*adjunct form*), cujas qualidades formais têm por função promover uma base simbólica de identidade de grupo, associada a itens não utilitários da cultura.

Sackett (1982: 82-93) considera que o enfoque processual sobre estilo peca por uma visão funcional extrema, ao entendê-lo como um elemento não utilitário da variação formal, funcionando simbolicamente como um tipo de iconologia social para identificação de grupos humanos. Estilo, para Binford, corresponderia a características formais que não podem ser explicadas em termos de natureza da matéria-prima ou da tecnologia, residindo em um segmento muito restrito da variação formal exibida pelo artefato. Ao contrário, para Sackett (1982:105), o estilo não se restringe a uma única categoria tipológica, como a morfologia. Segundo este:

Estilo pode ser encontrado na escolha da matéria prima, nas técnicas de lascamento para redução de núcleos e na produção de artefatos, nos tipos alternativos de retoques marginais, nos vários ângulos de uso de borda, na forma de uso e rejuvenescimento do artefato. (...) [Estes

fatores] podem oferecer um ar de familiaridade aos conjuntos de artefatos que sugerem um estilo etnicamente significativo (Sackett 1982: 106).

Para o autor, o estilo não se reduz à forma final dos artefatos, mas está presente na escolha de um tipo particular de lasca como suporte de um artefato, na forma de desgaste e quebra que este sofre durante o uso, entre outros aspectos que possuem significância étnica.

Sackett (1986: 630) considera que a principal distinção de seus pontos de vista com relação a Binford diz respeito à concepção distinta de ambos autores sobre onde reside o estilo. Para Binford, o estilo reside em um domínio formal distinto e fechado em si mesmo – algo acrescentado ou acessório (adjunto) à forma essencial ou instrumental que o artefato ocupa. Para Sackett a noção de estilo não é um domínio diferente da forma, mas sua qualidade latente e inerente a qualquer variação artefactual, na medida em que a forma é constituída de escolhas feitas pelo artesão, conscientemente ou não, de um amplo espectro à sua disposição. Estas escolhas determinam a variação isocréstica (2) e são ditadas pela tradição na qual o artesão foi enculturado como membro de um grupo social. Por ser limitada socialmente, a variação isocréstica traduz-se em noções de *design* peculiares a certos lugares e tempos, sendo diagnóstica de etnicidade. Estilo e função são noções complementares e as variações isocrésticas podem ser vistas em sentido amplo, abrangendo desde a cadeia operatória que dá origem ao artefato até seu uso e descarte.

Portanto, estilo e função são aspectos complementares que determinam a morfologia dos artefatos e as características das cadeias operatórias que lhes dão origem. O aspecto funcional de um artefato reside na maneira como a sua forma serve a um determinado fim e o aspecto estilístico reside na variante étnica ou escolha isocréstica em que esta forma

(2) Sackett elabora este conceito a partir de um neologismo do grego *Ios* - igual e *chrestikós* - bom para o uso, útil, usual, que sabe se servir de, habilitado para se servir de (Bailly 1990:2154).

surge (Sackett 1977:75). O autor argumenta que quando analisamos um artefato em termos funcionais salientamos sua “voz ativa” e a dimensão estilística seria a sua “voz passiva”, como um código que sinaliza a “arena em que os papéis são performados” (Sackett 1977:370).

Se considerarmos a noção de variação isocréstica de Sackett (1982), podemos perceber que, em parte, este está de acordo com uma visão tradicional de que os estilos refletem etnicidade, na medida em que as escolhas isocrísticas são para ele contextualmente determinadas. No entanto, diferencia-se deste enfoque ao dissociar forma de função, pois, segundo Sackett, o estilo não é simplesmente um padrão que se manifesta na forma, mas trate-se de uma propriedade da forma em si, na medida em que esta é o resultado de escolhas e é nelas que precisamente reside o estilo.

Binford (1986), por sua vez, ressalta que a relação entre estilo e função, por si só não basta para dar conta explicativamente dos fenômenos que determinam a variabilidade dos conjuntos de artefatos. Baseado em estudos etnoarqueológicos, critica a associação da variabilidade de formas dos conjuntos dos artefatos à noção de estilo enquanto correlato de etnicidade. Para o autor, a variabilidade dos conjuntos de artefatos é funcional, devendo esta ser entendida a partir da relação entre classes de restos materiais diferencialmente estruturados pela organização interna de um sistema cultural (Binford 1986: 558-559). Binford defende que a função é uma concepção mais ampla do que uso real de um item no sistema socio-cultural, relacionada às condições interativas em um sistema. Condições situacionais diferenciadas podem condicionar o uso de diferentes formas de artefatos no desenvolvimento de tarefas análogas ou a produção de restos arqueológicos altamente variáveis por um mesmo grupo nos diferentes sítios que ocupam. O autor ressalta que a variabilidade de conjuntos artefatuais pode caracterizar certos lugares e períodos de tempo, porém não implica que seja diagnóstica de identidade étnica. Para Binford, as escolhas isocrísticas correspondem à essência da variabilidade organizacional em um grupo étnico, promovendo-lhe flexibilidade adaptativa para lidar com a dinâmica ambiental (social

e natural) na qual vive (Binford 1989: 55-60). Porém, a variabilidade funcional tem sempre implicações seletivas e o contexto desta seleção pode variar independente das identidades sociais. O conceito de variação isocréstica seria, portanto, improdutivo, pois não permitiria reconhecer a diferença de conjuntos produzidos por membros de um mesmo grupo étnico e conjuntos análogos produzidos por membros de diferentes grupos (Binford 1989: 62-65).

Refletindo sobre as críticas de Binford, Sackett (1993: 38) aponta que a possibilidade de diferenciação de conjuntos produzidos, similares ou não, seriam ditadas pelo contexto de deposição dos artefatos. No caso dos artefatos líticos também deve ser considerado que os padrões de variabilidade podem derivar de variações étnicas no contexto tecnológico, dotadas por diferenças territoriais em sua relação com diferentes recursos, aspectos da demografia, do sistema de assentamento, da densidade dos artefatos e da maneira como estes se agrupam nas superfícies ocupadas dos sítios. Compreender estilo e função como aspectos indissociáveis nas escolhas isocrísticas permite observar os contextos dos sítios de uma área de forma mais ampla da que a sugerida por Binford. Assim, uma técnica específica de descarne pode transmitir melhores informações etnicamente significativas do que a tipologia dos artefatos com o qual o descarne foi feito (Sackett 1993: 35).

Jelinek (1976: 21-22) adverte ainda que o maior problema na análise e na interpretação estilístico-funcional de materiais provenientes de sítios puramente líticos reside na natureza das coleções. Deve-se levar em consideração que a maior parte do material lítico presente nos sítios provavelmente representa o que não é mais desejado por seus habitantes quando estes abandonaram o local. Da mesma forma, o potencial das coleções para estudos estilísticos pode variar em função das técnicas de escavação e amostragem empregadas no trabalho de campo, dos contextos de deposição natural, do sistema de assentamento do grupo estudado e da natureza dos recursos a sua disposição.

Um aprofundamento do debate sobre a relação entre estilo, função e etnicidade foi

desenvolvido por Sackett (1985, 1993) e Wiessner (1985, 1993) a partir do trabalho da autora sobre a variabilidade das pontas de projétil dos San do Kalahari, no qual procura demonstrar que a variação estilística é utilizada como um instrumento para transmitir mensagens a respeito da identidade social e individual daqueles que as produzem (Wiessner 1983). Segundo Wiessner, quanto maior o nível de interação social, mais sutil é a diferença entre as pontas de projétil, porém num contexto social mais amplo, elas servem como demarcadoras dos grupos de linguagem San. São um instrumento fundamental nas estratégias de sobrevivência destes grupos, sendo constantemente distribuídas nas redes de reciprocidade o que implica no acesso dos indivíduos pertencentes aos diferentes grupos de linguagem aos recursos existentes nos vários territórios ocupados pelos San. Para a autora, o estilo é um elemento ativo na transmissão de mensagens e, no caso dos San, é empregado conscientemente nos processos de identificação social e individual.

A crítica de Sackett (1985) a este trabalho fundamentou-se sobre a noção de que estilo simboliza etnicidade a partir de uma auto-determinação consciente dos indivíduos. Para ele, a variação que ocorre nos conjuntos de pontas de projétil dos San é uma variação isocréstica inconsciente que surge em função das diferentes tradições artesanais em que os indivíduos de variados grupos de linguagem se inserem. Além disso, para Sackett, a interpretação de Wiessner também incorre na separação entre estilo e função, na medida em que ela aponta que apenas alguns elementos da morfologia das pontas são atributos estilísticos, empregados para transmitir mensagens. Segundo Sackett, o estilo é subjacente a todas as características dos artefatos e reside nas escolhas isocrésticas feitas dentre alternativas variadas durante todo o processo produtivo, sendo a morfologia uma decorrência destas escolhas.

Por sua vez, Wiessner (1985) destaca que existe uma diferença comportamental que gera as escolhas isocrésticas, produto de um comportamento repetitivo e de imitação, e as escolhas estilísticas, geradas a partir de um processo dinâmico de comparação dos

indivíduos entre si. Neste caso, na variação nas pontas San não se trata de uma variação isocréstica, mas sim de um comportamento estilístico, pois não corresponde a uma equivalência em uso, mas em uma demarcação de fronteiras. Em última instância, a discussão entre eles gira em torno de onde reside o estilo e do questionamento da intencionalidade ou não do estilo como um código de etnicidade.

No desenvolvimento deste debate, ambos os autores relativizam suas posições. Sackett (1993) passa a aceitar a idéia de que as variações isocrésticas podem, em alguns casos, resultar de escolhas conscientes por parte dos artesãos e servir como um código para transmitir mensagens. Wiessner (1993), por outro lado, admite que o estilo relaciona-se também com a variação isocréstica, pois as diferentes pontas San são equivalentes em uso. Neste sentido, ambos concordam que a dicotomia entre estilo e função não é pertinente na análise dos conjuntos artefatuais. Wiessner insiste, porém, que alguns atributos dos artefatos podem ser utilizados, mais do que outros, como instrumentos ativos de comunicação de etnicidade e identidade social e individual. Na mesma direção das críticas de Wiessner ao modelo de Sackett encontra-se Lemonnier (1992), segundo o qual a noção de variação isocréstica é insuficiente para o estudo dos sistemas tecnológicos, pois é necessário que se investiguem as bases sociais das escolhas tecnológicas das quais esta é resultante e que se verifique como estas escolhas se inserem em um sistema de significados.

Acrescentando outra perspectiva ao debate em questão, Schiffer e Skibo (1997) defendem que a compreensão da variabilidade dos conjuntos artefatuais relaciona-se à natureza das escolhas tecnológicas, sendo os conceitos de estilo e função não explicativos para se entender os processos que geram e motivam as escolhas feitas pelo artesão. Para os autores, a variabilidade artefatal é definida pelo conhecimento e experiência do artesão e por aspectos situacionais. O primeiro estaria relacionado com as diferenças individuais, as estruturas de aprendizagem, a percepção e decisão de fazer, a transmissão de conhecimento e a tradição tecnológica. O segundo

vincula-se a aspectos como a procura do material, a manufatura, o transporte, a distribuição, o uso, a estocagem, a manutenção e reparo, a reutilização e a deposição. Portanto, não haveria sentido questionar se a causa da variabilidade é estilística ou funcional, mas investigar sistematicamente os processos de ordem comportamental, social e ambiental dos quais ela resulta. Embora Schiffer e Skibo neguem a relevância destes conceitos para o entendimento da variabilidade, suas premissas sobre a inter-relação entre performance, escolhas técnicas e propriedade formal do artefato correspondem, de fato, à idéia da inter-relação entre estilo e função revisitada.

Fazendo um balanço dos pontos de vista analisados, poderíamos destacar alguns aspectos que nos parecem centrais para o estudo da variabilidade de indústrias líticas:

- a) que a variabilidade dos conjuntos de artefatos líticos é resultado de escolhas tecnológicas, culturalmente determinadas, e que estas escolhas são indissociáveis da função, na medida em que os artefatos são idealizados para alcançar determinados fins;
- b) que estas escolhas tecnológicas refletem estilos tecnológicos que, por sua vez, residem na seleção dos materiais, técnicas e seqüências de produção e nos resultados materiais destas escolhas;
- c) que os estilos tecnológicos, sendo o produto de uma tradição cultural, podem servir como indicadores de identidades sociais e culturais.

No entanto, o estabelecimento da diferenciação de grupos culturais a partir de sistemas tecnológicos distintos depende da comparação contextual dos seguintes tipos de informações:

- a) análise comparativa de conjuntos tecnológicos líticos associados a diferentes contextos arqueológicos de uma dada região;
- b) identificação do estilo tecnológico subjacente às escolhas técnicas que originaram diferentes categorias de artefatos;
- c) interpretação da funcionalidade dos contextos de deposição destes conjuntos de artefatos, pois forma e função são aspectos indissociáveis no estudo do estilo.

É da comparação entre estilos tecnológicos de indústrias líticas dos sítios de uma

mesma região que podemos antever a possibilidade de distinção entre identidades sociais ou culturais no registro arqueológico de caçadores-coletores. Contudo, esta percepção nunca pode estar dissociada de uma análise contextual, na medida em que um estilo tecnológico só adquire sentido quando compreendido como parte de um sistema tecnológico e este, por sua vez, de um sistema cultural mais amplo. Assim, no resgate das cadeias operatórias de uma determinada indústria lítica, estas devem ser compreendidas em conjunto e associadas ao contexto situacional da região estudada para possibilitar a interpretação da variabilidade artefatal.

No caso do estudo das indústrias líticas do sul do Brasil, estas discussões sobre a natureza dos sistemas tecnológicos e a dimensão estilística das tecnologias são fundamentais, pois nos obrigam a tornar mais complexos os nossos parâmetros de análise sobre as mesmas.

As indústrias líticas das Tradições Umbu e Humaitá

As reflexões desenvolvidas sobre os conceitos de sistema tecnológico e estilo tecnológico em suas implicações para o estudo de indústrias líticas abrem a possibilidade para se repensar as Tradições arqueológicas pré-cerâmicas do sul do Brasil. Neste item objetivamos levantar alguns tópicos neste sentido, avaliando as lacunas existentes quanto aos dados atualmente disponíveis nessa área e destacando dois estudos de caso, cujos resultados permitem levantar propostas interpretativas associadas à questão do estilo.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região sul brasileira, entre as décadas de 1960 e 1970,³ identificaram centenas de

(3) Estas pesquisas associavam-se ou seguiam as orientações teórico-metodológicas do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), coordenado por Betty Meggers e Cliford Evans. Para uma análise de seu processo de implementação e das orientações seguidas pelo Programa ver Dias (1994, 1995).

sítios líticos classificados como pertencentes a duas tradições tecnológicas em função da presença de determinados tipos de artefatos diagnósticos: as pontas de projétil líticas, demarcando a Tradição Umbu, e os grandes bifaces e talhadores que representam a Tradição Humaitá (Meggers & Evans 1977). Os trabalhos de síntese, posteriormente elaborados, apontaram uma dispersão espacial e temporal correlata,⁴ estando suas principais diferenças marcadas em termos ecológicos. Assim, a Tradição Umbu estaria centrada em áreas abertas e de ecotone, entre floresta e campo, e a Tradição Humaitá associada à exploração de ambientes florestais do planalto (Kern 1981, 1983; Ribeiro 1979; Schmitz 1981, 1984, 1987).

Uma revisão destes trabalhos, no entanto, aponta uma série de lacunas que comprometem as interpretações sobre o significado da variabilidade lítica entre ambas as Tradições. Em primeiro lugar, deve-se destacar o enfoque teórico-metodológico empregado em sua definição. Segundo uma perspectiva histórico-cultural, o fator presença/ausência de *artefatos guia* foi fundamental para a definição das fases arqueológicas destas Tradições que, em última instância, subentenderiam unidades sociais. De acordo com Meggers e Evans (1985: 5), embora fases arqueológicas correspondam a abstrações, sem base etnográfica, “as tradições definidas em termos de fases que compartilham um conjunto de elementos (...) [comuns] provavelmente representam entidades tribais ou lingüísticas”. No caso dos conjuntos líticos aqui analisados, as similaridades morfológicas dos *artefatos guia* foram utilizadas como principal fator para estabelecer unidades culturalmente significativas em termos de fases e tradições. Deste modo, todas as fases pré-cerâmicas do sul do Brasil que apresentavam

pontas de projétil líticas foram associadas a uma unidade histórico-cultural e, em oposição a esta, aquelas nas quais as pontas estavam ausentes foram relacionados à outra unidade, subentendendo a existência de dois grupos caçadores-coletores distintos.

Em segundo lugar, a metodologia de campo utilizada nas pesquisas que definiram as Tradições Umbu e Humaitá contribuiu para este quadro (Evans & Meggers 1965). Na medida em que o objetivo que orientou estes trabalhos iniciais era identificar a distribuição espaço-temporal dos conjuntos pré-históricos sul brasileiros, os métodos de campo empregados foram a seleção de áreas amplas (principais vales de rios) que, em sua maioria, apresentavam contextos arqueológicos e ecológicos extremamente diversificados. Por outro lado, os trabalhos de campo conduzidos através de estratégias oportunistas, privilegiaram coletas assistemáticas de superfícies e sondagens em níveis artificiais (através de um ou dois poços testes por sítios) oferecendo uma amostragem dispare no que se refere aos sítios líticos. Igualmente, os sítios arqueológicos foram considerados como unidades não relacionadas entre si nas áreas pesquisadas e os sítios líticos foram tratados de forma homogênea, não se considerando a dinâmica de ocupação do espaço de comunidades caçadoras-coletores.

Um terceiro aspecto diz respeito à metodologia de análise das coleções líticas. A maioria dos trabalhos publicados centra sua atenção nos artefatos, desprezando os resíduos de lascamento. Também não há padronização no tratamento dos dados, caracterizando-se alguns relatórios pela utilização da metodologia francesa (Laming-Emperaire 1967) e outros na elaboração de listas de artefatos definidos por sua morfologia, muitas vezes não apresentando dados quantitativos associados a estas categorias, dificultando comparações. Nestas análises destaca-se a busca do *artefato guia*, centrada na tentativa de filiação cultural dos conjuntos líticos analisados a qualquer uma das duas tradições. Por outro lado, alguns autores buscaram estabelecer cronologias relativas, com base no método Ford (Ford 1962), a partir da seriação de pontas de projétil líticas, obtendo resultados questionáveis.

(4) Ambas Tradições abrangem os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Para a Tradição Umbu as datações radiocarbônicas apontam uma dispersão temporal entre 10.500 anos A.P. (fase Uruguai) ao início da Era Cristã (fases Lagoa, Patos e Chuí). A Tradição Humaitá apresenta datações entre 6.500 A. P. (fase Antas) e 1.100 A.P. (fase Canhemborá), embora a maioria de suas fases apresentem apenas estimativas cronológicas de ordem relativa.

Fazendo um balanço destes trabalhos fica a questão: o que realmente diferencia em termos culturais as tradições Umbu e Humaitá? A nosso ver, a variabilidade entre os conjuntos líticos observada para estas Tradições pode ser compreendida a partir de questões não apenas de ordem adaptativa, mas também de ordem funcional e estilística, subentendem escolhas tecnológicas que refletiriam, em última instância, identidades culturais. Portanto, o problema em questão ultrapassa os limites teórico-metodológicos das pesquisas levadas a cabo até o presente, demandando novas orientações analíticas em campo e laboratório.

Podemos exemplificar esta idéia através da análise dos resultados das prospecções realizadas por Miller no nordeste do Rio Grande do Sul, abrangendo os vales dos rios dos Sinos, Maquiné, Três Forquilhas e Mampituba (Miller 1967, 1974). Nesta região foram identificados mais de 200 sítios líticos distribuídos cronologicamente ao longo de 4.000 anos de ocupação da área. A associação destes sítios à Tradição Umbu está relacionada aos abrigos sob rocha (105 sítios), sendo apenas 5 sítios a céu aberto associados à mesma pela presença de pontas de projétil. Todos os demais sítios líticos que não apresentaram pontas de projétil foram vinculados à Tradição Humaitá, embora a região também apresente uma ampla ocupação ceramista pré-histórica relacionada à Tradição Guarani, nos vales, e à Tradição Taquara, no planalto. Partindo das discussões levantadas neste trabalho, podemos sugerir que a ausência de pontas de projétil líticas nos sítios arqueológicos associados à Tradição Humaitá poderia marcar uma funcionalidade diferenciada destes, tanto associada a sítios de atividade específica da Tradição Umbu quanto das Tradições ceramistas. Tais questões não podem ser compreendidas com clareza somente com base nos relatórios de pesquisa e devem ser levadas em consideração para a reavaliação dos estudos na área.

O problema de pesquisa por nós destacado coloca em pauta a relação entre variabilidade e variação para os conjuntos líticos identificados como pertencentes às Tradições Umbu e Humaitá, buscando observar em medida

derivam de uma distinção cultural e/ou cronológica. Procurando refletir sobre estas questões destacamos dois estudos de caso para o Rio Grande do Sul onde a metodologia de análise das coleções líticas permite sugerir problemáticas associadas às questões levantadas.

Em primeiro lugar, destacamos o trabalho de Hoeltz (1995, 1997) que procurou investigar quais características tecnológicas distinguiram as Tradições Umbu e Humaitá. Para tanto, a autora desenvolveu pesquisas que objetivaram, através de trabalhos comparativos entre coleções, estabelecer padrões relativos à organização tecnológica das Tradições em questão. Tendo por base as coleções líticas de 10 sítios a céu aberto localizados no vale do rio Pardo, Hoeltz buscou estabelecer critérios de diferenciação entre os conjuntos líticos dos sítios que transcendessem os tradicionais *artefatos guia*, utilizados em trabalhos anteriores para classificar a afiliação cultural das ocupações da área (Ribeiro 1991). A autora trabalhou com critérios tecno-tipológicos, reconstituindo as cadeias operatórias e comparando estatisticamente as categorias de artefatos associadas aos resíduos de lascamento em cada sítio. Como estes se distribuíam em diferentes áreas geomorfológicas que caracterizam a região (planície, encosta e planalto), foi possível estabelecer um critério de comparação entre as indústrias quanto à disponibilidade de matéria-prima e estratégias de confecção de artefatos. O conjunto de sítios apresentou uma homogeneidade grande quanto à organização da tecnologia de produção de artefatos, com marcada preferência pela utilização da matéria-prima disponível localmente. As estratégias de redução e produção de artefatos também seguem um padrão homogêneo, estando presentes nos sítios apenas os resíduos de lascamento associados à redução primária e secundária de artefatos bifaciais e ausentes ou sub-representados aqueles associados a atividades de preparação de núcleos. A única exceção é representada por um sítio localizado no planalto, onde se observa um padrão de resíduos, uso de matéria-prima e artefatos que foge aos demais.

Com base nas diferenças na produção de peças bifaciais, Hoeltz propõe que a Tradição

Umbu seria caracterizada na área por apresentar artefatos de morfologia variada (incluindo as pontas de projétil), elaborados sobre seixos e lascas unipolares, com dimensões pequenas ou médias e com 1/3 ou menos de sua superfície coberta por córtex. A Tradição Humaitá, representada em um único sítio do planalto, caracterizar-se-ia por bifaces elaborados sobre bloco, com dimensões que variam entre médio a extra-grande e superfície coberta em até 2/3 por córtex.

Embora ressalte a importância de compreender os sítios em conjunto, as interpretações de Hoeltz limitam-se em função das estratégias de campo utilizadas que, por não se realizarem através de coletas controladas ou escavações em áreas amplas, impedem inferências quanto à funcionalidade dos sítios. Contudo, os dados levantados abrem margem para o questionamento de uma efetiva coexistência de dois grupos contemporâneos na área.

Um primeiro fator que deve ser considerado diz respeito à possibilidade de haver uma variação de funcionalidade entre estes artefatos. Embora os bifaces de grande porte associados aos sítios do planalto pudessem estar relacionados à exploração de recursos ecológicos mais diversificados do que os da planície, isto não indicaria grupos necessariamente distintos em termos étnicos. Além disso, o fato de o sítio do planalto apresentar peças de maior porte e cobertura cortical extensa pode referir-se a um local de produção e abandono de peças inacabadas, associado aos grupos assentados na planície. Destaca-se o fato de que na planície os talhadores bifaciais, de menor porte não estão ausentes. Este não parece ser um dado isolado para o Rio Grande do Sul, pois algumas das fases da tradição Umbu apresentam em seus conjuntos líticos talhadores que tipicamente seriam associados à tradição Humaitá, como é o caso da fase Itaqui, no vale do médio rio Uruguai (Miller 1969b), da fase Amandaú, no vale do alto rio Uruguai (Miller 1969a), e da fase Araponga, no vale do rio das Antas (Miller 1971).

O segundo estudo de caso diz respeito às pesquisas de Dias (1994, 1996) quanto à variação morfológica entre pontas de projétil, entendidas como marcadores cronológicos

para as fases da Tradição Umbu (Miller 1969c, Ribeiro & Hentschke 1976). As críticas a este enfoque partem do princípio de que a morfologia desta categoria de artefatos não se constitui enquanto marcador temporal eficiente, pois sua variabilidade formal pode responder a razões alheias à cronologia, dependentes de características tecnológicas e funcionais. Igualmente, estabelecer distinções cronológicas baseadas em diferenciações morfológicas de uma única categoria de artefatos torna-se problemático, particularmente em situações arqueológicas como coletas de superfície e sítios analisados isoladamente ou relacionados entre si, mas sem controle estratigráfico adequado, caso recorrente às metodologias de campo empregadas no estudo de sítios arqueológicos da Tradição Umbu até o presente (Flenniken & Raymond 1986).

Partindo das premissas acima expostas, a autora estudou a coleção de 404 pontas de projétil líticas associadas a um abrigo sob rocha, situado no vale do rio Caí,⁵ tendo em vista as tendências tecnológicas gerais dos conjuntos de artefatos em sua relação com os resíduos de lascamento. Os resultados permitiram observar dois grandes grupos: pontas de projétil de morfologia lanceolada, derivadas de redução primária de lascas bipolares em calcedônia; e pontas de projétil pedunculadas produzidas a partir da redução primária de lascas unipolares em arenito silicificado. A distribuição estratigráfica das pontas de projétil demonstrou que as freqüências dos diferentes tipos apresentavam correspondência entre si e com a distribuição dos resíduos de lascamento e demais artefatos. Portanto, variações na freqüência de determinados tipos morfológicos de pontas de projétil não corresponderiam a um indicador de mudança temporal associado ao conceito de fase, mas em um reflexo dos padrões de descarte ao longo da ocupação do sítio (Dias 1996).

Embora este estudo tenha demonstrado que a representatividade das pontas de projétil enquanto marcadores temporais deve ser relativizada, por ser um trabalho pontual não

(5) Sítio RS-C-43: Picada Capivara, localizado no município de São Sebastião do Caí, Rio Grande do Sul.

permite avaliar as causas de variação entre conjuntos líticos da Tradição Umbu para diferentes cronologias e áreas. Uma possibilidade de interpretação alternativa é levantada pelo conceito de estilo tecnológico, ao sugerir que a variação dos conjuntos de pontas líticas, funcionalmente equivalentes, seria resultante de escolhas técnicas refletidas na seleção dos materiais, nas seqüências de produção e nos resultados materiais destas escolhas. Portanto, a noção de estilo tecnológico, entendido enquanto produto de uma tradição cultural, pode servir como indicador de identidades sociais e culturais para a Tradição Umbu, demarcadas regional ou temporalmente. Contudo, tal abordagem só torna-se possível através de estudos regionais que estabeleçam padrões comparativos uniformes em termos intra e inter-sítio, baseados em cronologias sólidas.

A incorporação da noção de estilo tecnológico a esta reflexão contribui para ampliar o referencial interpretativo quanto à variação dos conjuntos de pontas de projétil líticas da Tradição Umbu, além do referencial cronológico. A partir deste enfoque abre-se a discussão para a possibilidade de estarmos diante de uma variação tecnológica ligada a escolhas culturais que derivam de processos de interação entre indivíduos pertencentes a uma mesma tradição, sendo, portanto, funcionais e estilísticas. O problema das variações regionais representadas pelas fases da Tradição Umbu pode sugerir que alguns dos padrões tecnológicos observados entre coleções de sítios contemporâneos em áreas distintas, englobando a variação morfológica das pontas de projétil, poderiam representar identidades regionais. No entanto, isto requer uma revisão crítica dos critérios de definição destas fases, associado à complexificação da idéia de interpretação contextual dos vestígios arqueológicos para o estabelecimento de uma tradição ou fase.

Conclusão

Compreender o significado e as causas da variabilidade e da variação da cultura material é uma das principais preocupações dos

arqueólogos. Como podemos observar a partir do debate apresentado, a forma dos artefatos e a sua distribuição espacial e temporal são as variáveis básicas sobre as quais os conceitos de estilo e função são utilizados para alcançar esta compreensão.

Nossa atenção no debate sobre o problema do estudo estilístico das indústrias líticas traz subjacente a nossa preocupação em compreender de uma maneira mais aprofundada as causas da variabilidade (entre os conjuntos artefatuais) e da variação (nos conjuntos artefatuais) que se observa nas indústrias líticas do sul do Brasil.

Quando distinguimos variabilidade de variação estamos seguindo a proposta de Schiffer (1992: 18-21) que associa o conceito de variabilidade aos padrões materiais dos conjuntos arqueológicos que se estendem por longos períodos de tempo e cobrem extensas áreas geográficas. Em outras palavras, o autor relaciona o conceito de variabilidade à idéia de cultura arqueológica, em alusão às propostas de Willey e Phillips (1958). Segundo Schiffer, é sobre esta base de padrões materiais de grande extensão espaço-temporal que os arqueólogos criam seqüências que são definidas a partir das variações observadas. Estas variações consistem, portanto, nas diferenças nos conjuntos de artefatos que ocorrem espaço-temporamente no interior de uma dada tradição.

Sendo assim, a nossa preocupação é entender quais aspectos, além do *artefato guia*, justificariam a distinção entre dois conjuntos líticos originalmente definidos em termos de tradições arqueológicas e divididos em diferentes fases arqueológicas para o sul do Brasil. Nossa proposta é que se tornem mais complexos os parâmetros definidores de sua variabilidade, bem como, que se procure apreender contextualmente as causas de suas variações internas.

Ao reconhecermos a importância da noção de estilo tecnológico pretendemos ressaltar que o processo produtivo é um campo de análise complexo, no qual diferentes fenômenos (comportamentais, sociais, culturais e físicos) podem atuar e contribuir na configuração dos itens materiais. Neste sentido, torna-se central para esta reflexão a noção de que a

técnica constitui-se da inter-relação de elementos (matéria, energia, objetos, gestos e conhecimentos) que fazem parte de um conjunto de cadeias operatórias, ou seja, de uma “série de operações envolvidas em qualquer transformação da matéria (incluindo o nosso próprio corpo) pelos seres humanos” (Lemonnier 1992: 26). É a partir da análise e compreensão destas cadeias operatórias que se torna possível verificar a natureza das relações que se estabelecem entre a matéria e os objetos utilizados na sua transformação; entre os utensílios, na medida em que há uma hierar-

quia no seu emprego; entre os homens e os utensílios, principalmente no que se refere ao saber-fazer; entre os indivíduos que participam no processo de produção; entre os indivíduos, a matéria e os artefatos, no que concerne aos usos que deles fazem; entre as diferentes matérias, em relação à sua disponibilidade e aplicabilidade (adaptado de Muchnik 1987: 78-82 e Schiffer e Skibo 1997: 31-39). Em resumo, para entender a variabilidade e a variação dos conjuntos artefatuais é necessário, antes de mais nada, apreender os processos a partir dos quais estas foram resultantes.

DIAS, A.S.; SILVA, F.A. Technological systems and style: the implications of this interrelationship in the study of lithic industries of southern Brazil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 95-108, 2001.

ABSTRACT: Starting from the evaluation of the concepts of technological system and style, we will analyze the notion of technological style and its implications in the study of lithic industries. We will also contemplate its application in the study of Umbu and Humaitá Tradition's lithic assemblages, having as reference two case studies.

UNITERMS: South-Brazilian archaeology – Lithic technology – Style – Hunter-gatherers.

Referências bibliográficas

- ARNOLD, D.
- 1983 Design structure and community organization in Quinua, Peru. D.K. Washburn (Ed.) *Structure and Cognition in Art*. Cambridge University Press, Cambridge: 40-55.
- BAILLY, A.
- 1990 *Dictionnaire Grec Français*. Hachette, Paris.
- BINFORD, L.
- 1962 Archaeology as anthropology. *American Antiquity*, 28 (2): 217-225.
- 1986 An Alyawara day: making men's knives and beyond. *American Antiquity*, 51 (3): 547-562.
- 1989 Styles of style. *Journal of Anthropological Archaeology*, 8: 51-67.
- BORDES, F.
- 1988 *Typologie du Paleolithique Ancient et Moyen*. CNRS, Paris.
- 1992 *Leçons sur le Paleolithique* - Tomos I e II. CNRS, Paris.
- DAVID, N. et al.
- 1988 Why pots are decorated? *Current Anthropology*, 29 (3): 365-389.
- DAVIS, D.
- 1983 Investigating the diffusion of stylistic innovations. M.B. Schiffer (Ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*, 6: 53-89.
- DIAS, A.S.
- 1994 *Repensando a Tradição Umbu a partir de um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. PUCRS, Porto Alegre.
- 1995 Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, 19 (22): 24-39.
- 1996 Estudo da representatividade de pontas de projétil líticas enquanto marcadores

- temporais para a Tradição Umbu. *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Edipucrs, Porto Alegre: 309-332.
- DIETLER, M.; HERBICH, I.
- 1989 Tich matek: the tecnology of Luo pottery production and the definition of ceramic style. *World Archaeology*, 21 (1): 148-154.
- EVANS, C.; MEGGERS, B.J.
- 1965 *Guia para a prospecção arqueológica no Brasil*. Museu Paranaense Emílio Goeldi, Belém.
- FLENNIKEN, J.; RAYMOND, A.
- 1986 Morphological projectile points tipology: replication, experimentation and technological analysis. *American Antiquity*, 51 (3): 603-614.
- FORD, J.
- 1962 *Método cuantitativo para establecer cronologías culturales*. União Panamericana, Washington.
- GODELIER, M.
- 1971 Salt currency and the circulation of commodities among the Baruya of New Guinea. G. Dalton (Ed.) *Studies in Economic Anthropology*. American Anthropological Association, Anthropological Studies, nº 7.
- GOSSELAIN, O.P.
- 1992 Technology and style: potters and pottery among Bafia of Cameroon. *Man*, 27 (3): 559-585.
- HEGMON, M.
- 1992 Archaeological research on style. *Annual Review in Anthropology*, 21: 517-36.
- HOELTZ, S.
- 1995 *As Tradições Umbu e Humaitá: releitura das indústrias líticas das Fases Rio Pardinho e Pinhal através de uma proposta alternativa de investigação*. Dissertação de mestrado. PUCRS, Porto Alegre.
- 1997 *Artesãos e artefatos pré-históricos do Vale do Rio Pardo*. Edunisc, Santa Cruz do Sul.
- JELINEK, A.
- 1976 Form, function, and style in lithic analysis. C.E. Cleland (Ed.) *Cultural Change and Continuity*. Academic Press, Nova York: 19-33.
- KERN, A. A.
- 1981 *Le précéramique du plateau Sud-brésilien*. Tese de Doutorado. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- 1983 Variáveis para a definição e caracterização das Tradições pré-cerâmicas Umbu e Humaitá. *Revista do IFCH*, 11/12: 105-115.
- LAMING-EMPERAIRE, A.
- 1967 *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul*. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- LAYTON, R.
- 1987 The use of ethnographic parallels in interpreting upper paleolithic rock art. L. Holy (Ed.) *Comparative anthropology*. Oxford, Basil Blackwell: 240-259.
- LEMONIER, P.
- 1992 *Elements for an anthropology of technology*. Anthropological Papers, nº 88, Museum of Anthropology/University of Michigan, Michigan.
- LEROI-GOURHAN, A.
- 1984 *Evolução e técnicas (o homem e a matéria)*. Lisboa: Edições 70.
- 1984 *Evolução e técnicas (o meio e as técnicas)*. Lisboa: Edições 70.
- LÉVI-STRAUSS, C.
- 1976 O campo da Antropologia. Lévi-Strauss, C. *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 11-40.
- 1986 *O olhar distanciado*. Lisboa, Edições 70.
- MAUSS, M.
- 1974 Técnicas corporais. Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. Vol. II. EDUSP, São Paulo: 209-233.
- MEGGERS, B.J.; EVANS, C.
- 1977 Lowlands of South America and Antilles. J.D. Jennings (Ed.) *Ancient Native Americans*. San Francisco, W.H. Freeman and Company: 543-591.
- 1985 A utilização de sequências seriadas para inferir comportamento social. *Boletim Série Ensaios*, 3. Instituto de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro.
- MEILLASSOUX, C.
- 1978 Pesquisa de um nível de determinação na sociedade cinegética. E. A. Carvalho (Org.) *Antropologia Econômica*. São Paulo: Editora Ciências Humanas.
- MILLER, E.T.
- 1967 Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. M. Simões (Ed.) *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do primeiro ano (1965-1966)*. Publicações Avulsas, 6. Museu Paranaense Emílio Goeldi, Belém: 15-38.
- 1969a Pesquisas arqueológicas efetuadas no noroeste do Rio Grande do Sul. M. Simões (Ed.) *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do segundo ano (1966-1967)*. Publicações Avulsas, 10. Museu Paranaense Emílio Goeldi, Belém: 33-54.
- 1969b Pesquisas arqueológicas efetuadas no oeste do Rio Grande do Sul. M. Simões (Ed.) *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do terceiro ano (1967-1968)*. Publicações Avulsas, 12. Museu Paranaense Emílio Goeldi, Belém: 55-74.

- Avulsas, 13. Museu Paranaense Emílio Goeldi, Belém: 13-30.
- 1969c Resultados preliminares das escavações no sítio pré-cerâmico RS-LN-01: Cerrito Dalpiaz (abrigos-sob-rocha). *Iheringia Antropologia*, 1: 43-116.
- 1971 Pesquisas arqueológicas efetuadas no planalto meridional, Rio Grande do Sul. M. Simões (Ed.) *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quarto ano (1968-1969)*. Publicações Avulsas, 15. Museu Paranaense Emílio Goeldi, Belém: 37-70.
- 1974 Pesquisas arqueológicas em abrigos-sob-rocha no nordeste do Rio Grande do Sul. M. Simões (Ed.) *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quinto ano (1969-1970)*. Publicações Avulsas, 26. Museu Paranaense Emílio Goeldi, Belém: 11-24.
- PAUKETAT, T.; EMERSON, T.
- 1991 The ideology of authority and the power of the pot. *American Anthropologist*, 93 (4): 919-941.
- PFAFFENBERGER, B.
- 1988 Fetishised objects and humanised nature: towards an anthropology of technology. *Man*, 23 (2): 236-252.
- RAPPAPORT, R.
- 1968 *Pigs for the Ancestors: ritual in the ecology of a New Guinea People*. New Haven: Yale University Press.
- REEDY, C.; REEDY, T.
- 1994 Relating visual and technological styles in Tibetan sculpture analysis. *World Archaeology*, 25 (3): 304-320.
- RIBEIRO, P.A.M.
- 1979 Indústrias líticas do sul do Brasil: uma tentativa de esquematização. *Veritas*, 96: 471-494.
- 1991 Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA*, 18 (21): 1-192.
- RIBEIRO, P.A.M.; HENTSCHKE, O.
- 1976 Método para a classificação de pontas de projétil e algumas aplicações práticas. *Revista do CEPA*, 3: 1-71.
- ROE, P.
- 1995 Style, society, myth and structure. C. Carr; J. Neitzel (Eds.) *Style, Society and Person*. New York: Plenum Press.
- SACKETT, J.R.
- 1977 The meaning of style in archaeology: a general model. *American Antiquity*, 42 (3): 369-380.
- 1982 Approaches to style in lithic archaeology. *Journal of Anthropological Archaeology*, 1: 59-112.
- 1985 Style and ethnicity in the Kalahari: a reply to Wissner. *American Antiquity*, 50 (1): 154-159.
- 1986 Style, function and assemblage variability: a reply to Binford. *American Antiquity*, 51 (3): 628-634.
- 1993 Style and ethnicity in archaeology: the case for isochrestism. C. Conkey; C. Hastorf (Eds.) *The uses of style in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press: 32-43.
- SCHIFFER, M.B.
- 1992 Human behavior and artifacts. M.B. Schiffer (Ed.) *Technological perspectives on behavioral change*. University of Arizona Press: 1-21.
- SCHIFFER, M.B. SKIBO, J.
- 1997 The explanation of artefact variability. *American Antiquity*, 62 (1): 27-50.
- SCHMITZ, P.I.
- 1981 Indústrias líticas en el sur de Brasil. *Pesquisas-Antropologia*, 32: 107-130.
- 1984 Caçadores e coletores da pré-história do Brasil. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo.
- 1987 Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. *Journal of World Prehistory*, 1 (1): 53-126.
- STAHL, A.
- 1991 Etnic style and ethnic boundaries: a diachronic case study from West-Central Ghana. *Ethnohistory*, 38 (3): 250-275.
- WASHBURN, D.K.
- 1983 *Structure and cognition in art*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- WILLEY, G.; PHILLIPS, P.
- 1958 *Method and theory in American Archaeology*. Chicago: University of Chicago Press.
- WIESSNER, P.
- 1983 Style and social information in Kalahari San projectile points. *American Antiquity*, 48 (2): 253-276.
- 1985 Style or isochrestic variation? A reply to Sackett. *American Antiquity*, 50 (1): 160-169.
- 1993 Is there a unity to style? M. Conkey; C. Hastorf (Eds.) *The Uses of Style in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press: 105-121.

POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO DA CADEIA OPERATÓRIA DE PRODUÇÃO DE INSTRUMENTOS LÍTICOS – SÍTIO PEDREIRA (MT)

*Paulo Jobim Campos Mello**
*Sibeli Aparecida Viana**

MELLO, P.J.C.; VIANA, S.A. Possibilidades de interpretação da cadeia operatória de produção de instrumentos líticos – Sítio Pedreira (MT). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 11: 109-124, 2001.*

RESUMO: O presente artigo apresenta a cadeia operatória para a confecção de instrumentos líticos lascados em um dos sítios escavados durante o ‘Projeto de Resgate do Patrimônio Arqueológico da UHE Manso (MT)’.

UNITERMOS: Cadeia operatória – Indústria lítica – Estado do Mato Grosso.

Introdução

Os instrumentos líticos dominaram o conjunto de material arqueológico por um grande período na maior parte do mundo. Não é surpresa, portanto, que as tendências de análise do material lítico tenham seguido a trajetória comum de análise da arqueologia em geral (Odell 1996).

Como podemos ver em Karlin; Bodu & Pelegrin (1991), a pré-história, desde o século XVIII, consagrou a maior parte de seus esforços no estabelecimento de um quadro crono-cultural. Esse objetivo fez com que se focalizasse o interesse sobre os testemunhos cuja intencionalidade era mais clara e imediatamente acessível pela observação direta (instrumentos líticos retocados, cerâmicas

decoradas etc.), tornando também mais clara a percepção da mudança cultural. Assim, os artefatos mais característicos de certos estratos eram utilizados como ‘fósseis diretores’, permitindo o reconhecimento e ordenação da sucessão das *facies* industriais e das culturas que eles identificavam.

A maioria dos estudos das indústrias líticas pré-históricas, portanto, restringia-se à descrição e à classificação de somente uma fração dos testemunhos, em detrimento de uma interpretação mais geral das atividades técnicas nas quais esses testemunhos se inserem.

Não faz muito tempo que a pré-história, com André Leroi-Gourhan na década de 1950, ampliou esses objetivos: as atividades técnicas, cujos objetos são os testemunhos materiais, tornaram-se um campo de pesquisa.

Se o estudo tipológico ‘clássico’ das indústrias provou seu valor para uma primeira identificação cultural dos grupos graças à comparação das indústrias (cronologia – tempo de longa duração), convém se chegar

(*) Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás.

hoje a uma melhor precisão do que essa indústria testemunha (cotidiano – tempo de curta duração) (Karin; Bodu & Pelegrin 1991).

É possível perceber, portanto, que o conjunto lítico resulta de uma série complexa de inter-relações envolvendo seleção de matéria-prima, economia de debitagem, técnica de lascamento, função de sítio e sistema de assentamento/subsistência. Assim, se se deseja obter dados significativos sobre o comportamento humano, deve-se analisar o conjunto inteiro de relações (Thacker 1996).

Foi essa a abordagem utilizada para a análise do material lítico da área afetada pela construção da UHE Manso (MT).¹ Pretendemos, nesse artigo, mostrar o início dessa análise, com a cadeia operatória de um dos sítios escavados.

1. Área da pesquisa

A construção da barragem da UHE Manso (localizada nas coordenadas N 8.355.500 e S 631.000) formou um lago de aproximadamente 429 km², abrangendo parte dos municípios de Chapada dos Guimarães, Rosário do Oeste e Nova Brasilândia. A área afetada pelo empreendimento mostrou-se extremamente rica em termos arqueológicos, tendo sido localizados 92 sítios arqueológicos pré-históricos, sendo que 60 dentro da área a ser diretamente afetada e os restantes nas suas imediações.

Será apresentada, no presente artigo, a análise do material lítico do sítio Pedreira, um dos sítios escavados durante o projeto de resgate. Esse sítio localiza-se nas coordenadas UTM 21.636598 E / 8.334039 N. Está implantado em um terreno com declividade inferior a 10%, a cerca de 20 m de um pequeno córrego e a 1.250 m do rio principal, o rio Quilombo.

O material está disperso por uma área de aproximadamente 14.000 m², onde foram realizadas 53 sondagens de 1x1 m, além de ter sido delimitada uma área de 400 m², na qual coletou-se material de superfície (Prancha 1).

(1) Projeto em desenvolvimento pelo IGPA/UCG em convênio com FURNAS Centrais Elétricas desde 1999.

No total, foram coletadas 376 peças líticas,² havendo o predomínio do arenito (338 peças), aparecendo, ainda, o sílex (34 peças), calcedônia (duas peças) e o quartzo (duas peças).³

O material aparece desde a superfície até os 40 cm de profundidade, sendo que a grande maioria das peças, 335, correspondendo a 90,8%, foi recolhida até os primeiros 10 cm.

Em relação ao peso geral⁴ desse material, é possível ver também o predomínio do arenito sobre as demais matérias-primas: 50.955 g de arenito, representando 83,86% do geral de material do sítio, 9.765 g de sílex, representando 16,07% e 45 g de quartzo, representando 0,07%.

Foram identificadas duas técnicas de lascamento – a unipolar e a bipolar, nos três tipos de matéria-prima.

2. O material arqueológico em arenito⁵

O material em arenito pode ser dividido nas seguintes categorias: 281 lascas (sendo 208 inteiras, 72 fragmentos proximais e uma lasca de refrescamento de plano de percussão de núcleo unipolar), oito núcleos unipolares, sete suportes retocados, 12 instrumentos utilizados brutos, 22 lascas bipolares sobre seixo, oito núcleos bipolares.⁶

2.1. Núcleos unipolares

Foram considerados como núcleos unipolares os blocos de matéria-prima rochosa, dos quais foram retiradas lascas para obtenção de instrumentos (Tixier *et al.* 1980).

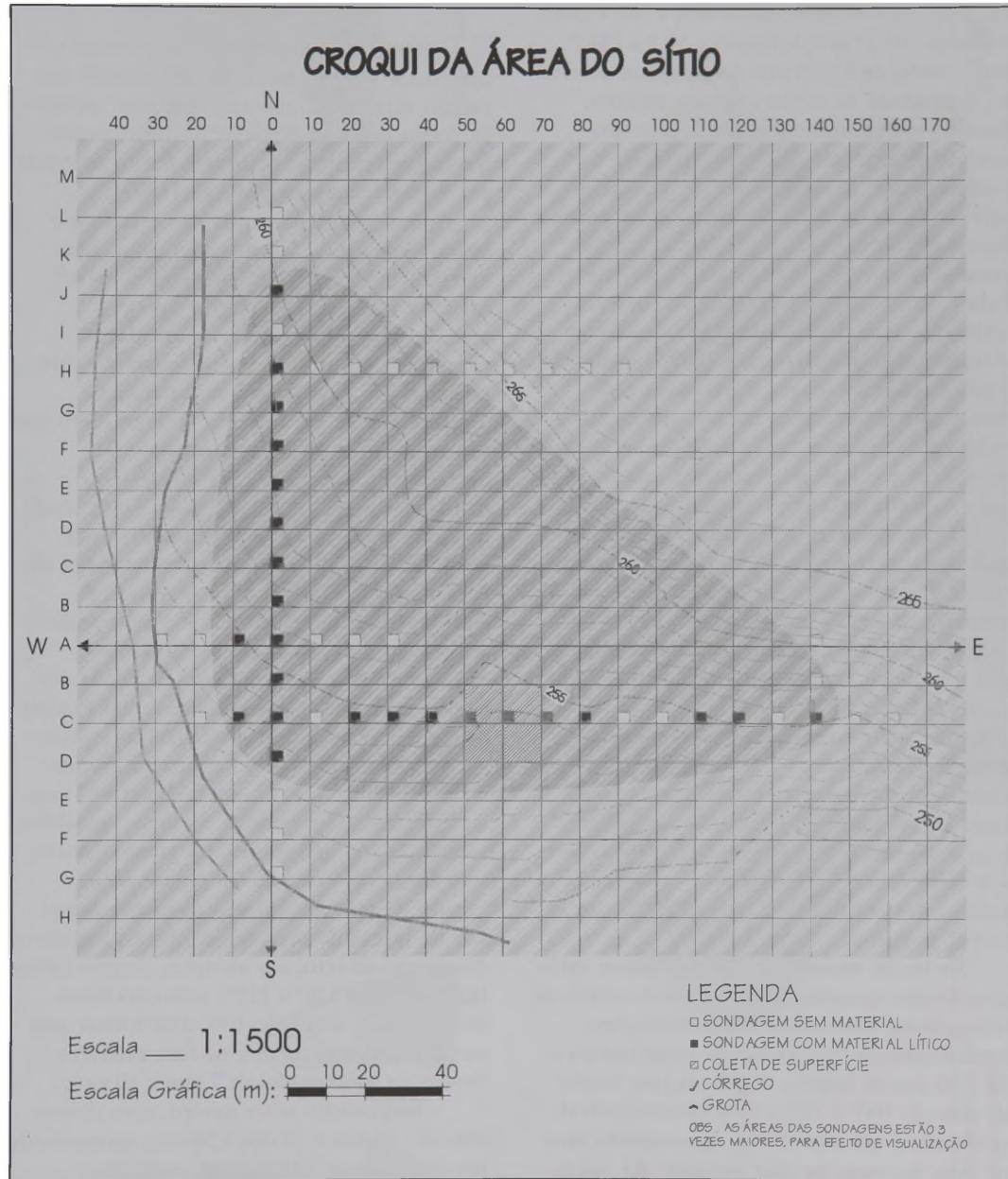
(2) Não foram computados os fragmentos de lasca e de matéria-prima, que só foram pesados.

(3) Não há evidências de ação de fogo sobre o material.

(4) Aqui, foram incluídas todas as categorias do material: lascas, fragmentos de lascas, instrumentos, núcleos, fragmentos de núcleos, percutores e fragmentos de matéria-prima.

(5) Só o material em arenito, que apareceu num maior número de peças e do qual foi possível esboçar a cadeia operatória, será descrito com mais minúcia.

(6) Para a descrição detalhada dessas peças cf. Viana, Mello; Barbosa (2002).



PRANCHAS 1

A análise tecno-morfológica dos oito núcleos da coleção demonstrou que esses suportes eram obtidos a partir de seixos grandes, medindo de 54 a 98 mm e média de 72,35 mm de comprimento; de 86,4 a 164,4 mm e média de 109,33 mm de largura e 57,8 a 144,7 mm e média de 87,95 mm de espessura. Acerca da intensidade de exploração dos núcleos, ressalte-se que nenhum deles se encontra totalmente esgotado. Sobre a qualidade da matéria-prima, observou-se que os núcleos apresentam-se com matéria-prima homogênea, com ausência de intrusões, assim como de grandes negativos refletidos na superfície. Essas informações, associadas ao contexto ambiental onde o sítio esteve instalado, com abundância de matéria-prima de boa qualidade à sua disposição, levam a supor que não houve uma economia de matéria-prima; em outras palavras não houve uma preocupação em exploração total do suporte, já que no seu entorno havia grande disponibilidade.

O fato de todos apresentarem forma globular leva a pensar em métodos semelhantes de gestos de exploração desses núcleos. A presença de uma lasca de refrescamento indica, por sua vez, prolongamento de exploração do núcleo, recuperando os ângulos aptos para *debitage*.

Pela análise dos negativos dos núcleos, pode-se inferir que as lascas debitadas se classificam em dois tipos: uma maior – resultante da produção de lascas tanto na fase inicial, de descorticagem, como de *debitagem* – e outra menor, que pode estar relacionada ao reforço das arestas do núcleo ou produção de lascas pequenas.

As lascas maiores resultantes teriam saído com formas quadrangulares, semi-circulares ou triangulares, com talões lisos, dimensões aproximadas de 20 a 87 mm de comprimento e 31 a 60 mm de largura, ângulo da face interna do talão de 100° a 120° e face externa cortical, semicortical ou sem córtex, apresentando uma ou duas nervuras na face superior. As lascas menores, por sua vez, teriam saído com formas quadrangulares, semicirculares ou triangulares, com talões lisos e lineares, dimensões aproximadas de 10 a 33 mm de comprimento e 7 a 32 mm de largura, ângulo da face interna do talão de 95° a 110° e face externa lisa, podendo

apresentar face superior lisa ou com uma ou duas nervuras.

2.2. Instrumentos modificados por retoques

Foram classificados sete instrumentos, compostos por retoques que não formam um padrão específico, não apresentando, portanto, forma definida (Prancha 2). Instrumentos tecnologicamente semelhantes foram descritos por Fogaça; Sampaio e Molina (1997).

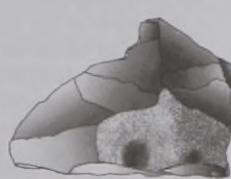
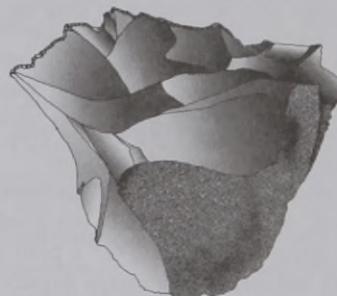
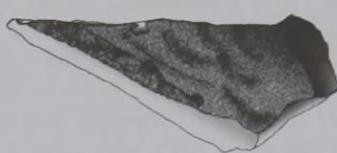
Todos os instrumentos são espessos e pouco elaborados. São raras as peças que apresentam marcas de *façonnage*, caracterizando-se por terem formas grosseiras e preliminares. As atividades de moldagem, executadas em poucos instrumentos do sítio Pedreira, não se assemelham à definição proposta por Tixier; Inizan & Roche (1980) que as caracterizam como uma sucessão de operações de lascamento cujo objetivo é moldar o instrumento pretendido. Os retoques localizados nos instrumentos também são pouco elaborados e pouco representativos nas peças, ou seja, estão dispostos em áreas aleatórias, não formando um padrão específico e, portanto, não se caracterizando como atividades finais que, conforme definição dos autores acima mencionados, teria como finalidade dar o acabamento final ou reavivar a peça.

– Instrumento sobre suporte indeterminado, com dimensões 42 mm x 31 mm x 17 mm. Apresenta retoques curtos e longos, paralelos, sobre nervura, delineando um gume côncavo, com ângulo de cerca de 60° e peso de 20 gramas. O instrumento não apresenta negativos de lascas de *façonnage*; apenas negativos das lascas de retoques abruptas (ângulo talão/face interna de 120° a 125°), com uma forma semi-circular, com talão liso, com apenas uma ou sem nenhuma nervura na face externa e dimensões aproximadas de 7 mm x 10 mm;

– Instrumento sobre núcleo, com dimensões de 121 mm x 70 mm x 56 mm, apresentando retoques longos, alternantes, paralelos, delineando um gume convexo, com ângulo de cerca de 50° e peso de 460 gramas. O instrumento apresenta negativos de lascas retoques, que se apresentariam com inclinação semi-abrupta (ângulo talão/face interna de 105°), com forma triangular, talão liso, uma ou duas

PRANCHA 2

INSTRUMENTOS



DESENHOS: Ernesto Tedesco Reis
Renata de Godoy

nervuras na face externa e dimensões aproximadas de 9 mm x 9 mm;

– Instrumento sobre lasca, com dimensões de 164 mm x 118 mm x 63 mm, apresentando retoques longos, diretos, paralelos, no bordo direito e nas partes mesial e distal, formando duas *coches*, com ângulo de cerca de 70° e peso de 1.090 gramas. O instrumento apresenta negativos de lascas de *façonnage* e de lascas de retoque. As lascas de *façonnage* seriam semi-abruptas (ângulo talão/face interna de 105°), apresentando formas triangulares ou quadrangulares, talão liso, com uma ou nenhuma nervura na face externa e dimensões de 71 mm x 61 mm. As lascas de retoques resultantes seriam também semi-abruptas (ângulo talão/face interna de 105°, aproximadamente), quadrangulares e com talão liso relativamente espesso, apresentando uma nervura na face externa e dimensões aproximadas de 18 mm x 45 mm;

– Instrumento sobre lasca de seixo fragmentado, com dimensões de 120 mm x 98 mm x 45 mm; apresentando retoques longos, diretos, escamosos, delineando um gume convexo, com ângulo de cerca de 70° e peso de 520 gramas. O instrumento apresenta negativos de lascas de retoque as quais teriam inclinação semi-abrupta e abrupta (ângulo talão/face interna de 110°, aproximadamente), triangulares e quadrangulares com talão liso, apresentando uma ou duas nervuras na face externa e dimensões aproximadas de 19 a 30mm x 14 a 26 mm;

– Instrumento sobre lasca fragmentada, com dimensões de 132 mm x 117 mm x 52 mm, apresentando uma sequência de retoques localizada na porção direita da peça: apresenta retoques longos, diretos, delineando um gume côncavo, com ângulo de cerca de 60° e peso de 755 gramas. O instrumento apresenta negativos de lascas, as quais seriam semi-abruptas (ângulo talão/face interna de 120°, aproximadamente), com forma triangular e quadrangular, talão liso, uma nervura na face externa e dimensões aproximadas de 36 mm x 30 mm;

– Instrumento sobre suporte indeterminado, com dimensões de 79 mm x 55 mm x 39 mm, apresentando retoques diretos, longos, formando uma *coche*, com ângulo de cerca de 55° e peso de 150 gramas. O instrumento apresenta negativos de lascas de retoque que

teriam inclinação semi-abruptas (ângulo talão/face interna de 120°), apresentando forma triangular, talão liso, face superior com uma nervura e dimensões de 32 mm x 39mm;

– Instrumento sobre suporte indeterminado, com dimensões de 104 mm x 56 mm x 42 mm, apresentando retoques diretos curtos, paralelos, formando uma *coche*, com ângulo de cerca de 70° e peso de 155 gramas. O instrumento apresenta negativos de lascas de *façonnage* e de lascas de retoque. As lascas de *façonnage* seriam semi-abruptas (ângulo talão/face interna de 110°), apresentando formas triangulares ou quadrangulares, talão liso, com uma ou nenhuma nervura na face externa e dimensões de 39 mm x 26 mm. As lascas de retoques resultantes seriam semi-abruptas (ângulo talão/face interna de 105°), com forma triangular ou quadrangular, talão liso, apenas uma nervura na face externa e dimensões aproximadas de 9 mm x 13 mm.

Tendo em vista que não foi verificada uma diferença em termos tecnológicos entre esses instrumentos, mesmo entre aqueles com evidências de negativos de *façonnage*, dividiram-se esses materiais em duas categorias de instrumentos, tomando por base seu aspecto morfológico:

1 – composta por peças espessas, sobre lascas ou massa central, sendo a maioria com matéria-prima recuperada sob forma de seixo. Os instrumentos dessa categoria medem de 164 a 131 mm de comprimento e 117 a 170 mm de largura e espessura de 62 a 45 mm. Apresentam uma sequência de retoques, os quais estão representados nas posições diretas ou alternantes, em formas paralelas, sub-paralelas ou escamosas, longas ou curtas, formando gumes em *coches*, com ângulos que variam de 50° a 80°. Somente um instrumento apresentou marcas, embora grosseiras, de tentativa de *façonnage*. Pela análise dos negativos, observou-se que essas lascas teriam formas triangulares e quadrangulares, com talões lisos e inclinação sempre semi-abrupta (ângulo da face interna/talão de 105° a 120°). Os comprimentos são de cerca de 61 e 71 mm e face superior lisa ou com uma nervura, enquanto as lascas de retoques resultantes teriam formas triangulares e quadrangulares, de talões lisos e inclinação semi-abrupta, sendo que somente uma apresentou-se abrupta (ângulo da face interna/talão de 100° a 130°). Os comprimentos variam de 9 a 36 mm e de largura de 9 a 45 mm, apresentando face superior com uma ou duas nervuras;

2 – a outra categoria caracteriza-se por peças menores, sobre lasca ou suporte não-determinado, apresentadas em seixos ou em categorias não determinadas. Os instrumentos dessa categoria medem de 42 a 104 mm de comprimento, 31 a 56 mm de largura e espessura de 17 a 42 mm, apresentando somente uma seqüência de retoques, os quais estão representados nas posições diretas ou em nervura, em formas paralelas às escamosas, longos ou curtos, formando gumes côncavos, em *coches* ou retilíneos com ângulos que variam de 55° a 70°. Somente uma peça apresentou evidências de atividades de *façonnage*.

Pela análise dos negativos, observou-se que saíram lascas de *façonnage* de formas triangulares e quadrangulares, com talões lisos e inclinação semi-abrupta (ângulo da face interna/talão de 110°). Os comprimentos dessas lascas são de cerca de 39 mm e largura de 26 mm, apresentavam face superior lisa ou com uma nervura. As lascas de retoques resultantes teriam formas triangulares, quadrangulares ou semi-circulares, com talões lisos e inclinação semi-abrupta e abrupta (ângulo da face interna/talão de 105° a 140°). Os comprimentos variavam de 7 a 32 mm e de 10 a 45 mm de largura, apresentando face superior lisa ou com uma nervura.

2.3. Instrumentos utilizados brutos

Dentre os instrumentos não-modificados desse sítio, estão 11 percutores, todos em seixo, de tamanhos e pesos variados, o que sugere que esses percutores estariam relacionados a diferentes etapas de produção dos instrumentos. O comprimento maior deles é 132 mm, o menor é 79 mm, com média de 105,6 mm, a largura maior é 117 mm, a menor é 55 mm, com média de 76,4 mm e a espessura maior é 52 mm, a menor é 39 mm, com média de 43,4 mm. Apresentam marcas de uso, localizadas nas superfícies aplanadas, provavelmente por causa de atividade relacionada à percussão bipolar e vestígios em diversos pontos das superfícies laterais das peças.

O outro instrumento dessa categoria foi classificado como um triturador, apresentando em uma de suas faces marcas de intenso picoteamento ou amassamento, que indicam esta atividade.

2.4. Lascas unipolares

Foram consideradas como lascas peças que apresentam estígmas característicos de lascamento por percussão unipolar: bulbo, talão, ondas de percussão etc. (Tixier; Inizan & Roche 1980) e lascas bipolares sobre seixo, as quais apresentam características dessa técnica (Prous 1986/1990). Essa categoria foi subdividida em: lascas inteiras, lascas fragmentadas (presença da porção proximal) e fragmentos de lascas (porção mesial e/ou distal). Foram tabuladas somente as lascas inteiras e as fragmentadas, enquanto os fragmentos foram somente pesados (Prancha 3).

As características tecnológicas, como podem ser observadas a seguir, em geral, coincidem com os negativos observados nos núcleos, bem como aqueles localizados nos instrumentos, o que denota uma possibilidade de inter-relação entre essas classes.

As lascas pesaram 22.545 g, representando 44,24% do total do arenito presente no sítio. Quanto à cor, dez são brancas, oito cinza, 110 avermelhadas e 152 amareladas. A maioria das lascas unipolares (173) não apresenta córtex. Em seguida, aparecem aquelas que apresentam uma pequena reserva cortical (69), depois as semi-corticais (29) e, por último, as inteiramente corticais (9). A maioria delas é de seixo.

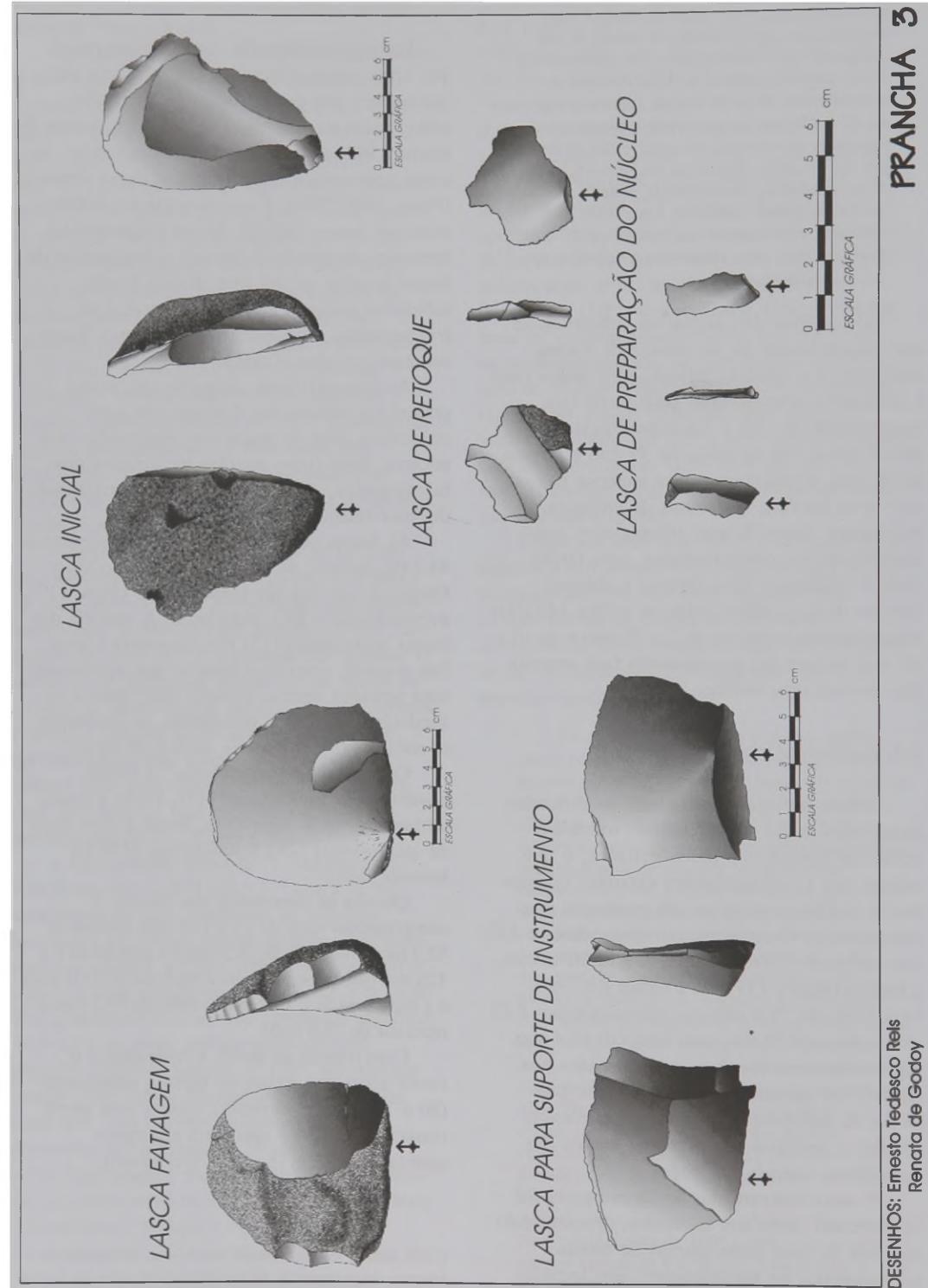
Com respeito à morfologia,⁷ a forma quadrangular predomina (113), vindo a seguir a triangular (45). Aparecem, ainda, a com mais de quatro lados (29), a subcircular (15) e a laminar (seis).

Quanto às dimensões das lascas, o comprimento varia de 10 a 139 mm (média de 52,2 mm e mediana de 48,5 mm), a largura de 8 a 126 mm (média de 52,2 mm e mediana de 47,0 mm) e a espessura de 2 a 59 mm (média de 19,2 mm e mediana de 18,0 mm).

Com relação ao perfil, o helicoidal e o curvo aparecem quase na mesma quantidade (80 e 73, respectivamente). Lascas com perfil convexo e retilíneo aparecem em menor quantidade (37 e 18, respectivamente).

(7) A análise da morfologia das lascas, do perfil, do número de nervuras e dimensões, foi restrita às lascas unipolares inteiras.

PRANCHA 3



Quanto ao número de nervuras na face externa, a maior parte apresenta apenas uma (67), vindo a seguir aquelas que apresentam três ou mais (41). Também aparecem aquelas que não apresentam nenhuma (35), duas (22), em Y invertido (18), em Y (12), em T (uma), duas paralelas (oito) e uma vertical (quatro).

O talão liso é o predominante, aparecendo em 188, vindo a seguir o cortical (50) e o linear (18). Aparecem, ainda, o talão esmigalhado (sete), em asa de pássaro (cinco), diedro (três), facetado, em vírgula e puntiforme (um de cada tipo).

Em relação ao ângulo do talão/face interna, este varia de 90° a 140° (média de 105,8° mm e mediana de 110,0° mm).

Quanto ao comprimento do talão, pode-se perceber que apresenta uma grande variação, indo de 3 até 108 mm (média de 31,5 mm e mediana de 27,0 mm).

O mesmo acontece em relação à espessura do talão, que varia de 1 a 51 mm (média de 13,8 mm e mediana de 11,0 mm).

Quanto ao acidente de lascamento, 56 lascas (20% do total) apresentam algum tipo, sendo o *siret* o mais comum (46). Aparecem, ainda, lascas refletidas (4), com lingueta (4) e transbordantes (2).

2.5. *Lasca de refrescamento*

Foi identificada uma lasca de refrescamento de plano de percussão medindo 94 mm de comprimento, 42 mm de largura e 24 mm de espessura e pesando 90 g, que apresenta, em sua superfície, vários negativos de retirada de lascas, orientados em diversas direções.

2.6. *Lascas e núcleos bipolares*

Quanto ao material obtido pela técnica bipolar, foram identificadas 22 lascas e oito núcleos sobre seixo.

Em relação às dimensões das lascas, o comprimento varia de 30 a 99 mm (média de 64,1 mm e mediana de 60,5 mm), a largura de 12 a 48 mm (média de 33,0 mm e mediana de 33,5 mm) e a espessura vai de 8 a 50 mm (média de 20,4 mm e mediana de 19,0 mm).

Já quanto às dimensões dos núcleos, o comprimento varia de 37 a 117 mm (média de

77,6 mm e mediana de 66,5 mm), a largura de 16 a 100 mm (média de 57,4 mm e mediana de 59,5 mm) e a espessura de 16 a 66 mm (média de 35,9 mm e mediana de 30,5 mm).

2.7. *Fragmentos de lascas*

Foram classificadas nessa categoria todas as lascas que não apresentavam porção proximal. Estão inseridas nessa categoria 3,765 gramas, que representam 7,39% do total de material de arenito.

2.8. *Fragmentos de matéria-prima*

Todo o material que não apresentava vestígio de lascamento foi introduzido nessa categoria. No total, foram registrados 6,620 gramas de matéria-prima, que representam 12,99% do total de material de arenito.

3. Análise comparativa: negativo dos instrumentos x negativos dos núcleos x detritos de lascamento

A análise comparativa das características dos negativos dos instrumentos e dos núcleos com as lascas presentes da coleção constatou uma possível inter-relação entre essas categorias.

Com o objetivo de averiguar essa inter-relação em nível estatístico, trabalhou-se primeiramente com a categoria de dimensão das lascas (largura e comprimento), com o intuito de averiguar diferenças entre elas; posteriormente, trabalhou-se com ângulo de talão e com presença de córtex, buscando uma diferença para as lascas de dimensões pequenas, de retoque e de preparação de núcleo; um outro teste foi realizado, agora utilizando as dimensões de comprimento, largura e espessura das lascas maiores; buscando diferenças ainda entre os tipos de lascas de descorticagem e as de *façonnage*, foi realizado um teste utilizando as variáveis de comprimento e presença de córtex na face externa e, finalmente com o objetivo de refinar o teste anterior, trabalhou-se com as categorias de tipo de talão e presença de córtex na face externa.

O primeiro teste, no qual foram utilizados a largura e o comprimento das lascas, mostra um *continuum*, não podendo perceber-se nenhuma divisão entre os diferentes tipos de lascas (retoque, preparação de núcleo, descorticagem, *façonnage*, *debitagem* para obtenção de suporte para instrumento) em relação a esses atributos (Fig. 1).

A partir da observação dos negativos existentes nos núcleos e instrumentos, no entanto, nota-se que as lascas referentes às atividades de retoque e preparação de núcleo apresentam dimensões menores (não ultrapas-

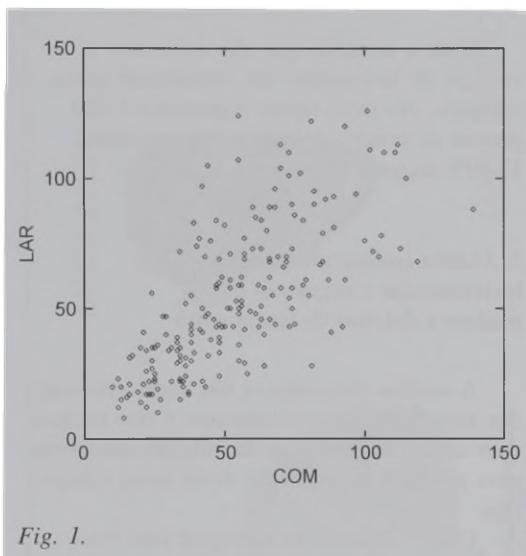


Fig. 1.

sam os 30 mm de comprimento ou 35 mm de largura) que as dos outros tipos.

Trabalhando-se com esse grupo de lascas menores, e ainda por meio da observação dos negativos dos instrumentos e dos núcleos, pode-se tentar distinguir aquelas referentes às atividades de retoque das ligadas à preparação de núcleos tanto pela presença de córtex (enquanto as primeiras apresentam-se sem córtex ou com apenas uma reserva cortical, as últimas podem apresentar-se, também, semicorticais) como pelo ângulo talão/face interna (as primeiras apresentam ângulo maior que 100°, enquanto as últimas têm ângulo menor que 120°).

Assim, foram identificadas 21 possíveis lascas de retoque e 34 possíveis lascas de

preparação de núcleo (sendo que 14 lascas podem pertencer a qualquer um dos grupos) (Fig. 2).

Quanto ao grupo de lascas maiores, no qual estariam representadas as lascas de descorticagem, *façonnage* e que serviriam para suportes de instrumentos, essas últimas podem ser diferenciadas das demais pelas suas grandes dimensões (comprimento maior que 100 mm, largura maior que 80 mm e espessura

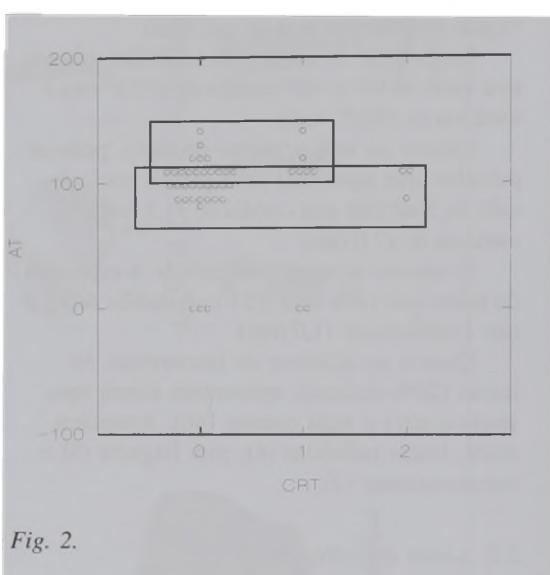


Fig. 2.

maior que 30 mm), características observadas nos instrumentos fabricados sobre lasca. Dentro da coleção há apenas cinco lascas com essas características (Fig. 3).

Para fazer a diferenciação entre as lascas de descorticagem e as de *façonnage*, uma vez que elas apresentam dimensões semelhantes, pode ser usada a quantidade de córtex: as primeiras apresentam-se inteiramente ou semicorticais e as últimas mostram-se sem córtex, com uma pequena reserva ou, também, semicorticais (Fig. 4).

É possível notar que as lascas semicorticais podem pertencer a qualquer uma das duas categorias. Esse grupo ambíguo pode ser diminuído com a utilização do tipo de talão: enquanto as lascas de descorticagem podem apresentar talão liso ou cortical, nas de *façonnage* dificilmente apareceria este último tipo de talão. Assim,

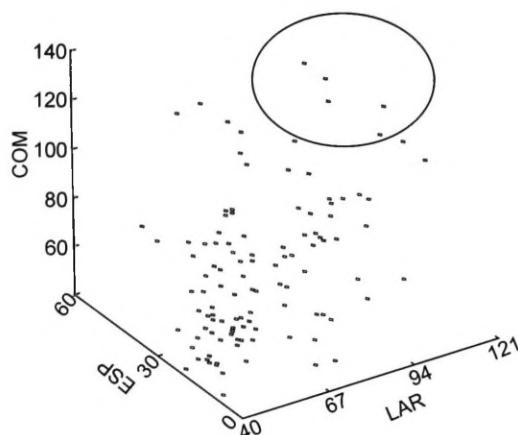


Fig. 3.

as lascas que poderiam pertencer a estas duas categorias ficam reduzidas ao número de nove (Fig. 5).

No total, portanto, as lascas de descorticagem aparecem em número de 20 e as de *façonnage* em número de 36 (lembrando que nove delas podem pertencer a qualquer um desses dois grupos).

4. Reconstituição da cadeia operatória

A reconstituição da cadeia operatória do sítio Pedreira só foi possível pela identificação

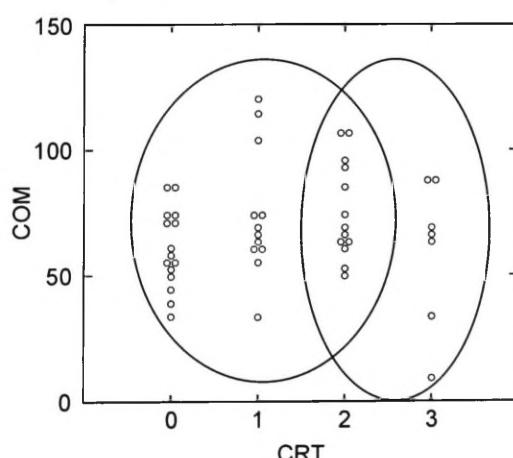


Fig. 4.

de uma inter-relação entre os núcleos, os instrumentos e os detritos de lascamentos presentes na coleção. A análise comparativa desses elementos demonstrou a possibilidade de essas categorias terem sido organizadas (desencadeadas) numa série de operações que, segundo Balfet (1991), são como malhas indispensáveis e dependentes de uma cadeia operatória.

Essa cadeia operatória está caracterizada por três fases (Prancha 4), sendo a primeira realizada fora do sítio e as demais realizadas no interior do assentamento, identificadas na coleção ou inferidas a partir dos detritos de lascamento.

A primeira fase, denominada *Obtenção de Matéria-Prima*, realizada fora do sítio consti-

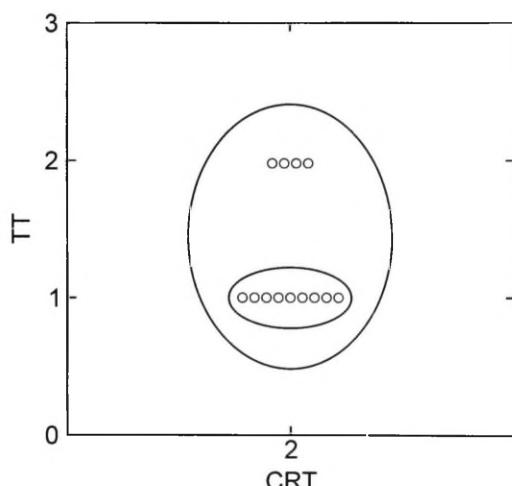
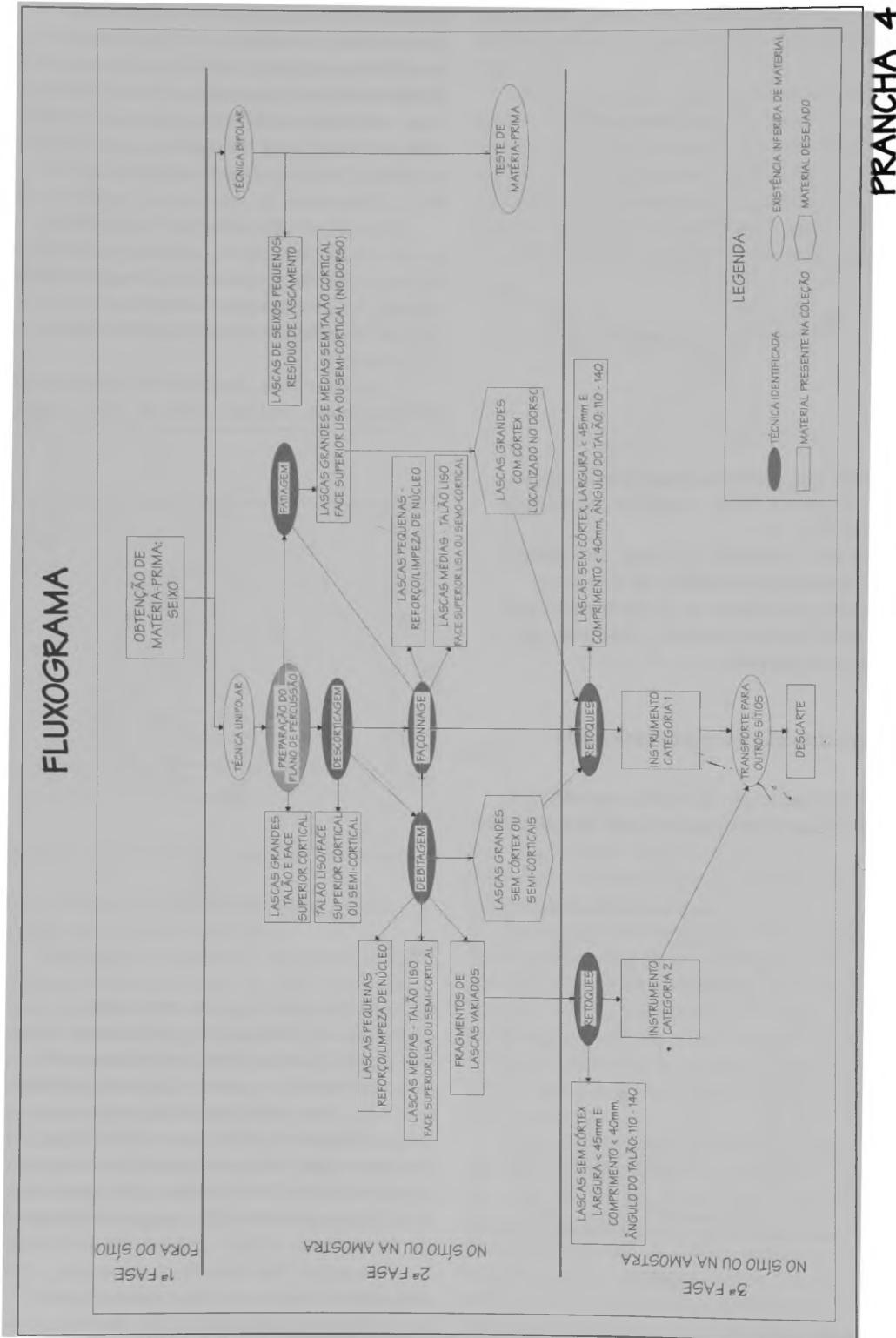


Fig. 5.

tui-se na primeira etapa de uma cadeia operatória de fabricação de instrumento lítico. No sítio Pedreira, as matérias-primas mais utilizadas foram os grandes seixos de arenito e de silex, que poderiam ser adquiridos na área de entorno do sítio (num raio de 5 km), presentes tanto nos rios secundários, como naquele de maior porte da área, o rio Quilombo, localizado a cerca de 1.250 metros de distância do sítio.

A segunda fase da cadeia operatória, realizada no interior do sítio, caracteriza-se pela produção propriamente dita dos instru-

FLUXOGRAMA



mentos, elaborados pelas técnicas unipolar e bipolar. Através do lascamento unipolar, predominante na coleção, foi se desencadeando uma série de gestos que, a partir de seqüências previsíveis, teriam transformado a matéria-prima no instrumento desejado. Nessa fase, estão inseridas desde as primeiras etapas, como a preparação do plano de percussão, até a produção de suportes para a produção de instrumentos. Os suportes dos instrumentos foram adequados a partir de métodos distintos de lascamento: debitagem, *façonnage* e fatiagem de seixo, cujas seqüências de operações foram identificadas da seguinte forma:

1 – Atividades de debitagem – durante ou após as atividades de descorticagem, utilizando um plano de percussão preparado ou não, as lascas grandes, assim como os fragmentos de matéria-prima, seriam utilizados como suporte para instrumentos. Ressalta-se que lascas bastante espessas também poderiam passar por atividades de *façonnage* e somente depois serem finalizadas (retocadas);

2 – atividades de *façonnage* – dos grandes seixos teria sido retirada uma lasca inicial; seu negativo teria criado o plano onde as lascas de *façonnage* sairiam com talão liso, face externa cortical no início e, posteriormente, semi-cortical e sem córtex. Após a *façonnage* da massa central, o instrumento tomaria sua forma final através das seqüências de retoques;

3 – atividades de fatiagem – dos grandes seixos teria sido retirada uma lasca cortical; posteriormente, sairiam outros tipos de lascas, porém não utilizando o plano de percussão criado, mas “fatiando” o seixo, ou seja, as lascas sairiam com talão cortical, mas com face externa semi-cortical, com córtex localizado no dorso da lasca. Ressalta-se que lascas espessas poderiam ser moldadas por atividades de *façonnage* antes de serem retocadas.

Ao final dessa segunda fase, a base de produção dos instrumentos estaria finalizada, sendo concluída na terceira etapa com as retiradas de retoque. Essa terceira fase poderia ser desenvolvida no interior do sítio, onde seriam produzidos instrumentos dos tipos 1 e 2, cujas descrições já foram apresentadas, ou transportada para outros assentamentos, onde instrumentos mais elaborados seriam confeccionados. A hipótese de transporte de material preparado está sustentada na própria diversidade de produção de suportes, associa-

da à quantidade expressiva desse material, às características *grosseiras* dos instrumentos e ao contexto do próprio sítio, situado numa cascalheira. Pensa-se que o limite dessa cadeia operatória não seja unicamente a produção desses artefatos rústicos, mas sim a elaboração de peças mais refinadas que pudessem atender a finalidades específicas. Essas peças teriam sido finalizadas e aproveitadas em outros assentamentos da região que mantivessem alguma inter-relação com o sítio Pedreira. Essa estratégia permite que o gasto de energia seja dissipado de modo positivo, de forma que não seja transportada matéria-prima que não atenda às necessidades previstas.

Nesse sentido, estudo em nível de detalhe a ser desenvolvido *a posteriori* pretende não só encontrar em outros assentamentos da região coleções líticas cujos suportes para os instrumentos já estão preparados, sem a primeira fase da cadeia operatória, mas também elementos tecnológicos que possam inter-relacioná-los.

5. Distribuição espacial

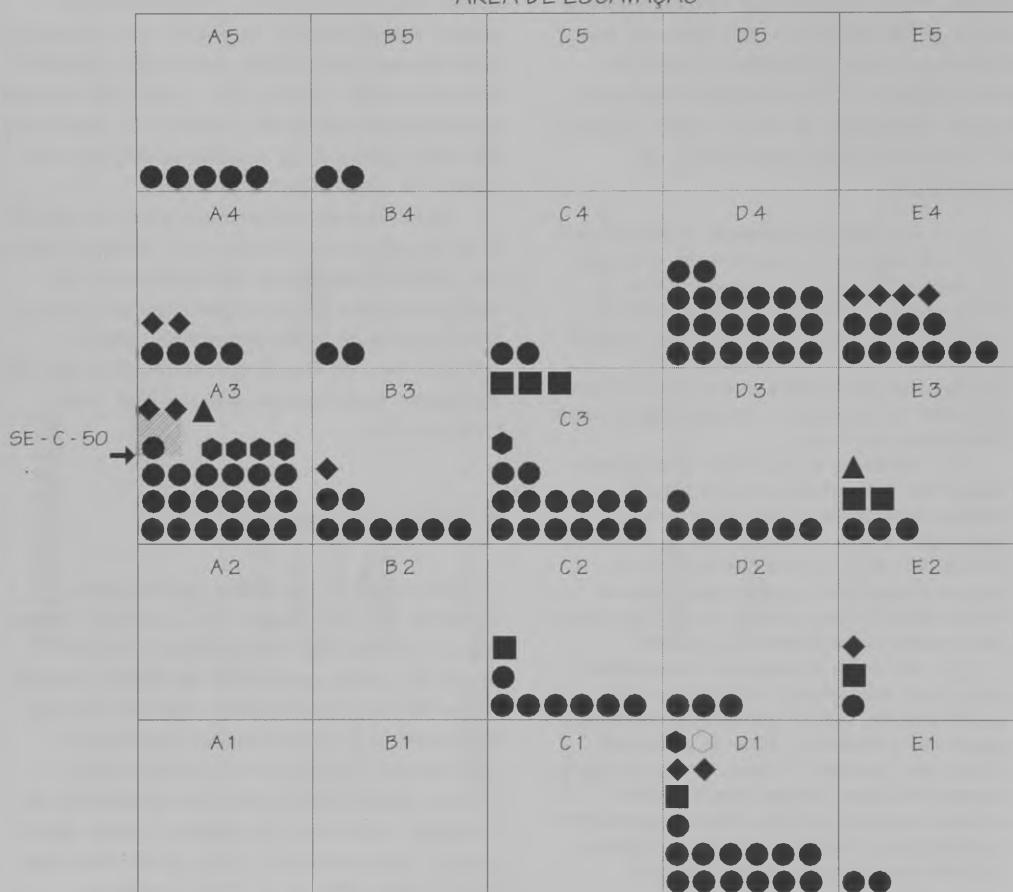
Baseando-se em dados gerais como, tamanho do sítio, deposição de refugo arqueológico, implantação topográfica e reconstituição da cadeia operatória, há fortes possibilidades de esse assentamento não ter sido de habitação, mas de atividades específicas, relacionado à produção de instrumentos líticos, elaborados a partir das estratégias de fatiagem, *façonnage* e *debitage*. Esses instrumentos apresentam-se, como já demonstrado, pouco elaborados e, de modo geral são grandes e toscos, os quais poderiam ser transportados para outros sítios para servirem de suportes de peças mais elaboradas ou utilizadas como tal.

No entanto, a análise da distribuição espacial do material lítico em arenito ficou comprometida por causa do estado de preservação do sítio, pela baixa densidade de material e pelo método de escavação, os quais não propiciaram a identificação de área específica de produção dos instrumentos.

Na área de escavação (Prancha 5), observa-se pouca densidade de material lítico,

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL MATERIAL LÍTICO

ÁREA DE ESCAVAÇÃO



LEGENDA

- ◆ INSTRUMENTO
 - NÚCLEO
 - ▲ PERCUTOR
 - LASCA UNIPOLAR
 - ◆ MATERIAL BIPOLAR
 - PERCUTOR/BIGORNA
 - SONDAGEM

Escala 1:150

Escala Gráfica (cm): 

FRANCHA 5

disperso em sentido oblíquo, visualmente perceptível na direção NO/SE, enquanto nas extremidades ocorre ausência de materiais. Esses dados não sustentam a preservação de ateliês originalmente bem delimitados, ainda que fossem posteriormente alterados.

A relação observável entre algumas categorias tecnológicas que, ao menos teoricamente, deveriam estar interligadas, não sustenta a possibilidade de se reconhecer ateliês de lascamento pouco perturbados: a proporção entre núcleos (oito peças) e lascas em geral (140 peças) é de apenas 1:18. Deve-se atentar para o fato de que se no grupo de lascas estão incluídas aquelas resultantes de *façonnage*, retoque etc., esta relação deve ser ainda menor.

Se tomarmos apenas as lascas corticais (sete peças), que estão estreitamente ligadas à *debitage*, a proporção é de aproximadamente 1:0,88, inferior ao que seria de se esperar em se tratando de seixos recuperados no curso d'água localizado próximo.

Por outro lado, comparando-se os dados da área de coleta (área contínua) com os dados dos materiais de superfície das sondagens de 1m², as relações mantêm-se muito próximas: lascas : núcleos – 1:18 e lascas : núcleos – 1:1,33.

As duas metodologias mostram-se equivalentes. Então é provável que representem o total do sítio, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

O problema da delimitação obtida para o sítio poderia ser explicado pelo intenso remeximento de uma área, originalmente mais concentrada e menor.

A possibilidade de transporte de material, levantada anteriormente, será aprofundada pela análise tecnológica mais detalhada do material, com reconhecimento de métodos de *debitage*, confecção de artefatos etc. Esse detalhamento permitirá ultrapassar os dados até agora levantados, quando buscar-se-á estabelecer as relações qualitativas entre as categorias para um melhor controle dos indícios ainda preliminares resultantes da análise espacial ainda baseada em relações quantitativas gerais.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Prof. Emílio Fogaça pelas valiosas críticas e sugestões.

MELLO, P.J.C.; VIANA, S.A. Possibilities of interpretation of the operational sequence for the stone tool production – Pedreira site (MT). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 109-124, 2001.

ABSTRACT: This article presents the operational sequence for the stone tool confection in one of the sites excavated in the course of the 'Project of Archaeological Rescue in the Manso Dam (MT)'.

UNITERMS: Operacional sequence – Lithic – Mato Grosso State.

Referências bibliográficas

- BALFET, H.
- 1991 Des chaînes opératoires, pour quoi faire?. H. Balfet (Org.) *Observer l'action technique. Des chaînes opératoires, pour quoi faire?* Paris, CNRS: 11-20.
- FOGAÇA, E.; SAMPAIO, D.; MOLINA, L.A.
- 1997 Nas Entrelinhas da tradição: os instrumentos de ocasião da Lapa do Boquete. *Revista de Arqueologia*. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, 10: 71-88.
- KARLIN, C.; BODU, P.; PELEGREN, J.
- 1991 Processus technique et chaînes opératoires. Comment les préhistoriens s'approprient un concept élaboré par les ethnologues. H. Balfet (Org.) *Observer l'action technique. Des chaînes opéra-*

- toires, por quoi faire? Paris, CNRS: 101-118.
- ODELL, G.H.
- 1996 Introduction. G.H. Odell (Ed.) *Stone Tools. Theoretical Insights into Human Prehistory*. Nova York, Plenun Press:1-6.
- PROUS, A.
- 1986 Os artefatos líticos, elementos descritivos classificatórios. *Arquivos do Museu de História Natural*, IX: 1-90.
- THACKER, P.T.
- 1996 Hunter-gatherer lithic economy and settlement systems. G.H. Odell (Ed.)
- Stone Tools. Theoretical Insights into Human Prehistory*. Nova York, Plenun Press: 101-123
- TIXIER, J.; INIZAN, M.L.; ROCHE, H.
- 1980 *Préhistoire de la Pierre Taillée: Terminologie et Technologie*. Valbonne: CREP.
- VIANA, S.; MELLO, P.; BARBOSA, M.
- 2002 Primeiras Abordagens Interpretativas dos Sítios Arqueológicos do rio Manso/MT. Relatório Final. Projeto de Resgate do Patrimônio Arqueológico Pré-histórico da UHE-Manso/MT. Goiânia, UCG/IGPA.

Recebido para publicação em 4 de junho de 2001.

A ARQUEOLOGIA DA REGIÃO DE RIO CLARO: UMA SÍNTSESE

Astolfo Gomes de Mello Araujo*

ARAUJO, A.G.M. Arqueologia da região de Rio Claro: uma síntese. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 125-140, 2001.

RESUMO: A área arqueológica de Rio Claro, uma região compreendendo vários municípios localizados na porção central do Estado de São Paulo, pode ser considerada como uma das mais importantes em termos de arqueologia brasileira, tanto por sua importância dentro do debate sobre o povoamento das Américas como pela riqueza de seu registro arqueológico. Apresentamos aqui um breve histórico da pesquisa arqueológica na área, uma visão geral das características de seu registro arqueológico e os principais resultados obtidos pelos diferentes grupos de pesquisa.

UNITERMOS: Arqueologia – Rio Claro – Estado de São Paulo – Paleoambiente – Paleoíndio.

Introdução

A porção centro-leste do Estado de São Paulo, cujo epicentro em termos de estudos arqueológicos pode ser considerado o Município de Rio Claro, é a região onde supostamente se localizam os sítios arqueológicos mais antigos do Estado.

A importância da região e a grande quantidade de informações sobre ela referentes justificam uma síntese, ainda que modesta, das informações arqueológicas coligidas por diferentes pesquisadores oriundos de instituições diversas. Como seria de se esperar, as abordagens utilizadas foram um tanto distintas, bem como os objetivos de cada pesquisa. Este trabalho irá tratar principalmente dos estudos realizados por Tom O. Miller Jr, que despendeu

mais tempo pesquisando a região, entre 1964 e 1973, e em menor escala nas pesquisas realizadas por Maria C. Beltrão (Becker 1966, Beltrão 2000), Fernando Altenfelder Silva (1967, 1968), Caio R. Garcia e Dorath P. Uchôa (Uchôa 1988) e Luciana Pallestrini e José Luiz de Moraes (Moraes 1982, 1983).

Localização geográfica e aspectos ambientais

A região em pauta situa-se em sua maior parte dentro da Depressão Periférica, uma Província Geomorfológica existente entre dois planaltos (Planalto Atlântico e Planalto Ocidental), caracterizada por um compartimento topográfico rebaixado, apresentando um relevo de colinas suaves, formando um corredor de aproximadamente 80 a 100 km de largura (IPT 1981). A área situa-se, grosso modo, entre 22°15' e 23°45' S e 47°00' e 47°45' W, e é recoberta por

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia/USP – DHP – Prefeitura Municipal de São Paulo.

uma densa rede de drenagem, tendo como rios principais o Corumbataí e o Piracicaba, afluentes do Tietê pela margem direita. (Mapa)

O clima atual na região poderia ser classificado como Cwa (Köppen), ou subtropical com temperaturas médias anuais entre 20 e 21°C e acentuada amplitude térmica anual devido à circulação atmosférica. No entanto, a incidência de massas de ar promove um regime de chuvas cujo máximo da precipitação coincide com os meses de verão, e o mínimo com os meses de inverno, o que coloca a região nas características de clima tropical. (Feltran Filho 1981, Scheel *et al.* 1995).

A vegetação original, atualmente quase completamente destruída, seria caracterizada por uma área de fronteira ecológica entre o cerrado/cerradão (savana) e mata (floresta estacional semideciduado). Segundo o Projeto Radambrasil (1983), a Região da Savana (cerrado) na área apresenta-se como uma disjunção da ocorrência principal no Planalto Central. Dentre as formações remanescentes da savana, a Arbórea Densa (cerradão) apresenta características xeromorfas, com dois estratos bem definidos. A formação Arbórea Aberta (campo-cerrado) apresenta composição florística semelhante à anterior, mas sua estrutura é mais simples. A Região da Floresta Estacional Semideciduado ocorre em regiões com dupla estacionalidade climática, com mais de 60 dias secos, ou com seca fisiológica provocada pelo frio. Na área em questão, ocorrem as formações Submontana e Montana, definidas de acordo com a altitude e a latitude (IBGE, 1992).

Dados paleoambientais recentes para a região

Desde meados da década de 70, quando os últimos estudos de Arqueologia com caráter regional foram realizados na área, até os dias de hoje, não se pode dizer que os conhecimentos a respeito dos paleoambientes da região de Rio Claro tenham sofrido um avanço muito significativo. Algumas datações de C 14, feitas a partir de fragmentos de carvão encontrados imersos em solos coluviais, começaram a ser realizadas a partir da década de 80. Tais datações estão sendo encaradas

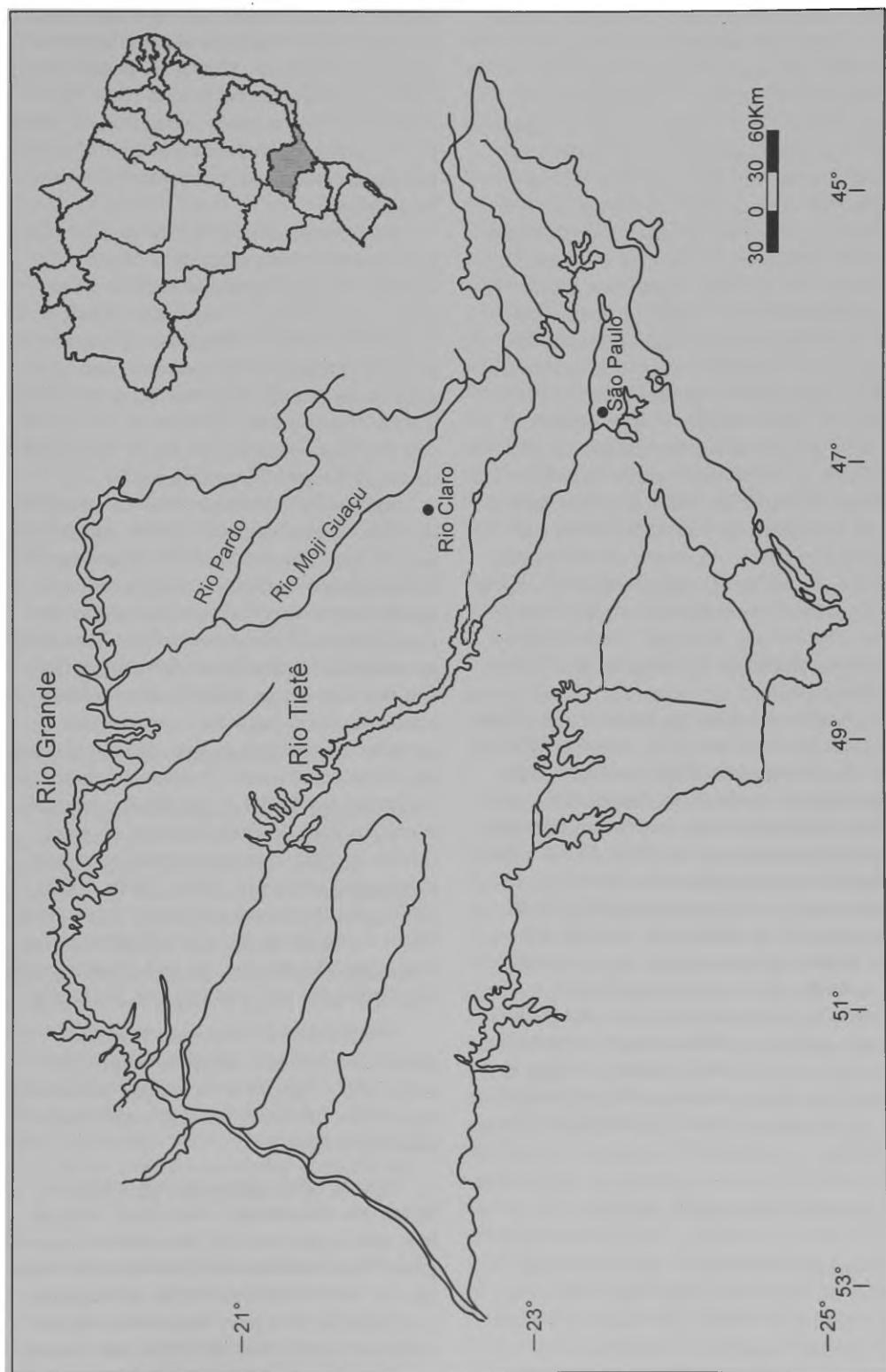
como representativas de possíveis episódios de queimada natural. Deste modo, os autores correlacionam o carvão encontrado nos solos às fases climáticas mais secas. Isto pode ser verdadeiro, salvo os casos onde a existência de carvões seja relacionada à ocupação humana. Um maior intercâmbio entre arqueólogos e quaternaristas seria bastante proveitoso para ambas as áreas de conhecimento.

De qualquer modo, os resultados obtidos por Melo (1995) para datações de fragmentos de carvão em solos coluviais da região de Rio Claro são bastante interessantes. Segundo o autor, “(...) nota-se que as idades aparentemente distribuem-se aleatoriamente com relação à profundidade da coleta, às coordenadas geográficas e níveis planálticos, mas parece haver tendência de concentração de idades compreendidas no intervalo entre 6.500 e 8.500 anos AP.” (Melo 1995:76). Correlacionando esta possível idade para um clima mais seco com datações realizadas em outras localidades do país, o autor sugere que as mesmas estejam indicando uma variação paleoclimática significativa.

Outro dado de possível correlação paleoclimática para a região foi obtido por Scheel *et al.* (1995), que dataram carvões do solo no Município de São Pedro (SP), não muito distante de Rio Claro, e obtiveram datas de 2.250 ± 40 AP e 5.540 ± 40 AP. Estas duas datações foram provenientes de fragmentos de carvão soltos. Uma terceira datação, de 1.220 ± 40 AP, foi realizada em uma estrutura de combustão que os autores consideraram de provável origem antrópica. Apesar de uma possível correlação entre a idade dos carvões e episódios de clima mais seco, somente um maior número de datações, preferencialmente realizadas fora de sítios arqueológicos, poderia lançar mais luz sobre esta questão.

Os levantamentos arqueológicos na região de Rio Claro

Segundo Altenfelder Silva (1967, 1968), a região que compreende Rio Claro e adjacências há muito interessou pesquisadores e colecionadores devido à abundância de material arqueológico, principalmente material lítico



lascado. Peças provenientes da região engrossaram coleções de particulares e atraíram arqueólogos amadores, sendo, inclusive, a falsificação de peças uma “atividade lateral compensatória”. A prospecção mais sistemática teria sido iniciada por Altenfelder em 1959, pela Cadeira de Antropologia, Etnologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Em 1965, Maria C. Beltrão iniciou um projeto de levantamento arqueológico paralelo na região. No ano de 1966, Altenfelder Silva insere-se formalmente dentro do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), sob a coordenação dos arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans. Posteriormente, o projeto de levantamento desvinculou-se do PRONAPA. O responsável pelos trabalhos seria Tom O. Miller Jr., então professor assistente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. As etapas de prospecção realizadas por Miller Jr. entre os anos de 1965 e 1967 abrangeram os municípios de Rio Claro, Ipeúna, Charqueada, Itirapina, Cordeirópolis e Piracicaba, resultando na detecção de 97 sítios arqueológicos.

Seguindo uma linha de pesquisa que pode ser considerada bastante atual, e que infelizmente não foi muito aplicada na Arqueologia brasileira de um modo geral, Altenfelder justifica a inexistência de escavações sistemáticas por parte da equipe da FFCL de Rio Claro pelo fato de ser necessário primeiramente o entendimento do panorama arqueológico da região, o que só seria feito por meio de um amplo trabalho de prospecção, uma vez que o “(...) trabalho de escavação implica na destruição (...) e somente deve ser realizado (...) para salvá-lo [o sítio] de uma destruição já iniciada ou inevitável, ou para responder um problema específico que não poderá ser resolvido de outra forma.” (Altenfelder Silva 1968:158).

O panorama arqueológico inicial

Os primeiros trabalhos de síntese e de tentativa de correlação foram publicados por Altenfelder (1967, 1968), que entendia a região como área de passagem e confluência de caminhos naturais. Com efeito, o relevo da

região, inserido dentro da Depressão Periférica, apresenta colinas suaves com desníveis que não ultrapassam 40 a 60 m, formando um verdadeiro corredor no sentido N-S. No sentido E-W, o “caminho natural” seria o eixo fluvial representado pela bacia do Rio Tietê, localmente reforçado pela presença do Rio Piracicaba.

O panorama inicial traçado por Altenfelder dá conta de basicamente duas classes de vestígios arqueológicos na região: sítios líticos, caracterizados por serem amplos e numerosos, e sítios cerâmicos, em número mais reduzido. Dada a maior facilidade com que geralmente são identificados sítios cerâmicos, é de se supor que a estimativa do autor seja válida no que concerne ao tipo e à intensidade da ocupação pré-colonial na área.

Apesar do reconhecimento da existência de sítios líticos bastante amplos, Altenfelder sugere que os mesmos seriam representativos de ocupações rápidas, “(...) sugerindo em alguns casos tratar-se mais de campo de pouso para sortidas de caça que habitações permanentes.” (Altenfelder Silva 1968:160).

Um dos fatores que levou o autor a esta conclusão foi a pequena espessura das camadas arqueológicas, que não ultrapassariam trinta centímetros. Trabalhos subseqüentes realizados por Miller Jr., publicados originalmente na Tese de Doutoramento do autor (Miller Jr. 1967) e posteriormente em outras publicações (Miller Jr. 1969a, 1969b, 1969c, 1972), não favorecem a hipótese de os sítios líticos da região de Rio Claro representarem ocupações tão rápidas, ou que fossem produto de populações que estavam “de passagem”:

“O número de sítios nos horizontes líticos não tem que significar migrações; pode, antes, significar ocupação intensiva da região por um povo, durante muito tempo.” (Miller Jr. 1968:40).

Alguns sítios apresentaram materiais líticos em abundância; além disso, sabe-se hoje que a espessura de uma camada arqueológica é mais relacionada a processos de formação de sítio do que à duração da ocupação propriamente dita (não tomando exemplos extremos como Tróia ou Jericó, bem entendido). Pode-se aventar, quando muito, a hipóte-

se de que a região de Rio Claro e adjacências tenha sido uma área de confluência de populações pré-cerâmicas oriundas de outras regiões.

No que se refere aos sítios cerâmicos, estes poderiam ser atribuídos a dois grupos distintos: um grupo de sítios apresentando cerâmica espessa com decoração plástica e pintada, atribuível à Tradição Tupiguarani (Altenfelder Silva 1967:81) e outros sítios, em menor quantidade, apresentando cerâmica pouco espessa e escura, provavelmente relacionados à Tradição Itararé (Miller Jr. 1972).

Altenfelder coloca tentativamente uma cronologia baseada nos dados disponíveis à época: um nível pré-cerâmico antigo, que seria datado entre 5.000 e 3.000 anos AP, contendo apenas material lítico; um nível pré-cerâmico mais recente, entre 3.000 e 1.000 anos AP, apresentando artefatos polidos; finalmente, o nível cerâmico, entre 1.000 AP e a época da colonização européia. Esta cronologia baseava-se no conhecimento existente na época; o sítio arqueológico com datação mais recuada do Brasil era José Vieira, com 6.683 anos AP para o nível lítico mais profundo (Andreatta 1968, *apud* Miller Jr. 1968).

Relações espaciais e temporais

A ocupação do espaço pelas populações indígenas da região de Rio Claro parece ter obedecido a uma padronização distinta, dependendo da faixa cronológica. Altenfelder (1968:160) nota que há uma dicotomia com relação à localização dos sítios líticos e cerâmicos. Os primeiros encontram-se nas proximidades dos cursos d'água, quer seja em terraços fluviais ou em elevações próximas. Os últimos, em sua maioria, estariam a cerca de um quilometro dos cursos d'água e em pontos elevados, onde a visibilidade dos terrenos adjacentes seria favorecida. Além disso, o autor sugere uma maior coincidência entre as ocupações ceramistas e as ocupações atuais:

“Os sítios do horizonte cerâmico acham-se localizados quase sempre em áreas mais próximas dos atuais centros de população, vilas ou cidades, coincidindo mesmo com elas, em alguns casos.” (Altenfelder Silva 1967:82).

Dado o extenso trabalho de prospecção realizado na região, supomos que estas observações sejam confiáveis, e não fruto de viés amostral, comum em prospecções realizadas estritamente ao longo de drenagens.

No tocante à cronologia, apesar de ter sido aventado “um marcado hiato temporal” entre as ocupações pré-ceramistas e as ceramistas (Altenfelder Silva 1967:82, 1968:163), a ausência de datações absolutas e a existência de sítios líticos superficiais podem não corroborar esta hipótese. Na verdade, toda a cronologia da região foi realizada com base em métodos de datação relativa, quer seja pelo posicionamento estratigráfico dos níveis arqueológicos (no caso dos sítios líticos), quer seja por seriação de atributos estilísticos e tecnológicos. Somente após a elaboração de uma cronologia relativa é que foram datados alguns estratos, conforme será visto adiante.

Estudo e interpretação dos horizontes líticos segundo Tom O. Miller Jr.

Antes de proceder ao apanhado geral das interpretações realizadas por Miller Jr., seria interessante colocar em contexto o autor e sua linha de pesquisa.

Os trabalhos de Miller Jr. podem ser considerados pioneiros e mesmo exemplares, principalmente se levarmos em conta o então estágio da Arqueologia em termos epistemológicos, e o nível do conhecimento em termos de Arqueologia brasileira. A ênfase na tecnologia lítica (e não simplesmente nos aspectos formais das peças), a preocupação com a interação homem-ambiente, o raciocínio interdisciplinar e a fundamentação teórico-metodológica explícita colocam os trabalhos deste autor em pé de igualdade com os realizados pelos colegas de países mais ricos, apesar do atraso que seria esperado na divulgação e acesso à bibliografia. Assim, antecipando os colegas brasileiros em pelo menos duas décadas, Miller Jr. já citava correntemente Butzer e Binford. O primeiro capítulo de sua Tese de Doutoramento apresenta o posicionamento teórico que justificaria as tomadas de decisão efetuadas ao longo do trabalho, incluindo discussões a respeito do tipo de analogia que seria usada nas interpre-

tações (analogia comparativa geral) e qual o conceito de cultura que mais seria adequado, a seu ver, para o alcance dos objetivos propostos.¹ Apesar de seus trabalhos apresentarem uma ênfase em determinantes ecológicos que atualmente poderia ser considerada um tanto excessiva, o mérito de explicitar teoricamente suas posições coloca o autor em uma categoria à parte da de seus colegas.

Saindo do domínio estrito da Arqueologia, pode ser percebido nos textos de Miller Jr. um diálogo bastante profícuo com profissionais das Ciências da Terra. Este diálogo, um intercâmbio de informações na verdadeira acepção da palavra, resultou não só em aplicações da Geomorfologia à Arqueologia, como é comum acontecer atualmente, mas em contribuições da Arqueologia à Geomorfologia, o que é muito mais raro, para não dizer quase inexistente; a contraparte pode ser exemplificada no artigo de M.M. Penteado, a respeito das linhas de seixos (“stone lines”) da região de Rio Claro:

“Contudo, consideramos esta observação e as conclusões a que chegamos válidas por estarem corroboradas por conclusões e dados da pré-história.” (Penteado 1969:20).

Para entender a potencialidade e as limitações das correlações efetuadas por Miller Jr., teríamos que nos aprofundar em uma série de definições geomorfológicas que talvez não caibam neste artigo. Outrossim, deve ficar claro que a cronologia e as reconstruções ambientais tentadas pelo autor estavam balizadas, em termos de conhecimentos paleoambientais e de processos morfogenéticos, no “estado da arte” da época. Basicamente, o autor iniciou uma datação relativa levando em conta a posição estratigráfica dos sítios arqueológicos e de seus “componentes” na paisagem.

O reconhecimento da gênese dos estratos onde o material arqueológico estava inserido justificava em muitos casos uma abordagem

“vertical”, com execução de poços-teste e coletas em barrancos em detrimento de escavações mais amplas, uma vez que seria inútil tentar observar padrões espaciais em material arqueológico retrabalhado. Tal visão pode ter, inclusive, chocado alguns colegas arqueólogos menos versados em processos geológicos e geomorfológicos. O autor estava consciente de que somente os sítios arqueológicos situados acima da linha de seixos superior (mais recente) poderiam ser considerados “depósitos primários” (Miller Jr. 1972:22).

Definição das tradições líticas arqueológicas

Com o aprofundamento das pesquisas relacionadas aos horizontes líticos, Miller Jr. (1968) definiu duas tradições pré-cerâmicas para a região: a **Tradição Rio Claro** e a **Tradição Ipeúna**. A diferença básica entre as duas tradições estaria no tipo de tecnologia empregada na manufatura de artefatos líticos; na Tradição Rio Claro haveria uma ênfase no lascamento e espatifamento, ou seja, na modificação da massa primordial de matéria-prima. A Tradição Ipeúna, por sua vez, seria calcada no aproveitamento de material com formas preexistentes, como seixos, chapas, cristais e fragmentos naturais. Não serão aqui discutidas as definições de termos como “tradição”, “sub-tradição”, “fase” etc., que carregam consigo uma série de problemas conceituais, mas será apresentada simplesmente uma síntese dos conhecimentos adquiridos sobre a região.

A *Tradição Rio Claro* foi subdividida em quatro fases arqueológicas: a mais antiga seria a *Fase Serra D’Água*, caracterizada por uma indústria com forte predominância de espatifamento e lascamento bipolar (Miller Jr. 1972:72), onde técnicas como a percussão direta estariam praticamente ausentes. O tamanho dos implementos seria de médio a grande. Dentre os tipos de artefatos descritos estão incluídos plainas, facas, raspadores, *chopping tools* e bolas, além de bifaces foliáceas.² Não foram observadas

1) No caso, o conceito de cultura como um meio extra-somático de adaptação, preconizado por Leslie White e utilizado por Lewis Binford como uma das bases da “New Archaeology”.

2) A tipologia definida pelo autor está em Miller Jr., 1972:41-44.

pontas de projétil. Posteriormente, o autor admitiu que existem problemas de interpretação no tocante à chamada técnica bipolar; as “lascas côncavas” e os respectivos “núcleos globulares” ou “bolas” resultantes poderiam não ser produtos de lascamento bipolar, e sim de alteração térmica. Outrossim, experiências de lascamento com o núcleo parcialmente enterrado no solo e aplicação tangencial do golpe de percussão podem resultar em lascas côncavas semelhantes às encontradas na região (Miller Jr., comunicação verbal).³

A fase arqueológica seguinte, denominada *Fase Santo Antônio*, seria tecnologicamente embasada no espatifamento, mas apresentaria ênfase considerável na percussão direta com percutor duro. Implementos de tamanho médio a grande, com grande freqüência de facas e raspadores, apresentando também *chopping tools*, plainas etc.. Pontas de projétil possivelmente fariam parte desta fase, embora não tivessem sido encontradas *in situ*.

Posteriormente, teríamos a *Fase Marchiori*, caracterizada por predominância da percussão direta com percutor duro, com baixa freqüência de espatifamento. Presença de pontas de projétil e machados de pedra polida.⁴ Maior freqüência de facas do que a fase anterior, e menor freqüência de raspadores.

Finalmente, a última fase da Tradição Rio Claro seria a *Fase Pitanga*, apresentando variedade de técnicas de lascamento, com predomínio de percussão direta com percutor duro e macio, incluindo percussão indireta. Os artefatos desta fase apresentariam características mais formais, com retoques ao longo dos bordos, peças trabalhadas bifacialmente, incluindo formas foliáceas, ovóides e pontas de projétil, estas últimas em freqüência superior à fase anterior. Continua a presença de artefatos de pedra polida.

Para a *Tradição Ipeúna*, foi definida pelo autor apenas uma fase, denominada *Fase*

Monjolo Velho (Miller Jr. 1972:73), caracterizada pela predominância quase exclusiva de uma tecnologia de aproveitamento de seixos, plaquetas e cristais em estado natural, fendidos ou com retoques marginais. Espatifamento e lascamento seriam raros. Os artefatos apresentariam tamanhos reduzidos.

Um outro grupo de sítios apresentaria uma indústria ainda menos elaborada, com a utilização de seixos, plaquetas e blocos naturais de vários tamanhos, com um inventário tecnológico ainda mais restrito do que o da Fase *Monjolo Velho*.

O autor realizou também vistorias em sítios arqueológicos nos municípios de Conchas, Anhembi e Laranjal Paulista, encontrando material lítico que “mostra essencialmente a mesma situação que observamos no norte do Rio Tietê” (Miller Jr. 1972:60), o que representaria uma extensão de pelo menos 100 quilômetros, na direção sul, das tradições e fases reconhecidas para a região de Rio Claro.⁵

Posteriormente, segundo Prous (1992), a chamada Tradição Rio Claro foi englobada no que se define atualmente como “Tradição Umbu”,⁶ sendo mantidos, porém, os nomes das fases. Já a Tradição Ipeúna foi incluída na denominação genérica das “indústrias de lascas sem pontas de projétil”, sendo mantida a Fase *Monjolo Velho*.

Cronologia

Conforme dito anteriormente, a cronologia das ocupações pré-coloniais para a região de Rio Claro foi feita principalmente levando em conta o posicionamento estratigráfico dos níveis arqueológicos. Esta abordagem foi possível devido ao avançado estágio dos estudos de geologia e geomorfologia da região e, sobretudo ao caráter de multidisciplinaridade adotado pelos pesquisadores envolvidos, que transparece nos artigos escritos na época.

3) Porém, as “lascas côncavas” mostradas na fig. 24 de Miller Jr. (1972:94) são provavelmente lascas térmicas.

4) O que corrobora observações posteriores de que artefatos de pedra polida não são indicadores diretos da existência de agricultura, e nem necessariamente contemporâneos à cerâmica.

5) Especificamente a Fase Santo Antonio da Tradição Rio Claro.

6) Atribuição um tanto controversa, uma vez que nem todas as fases da Tradição Rio Claro apresentam pontas bifaciais e, portanto, não poderiam ser englobadas na Tradição Umbu.

A correlação entre níveis arqueológicos ou “componentes” e formações geológicas não é isenta de problemas. Se em alguns casos pode-se ter um controle razoável sobre o que representa a existência de artefatos em uma formação geológica, este nem sempre é o caso. Um depósito natural pode conter artefatos muito mais antigos do que a idade de sua formação (como é o caso de uma cascalheira de rio, por exemplo, que pode ter em seu interior artefatos erodidos de níveis mais antigos). O contrário também pode ocorrer; artefatos mais recentes podem se introduzir em depósitos subjacentes mais antigos, por meio de movimentação vertical. A primeira hipótese foi amplamente reconhecida pelos pesquisadores envolvidos (Miller Jr. 1972:25, Penteado 1969:25-28). Já no caso contrário, a inserção de peças mais recentes em níveis mais antigos é assunto pouco desenvolvido e pouco reconhecido de um modo geral, quer seja entre arqueólogos ou entre profissionais das Ciências da Terra (Araujo 1995). Este último fator pode, inclusive, invalidar algumas interpretações relativas à existência de peças arqueológicas em extratos geológicos considerados muito antigos. De qualquer modo, existe uma superposição de níveis arqueológicos na região de Rio Claro que sugere um período longo de ocupação pré-colonial. Um exemplo de “sítio-tipo” que representaria esta sucessão e a cronologia relativa envolvida seria o Sítio Tira Chapéu (SP.IN.8), que apresentou três níveis arqueológicos distintos, ao longo de 4 metros de profundidade. Deve ficar claro que, no caso de Tira Chapéu, estamos lidando com um depósito sedimentar, um depósito de baixa vertente em processo de erosão. Segundo o autor e também Penteado (1969), os artefatos teriam sido acumulados por processos morfo-genéticos, depositados juntamente com material rochoso não trabalhado, durante um período mais seco. Assim, o valor informativo de Tira Chapéu está, sobretudo, no que se refere à ordenação diacrônica das indústrias líticas, não podendo ser encarado como um local onde atividades humanas tivessem sido desenvolvidas.

Os artefatos dos níveis (componentes) I, II e III encontravam-se invariavelmente imersos em formações naturais. O nível I, mais antigo,

apresentou peças pouco trabalhadas (possivelmente Tradição Ipeúna) misturadas a um nível de cascalheira depositado imediatamente acima de uma formação geológica bem mais antiga (siltitos do Grupo Passa Dois, do Permiano Superior). Acima deste nível, intercalado por pouco mais de um metro de solo coluvial, estaria o nível II (Tradição Ipeúna, Fase Monjolo Velho) coincidindo com uma “stone line”, ou linha de seixos, que na interpretação de geomorfólogos seriam fragmentos de rocha transportados, remanescentes de um período semi-árido. Após nova intercalação de solo, com espessura de 1,20 a 1,40 m, haveria a deposição de mais um nível de linha de seixos com artefatos arqueológicos misturados, que representariam o nível III (Tradição Rio Claro, Fase Serra D’Água).

A partir da posição estratigráfica das indústrias líticas, o autor utilizou-se da sérieção de atributos tecnológicos e formais para entender quais atributos variavam com o tempo. Assim, observou-se que, por exemplo, lascamento direto, tamanho da plataforma (talão), gumes de 15° a 35° e “canivetes” tinham sua porcentagem aumentando com o tempo, ao passo que raspadores laterais, gumes de 80° a 100° etc. diminuíam com o tempo. Calculando as porcentagens dos atributos sensíveis à passagem do tempo e utilizando alguns cálculos bastante simples, o autor construiu a chamada “linha de regressão”, onde cada “componente” ou nível arqueológico é plotado em um plano cartesiano, formando uma reta que representa um modelo de tempo (ver Miller Jr. 1972:68-71 e fig. 58).

Interpretações

A conjugação do posicionamento dos níveis arqueológicos em estratigrafia e a análise do material inserido em cada nível levaram Miller Jr. a concluir que “(...) ao menos na Tradição Rio Claro, houve uma evolução contínua da tecnologia lítica; a começar com a simples utilização de formas naturais com pouca ou nenhuma modificação (...) seguido pelo espatifamento de blocos e seixos de silex para produzir margens cortantes (...); finalmente observamos uma tradição de (...) percussão direta, que empregou, primeiro,

percutores duros (pedra), e, posteriormente, percutores moles (...)." (Miller Jr. 1972:75).

No caso da Tradição Ipeúna, o contexto seria menos claro, dada a própria característica pouco sofisticada dos artefatos. Em verdade, foi observada uma certa interrupção na evolução proposta para a indústria lítica. A Fase Santa Rosa, anterior a Monjolo Velho, apresentaria grande semelhança à Fase Santo Antonio, posterior a esta última, colocada em outro nível estratigráfico. Ao quadro de evolução técnica, o autor acrescentou um quadro paleoambiental e propôs um modelo hipotético para ser testado e orientar os trabalhos de campo. Assim teríamos, resumidamente, a seguinte seqüência de eventos (Miller Jr., 1969b):

1) Ambiente de estope ou savana, temperatura alta, favorável à caça. Tradição "ecologicamente livre" (segundo Haury 1956, *apud* Miller Jr. 1969b), representada no nível (componente) Santa Rosa I.

2) Mudança climática, aumento da umidade, expansão da floresta, diminuição da biomassa, especialmente caça de grande porte. Tradição de caçadores torna-se incompatível com as condições ambientais, torna-se "ecologicamente presa", resultando em uma adaptação à vida florestal e empobrecimento do inventário lítico, resultando em uma "tradição em redução" (Haury *op. cit.*), representada pela Tradição Ipeúna. Parte da população teria saído da região.

3) Volta às condições climáticas mais secas, condições de erosão formadoras da linha de seixos inferior, onde foram depositados os artefatos da Tradição Ipeúna (Fase Monjolo Velho). Nestas condições, Monjolo Velho seria uma tradição "ecologicamente presa", que encontrou situação ambiental incompatível e desapareceu da região. Descendentes da população que abandonou a área no estágio anterior, representada em Santa Rosa I, voltam à região formando a Tradição Rio Claro.

4) Continuidade da Tradição Rio Claro, passando por mudanças representadas pelas fases descritas anteriormente, até aproximadamente 2.500 anos AP, quando o clima volta a se tornar úmido, resultando na redução da tradição. Depois disso, os agricultores teriam adentrado a região, portando uma tecnologia mais compatível com os recursos disponíveis.

A validade do esquema cronológico e evolutivo proposto pelo autor poderia ser testada por meio de datações absolutas (C-14, termoluminescência) e continuidade das pesqui-

sas, o que não foi inteiramente possível. Porém, ainda a tempo de serem publicadas no último artigo-síntese (Miller Jr. 1972), o autor apresentou algumas datações de C-14 feitas para o componente Santa Rosa III (portanto, Tradição Rio Claro, Fase Santo Antonio). Das datas obtidas, apenas a mais antiga foi aceita pelo autor, que considerou as outras inconsistentes e provavelmente sujeitas a contaminação. Este argumento foi baseado em uma correlação que, se com os conhecimentos da época poderia ser viável, hoje parece um tanto frágil: o componente Santa Rosa III estaria dentro da Fase Santo Antonio, que, por sua vez, seria correlacionável ao paleopavimento (linha de seixos) superior, que, por sua vez, teria a mesma faixa de idade do terraço de várzea. Dado o fato de que um terraço de várzea teria sido datado no Paraná em 2.500 a.C., a única data plausível para Santa Rosa III seria a data mais antiga, de 4.530 ± 290 AP (3.330/3140 a.C.).⁷ Na verdade, as datações para Santa Rosa III parecem coerentes, uma vez que as idades radiocarbônicas vão aumentando com a profundidade (vide Tabela). Outro fator a ser levado em consideração é que não existe uma correspondência direta entre as linhas de seixos ("paleopavimentos") e fases climáticas mais secas. Sabe-se hoje que processos distintos podem levar à formação de tais linhas.

No tocante à organização da tecnologia, hoje sabemos que é muito problemático dividir sítios arqueológicos em classes cronológicas com base em atributos tecnológicos, como o tipo de lascamento (se por percussão direta, por espatifamento etc.), ângulos de gume ou tamanhos de artefatos. Sítios de atividades específicas podem apresentar um inventário bastante distinto de sítios habitação, mesmo em se tratando de uma mesma população. Outrossim, pode ser que em longo prazo tais tendências de variação na freqüência de atributos sejam realmente significativas. Independente de tudo, o mérito de Miller Jr. residiu em organizar, publicar e justificar suas observações, além de montar bancos de dados com vista a uma posterior informatização, novamente demons-

7) Todas as datas calibradas dadas em parênteses (a.C.) foram calculadas segundo Stuiver & Reimer 1993.

TABELA

Datas obtidas para sítios da região de Rio Claro			
Sítio	Idade	Data calibrada*	Referência
Santa Rosa (componente III)	2.490 ± 325 AP(30 cm prof.)	760 a 550 a.C.	Miller Jr. 1972
	2.840 ± 210 AP(33 cm prof.)	990 a.C.	Miller Jr. 1972
	3.080 ± 455 AP(50 cm prof.)	1.380 a 1.320 a.C.	Miller Jr. 1972
	3.600 ± 480 AP(56 cm prof.)	1.940 a.C.	Miller Jr. 1972
	4.530 ± 290 AP(55 cm prof.)	3.330 a 3.140 a.C.	Miller Jr. 1972
Faz. Tanquinho	2.510 ± 90 AP	760 a 600 a.C.	Uchôa 1975
Faz. Água Ronca	6.160 ± 180 AP	5.070 a.C.	Uchôa 1975
Faz. Pau D'Alho	4.140 ± 345 AP	2.860 a 2.630 a.C.	Uchôa 1988
	5.505 ± 105 AP	4.350 a.C.	—
Caiuby	5.350 ± 120 AP	4.230 a 4.180 a.C.	Morais 1982
Alice Boër	2.190 ± 185 AP (TL)	—	Beltrão <i>et al.</i> 1983
	10.970 ± 1.020 AP (TL)	—	
	14.200 ± 1.150 AP	14.583 a.C.	

(*) Conforme Stuiver & Reimer, 1993.

trando um pioneirismo bastante louvável. A abordagem dos ângulos e formas de gumes realizada pelo autor, em detrimento da tipologia morfológica realizada amiúde até hoje, é extremamente pertinente e necessária para se entender a organização de uma tecnologia lítica “não formal” ou expediente.⁸

Os sítios cerâmicos

Os principais trabalhos versando sobre os grupos ceramistas da região de Rio Claro são de Altenfelder Silva (1967, 1968). O autor dá conta de sítios cerâmicos em Rio Claro, Piracicaba, Itirapina e São Carlos, todos pertencentes à Tradição Tupiguarani, apresentando urnas funerárias no estilo corrugado e policromo. Os fragmentos de cerâmica recuperados sugeriram ao autor uma grande variedade de formas. Especificamente no Sítio Vila

Paulista, o autor percebeu a “presença freqüente de alguns recipientes pequenos e rasos, muitos deles no estilo policromo, (...) ao lado de vasos redondos de 20 a 25 cm de altura, com superfície lisa, corrugada, engobo branco ou banho vermelho, e ainda vasos de tamanho maior, provavelmente urnas, com 0,80 a 1 m de altura, lisos, corrugados ou policromos.” (Altenfelder Silva 1967:83).

Com base em seriação, o autor comparou as freqüências de alguns atributos decorativos e tecnológicos dos sítios de Rio Claro com as coleções de São Carlos, Piracicaba, Guaíra e Estirão Comprido (este último localizado no Paraná), obtendo uma cronologia relativa. Deste modo, como “hipótese provisória de trabalho” o autor sugeriu uma maior antigüidade para os sítios localizados mais a sul, a cerâmica de Piracicaba sendo mais antiga do que a de Rio Claro e São Carlos. Os sítios de Piracicaba apresentariam ainda uma maior variedade e riqueza de formas, “(...) sugerindo que se busque ali o centro de difusão da área.” (Altenfelder Silva, 1968:165). A região de Rio Claro apresentaria uma cerâmica mais tardia, constituindo uma área periférica em termos de ocupação Tupiguarani.

8) Ou “expedient” em inglês, segundo a definição de Binford (1979), ou seja, uma tecnologia empregada para um fim específico. Não confundir com o termo “expedito”, cujo sentido se restringe a um caráter de rapidez.

Com relação à presença de sítios da Tradição Itararé na região de Rio Claro, Miller Jr. (1972:46, 54) dá indicação de dois sítios (Paraíso e Camaquã), o primeiro apresentando material “semelhante ao Iacri cinzento polido” encontrado pelo autor na região de Tupã, e o segundo com cerâmica “idêntica ao Icatu escovado” encontrado em Braúna. Estes sítios estariam entre os mais setentrionais já encontrados no Estado de São Paulo, sugerindo uma continuidade espacial entre os sítios tradicionalmente conhecidos no sul do Brasil e a região central do país (vide Araujo 2001 para uma discussão sobre a possível dispersão espacial da Tradição Itararé).

Outras pesquisas realizadas na região

Além dos trabalhos desenvolvidos por Miller Jr., cabe citar as pesquisas efetuadas por Beltrão (1974, 2000), Uchôa e Garcia (1976) e Morais (1982, 1983).

Os trabalhos de Beltrão foram iniciados em 1965, com a detecção de três sítios arqueológicos, um deles sendo o Sítio Alice Boér. Assentado em um terraço fluvial e com uma estratigrafia de 4 m de profundidade, este sítio foi datado por termoluminescência e C14, apresentando datas entre 2.190 ± 185 AP e 11.000 ± 1.000 AP (por TL) e 14.200 ± 1.150 AP (por C14; vide Beltrão *et al.* 1983). Tais datas dividiram a comunidade arqueológica nacional. Muitos não aceitaram tal antigüidade para o Homem na América do Sul, levando em conta as idades dos sítios arqueológicos mais antigos descobertos no hemisfério norte. As idades de Alice Boér colocariam o sítio como contemporâneo a Clovis, nos EUA, com uma indústria lítica nada similar. A data mais antiga, obtida por radiocarbono, pode ser colocada sob suspeita devido à relação indireta entre carvão e material arqueológico, e pela abundância de evidências de bioturbação na estratigrafia do sítio (vide o perfil estratigráfico apresentado em Meis & Beltrão 1982, Perez 1991:246). As datas obtidas por TL, porém, são bastante confiáveis por se relacionarem às próprias peças líticas com alteração térmica, não dependendo de argumentos de ligação e tornando, portanto, irrelevantes as questões de perturbação

estratigráfica. Dado o estado de conhecimentos atuais com relação às idades de alguns sítios pleistocênicos no Brasil, pode-se aceitar sem problemas que Alice Boér é um sítio cuja primeira ocupação deu em torno de 11.000 anos AP, o que o mantém como o mais antigo do Estado de São Paulo.

A indústria lítica de Alice Boér apresentaria três componentes tecnológicos que se sucederiam em ordem cronológica: inicialmente uma indústria com ênfase no lascamento de seixos, sotoposta a uma indústria com lascamento unifacial, por sua vez substituída por uma indústria com lascamento bifacial (Beltrão, 2000:45). Estas observações se coadunam com as “Tradições” propostas por Miller (1972) e apresentadas acima; a Tradição Ipeúna poderia representar a indústria sobre seixos, e a Tradição Rio Claro englobaria as indústrias mais elaboradas, com lascamento unifacial e bifacial.

Em 1973, Dorath Uchôa e Caio Garcia, do Instituto de Pré-História da USP, executaram algumas vistorias e prospecções na região de Rio Claro, dentro de um projeto que seria conveniado entre a FFCL de Rio Claro e o IPH/USP. A continuidade do projeto foi comprometida, mas ainda assim os pesquisadores realizaram algumas vistorias e prospecções em quinze sítios, tendo havido coleta de superfície em onze deles, e escavação sistemática em um, denominado Sítio Pau D’Alho. O sítio situa-se em uma encosta suave, próximo ao fundo do vale, e a escavação foi realizada em uma área de 24 m². Carvão associado ao material lítico (em sua maioria silexito, perfazendo 98,97% do inventário) foi datado em 4.140 ± 345 AP (2.860 a 2.630 a.C. - Laboratório de Geocronologia da USP) e 5.505 ± 105 AP (4.350 a.C. - Laboratório Isotopes, França). O material lítico encontrava-se sempre próximo ou diretamente sobre o contato entre o embasamento (arenitos do Grupo Tubarão) e o solo coluvial, o que sugere uma possível redeposição ou movimentação vertical. Se for este o caso, a relação entre o carvão datado e o material cultural pode ser um tanto dúbia. Como não houve publicação de perfis estratigráficos, a questão permanece em aberto.

Entre 1979 e 1980, a equipe de arqueólogos do Museu Paulista da USP, chefiada por Luciana Pallestrini, realizou três etapas de

prospecções no Sítio Caiuby, no Município de Santa Bárbara D'Oeste. O Sítio Caiuby, localizado na margem esquerda do Médio Piracicaba, apresentou exclusivamente material lítico lascado, e o achado de uma estrutura de combustão com material arqueológico associado permitiu sua datação: 5.350 ± 120 AP (4.230 a 4.170 a.C.). As prospecções resultaram na coleta de 405 peças que foram analisadas por Morais (1982, 1983). O inventário lítico mostrou-se bastante requintado, apresentando uma tecnologia de redução formal ou "curada",⁹ apesar de se tratar de local próximo à área fonte de matéria-prima; 26,35% das peças encontradas eram retocadas. Encontrou-se alta freqüência de raspadores de diversos tipos, totalizando 11,6% das peças. Além disso, foram encontradas pontas projéteis finamente trabalhadas, bifaces, percutores, peças com reentrâncias etc..

Informações adicionais – abrigos rochosos e arte rupestre

Cabe aqui tratar também das prospecções realizadas pelo grupo de espeleólogos liderado por Guy C. Collet, que encontrou uma série de abrigos rochosos com gravuras e pinturas rupestres nos municípios de Analândia, Ipeúna e Corumbataí. Em um destes abrigos, denominado "Abrigo da Glória" (Collet 1980), o grupo de espeleólogos chegou a realizar uma sondagem. O Abrigo da Glória é uma cavidade arenítica localizada no Município de Ipeúna, e suas coordenadas aproximadas são $22^{\circ} 26'08''S$ e $47^{\circ} 47'40''W$. De grandes dimensões, o abrigo apresenta 55 m de comprimento total, e altura média de 6 a 8 m, com abertura voltada para o norte. A sondagem realizada em uma área considera-

da periférica rendeu 36 peças líticas, encontradas nos primeiros 15 cm de profundidade, e outras seis peças foram coletadas em superfície. O material lítico, a supor pelas observações realizadas e pelos desenhos de algumas peças, parece ser pouco trabalhado, composto principalmente de lascas com retoque marginal, a maioria em arenito silicificado. Além do material lítico, o abrigo apresenta gravuras em uma área restrita, de $3 m^2$, e sulcos de polimento.

No Município de Analândia, o mesmo grupo de espeleólogos localizou o chamado "Abrigo do Alvo", que também apresenta gravuras rupestres (Figs. 1, 2, 3 e 4). O autor realizou algumas experiências de estabilização da rocha,

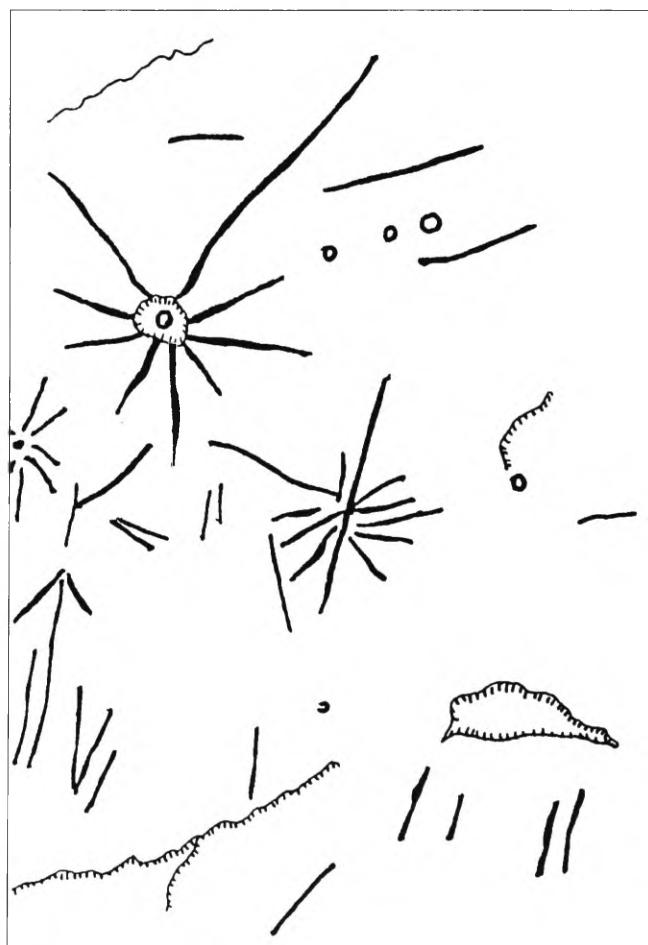
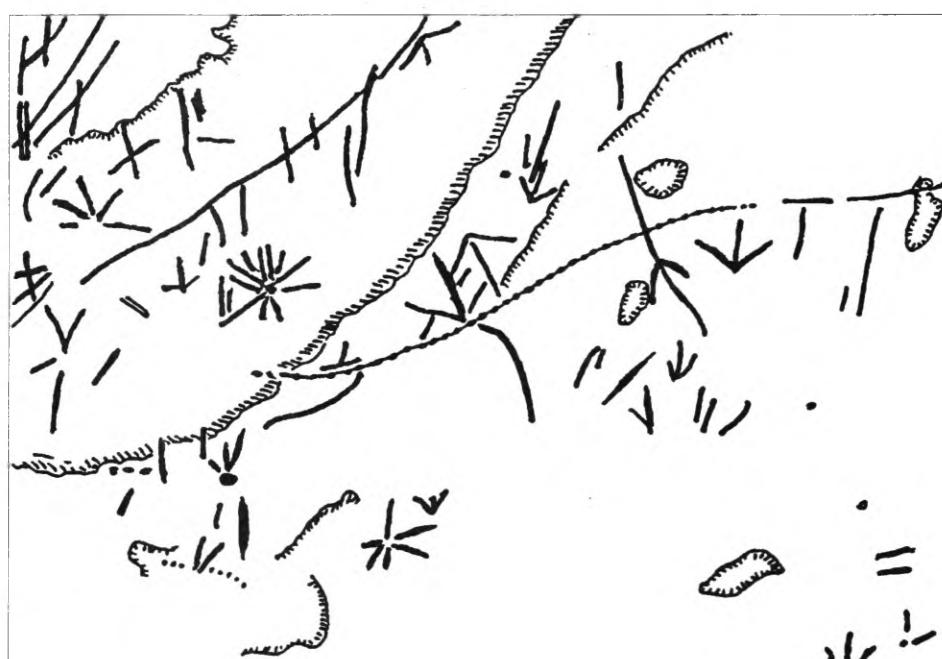


Fig. 1 – Abrigo do Alvo – Analândia, SP. Croqui de gravura rupestre. Medida aprox. 1,00 x 1,30m. Modif. de Collet 1981.

(9) Ou "curated", *sensu* Binford (1979).



Figs. 2 e 3 – Abrigo do Alvo – Analândia, SP. Croquis de gravuras rupestres, sem escala exata. Medida aproximada 1,00 x 1,30 m. Modificado de Collet 1981.

que se encontrava extremamente friável, com um produto químico à base de acetato de vinila

(Collet 1986), obtendo resultados aparentemente satisfatórios, mesmo após um período de doze

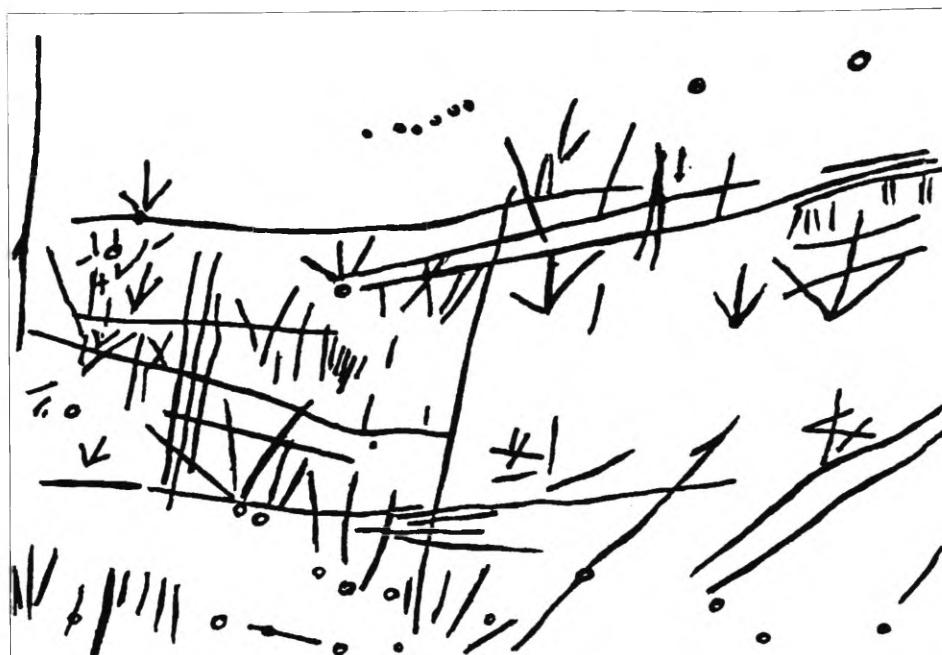


Fig. 4 – Abrigo do Alvo – Analândia, SP. Croqui de gravura rupestre, sem escala exata. Medida aproximada 1,00 x 1,30 m. Modificado de Collet 1981.

anos. Segundo o autor, o abrigo está localizado no sopé de um morro arenítico, voltado para leste, nas coordenadas geográficas 22° 07'03"S e 47° 39'05"W. As gravuras recobririam uma área de 12 metros quadrados, com motivos geométricos, linhas e pontos.

Além das ocorrências mencionadas acima, há ainda referências a outros quatro abrigos com material arqueológico e/ou arte rupestre (Collet 1981 e 1982): Abrigo Roncador, Abrigo da Santa, Abrigo Bocaina (todos localizados em Analândia, os dois últimos bastante próximos um ao outro) e Abrigo Santo Urbano (Corumbataí).

Considerações finais

A região centro-leste do Estado de São Paulo, e principalmente a área que compreende o Município de Rio Claro e adjacências, apresenta um panorama bastante instigante no contexto da Arqueologia brasileira. A área foi objeto de estudos arqueológicos já há bastante tempo, e a despeito da polêmica suscitada por algumas datações bastante recuadas, é fato que a

profundidade temporal da ocupação humana na região parece ser considerável. Sítios arqueológicos apresentando pontas de projétil foram datados na faixa de 4.200 a 5.000 anos a.C., e uma antigüidade maior pode ser pleiteada para os níveis arqueológicos estratigráficamente mais antigos. Ocorre, porém, que apesar de um início promissor e metodologicamente bem embasado, a arqueologia da região passou por um período de total abandono desde meados da década de 70, culminando com a dispersão da coleção arqueológica sob guarda da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Após a saída de Miller Jr. dos quadros da FFCL, o material arqueológico, segundo testemunhos de mais de um informante, foi acondicionado de maneira insatisfatória, em caixas de papelão sobre o chão, e “pilhado” por alunos de graduação. Pontas de flecha e machados de pedra teriam servido como elementos decorativos nas repúblicas estudantis. A preocupação de Miller Jr. com a documentação de suas pesquisas é o que nos dá alguma esperança de resgate da arqueologia da região. Um dossiê preparado pelo autor (Miller Jr. 1969c), por exemplo, lista todos

os 86 sítios encontrados até então, com as respectivas descrições e croquis de localização. Suas outras publicações apresentam tabelas de classificação do material lítico, indo além da tradicional listagem de tipos e freqüências. É possível que esta documentação cuidadosa tenha sido tudo o que restou do patrimônio arqueológico recuperado ao longo de quase uma década de trabalhos na região de Rio Claro, uma vez que não se sabe quantos dos sítios identificados podem ainda existir.

Este (des)caso poderia servir como ponto de partida para uma reflexão a respeito da efemeridade do que julgamos eterno (as coleções arqueológicas, os artefatos inter-relacionados compondo um conjunto), da necessidade de se publicar algo além de notas prévias e descrições sucintas, e de nossa própria impermanência como guardiões de um patrimônio que, se não for inculcado no imaginário popular como algo importante, dificilmente escapará incólume à ignorância de administradores despreparados.

ARAUJO, A.G.M. Archaeology from Rio Claro region: a synthesis. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 125-140, 2001.

ABSTRACT: The Rio Claro archaeological area, a region encompassing several counties located in the central part of the State of São Paulo, can be singled out as one of the most important in terms of Brazilian archaeology, both for its importance on the issue of the peopling of the Americas, and for the richness of the archaeological record. We here present a brief history of the archaeological research in the area, an overview of the characteristics of the archaeological record, and the main results obtained by the different research teams.

UNITERMS: Archaeology – Rio Claro – São Paulo State – Paleoenvironment – Paleoindian.

Referências bibliográficas

- ALTENFELDER SILVA, F.
- 1967 Informes preliminares sobre a arqueologia de Rio Claro. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano / 1965-1966*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, 6: 79-88.
- 1968 Arqueologia pré-histórica da região de Rio Claro. *Pré-História Brasileira*, IPH/USP:157-166.
- ARAUJO, A.G.M.
- 1995 Peças que descem, peças que sobem e o fim de Pompéia: algumas observações sobre a natureza flexível do registro arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5: 3-25.
- 2001 *Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no Alto Paranaapanema, Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 365 pp.
- BECKER, M.C.M.
- 1966 Quelques données nouvelles sur les sites préhistoriques de Rio Claro. *État de São Paulo. Congresso Internacional de Americanistas, Actas I: 445-450*, Sevilla.
- BELTRÃO, M.C.M.
- 1974 Datações arqueológicas mais antigas do Brasil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, 46 (2): 211-251.
- 2000 *Ensaio de Arqueologia – Uma Abordagem Transdisciplinar*. Zit Gráfica e Editora.
- BELTRÃO, M.C.M.; CUNHA, L.M.; DANON, J.; ENRÍQUEZ, C.R.; POUPEAU, G.; ZULETA, E.
- 1983 Datations par thermoluminescence de sites archeologiques du Sud-Est Brésilien. *Resumos da 35a. Reunião Anual da SBPC*, Belém do Pará: 117.
- BINFORD, L.R.
- 1979 Organization and formation processes: looking at curated technologies. *Journal of Anthropological Research*, 35: 255-273.
- COLLET, G.C.
- 1980 *Sondagens no Abrigo da Glória – Ipeúna – SP*. Sociedade Brasileira de Espeleologia – Departamento de Arqueologia, 26 pp.

- 1981 *Grupo Espeleológico Bagrus. Atividades 1981. Município de Analândia*. I.P.A., São Paulo, 17pp.
- 1982 *Abriço Roncador, Analândia, SP – Relatório de Sondagem*. Grupo Bagrus de Espeleologia, I.P.A., 25 pp.
- 1986 Descrição de um processo destinado a estabilizar e consolidar a superfície de um arenito friável sobre o qual estão gravados petroglifos pré-históricos – trabalho apresentado no 1st World Symposium on Rupesrian Art - UNESCO, 13 a 19 de janeiro de 1986, La Habana, Cuba.
- FELTRAN FILHO, A.
- 1981 *Contribuição à Análise Fluviométrica da Bacia do Rio Piracicaba*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Rio Claro, 188pp.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
- 1992 *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. Manuais Técnicos em Geociências, 1, 92 pp.
- IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- 1981 *Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo – esc. 1:1.000.000 – Série Monografias*, 5, São Paulo.
- MELO, M.S.
- 1995 *A Formação Rio Claro e Depósitos Associados: Sedimentação Neocenozóica na Depressão Periférica Paulista*. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, SP, 144 pp.
- MEIS, M.R.M.; BELTRÃO, M.C.M.
- 1982 Nota prévia sobre a sedimentação neoquaternária de Alice Boér, Rio Claro, SP. *Simpósio do Quaternário no Brasil*, 4. Atas: 401-414.
- MILLER JR., T.O.
- 1968 *Duas Fases Paleoindígenas da Bacia de Rio Claro, Estado de São Paulo – Um Estudo em Metodologia*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, SP, 177pp.
- 1969a Prospecções no sítio arqueológico lítico de Poço Fundo, Estado de São Paulo. *Cadernos Rioclarenses de Ciências Humanas*, 1: 1-21.
- 1969b Pré-história da região de Rio Claro, SP: tradições em divergência. *Cadernos Rioclarenses de Ciências Humanas*, 1: 22-52.
- 1969c *Sítios Pré-Históricos da Região de Rio Claro, Estado de São Paulo*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, dezembro de 1969, 94pp.
- 1969d Considerações sobre a pesquisa arqueológica. *Cadernos Rioclarenses de Ciências Humanas*, 2, 81pp.
- 1972 Arqueologia da região central do Estado de São Paulo. *Dédalo*, 16: 13-118.
- MORAIS, J.L.
- 1982 Os artefatos em silex de Santa Bárbara D'Oeste, SP. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, 28: 101-114.
- 1983 *A Utilização dos Afloramentos Litológicos pelo Homem Pré-Histórico Brasileiro: Análise do Tratamento da Matéria-Prima*. Coleção Museu Paulista, Série Arqueologia, 7, 212 pp.
- PENTEADO, M.M.
- 1969 Novas informações a respeito dos pavimentos detriticos ("stone lines"). *Notícia Geomorfológica*, Campinas, 9 (17): 15-41.
- PEREZ, R.A.R.
- 1991 A Ocupação dos Terraços Fluviais do Baixo Passa Cinco: Arqueologia Experimental – Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 284pp.
- PROJETO RADAMBRASIL
- 1983 *Levantamento de Recursos Naturais – Folha Rio de Janeiro/Vitória*. Ministério das Minas e Energia, Rio de Janeiro, 32, 780 pp., 6 mapas.
- PROUS, A.
- 1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 605 pp.
- SCHEEL, R.; VERNET, J.-L.; WENGLER, L.; FOURNIER, M.
- 1995 Carvões do solo em São Pedro, Estado de São Paulo, Brasil: datação, notas sobre o paleoambiente no Quaternário Recente, condições de depósito e origem do fogo e proposta de estudos antracológicos. *Anais do Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário*, Niterói, RJ, 5: 169-175.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J.
- 1993 Radiocarbon calibration program 1993 rev 3.0. Copyright 1993 Quaternary Isotope Lab – University of Washington. *Radio-carbon*, 35: 215-230.
- UCHÔA, D.P.
- 1988 Programa de pesquisas arqueológicas na região de Rio Claro, SP. 40a. *Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – Resumos*, p. 141.
- UCHÔA, D.P.; GARCIA, C.D.R.
- 1976 Subsídios à arqueologia pré-histórica de Rio Claro. Ms., trabalho apresentado na 10a. Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, julho de 1976, Salvador, BA.

OS DADOS INÉDITOS DO PROJETO MARAJÓ (1962-1965)

Denise Pahl Schaan*

SCHAAN, D.P. Os dados inéditos do Projeto Marajó (1962-1965). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 141-164, 2001.

RESUMO: Durante a década de sessenta, o Projeto Marajó identificou e estudou dezenove novos sítios no sudeste da Ilha de Marajó, buscando ampliar, dentro da metodologia de pesquisa empregada pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica/PRONAPABA, a base de dados que sustentava o modelo das Fases da Floresta Tropical proposto por Meggers & Evans (1957). No entanto, os resultados das pesquisas não se encaixaram totalmente dentro das expectativas dos pesquisadores, e alguns dados importantes nunca foram publicados. Neste artigo, confrontamos os dados parciais publicados com os relatórios das pesquisas de campo e resultados das análises da cerâmica (fichas de sítios, relação de fragmentos e livro de tombo do Museu Goeldi), discutindo a validade do modelo utilizado para a definição de culturas cerâmicas pré-históricas na Ilha.

UNITERMOS: Arqueologia da Ilha de Marajó – Fases da Floresta Tropical – Culturas cerâmicas.

O Projeto Marajó foi um programa de pesquisas arqueológicas desenvolvido na região sudeste da Ilha de Marajó, estado do Pará, em uma área de 450 km² entre os rios Goiapi e Camará, durante os anos de 1962 a 1965. Em um período de escassez de recursos destinados às pesquisas arqueológicas dentro do Museu Paraense Emílio Goeldi, a execução desse projeto foi possível graças à parceria desenvolvida entre a Universidade Federal do Pará, o Museu Goeldi e a firma Cardoso & Irmãos, proprietária de várias fazendas em cujas terras se localizavam os sítios arqueológicos. Um pequeno apoio financeiro proveio do

Museu e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, enquanto a firma Cardoso & Irmãos ofereceu ocasionalmente transporte, estadia e outras facilidades, como a cedência de trabalhadores braçais (Simões 1981:155). Em quatro etapas de campo, entre os meses de setembro a novembro dos anos de 1962, 1963, 1964 e 1965, Napoleão Figueiredo, Mário Simões e José Carlos Cardoso – os dois primeiros representantes das duas instituições conveniadas e o terceiro, sócio da firma proprietária das fazendas – localizaram, mapearam e realizaram sondagens em dezenas novos sítios, ampliando em direção à área sudeste da Ilha o conhecimento que se tinha sobre a ocupação pré-histórica na região (Simões 1967).

Esse foi o segundo maior projeto de investigação arqueológica realizado no

(*) Universidade de Pittsburgh, PA. Doutoranda em Antropologia Social, Bolsista do CNPq.

Marajó, pois, após as pesquisas de Meggers & Evans nos anos de 1948-49, houve somente a pesquisa realizada por uma expedição do Museu Paulista, nos primeiros meses do ano de 1950, da qual participou Peter Paul Hilbert como representante do Museu Goeldi.¹ Dados os antecedentes, o objetivo do Projeto Marajó era o de:

"comprovar a seqüência local estabelecida por Meggers & Evans (1957) (...) e obter amostras de carvão para datação por C14" (Simões 1981:155-6).

O carvão coletado em dois sítios permitiu datar o período de contato entre as Fases Ananatuba e Mangueiras (sítio PA-JO-26: Castanheira) e forneceu uma data antiga para a Fase Marajoara (sítio PA-JO-36: Frei Luís).²

Do Projeto Marajó resultaram quatro relatórios de viagem com mapas e croquis, cerca de quarenta mil fragmentos de cerâmica, algumas poucas peças inteiras ou fraturadas como urnas, vasos, banquinhos e tangas, além de fragmentos de ossos e alguns artefatos líticos. A cerâmica foi classificada nos laboratórios da Área de Arqueologia do Museu Goeldi segundo a metodologia utilizada na época, separando-se os fragmentos segundo os tipos já definidos por Meggers & Evans (1957), e quantificando-os para a realização de seriações.

O estabelecimento de cronologias relativas entre os sítios partia da comparação entre as freqüências relativas de dois dos tipos simples (não decorados) de cada fase. Os relatos das etapas de campo e os resultados das análises do material foram publicados parcialmente em três artigos: o primeiro em 1963, na *Revista do Museu Paulista*, intitulado "Contribuição à arqueologia da Fase Marajoara", assinado por Figueiredo e Simões, e os posteriores, em 1967 e 1969, de autoria individual de Simões, respectivamente: "Resultados Preliminares de

uma prospecção arqueológica na região dos rios Goiapi e Camará, Ilha de Marajó" (*Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*) e "The Castanheira Site: New evidence on the antiquity and history of the Ananatuba Phase, Marajó Island, Brazil" (*American Antiquity*).

Cerca de trinta e cinco anos depois, revendo as anotações de laboratório, os relatórios e as fichas dos sítios estudados naquela época, descobrimos que vários dos dados que surgiram através da análise do material cerâmico coletado pelo Projeto Marajó continuam inéditos. Algumas ocorrências importantes jamais foram mencionadas, como a contemporaneidade das fases Mangueiras e Marajoara nos sítios PA-JO-23: Ilha da Ponta e PA-JO-28: Ilha do Fogo, ou a existência de cerâmica, em alguns sítios, que não pôde ser enquadrada em nenhuma das fases, pois não se encaixava em nenhum dos tipos descritos, por apresentar diferentes colorações de núcleo ou antiplástico constituído por ossos, areia ou cariapé.³ Além disso, o material proveniente do sítio-cemitério de Ilha Pauxis nunca foi estudado e o sítio não foi registrado. A rigidez de princípios teóricos prévia à coleta de dados pode ter influenciado decisivamente na avaliação dos resultados das pesquisas:

"Como a seqüência regional já era conhecida, seria necessário apenas efetuarmos rápidas prospecções de reconhecimento ("spot surveys"), isto é, a localização extensiva dos sítios e a respectiva coleta de material de superfície para identificação e seriação posteriores. Entretanto, pelo desconhecimento arqueológico da área em prospecção e a necessidade de dados relevantes, como amostras de carvão para datação por C-14, padrões de sepultamento e outros – somente obtidos através de escavações –, preferimos proceder em todos os sítios cortes-estratigráficos para extraír destes o maior número possível de informações" (Simões 1967:213).

(1) Os resultados das prospecções realizadas durante essa expedição foram publicados por Hilbert, em 1952, e por Meggers & Evans, em 1957.

(2) Segundo o relatório de 1965 (Simões 1965:11), foi coletado carvão de mais dois sítios: PA-JO-33: São Leão (nível 45cm) e PA-JO-34: Gentio (níveis 30, 60 e 90cm), mas, aparentemente, estas amostras não foram datadas.

(3) Em todas as cinco fases descritas por Meggers & Evans para a Ilha de Marajó, é característico o uso do caco moído como antiplástico; como a ocorrência desse antiplástico é atributo distintivo fundamental na caracterização dos tipos cerâmicos dessas fases, toda ocorrência diversa era considerada como "inclassificado" ou, por vezes, cerâmica "cabocla".

No entanto, à medida que as prospecções e a análise da cerâmica começaram a produzir dados que não confirmavam a seqüência já estabelecida para as fases, e que mostravam que poderia haver uma contemporaneidade muito além da esperada entre os sítios, além de revelar uma diversidade na manufatura da cerâmica até então não reportada, os pesquisadores podem ter optado por desconsiderar as novas informações, uma vez que assumi-las implicaria em ter que rever o modelo corrente. Os resultados publicados, portanto, apenas confirmaram o quadro teórico já existente, reforçando-o com as seriações realizadas com os novos sítios descobertos na região sudeste. As datações absolutas obtidas, por seu turno, reenquadram cronologicamente a posição geral das fases sem alterar sua situação na sucessão diacrônica.

No presente trabalho, portanto, apresentamos e discutimos alguns dos dados levantados pelo Projeto Marajó – a partir do exame dos registros existentes na Reserva Técnica da Área de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi sobre os sítios pesquisados e do exame do material proveniente dos sítios Ilha da Ponta, Ilha do Fogo e Ilha Pauxis, confrontando-os com os dados publicados por Figueiredo & Simões (1963) e por Simões (1967, 1969).

A pesquisa de campo durante o Projeto Marajó

A pesquisa de campo conduzida pelo Projeto Marajó consistiu basicamente na identificação, mapeamento, coleta de material de superfície e realização de sondagens nos sítios arqueológicos da área selecionada. Os sítios foram identificados tanto através das informações obtidas junto a moradores locais, como a partir da observação da existência de material na superfície ou de acúmulo de sedimento de origem antrópica em contraste com o relevo natural da paisagem.⁴ A coleta de

(4) A região pesquisada é muito plana e os sítios sobressaem-se por serem elevados e cobertos de vegetação. Principalmente na época das chuvas, quando os campos são inundados, os sítios surgem como “ilhas”,

superfície foi, em geral, assistemática, e as sondagens foram realizadas nos pontos mais altos e/ou aparentemente não muito perturbados dos sítios.

Os cortes não seguiram um padrão determinado quanto às suas dimensões – variando entre 1x1m, 1,5x1,5m e 1x2m. As escavações obedeceram a níveis artificiais que variaram de 10 até 25cm. Como geralmente a escavação era realizada por trabalhadores não qualificados e não era dada importância às camadas estratigráficas, as observações a esse respeito, nos relatórios, são lacônicas. Entretanto, em alguns sítios, as poucas notas mostram a existência de camadas de ocupação distintas, com a ocorrência de placas de barro batido e queimado, provavelmente relacionadas com pisos de casas (cf. Figueiredo 1963).

No entanto, essas diferentes camadas não foram consideradas relevantes para a construção das seriações, o que poderia ter sido feito, aumentando a confiabilidade do método, do qual uma das premissas era a de sucessão cronológica dos níveis estratigráficos, seguindo o princípio geológico. Não foi levado em consideração, por exemplo, que poderiam estar trabalhando com seqüências invertidas, ocasionadas por um reviramento acidental ou antrópico do solo.

Em PA-JO-21: Teso dos Bichos, foi feito um corte em 1964, escavado em níveis de 25cm, levado até 350cm. Após foi feito um “capeamento” (Figueiredo 1964:6-8), com a descrição das camadas estratigráficas – 10 camadas distribuídas em 6 estratos distintos. Mesmo com esses dados, as seriações continuavam a ser feitas segundo os níveis artificiais, misturando, portanto, em um mesmo nível, fragmentos de períodos claramente diferentes.

Segundo Simões (1967), teriam sido realizadas prospecções em 16 novos sítios, levando em conta que os sítios PA-JO-21: Teso dos Bichos e PA-JO-37: Fortaleza já tinham sido escavados anteriormente. No entanto, é curioso que ele inclua na lista dos novos sítios

vindo daí o nome de muitos deles. Os sítios da fase Formiga pesquisados em 1965, por exemplo, apresentavam cerca de 0,50m de altura acima do nível do campo e somente PA-JO-33: São Leão, chegava a atingir 0,95m.

pesquisados pelo Projeto Marajó o sítio PA-JO-26: Castanheira, que foi trabalhado por José Carlos Cardoso sozinho em 1965, e que exclua de seus registros outro sítio pesquisado por Cardoso: Ilha Pauxis (nunca registrado como sítio arqueológico). Ilha de São Raimundo, por seu turno, segundo o relatório de 1962, foi visitado nesse mesmo ano por Simões e Figueiredo, que fizeram coleta superficial, não registrando o sítio. Outro sítio ainda, PA-JO-38: Rocinha, não citado nas publicações, foi pesquisado por Cardoso em 1966 e, segundo a ficha do sítio,⁵ nos registros do Museu Goeldi, é também da fase Marajoara.

Durante a vigência do Projeto Marajó, foram visitados, portanto, segundo o que apuramos, um total de 19 sítios, sendo quatro destes compostos por dois aterros cada um. Do total, 17 foram formalmente registrados, sendo exceção feita a Ilha Pauxis e Ilha de São Raimundo. Ilha Pauxis foi prospectada por José Carlos Cardoso (fazendeiro que participou das pesquisas de campo) e não existem no Museu Paraense Emílio Goeldi notas de campo, apesar de o sítio ter fornecido material interessante e em quantidade (cf. Quadro 1).

Quanto às fases arqueológicas identificadas, Simões descreve:

“Dos sítios prospectados, 10 pertencem à fase Marajoara (7 sítios-cerimoniais e 3 sítios-habitações), 5 à fase Formiga e 1 à fase Ananatuba” (Simões 1967: 222).

Quatro dos cinco sítios da fase Formiga pesquisados faziam parte, na verdade, de um grupo de sete aterros, conforme o relatório:

“(…) descobrimos uma série de sete aterros sobre a lombada do teso que vai desta fazenda [Ilha do Fogo] até o Curuxis. Embora nenhuma evidência arqueológica fosse encontrada à superfície, a ligeira elevação acima do nível do campo e o tipo de solo levaram-nos a testar tais elevações, revelando todos os cortes experimentais a presença de cacos logo abaixo da capa superficial. Dos sete aterros prospeccionamos: aterro I (J-29), II (J-30), III (J-31) e IV (J-32)” (Simões 1965:4).

(5) As fichas de sítio foram feitas seguindo o modelo proposto por Meggers e Evans (1965: 21-28).

A classificação da cerâmica

A construção tipológica realizada por Meggers & Evans para a aplicação do método Ford no estudo da cerâmica proveniente da Ilha de Marajó baseou-se em dois critérios básicos: a decoração e a coloração do núcleo, uma vez que o antiplástico identificado em todas as amostras era o caco moído, não podendo, portanto, ser utilizado como atributo distintivo. Durante a vigência do Projeto Marajó, nos laboratórios da Área de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi, a cerâmica era limpa, numerada e classificada segundo os tipos cerâmicos descritos por Meggers & Evans (1957) para as fases da Ilha de Marajó. Simões havia organizado as coleções-tipo, conjuntos de fragmentos representativos de cada um dos tipos cerâmicos, que serviam de guia comparativo para a classificação.

Em um primeiro momento, os fragmentos eram separados em função da existência ou não de decoração. Cada uma das três primeiras fases da seqüência (Ananatuba, Mangueiras e Formiga) possuía um tipo-decorado-diagnóstico, ou mesmo alguns traços diagnósticos que permitiam sua rápida identificação; a cerâmica da fase Marajoara, por sua complexidade decorativa, diferenciava-se suficientemente das outras fases. No grupo dos fragmentos não decorados – chamados simples – cada uma das fases se diferenciava por apresentar características distintivas quanto à tecnologia de preparo e queima da cerâmica, visíveis, supostamente, no exame da pasta cerâmica. Os tipos simples descritos, no entanto, para cada uma das fases (dois para as fases Ananatuba, Mangueiras e Marajoara e quatro para a fase Formiga), possuem, na realidade, diferenças realmente significativas apenas quanto à cor do núcleo, apesar de as descrições de cada um dos tipos serem detalhadas quanto à qualidade da mistura, tamanho das inclusões, dureza etc.. Sabe-se, no entanto, que uma construção tipológica sempre se baseia em dois, no máximo três, atributos distintivos básicos e que as demais características do tipo são, na realidade, variações previsíveis dentro de um mesmo grupo de entes semelhantes.

Na tipologia de Meggers & Evans os tipos simples não apenas descrevem tipos sem

QUADRO 1

Ilha Pauxis

Informações constantes no Livro de Tombo/Acervo arqueológico MPEG
(procedência Pauxis/Faz. Santa Maria, coletor José Carlos Cardoso). As observações são nossas

Nº Tombo	Descrição	Local	Observações
933	Frag fase Marajoara	Sítio A	53 frag. de cerâmica decorada, a maioria com engobo vermelho e 54 frag. de cerâmica-decorada.
934	Vaso fase não-identificada	Sítio A	Cerâmica leve, temperada com caco moído, muito porosa, formato irregular, provavelmente devido à queima.
935	Vaso fase não-identificada	Sítio A	Tigela restaurada (cf. fig.2)
936	Vaso fase não-identificada	Sítio A	Tigela restaurada (cf. fig.2)
940	Frag. fase não-identificada	Sítio A	Vasilha restaurada em 1999. Pasta semelhante ao tipo Catarina simples (fase Formiga); engobo vermelho (cf. fig.2)
941	Urna fase não-identificada	Sítio A	Urna sem decoração, restaurada (cf. fig.2)
942	Vaso fase não-identificada + 2 frag. Fase Marajoara	Sítio A	Vaso com borda entalhada (cf. fig.2)
943	Frag. fase não-identificada	Sítio B	9 fragmentos de cerâmica decorada e 12 de cerâmica não decorada
944	Urna fase não-identificada + ossos	Sítio B	Vestígios de pintura marrom avermelhada (cf. fig.2)
945	Urna fase não-identificada + ossos	Sítio B	Não localizada
946	Frag. fase Marajoara ????	Sítio B	Peça restaurada em 1999. Diâmetro 54cm, não foi possível enquadrar em nenhuma das fases. Formato semelhante à peça nº 940
947	Frag. fase Marajoara + fase não-identificada	Sítio C	97 fragmentos de cerâmica decorados e 150 fragmentos de cerâmica não decorada. Os fragmentos que não puderam ser classificados na fase Marajoara apresentam pasta semelhante à fase Mangueiras, mas também aos tipos Camutins simples e Formiga Simples. A decoração inclui unguulados, digitados, pintura policrônica, engobo vermelho, escovados e incisos
937	Lâmina de machado pequena	Sem inform.	
948	Lasca lítica	Sem inform.	
938	Pigmento para pintura	Sem inform.	
939	Fragmentos de ossos humanos	Sem inform.	

decoração mas também definem tipos de pasta cerâmica que podem – e devem – ser identificadas nos tipos decorados. Na fase Mangueiras, por exemplo, existem dois tipos simples: Mangueiras simples e Anjos simples, e, entre os tipos decorados, Bacuri escovado (com pasta Anjos simples), Croari escovado (com pasta Mangueiras simples), Pocoató raspado (com pasta Mangueiras simples) etc.. Na Fase Formiga, por exemplo, há quatro tipos simples: Formiga simples, Coroca simples, Embaúba simples e Catarina simples, e, dentre os tipos

decorados, Saúba escovado (com pasta Coroca simples), Mucajá corrugado (com pasta Embaúba simples) etc.. Essa classificação permitiu, principalmente para os autores, caracterizar mudanças cronológicas, criando uma seqüência que resultou em uma sucessão diacrônica entre as fases e uma cronologia relativa entre os sítios de uma mesma fase, com o objetivo de mostrar que os sítios eram apenas parcialmente contemporâneos e, portanto, com grau de sedentarização compatível com o esperado para culturas de floresta tropical.

No entanto, um dos problemas que a equipe de Simões encontrou na classificação do material proveniente desses três sítios que aqui descrevemos foi que alguns dos tipos decorados, relacionados a fases facilmente identificáveis, estavam aparecendo com pastas cerâmicas que não se enquadravam na descrição dos tipos simples de suas próprias fases. Além disso, mesmo quando a maioria dos decorados se encaixava bem em uma das fases, os tipos simples pareciam ser de outra fase, o que era incoerente. Isso sem falar na coexistência de fragmentos cerâmicos das fases Mangueiras e Marajoara em vários níveis em um mesmo sítio (Ilha da Ponta e Ilha do Fogo), o que era incompatível com a posição diacrônica dessas duas fases, uma vez que, após as datações radiocarbônicas processadas com carvão obtido nas escavações do próprio Projeto Marajó, haveria um hiato temporal muito grande entre elas.

Uma vez que esses fatos não poderiam ser explicados de maneira convincente sem questionar o modelo, Simões não publicou esses dados, mesmo tempo em que preservou as primeiras notações de laboratório onde, ao lado das quantificações dos fragmentos da fase Mangueiras em dois dos sítios da fase Marajoara se observam grandes pontos de interrogação.

PA-JO-23: Ilha da Ponta

Durante a primeira semana de setembro do ano de 1963, Napoleão Figueiredo e José Carlos Cardoso escavaram o sítio Ilha da Ponta, localizado na Fazenda Santa Maria:

“O aterro Ilha da Ponta é uma elevação com aproximadamente 1,5m de altura, medindo 200m de comprimento por 50m de largura, coberto de vegetação, com declives para o campo e para a baixa que, na estação chuvosa, fica ligada ao igarapé Ilha do Fogo (...) Foram procurados os pontos mais altos do aterro. No primeiro foi tentado corte experimental de 1x1m. Foram feitos 5 cortes, mas somente um foi trabalhado” (Ficha do sítio Ilha da Ponta, 1963).

O relatório de campo, entretanto, descreve com algum detalhe os cinco cortes realizados, sendo que em todos eles foram encontradas peças semi-inteiras e fragmentadas, denotando

enterramentos: urnas, “alguidares”, banco, tanga, “fruteiras”. O corte “aproveitado” provavelmente foi aquele que possibilitou a recolhida de fragmentos suficientes para a realização da seriação. Há a seguinte descrição sobre esse (corte 4):

“No primeiro horizonte, evidência de barro queimado, carvão e pequenas placas de barro endurecido de cor branca e amarela, com sinais de fogo. Em um dos cantos do corte, foi encontrada urna excisa, junto com outra globular totalmente fragmentada. Retirou-se a urna, mais ou menos inteira, que se encontrava reposando sobre areia numa profundidade de 0,75cm” (Figueiredo 1963).

Foi possível aos pesquisadores classificar a maior parte dos fragmentos coletados nesse ano segundo os tipos estabelecidos para a Fase Marajoara (cf. Tabela 1). Entretanto, 71 fragmentos tombados sob o nº 1329 são classificados como “Mangueiras(?)” [sic].⁶ Nas fichas do sítio encontra-se, referente ao nível 25-50cm, a seguinte observação: “25 cacos não-Marajoara – provável Mangueiras?” [sic], enquanto, em relação ao nível 50-75cm, 44 cacos já são classificados como Mangueiras.

Essa ocorrência de fragmentos da fase Mangueiras, ainda que em número bastante reduzido, nesse que se caracterizava como um sítio-cemitério da fase Marajoara, deve ter sido o motivo que levou Simões a voltar à Ilha da Ponta em 1965. No entanto, o relatório de 1965 é bastante lacônico quanto a este tese:

“(...) procedemos ainda a novo corte-estratigráfico no aterro Ilha da Ponta” (Simões 1965:4).

Nas fichas, entretanto, há a descrição do tese, seguida pelo relato de que o novo corte, chamado então de 2, foi feito a 3m do corte 1 (o aproveitado, corte 4) de 1963 (MPEG Nº de Tombo 964). Esse corte (1x1m) foi escavado em níveis artificiais de 20cm até o nível 80cm, a partir do qual começava o solo estéril. Apareceram cacos, blocos de barro queimado e vestígios de carvão. Essa escavação foi pródiga em fragmentos da fase Mangueiras,

(6) Fonte: Listagem de fragmentos tombados, Reserva Técnica Arqueológica MPEG.

como mostra a Tabela 2. Na publicação de 1967, no entanto, Simões considera somente uma parte dos fragmentos coletados (tipos Inajá simples e Camutins simples, da fase Marajoara) para a realização da seqüência seriada: 203 fragmentos Inajá simples e 84 fragmentos Camutins simples (Simões 1967: 220), enquanto, somente no nível 0-20cm, havia 199 fragmentos Inajá simples e 113 Camutins simples!

Simões realizou ainda uma coleta superficial que produziu um total de 187 fragmentos, sendo 69 de cerâmica decorada e 118 de cerâmica não decorada (cf. Livro de Tombo, nº 962). Não há registro da análise desse material nas fichas.

Segundo a classificação realizada na época, do total de 667 fragmentos tombados provenientes da escavação de 1965, 10,64% são da fase Mangueiras, 4,35% não puderam ser classificados dentro de nenhum tipo cerâmico e 85,01% são da fase Marajoara. Dessa fase, a porcentagem de decorados atinge 41,23%, um valor bastante elevado, mesmo para sítios-cerimoniais.⁷

Se, por um lado, os fragmentos coletados por Figueiredo e Cardoso em 1963 foram, infelizmente, guardados por tipo-variedade, perdendo-se a informação sobre sua procedência estratigráfica, por outro lado, o material coletado por Simões foi guardado segundo os níveis estratigráficos de onde provieram, divididos dentro dos níveis segundo os tipos cerâmicos, o que tornou possível reexaminar parte do material e confrontar os dados com as análises feitas à época.

PA-JO-28: Ilha do Fogo

A prospecção no sítio Ilha do Fogo foi feita na mesma oportunidade em que foi

(7) Simões (1967: 219) classificou Ilha da Ponta como aterro-cerimonial, uma terceira categoria de sítio, que não é o sítio-cemitério (por não conter enterramentos), mas que apresenta mais de 8% da cerâmica coletada com decoração. No entanto, mesmo segundo esses critérios, Ilha da Ponta seria sítio-cemitério, pois Figueiredo, em 1963, localizou enterramentos.

pesquisado Ilha da Ponta, em 1965, uma vez que são próximos um do outro. O aterro de Ilha do Fogo é banhado a sul e sudeste pelo igarapé Ilha do Fogo, e media, à época, 98mx45m, possuindo 1,15m de altura acima do nível do campo e distando cerca de 500m da fazenda Ilha do Fogo. Na parte oriental do teso havia um cemitério e o terreno estava bastante perturbado e por essa razão escolheram a parte oeste para trabalhar, onde foram feitos dois cortes-estratigráficos e coleta de superfície. Ambos os cortes (1x1m) foram escavados em níveis de 10cm, mostrando evidências até o nível 140cm, constituídas de fragmentos de cerâmica, barro queimado, pequenos fragmentos de ossos e vestígios de carvão (Simões 1965). No livro de tombo constam os números: T. 967 – fragmentos das fases Marajoara e Formiga, corte 1-A e T. 968 – fragmentos da fase Marajoara e Formiga, corte 2-B. No entanto, duas outras fontes de informações na Reserva Técnica da Área de Arqueologia do Museu Goeldi mostram dados diferentes.

As fichas do sítio, feitas em seguida à chegada de campo e onde eram colocadas as informações sobre a análise dos fragmentos mostram que, em relação à coleta de superfície, dos 189 fragmentos coletados, 52 fragmentos, classificados como pertencentes à fase Mangueiras e 9 fragmentos, classificados como cerâmica cabocla, são tidos como: “não computados”. No canto da ficha consta: “Marajoara - 72,5%; Mangueiras (?) - 27,5%”. Já na relação de fragmentos tombados na Reserva Técnica (Tabelas 4, 5 e 6) tem-se 51 fragmentos como “provável Formiga”. Em relação aos dois cortes feitos, os fragmentos foram classificados em parte entre os tipos cerâmicos da fase Marajoara e parte permaneceu como pertencente à fase Mangueiras, sem a classificação nos tipos dessa última fase e com constantes pontos de interrogação ao lado da expressão “fase Mangueiras”, com relação a todos os níveis.

É interessante notar que, na relação de quantificação de fragmentos existente na Reserva Técnica para todos os fragmentos tombados, no corte 1-A, entre os níveis 0 e 80cm, os fragmentos Mangueiras aparecem como “provável Formiga”, e para todos os demais níveis como “não-Marajoara”. Já no

PA-JO-23: ILHA DA PONTA - Fragmentos de 5 cortes (Figueiredo, 1963) - MPEG/Tombo 1319 a 1322, 1328 e 1329

Fase Marajoara

Tipos não decorados		Tipos decorados		Tipos não decorados		Tipos decorados		Tipos não decorados		Tipos decorados		Tipos não decorados		Tipos decorados		Tipos não decorados		Tipos decorados			
Camutins	Inajá	Joanes	Pacoval	Anajás	inciso	Goiapi	Outros	Mangueiras	Não	decorados	raspado	decorados	Mangueiras	Não	decorados	raspado	decorados	decorados	decorados	TOTAL	
simples	simples	Pintado	Inciso	branco			Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	
84	12,59	208	31,18	131	19,64	37	5,55	65	9,74	22	3,3	14	2,1	6	0,9	71	10,64	29	4,35	667	

PA-JO-23: ILHA DA PONTA - Corte 2 (Simeões 1965) - MPEG/Tombo 964

Fase Marajoara

Tipos não decorados		Tipos decorados		Tipos não decorados		Tipos decorados		Tipos não decorados		Tipos decorados		Tipos não decorados		Tipos decorados		Tipos não decorados		Tipos decorados				
Camutins	Inajá	Joanes	Goiapi	Outros		Mangueiras	Anjos	Bacuri	Outros											TOTAL		
simples	simples	Pintado	raspado	tipos decorados		simples	simples	escavado	tipos decorados											Nº		
Nível	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
0-20	113	28,03	199	49,37	51	12,65	9	2,23	27	6,69	-	0	-	0	0	0	-	0	4	0,99	403	
20-40	341	42,83	268	33,66	59	7,41	65	8,16	14	1,75	23	2,88	6	0,75	-	0	10	1,25	10	1,25	796	
40-60	138	18,03	123	16,07	-	0	5	0,65	202	26,4	141	18,43	63	8,23	60	7,84	33	4,31	-	0	765	
60-80	-	0	-	0	-	0	0	-	7	33,33	9	42,85	-	0	4	19,04	-	0	1	4,76	21	
Total	592	29,82	590	29,72	110	5,54	74	3,72	46	2,31	232	11,68	156	7,85	63	3,17	74	3,72	33	1,66	15	0,75
Outras ocorrências - Nível 0-20cm: 1 fragmento de tanga, 1 lâmina de machado; nível 20-40cm: 1 aplique, 1 fragmento de tanga.																						

TABELA 3

PA-JO-23: ILHA DA PONTA
(Resumo de dados da Tabela 2)

Fase Marajoara			Fase Mangueiras		Total
Níveis	Nº	%	Nº	%	Nº
0-20cm	399	100	0	0	399
20-40cm	747	95,03	39	4,96	786
40-60cm	266	36,34	466	63,66	732
60-80cm	0	0	20	100	20
Total	1412	72,89	525	27,10	1927

Livro de Tombo, o sítio é caracterizado como pertencente às fases Marajoara e Formiga, enquanto na publicação de Simões de 1967 o sítio Ilha do Fogo consta como um sítio ceremonial da fase Marajoara, sem nenhuma menção a outras fases. Ou seja, das primeiras anotações de laboratório nas fichas até a publicação dos resultados, desapareceram 3.692 fragmentos!

Observe-se ainda que no nível 90-100cm do corte 2-A, os fragmentos da fase Mangueiras (ou “provável Formiga” ou “não-Marajoara”) perfazem 67,54% do total, enquanto no nível 40-50cm do corte 2-B, são 73,24%; números expressivos o bastante para serem desprezados.

Ilha Pauxis

Esse aterro foi escavado por José Carlos Cardoso e apesar de este material ter dado entrada no Museu Goeldi ainda em 1965, e do sítio constar no mapa do relatório de Simões do mesmo ano, nenhuma menção é feita quanto a ele na publicação de 1967 ou mesmo na publicação de Simões e Araújo-Costa de 1978 – onde, além de todos os sítios pesquisados e registrados, há menção da existência de diversos sítios sem localização precisa (Simões e Araújo-Costa 1978: 106-108).

A cerâmica, no entanto, foi analisada, constando de fragmentos de vasilhas e urnas, algumas das quais foram restauradas recentemente. Segundo a classificação realizada na época, alguns fragmentos foram registrados como pertencentes à fase Marajoara (nº de Tombo 933, 946 e 947) e quatro vasos (nº de

Tombo 934, 935, 936, 942) e três urnas (nº de Tombo 941, 944 e 945) foram registrados como de “fase não-identificada” (cf. Tab. 1; Fig. 1). Duas dessas urnas continham ossos. Apesar de esse sítio não ser citado no relatório, sua localização consta do mapa anexado ao relatório de 1965 (cf. Mapa). No Livro de Tombo o material está registrado como procedente de “Ilha Pauxis, Fazenda Santa Maria, doado por José Carlos Cardoso em 1963”. Além disso, como local de procedência dentro de Ilha Pauxis constam as denominações: sítio A, sítio B e sítio C, o que sugere que o sítio pode ser um agregado de pelo menos três aterros. Além dessas peças, fragmentos e ossos, provêm também do sítio uma lâmina de machado pequena (nº de Tombo 937) e pigmento vermelho (nº de Tombo 938).

Nesse sítio, os fragmentos que não podem ser claramente relacionados à fase Marajoara mostram diferenças que não permitem enquadrá-los em nenhuma das fases, mas que possuem uma maior semelhança aos tipos simples da fase Formiga. O fato de os enteramentos estarem justamente em urnas de fase “não-identificada” torna esse sítio especialmente interessante, pois em nenhum dos sítios das fases Ananatuba, Mangueiras e Formiga pesquisados por Meggers & Evans e por Simões & Figueiredo foram encontrados enteramentos em urnas.

O antiplástico nos tipos cerâmicos

O caco moído é identificado como antiplástico predominante nas cinco fases cerâmicas da Ilha de Marajó. No entanto, outros tipos de antiplástico, como cariapé, areia e osso, têm sido constatados em fragmentos de cerâmica associados a todas as fases.⁸ Sobre o sítio PA-JO-26: Castanheira, Simões relata que:

“os cacos simples inclassificados incluem 6 temperados com osso e 29 temperados com

(8) Palmatary 1949 e Magalis 1975 fazem referência ao uso do cariapé em cerâmica da fase Marajoara. Recentemente, Canto Lopes (1999) apresentou o cariapé como antiplástico predominante em cerâmica de sítio proto-histórico no leste da Ilha (sítio PA-JO-46: Joanes).

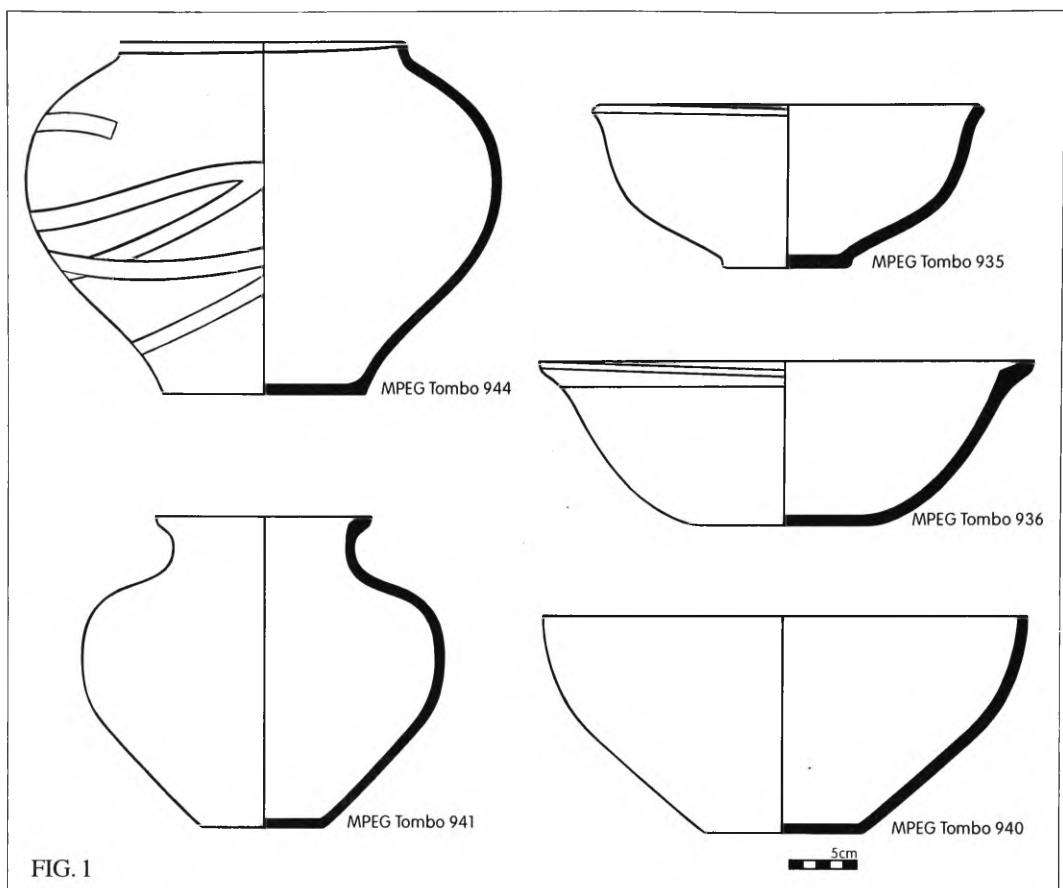


FIG. 1

areia. Os primeiros se limitam à superfície e níveis superiores e se relacionam à ocupação cabocla recente do sítio" (Simões 1969: 404).

Outros sítios, como os da fase Formiga pesquisados durante o Projeto Marajó, apresentaram também quantidades variáveis de cerâmica temperada com osso. No sítio PA-JO-31: Aterro Pelado, aparece uma porcentagem significativa de cerâmica temperada com osso no 2º nível, perfazendo 31,74% dos fragmentos do nível, enquanto, por exemplo, o tipo não-decorado predominante do nível, Formiga simples, alcança somente 26,7%. O número total de fragmentos do nível é estatisticamente significativo: 397. No terceiro nível também há a presença da cerâmica temperada com osso, em menor quantidade. No total do corte ela alcança 11,91% (cf. Tabela 7).

No sítio PA-JO-32: Cavalo Morto, também ocorre cerâmica temperada com osso no 2º e 3º

níveis, mas no total do corte atinge somente 1,11% (cf. Tabela 8).

Em PA-JO-33: São Leão, a cerâmica temperada com osso está presente nos três níveis superiores, atingindo 3,14% do número total de fragmentos (cf. Tabela 9).

Em alguns fragmentos decorados da fase Marajoara também temos constatado ocasionalmente a utilização de ossos triturados como antiplástico.

A seqüência cronológica

A partir das pesquisas realizadas no final dos anos 40, Meggers & Evans identificaram a existência de contato entre as fases Ananatuba e Mangueiras, a segunda substituindo a primeira em dois sítios (J-7 e J-10), na costa Norte, e contato entre as fases Formiga e

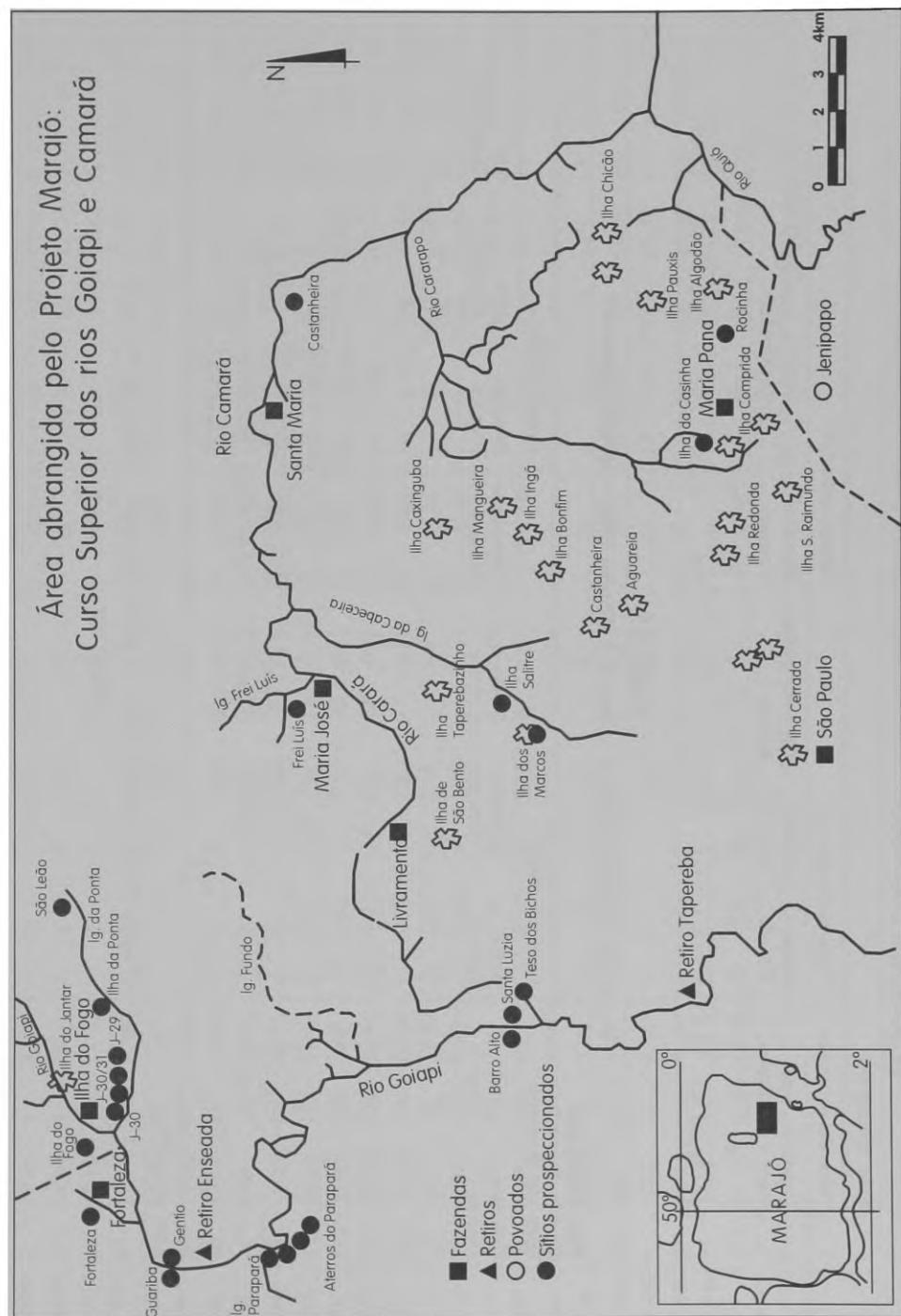


TABELA 4

PA-JO-28: ILHA DO FOGO – Coleta superficial (Simões 1965) – MPEG Tombo 967

Fase Marajoara

Fase Marajoara						Outras cerâmicas						TOTAL					
Tipos não decorados			Tipos decorados			Provável Formiga			Não classificados			Provável Formiga			Não Marajoara classificada		
Camutins	Inajá simples	Joanes Pintado	Goiapi raspado	Tipos decorados incisos	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %
50	26,45	54	28,57	7	3,7	17	8,99	7	3,7	51	26,98	3	1,59	189	100,0		

TABELA 5

PA-JO-28: ILHA DO FOGO – Corte 1-A (Simões 1965) – MPEG Tombo 967

Fase Marajoara

Fase Marajoara						Outras cerâmicas						TOTAL							
Tipos não decorados			Tipos decorados			Provável Formiga			Não Marajoara			Provável Formiga			Não Marajoara classificada				
Nível	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
0-10 cm	267	38,53	340	49,06	19	2,74	11	1,59	1	0,14	28	4,04	26	3,75	-	0	1	0,14	
10-20 cm	103	31,79	131	40,43	15	4,63	14	4,32	14	4,32	21	6,48	17	5,25	-	0	9	2,78	
20-30 cm	115	27,38	168	40,0	17	4,05	14	3,33	36	8,57	16	3,81	44	10,48	-	0	10	2,38	
30-40 cm	63	19,15	102	31,0	6	1,82	11	3,34	58	17,63	17	5,17	62	18,84	-	0	10	3,04	
40-50 cm	35	12,28	84	29,47	2	0,7	7	2,46	41	14,39	18	6,32	82	28,77	-	0	16	5,61	
50-60 cm	15	6,94	36	16,67	-	0	6	2,78	39	18,06	7	3,24	108	50,0	-	0	5	2,31	
60-70 cm	30	12,55	56	23,43	-	0	5	2,09	20	8,37	2	0,84	121	50,63	-	0	5	2,1	
70-80 cm	69	14,97	96	20,82	-	0	-	0	0	9	1,95	268	58,13	-	0	19	4,12		
80-90 cm	61	14,59	40	9,57	-	0	4	0,96	6	1,44	1	0,24	-	0	275	65,79	31	7,42	
90-100 cm	86	18,74	22	4,79	-	0	0	6	1,31	-	0	-	0	310	67,54	35	7,63	459	
100-110cm	30	18,63	20	12,42	-	0	-	0	0	1	0,62	-	0	103	63,98	7	4,35	161	
110-120cm	11	17,46	8	12,7	5	7,94	2	3,17	-	0	-	0	-	0	36	57,14	1	1,59	63
120-130cm	7	16,67	4	9,52	-	0	-	0	-	0	-	-	0	26	61,9	5	11,9	42	
Total	892	21,7	1107	26,93	64	1,56	74	1,8	221	5,38	120	2,92	728	17,71	750	18,25	154	3,75	4110
																		100,0	

Outras ocorrências - Nível 0-10cm: 3 fragmentos de tangas, 1 aplique; nível 10-20cm: 1 fragmentos de tangas; nível 30-40cm: ossos.

PA-JO-28: ILHA DO FOGO – Corte 2-B (Simões 1965) – MPEG Tombo 968

TABELA 6

Nível	Fase Marajoara						Outras cerâmicas						TOTAL							
	Tipos não decorados			Tipos decorados			Outros tipos decorados			Tempo de areia ou osso		Não Marajoara		Nº	%					
	Camutins simples	Inajá simples	Joanes Pintado	Carmelo vermelho	Goiapi Raspado	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %	Nº %							
0-10 cm	117, 19,67	195	32,8	35	5,9	8	1,34	28	4,71	9	1,51	-	0	194	32,6	9	1,51	595	100,0	
10-20 cm	67	15,58	111	25,81	6	1,4	25	5,81	28	6,51	6	1,4	-	0	173	40,23	14	3,25	430	100,0
20-30 cm	42	10,1	71	17,1	2	0,48	5	1,2	34	8,17	5	1,2	-	0	243	58,41	14	3,36	416	100,0
30-40 cm	39	8,04	68	14,02	2	0,41	10	2,06	33	6,8	7	1,44	-	0	311	64,12	15	3,1	485	100,0
40-50 cm	19	5,35	30	8,45	1	0,28	9	2,53	19	5,35	1	0,28	-	0	260	73,24	16	4,51	355	100,0
50-60 cm	11	5,76	14	7,33	2	1,05	9	4,71	6	3,14	-	0	-	0	139	72,8	10	5,24	191	100,0
60-70 cm	30	12,5	29	12,1	-	0	9	3,75	6	2,5	1	0,42	18	7,5	130	54,17	17	7,08	240	100,0
70-80 cm	33	11,54	25	8,74	-	0	10	3,5	15	5,24	-	0	-	0	190	66,43	13	4,54	286	100,0
80-90 cm	28	10,14	11	3,98	-	0	1	0,36	-	0	-	0	9	3,26	210	76,1	17	6,16	276	100,0
90-100 cm	22	9,91	12	5,4	-	0	-	0	2	0,9	-	0	10	4,5	152	68,47	24	10,81	222	100,0
100-110cm	4	3,51	1	0,88	-	0	2	1,75	1	0,88	-	0	13	11,4	78	68,42	15	13,16	114	100,0
110-120cm	4	10,81	-	0	2	5,4	-	0	-	0	-	0	0	22	59,46	9	24,32	37	100,0	
120-130cm	7	35,0	1	5,0	-	0	2	10,0	-	0	-	0	0	10	50,0	-	0	20	100,0	
Total	423	11,53	568	15,49	50	1,36	90	2,45	172	4,7	29	0,79	50	1,36	2112	57,59	173	4,72	36667	100,0

Outras ocorrências - Nível 0-10cm: 4 fragmentos de tanga; nível 20-30cm: 1 fragmento de tanga; nível 30-40cm: 6 fragmentos de tanga; nível 60-70cm: 2 fragmentos de tanga.

PA-JO-31: ATERRIRO PELADO – Corte único (Simões, 1965) – MPEG/Tombo 971

Fase Formiga										
Nível	Tipos não decorados					Tipos decorados				
	Formiga simples		Embaúba simples		Coroca simples	Cantutins simples		Outras cerâmicas		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	%	Nº
0-15 cm	155	25,53	249	41,02	176	28,99	10	1,64	-	0
15-30 cm	106	26,7	61	15,36	86	21,66	-	0	-	0
30-45 cm	52	59,77	-	0	2	2,3	1	1,15	26	29,88
Total	313	28,69	310	28,41	264	24,2	11	1	26	2,38

Outras ocorrências - Nível 0-15cm: 4 fragmentos de tangas; nível 15-30cm: 2 fragmentos de tangas.

PA-JO-32: CAVALO MORTO – Corte único (Simões, 1965) – MPEG/Tombo 1058

Fase Formiga										
Nível	Tipos não decorados					Tipos decorados				
	Formiga simples		Embaúba simples		Coroca simples	Saúba escavado	Pseudo-cipó inciso	Outras cerâmicas		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	%	Nº
0-15 cm	325	36,27	160	17,85	358	39,95	36	4,02	4	0,45
15-30 cm	203	43,47	57	12,2	150	32,12	26	5,57	6	1,28
30-45 cm	38	36,19	6	5,71	55	52,38	3	2,86	-	0
45-60 cm	30	44,12	2	2,94	30	44,12	5	7,35	-	0
Total	596	38,8	225	14,65	593	38,6	70	4,56	10	0,65

Outras ocorrências - Nível 0-15cm: 3 fragmentos de tangas.

PA-IO-33-SÃO LÉAO - Corte único (Simpões, 1965) MPEG/Tombo 1059

PA-JO-33:SÃO LEÃO – Corte único (Simões, 1965) MPEG/Tombo 1059

Outras ocorrências - Nível 0-15cm: 4 fragmentos de tangas; nível 15-30cm: 2 fragmentos de tangas.

Marajoara, essa última também tomando os locais ocupados pela anterior. Nenhuma “*conecção estratigráfica*” (Meggers & Evans 1957: 408) foi encontrada pelos autores entre as fases Formiga e Mangueiras ou entre Marajoara e Mangueiras. Mesmo assim, segundo as primeiras estimativas dos autores na época, baseados na cronologia relativa construída entre os sítios através da análise cerâmica, o final da Fase Mangueiras estaria próximo ao início da Fase Formiga e, portanto, também ao da Marajoara (Meggers & Evans 1957: 590, fig.205). A partir de hipóteses construídas sobre a duração do período de ocupação dos sítios, a construção da cronologia relativa e o fato de a Fase Aruã ser considerada proto-histórica, os autores concluíram que a ocupação da Ilha por todas as fases – Ananatuba, Mangueiras, Formiga, Marajoara e Aruã – teria durado cerca de 800 anos, com início de Ananatuba em 700 d.C.

Entretanto, após terem sido processadas as primeiras datações absolutas, a partir das amostras de carvão coletadas durante o Projeto Marajó, ampliou-se cronologicamente o período de ocupação pré-histórica na Ilha. A pesquisa no sítio Castanheira, além de estender a área de dispersão das fases Ananatuba e Mangueiras para a região sudeste da Ilha, proporcionou a primeira e única datação absoluta para o momento de contato entre essas duas fases – 980 ± 200 a.C. (SI-386), através do carvão recolhido no corte A, nível 50-60cm (Simões 1969: 403). Além disso, Simões obteve datas antigas para o que poderia ser o início Fase Marajoara: 480 ± 200 d.C. (SI-386) e 580 ± 200 d.C. (SI-387) no sítio PA-JO-36: Frei Luiz. Como a fase Mangueiras teria tido uma curta duração e, além disso, era parcialmente contemporânea com Ananatuba, sua distância diacrônica com relação à Fase Marajoara poderia chegar a ser de 1.000 anos.

Na década de 80, Meggers & Danon (1988) dataram vários fragmentos de cerâmica, representando todas as fases de Marajó, pelo processo de termoluminescência da cerâmica. A combinação entre as datas produzidas pela cerâmica e as datações de radiocarbono obtidas em escavações (dados de Simões e Roosevelt) desenhou um quadro cronológico bem mais preciso para o início e final de cada

uma das fases (cf. Quadro 2). Segundo esses dados combinados, observa-se, então, a existência de um hiato entre o final da fase Mangueiras e o início da fase Formiga (antecessora da Marajoara), que pode chegar a 800 anos (Meggers & Danon, 1988:249). Durante esse período, segundo os autores, que adicionam dados climáticos e palinológicos ao quadro, teria havido um período de aridez onde os recursos disponíveis à subsistência teriam diminuído drasticamente, o que poderia ter levado ao abandono da Ilha ou ao desmembramento das comunidades que subsistiram em pequenos grupos de caçadores-coletores nômades, pelo menos em determinadas épocas do ano (op.cit:251-2).

Entendendo a “linguagem da cerâmica”

A pesquisa que resultou no presente artigo iniciou-se ao acaso, enquanto fazíamos um levantamento nos registros das coleções de cerâmica da fase Marajoara que haviam procedido de escavações, na Reserva Técnica Arqueológica do Museu Paraense Emílio Goeldi. A constatação de que no sítio PA-JO-23: Ilha da Ponta, havia cerâmica das fases Mangueiras e Marajoara coexistindo nos mesmos níveis, nos levou do Livro de Tombo às fichas de sítios, relatórios e artigos publicados, que revelaram a existência de dados discordantes entre as fontes e nunca reportados à comunidade científica. Como resultado, ficamos frente à tarefa a qual Simões se furtou há 35 anos: explicar a contemporaneidade entre as fases Mangueiras e Marajoara, identificadas em dois sítios da região pesquisada pelo Projeto Marajó.⁹

Examinamos uma amostra do material dos sítios Ilha da Ponta e Ilha do Fogo, que atingiu cerca de 10% dos fragmentos de todos os

(9) O projeto Marajó não teve o mérito de, pela primeira vez, ter identificado contemporaneidade entre as fases Mangueiras e Marajoara. Meggers e Evans identificaram a presença de fragmentos de tangas vermelhas da fase Marajoara em “níveis perturbados” no sítio PA-JO-17: Flor do Anajás (fase Mangueiras), mas essa ocorrência não foi considerada indicação de contato.

QUADRO 2

**Datações absolutas para as fases arqueológicas da Ilha de Marajó
(Radiocarbono e Termoluminescência da Cerâmica)**

Datas/ nº laboratório	FASES ARQUEOLÓGICAS				
	Ananatuba	Mangueiras	Formiga	Marajoara	Aruã
1460 AC (TL-18)	J-26				
1450 AC (TL-34)	J-7				
1182 AC (TL-80)	J-26				
1110 AC (TL-79)	J-26				
1090 AC (TL-69)		J-26			
1062 AC (TL-81)		J-26			
1050 AC (TL-47)		J-10			
980 AC (C14/SI-385)*	J-26	J-26			
920 AC (TL-76)		J-26			
Suposto hiato entre 920 AC e 70 AC (Meggers & Danon 1988)					
70 AC (C14/SI-202)*				J-21	
10 DC (TL-125)		J-32			
88 DC (TL-127)		J-32			
97 DC (TL-132)		J-33		(J-33)	
220 DC (TL-161)				J-36	
245 DC (TL-126)		J-32			
290 DC (TL-117)		J-29			
320 DC (TL-130)		J-33			
380 DC (TL-131)		J-33			
400 DC (TL-120)		J-30			
480 DC (C14/SI-386)*			J-36		
580 DC (C14/SI-387)*			J-36		
610 DC (TL)		J-6			
615 DC (C14/GX-16061)				J-14	
690 DC (C14/SI-199)*				J-21	
695 DC (C14/GX-16075)				J-21	
750 DC (TL)		J-6			
837 DC (TL)		J-6			
890 DC (C14/GX-16063)				J-14	
1150 DC (TL-88)					?
1195 DC (C14/GX-16066)				J-21	
1275 DC (C14/GX-16061)				J-14	
1320 DC (TL-48)				J-21	
1350 DC (TL)					?

Fonte: As datas TL são de Meggers & Danon (1988:248); as datas de C14* são de Simões (1969:402 e em Roosevelt 1991:313-314); as demais são de Roosevelt (op.cit.).
“?” foi usado por não haver informação sobre o sítio a que pertencia a amostra cerâmica.

níveis, apenas para confirmar a análise feita em laboratório na época do projeto Marajó. O material de Ilha do Fogo e de Ilha da Ponta de 1965 foi guardado separadamente por nível e por tipo cerâmico e nossa análise confirma a classificação feita: de acordo com a classificação tipológica construída por Meggers & Evans (1957) para a cerâmica das fases Mangueiras e Marajoara, há coexistência das duas fases nos níveis 20-40cm e 40-60cm em Ilha da Ponta, com um total de 27,10% de fragmentos da fase Mangueiras em todo o corte (cf. Tab.3). Quanto à Ilha do Fogo, a situação é um pouco diferente. O material é muito fragmentado e a análise depende basicamente do exame da pasta cerâmica, onde identificam-se em geral fragmentos que seriam da fase Mangueiras e em menor freqüência fragmentos que pertenceriam à fase Formiga. A cerâmica, em geral, não-Marajoara atinge um total de 35,96% no corte A-1 e 57,59% no corte B-2 (cf. Tabs. 5 e 6).

Nas fichas do sítio Ilha do Fogo, onde foram anotados os resultados das análises de laboratório, os fragmentos “não-Marajoara” aparecem claramente como Mangueiras. Nas outras fontes de registros aparecem como “provável Formiga”, “não-Marajoara” ou “Formiga”. Isso se deve ao fato de que a contemporaneidade da fase Formiga com Marajoara era possível segundo o modelo de sucessão diacrônica das fases da floresta tropical e, portanto, era considerado mais provável que uma fase não-Marajoara, encontrada juntamente com cerâmica Marajoara, fosse pertencente à fase Formiga.

O fato de o sítio Ilha Pauxis ter sido totalmente ignorado nas publicações não pode ser explicado pelo fato de esse sítio ter sido escavado por José Carlos Cardoso. Afinal, o sítio PA-JO-26: Castanheira, que forneceu a única data radiocarbônica para a fase Ananatuba também foi escavado por Cardoso, sem a participação dos pesquisadores do Museu Goeldi e da Universidade Federal do Pará. A cerâmica de Ilha Pauxis possui formas diferentes das demais fases, mas é temperada com caco moído e possui pasta que, em algumas peças (T.940, T.947) pode ser considerada semelhante à da fase Formiga. No entanto, no conjunto, a cerâmica de Ilha Pauxis aparece como algo totalmente diferente do que até

então era conhecido para a região, principalmente considerando-se as formas e o tipo de decoração pintada (identificada em apenas uma vasilha). Além disso, esse sítio apresenta enterramento secundário em urnas, que até então não tinha sido identificado para as fases Ananatuba, Mangueiras e Formiga.

Aparentemente, os dados acima expostos significam que a fase Mangueiras, sendo parcialmente contemporânea às fases Ananatuba e Marajoara, possui uma duração superior a 1.000 anos, sendo, portanto, provável que se encontrem sítios dessa fase que venham a preencher o “hiato” (baseado em evidências negativas) que é mostrado no Quadro 2. Ilha Pauxis, por outro lado, seria uma sexta fase, pelo menos parcialmente contemporânea à fase Marajoara, ainda não estudada, e à espera de datação.

Vale relembrar que a metodologia de pesquisa utilizada por Meggers & Evans baseava-se em duas hipóteses nunca comprovadas: 1) de que os sítios encontrados na Ilha seriam típicos das “culturas de floresta tropical” (Meggers & Evans 1957: 18), portanto com agricultura pouco eficiente, dependentes dos recursos florestais e aquáticos, de estilo de vida semi-sedentário, e com organização social simples (sem concentração de poder, divisão do trabalho ou desigualdade social) e 2) de que não havia sentido em estudar a estratigrafia já que os sítios seriam “tipicamente pequenos e pouco profundos... com estratigrafia natural limitada e sem restos arquitetônicos sobreviventes, como paredes ou pisos” e os artefatos, sendo constituídos quase que exclusivamente de cacos de cerâmica, não compensavam o esforço de uma “escavação intensiva” (Evans & Meggers 1965: viii).

As poucas referências sobre camadas estratigráficas nos registros do Projeto Marajó atestam a existência de camadas distintas, que deveriam ter sido consideradas quando da coleta de fragmentos para as seriação, proporcionando maior confiabilidade ao método. Além disso, o fato de na maioria dos casos não ter sido feito nenhum comentário sobre a estratigrafia, levanta dúvidas a respeito da confiabilidade dos depósitos trabalhados. Podemos, a partir de nossa própria experiência de pesquisa na Ilha de Marajó –

escavamos sete sítios recentemente no rio Anajás¹⁰ (Schaan 1999) – afirmar que é possível identificar camadas arqueológicas distintas relacionadas a diferentes intensidades de ocupação e uso diferencial do espaço; que diferentes áreas escavadas dentro de um mesmo sítio mostram diferenças importantes no tipo e quantidade de artefatos encontrados; e que é possível distinguir claramente depósitos bem preservados de depósitos onde as camadas sofreram distúrbios, antrópicos ou naturais.

Um rápido exame da literatura arqueológica brasileira da década de 1990 permite observar que a “crença” na impossibilidade de distinguir-se camadas estratigráficas acabou juntamente com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas/PRONAPA e sua versão amazônica, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica/PRONAPABA. A utilização das seriações dos tipos cerâmicos como forma de inferir duração, tamanho, contemporaneidade e reocupação em sítios nas terras baixas amazônicas tem sido seriamente criticada (Raymond 1995; DeBoer, Kintigh e Rostoker 1996) e à medida que novas pesquisas arqueológicas desenvolvem-se na Amazônia, os modelos generalizantes começam a ser postos em cheque (ver Heckenberger, Petersen e Neves 1999).

Vimos somar aos dados aqui apresentados aqueles coletados durante nossas pesquisas, atualmente em andamento. Basicamente o que pretendemos demonstrar é que há uma variabilidade de formas de ocupação do espaço fisiográfico e organização social na pré-história da Ilha de Marajó da qual o modelo anteriormente utilizado não pode dar conta. Citamos como exemplo:

1) Meggers & Evans (1957: 246) concluem que a fase Ananatuba caracteriza-se por ocupar região de floresta preferencialmente, e que a proximidade do campo é mais importante do que a proximidade a um curso d’água navegável. No entanto, o

(10) PA-JO-49: Cacoal, PA-JO-51: Saparará, PA-JO-52: Casinha e PA-JO-55: Leal, da fase Marajoara; PA-JO-50: Rio Branco, da fase Ananatuba; PA-JO-53: Vista Alegre, PA-JO-54: São Benedito, até agora não classificados em nenhuma das fases previamente definidas.

sítio Ananatuba escavado pelo projeto Marajó (PA-JO-26: Castanheira) localiza-se no campo, junto ao médio rio Camará, que deságua na Baía de Marajó e é navegável. Por outro lado, um dos sítios escavados por nós, PA-JO-50: Rio Branco, localiza-se em zona de floresta, à margem esquerda do rio Anajás, um dos maiores rios do centro da Ilha, navegável em todo seu curso. O sítio Rio Branco fica a mais de 20km de distância do campo e, enquanto em nenhum dos sítios Ananatuba pesquisados anteriormente foram encontrados enterramentos, no sítio Rio Branco encontramos dois enterramentos em urnas.

2) Os sítios da fase Marajoara escavados por Meggers e Evans (1957): PA-JO-14: Monte Carmelo e PA-JO-15: Camutins; e por Roosevelt (1991): Guajará (aterro de PA-JO-14: Monte Carmelo) e PA-JO-21: Teso dos Bichos, foram considerados como sítios típicos da fase Marajoara. Os autores basearam suas conclusões (sem entrar no mérito das diferenças radicais entre as duas abordagens) também nas evidências disponíveis para outros sítios da fase, a grande maioria deles, aterros construídos artificialmente, localizados na região dos campos, contendo cerâmica ceremonial e funerária. No entanto, os aterros são apenas parte – ainda que fundamental – da história da fase Marajoara. Quatro sítios dessa fase, recentemente escavados, localizam-se às margens do rio Anajás, dentro de um trecho de 5km, no centro da Ilha, em zona de floresta, sobre elevações naturais do terreno. Não há indício de construção artificial nem de relação clara entre os sítios, que mostram diferenças marcantes na cultura material e nas formas de ocupação do espaço intrasítio (Schaan 1998, 1999).

As fases arqueológicas identificadas por Meggers e Evans foram concebidas como demarcadoras de culturas distintas. Enquanto Ananatuba foi incluída na tradição hachurado-zonada, Mangueiras na borda-incisa e Marajoara na policrônica, a fase Formiga não foi relacionada a nenhuma tradição maior. Fundamentalmente, percebe-se que o método de classificação considerou as fases como não-

relacionadas *a priori*. No entanto, todas as fases ocupam os mesmos ecossistemas, compartilham semelhanças na tecnologia cerâmica: nas formas de vasilhames, nas técnicas decorativas, nos designs. Além disso todas usam o caco moído com antiplástico, uma característica que não é comum em outras cerâmicas da foz do Amazonas. Basicamente, o uso do caco moído como antiplástico, o engobo e a técnica da escovação das paredes externas das vasilhas surge com a fase Ananatuba e perdura até a fase Marajoara.

O “tipo diagnóstico” da fase Ananatuba, *sipó inciso*, se apresenta em freqüências muito pequenas nos sítios pesquisados – 0,5% em PA-JO-9; 1% em PA-JO-10 e 3% em PA-JO-7. Talvez por isso não seja coincidência o fato de PA-JO-7 ser justamente o sítio onde há coexistência entre as fases Ananatuba e Mangueiras, quando Mangueiras começa a “copiar” o tipo inciso Ananatuba. Os tipos incisos são tão semelhantes que Meggers & Evans chamaram tanto o inciso da fase Mangueiras quanto o da fase Formiga de Pseudo-sipó inciso, nome dado inicialmente ao tipo inciso da fase Ananatuba, chamando-os de “*Pseudo-sipó inciso variação Mangueiras*” e “*Pseudo-sipó inciso variação Formiga*”, uma vez que teriam copiado ou sofrido influência da fase Ananatuba.

“Este tipo [Sipó inciso] foi assim chamado para enfatizar o fato de que os motivos são idênticos àqueles do Sipó inciso da fase Ananatuba. Se distingue somente por ser aplicado à Mangueiras simples ou Anjos simples, mostrando que representa a adoção e perpetuação desta técnica decorativa alienígena pelo povo da fase Mangueiras” (Meggers e Evans 1957: 218-9).

Uma análise dos tipos decorados nos leva a perceber que existe uma continuidade das técnicas decorativas utilizadas em todas as fases. Os tipos escovados são, em geral, bastante semelhantes: deixando-se de examinar a cor da pasta, muitas vezes podem ser encontradas diferenças mais significativas entre fragmentos com decoração escovada de uma mesma fase do que entre fragmentos de fases diferentes. Dentre todas as decorações, os tipos escovados atingem freqüências mais altas na fase Mangueiras, mas não é possível,

pelo exame da superfície dos fragmentos, distinguir entre a técnica de escovação desta fase para as outras. Além disso, os tipos Bacuri escovado e pseudo-sipó inciso da fase Mangueiras são feitos nas mesmas formas que são feitos na fase Ananatuba, só mudando, portanto, a pasta, no exame da qual a característica distintiva é a cor do núcleo.

Espera-se que a coloração do núcleo dos fragmentos cerâmicos seja consequência dos procedimentos técnicos utilizados pelo ceramista para o processo de queima dos vasilhames. Considera-se que contumazes ceramistas no passado tenham criado, reproduzido e perpetuado procedimentos técnicos para a realização de uma queima bem feita e rentável, o que se pode traduzir em vasilhames resistentes e minimização de custos com material combustível e tempo despendido por peça. Como resultado do processo de reprodução de procedimentos técnicos durante várias gerações, pode-se identificar no registro arqueológico através do estudo da cerâmica a manutenção e reprodução de uma determinada técnica de produzir cerâmica. Que isso seja chamado de fase pode fazer sentido, mas não é lógico que as fases sejam identificadas com diferentes culturas e que essas culturas correspondam a diferentes grupos sociais. Não há razão para que se considere que uma técnica ou um estilo *tomado isoladamente* defina uma cultura, como se a cultura pudesse ser reduzida a uma de suas dimensões e fosse homogênea e imutável; e ainda que à sociedade corresponda uma só cultura, e que, portanto, cultura e sociedade possam ser definidas dentro dos mesmos limites.

Em vista dos dados coletados pelo Projeto Marajó, é necessário avaliar as semelhanças e diferenças entre a cerâmica das fases Mangueiras e Marajoara. As duas fases têm dois tipos “simples”: um com núcleo alaranjado e outro com núcleo de cor escura (cinza, preto ou marrom). Anjos simples (fase Mangueiras) e Camutins simples (fase Marajoara) têm núcleo claro, alaranjado, mas Anjos tem uma pasta mais fina, melhor misturada, de cor mais freqüentemente ocre, enquanto Camutins tem uma pasta de mistura mais grosseira, de uma cor alaranjada forte, mostrando uma clivagem em ângulos bem pronunciados. Fragmentos

típicos desses tipos, examinados à lupa, são caracteristicamente distintos. No entanto, examinamos muitos fragmentos de cerâmica Marajoara decorada (bastante elaborada) com pasta tipicamente... Anjos simples!

Entendemos que as diferenças na queima da cerâmica indicam diferentes procedimentos técnicos, cujos efeitos não são totalmente controlados pelo ceramista, e não definem obrigatoriamente diferentes culturas ou grupos sociais na acepção dada por Meggers & Evans. O problema é que a coleta dos fragmentos de cerâmica durante o projeto Marajó foi feita seguindo um procedimento que não admite outras leituras. Por isso, dificilmente um reestudo da cerâmica proveniente das pesquisas anteriores poderia dar um bom resultado ou esclarecer os muitos pontos obscuros. Além dos problemas assinalados relativos aos métodos de escavação, a cerâmica proveniente de campo é, em geral, muito fragmentada e, em alguns casos, não foi guardada obedecendo aos critérios de sua procedência, mas segundo sua classificação em tipos cerâmicos, o que para alguns sítios torna inviável aplicar uma metodologia diferente de análise.

Não pretendemos afirmar que não existem diferenças entre as supostas fases. Com base nas evidências que se possui até o momento, pode-se considerar cada fase como diferentes estilos de fazer cerâmica. A coexistência parcial ou total de algumas destas populações com seu estilo próprio de fazer cerâmica levou ao compartilhamento de procedimentos técnicos e à ocorrência de influências mútuas entre elas. As poucas datações absolutas que se possuem para as três primeiras fases cerâmicas da Ilha não são conclusivas sobre sua duração, início e fim, pois baseiam-se em material coletado em alguns poucos sítios. Os dados disponíveis constituem-se basicamente na descrição de tipos cerâmicos e suas variações, além de estimativas sobre o tamanho dos sítios. A aplicação dessas técnicas buscou produzir dados comparáveis de tal maneira que uniformizou o registro arqueológico fechando os olhos para especificidades e variações que não estivessem previstas no modelo. Ou seja, a metodologia de trabalho trazia implícitas as conclusões da pesquisa. Consideramos que não é possível entender o registro arqueológico

de dessa maneira e que a provável grande duração da fase Mangueiras (ou a menor distância entre as fases Ananatuba e Marajoara) não pode ser explicada dentro do antigo paradigma. Por outro lado, os dados estreitos produzidos pelas pesquisas anteriores não permitem interpretações diferentes, pois estão amarrados a hipóteses de pesquisa que não se sustentam frente às novas evidências.

Entendemos que os novos dados aqui apresentados e as questões levantadas, ainda que de maneira preliminar, não apenas questionam a validade da seqüência cultural apresentada por Meggers & Evans para a Ilha de Marajó mas demonstram a fragilidade da construção tipológica cerâmica até então utilizada para a identificação e caracterização de culturas pré-históricas distintas na área. A partir desse novo quadro fica claro que as pesquisas relativas à ocupação pré-histórica da Ilha de Marajó deverão orientar-se no sentido de questionar a validade do modelo de sucessão diacrônica das Fases da Floresta Tropical, não só em função de sua relação espaço-temporal mas inclusive questionando as bases teóricas sobre as quais ele constituiu-se.

Considerações finais

A fase de pesquisas arqueológicas na Ilha que se encerra com o projeto Marajó ilustra uma abordagem do registro arqueológico em que toda a explicação derivava simplesmente do estudo de fragmentos cerâmicos, tidos como demarcadores culturais e temporais que podiam ser lidos do ponto de vista de algumas de suas características técnicas e suas quantidades. Essas características não eram relacionadas com nenhuma outra evidência material ou feição arqueológica dentro dos sítios pesquisados. Considerava-se, desta maneira: 1) o sítio arqueológico como um espaço homogeneamente ocupado, por onde os itens componentes da cultura material (cerâmica) espalhavam-se indistintamente; 2) que todos os sítios que exibiam os mesmos tipos cerâmicos básicos, agrupados sob a denominação de “fase cerâmica”, faziam parte de uma mesma etnia/cultura e, consequentemente, indicavam a existência de populações que possuíam as

mesmas estratégias de subsistência; 3) que a mudança de características tecnológicas através do tempo obedecia uma razão constante e homogênea para todos os sítios; 4) que os sítios não eram totalmente contemporâneos e que representavam episódios de reocupação dada a mobilidade dos grupos sociais em função dos recursos naturais.

Nossa crítica a esse modelo de pesquisa não se refere simplesmente à sua abordagem no estudo da cerâmica, mas à concepção subjacente a ele a respeito do significado da cerâmica enquanto fonte de dados sobre as sociedades e culturas arqueológicas. A cerâmica é uma das mais importantes fontes de dados para os sítios amazônicos dadas suas características de perenidade dentro do ambiente úmido da floresta tropical, mas não pode ser entendida fora do seu contexto de deposição. Isso significa dizer que deve ser relacionada com feições arqueológicas e com as diferentes áreas de atividade e organização do espaço intrasítio, dados estes que somente podem ser obtidos através de uma escavação que envolva: estudo de camadas estratigráficas – seu processo de formação, sua composição e sua distribuição diferencial diacrônica e sincrônica no sítio –, estudos de composição química e mineralógica do solo, estudos de remanescentes de fauna e flora, plotagem e registro gráfico da distribuição de objetos da cultura material através do sítio, estudo e registro gráfico horizontal e vertical de feições arqueológicas etc..

Afirmamos que os fragmentos cerâmicos não têm distribuição homogênea, mas diferencial sobre o sítio. Dada a existência de diferentes áreas, relacionadas a atividades específicas – descarte, preparação de alimentos, manufatura de artefatos, circulação, performances rituais etc. – os contextos deposicionais devem ser estudados para a reconstituição das áreas de produção, uso e descarte dos objetos.

Além disso, que a presença de determinado tipo de cerâmica não é o reflexo direto da existência de determinado tipo de organização social e utilização do espaço físico. O que significa dizer que o estudo de um único sítio ou pequeno número deles não autoriza o arqueólogo a concluir que em todos os sítios

onde for encontrado o mesmo tipo de cerâmica encontrar-se-ão também todas as demais características relacionadas a ela nos sítios previamente pesquisados. Disso decorre que, se antes, a abertura de um ou dois poços-teste em uma meia dúzia de sítios fornecia material para o entendimento do processo de ocupação humana de uma grande área geográfica, hoje a escavação da mesma quantidade de depósitos em um só sítio nos fala ainda pouco sobre o sítio e menos ainda sobre sua inserção em um contexto regional.

Ao lado do estudo meticoloso de sítios arqueológicos, os levantamentos e estudos regionais são extremamente importantes e são cada vez mais reconhecidos como necessários na medida em que fica claro que complexas redes de trocas e intercâmbios culturais regionais ligavam as sociedades humanas pré-históricas. Esses estudos requerem planejamento da pesquisa e metodologias específicas – prospecções regionais que combinem técnicas de amostragem probabilística adequadas às perguntas da pesquisa, construções de tipologias de sítios e artefatos, estudos de variabilidade e dispersão de feições arqueológicas, levantamento de informações sobre a distribuição espacial dos sítios e monitoramento e análise dos dados em um sistema de informação geográfica. Nesse sentido, os artefatos constituem-se em *um dos* segmentos geradores de informação, que devem ser estudados dentro do contexto particular de sua ocorrência e em uma perspectiva regional.

Por todos os motivos acima expostos, consideramos que, ainda que os estudos com material proveniente de antigas pesquisas possa ser importante, as novas questões que ora se colocam para a arqueologia da Ilha de Marajó, e por extensão a toda a arqueologia amazônica, certamente só poderão ser respondidas a partir do desenvolvimento de novas pesquisas, orientadas segundo um enfoque teórico-metodológico que seja consistente com os problemas colocados.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao CNPq pela concessão da Bolsa de Desenvolvimento

Científico Regional, que possibilitou a realização desse trabalho; à Curadora da Reserva Técnica Arqueológica do Museu Goeldi, Vera Guapindaia, e aos técnicos Regina Farias e Raul Ivan Campos pelas facilidades de acesso ao acervo e registros sobre o Projeto Marajó;

ao técnico da Área de Arqueologia do Museu Goeldi, Raimundo Teodório dos Santos pela restauração das vasilhas de Ilha Pauxis; e a Julice Pimentel, bolsista do PIBIC/CNPq, pelos desenhos das peças de cerâmica que ilustram esse artigo.

SCHAAN, D.P. The unpublished data of the Marajo project (1962-1965). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 141-164, 2001.

ABSTRACT: During the 1960's, the Marajo project recorded and studied nineteen new archaeological sites on the southeastern portion of Marajo Island, aiming to increase, by employing the PRONAPABA's methodology, the data that supported the basis for the Tropical Forest Phases model proposed by Meggers and Evans (1957). Nevertheless, not all the results conformed to the researches' expectations and as a result, some important data was never published. In this article, I compare the published material to the field and laboratory reports (site files and records of artifacts at the Museu Paraense Emílio Goeldi), discussing the validity of the model used for the definition of ceramic cultures on Marajo Island.

UNITERMS: Marajo archaeology – Tropical Forest Phases – Ceramic cultures.

Referências bibliográficas

- DEBOER, W.; KINTIGH, K.; ROSTOKER, A.
1996 Ceramic seriation and site reoccupation in lowland South America. *Latin American Antiquity*, 7 (3): 263-278.
- EVANS, C.; MEGGERS, B.
1965 *Guia para prospecção arqueológica no Brasil*. Guia nº 2. CNPq/MPEG, Belém.
- FIGUEIREDO, N.
1963 Projeto Marajó. Relatório de Excursão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Ms. inédito.
- 1964 Projeto Marajó. Relatório de Excursão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Ms. inédito.
- FIGUEIREDO, N.; SIMÕES, M.
1963 Contribuição à arqueologia da Fase Marajoara. *Revista do Museu Paulista* (NS), XIV: 455-474.
- HECKENBERGER, M.; PETERSON, J.; NEVES, E.
1999 Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil. *Latin American Antiquity*, 10 (4): 353-376.
- HILBERT, P.P.
1952 *Contribuição à arqueologia da Ilha de Marajó. Os "tesos" Marajoara do alto Camutins e a atual situação da Ilha do Pacoval, no Arari*. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Publ. N° 5.
- LOPES, P.C.
1999 *A colonização portuguesa da Ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na Missão Religiosa de Joanes*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MEGGERS, B.; EVANS, C.
1957 *Archaeological investigations at the mouth of the Amazon*. Washington: Gov. Print Office.
- MEGGERS, B.; DANON, J.
1988 Identification and Implications of a hiatus in the archeological sequence on Marajo Island, Brazil. *Journal of Washington Academy of Sciences*, 78 (3): 245-253.

- PALMATARY, H.C.
- 1949 The pottery of Marajó Island, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society*, 39 (3) Philadelphia: 261-470.
- RAYMOND, J.S.
- 1995 From potsherds to pots: a first step in constructing cultural context from tropical forest archaeology. *Archaeology in the lowland American tropics*. Cambridge, Cambridge University Press: 224-242.
- ROOSEVELT, A.C.
- 1991 *Moundbuilders of the amazon. Geophysical archaeology on Marajo Island, Brazil*. New York: Academic Press Inc.
- SCHAAN, D.P.
- 1998 Resgate do sítio PA-JO-49: Cacoal: relatório técnico preliminar de escavação arqueológica. MPEG, Belém. Inédito.
- 1999 Programa de salvamento arqueológico nas áreas de retificação dos rios Atuá e Anajás. Relatórios das etapas de campo no rio Anajás. Fadesp/ Ahimor/ MPEG, Belém, 1º, 2º e 3º relatórios, inéditos.
- SIMÕES, M.
- 1965 Projeto Marajó. Relatório de Excursão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Ms. inédito.
- 1967 Resultados preliminares de uma prospecção arqueológica na região dos rios Goiapi e Camará (Ilha de Marajó). *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica (Antropologia)*, 2: 207-224.
- 1969 The Castanheira site: new evidence on the antiquity and history of the Ananatuba Phase (Marajó Island, Brazil). *American Antiquity*, 34 (4): 402-410.
- 1981 As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-181). *Supl Acta Amazonica*, 11 (1): 149-165.
- SIMÕES, M.; FIGUEIREDO, N.
- 1962 Projeto Marajó. Relatório de Excursão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Ms. inédito.
- SIMÕES, M.; ARAÚJO-COSTA, F.
- 1978 *Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos*. Belém: Publicações avulsas do Museu Goeldi.
- STEERE, J.B.
- 1927 *The archaeology of the Amazon*. University of Michigan: Oficial Publication, 29 (9) 2: 20-6.

Recebido para publicação em 21 de novembro de 2000.

A CERÂMICA “NEO-BRASILEIRA” NAS TERRAS PAULISTAS: UM ESTUDO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DOS VESTÍGIOS MATERIAIS NA VILA DE JUNDIAÍ DO SÉCULO XVIII

Walter Fagundes Morales*

MORALES, W.F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar alguns dos resultados obtidos na dissertação de mestrado “A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII”. Em especial, aqueles que se referem às possibilidades interpretativas oferecidas pela chamada cerâmica “neo-brasileira” no contexto das terras Paulistas do período colonial.

UNITERMOS: Arqueologia-histórica – São Paulo Colonial – Administração Indígena – Escravidão Africana – Interação Cultural – Identidade Étnica – Cerâmica – “Cerâmica Neo-brasileira”.

Introdução

“A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII” (Morales 2000) foi uma pesquisa de mestrado que procurou demonstrar a presença e inserção social de uma população indígena utilizada como mão-de-obra escrava na vila de Jundiaí até as últimas décadas do século XVIII, através de dados de natureza distinta. Um conjunto de informações foi extraído de fontes textuais primárias, como os documentos manuscritos do século XVIII, até agora inéditos, onde foram registrados os casamentos (Livro de Casamentos)¹ e mortes (Livro de

Óbitos)² dos índios e negros ocorridos na Matriz da “Villa da Nossa Senhora do Desterro de Jundiah”.³ Os registros⁴ destes manuscritos são diferentes em sua composição, pois

(2) Pertencente ao acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí.

(3) Jundiaí corresponde a um dos núcleos coloniais mais antigos da capitania de São Vicente, com o povoado sendo elevado a vila em 1655. Seu povoamento ocorreu nas primeiras décadas do século XVII devido à procura por novas terras para o plantio e a necessidade da máxima aproximação da mão-de-obra principal do período: as aldeias indígenas.

(4) As anotações manuscritas existentes no “Livro de Óbitos” referem-se aos 1271 óbitos ocorridos entre os anos 1744 e 1787, enquanto o “Livro de Casamentos” remete as 204 uniões realizadas perante a Igreja entre 1739 e 1777. De uma maneira geral, cada um dos registros destes documentos tem informações sobre a condição social dos cativos, sua idade, origem étnica, relações de parentesco, local de residência, nome dos proprietários etc.

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Pós-graduação em Arqueologia, Doutorado.

(1) Pertencente ao Arquivo da Cúria de Jundiaí.

tratam de acontecimentos distintos da vida social. Entretanto, no que diz respeito aos estudos de demografia histórica, são complementares, já que cada um deles, a sua maneira, auxilia a entender aspectos da composição social, étnica e cultural da região de Jundiaí. A transcrição de ambos os documentos, com a inserção de seus registros em um banco de dados informatizado, possibilitou análises e acesso a um volume considerável de informações inéditas sobre um período histórico escasso em documentos originais.

O outro conjunto de dados foi de natureza essencialmente arqueológica. Trata-se dos fragmentos cerâmicos provenientes de diversos sítios arqueológicos localizados em fundos de vale e pequenos platôs nas cercanias da serra do Japi e na bacia do rio Jundiaí-Mirim, exatamente onde as fontes documentais registram a implantação de várias fazendas e roças no período em questão.

O direcionamento dos trabalhos de prospecção arqueológica baseou-se na pesquisa das transcrições do Arquivo do Estado publicadas na coleção “Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo”, no “Repertório das Sesmarias Concedidas pelos Capitães da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821” e na série “Inventários e testamentos”. Somada a estas publicações, foi realizada também uma busca completa na cartografia histórica referente a Jundiaí, depositada no Museu Histórico e Cultural desta cidade,⁵ a fim de obter informações sobre a toponomácia de locais, caminhos e acidentes geográficos que tiveram seus nomes alterados nos mapas atuais, mas que são amplamente empregados nos documentos coloniais. Por último, foram acrescentadas as informações obtidas com a transcrição do Livro de Óbitos, onde estão anotados o local de residência dos cativos, e

o recenseamento da vila de Jundiaí realizado em 1767.⁶

O levantamento intensivo e sistemático dessas fontes escritas ofereceu referências, mesmo que pontuais e esparsas, sobre os locais das diversas sesmarias doadas na região ou dos antigos bairros rurais. A partir dessas informações documentais esboçamos um mapa com a implantação aproximada desses sítios durante o período colonial, que serviu como definidor das áreas onde realizar-se-iam os primeiros trabalhos de campo – as prospecções.⁷ Identificados os sítios,⁸ procedemos à escolha daqueles mais adequados a intervenções arqueológicas – abertura de poços-testes, sondagens, trincheiras e coleta sistemática de material em superfície – que evidenciaram, em sua maior parte, material cerâmico, objeto de análise deste trabalho.

A cerâmica coletada nestes locais, em especial a indústria cerâmica do sítio Russo,⁹ apresentou características técnicas e decorativas similares às empregadas pelos grupos portadores de cerâmica Tupíguarani anteriores à chegada dos portugueses, embora agregadas a elementos europeus e africanos como

(6) As informações destas últimas duas fontes, apesar de bastante genéricas, já que somente indicam os bairros da vila, serviram para inferir a densidade aproximada de ocupação dos antigos bairros rurais.

(7) As prospecções aplicadas à serra do Japi desenvolveram-se em dois eixos principais, ambos trilhas de grande circulação de pessoas e mercadorias no passado. O primeiro deles corresponde ao antigo caminho de ligação entre a vila de Jundiaí, as barrancas do Tietê e a vila de Itu, onde atualmente passa a rodovia Mal. Rondon. O segundo eixo, que quase não é mais utilizado nos dias de hoje, até décadas atrás servia como elo de ligação entre Jundiaí, Santana do Parnaíba e São Paulo.

(8) Durante os trabalhos de prospecção arqueológica foram localizados um total de dez sítios relacionados ao período histórico.

(9) O sítio Russo foi escolhido como unidade de análise preferencial devido à existência de documentos escritos que indicam a implantação de diversas sesmarias na região no final do século XVII e início do XVIII, a significativa quantidade de vestígios diagnósticos do material produzido ou utilizado em Jundiaí no período em questão, e o razoável estado de conservação desse sítio.

(5) Os mapas são: 1) Força Pública do Estado de São Paulo, folha de Jundiah (Norte nº 46 a₁ e a₂), 1932; 2) da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, folha Jundiah, 1925; 3) Planta de parte da linha divisória dos municípios de Jundiah e Itatiba, 1924; 4) Planta do Encanamento Geral – Estudo para o abastecimento d’água de Jundiah, 1893.

pegadores, alças e gargalos.¹⁰ Esta sobreposição de estilos indica a permanência, nas fazendas, de pessoas que manufaturavam vasilhas cerâmicas conforme padrões tradicionais indígenas e que, somados aos novos elementos, deram origem a uma cerâmica cabocla, genericamente denominada como “tradição neo-brasileira”¹¹ (Chymz 1976: 145).

O estudo integrado dos aspectos tecnológicos, decorativos e morfológicos¹² desse material, com a possibilidade de análise estrutural dos elementos que compõem os artefatos cerâmicos (Shepard 1976, Deane 1985, Rye 1988, Rice 1988, Price 1988, Arnold 1989, Sinopoli 1991), aliado à mediação de parâmetros temporais, culturais e demográficos que as fontes históricas proporcionam (Marcílio 1977, Henry 1977), serviram como uma excelente oportunidade para diagnosticar as alterações sofridas, em um

(10) Durante os trabalhos de campo foram coletadas duas amostras de cerâmica e sedimento datadas por termoluminescência no “Laboratório de Vidros e Datação” da FATEC/SP, com o resultado final praticamente igual, respectivamente, 290 e 300 anos antes do presente. Essas duas datas confirmam que a ocupação do sítio Russo ocorreu entre o final do século XVII e início do XVIII. Se estendermos a margem de erro das amostras ao máximo, ou seja 20 anos a mais ou a menos, podemos perceber que a ocupação histórica se deu entre 1680 e 1730. Assim, os resultados obtidos através da datação cerâmica permitem trabalhar sincrônico e contextual as evidências materiais e as informações provenientes das fontes documentais primárias.

(11) Entendida e analisada de um modo geral como “uma tradição cultural caracterizada pela cerâmica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências, onde são diagnósticas as decorações: corrugada, escovada, incisa, aplicada, digitada, roletada, bem como asas, bases planas em pedestal, cachimbos angulares, discos perfurados de cerâmica e pederneiras”.

(12) Os atributos analisados em cada um dos fragmentos de paredes, bases, bordas e apêndices foram: técnicas de manufatura, tratamento de superfície, tipo de decoração, tipo e tamanho de antiplástico, espessura da parede e tipo de queima. Em seguida realizamos a reconstituição da forma dos recipientes a partir da inclinação (ângulo) e diâmetro dos fragmentos das bordas e bases, com o intuito de definir a existência de categorias baseadas no seu formato.

certo segmento da cultura material, produzida no período colonial.

Resultado de um somatório de elementos provenientes do contato de três segmentos distintos – indígena, africano e europeu –, o material cerâmico analisado reflete a interação cultural que a situação de cativeiro, imposta pelos europeus aos indígenas e africanos, acabou por produzir. A identificação das alterações sofridas pela cerâmica neste período e as informações presentes no conjunto de dados históricos, demonstram a existência de uma rede de sociabilidade e miscigenação que, a partir de meados do século XVIII, descaracteriza os segmentos indígenas como mão-de-obra escrava. Os trabalhos forçados passam a ser cada vez mais atribuídos aos indivíduos de origem e ascendência africana e os indígenas e seus descendentes passam a ocupar os estratos mais baixos, porém livres, da sociedade paulista colonial.

As condições de contato na sociedade colonial

Desde cedo, qualquer estudante aprende que a formação do Brasil contemporâneo se deve ao encontro da raça branca, índia e negra (Freyre 1930). Contudo, essa afirmação, em vez de oferecer a dimensão da pluralidade étnica do povo brasileiro, acaba por esconder a verdadeira diversidade existente entre nós. Não se pode reduzir centenas de grupos étnicos, tanto os autóctones quanto os vindos e os trazidos de fora, a somente três categorias – dos “brancos”, dos “índios” e os dos “negros”. Essa redução favorece a idéia de que os componentes de cada um destes grupos compartilhariam a mesma língua, cultura, organização social, religião etc., ou seja, apresentariam poucas diferenças internas.

Mas a realidade está bem longe disso. As variações internas entre os chamados “índios” e “negros” é enorme, assim como as diferenças entre os “brancos”. Apenas na vila de Jundiaí do século XVIII foi possível constatar, a partir do manuscrito “Livro de Óbitos de escravos”, pelo menos quatro denominações para os indígenas – Carijó, Kayapó, Pareci e Bororo –

e três para os africanos – os da Guiné, Congo e Benguela. Estas definições costumam ser genéricas e por isso escondem sua especificidade étnica, porque costumam ser nomes dados por outros grupos e/ou pessoas externos a eles, dificilmente tratando-se de autodenominações.

Os chamados Carijó, termo amplo que englobava uma série de grupos falantes de línguas Tupi-Guarani, eram os cativos preferenciais dos colonos paulistas desde os primeiros tempos do século XVII (Schaden 1954). Essa preferência se dava por vários fatores: moravam em aldeias numerosas, falavam a mesma língua, estavam acostumados aos trabalhos agrícolas e ocupavam territórios relativamente próximos e de fácil acesso a incursões de aprisionamento – o interior paulista e as porções mais ao sul da província de São Paulo, em áreas conhecidas como “sertão dos carijós” e “sertão dos patos” (Monteiro 1994).

Da mesma forma que os Carijó, os Kayapó trazidos para a vila de Jundiaí não representam um grupo específico e sim, um termo geral para os falantes da família lingüística Jé. Estes grupos ocupavam uma vasta região que vai do noroeste de São Paulo até o norte de Goiás (Turner 1992), e não eram vistos como bons trabalhadores devido a sua belicosidade e a dificuldade em adaptá-los ao trabalho agrícola (Neme 1969). Eram considerados por isso um obstáculo e acabaram sendo envolvidos nas chamadas guerras justas e combatidos impiedosamente (Ataídes 1998).

As duas únicas referências isoladas ao apresamento dos Pareci e Bororo, habitantes de territórios mais afastados, em áreas dos chapadões de Mato Grosso, no planalto central, são indicativas das grandes distâncias que as incursões percorriam em busca de um fluxo contínuo de cativos para mover a economia paulista e, neste caso, parecem estar mais relacionadas aos grupos étnicos de origem dessas pessoas.

Quanto à identificação dos africanos capturados, a questão é ainda mais difícil de resolver, pois esbarra na falta de registros nos documentos de época que, quando muito, têm apenas a sua procedência, já que um escravo não passava de uma mercadoria ou uma

“peça” – como era mais comumente chamado, que deveria ser capturada e vendida para quem oferecesse melhor preço (Schwarcz 1996). Desta forma, algumas das designações encontradas nos registros documentais, como “peça do gentio da guiné” ou “preto da nação banguela”, somente fazem referência ao porto de saída na costa africana (Ramos 1943) – e esse é o indicador aproximado da origem de alguns dos indivíduos africanos trazidos durante os mais de 300 anos que o tráfico negreiro foi praticado no Brasil (Schwartz 1995).

Segundo Nina Rodrigues (1932) e Artur Ramos (1934), dentre os vários milhares de escravos importados, dois grupos destacavam-se numericamente: aqueles de língua banto e os sudaneses. No século XVI, os escravos vinham predominantemente da região da Senegâmbia, também conhecida como Guiné, e das feitorias de São Tomé e Cabo Verde, e eram os grupos sudaneses Manjaca, Balanta, Bijago, Mandinga e Jalofo. No século XVII, expande-se a oferta de negros ao tráfico nas porções equatorial e central do continente africano, no porto de Mpinga, e na região ao sul do rio Dande (Angola), sem, contudo, cessar o comércio com outras áreas. Durante o século XVIII, ocorre uma retomada na captura dos escravos sudaneses na costa da Guiné e na costa da Mina e inicia-se a captura de escravos em direção à baía de Benin, de onde vieram os Iorubá, Jeje, Nagô, Tapa e Haussá (Verger 1987). Posteriormente, entrando no século XIX, esta captura estende-se até Moçambique, na costa oriental da África (Law 1991).

Os africanos trazidos para a região de São Paulo no final do século XVIII e início do XIX eram, em sua grande maioria, Banto de “Angola” saídos dos portos de Luanda e Benguela (Slenes 1991-1992). Os Banto, ou Bantu, correspondem às populações que ocupam a parte meridional da África, possuindo uma origem lingüística comum (Oliver 1966), mas apresentando uma grande diversidade de valores e costumes (Lopes 1988).

Enfim, havia uma variedade de grupos étnicos dessas terras e de outras que compunham uma complexa multiplicidade de histórias, culturas e condições sociais e jurídicas que

influíam diretamente, e de diversas maneiras, em seu grau de inserção na sociedade colonial e nos modos de entender sua própria situação (Faria 1998). Darcy Ribeiro (1995:131) traçou o resultado final dessa situação:

“O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira”.

Essa “brasilidade”, no entanto, estava longe de se concretizar durante o transcorrer do século XVIII. Pode-se dizer que estava em andamento e a inserção dos africanos e índios na sociedade colonial se processava de maneira bastante desigual. Ela dependia da região e época, uma vez que a oferta, a necessidade e os tipos de cativos empregados não foram uniformes dentro da colônia ao longo do tempo. Sabe-se, por exemplo, que em áreas responsáveis por grande produção de açúcar para exportação, como Bahia e Pernambuco (Schwartz 1996), os africanos tiveram uma participação fundamental desde muito cedo, a partir da metade do século XVI, e que as Minas Gerais receberam um grande contingente de escravos africanos para a mineração no final do século XVII (Souza 1999). Nas terras paulistas, a importação africana em larga escala aconteceu apenas a partir das derradeiras décadas do século XVIII, período em que a cana-de-açúcar, e logo em seguida o café, alavancaram a economia paulista definitivamente (Marcílio 1974, Linhares & Silva 1981).

Sobre o cativeiro indígena e sua inserção na sociedade colonial ainda pouco se sabe. Na maior parte das vezes, a historiografia tradicional prioriza o papel e a presença do negro como mão-de-obra, restringindo o emprego dos indígenas às etapas iniciais da colonização (Furtado 1989, Fausto 1999). Entretanto, recentes trabalhos desenvolvidos por John Monteiro (1988, 1989, 1992, 1994) têm dado novos contornos a esta situação.

Através de extenso levantamento cartorial, Monteiro demonstra a presença do cativeiro indígena em São Paulo durante todo o século XVII e modifica a tradicional visão da capitania apenas como centro de apresamento e posteri-

or distribuição dos cativos para os engenhos do litoral (Furtado 1989, Prado Jr. 1953).

Aquele autor enfatiza que a principal função das expedições residia na reprodução física da força de trabalho e que São Paulo era tanto fornecedora como consumidora de cativos, mobilizando expressivos contingentes indígenas que influenciaram sua formação.

Através da análise de dados históricos e arqueológicos, procuramos ampliar este quadro para o século seguinte e demonstrar que a presença indígena na “Villa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiah” perdurou até pelo menos meados do século XVIII.

Índios e africanos: culturas em transformação

A situação de contato imposta a diversas etnias cativas causou um profundo impacto não só na sociedade colonial, que as absorveu, como na totalidade das esferas socio-culturais das sociedades indígenas e africanas (Wolf 1982, Beauregard 1994). No entanto, acreditar que estas comunidades tiveram sua cultura simplesmente eliminada, com a incorporação automática de novas normas e regras (Rubertone 1994), indica desconhecer a capacidade de reformulação e transformação de padrões culturais (Geertz 1973, Shalins 1976). Claro que é difícil que uma cultura seja transportada de sua base de origem para novos contextos e continue mantendo as mesmas características (Cohen 1969). Uma situação nova exige a reformulação das características internas e dos modelos e símbolos culturais ancestrais para que se adaptem às novas realidades e significados absorvidos (Durham 1977, Cunha 1985). Assim, alguns valores são mantidos, outros transformados ou substituídos, sem que isso elimine a possibilidade de existência de uma identidade comum ou de continuidade cultural desses grupos (Balandier 1963, Thomas 1996).

Segundo Barth (1969), a própria identidade de um grupo é mutável. Ela depende de como os indivíduos situam-se a si próprios e aos outros, dentro de categorias formuladas a partir de uma origem ou elementos culturais comuns. Esse discernimento cria grupos, os

grupos étnicos, que têm o poder de definir quem está dentro ou fora dele. Mas não basta somente a auto-identificação dos seus componentes (Drummond 1981). É necessário que outros grupos aceitem essas diferenças, definindo categorias relacionais, dicotomizadas, onde “Nós” contrapõe-se a “Outros” (Todorov 1988, Novaes 1993). Dessa relação nascem e são construídas as diferenças, quer sejam elas reais, imaginárias ou até impostas (Balibar & Wallerstein 1988, León 1992, Brandão 1986).

Era assim que se davam as relações sociais nas terras Paulistas. Havia uma classe econômica e política dominante que tinha o poder de nomear e dividir a população em função da sua origem racial – branca, negra ou indígena – e, a partir daí, definir sua condição de homens livres, libertos, alforriados, administrados ou escravizados.

As etnias africanas foram reduzidas a escravos, com condição jurídica e social bem definidas dentro da colônia (Mattoso 1990). Esta redução também foi feita às etnias indígenas, mas, apesar de estabelecida, sua condição não era tão clara juridicamente. Primeiro, devido às flutuações da legislação indigenista (Thomas 1981; Cunha 1992a, 1992b; Perrone-Moisés 1992; Hansen 1998) e, segundo, socialmente, devido à dificuldade de reconhecer quem era ou não branco, já que as características fenotípicas indígenas estavam bastante misturadas às dos “brancos”. Essa situação correspondia a um interesse da coroa em integrar esses segmentos à sociedade, como pode-se perceber pelo alvará de 4 de abril de 1775, no qual o rei de Portugal declara (citado de Souza Filho 1994:158):

“Eu El-Rei, sou servido declarar que os meus vassalos deste reino e da América que casarem com as índias dela não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de real atenção. Outrossim proíbo que os ditos meus vassalos casados com índias ou seus descendentes, sejam tratados com o nome de caboclos ou outro semelhante que possa ser injurioso. O mesmo se praticará com portuguesas que se casarem com índios”.

Esse quadro propiciaava aos indígenas uma maior mobilidade social que aos africanos, embora fosse possível a ambos os grupos ascender social e juridicamente dentro da

colônia. Escravos (africanos), administrados¹³ (indígenas) ou seus descendentes, poderiam ascender a uma melhor condição jurídica como alforriados ou libertos. Sua ascensão social era, no entanto, ainda mais difícil que a jurídica, havendo outras categorias qualitativas e bem mais sutis para classificar os estratos mais baixos da população colonial (Mattos 1998). Dentro da escravaria conviviam, por exemplo, os “crioulos” (filhos de africanos nascidos no Brasil), “mulatos” (filhos de branco e negra), africanos recém-chegados e que ainda falavam apenas sua língua nativa (“boçais”), “ladinos”, que eram os escravos trazidos há mais tempo, os “cayapó” vindo do sertão¹⁴ e até índios aldeados.¹⁵

Todas essas macro-divisões eram exógenas, isto é, impostas de fora para dentro. Para um viajante europeu recém-chegado das metrópoles, estas categorias seriam claras e funcionais para definir e identificar a situação, pelo menos a grosso modo, de qualquer componente da colônia de imediato.

Os componentes dessas categorias também sabiam seu lugar e porque faziam parte delas. Um africano ou indígena, por força da dominação, sabia a que grupo social pertencia, mesmo que à sua revelia, porque estava compulsoriamente inserido nele. Só que também se reconheciam enquanto grupo étnico e criavam suas próprias diferenças internas. Um negro da “nação” Benguela sabia das suas diferenças culturais e lingüísticas com os negros da Guiné, tanto quanto um índio Bororo em relação ao Pareci.

Esse contato entre padrões culturais, étnicos e condições sociais e/ou jurídicas diversas presenciou ações de dominação, resistência e assimilação diferenciadas, que acabaram por gerar articulações e soluções novas para lidar com as necessidades impos-

(13) Como os indígenas, pelas leis da Coroa somente podiam ser escravizados em situações específicas (como as guerras justas), evitava-se utilizar na documentação de época a palavra “escravo”, empregando-se o termo “administrado” para registrar os indivíduos de origem indígena.

(14) Livro de Óbitos – 28/4/1767.

(15) O Livro de Óbitos revela o falecimento em Jundiaí de índios aldeados de Barueri e São Miguel.

tas (Slenes 1991-1992). Nada mais natural, já que as pessoas, quer individualmente ou em grupos, são agentes ativos na elaboração da ordem social e não apenas reprodutores dessa situação.

A estratégia dos segmentos indígenas incorporados à sociedade colonial para buscar melhores condições jurídicas e/ou sociais passava ora pela afirmação de sua origem étnica, ora pela sua negação. Em alguns momentos, era oportuno reivindicar uma origem indígena para garantir sua liberdade, empregando inclusive a justiça para assegurar esse direito, como revela John Monteiro (1994: 214). Entre os vários exemplos documentais arrolados por este autor, temos um processo na própria vila de Jundiaí, em que Rosa Dias Moreira vai contra seu proprietário, Francisco Xavier de Almeida, declarando que seu cativeiro não poderia ocorrer devido a ser ela “descendente de carijós”.

Por outro lado, alguns descendentes de grupos indígenas procuravam desvincular-se de sua origem indígena, aproveitando-se da dificuldade existente em caracterizar quem era ou não índio. Essa possibilidade acontecia porque existiam pessoas encarregadas de decidir quem poderia ou não ser considerado administrado diante de instituições como a Igreja ou o Estado e que realizavam avaliação ancorada em critérios na maior parte das vezes subjetivos, como traços fenotípicos e características culturais. As características físicas que influenciavam este julgamento não podiam ser determinantes, já que, até o início do século XIX, boa parte dos paulistas possuía fortes traços fenotípicos indígenas, resultado de mais de 200 anos de contato. Uma vez incorporadas aos estratos livres da sociedade colonial, mesmo que sua condição jurídica ainda as determinasse administradas, essas pessoas deixariam de ser vistas exclusivamente por suas características raciais, embora ainda fossem classificadas por parâmetros socioeconômicos. Desta forma, se alguns dos filhos dos inúmeros Carijó trazidos do sertão, pardos ou bastardos, quisessem melhorar sua condição social, deveriam fazer o possível para negar, pelo menos em certos aspectos e diante de determinadas pessoas, traços que os relacionassem à sua ascendência indígena. A

solução para isso ocorrer seria apropriar-se de sinais e elementos daqueles que eram considerados “brancos” pela sociedade.

As possibilidades de ascensão eram ainda mais difíceis e limitadas para os negros africanos, já que a cor da sua pele representava um entrave de difícil superação (Chalhoub 1990). A situação de escravidão legal em que estavam inseridos era indiscutível e, por mais que quisessem ou de fato estivessem incorporados à sociedade colonial, seus traços físicos permitiam a identificação da sua origem de imediato e, consequentemente, de sua condição de escravo ou descendente de escravo (Reis & Silva 1989). Assim, as estratégias de resistência tomavam percursos além do modelo clássico de submissão, fuga e revolta (Carneiro 1947, Moura 1981), como, por exemplo, o relacionamento afetivo que havia entre as mulheres negras e seus senhores, para que estas conseguissem a alforria de si e dos filhos mestiços que resultassem dessas uniões (Paiva 1995, Mattos 1998).

Contudo, independentemente das necessidades, transformações e estratégias adotadas, uma série de hábitos, costumes e outros atributos culturais de origem indígena ou africana, de forma consciente ou não, continuaram atrelados ao passado desses indivíduos. As diferentes tecnologias, morfologias e estilos presentes na indústria cerâmica do sítio Russo refletem esta situação. Da mesma forma que apresentam a manutenção de certas características, trazem grandes transformações, resultado do contato entre os vários grupos e/ou pessoas de diferentes origens étnicas na sociedade colonial do período.

Não é, no entanto, possível para a Arqueologia resgatar toda a complexidade cultural que produziu a cultura material estudada. A análise arqueológica não pode ultrapassar os seus dados e estes não nos permitem fazer identificações étnicas. Mesmo que através das fontes históricas tenha sido possível resgatar parte da diversidade cultural presente entre as diferentes etnias que formaram a sociedade colonial jundiaiense, enriquecendo o seu quadro de ocupação, a identidade étnica é uma questão essencialmente política e suas fronteiras podem aparecer, desaparecer ou se modificar, dependendo do momento (Jones

1997). Não existe, necessariamente, correspondência direta entre etnia e cultura material (Dietler & Herbich 1994). Várias etnias podem produzir e/ou utilizar tipos cerâmicos semelhantes, da mesma forma que uma única etnia pode produzir e/ou utilizar diferentes tipos de artefatos. Então, preferimos falar da existência de identidade cultural através de uma série de elementos tradicionalmente indígenas presentes nos artefatos cerâmicos. Neste caso, mais especificamente, naqueles relacionados aos grupos portadores de cerâmica Tupiguarani.

A presença de indivíduos relacionados a estes grupos foi percebida durante a análise têcno-tipológica, quando foi efetuado o cruzamento do tipo de antiplástico empregado na composição da pasta com a decoração aplicada à parede da vasilha. Indicador tecnológico comumente relacionado aos grupos portadores da cerâmica Tupiguarani pré-contato (La Salvia & Brochado 1989), o uso de caco moído como antiplástico sintomaticamente aparece em maiores proporções nas peças corrugadas, escovadas e roletadas, decorações também associadas a esses grupos¹⁶ (Morales 2000).

Consideramos que o antiplástico caco moído proporciona uma maior confiabilidade como fonte de informação porque é um dos poucos tipos de antiplástico cujo emprego intencional pode ser confirmado, possibilitando uma identificação cultural mais segura. Acreditamos que a presença de caco moído na indústria cerâmica do sítio Russo sugere que, em uma situação de mudança e transformação cultural intensa, é mais fácil sobreviverem técnicas eficientes na forma de se manufaturar a cerâmica do que os atributos relacionados à sua decoração ou morfologia, geralmente associados a contextos culturais e ideológicos muito mais específicos.

O caco moído, por ser um componente de baixa visibilidade e difícil percepção na composição da pasta, neste caso, parece estar mais dissociado de aspectos simbólicos do

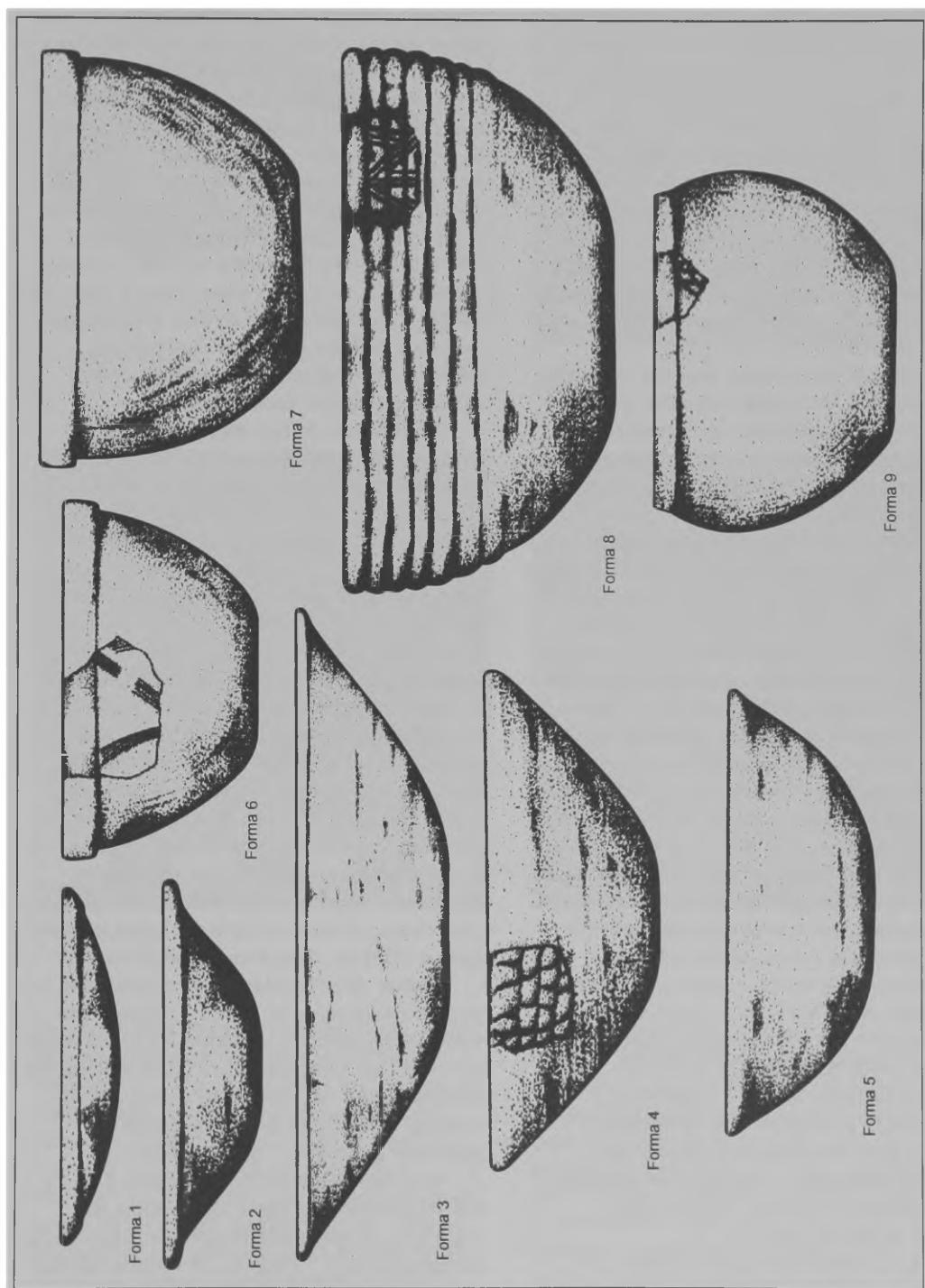
que outros atributos. Comparado às características de visibilidade presentes na forma ou decoração, o antiplástico caco moído é "invisível" e, enquanto tal, não é um bom vetor de significados. A necessidade de externalização de padrões tradicionais ou de suas mudanças encontra-se relacionada a atributos mais visíveis como forma e decoração. Consequentemente, entendemos sua presença como parte de um sistema tecnológico tradicional, herdado e utilizado em função de um processo de observação/imitação/repetição (Parga 1988) e que, por isso, remete aos grupos portadores de cerâmica Tupiguarani, ou seja, indivíduos provenientes de grupos falantes de línguas do tronco Tupi-Guarani.

O cruzamento entre esse tempero e os tipos de decoração existentes nas paredes das vasilhas demonstram que, entre as peças escovadas, corrugadas e roletadas, os índices de freqüência de antiplástico caco moído são superiores às demais categorias: 35,4%, 41,2%, e 44,8%, respectivamente. Quando contabilizamos todas as peças da indústria, independentemente da decoração, que têm esse elemento agregado à sua composição, percebemos que sua presença se dá em 24,8% dos casos.

A presença de elementos relacionados aos grupos portadores de cerâmica Tupiguarani foi ainda evidenciada pela correlação entre o antiplástico caco moído, decoração corrugada e forma das vasilhas (Prancha 1). Dentre as seis reconstituições com Forma 4, três possuem decoração corrugada associada a antiplástico caco moído. Entre as outras três, uma está decorada com o motivo corrugado e duas com engobo vermelho aplicado interna e externamente. Apesar de esta forma ser bastante comum, não permitindo uma correspondência cultural mais direta, ela também pode ser encontrada entre os ceramistas Tupiguarani e sua associação à decoração corrugada e antiplástico caco moído permite-nos atribuir-lhe tal identificação.

Quanto aos demais padrões decorativos, entre as peças engobadas, a freqüência do antiplástico caco moído é um pouco menor, com 25,5% do total. Naquelas sem decoração este antiplástico aparece em 20,4% das vezes, nas incisas em 20,3% e nas unguadas, 16,7%.

(16) As análises e descrições tecnotipológicas, morfológicas e decorativas completas da indústria do sítio Russo podem ser encontradas no capítulo IV, "As evidências materiais", pp. 48-105.



Prancha 1 – Formas das vasilhas (sem escala) encontradas no sítio Russo.

Estas freqüências mais modestas e sem associação direta a elementos característicos da tecnologia, morfologia e/ou decoração de algum dos três segmentos sociais presentes neste período e espaço não nos permite relacioná-los.

O resultado das análises do material cerâmico deste sítio corroboram as informações provenientes das fontes manuscritas analisadas (o “Livro de Óbitos” e de “Casamentos”) – onde parte da população cativa é de origem indígena e genericamente conhecida como “carijó”, termo que costumava englobar uma série de grupos de origem Tupi-Guarani do sul do Brasil.

A situação de contato demonstrada pelas fontes escritas do período colonial apontam ainda para a possibilidade de identificação de atributos relacionados à influência de outras origens na produção cerâmica deste período, como a africana e a européia.

A comparação da cerâmica produzida no Brasil com aquela encontrada na África esbarra em um problema básico: o pequeno número de trabalhos desenvolvidos naquele continente voltado para a produção material deste período. Existem grandes lacunas geográficas, principalmente nas porções centrais da África (Maret 1990) – local de origem dos grupos Bantu que vieram para o Brasil –, e temporais, já que sítios ocupados durante os séculos XVII e XVIII quase não foram estudados naquele continente. Além disso, comparar formas, tecnologias e tipos de decoração das cerâmicas encontradas no Brasil com as da África pode ser bastante subjetivo e generalizante. No entanto, se comparações forem efetuadas com o devido cuidado, contextualizando tempo e espaço, podemos ter uma fonte de informação importante para compreender as transformações culturais sofridas pelos habitantes da colônia e pelos que para cá foram trazidos. Além disso a Arqueologia pode contribuir de maneira decisiva para descobrir-se a origem dos africanos capturados, tema que os documentos históricos do período não permitem abordar de forma plena.

Dias Jr. (1988) foi um dos primeiros a sugerir a possibilidade de muitas das peças com incisões e ponteados, freqüentemente encontradas em sítios históricos, serem

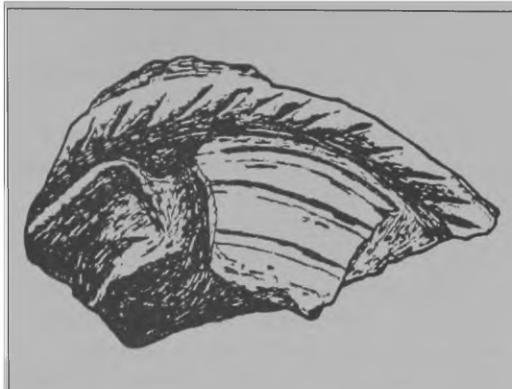
produto de africanos escravizados. Trabalhos arqueológicos desenvolvidos no continente africano indicam a utilização do ponteado e de traços incisos como uma constante na decoração da cerâmica desde o início da Idade do Ferro. Algumas das “tradições arqueológicas” africanas que apresentam a decoração ponteada e incisa podem ser encontradas na síntese de Fagan (1970) sobre a ocupação da África Austral, no Quênia (Chittick 1984), em Mason (1969) para a região do Transvaal, Nenquin (1971) no Congo, Rwanda e Burundi, e Davies (1961, 1967), na porção oeste (junto à costa da Guiné), e na África Central, para áreas ocupadas pelos falantes do Bantu em Huffman (1970), regiões próximas àquelas de onde vieram os escravos para o Brasil.

O confronto da decoração cerâmica encontrada no sítio Russo com algumas das localizadas na bibliografia sobre a África possibilitou constatar, mesmo que sumariamente e com um caráter exploratório, alguma semelhança com o material encontrado em Gana, na região do Baixo Volta (Davies 1961). O desenho retirado de Davies (1961:41) e a Foto 1, de um fragmento de asa encontrado no sítio Russo, revelam a mesma aplicação de incisões cortando transversalmente a asa da peça.

Além do exemplo citado, temos outro, ainda mais interessante, onde a semelhança entre os materiais é ainda maior. A peça da Foto 2, também coletada no sítio Russo, apresenta um desenho geométrico em forma de losango com duas incisões em seu interior. Fragmento semelhante foi retirado das escavações desenvolvidas na região da costa do atual Quênia (Chittick 1984: Painel 41a) (Foto 3).

Apesar da dificuldade em correlacionar os atributos existentes na África e aqueles que aparecem na cerâmica do século XVIII em terras paulistas, sua realização serve como medida das transformações em andamento e para corrigir algumas informações de ampla utilização referentes à cerâmica “neo-brasileira”.

É o caso dos apêndices aplicados à lateral dos recipientes para servir como apoio das mãos que, normalmente associados à influência européia (Chmyz 1976), são na verdade também de uso comum na África desde muito tempo atrás. Portanto, estes apêndices podem representar influência tanto de origem européia



Davies (1961:41).



Foto 1.



Foto 2.

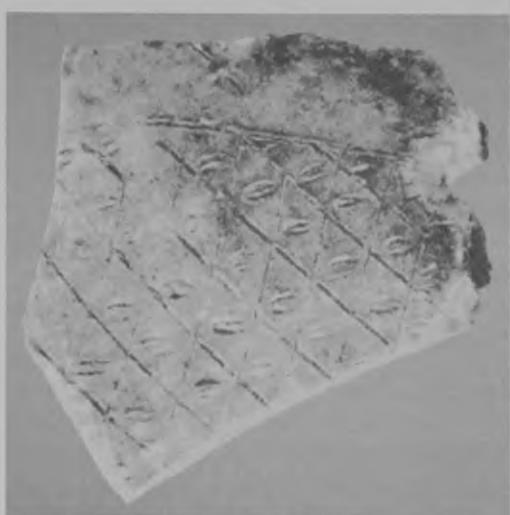


Foto 3.

(Brochado 1974) quanto africana. Outra associação bastante usual que deve ser evitada é relacionar a confecção de potes pela técnica de roletes como um indicador da procedência/influência indígena. A produção de vasilhas com essa mesma técnica ou associada à modelagem é, ainda nos dias de hoje, encontrada em várias regiões da África, como entre os Maconde de Moçambique (Dias & Dias 1964) e os Luo, do Quênia (Dietler e Herbich 1989).

Procuramos também durante a pesquisa fazer comparações entre o material analisado e o de outras indústrias. Contudo, dentre os

trabalhos publicados em que se buscava perceber influências africanas e/ou indígenas na cerâmica do período colonial, apenas poucos preocupavam-se em contextualizar a cerâmica coletada através da mediação dos parâmetros temporais, culturais e demográficos que as fontes históricas podiam proporcionar, e, ao mesmo tempo, poucos apresentavam análises e descrições tecnotipológicas sistemáticas que servissem para caracterizar e comparar essas indústrias. Entre esses trabalhos citam-se os desenvolvidos nas missões (Kern 1994) e no posto da guarda de Viamão

(Jacobus 1996a), sendo que apenas o último se assemelha a este em contexto (presença dos segmentos indígenas, africanos e europeus) e cronologia (século XVIII).

Em sua dissertação de mestrado, André Jacobus (1996a) examina a cerâmica “neo-brasileira” encontrada no Registro de Viamão, um posto de guarda do sul do Brasil, e apresenta algumas peças de acervo sem identificação existentes no MARSUL. Segundo o autor, este acervo faz parte do material da região de Torres, onde haveria posto de guarda – o Registro de Torres. Sua decoração cerâmica oferece algumas semelhanças significativas com peças decoradas presentes no sítio Russo. Os fragmentos mais parecidos podem ser vistos nas páginas 53 (Figura 3(g) e (j)) e 54 (Figura 4 (d)) de um artigo de Jacobus (1996b) sobre sua dissertação e foram aqui reproduzidos nos Quadros 1 e 2 e comparados com a Foto 4 desse trabalho. Podemos perceber que a aplicação de incisões lineares formando arranjos triangulares sobre os roletes e o uso de uma espátula alisando-os transversalmente são praticamente idênticos.

Diante a uma semelhança tão grande entre esses fragmentos, permite-se supor que seria difícil, e também uma grande coincidência, que um indivíduo viesse a elaborar uma vasilha com decoração nova, original, de estilo mais complexo, exatamente igual a uma produzida por outra pessoa a centenas de quilômetros dali. Como a distância entre estas regiões é considerável, fica complicado imaginar a vindia de vasilhas rústicas de barro por comércio. O mais provável é que esses recipientes tenham sido produzidos nos respectivos locais e com dispersão limitada. Isso leva à conclusão que os recipientes foram elaborados por oleiros distintos, sem qualquer tipo de interação sociocultural que pudesse ter criado uma articulação, ou uma identificação comum, expressa em uma cerâmica com elementos decorativos iguais. Como seria improvável a criação de duas decorações originais e idênticas, é possível supor que ambos os ceramistas tenham repetido padrões já conhecidos e/ou observados dentro do seu escopo cultural. Como estes padrões decorativos não têm correspondência, até o presente momento e dentro do nosso conhecimento, com os

padrões decorativos comumente presentes entre os grupos pré-coloniais, é plausível imaginar que sua origem remeta a influências africanas.

Todas essas informações obtidas com a pesquisa bibliográfica e as comparações entre coleções são testemunhos das influências tecnológicas e estilísticas de diferentes matizes na cerâmica “neo-brasileira”, apontando a diversidade dos contextos culturais nela presentes e confirmando, através da cultura material, principalmente como a sociedade paulista contou com a forte presença indígena e de seus descendentes, até pelo menos o final do século XVIII. Todavia, esse fato não é admitido historicamente de forma fácil. Pelo contrário, ele é escamoteado por motivos ideológicos e sociais (Hodder 1986; Shanks & Tilley 1987a, 1987b; Leone & Potter Jr. 1988; Paynter & McGuire 1991) interessados em negar a participação e influência indígena na formação da sociedade brasileira como um todo. No caso dos paulistas do período colonial, além das fontes documentais, o tempo preservou vários outros testemunhos dessa ativa participação – são restos de pratos, vasilhas cerâmicas e cachimbos utilizados cotidianamente nas residências –, que servem como elo para entender as relações interétnicas e as transformações pelas quais passaram as diferentes etnias indígenas em contato com seus senhores e os escravos africanos.

A cerâmica como fonte de informação: possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais

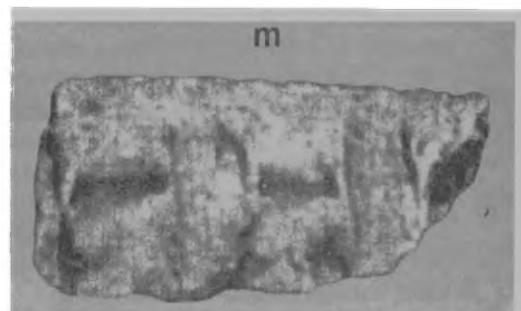
Como foi brevemente esboçado acima, uma das características do processo de formação sociocultural paulista e brasileiro é a complexa rede de contextos, situações históricas e interações entre grupos étnicos diferenciados, que as fontes documentais e os registros históricos disponíveis conseguem delinear. A aplicação de uma perspectiva arqueológica procura aumentar o alcance da análise desse processo ao revelar articulações e influências, continuidades e mudanças, presentes nos restos de cultura material da sociedade colonial.



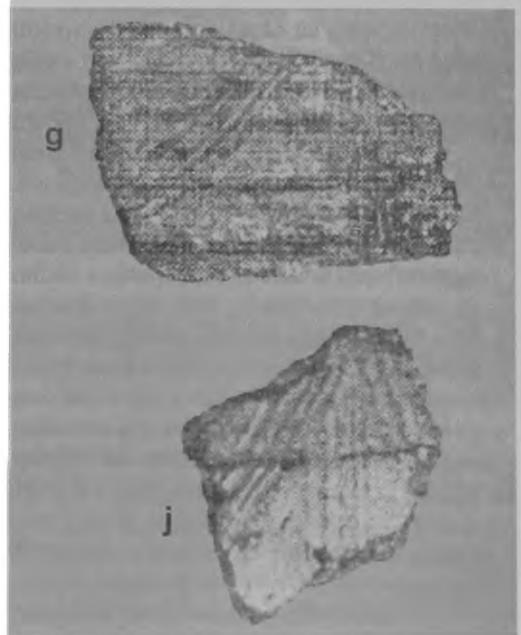
Foto 4.

Mas, como já foi dito, não é tarefa fácil para a Arqueologia relacionar a cerâmica produzida ao grupo étnico que a confeccionou, pois não existe um paralelismo direto e imediato entre etnicidade e vestígios materiais (Trigger 1978, Atherton 1983, Hodder 1982). Esta dificuldade está ligada ao próprio significado do termo e aos constantes rearranjos pelos quais os grupos étnicos passam ao longo do tempo (Shennan 1994). Durante esse processo, onde está em jogo a identidade étnica do indivíduo ou do grupo de que faz parte, uma série de elementos exteriores podem ser formulados para manter, negar ou recriar uma nova identidade (Thomas 1996). Tais elementos podem ser uma determinada atitude dos agentes, a vestimenta, o idioma, a religião e/ou a cultura material. Ou, como afirmou Manuela Carneiro da Cunha (1986:103), os símbolos escolhidos para marcar a diferença são aleatórios e, embora imprevisíveis, não são arbitrários.

O que importa é criar uma série de características que marque a diferença ou propicie uma "interação tridimensional" (Carmagnani 1993), através da qual essas diferenças possam ser percebidas dentro do grupo, entre grupos de mesma origem étnica e, por fim, entre grupos de origens étnicas distintas. Portanto, o problema está na constante busca por relacionar grupos étnicos específicos a determinadas "culturas arqueológicas" (Childe 1956), já que a identidade étnica não é uma coisa constante, imutável, e sim, algo que se desenvolve em sociedades concretas e dentro de contextos históricos específicos (Jones 1997, Eriksen 1991).



Quadro 1.



Quadro 2.

Se relacionar a cerâmica arqueológica a um grupo étnico (Barth 1969) é um procedimento discutível e até temerário – porque o estudo deste tipo de material depara com sua difícil articulação aos aspectos imateriais da cultura (Dietler & Herbich 1994) –, não se trata de procurar definir traços étnicos. Procuramos, sim, identificar as diferenças e semelhanças existentes no interior dos segmentos indígenas, africanos e europeus, relacionando-os através de tecnologias, morfologias e estilos presentes em grupos conhecidos etnográfica e/ou arqueologicamente.

É difícil procurar fazer identificações culturais através da cerâmica quando existem vários trabalhos arqueológicos indicando que ela pode ter um perfil de transformação bastante conservador, mesmo diante de transformações culturais intensas e, consequentemente, não ser um bom instrumento para medir alterações na estrutura da sociedade (Howson 1990). Dentre os trabalhos que apontam esse caráter, podemos citar Van Der Merwe e Scully (1971-1972) para a África, e dentro da América espanhola Tschopik (1950), no Peru, e Charlton (1976) no México.

Por outro lado, também há pesquisas que apontam na direção oposta a essa perspectiva de a cerâmica ter um papel mais estático e conservador (Mintz & Price 1976). Hill (1987), estudando antigas fazendas escravistas na América do Norte, propõe, a partir da cerâmica encontrada, que os escravos de origem africana não estavam interessados em ficar presos à utilização ou manutenção dos padrões tradicionais de confeccionar cerâmica e sim, buscavam criar novas formas e estilos em resposta à situação de opressão a que estavam submetidos. Processo semelhante foi sugerido aqui no Brasil por Allen (1998) e Funari (1996) que, pesquisando o Quilombo dos Palmares, propõem que ali existiria:

“... uma sociedade plural cuja característica principal era a criação de novas formas estéticas, não a simples reprodução dos pretéritos usos africanos, indígenas ou europeus pré-coloniais.” (Funari 1996:143).

Essa falta de consenso sobre como, quanto e porque o mesmo tipo de vestígio material se altera diante de novos contextos culturais e/ou históricos é indicativo da

grande quantidade de caminhos e opções passíveis de serem trilhadas. Fica claro, portanto, que não é possível determinar o quanto as alterações sociais irão refletir em transformações na cerâmica. Afinal, é inerente ao conceito de cultura a adaptação e a transformação em decorrência das novas situações (Lévi-Strauss 1958).

No caso da cerâmica produzida a partir da conquista portuguesa nas terras brasileiras, essa ampla diversidade tecnotipológica e, consequentemente, de significados, está diretamente relacionada às variações do contexto histórico regional e, inclusive, microregional que cada situação propiciou. Designada genericamente pelos arqueólogos de “neo-brasileira” esta cerâmica de elaboração local/regional e também conhecida como “cabocla”, reflete influências dos segmentos sociais que formaram a base da sociedade colonial.

Apesar do potencial que este material representa, quase não existem estudos preocupados em caracterizá-lo sistematicamente. Os trabalhos de arqueologia histórica desenvolvidos no Brasil costumam priorizar a análise de louças e vidros, evidências mais facilmente identificáveis quanto à origem e época de fabricação e relacionadas às classes mais abastadas. Na maior parte das vezes, a cerâmica tem seu valor subaproveitado, pois é analisada de maneira superficial, sendo geralmente tratada como se possuísse características homogêneas e uniformes por todo território brasileiro. Buscando caracterizar e reconhecer elementos comuns, as análises acabam por ignorar os diferentes contextos socioculturais, históricos e temporais daqueles que a elaboraram.

Classificar um fragmento cerâmico de “neo-brasileiro”, da forma como vem sendo feito até o presente momento, tem o mesmo sentido, valor e alcance que denominar de “indígena” uma cerâmica pré-colonial. Claro exemplo do tipo de generalização empregada pode ser visto em um texto de Dias Jr. (1988:4) intitulado “A cerâmica neo-brasileira”. O autor busca em seu trabalho elementos gerais que:

“(...) podem ser reconhecidos nas diferentes Fases até agora descritas nos diversos pontos do país onde foram localizadas”.

Essa perspectiva acaba mais por confundir do que explicar, porque além de considerar a

cerâmica “neo-brasileira” uma “tradição arqueológica”, que segundo Chmrys (1976:145), representa “um grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal”, compacta características tecnológicas, estilísticas e morfológicas, misturando tempo, espaço e contextos culturais distintos.

A análise que propomos para esta cerâmica deve partir de detalhadas descrições morfológicas, tecnitológicas e estilísticas que possibilitem a percepção tanto das semelhanças quanto das diferenças. Grandes generalizações diluem sua complexidade, enquanto as diferenças nos permitem relacioná-las a períodos, áreas e contextos culturais específicos. Ou seja, além das particularidades sociais e econômicas de ocupação de cada região, deve-se levar em conta o processo de formação, composição e articulação dos pequenos povoados e até mesmo de cada fazenda, já que nelas ocorreram os desdobramentos sociais que o trabalho arqueológico busca detalhar.

Em áreas ou períodos em que as atividades econômicas ofereciam a possibilidade de uma concentração maior de cativos por propriedade, como a Bahia do século XVII (Schwartz 1995), as Minas Gerais no XVIII (Souza 1999) e São Paulo durante o século XIX (Marcílio 1974), por exemplo, o encontro entre grupos de mesma origem étnica ou cultural poderia propiciar articulações sociais mais intensas, com reflexos em uma cultura material mais homogênea. Contudo, não é este o caso de São Paulo até o final do século XVIII. Na maior parte das vezes, os plantéis eram pouco expressivos – no máximo 20 cativos para cada proprietário. Essa baixa densidade por unidade de produção e os limites impostos para a circulação da escravaria restringia, em variadas medidas, a comunicação entre os cativos (Mattoso 1990). As trocas simbólicas e as redes de solidariedade e sociabilidade estavam, então, limitadas ao local de residência e seu entorno imediato.

A cerâmica no contexto colonial paulista: a formulação de uma hipótese

O papel econômico secundário ocupado pela província de São Paulo durante o período

colonial teve consequências sobre sua produção material. A maioria da população estava inserida em um estado de grande pobreza que pode ser percebido pela leitura dos testamentos e inventários da época. Estas fontes revelam que os bens herdados muitas vezes não passavam, além das terras e dos cativos, de alguns instrumentos de trabalho de ferro, móveis e até roupas usadas. Esta situação proporcionou, durante longo tempo, papel de destaque para os recipientes rústicos de barro queimado, potes, pratos e vasilhas utilizados cotidianamente para o preparo, cozimento, consumo e armazenagem de alimentos e líquidos.

A grande heterogeneidade de técnicas, formas e estilos encontrados na cerâmica produzida durante os séculos XVII e XVIII, como é exemplo a indústria do sítio Russo, indica que a produção e o uso dessas peças eram locais, geralmente restritos aos limites das propriedades rurais, com algumas pessoas confeccionando os objetos tanto para si quanto para seus senhores (Chmrys 1976).

Como cada unidade doméstica produzia as peças de acordo com a necessidade, as variações poderiam ocorrer em decorrência da grande quantidade de produtores relacionados a contextos culturais bastante diversos; do isolamento da produção, não implicando na troca ou homogeneização de padrões tecnológicos, morfológicos e estilísticos; e da incorporação de novos padrões, principalmente morfológicos e estilísticos, da louça europeia e da cerâmica africana.

O resultado final dessa confluência de padrões cerâmicos provenientes de diversos locais convivendo em uma mesma comunidade reflete a situação de contato e transformação cultural a que estas pessoas e/ou grupos estavam sujeitos. Em outras palavras, cada oleiro confeccionava vasos conforme novos padrões, muitos dos quais diferentes daqueles utilizados em sua terra de origem (seja ela o “sertão” ou a África) e que seguia padrões culturais tradicionais. Este quadro propiciou uma grande expansão nas formas, desenhos e elementos agregados às peças, como as alças, asas e pedestais, elementos que as populações indígenas pouco ou nada utilizavam.

Com o transcorrer das décadas, o período de pobreza de uma economia voltada basica-

mente para subsistência que afligiu as terras paulistas até as últimos anos do século XVIII começa a ser superado (Machado 1930, Queiroz 1967). A província inicia uma fase de crescimento populacional e desenvolvimento econômico. As vilas tornam-se mais numerosas e algumas passam a cidades. A economia volta-se para as unidades de produção de cana-de-açúcar em larga escala (Petrone 1968). Aumenta a demanda nos aglomerados urbanos e cria-se a necessidade crescente por cerâmica utilitária nas vilas e cidades. Surgem pequenos núcleos de produção e venda desse produto.

Relatos de cronistas e viajantes evidenciam a existência de intensa produção de recipientes cerâmicos por uma população indígena, ou mestiça, que vivia nos arredores de São Paulo no início do século XIX. Vendida a preços baixos, esta cerâmica estava direcionada para a população de menor poder aquisitivo:

“Ao registrar em 1800 o sucesso favorável das feiras que instituira no campo da Luz, as celebres feiras de Pilatos, escrevia o governador (...): ‘os mesmos índios, que são os que fazem a louça ordinária, repetiram três e quatro vezes as suas conduções. É mínimo o valor de tais productos na época de que nos ocupamos. Delles se utiliza a arraia meuda, quando não dá preferencia ás gamelas e copos de madeira’” (Machado 1930:62).

John Mawe (1978:64) relatou em 1807 que, na vizinhança da cidade de São Paulo, eram produzidas

“(...) louças para cozinha, grandes jarros para água e uma variedade de outros utensílios, ornamentados com algum gosto”.

Gustavo Beyer (1908: 288) em 1813, escreveu:

“Nos arrabaldes (de São Paulo) moram muitos criolos índios que fabricam potes de barro de grande consumo, porque é uso geral preparar nelles a comida e carregar água. Muitos outros objectos são fabricados de barro e não sem gosto.”

É bem provável que os relatos transcritos estejam se referindo à população residente em alguns dos aldeamentos indígenas que ainda teimavam em sobreviver no começo do século XIX perto de São Paulo. Outras fontes documentais indicam que as poucas atividades econômicas desenvolvidas nestes decadentes locais se restringiam ao plantio para a subsistência e a

“fazer loiça de cujos productos se sustentão”,¹⁷ ou, como Saint-Hilaire (1976: 160) anotou:

“Em 1823, consumou-se a ruína total dos indígenas de Pinheiros, a qual provavelmente já tinha começado havia muito tempo, e os intrusos ocuparam todas as terras que tinham pertencido a esses infelizes. Os homens ganhavam a vida fazendo jornadas de trabalho e as mulheres fabricavam vasilhames de barro”.

É fato que alguns dos termos do tipo “criolos índios” pouco ajudam para identificar, esses artesãos do barro e, como já havia diagnosticado Pasquale Petrone (1995: 289-293), existe uma grande dificuldade em traçar a origem étnica dos índios aldeados devido à pouca documentação. Contudo, apesar de grandes variações em sua composição, eram os grupos Tupi os mais numerosos e os que deixaram os traços culturais mais presentes. Além disso, sempre segundo esse autor, um dos motivos para essa variedade étnica estava relacionado ao interesse das autoridades em transformar os aldeamentos em vilas e bairros rurais, enviando índios e “pessoas vadadas” para aumentar seu contingente demográfico. Como resultado deste quadro que se iniciou de maneira mais forte no final do século XVIII e início do XIX:

“As populações aldeadas passaram a compor-se, sempre em proporções maiores, por mestiços de todos os tipos. Num processo cujas fases não são simples de definir, os contingentes ameríndios foram se tornando gradativamente mais mamelucos, foram caboclizando-se, até adquirirem as características mais típicas de uma população caipira que, ainda na atualidade, marca com sua presença alguns ângulos dos arredores de São Paulo (...).” (Petrone 1995: 135).

Com isso, começa a surgir uma diferenciação entre a cerâmica comprada dos aldeamentos e aquela produzida nas propriedades rurais. Como a produção dos aldeamentos teve de adaptar-se a uma demanda maior e aos gostos e necessidades da clientela, suas formas, decorações e apêndices passam a ser cada vez mais padronizados, acabando por se distanciar dos elementos mais diagnósticos de origem indígena. A padronização de formas e decoração

(17) Boletim – Aldeamentos de índios (1721-1804), vol. 8, pp. 156, 1948.

facilitou sua confecção, distribuição e uso nos entornos de São Paulo, principalmente nas áreas urbanas. Valorizadas como mercadorias, estas vasilhas produzidas para a venda entravam em circulação. Entretanto, deve-se ressaltar a possibilidade de existir, dentro dos aldeamentos, a produção de cerâmicas diferenciadas destinadas à utilização exclusiva dos residentes do aldeamento. A existência de variações na cerâmica em função de sua utilização é um comportamento bastante comum constatado entre vários grupos indígenas e não deve ser descartada nesta situação (Graburn 1979).

Já a produção cerâmica nas propriedades rurais permanece mais individualizada e sujeita a variações idiossincráticas. Produzida para uso doméstico, apresentaria maior adaptação a necessidades específicas de uso/consumo. Identificada com sua cultura de origem ou relacionada a novas articulações, a cerâmica doméstica continua apresentando uma maior diversidade morfológica, estilística e tecnológica.

Concluindo, as informações obtidas através do conjunto de dados históricos e arqueológicos nos proporcionaram formular a hipótese sobre o que acreditamos ser as duas macrodivisões da cerâmica no século XVIII encontrada nas áreas de entorno de São Paulo: aquela confeccionada nos aldeamentos e a das propriedades rurais. No entanto, é necessário testar essa hipótese pesquisando os locais que no passado foram aldeamentos, buscando encontrar semelhanças entre a cerâmica coletada em seu interior com aquelas coletadas nas propriedades rurais, e principalmente nas áreas urbanas da São Paulo antiga.

Considerações finais

A articulação do conjunto de dados históricos e arqueológicos sintetizados neste artigo, e que foram apresentados de forma plena na dissertação de mestrado “A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII”, permite afirmar com segurança a existência de uma população indígena utilizada como mão-de-obra escrava na vila de Jundiaí até pelo menos meados do século XVIII.

Para atingir estes resultados foram utilizadas transcrições de documentos (“Repertório

de Sesmarias” e os “Documentos Interessantes”) para servir de base para a definição das áreas a serem amostradas e percorridas por prospecções arqueológicas preocupadas em localizar antigos assentamentos da época em questão – as sesmarias – e fontes manuscritas inéditas para auxiliar na compreensão da demografia da população cativa da região.

Essas fontes manuscritas – o “Livro de Óbitos” e o de “Casamentos de escravos” – revelaram informações inéditas sobre a composição étnica dos plantéis cativos em Jundiaí, seus casamentos interraciais e, principalmente, as transformações que os indígenas sofreram desde sua captura nos sertões para utilização como mão-de-obra escrava, até seu paulatino processo de incorporação à sociedade colonial como pessoas livres ou alforriadas.

A análise conjunta dos dados de origem arqueológica e documental possibilitou articulação importante: através das fontes documentais foi possível buscar as origens étnicas e socioculturais dos agentes envolvidos e, a partir do contexto arqueológico, entender sua relação com o material cerâmico produzido, definindo como, e em que proporção, cultura material e identidade cultural, atuaram naquele local. A análise dos vestígios materiais retirados de um dos sítios escolhidos para ser escavado sistematicamente, o sítio Russo (datado em 300 A.P. ou seja, no ano 1700), revelou as grandes variações tecnológicas, morfológicas e estilísticas existentes na indústria cerâmica, reflexo da diversidade étnica e sociocultural do período e das diferenças que a produção cerâmica local e isolada propiciava.

Essa diversidade apontada pelas fontes escritas é também confirmada pelos muitos atributos caracterizadores da cerâmica encontrada neste assentamento e que estão atrelados a uma identidade cultural vinculada aos grupos portadores de cerâmica conhecida arqueologicamente como Tupiguarani. Além disso, existem evidências de que vários dos motivos decorativos deste sítio estão relacionados aos segmentos trazidos da África, já que remetem a padrões utilizados naquele continente, ou porque aparecem em sítios arqueológicos do sul do Brasil em época que coincide com a chegada de escravos africanos

à região, e sem apresentar semelhança com a cerâmica pré-colonial brasileira.

Tamanha variedade tecnológica, morfológica e estilística, todavia, não é explicada apenas pela diversidade étnica existente no período, mas também por um modo de produção cerâmica local, basicamente doméstica e utilitária, restrita às propriedades rurais da época. Nestes locais haveria: grande quantidade de produtores relacionados a contextos culturais bastante diversos; um isolamento de cada local de produção, que não implica em maiores trocas ou em uma homogeneização de padrões tecnológicos, morfológicos e estilísticos e, por último, a incorporação de padrões novos, principalmente morfológicos e estilísticos, da louça européia e da cerâmica africana.

Este modo de produção, que estaria representado pelo sítio Russo, explicaria a grande diversidade da cerâmica encontrada nos sítios históricos do período colonial. Em contrapartida, teríamos uma produção para venda atestada pelos documentos e relatos da época que indicam que componentes dos aldeamentos indígenas estariam direcionando parte do seu tempo e recursos na produção de cerâmica destinada à venda nos entornos de São Paulo. Mas essa produção destinada à venda não significaria a substituição da produção oleira individual pela comercial: ambas coexistiriam e podem ser encontradas dentro do mesmo sítio arqueológico.

Assim, as informações obtidas principalmente através do conjunto de dados arqueológicos acabaram por resultar em uma reflexão que aponta para a possibilidade de existirem duas grandes divisões na maneira de produzir cerâmica na província de São Paulo durante as últimas décadas do século XVIII e início do XIX. Mas essa reflexão sobre a possível divisão entre uma produção cerâmica local e a comercial não pode ser aplicada indistintamente a qualquer ponto do território brasileiro. Contextos culturais e históricos diversos acabam por produzir um material cerâmico diferenciado decorrente de interações étnicas ou modos de produção distintos. Diante dessa grande diversidade, devemos deixar de

lado as generalizações usualmente empregadas na arqueologia brasileira, preocupadas em buscar elementos comuns na cerâmica “neo-brasileira”, e partir para uma descrição sistemática e exaustiva desse material. É necessário um grau de detalhe que permita ter o domínio completo de cada sítio em particular e, sempre que possível, procurar obter informações que possibilitem um diálogo entre vestígios materiais e as fontes textuais.

Essa articulação é importante para poder buscar, através das fontes documentais, as origens étnicas e socioculturais dos agentes envolvidos e, a partir do contexto arqueológico, entender sua relação com o material cerâmico produzido, definindo como, e em que proporção, cultura material e identidade cultural, estão atuando juntas. Com a ampliação das escavações e a sobreposição dos trabalhos em áreas contínuas, será possível montar um contexto mais amplo, onde elementos comuns possam ser percebidos na cerâmica para, aí sim, começar a falar de características regionais – algumas das quais perduram até os dias de hoje.

Por fim, as informações fornecidas pelo conjunto de dados históricos e arqueológicos nos permitiram ir além da simples comprovação da presença indígena na “Villa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiah”. Elas nos possibilitaram reunir elementos sobre aspectos da inserção, transformação, influência e continuidade sociocultural indígena até as últimas décadas do século XVIII que, provavelmente, se estendem a outros núcleos coloniais paulistas mais antigos.

Agradecimentos

Uma série de pessoas contribuíram com comentários e sugestões para a construção deste artigo. Entre elas estão os Professores Paulo A. D. De Blasis, Paulo Zanettini, Pedro Paulo Abreu Funari, André Jacobus, Paulo Vicentini, Erika M. Robrah-González e Marta Heloisa Leuba Salum, o Sr. Romaldo Russo e Flavia Prado Moi.

MORALES, W.F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

MORALES, W.F. The “neo-Brazilian” ceramics in the Paulista territories: a study on the possibilities of cultural identification on archaeological remains from eighteenth century Jundiaí village. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

ABSTRACT: This article presents some of the results collected by the thesis “The forgotten slavery: the administration of Indian people in Jundiaí in 18th Century” Here we focus on the “neo-Brazilian” ceramics and its interpretative possibilities within the “Paulistas” territories context in the colonial period.

UNITERMS: Historical Archaeology – Colonial São Paulo – Indigenous administration – African slavery – Cultural interaction – Ethnic identity – Ceramic – “Neo-Brazilian” ceramic.

Bibliografia

Fontes Primárias

1. Documentos Manuscritos

- “Livro de Óbitos de escravos de Jundiaí (1744-1787)”
- “Livro de Casamentos de escravos (1739-1777)”

2. Documentos Publicados

- Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
- Repertório das Sesmarias concedidas pelos Capitães Generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821, Departamento do Arquivo do Estado, 1944.

3. Mapas, Cartas e Plantas

- Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo, folha de Jundiahy, escala 1:100.000, Edição preliminar, 1925.
- Força Pública do Estado de São Paulo, folha de Jundiahy (Norte nº 46 A₁), escala 1:50.000, Serviço de Engenharia, Secção Cartográfica, 25-09-1932.
- Força Pública do Estado de São Paulo, folha de Jundiahy (Norte nº 46 A₂), escala 1:50.000, Serviço de Engenharia, Secção Cartográfica, 20-09-1932.
- Planta de parte da linha divisória dos municípios de Jundiahy e Itatiba, escala 1:10.000, Nivaldo F. Gandra, Director de Obras do Município de Jundiahy, 16 de agosto de 1924.
- Planta do Encanamento Geral - Estudo para o abastecimento d'água de Jundiahy, Escala 1:6.000, Prefeitura Municipal de Jundiahy (classe 47-3), 15 de nov. de 1893.

Referências bibliográficas

ALLEN, S.J.

- 1998 A ‘Cultural Mosaic’ at Palmares? Grappling with the Historical Archaeology of a seventeenth-century Brazilian quilombo. P.A. Funari (Org.) *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas, SP, UNICAMP, IFCH: 141-178.

ARNOLD, D.E.

- 1989 *Ceramic theory and cultural process*. New York: Cambridge, Univ. Press.

ATAÍDES, J.M.

- 1998 *Sob o sinal da violência: colonizadores e Kayapó do sul do Brasil central*. Goiânia: Editora UCG.

ATHERTON, J.H.

- 1983 Ethnoarchaeology in Africa. *African Archaeological Review*, 1: 75-104.

BALANDIER, G.

- 1963 *Sociologie actuelle de l'Afrique noire: dinamique sociale en Afrique Centrale*. (2^a ed.), Paris: PUF.

BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I.

- 1988 *Race, nation, classe, les identités ambiguës*. Paris: La Découverte.

BARTH, F.

- 1969 *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Boston: Little, Brown and Company.

- BEAUREGARD, A.D.
- 1994 Relations of production and exchange in 17th-century New England: interpretive contexts for the archaeology of culture contact. R. Layton (Ed.) *Conflict in the archaeology of living traditions*. London/New York, Routledge: 22-29.
- BEYER, G.
- 1908 Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitânia de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha entre o Cabo e o Brasil e que ha pouco foi ocupada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XIII, 1907, São Paulo.
- BRANDÃO, C.R.
- 1986 *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- BROCHADO, J.P.
- 1974 Contatos entre europeus e indígenas: um estudo de aculturação através das mudanças na cultura material. *Revista do IFCH/UFRGS*, 2: 11-47.
- CARMAGNANI, M.
- 1993 *El regreso de los dioses: el proceso de reconstitución de la identidad étnica en Oaxaca – siglos XVII y XVIII*. (3^a ed.). Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- CARNEIRO, E.
- 1947 *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- CHALHOLB, S.
- 1990 *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHARLTON, T.H.
- 1976 Contemporary central Mexican ceramics: a view from the past. *Man*, 11: 517-525.
- CHILDE, V.G.
- 1956 *Piecing together the past: the interpretation of archaeological data*. London: Routledge & Kegan Paul.
- CHITTICK, N.
- 1984 *Manda. Excavations at an Island Port on the Kenya Coast*. Nairobi: The British Institute in Eastern Africa, University Press.
- CHMYZ, I.
- 1976 Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, 1 (1) Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paranaguá: 119-148.
- COHEN, A.
- 1969 *Custom and politics in urban Africa*. London: Routledge and Kegan.
- CUNHA, M.C.
- 1985 *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- 1986 *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense/EDUSP.
- CUNHA, M.C. (Org.)
- 1992a Política indigenista no séc. XIX. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/SMC/Companhia das Letras: 133-154.
- 1992b *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. Colaboração de Mara Manzoni Luz, Beatriz Perrone-Moises, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- DAVIES, O.
- 1961 *Archaeology in Ghana*. London: University College of Ghana.
- 1967 *West Africa before the Europeans: archaeology & prehistory*. London: Methuen & Co LTD.
- DEANE, A.
- 1985 Ceramic theory and cultural process. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- DIAS, J.; DIAS M.
- 1964 *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural: 3-13.
- DIAS Jr., O.F.
- 1988 A Cerâmica neo-brasileira. *Arqueo-IAB*, Textos Avulsos, 1: 3-13.
- DIETLER, M.; HERBICH, I.
- 1989 Tich Matek: the technology of Luo pottery production and the definition of ceramic style. *World Archaeology*, 21 (1), Routledge: 148-164.
- 1994 Ceramics and ethnic identity: ethnoarchaeological observations on the distribution of pottery styles and the relationship between the social contexts of production and consumption. *Terre cuite et société: la céramique*. XIV rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes. Editions APDCA: 159-472.
- DRUMMOND, L.
- 1981 Ethnicity, 'ethnicity' and culture theory. *Man*, 16 (4): 693-696.
- DURHAM, E.R.
- 1977 A Dinâmica cultural na sociedade moderna. *Ensaios de opinião*, 4, Rio de Janeiro.
- ERIKSEN, T.H.
- 1991 The cultural context of ethnic differences. *Man*, 26 (1): 127-144.
- FAGAN, B.M.
- 1970 *Africa Austral*. Lisboa: Editorial Verbo.
- FARIA, S.C.
- 1998 *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FAUSTO, B.
- 1999 *História do Brasil*. (6^a ed.), São Paulo: Editora da USP, Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

MORALES, W.F. A cerâmica "neo-brasileira" nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 165-187, 2001.

- FREYRE, G.
- 1995 *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. (30^a ed.). Rio de Janeiro: Record.
- FUNARI, P.P.A.
- 1996 Novas perspectivas abertas pela arqueologia na Serra da Barriga. L.M. Schwarcz; L.V.S.R. Reis (Orgs.) *Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Estação Ciência: 139-151.
- FURTADO, C.
- 1989 *Formação econômica do Brasil*. (23^a ed.). São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GEERTZ, C.
- 1973 *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- GRABURN, N.
- 1979 Introduction: arts of the fourth world. R. Graburn (Ed.) *Ethnic and tourist arts: cultural expressions from the fourth world*. Berkeley: Univ. of California Press.
- HANSEN, A. J.
- 1998 A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. A. Novaes (Org.) *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras: 347-373.
- HENRY, L.
- 1977 *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- HILL, M.
- 1987 Ethnicity Lost? Ethnicity Gained? Information functions of 'African Ceramics' in West Africa and North America. R. Auger; M.F. Glass; S. Mac Eachern; P.H. Mc Cartney (Eds.) *Ethnicity and Culture*. Calgary, Univ. Press: 135-139.
- HODDER, I.
- 1986 *Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- HOWSON, J.E.
- 1990 Social relations and material culture: a critique of the archaeology of plantation slavery. *Historical Archaeology*, 24 (4): 78-91.
- HUFFMAN, T.N.
- 1970 The Early Age and the spread of the Bantu". *South African Archaeological Bulletin*, 25 (97), Johannesburg: 3-21.
- JACOBUS, A.L.
- 1996a *Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha/RS)*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do IFCH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Taquara.
- 1996b Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o Registro de Viamão como estudo de caso. *Rev. do CEPA*, 20 (23), Santa Cruz do Sul: 7-58.
- JONES, S.
- 1997 *The Archaeology of Ethnicity: constructing identities in the past and present*. London and New York: Routledge.
- KERN, A.
- 1994 Pesquisa arqueológicas nas missões Jesuíticas-Guarani (1884-1994). *Estudos Ibero-Americanos*, 20 (1), Porto Alegre, PUC-RS: 63-105.
- LA SALVIA, F.; BROCHADO, J.P.
- 1989 *Cerâmica Guarani*. (2^a ed.), Porto Alegre: Poseidon Arte e Cultura.
- LAW, R.
- 1991 *The slave coast of west Africa, 1550 -1750: the impact of the Atlantic slave trade on an African society*. Oxford: Clarendon Press.
- LEÓN, L. V.
- 1992 *Ser indio otra vez: la purepechización de los Tarascos serranos*. Cidade do México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- LEONE, M.; POTTER, J.P.
- 1988 *The recovery of meaning: historical archaeology in eastern United States*. Washington: Smithsonian Inst. Press.
- LÉVI-STRAUSS, L.
- 1958 *Anthropologie strurale*. Paris: Plon.
- LINHARES, M.; SILVA, F.C.T.
- 1981 *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- LOPES, N.
- 1988 *Bantos, Malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MACHADO, J.A.
- 1930 *Vida e morte do bandeirante*. (2^a ed.), São Paulo: Revista dos Tribunaes.
- MARCÍLIO, M.L.
- 1974 *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista - 1700/1836*. Tese apresentada ao concurso para Livre Docência em História Contemporânea, FFLCH/USP, São Paulo.
- 1977 *Demografia histórica*. São Paulo: Pioneira.
- MARET, P.
- 1990 Phases and facies in the archaeology of central Africa. P. Robertshaw (Ed.) *A history of African archaeology*. London/Portsmouth, James Currey & Heinemann: 109-134.
- MASON, R.
- 1969 *Prehistory of the Transvaal: a record of human activity*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

MORALES, W.F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 165-187, 2001.

- MATTOS, H.M.
- 1998 *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MATTOSO, K. M.
- 1990 *Ser escravo no Brasil*. (3^a ed.), São Paulo: Brasiliense.
- MAWE, J.
- 1978 *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- MERWE, N.J.; SCULLY, R.T.F.
- 1971 The Phalaborwa story: archaeological and [1972] ethnographic investigation of a South African Iron Age group. *World Archaeology*, 3 (3): 178-196.
- MINTZ, S.; PRICE, R.
- 1976 *The birth of African-American culture*. Boston: Beacon Press.
- MONTEIRO, J.M.
- 1988 Celeiro do Brasil: a escravidão indígena e a agricultura paulista no século XVII. *História*, 7, São Paulo: 1-12.
- 1989 Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão em São Paulo. *Revista de História*, 120, São Paulo: 45-57.
- 1992 Os Guarani e a história do Brasil meridional, século XVI e XVII. M.C. Cunha (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Companhia das Letras: 475-498.
- 1994 *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MORALES, W.F.
- 2000 *A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Interdepartamental de Pós-Graduação em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- MOURA, C.
- 1981 *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. (3^a ed.), São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- NEME, M.
- 1969 Dados para a história dos índios Caiapó”. *Anais do Museu Paulista*, 23: 101-147.
- NENQUIN, J.
- 1971 The Congo, Rwanda, and Burundi. P.L. Shinnie (Ed.) *African Iron Age*. Oxford, Clarendon Press: 183-214.
- NOVAES, S.C.
- 1993 *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP.
- OLIVER, R.
- 1966 The problem of the Bantu expansion. *Journal of African History*, 7 (3): 361-376.
- PAIVA, E.F.
- 1995 *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: ANNA - BLUME, (Selo universidade: 43).
- PARGA, J.S.
- 1988 Formas de la memoria: tradición oral y escolarización. *Pueblos indígenas y education*, II (6), Abya-Yala, Ecuador: 85-114.
- PAYTER, R.; McGuIRE, R.H.
- 1991 The archaeology of inequality: material culture, domination, and resistance. R. Paynter; R.H. McGuire (Eds.) *The archaeology of inequality*. Oxford, Blackwell: 1-27.
- PERRONE-MOISÉS, B.
- 1992 Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). M.C. Cunha (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Companhia das Letras: 115-132.
- PETRONE, M.T.S.
- 1968 *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio; 1765 - 1851*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- PETRONE, P.
- 1995 *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp.
- PRADO Jr., C.
- 1953 *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- PRICE, P.M.
- 1988 *Pots and potters: currents approaches in ceramics archaeology*. Los Angeles: Univ. of California Press.
- QUEIROZ, S.R.
- 1967 Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista/USP*, 21, São Paulo: 109-277.
- RAMOS, A.
- 1943 *Introdução a antropologia brasileira* (vol.1). Coleção Estudos Brasileiros, 1943.
- 1934 *O negro brasileiro*. São Paulo: Livraria Brasiliense.
- REIS, J.J.; SILVA, E.
- 1989 *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, D.
- 1995 *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

MORALES, W.F. A cerâmica "neo-brasileira" nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

- RICE, P.M.
- 1988 *Pots and pottery: current approaches in ceramic archaeology*. Los Angeles: Univ. of California Press.
- ROCHA, M.H.D.
- 1967 Arrolamentos das fontes históricas de Jundiaí. *Revista de História*, 34 (70), São Paulo: 555-567.
- RODRIGUES, R.N.
- 1932 *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia Nacional.
- RUBERTONE, P.E.
- 1994 Archaeology, Colonialism and 17th Century Native America: towards an alternative interpretations. R. Layton (Ed.) *Conflict in the archaeology of living traditions*. London/New York, Routledge: 32-43.
- RYE, O.S.
- 1988 *Pottery Technology: principles and reconstructions*. (2^a ed.), Washington: Taraxacum.
- SAHLINS, M.D.
- 1976 *Culture and practical reason*. Chicago: Chicago Univ. Press.
- SAINT-HILAIRE, A.
- 1976 *Viagem a província de São Paulo*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo/EDUSP.
- SCHADEN, E.
- 1954 Os primitivos habitantes do território paulista. *Revista de História*, 8 (18), São Paulo: 385-406.
- SCHWARCZ, L.M.
- 1996 Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravidão no Brasil. L.M. Schwarcz; L.V.S.R. Reis (Orgs.) *Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Estação Ciência: 11-29.
- SCHWARTZ, S. B.
- 1995 *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SHANKS, M.; TILLEY, C.
- 1987a *Social theory and archaeology*. Cambridge: Polity Press.
- 1987b *Re-constructing archaeology: theory and practice*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- SHENNAN, S.J.
- 1994 Introduction: archaeological approaches to cultural identity. S.J. Shennan (Org.) *Archaeological approaches to cultural identity*. London, Unwin & Hyman, Routledge: 1-32.
- SHEPARD, A.D.
- 1976 *Ceramics for the archaeologist*. Washington: Carnegie Institute of Washington.
- SINOPOLI, C.M.
- 1991 *Approaches to archaeological ceramics*. New York: Plenum Press.
- SLENES, R.W.
- 1991 Malungu, ngoma vem: África coberta e [1992] descoberta no Brasil. *Revista USP - Dossiê Quinhentos Anos de América*, 12: 48-67.
- SOUZA, L.M.
- 1999 *Norma e conflito: aspecto da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- SOUZA FILHO, C.F.M.
- 1994 O direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil. L.B. Grupioni (Org.) *Índios do Brasil*. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto: 153-168.
- THOMAS, G.
- 1981 *Política indigenista dos portugueses no Brasil (1500-1640)*. São Paulo: Loyola.
- THOMAS, J.
- 1996 *Time, culture and identity: an interpretive archaeology*. London: Routledge.
- TODOROV, T.
- 1988 *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- TRIGGER, B.G.
- 1978 *Time and tradition: essays in archaeological interpretation*. Edinburg: Edinburg University Press.
- TSCHOPIK Jr., H.
- 1950 An Andean ceramic tradition in historical perspective. *American Antiquity*, 15: 196-218.
- TURNER, T.
- 1992 Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social. De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. M.C. Cunha (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Companhia das Letras: 311-338.
- VERGER, P.
- 1987 *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio.
- WOLF, F.R.
- 1982 *Europe and the people without history*. Berkeley: Univ. of California Press.

OS NOVELOS DE FIBRAS DO ABRIGO RUPESTRE SANTA ELINA (JANGADA, MT, BRASIL): ANATOMIA VEGETAL E PALEOETNOBOTÂNICA

Gregório Cardoso Tápias Ceccantini*
Luciana Witovisk Gussella*

CECCANTINI, G.C.T. Os novelos de fibras do abrigo rupestre Santa Elina (Jangada, MT, Brasil): anatomia vegetal e paleoetnobotânica. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 189-200, 2001.

RESUMO: O Abrigo Rupestre Santa Elina fica em Jangada, MT, Brasil, é formado por uma dobra calcária da Bacia do Paraguai e apresenta sedimentos de sucessivas ocupações humanas nos últimos 6.000 anos. Esses sedimentos possuem vestígios vegetais bem conservados em quantidade, como carvões, madeiras, macro-restos vegetais, fibras e artefatos de fibras vegetais, principalmente nas camadas mais recentes. Artefatos de fibras enroladas semelhantes a ninhos de pássaros, referidos como novelos ou maranhas foram estudados histologicamente por meio de técnicas de anatomia vegetal e identificados com base em uma coleção de referência de material lenhoso da região e materiais de herbários. As fibras foram identificadas como sendo de caules de lianas lenhosas do gênero *Aristolochia*, provavelmente da espécie *A. esperanzae* O. Kuntze, família Aristolochiaceae. Diversas espécies de *Aristolochia*, conhecidas como papo-de-peru ou milhome, são usadas como plantas medicinais em várias partes do mundo para muitas finalidades, sendo que também são apontados os usos como repelentes ou amuletos contra cobras. Os novelos arqueológicos podem ter tido algum desses usos e são indicadores de ocorrência de formações florestais, provavelmente indicando condições ecológicas semelhantes às atuais.

UNITERMOS: Fibras vegetais – Paleoetnobotânica, arqueobotânica – *Aristolochia*, Aristolochiaceae – Anatomia vegetal – Anatomia da madeira – Anatomia do lenho.

Introdução

No Brasil ainda não existe uma cultura de interação entre a Arqueologia e a Botânica e quase inexistem trabalhos de paleoetnobotânica

ou arqueobotânica. Isso se deve, em parte, pela escassez de materiais vegetais preservados em sítios arqueológicos brasileiros e, em parte, pelo pouco interesse que os botânicos demonstraram no passado pelos problemas arqueológicos, mesmo para os materiais que ocorrem em abundância, como é o caso dos carvões de madeira. Assim, há poucas informações arqueológicas obtidas a partir de vestígios vegetais, bem como são pequenos o

(*) Departamento de Botânica da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

desenvolvimento metodológico e a experiência para lidar com materiais dessa natureza. (Ribeiro 1993:37-56, Ceccantini 2000).

Apesar de a situação exposta acima ser o caso da maioria dos sítios arqueológicos brasileiros, exceções existem e apontam para um cenário promissor. Bons exemplos são os sambaquis do norte do litoral do Rio de Janeiro, com o estudo de carvões realizado por Scheel-Ybert (2000: 111-138; 2001: 471-480) e o do Abrigo Rupestre Santa Elina, no Mato Grosso, com diversos trabalhos em andamento (Vialou & Vialou).

O Abrigo Rupestre Santa Elina apresenta muitas possibilidades para estudos botânicos, pois as condições de preservação dos vestígios vegetais são excepcionais e esses ocorrem em grande quantidade e variedade. Nas escavações têm sido encontrados folhas, frutos, sementes, fragmentos de madeira e carvão, bem como artefatos compostos de fibras vegetais, principalmente nos níveis mais recentes (Vialou *et al.* 1995: 655-661). Os carvões, as estacas de madeiras, parte dos frutos e os artefatos de fibras já foram estudados por diversos especialistas (E. Taveira, R. Scheel-Ybert, G. Ceccantini) e trabalhos a esse respeito encontram-se em fase de publicação (Vialou & Vialou).

Dentre os diversos tipos de vestígios vegetais destacam-se numerosos artefatos de fibras. O trabalho de Taveira (2000) analisou cuidadosamente esses objetos, relacionando diversas categorias de materiais fibrosos, como fios, cordas, dobraduras, nós, enodados, trançados que deviam compor objetos como cestos, sandálias, estojos penianos. Para a maioria dos materiais foram demonstradas as formas de confecção e as afinidades culturais, entretanto, para materiais referidos como “fibras vegetais intrincadas” ou “maranhas”, a autora não pôde obter muitas informações. Assim, considerando a boa conservação e a indisponibilidade de informações etnológicas, o objetivo desse trabalho é de analisar anatomicamente esses materiais de natureza desconhecida e fornecer elementos para a sua interpretação etnobotânica e paleoambiental.

Localização e características do sítio arqueológico

O Abrigo Rupestre Santa Elina situa-se no município de Jangada, a cerca de 100 km de

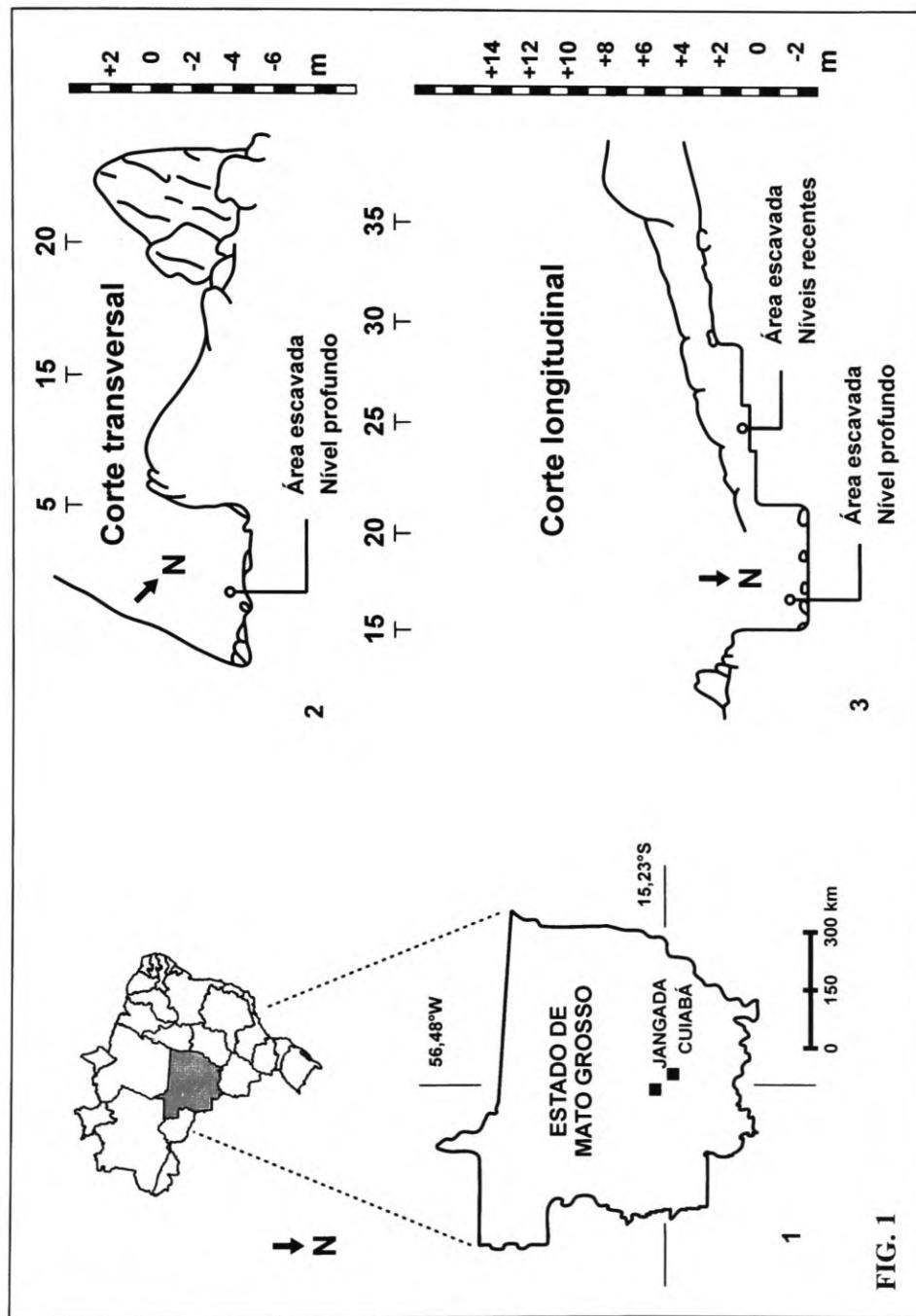
Cuiabá, MT (15,23° S, 56, 48°W) (Fig. 1: 1). O abrigo é formado por dois paredões de calcário dolomítico, sendo que o paredão sul, que recobre o abrigo possui mais de 50 m e inclinação de 75° (Fig. 1: 2). Ele forma uma grande área protegida de cerca de 70 m de comprimento por 5 m de largura e cerca de 6 m de profundidade (Fig. 1: 3). Esses paredões são ricamente ornamentados por pinturas com figuras e sinais com várias cores (Vialou e Vialou, 1989: 34-53).

O Sítio tem sido escavado há quinze anos, sendo reconhecidas três fases de ocupação distintas. Vialou *et al.* (1995:655-661) o conjunto superior (I) é datado de até 7151-6673 anos Cal AP, apresenta sedimentos pulverulentos, blocos calcários pintados com pigmentos vermelhos, ossos, conchas e grande quantidade de macro-restos vegetais, como frutos, folhas, fragmentos e estacas de madeira e grande quantidade de carvões. O conjunto intermediário (II) é composto de sedimento arenoso, com plaquetas calcárias retocadas e grande quantidade de osteodermas e fragmentos de ossos de megafauna, sendo datado de 7.175 a 11.997 anos Cal AP. O conjunto inferior (III) apresenta uma alternância de camadas de areia grossa e blocos líticos, contendo ainda madeira alterada, sendo datado de até 23.000 anos Cal AP.

Material e métodos

O material arqueológico

O material estudado consiste de conjuntos de fibras vegetais enoveladas, lembrando ninhos de pássaros, medindo de cinco a oito centímetros de diâmetro, aqui tratados como “novelos” (Figuras 4A e 4B). Foram preparados para investigação microscópica 40 novelos, coletados nos anos 1991, 1993 e 1996. Esses materiais estavam distribuídos de forma mais ou menos aleatória no sítio juntamente com outros materiais vegetais. Os materiais analisados pertenciam às quadras 21B, 25A, 26A, 27A, 28A, 28B, 29C, 36A, 39A, 40A, nas camadas mais superficiais (z = 26 a 212 cm), na camada denominada CCP (camada contra a parede), nas camadas 2, 3, e um deles, na base de uma fogueira, no nível dos blocos. Os materiais encontravam-se armazenados no MAE-USP em grupos, dentro de sacos



plásticos, numerados segundo o caderno de campo. Cada novelo foi aqui designado com o número do conjunto no caderno de campo acrescido de uma letra para diferenciação de cada novelo. Os materiais preparados para estudo foram: 260, 286, 294, 297, 298 (A), 299, 301 (B), 303, 305 (A, B), 306, 308, 310, 313, 316, 317, 318, 321, 322, 323, 529 (A-R), 531 e 543.

A preparação histológica

Os novelos de fibras vegetais apresentam diversos estados de conservação e não foi encontrado na literatura um protocolo para sua preparação histológica. Assim, procederam-se diversos testes quanto à hidratação, amolecimento, corte, desidratação e montagem, realizando-se adaptações para cada material a partir das técnicas usuais de corte (Kraus e Arduin 1997:117-118). Iniciaram-se as tentativas como se se tratasse de material vegetal foliar ou caulinar fresco, havendo adaptações por tentativa e erro. Priorizou-se a preparação à mão livre em vez de inclusão em meio de montagem, de forma a produzir um protocolo rápido que permitisse o estudo rápido de um maior número de materiais. Macerações celulares foram feitas pelo método de Franklin modificado (Kraus e Arduin 1997:117-118).

De cada novelo retirou-se uma pequena amostra (~1 cm), que foi fixada entre segmentos de isopor de cerca de 3 cm, e cortada à mão livre transversal e longitudinalmente com lâminas de barbear. Os cortes foram realizados a seco, pois qualquer tipo de hidratação anterior ao corte provocava a fragmentação do material. Os cortes obtidos foram então hidratados em água destilada, sendo em seguida clarificados em hipoclorito de sódio (5%) por alguns minutos. O material mostrou-se resistente a até cinco minutos nessa solução. Após várias lavagens em água destilada, estes foram corados em fucsina básica aquosa (1%), por aproximadamente três minutos, em seguida, lavados em água destilada e corados em solução aquosa de azul de astra (1%), por seis a dez minutos. Ao final, os cortes foram lavados, novamente, em água destilada.

Para manter a integridade dos cortes e da dupla coloração, reduziu-se a série de desidratação etílica. Partindo-se da água destilada e passando, rapidamente, os cortes para álcool absoluto e, em seguida, para acetato de butila.

Para a montagem das lâminas permanentes, utilizou-se Bálsmo do Canadá. Alguns materiais mostraram-se frágeis ao acetato de butila e à montagem em Bálsmo do Canadá sintético, por isso, a resina de montagem foi substituída por Euparal, tornando-se desnecessária a lavagem em acetato de butila.

O material de referência

As lâminas histológicas foram estudadas e comparadas com a coleção de referência de cerca de 100 espécies de madeira elaboradas para a região do Abrigo Santa Elina por G. Ceccantini, M. H. Fernandez, R. Scheel e M.E. Solari. Adicionalmente, após a determinação em nível de gênero, coletaram-se, para comparação, segmentos de caule de *Aristolochia* spp em exsicatas dos herbários MBM e UPCB das espécies citadas para o MT por Dubs (1998:26-27).

Os materiais examinados de herbário estão listados no Anexo, ao final desse trabalho.

Resultados e discussão

A natureza das fibras

A maioria dos materiais selecionados pôde ser preparada para histologia e apresentava sua estrutura anatômica conservada. Os materiais 305B, 317, 323, 386, 543 não puderam ser estudados, pois se dissolviam na preparação.

A preparação manual não apresenta grandes dificuldades técnicas, mas careceu de adaptação da metodologia específica. Essa preparação mostrou-se muito viável para a análise de fibras arqueológicas bem conservadas. Não foi necessário embeber o material em meios de inclusão, o que acelera muito os trabalhos. O mais importante nesse caso foi não hidratar o material antes de cortar e realizar uma clarificação branda. Chamou a atenção o fato de as macerações de fibras arqueológicas demorarem muitos dias para ocorrer, ao contrário do material de referência que se macerava na solução de Franklin em apenas um dia.

A primeira idéia sobre a natureza dos novelos era que esses se tratavam fibras vegetais de folhas de gramíneas ou palmeiras. Constatou-se com as preparações histológicas que as fibras

dos novelos não eram folhas desfiadas, como se pensava a princípio, e sim partes do caule de plantas lenhosas, seguramente lianas (cipós). Isso é evidenciado pela presença de uma estrutura típica de caule em crescimento secundário (lenho), composto por vasos e fibras de xilema dispostos em cunhas no caule. Cada fibra do novelo, ou simplesmente fibra, corresponde a uma cunha do xilema do caule. Adicionalmente, a estrutura observada apresenta diferenciação endarca, evidenciando que se trata de caule (Figs. 2c e 2d). Essa conclusão modificou a maneira com a qual esse material estava sendo entendido: o que parecia inicialmente se tratar de material fibroso meramente enovelado, que até poderia ser resultante da atividade de pássaros, na verdade consistia de um material desagregado intencionalmente já que somente cunhas formadas de fibras de xilema e vasos foram observadas, havendo apenas resíduos de raios parenquimáticos entre eles. Esses raios parenquimáticos não aparecem inteiros, mas podem ser evidenciados em algumas seções transversais e longitudinais (Figs. 2d, 2e). Deduz-se que se tratava de raios bastante espessos e frágeis, o que explicaria a sua ocorrência vestigial e presença de cunhas isoladas formadas apenas por fibras e vasos de xilema.

Pode-se imaginar como os caules teriam sido preparados para se apresentarem com a forma final de novelos. Podem ter sido preparados por meio de esmagamento com algum tipo de raspador (talvez lítico) que macerasse os raios, que são tecidos frágeis, com paredes celulares finas e pouco lignificadas. Poderiam ter sido esmagados por raspagem do caule movimentando-o longitudinalmente sobre uma superfície dura. Há cortes histológicos com vasos deformados (Fig. 2c), que evidenciam que houve esmagamento. Centenas de artefatos líticos foram encontrados no sítio, e diversos deles poderiam ser adequados para esse tipo de preparo. Também poderia ter sido empregado algum tipo de objeto, como um pente, ou espinho, que perfurasse os caules e ajudasse a desfiá-los. Entretanto, nenhum artefato assim foi encontrado no sítio.

Todos os novelos estudados apresentam o mesmo padrão anatômico e consistem no mesmo material botânico, apresentando porosidade difusa, vasos exclusivamente solitários, placas de

perfuração simples. As pontoações são grandes, areoladas, alternas, circulares, elípticas até alongadas (2f). As fibras xilemáticas podem ser septadas ou não septadas, com pontoações areoladas distintas. Traqueídes estão presentes. O parênquima axial é raro, paratraqueal escasso e difuso. Cristais prismáticos e drusas foram encontrados nos raios parenquimáticos de células eretas (Figs. 2d, 2e).

A estrutura anatômica observada coincide com a estrutura típica de *Aristolochia* sp. Conforme o estudo de Carlquist (1993: 341-357) e a análise das espécies que ocorrem MT, há grande variação da estrutura entre as espécies de *Aristolochia*, e essa variação inclui as características do material arqueológico de Santa Elina. As espécies *Aristolochia* usadas para comparação sempre apresentam porosidade difusa, vasos geralmente solitários (Figs. 3a, 3b, 3e, 3f) e placas de perfuração simples. As pontoações são areoladas, circulares a alongadas, alternas e grandes (Figs. 3d, 3h). Apresentam fibras septadas e não septadas, com pontoações areoladas distintas e traqueídes. Apresentam raios multisseriados largos (>4 células de espessura), formados por células eretas, geralmente contendo cristais prismáticos e/ou drusas (Figs. 3c e 3g). O parênquima axial é difuso.

São poucas as características anatômicas disponíveis para a distinção entre as espécies de *Aristolochia* por caules de diâmetro muito pequeno (< 5 mm). Algumas das características que se revelaram úteis são o número de pólos de protoxilema e de feixes vasculares, bem como a forma desses feixes quando vistos em corte transversal (Figs. 3a, 3b, 3e, 3f). O material arqueológico assemelha-se a duas espécies do gênero, *A. ridicula* N. E. Brown e *A. esperanzae* O. Kuntze, mas as características anatômicas observadas assemelham-se de forma mais clara à estrutura de *A. esperanzae* O. Kuntze (Fig. 4). Essa última espécie ocorre no Estado e foi encontrada em área de floresta decídua próxima ao sítio arqueológico, sendo a espécie mais provável para o material arqueológico (Ceccantini, no prelo (a); Dubs 1998: 26-27).

As plantas da família Aristolochiaceae são lianas herbáceas ou lenhosas, sendo agrupadas em sete gêneros, com cerca de 600 espécies, distribuídas principalmente em florestas de regiões tropicais, subtropicais e temperadas de

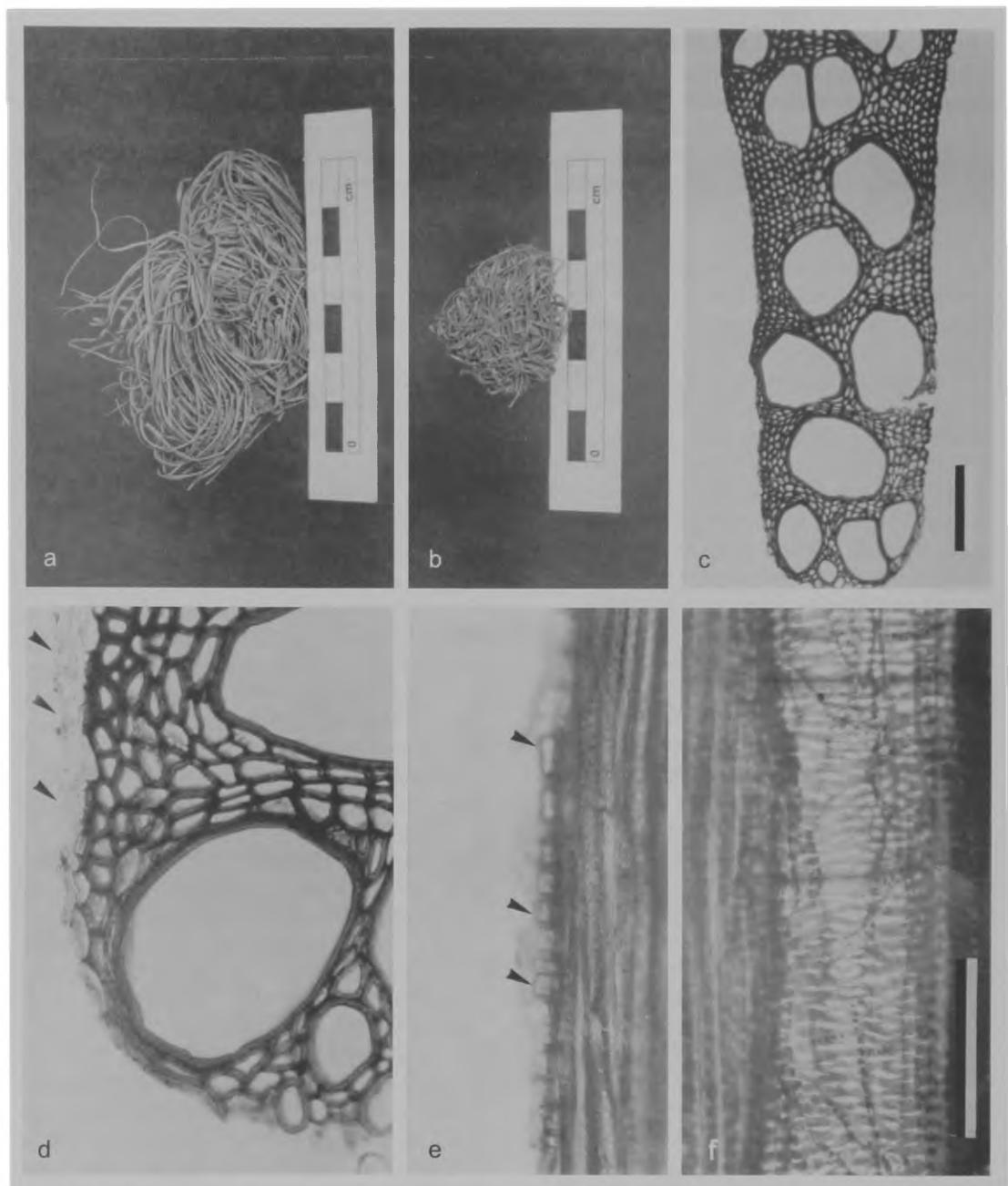


Fig. 2 – Morfologia dos novelos arqueológicos.

(a, b) – Aspecto geral de novelos.

(c) – Corte transversal, mostrando aspecto geral do lenho, porosidade difusa e vasos deformados.

(d) – Corte transversal, mostrando resíduos de raio parenquimático (setas), células de parênquima axial e xilema primário.

(e) – Corte longitudinal tangencial, mostrando cristais prismáticos em restos de raio parenquimático (setas) e fibras.

(f) – Corte longitudinal tangencial, mostrando pontoações intervasculares alternadas, areoladas, elípticas a alongadas. Escala: a, b = 5cm; c = 200 μ m; d, e, f = 100 μ m.

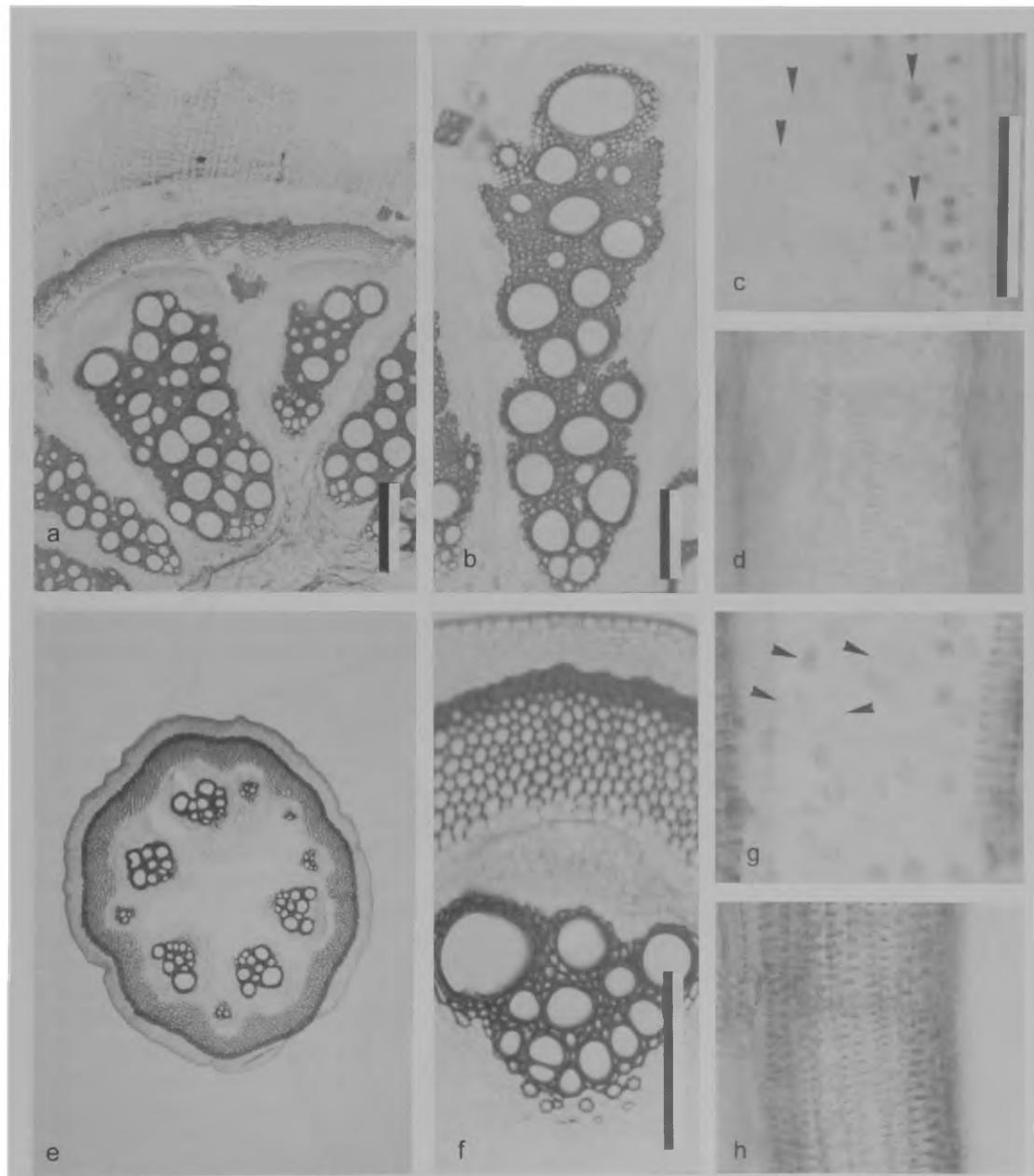


Fig. 3 – Anatomia de caules jovens de *Aristolochia* spp.

(a, b, c, d) – *A. ridcula*: (a, b) – corte transversal, mostrando aspecto geral da madeira, porosidade difusa e raios largos; (c) – corte longitudinal, células de parênquima pouco contrastadas, contendo cristais prismáticos e drusas (setas); (d) – corte longitudinal tangencial, parede dos vasos com pontoações alongadas.

(e, f, g, h) – *A. esperanzae*: (e, f) – corte transversal, mostrando aspecto geral de feixes vasculares, porosidade difusa e raios largos; (g) – corte longitudinal, células de parênquima pouco contrastadas, contendo cristais prismáticos e drusas (setas); (h) – corte longitudinal tangencial, mostrando parede dos vasos com pontoações alongadas. Barras de escala: a, e = 500 mm; b, f = 200 μ m; c, d, g, h = 100 μ m.

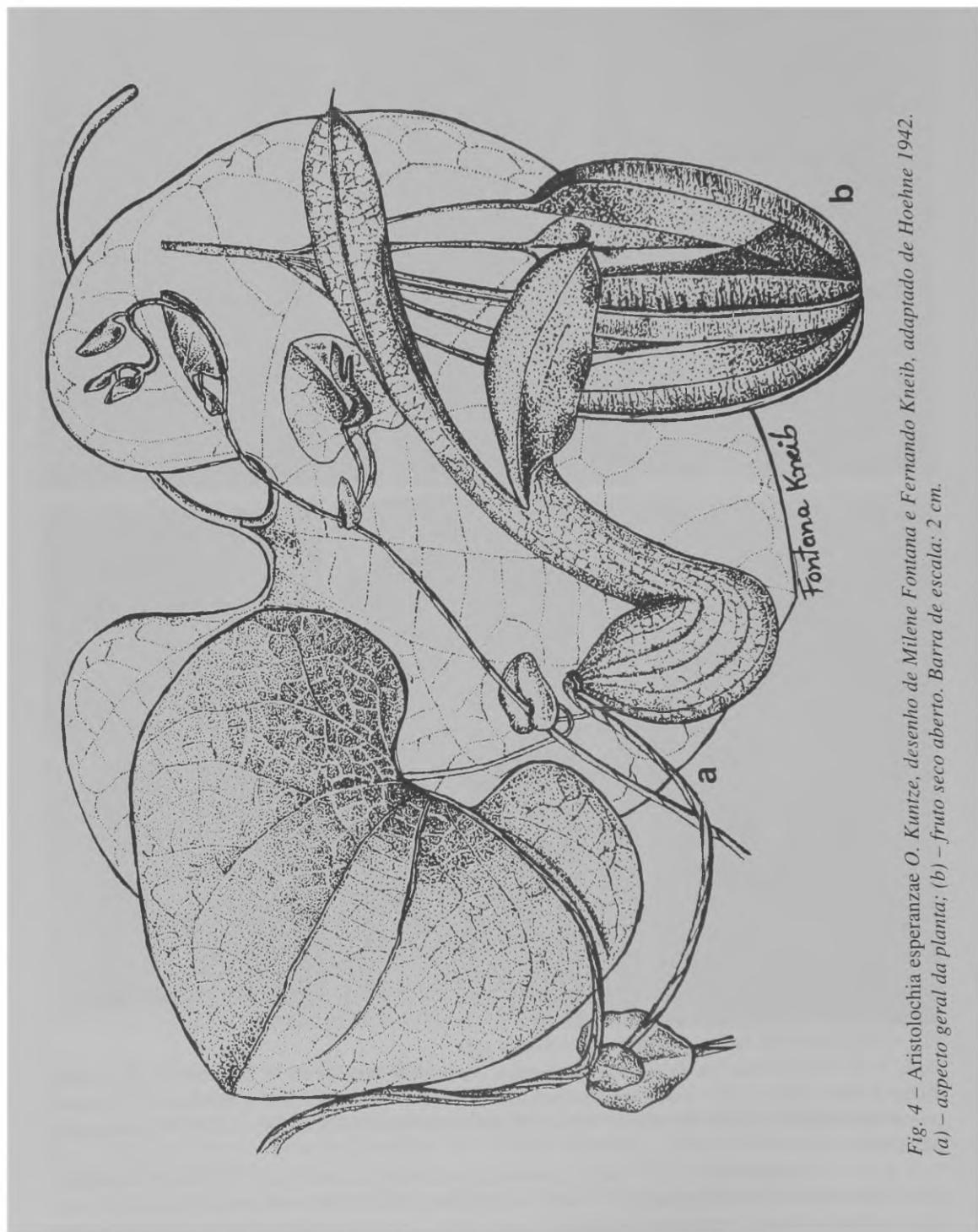


Fig. 4 – *Aristolochia esperanzae* O. Kuntze, desenho de Milene Fontana e Fernando Kneib, adaptado de Hoehne 1942.
(a) – aspecto geral da planta; (b) – fruto seco aberto. Barra de escala: 2 cm.

quase todo o mundo (Barroso 1978: 47-49, Mabberley 1997: 55-56, Capellari Jr. 2001: 1-34). O gênero *Aristolochia* possui cerca de 500 espécies, sendo que cerca de 60 ocorrem no Brasil (Barroso 1978: 47-49) e 14 são citadas para o Estado de Mato Grosso (Dubs 1998: 26-27). As diversas espécies podem ser conhecidas popularmente por diversos nomes no Brasil: papo-de-peru, jariinha, mil-homens, milhomen, cipó-milome, flor-de-cachimbo, patito, buta, anhangá-puturi, angelicó, calunga, urubu-caá (Cointe 1947: 377-488, Pio Corrêa 1975, Braga 1976: 39-40 e 392, Lima *et al.* 2000: 33-55, Capellari Jr. 2001: 1-34).

Aspectos etnobotânicos de *Aristolochia*

A plantas da família Aristolochiaceae são conhecidas como espécies medicinais desde a antiguidade, sendo reportados seus efeitos terapêuticos por Dioscorides. A palavra *Aristolochia* significa em grego “bom parto” (“aristos” = excelente; “lochios” = parto) (Hoehne 1942). Esse significado pode ser originado de relações simbólicas com a genitalia feminina. Por um lado, há o aspecto das suas flores que lembram a posição do feto humano no corpo feminino, por outro, o efeito que possui na motilidade uterina, que pode tanto estimular a menstruação ou partos, como levar a abortos (Hoehne 1942, Uphof 1959, Pio Corrêa 1975, Braga 1976, Garavito 1990, Mabberley 1997: 55-56).

Há numerosas referências sobre uso medicinal de *Aristolochia*. Para suas espécies são apontados muitos efeitos, sendo que, no Brasil, os mais comuns são como estimulante, sedativo, emenagogo, diurético, febrífugo, anti-séptico, sudorífico, antibiótico (Braga 1976: 39-40, Cointe 1947: 377-488, Pio Corrêa 1975, Simões *et al.* 1989: 50-51). Para a América do Norte, também são referidos muitos usos medicinais, incluindo ação analgésica, anticonvulsiva, anti-reumática, vermífuga, especialmente para *A. serpentaria* L. (Moerman 1998). Além dos usos apontados, Garavito (1990) apresenta dezenas de referências sobre outros usos medicinais para espécies da Colômbia, por exemplo, como convulsionante e purgante. Já Grenand *et al.* (1987: 1-569) aponta usos como febrífugo,

antidiabético e antidiarréico pela culturas Créole, Palikur e Wayápi da Guiana Francesa.

Além de referências como plantas medicinais, existem citações de espécies tóxicas ou mesmo usadas como veneno para pontas de flechas (Pio Corrêa, 1975; Garavito, 1990; Mabberley 1997: 55-56).

A literatura não só aponta usos medicinais e de caráter tóxico, mas também significados rituais principalmente associados à cultura Iorubá e ao culto afro-brasileiro do Candomblé (Camargo, 1985: 99-101; Verger, 1995: 635).

Os efeitos farmacológicos citados se justificam pela presença de diversos metabólitos secundários, especialmente ácido aristolóquico e alcalóides aporfínicos. Além desses podem ocorrer terpenóides, flavanas, saponinas (Hoehne 1939: 104-108, Hoehne 1942, Grenand *et al.*, 1987, Robinson 1991: 322-323, Cronquist 1988: 283).

Um ponto em comum às diversas descrições de *Aristolochia* é a presença de odor forte e desagradável, principalmente nas flores. Esses odores têm caráter picante, aliáceo e canforado (Braga 1976: 39-40, Pio Corrêa 1975). Provavelmente, estão relacionados à presença de óleos essenciais voláteis, derivados de fenilpropanóides (asarona, elemicina, safrol, eugenol) monoterpenos e sesquiterpenos (Grenand *et al.* 1987). Esse dado pode ser importante para interpretar o uso desse material.

Interpretação dos materiais fibrosos: uso e ecologia

O Abrigo Santa Elina apresenta grande riqueza de materiais fibrosos conservados, sendo que aqueles derivados de palmeiras, como cestaria, sandália, estojos penianos, apresentam detalhado estudo etnográfico no qual são descritos usos, técnica de preparações e afinidades culturais (Taveira 2000). Esses materiais foram relacionados à cultura Umutina, de grupos indígenas Bororo, que habitam a região, entretanto não foi possível para a autora interpretar o significado e uso dos novelos, que nesse trabalho são referidos como “maranhas” ou “fibras vegetais intrincadas”. A identificação botânica precisa do material pode sugerir alguma interpretação.

Observando-se a aparência do material dos novelos, chegou-se a pensar que esses pudessem ter sido usados como fonte de fibras têxteis, mas não foi encontrado nenhum artefato com esse tipo de material, nem referência que demonstrasse esse uso em qualquer lugar do mundo. Assim parece pertinente que o material tenha tido algum outro tipo de uso para justificá-lo em tamanha quantidade no sítio. A uniformidade da espécie utilizada para os 35 objetos estudados (apenas *Aristolochia*) é um indicativo de que esses novelos tinham uma finalidade específica.

Uma vez que o Abrigo Santa Elina era uma área de habitação humana, chamam a atenção as referências etnobotânicas que apontam *Aristolochia* como antiofídico. Tanto para combater os efeitos de suas picadas, como repelentes, ou mesmo amuletos (Pio Corrêa, 1975, Garavito 1990, Moerman 1998, Grenand *et al.* 1987). Pio Corrêa (1975) aponta ainda que os sertanejos acreditavam que o cheiro de *Aristolochia* narcotizava as cobras, ao ponto aceitar que caules das plantas junto a objetos de uso diário (arreios, colchões, botas) seriam capazes de protegê-los de desgraças. Comunicações pessoais de mateiros no Paraná também indicam o cipó-milhome (*A. triangularis*, *A. paulistana*) como repelente de cobras para passar nas pernas. Somando-se os relatos sobre o odor forte e desagradável das plantas e as citações como repelente, é possível sugerir que os novelos no Abrigo Santa Elina teriam sido usados como repelente doméstico para cobras. Isso justificaria a grande quantidade e a dispersão desses artefatos no sítio. Não é impossível imaginar que a convicção da qualidade dos efeitos das plantas tenha origem no seu uso por populações indígenas. Além dessa possibilidade, o uso medicinal não pode ser descartado, uma vez que em diversas culturas tradicionais do mundo, espécies de *Aristolochia* são reconhecidas como plantas medicinais ou de efeito farmacológico.

Do ponto de vista paleoecológico, os novelos encontrados sugerem que havia comunidades florestais associadas ao Abrigo rupestre, talvez de forma semelhante ao que ocorre hoje, uma vez que a maioria das espécies de *Aristolochia* ocorre em áreas florestais.

Conclusões

Os macro-restos vegetais arqueológicos fibrosos e enovelados (novelos) do Abrigo Rupestre Santa Elina, tratados na literatura por “maranhas” ou “fibras intrincadas” consistem em feixes, contendo fibras e elementos de vaso do xilema secundário do caule de plantas trepadeiras do gênero *Aristolochia*, família Aristolochiaceae. Os novelos provavelmente são da espécie *Aristolochia esperanzae* O. Kuntze, que é a espécie com maior semelhança morfológica ao material arqueológico. Essa espécie, bem como outras espécies de *Aristolochia*, é usada por sertanejos e indígenas como plantas medicinais e repelentes de cobras, que podem ter sido os usos dos novelos pelas populações que habitaram o sítio arqueológico. A presença de *Aristolochia* no sítio sugere que havia formações florestais nas imediações do sítio.

Agradecimentos

À Dra. Verônica Angyalossy Alfonso, da USP, São Paulo, pelo apoio e confiança; à Dra. Águeda Vilhena-Vialou e ao Dr. Denis Vialou do MNHN de Paris, pela acolhida em sua equipe; ao Sr. Gert Hatschbach e equipe do MBM de Curitiba, pelo auxílio na identificação dos materiais da coleção de referência; à Dra. Nanuza Luíza de Menezes da USP, São Paulo, pela sugestão que auxiliou na identificação do material; a Mário Henrique Fernandes, da UFPR, Curitiba, bem como Luciane Kamase e Paulinho do MAE-USP, todos pela assistência geral em campo e/ou laboratório; ao Prof. Antônio Salatino da USP, pelas idéias para discussão sobre Aristolochiaceae; ao Dr. Balthazar Dubs, Suíça, por compartilhar informações da Flora do MT; ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE-USP), pelo empréstimo do material e uso de suas facilidades; aos herbários do Museu Botânico Municipal de Curitiba (MBM) e da Universidade Federal do Paraná (UPCB) por permitirem a retirada de material das exsiccatas para histologia; à FAPESP e Ministère des Affaires Etrangères de France, pelo suporte financeiro em campo.

ANEXO

Material examinado em herbários

Os materiais examinados de *Aristolochia spp* estão depositados nos herbários UPCB e MBM. São listados abaixo os nomes das espécies estudadas, seguidos do coletor do espécime e número ou número no herbário:

Aristolochia clausenii Duchartre, Hatschbach, G. 40761; *A. elegans* Mast., Cervi, A.C. 6107; *A. esperanzae* O. Kuntze, Hatschbach, G. 62140 & Silva 1995; Ceccantini 1343 & Fernandez; Hatschbach, G. 24230; *A. fimbriata* Cham., Koza, C. 36; *A. gigantea* Mart. et Zucc., Moreira .F., H s/nº; *A. macroura* Gomez, Silva,

J.M. 534; *A. melastoma* Manso ex Duch., Hatschbach, G. 19311; *A. odoratissima* L., Hatschbach, G. 49086; *A. paulistana* Hoehne, Lima, R.X. 216; *A. ridicula* N.E. Brown, UPCB 26238; *A. ridicula* N.E. Brown, Hatschbach, G. 63852 & Pott, A., Barbosa 1995; *A. stomachoides* Hoehne, Irwin & Soderston 1964; Hatschbach, G. 23524; *A. triangularis* Cham., Capellari & Rodrigues 1989; Lima, R.X. s/nº, UPCB 20694; *A. urupensis* Hoehne, Hatschbach, G. 33322 & Koczicki 1973; *A. warmingii* Mast., Hatschbach, G. 33279 & Koczicki 1973.

CECCANTINI, G.C.T. Plant anatomy and palaeoethnobotany at Santa Elina shelter (Jangada, MT, Brazil). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 189-200, 2001.

ABSTRACT: Santa Elina shelter is located at Jangada County, Mato Grosso State at the North of Paraguay basin, Western Brazil. It is formed by a limestone folding and reveals sediments from the last 6,000 years. Those sediments are very rich in plant vestiges very well preserved comprising wood pieces, charcoal, plant organs and fibers. Ravel like artifacts formed by plant fibers were analyzed by standard plant anatomy methods and identified by comparison to a reference collection and stems from herbaria. The fibers have been identified as stem parts from *Aristolochia*, probably *A. esperanzae* O. Kuntze, Aristolochiaceae. Many species of *Aristolochia*, called "snakeroot" are referred as medicinal plants all around the world. They are used for many medical purposes and suggested as snake repellents and snake bites remedy. The occurrence of *Aristolochia* in the archaeological site suggests presence of forests and palaeoecological conditions similar to our time.

UNITERMS: Plant fibers – Palaeoethnobotany, archaeobotany – *Aristolochia*, Aristolochiaceae – Plant anatomy, wood anatomy, fiber balls, ravel.

Referências bibliográficas

- BARROSO, G.M.
- 1978 *Sistemática de angiospermas do Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda. e EDUSP.
- BRAGA, R.
- 1976 *Plantas do nordeste, especialmente do Ceará*. Mossoró, Escola Superior de Agricultura de Mossoró.
- CAMARGO, M.T.L.A.
- 1985 *Medicina popular. Aspectos metodológicos para pesquisa. Garrafada – objeto de pesquisa. Componentes medicinais de origem vegetal, animal e mineral*. São Paulo: ALMED.
- CAPELLARI Jr., L.
- 2001 *Flora dos estados de Goiás e Tocantins*. Vol. 27 Aristolochiaceae Juss. Goiânia: Editora UFG.
- CARLQUIST, S.
- 1993 Wood and bark anatomy of Aristolochiaceae; systematic and habitat correlations. *IAWA Bull.*, 14 (4): 341-357.

CECCANTINI, G.C.T.

- 2000 O uso de indicadores florísticos e faunísticos em arqueologia. *Anais do Encontro Estadual de Botânicos e VI Jornada de Estudos sobre Interações ecológicas e Biodiversidade*, Ijuí (no prelo).
- prelo(a) A vegetação associada ao Abrigo Rupestre Santa Elina, Jangada-MT. A.V.Vialou; D. Vialou (Eds.) *Pré-História do Mato Grosso: uma pesquisa brasileira-francesa pluridisciplinar*. São Paulo, EDUSP.
- prelo(b) Anatomia da madeira e identificação de estacas arqueológicas do Abrigo Rupestre de Santa Elina. *Pré-História do Mato Grosso: uma pesquisa brasileira-francesa pluridisciplinar*. São Paulo, EDUSP.
- COINTE, P.
- 1947 *Amazônia brasileira III, árvores e plantas úteis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CRONQUIST, A.
- 1988 *The evolution and classification of flowering plants*. New York: The New York Botanical Garden.
- DUBS, B.
- 1998 *The Botany of Mato Grosso*. Prodromus florae matogrossensis. Künsnacht: Betrona – Verlag.
- GARAVITO, F.A.G.
- 1990 *Flora de Colombia 12. Aristolochiaceae*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- GRENAND, P.; MORETTI, C.; JACQUEMIN, H.
- 1987 *Pharmacopées traditionnelles en Guyane*. Paris: Éditions de l'ORSTOM.
- HOEHNE, F.C.
- 1939 *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais*. São Paulo: Novos Horizontes Editora Ltda.
- 1942 *Flora Brasílica*. Vol. XV, II Aristolochiaceas. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo – Brasil.
- KRAUS, J.E.; ARDUIN, M.
- 1997 *Manual básico de métodos em morfologia vegetal*. Rio de Janeiro: EDUR.
- LIMA, R.X.; SILVA, S.M.; KUNIYOSHI, Y.S.; SILVA, L.B.
- 2000 Etnobiologia de comunidades continentais da área de proteção ambiental de Guarapuã – Paraná – Brasil. *Etnoecológica*, 4 (6): 33-55.
- MABBERTLEY, D.J.
- 1997 *The plant book: a portable dictionary of the vascular plants*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOERMAN, D.E.
- 1998 *Native American Ethnobotany*. Portland: Timber Press.
- PIO CORREA, M.
- 1975 *Diccionário das plantas úteis do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola.
- RIBEIRO, P.A.M.
- 1993 Arqueologia e botânica. *Caderno de Pesquisa*. Ser. Bot., Santa Cruz do Sul, 5 (1): 37-56.
- ROBINSON, T.
- 1991 *The organic constituents of higher plants*. North Amherst: Cordus Press.
- SCHEEL-YBERT, R.
- 2000 Vegetation in the Southeastern Brazilian coastal area from 500 to 140014C yr deduced from charcoal analysis. *Rev. Palaeobotany and Palynology*, 110: 111-138.
- 2001 Man and Vegetation in Southeastern Brazil during the late Holocene. *J. Archeol. Sci.*, 28: 471-480.
- SIMÕES, C.M.A.; MENTZ, L.A.; SCHENKEL, E.P.; IRGANG, B.E.; STEHMANN, J.R.
- 1989 *Plantas da medicina popular no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- TAVEIRA, E.L.M.
- 2000 Relatório: análise do material de fibras e palhas vegetais trabalhadas. Projeto: Pré-história e paleoambiente da Bacia do Paraná. Local: Abrigo de Santa Elina, Município de Jangada. Goiânia, Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás.
- UPHOF, J.C.T.
- 1959 *Dictionary of economic plants*. Weinheim: Verlag J Cramer.
- VERGER, P.F.
- 1995 *Ewé: o uso das plantas na sociedade Yoruba*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VIALOU, A.V.; AUBRY, T.; BENABDELHADI, M.; CARTELLE, C.; FIGUTI, L.; FONTUGNE, M.; SOLARI, M.E.; VIALOU, D.
- 1995 Découverte de Mylodontinae dans un habitat préhistorique du Mato Grosso (Brésil): l' abri rupestre Santa Elina. *C.R. Acad. Sci. Paris*, t. 320, série IIa: 655-661.
- VIALOU, A.V.; VIALOU, D.
- 1989 Abrigo pré-histórico Santa Elina, Mato Grosso: habitats e arte rupestre. *Rev. Pré-História*, 7: 34-53.
- (no prelo) *Pré-História do Mato Grosso: uma pesquisa brasileira-francesa pluridisciplinar*. São Paulo, EDUSP.

Recebido para publicação em 14 de maio de 2001.

FONTES SOBRE A ORIGEM DA MOEDA: APRESENTAÇÃO CRÍTICA

*Maria Beatriz Borba Florenzano**

FLORENZANO, M.B.B. *Fontes sobre a origem da moeda: apresentação crítica. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 201-211, 2001.

RESUMO: Este artigo pretende apresentar de uma maneira crítica a documentação – arqueológica e literária – hoje disponível com relação às origens da moeda cunhada e, ao mesmo tempo, apontar os caminhos que permitem um maior esclarecimento com relação a este tema.

UNITERMOS: Origem da moeda – Invenção da moeda – Numismática grega – Cunhagem monetária grega.

O tema da criação da moeda no mundo grego foi sempre objeto privilegiado de estudo por parte de numismatas, arqueólogos e historiadores. Sujeita a múltiplas interpretações devido à falta de uma documentação sistemática, esta questão suscita, ainda hoje, inúmeras polêmicas entre os estudiosos.

Do seu aprofundamento, no entanto, depende o nosso conhecimento a respeito do fenômeno monetário nas sociedades clássicas e a nossa compreensão sobre a atuação da moeda e sobre o papel que a ela atribuía o homem antigo. A definição da cronologia inicial da introdução da cunhagem monetária, por exemplo, é fator fundamental para a definição das relações entre a criação da moeda e uma conjuntura política, social e econômica precisa. É preciso ter em mente que é a partir da compreensão dessa conjuntura que depende a nossa reflexão sobre a natureza da moeda antiga e sobre as razões da

invenção e da difusão deste instrumento de troca.

Nossa intenção neste artigo é, pois, apresentar de uma maneira crítica a documentação – arqueológica e literária – hoje disponível com relação aos primórdios da moeda e apontar as direções que podemos olhar para um esclarecimento com relação a este tema.

Dois momentos diferentes devem ser ressaltados nos primórdios da cunhagem das moedas: o primeiro, aquele em que a moeda foi criada na Ásia Menor e o segundo, a sua subsequente adoção e difusão entre as cidades gregas do continente.

Com relação às fontes escritas, há duas tradições principais que se registram: uma que posiciona o surgimento da moeda de ouro e prata na Ásia Menor, entre os lídios e outra que atribui a Fídon, tirano de Argos a cunhagem das primeiras moedas de prata na cidade de Egina (vide ao final deste capítulo a transcrição dos documentos traduzidos ao português). Note-se, que à exceção de Heródoto (século V a.C.), e também de Xenófanes de Cílofon (século VI a.C.), citado por Póllux (século II d.C.), todas as demais fontes são posteriores ao século IV a.C.

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

É justamente Heródoto (I,94 - doc.10 abaixo) quem registra que foram os lídios os primeiros a cunhar moedas de ouro e de prata. Esta tradição ganhou um novo alento entre os especialistas modernos desde que foram encontradas moedas de feição bastante rudimentar em um depósito do templo de Ártemis em Éfeso, pela equipe de arqueólogos do Museu Britânico no início do século XX.

Também a tradição que registra a introdução da moeda por Fídon é muito forte desde a Antigüidade e mereceu bastante atenção dos estudiosos. Este tirano da cidade de Argos estaria inserido em um contexto mais amplo de reformas e conquistas no Peloponeso, que incluía não apenas a introdução da moeda como também reformas ponderais e de medidas. Inicialmente coloca-se a questão da datação da tirania de Fídon. Datas entre os séculos VIII e VII a.C. foram sugeridas, mas a mais segura é a que coloca sua atuação na primeira metade do século VII a.C., sendo o predecessor imediato das dinastias de tiranos de Corinto e Síclia, que ao subirem ao poder entre 660-650 a.C. provocaram a queda de Fídon (Will 1955:344 ss. e Hammond, *Oxf.CD* 1992:811). De acordo com a documentação escrita, Fídon teria recolhido os espetos de ferro e com eles feito uma dedicação no Heraion de Argos e então teria cunhado as moedas de prata. Assim, a tradição registra a passagem de uma forma de dinheiro, os espetos de ferro, para a moeda universal, de prata. Com efeito, os arqueólogos encontraram já no século XIX, em suas escavações do templo de Ártemis em Argos, um maço de espetos de ferro e uma barra também de ferro, ambos dedicados à divindade. Interpretando o documento arqueológico – espetos e moedas mais antigas de Egina – à luz da documentação escrita, parecia tudo muito bem estabelecido desta maneira. Ficava fortalecida a hipótese de que as moedas teriam aparecido na Ásia Menor por primeira vez em torno do século VIII a.C. e que em seguida teriam sido adotadas na Grécia continental em primeiro lugar por Egina, seguida de Atenas e Corinto. Fator importante nesta construção da adoção da moeda cunhada é a semelhança física entre as peças da Ásia Menor e gregas: todas trazem no reverso um quadrado incuso. Com efeito, o reverso dessas moedas não tem carimado uma imagem, mas sim um ou vários

puncões em formatos geométricos variados: retângulos, triângulos, quadrados. Em uma perspectiva adotada comumente de que a adoção da emissão de moedas está diretamente vinculada ao desenvolvimento da atividade comercial, esta hipótese é corroborada ainda pelo fato de que há documentação escrita e arqueológica a respeito da difusão do comércio egípcio, coríntio e ático nos séculos VIII, VII e VI a.C. Da mesma forma, o testemunho de Aristóteles a respeito das reformas dos pesos, das medidas e das moedas introduzidas por Sólon em 594 a.C. (*AP*, X – doc. 11 abaixo) na cidade de Atenas ficaria confirmado, pois que já nessa época Atenas produzia moedas de prata.

Este é o quadro tradicionalmente proposto e que a partir da década de 1950 começou a ser fortemente questionado à medida em que se aprofundavam os estudos da documentação material: as séries monetárias propriamente ditas, as encontradas na Ásia Menor e as séries egípcias, atenienses e coríntias; os tesouros monetários, ou seja os grupos de moedas diferentes, mas associados entre si em um achado; e os contextos arqueológicos em que foram achadas moedas e tesouros.

Vejamos, em primeiro lugar, qual é a documentação proveniente da Ásia Menor já que todos os especialistas ainda hoje estão de acordo de que foi nessa região em que apareceram por primeira vez as moedas cunhadas.

As únicas moedas desse período provenientes dessa região que possuem um contexto arqueológico definido são aquelas escavadas nos anos 1904-5 pelo Museu Britânico no templo de Ártemis em Éfeso. As escavações foram conduzidas por Hogarth e a publicação das moedas ficou a cargo de B. V. Head, grande nome da Numismática grega (Hogarth 1908). É fato conhecido de todos a dificuldade que estes primeiros escavadores tiveram em seus trabalhos já que a antiga Éfeso estava situada em uma região alagadiça e muitas vezes foi necessário trabalhar com bombas para a retirada da água das trincheiras. Ainda que este seja um fato que possa depor contra uma boa leitura estratigráfica do sítio, as escavações mais recentes da década de setenta e oitenta das equipes austríacas vem comprovando muitas das conclusões já obtidas no início do século XX.

Em uma estrutura denominada Base Central ou Base A que foi identificada como núcleo das

fundações do templo arcaico de Ártemis, foram encontradas, entranhadas na construção, noventa e três moedas de *electrum* (liga de ouro e prata), de tipos monetários variados e pesos variados. Fato importante é que neste conjunto havia discos de metal sem qualquer figuração no anverso ou no reverso, discos apenas estriados em uma das faces e com punções na outra e discos com carimbo de figuras (leão, pata de leão, galos, bode, besouro, foca, grifo, veado, touro, cabeça masculina) em uma das faces e punções na outra. A impressão causada nos arqueólogos responsáveis pelas escavações e transmitida por Head é que este conjunto de peças refletia as fases da própria invenção da moeda: primeiro apenas discos sem nada, depois com estrias e finalmente com representações figuradas. Parecia também que por serem de tipos variados, estas moedas teriam sido oferecidas de cidades variadas para o grande centro de culto de Ártemis da Ásia Menor, em Éfeso. Entretanto, estudos técnicos identificaram que os mesmos cunhos foram empregados para a realização dos punções das diferentes moedas, mesmo das estriadas (Weidauer 1975). Portanto, elas foram fabricadas em uma mesma oficina, e concomitantemente ou pelo menos em um espaço de tempo reduzido.

Esse depósito na Base Central do Artemísion, incluía também outros objetos como uma grande variedade de jóias, artefatos de âmbar e pequeníssimas estatuetas de marfim e de *electrum*. Os arqueólogos ingleses encontraram também uma segunda base mais recente do que a Base Central, batizada de Base B. Em um muro entre a Base A e a Base B foi encontrado um pote de cerâmica bastante simples com mais 17 moedas de *electrum* dos mesmos modelos daquelas encontradas na Base A (Holloway 1984:17). De acordo com Head, o contexto arqueológico permitia datar este pote ao final do período A. Hoje, do ponto de vista dos estudos de cerâmica, este mesmo modelo de vasilha é encontrado em contextos variados que datam de todo o século VII a.C. As escavações austríacas recentes, permitiram uma datação mais precisa da Base B à época de maior difusão da cerâmica protocoríntia e coríntia transicional e recente, qual seja 620-580 a.C. (Bammer 1991). A tradição escrita registra igualmente que Creso, rei lídio (c. 560-546 a.C.) teria contribuído com

colunas para o templo de Ártemis em Éfeso (Heródoto, I, 92).

Em um artigo em 1951, Jacobsthal (*JHS*: 86-95) datou o material não monetário da Base Central do Artemísion ao século VII a.C. em geral, com exceção de quatro estatuetas femininas minúsculas de *electrum* que deveriam ser datadas do final do VII e início do VI a.C., oferecendo assim a data final de fechamento do depósito. As escavações austríacas revelaram estatuetas do mesmo tipo em versões maiores e portanto com traços mais visíveis e associadas a outras estatuetas femininas de marfim do tipo 'hawk goddess'. De acordo com as análises estilísticas comparativas e com outros contextos arqueológicos datados no Mediterrâneo todas estas estatuetas são nitidamente pós-dedálicas e portanto não mais antigas do que 600 a.C..

Algumas datas fixas portanto podem ser assim destacadas. O depósito da base central (Base A) do Artemísion em Éfeso possui material datado de todo o século VII, a sua data de fechamento deve ser situada ao redor de 600 a.C.; a Base B é, com toda probabilidade, a fundação da estrutura para a qual Creso contribuiu nos anos 550 a.C. É portanto correto afirmar que todas essas moedas encontradas na Base A e na Base B, reputadas como as primeiras moedas jamais cunhadas, foram fabricadas em uma época anterior a 550 a.C. e com muita probabilidade anterior a 600 a.C..

De acordo com Stanley Robinson estas moedas devem remontar no máximo a 630 a.C. se considerarmos pelo menos uma geração para a sua fabricação (Robinson 1951). Não é mais possível afirmar hoje, no entanto, que estas peças mostram fases diferentes e progressivas da invenção das moedas já que, como viemos de dizer, é segura a conclusão de que várias delas foram fabricadas com as mesmas ferramentas (Weidauer 1975). Outros autores tentaram subir mais estas datas partindo de estudos estilísticos das representações nas próprias moedas. Entretanto, estes estudos são inconclusivos pois estas primeiras moedas parecem ter sido fabricadas sem muita técnica e portanto possuem um estilo de difícil definição na arte arcaica. Concretamente, as representações gravadas em várias delas podem tanto datar de fins do século VI a.C. quanto da época micênia! (Holloway 1984:6) Não é impossível que novas escavações

sejam realizadas e tragam à luz estas mesmas moedas em contexto anterior aos anos 630 a.C. Entretanto, de acordo com a documentação existente hoje não há qualquer fundamento para se afirmar que as moedas tenham sido criadas na Ásia Menor anteriormente a essa data.

A respeito destas emissões deve-se concluir igualmente, de acordo com as evidências que possuímos, que elas foram emitidas por indivíduos. Com efeito, várias trazem inscrições nominais, como 'sou o sema (insígnia) de Fanes' ou então o que podemos transcrever como RKALIL, ou ainda VALVEL. Não possuímos concretamente nenhuma evidência de que estas fossem peças batidas por algum dos Estados da Ásia Menor, ainda que esta seja uma hipótese possível no tocante às peças que não possuem inscrição, hipótese que tem atraído os especialistas (Kraay 1976:23-25). É possível, por exemplo, que a moeda com a representação de uma foca seja de Focéia, cujos tipos posteriores eram de fato imagens de focas.

Com relação à adoção da cunhagem de moedas na Grécia propriamente dita é 'universalmente' aceito pelos especialistas – numismatas e historiadores – que esta tenha ocorrido na sequência da criação das moedas na Ásia Menor e que não tenha sido uma adoção imediata mas antes que tenha transcorrido algum tempo entre a criação da moeda na Ásia Menor e sua adoção na Grécia. Os argumentos que fundamentam essa posição são de várias ordens. Inicialmente, costuma-se levar em conta o fato de Heródoto mencionar os lídios como os criadores da moeda. Mas, são consideradas também outras tradições escritas como o fragmento de Aristóteles que menciona Hermodice, mulher do rei da Frígia como criadora das moedas (doc. 9 abaixo) e também a tradição conservada em Póllux que situa, entre vários lugares, a origem das primeiras moedas em algum lugar na Ásia Menor (doc.5 abaixo). O estudo do material monetário é, nesse contexto, também de fundamental importância. De fato, quando se observa detalhadamente as moedas mais antigas de Egina, Corinto ou Atenas é visível a semelhança com as moedas da Ásia Menor no tocante ao reverso incuso, mas também é sensível o aperfeiçoamento técnico ocorrido nesse mesmo tipo de reverso: a regularidade dos punções, o emprego de um único punção para cada tipo e assim por diante. A mudança no

tocante ao metal empregado é também considerada como um grande passo na concepção e no estabelecimento de uma cunhagem regular, controlada pelo Estado. O *electrum*, era de fato um metal de avaliação muito complicada uma vez que era provavelmente uma liga natural de ouro e prata e, portanto, a proporção entre um metal e outro fugia do controle de quem fabricava estas peças. A prata, ao contrário, era encontrada em estado muito mais puro, o que facilitava tanto ao emissor quanto ao usuário o controle do valor de cada peça. Por esses motivos, aceita-se normalmente a precedência das moedas de *electrum* da Ásia Menor, com relação às mais antigas moedas do continente grego.

Partindo destes pressupostos, de que modo podemos definir a cronologia e o significado da adoção das moedas em época arcaica na Grécia? Os numismatas tem levado a sério a definição de cronologia por meio da análise específica e técnica do documento material. Deixando as fontes escritas de lado – que de resto como se percebe pelos textos arrolados ao final deste capítulo, são contraditórias e posteriores aos acontecimentos e portanto eventualmente interpretativas – as análises de séries monetárias conhecidas e o estudo dos tesouros monetários têm oferecido algumas chaves de interpretação bastante interessantes. De modo geral, tem-se trabalhado do ponto de vista cronológico, reconstruindo-se as séries monetárias das primeiras cidades a bater moedas – Egina, Atenas e Corinto –, da época mais recente para a mais antiga; avançando-se no tempo, de trás para frente, poderíamos dizer. Nesse sentido, os estudos caracteroscópicos têm se revelado de extrema valia, apontando para conclusões bastante consistentes.¹

(1) A caracteroscopia é uma técnica de análise numismática inicialmente sistematizada por J.B. Colbert de Beaulieu em *Traité de Numismatique Celtique*, vol 1, Méthodologie, 1972. Implica um estudo aprofundado das imagens monetárias no maior número possível de exemplares de sorte a permitir a identificação dos cunhos (os carimbos) que gravaram as imagens em cada moeda. A identificação dos cunhos permite estabelecer uma associação entre os diferentes reversos e anversos ligando umas séries a outras. Os estudos caracteroscópicos permitem estabelecer com bastante segurança a sequência relativa das várias séries monetárias, o volume de cada emissão e, em última análise, o ritmo de cunhagem

Por outro lado, os estudos da composição dos tesouros de moedas arcaicas também têm revelado associações entre moedas que permitem o traçado de uma certa contemporaneidade entre várias emissões. As evidências apresentadas por alguns destes tesouros foram bastante valorizadas tendo em vista a presença de moedas para as quais possuímos datação mais segura. Há, com efeito, algumas datas muito precisas e definitivas para a Numismática grega do período arcaico. A primeira refere-se a dois depósitos votivos encontrados selados nas fundações da Apadana de Dario I em Persépolis. Uma inscrição encontrada no mesmo contexto registra a realização dos depósitos entre 517-514 a.C. Entre outros objetos, algumas moedas fazem parte desse depósito: uma peça de Abdera, cidade fundada em 544 a.C. (a moeda é, portanto, posterior); moedas emitidas por Creso (como já dissemos devem ser datadas de 560 a 546 a.C.) e também uma moeda de Egina que os estudos caracteroscópicos situam não entre as primeiríssimas moedas de Egina, mas entre aquelas que fazem parte das primeiras séries mais volumosas (série 'iia'; cf. Holloway 1971).

A segunda data também muito precisa é a data da destruição de Síbaris, colônia grega do sul da Itália, por sua rival política Crotone, em 510 a.C. (Heródoto, V, 44). Ainda que colônias de Síbaris que provavelmente receberam os refugiados depois da derrota, tenham emitido moedas em nome dos exilados, é bastante seguro datar as emissões da cidade propriamente dita ao período anterior à sua destruição em 510 a.C..

Finalmente a terceira data considerada segura refere-se à data das emissões monetárias dos sâmiros que se refugiaram em Régio, na Sicília, depois da revolta jônica contra os persas (494 a.C.). Estes sâmiros, instados por Anaxilas,

de moedas de oficinas específicas. Trata-se de uma metodologia capital para o conhecimento das moedas da Antigüidade, uma vez que contorna a dificuldade imposta pela possível refunção de peças. Nesse sentido associa-se com proveito aos estudos de numismática experimental, que concluem que um cunho de anverso (o cunho fixo, na bigorna) fabricado de acordo com a tecnologia antiga, pode bater até 10 000 exemplares e o cunho de reverso (o cunho móvel que recebe o golpe do martelo) pode emitir até 16 000 exemplares. Cf também Kraay 1976: 18-19.

tirano da cidade, cunharam Zancle do outro lado do estreito entre a Itália e a Sicília, mas então, traíram Anaxilas, fazendo uma aliança com Hipócrates tirano de Gela, e assenhorearam-se sozinhos de Zancle. Em 488 a.C. foram expulsos por Anaxilas. Nos anos que controlaram Zancle, os sâmiros bateram moedas com tipos característicos de sua terra natal. Estas séries são, portanto, datadas de 493 a 488 a.C. (Kraay 1976:213).

Essas datas servem para a definição de cronologias para vários tesouros monetários de época arcaica. É natural concluir-se que moedas sistematicamente encontradas associadas com essas peças datadas devem ter uma data de fabricação e/ou circulação próxima destas.

Tomando cada uma das três cidades que inicialmente emitiram moedas na Grécia, vejamos como a documentação pode ser articulada para se criar um quadro referencial mais amplo a respeito da adoção da cunhagem.

Atenas

Os estudos de associações de cunhos realizados nas emissões mais antigas de Atenas permitiram estabelecer, com clareza, toda a seqüência das primeiras moedas, as Wappenmünzen (moedas heráldicas) e a passagem desta categoria de moeda para aquela das moedas que se tornariam típicas de Atenas com a representação da deusa Atena e de sua coruja, as assim chamadas 'corujas'. Sobre as Wappenmünzen é preciso inicialmente chamar a atenção para o fato que estudos físicos da prata empregada em sua fabricação, atestaram que o metal não é proveniente das minas do Láurion na Ática como é o caso da prata empregada para a fabricação das 'corujas'. Outro fato de interesse é que estas moedas não possuem qualquer identificação que permita atribuí-las a Atenas. Por terem tipos tão variados poderiam inclusive pertencer a vários centros emissores diferentes. O fato de terem sido encontradas, mormente, na Ática é que leva os especialistas a vê-las como produtos de Atenas. Mas, resta a dúvida: quais foram as autoridades emissoras? O Estado ou as diferentes famílias aristocráticas como o nome Wappenmünzen parece implicar e como quer a interpretação tradicional? Uma das Wappenmünzen, situada pelo estudo caracteroscópico no final da

linha das associações de cunho, é justamente a moeda que traz uma cabeça de Atena de um dos lados e a coruja do outro. Esta moeda seria, portanto, a última das Wappenmünzen, começando-se em seguida a emissão das 'corujas'. Estas primeiras 'corujas' são tecnicamente relacionadas às Wappenmünzen, através do modelo de disco monetário empregado e do modelo do quadrado incuso do reverso. Com a ajuda dos tesouros monetários, e a constatação do volume das emissões tem-se tentado datar todas essas séries, relacionando-se ao que conhecemos a respeito da história de Atenas no século VI a.C. O primeiro fato a ser fixado é que o primeiro grupo de 'corujas', é datado por suas associações em tesouros, do último quartel do século VI a.C. Com efeito, vários são os tesouros que permitem esta datação; o principal, no entanto, é o tesouro de Asyut cujo enterramento é datado de 480-475 a.C. e que continha 162 'corujas' de Atenas dos tipos subseqüentes às Wappenmünzen. Este tesouro está composto predominantemente por moedas gregas (867 moedas de prata) datáveis da segunda metade do século VI a.C. Se então pudermos situar aproximadamente o início da emissão de 'corujas' em torno de 530-525 a.C. as Wappenmünzen devem distribuir-se pelas décadas anteriores possivelmente até 560-550 a.C.

Mas, a datação por meio dos tesouros não é exata e permite uma certa flexibilidade, fazendo com que os estudiosos deslizem ligeiramente suas datas entre os anos 570/60 a.C. e as guerras médicas em 480 a.C. Alguns cuidados, entretanto, têm sido tomados: não é aceitável, por exemplo, comprimir muitas emissões em poucos anos nem deixar enormes vazios sem emissões. Assim, se de um modo geral as primeiras 'corujas' podem ser datadas do último quartel do século VI a.C., não é aceitável propor uma data para as Wappenmünzen logo no início do século VI, ou no século VII a.C., pois isto implicaria em longos espaços de tempo sem qualquer moeda e também dissolveria o relacionamento que existe do ponto de vista técnico entre as últimas Wappenmünzen e as primeiras 'corujas'.

No nosso entender a implicação mais importante da cronologia da adoção da cunhagem por Atenas é o estabelecimento de um contexto histórico que explique esta adoção. Infelizmente, com os dados que possuímos é ainda impraticável dizer com exatidão qual foi

esse contexto. Quem, afinal introduziu a cunhagem em Atenas? Pisístrato foi o primeiro a bater as Wappenmünzen no meio do século? Foram os aristocratas antes da tomada do poder por Pisístrato que emitiram estas moedas e em seguida Pisístrato implantou a cunhagem de 'corujas'? Foi Hípias que adotou a emissão de 'corujas' mais para o final do século? Ou terá sido Clístenes, que em 508/7 iniciou a emissão de 'corujas' como medida complementar de suas reformas democráticas? Finalmente, a moeda é produto da tirania ou da democracia?

A última proposição a esse respeito é feita por R. Ross Holloway que retoma algumas conclusões anteriores de Seltman e Kraay. Para este autor (1999), a adoção de moedas em Atenas foi promovida por uma aristocracia rural da Ática que escolheu, de acordo com cada família o emblema a aparecer em suas moedas (Wappenmünzen). A falta de um poder centralizado mais forte favoreceu este tipo de comportamento. A evidência nova apresentada por Holloway é o achado de um cunho de bronze provavelmente de Wappenmünzen, em um depósito votivo datado dos séculos VII e VI a.C., no Sounion, localidade da Ática. Para o autor, o fato de esta ferramenta própria da fabricação de moedas ter sido dedicada em uma área rural é um forte indicativo de que a fabricação de Wappenmünzen dava-se no campo e não em Atenas (Holloway 1999:12). Ainda de acordo com Holloway, quando Pisístrato retornou de seus dois exílios e estabeleceu um governo mais duradouro nos anos 540 a.C., introduziu uma cunhagem centralizada representada pelas primeiras emissões de 'corujas' que são emissões pouco volumosas (três séries), mas que teriam durado durante todo o período da tirania e início da democracia de Clístenes. O início do século V teria presenciado um aumento considerável de emissões, aproveitando o crescimento da produção de prata nas minas do Láurion e em vista de preparativos para o enfrentamento dos persas (Holloway 1999:13). Esta interpretação do Prof. Holloway é um exemplo de como a exigüidade das fontes obriga o arqueólogo/numismata a trabalhar. É sem dúvida uma interpretação engenhosa, mas, no nosso entender, necessita de mais evidências confirmatórias.

Com relação a Atenas é indispensável ainda uma avaliação a respeito dos testemunhos de

Aristóteles (*AP*, X) e de Andrócion (Plutarco, *Sólon*, 15- doc. 12 abaixo). De acordo com estas fontes, Sólon teria promovido várias mudanças nas medidas de capacidade de peso e nas moedas como parte das reformas efetuadas para contornar as crises sociais do início do século VI a.C.. Argumenta-se que se Sólon pode realizar mudanças na cunhagem de Atenas, é porque esta já existia há algum tempo, talvez até no século VII a.C. As mudanças, de acordo com as duas passagens, se referiam à alteração de peso da moeda, sem uma correspondente alteração do valor facial. Entretanto, é fato, que a análise ponderal das séries iniciais de moedas atenienses não apresenta qualquer mudança de peso. Ao contrário, o peso é constante demonstrando bastante controle técnico (Kroll e Waggoner 1984:327). Assim, alguns autores pensam que Atenas utilizava as moedas eginéticas, mais pesadas, e que por obra de Sólon foi introduzida a nova cunhagem de moedas propriamente ateniense. Entretanto, como vimos, a reconstituição das séries monetárias e o estudo dos tesouros não nos autoriza a subir tanto assim a data da adoção de moedas em Atenas.

Temos, portanto, um problema de concordância entre fontes escritas e materiais que merece ser tratado. Não se pode simplesmente descartar o testemunho de Aristóteles e de Andrócion como mera invenção, pois, são considerados testemunhos sérios e, além disso, com toda probabilidade, as leis de Sólon estavam acessíveis aos autores que escreveram no século IV a.C. (Kroll e Waggoner 1984:332). No meu entender, a dúvida é resolvida através da compreensão dos termos empregados por estes textos. Ora, tanto um quanto outro menciona reformas no *nómisma*. Ora, vimos já anteriormente como este termo custou a ser empregado para denominar explicitamente a moeda cunhada. Com efeito, este é um termo que apenas a partir de meados do século V a.C. é entendido como moeda cunhada. Mencionamos também como as moedas adotaram em sua origem os nomes de pesos como estater, dracma, óbolo. Também as contas e os inventários dos bens dos templos e dos santuários, registram dracmas e estateres mencionados indiferentemente ao lado de objetos, artefatos, de ouro e prata fazendo com que nós não tenhamos uma noção clara se são de fato moedas ou pesos metálicos (Melville

Jones 1993:27, n.39). Nesse contexto, como entender que estes autores estejam referindo-se a uma mudança exclusiva no peso das moedas? *Nómisma*, com efeito, significa também, aquilo que é corrente, convencionalmente aceito. É certo que antes da introdução da moeda existia um sistema de pesos metálicos convencionalmente aceitos, segundo os quais se calculavam muitos dos valores e é deste sistema que decorre a palavra *nómisma* empregada pelos autores do século IV a.C.. Assim, Sólon, muito provavelmente, procedeu a uma reforma dos pesos convencionalmente aceitos como medidas de valoração de bens e não necessariamente a uma reforma monetária.

Egina

O caso da cunhagem das moedas eginéticas é muito semelhante ao das moedas de Atenas. As evidências dos tesouros monetários e dos estudos caracteroscópicos apontam para uma cronologia do início dessas emissões no segundo quartel do século VI a.C. Em um dos depósitos votivos da Apadana de Persépolis (517-514 a.C.), foi encontrada uma moeda de Egina do tipo 'iiia', que de acordo com as associações de cunho representa as primeiras emissões mais volumosas da cidade. O tipo 'i' é pouco denso já que para a sua cunhagem foram utilizados menos cunhos. O posicionamento relativo dessas emissões e a data oferecida pelo depósito em Persépolis autorizam uma data em torno de 560 para a emissão das primeiras moedas eginéticas. Esta data é corroborada pela composição de outros tesouros monetários como os de Mit Rahineh e Demanhur, achados no Egito. Nestes, moedas eginéticas da categoria 'iiia' estão associadas às moedas da ocupação sâmia de Zancle, datadas de 493-488 a.C.. Evidentemente, se for considerado que os tesouros podem ter sido formados ao longo de anos, e estarem compostos por partes mais antigas, e outras mais recentes, essas moedas de Egina poderiam ter sido depositadas antes de outras consideradas mais recentes. Mas, como existe uma recorrência de associações em vários tesouros (ver o quadro de tesouros mais abaixo) é possível – como no caso das moedas de Atenas – chegar a datas aproximativas para o início da cunhagem em Egina.

Se a documentação monetária autoriza uma cronologia para o início da cunhagem em Egina em torno de 560 a.C., a fonte escrita supõe uma data que pode ser levada até o século VIII a.C.. A tradição derivada de Éforo coloca Egina como a primeira cidade a bater moeda e associa este fato à tirania de Fídon. É necessário lembrar aqui que as atribuições feitas por Éforo de invenções a personagens históricos eram consideradas anacrônicas já na Antigüidade (Brown, NC 1950, *apud* Kroll e Waggoner 1984:335). Inicialmente é relevante o fato de que a cronologia para a ação de Fídon como tirano de Argos é bastante controversa: varia entre a segunda metade do século VIII e a primeira do VII a.C. (Hammond, *OxfCd*, 811). Em seguida, como explicar que Fídon, sendo tirano de Argos, bateu moedas em Egina? Sem dúvida, como no caso de Sólon, Fídon foi também um legislador que promoveu reformas sociais na época de formação e definição do Estado na Grécia, reformas que incluíram mudanças nas medidas (Heródoto, VI, 127). O fato de as moedas eginéticas manterem seu aspecto antiquado mesmo nas emissões do século V, a popularidade que tinham essas moedas em época clássica chegando a circular tanto por todo o Peloponeso que foram chamadas por Pólux (9.74) de 'nómisma peloponésio', o fato de Fídon ter dedicado os espertos no santuário de Hera em Argos e de estes estarem à mostra ou pelo menos registrados como bens do santuário, sem dúvida contribuíram para a construção de uma versão, já na Antigüidade, a respeito da primazia das moedas eginéticas e da função de Fídon na sua criação. De acordo com a documentação material, as moedas eginéticas podem de fato ter sido as primeiras a serem cunhadas na Grécia, mas não no século VII, muito, menos no VIII a.C..

Corinto

As emissões de Corinto são, entre as emissões das três cidades que iniciaram a cunhagem na Grécia a de compreensão menos complicada, pelo menos do ponto de vista cronológico. Também no caso dessa cunhagem, foram realizados estudos caracteroscópicos que permitiram o estabelecimento de uma seqüência relativa das séries iniciais. Em um dos exemplares analisa-

dos, hoje conservado no Cabinet de Médailles da Biblioteca Nacional em Paris, constatou-se a recunhagem² de um tipo pertencente à segunda emissão de moedas coríntias sobre uma das últimas Wappenmünzen de Atenas (Kraay 1976:81). Moedas deste mesmo tipo coríntio foram usadas como disco monetário para recunhagens de moedas de Metaponto no sul da Itália, datadas do período pós-destruição de Síbaris em 510 a.C. Assim, ficam associadas moedas coríntias com as séries de Wappenmünzen e com moedas com datas relativamente seguras como as de Metaponto. Pode-se, portanto, pensar em uma data em torno de meados do século VI para o início da cunhagem de moedas de Corinto, já que a sua segunda série, em 510/500 a.C., já estava fora de uso a ponto de ser recunhada em Metaponto.

Individualmente, cada um dos dados que acabamos de arrolar com relação à origem da moeda, não estabelece nenhuma cronologia absoluta segura. Todos juntos, porém, montam um quadro referencial em que concretamente dois marcos podem ser estabelecidos. 1º.) As primeiras moedas foram criadas por cidades gregas da Ásia Menor em torno de 630-625 a.C.; 2º.) Estas primeiras moedas foram provavelmente emitidas por iniciativa de particulares; 3º.) À época do reino de Creso na metade do século VI a.C. a moeda na Ásia Menor já era monopólio do Estado; 4º.) A cunhagem de moedas foi adotada na Grécia continental durante a primeira metade do século VI a.C.. Egina provavelmente foi a primeira cidade a fazê-lo de acordo com uma

(2) A recunhagem é uma técnica bastante comum na Antigüidade, por meio da qual se aproveitava uma moeda de outra localidade (ou da mesma localidade, mas fora de uso) como disco monetário. A falta de metal precioso era, sem dúvida, uma das razões que levaram os Estados antigos a aproveitar numerário de outras cidades para fabricar suas próprias moedas. A necessidade de transformar numerário estrangeiro em meio circulante legal pode ter sido outra razão. O fato é que muitas dessas recunhagens foram mal feitas: o disco provavelmente não foi devidamente aquecido ou o golpe no cunho não foi suficientemente forte deixando, então, o tipo subjacente visível, permitindo, hoje, o estabelecimento de cronologias relativas muito seguras. Cf. Le Rider, G. 'Contremarques et surrappes dans l'Antiquité grecque' em Dentzer, J.M. et alii, *La Numismatique Antique. Problèmes et Méthodes*. Nancy-Louvain 1975:27-46.

interpretação possível das fontes textuais seguida por Atenas e por Corinto, que inauguraram suas emissões em torno de 560-550 a.C.

Podemos também afirmar com certeza que a introdução da moeda nas cidades-estado gregas está relacionada à constituição de um Estado característico, à definição dos contornos da *pólis*, e ao poder exercido neste contexto. É sintomático, que seja o século VI – século das tiranias – a época da introdução da cunhagem. É importante notar como, também na Sicília, o período de introdução e de maior volume da cunhagem e de maior cuidado artístico com a gravação dos cunhos monetários é o período de florescimento das tiranias (entre o último quartel do século VI e a primeira metade do século V a.C.). Como bem assinala Holloway (2000, inédito) a emissão de moedas tem a ver com o controle, com o poder instituído muito mais do que com qualquer aspecto econômico, de crescimento comercial ou de aprofundamento de relações de mercado. A moeda é fruto da *pólis* grega, é resultado de transformações profundas no pensamento grego e na maneira de se medir e de se avaliar coisas e serviços. A moeda é um instrumento de poder e de manipulação do poder; como elemento constitutivo da *pólis* grega servia à tirania e ao poder democrático.

Documentos escritos sobre a origem da moeda na Grécia

1. "...e ele inventou as medidas que são conhecidas como de Fídon e também os pesos e a moeda, esta última de prata e em alguns outros metais." Éforo, frag. 115; século IV a.C.

2. "...e Éforo diz que a moeda de prata foi cunhada pela primeira vez em Egina, por Fídon." Éforo, frag. 176; século IV a.C.

3. "... e Fídon de Argos fixou as medidas oficiais, idealizou os pesos e cunhou moeda de prata em Egina." *Marmor Parium*, 30, derivado de Éforo; datas de 1580 a 260 a.C.

4. "...e Fídon de Argos foi o primeiro a cunhar moeda em Egina; depois de ter emitido moeda, ele recolheu os espetos e os dedicou a Hera de Argos." Órion, *Etymologicum*, s.v. *obelós*; século V d.C.

5. "...se Fídon de Argos foi o primeiro a cunhar moeda, ou Demodice, consorte de Midas

da Frígia., ou Erictônio e Lico pelos Atenienses, ou os Lídios como diz Xenofonte ou os naxianos segundo a opinião de Aglostenes." Póllux, IX, 83; século II d.C.

6. "...os eginetas foram os primeiros a cunhar moeda, conhecida como eginética depois deles." Eliano, *Varia Historia*, XII, 10; século II-III d.C.

7. "...pois que Fídon, rei de Argos, foi o primeiro a cunhar moedas de ouro, em um lugar da Argólida chamado Eubéia" (*Etymologicum Magnum*, s.v. *Euboikon nomisma*; século X-IX d.C.)

8. "Íon, que governava a terra da Tessália, foi o primeiro...a fazer do ouro moeda." Lucano, VI, 401-405. Século I a.C.

9. "...e dizem que Hermodice, mulher de Midas, rei da Frígia, foi de rara beleza, mas também sábia e hábil e que foi a primeira a cunhar moeda em Cyme." Aristóteles, fr. 611, 37 Rose; século IV a.C.

10. "Os lídios foram os primeiros entre os homens, até onde vai o nosso conhecimento, a cunhar e a usar moedas de ouro e prata, e também foram os primeiros a vender mercadorias a varejo." Heródoto, I, 94, 1; meados do século V a.C.

11. "Ao que tudo indica, tais foram, então, as disposições populares de sua legislação. Efetuou o cancelamento das dívidas anteriormente à legislação, mas o aumento dos pesos e medidas e das moedas foi depois. 2. Na sua época, com efeito, as medidas tornaram-se maiores do que as fidonianas, como também a mina, pesando anteriormente setenta dracmas, foi completada em cem. A primitiva unidade monetária era a didracma. Fixou também pesos relacionados às moedas, de modo que sessenta e três minas, tinham o peso do talento, com as três minas distribuídas pelo estáter e pelos demais pesos." Aristóteles, *Constituição de Atenas*, capítulo X; século IV a.C.; referindo-se às reformas de Sólon em 594 a.C.

12. "...o aumento das medidas e do poder de compra do *nómisma*. Porque ele fez com que a mina corresponesse a cem dracmas, e antes eram apenas setenta dracmas; assim, pagando-se a mesma quantidade mas de um valor inferior, aqueles que tinham dívidas saíram-se amplamente beneficiados e os que aceitaram esses pagamentos também não perderam." Plutarco, *Vida de Sólon*, 15; citando o testemunho de Andrônico, (político ateniense, 410-340 a.C.) referindo-se às reformas de Sólon em 594 a.C.

Tesouros contendo moedas de Atenas, Egina e Corinto

Tesouros	IGCH	Data	Atenas							Egina					Corinto	
			Wappm.	II	III	IV	V	VI	VII	i	iiia	iiib	iic	iii	I	II
Ática	2	525-515	19							2+	15	1			8	
Saktha (Egito)	1639	c.500-490	2	5											10	5
Tarento (Itália)	1874	c.500-490	2	4	2											
Beniha (Egito)	1640	c.490-485	1													
Asyut (Egito)	1644	c.475	2	7	155					1	63	53	10		6	33
Gela (Sicília)	2066	c.480	2+	2	134	31										
Anatolia - Sul	1177	c.480-475		6	13						4	6				1
Acróp. - Atenas	12	480	17	1												
Zagazig (Egito)	1645	dep.470														
Apadana	1.89	517-514														
Sambiasi (It.)	1872	c.520														3
Cíclades	6				c. final s. VI											
Rahineh (Egito)	1636	c.500														4
Demanhur (Egito)	1637	c.500-490														6
Matala (Creta)	1	c.500-490														
Istmia	11	c.475														
Mt. Bubonía (Sic.)	2071	c.475-470														
Libano	Holl.1999	c.480														
Decadracma	Holl.1999	c.460+C4														
Ásia Menor	1165	c.500	3													
Eubéia	3	530-10	2													
Eleusis	5	520-500	5													
Pascha	10	500-480	7	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Eretria	9	500-480	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Egina?	CH,VIII-20	c.500														
Selinunte	CH,VIII-35	c.490													3	23
															70	80

Fonte: Kroll e Waggoner 1984; Holloway 1999; IGCH 1974 e Coin Hoards VIII, 1994).

FLORENZANO, M.B.B. The origins of coinage: archaeological and literary sources. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 201-211, 2001.

ABSTRACT: The goal of this article is to present all the sources – material and literary – concerning the invention of coinage by the ancient Greeks. The documents are presented systematically with the intention of pointing out all possible interpretations.

UNITERMS: Invention of coinage – Ancient Greek coinage – Greek Numismatics.

Referências bibliográficas

- ARNOLD-BIUCCHI, C.
- 1990 *The Randazzo Hoard 1980 and Sicilian Chronology in the early fifth century B.C.* N.York, ANSNS, 18.
- BAMMER, A.
- 1990 A peripteros of the geometric period in the Artemision of Ephesus. *AS*, 40:137-160.
- 1991 Les sanctuaires des VIIIe. et VIIe. siècles à l'Artémision d'Éphèse", *RA* (1): 63-84.
- BROWN, W.L.
- 1950 Pheidon's Alleged Aeginetan Coinage. *NC*:187-202.
- HOGARTH, D.G.
- 1908 *Excavations at Ephesus*. Londres; capítulo V por B.V. Head.
- HOLLOWAY, R.R.
- 1971 An Archaic Hoard from Crete and Early Aeginetan Coinage. *ANSMN*, 17:1-21
- 1984 The date of the first Greek coins: arguments from style and hoards. *Revue Belge de Numismatique*, CXXX: 7 e 17-18.
- 1999 The Early Owls of Athens and the Persians. *RBN*, CXLV: 5-15.
- 2000 Remarks on the Taranto Hoard of 1911. 'Manuscrito'.
- JACOBSTHAL, P.
- 1951 The Date of the Ephesian Foundation Deposit. *JHS*, 71: 86-95.
- KRAAY, C.M.
- 1976 *Archaic and Classical Greek Coins*. Londres: Methuen.
- KROLL, J.; WAGGONER, N.
- 1984 Dating the Earliest Coins of Athens, Corinth and Aegina. *AJA*, 88: 325-340.
- ROBINSON, S.
- 1951 The Coins from the Ephesian Artemision Reconsidered. *JHS*, 71: 156-167.
- SELTMAN, C.T.
- 1924 *Athens, its History and Coinage before the Persian Invasion*. Cambridge.
- SIMPÓSIO: Museu Britânico
- 1984 *The Archaic Temple of Artemis at Ephesus: a reconsideration of the earliest finds*. Março de 1984. Cf. Holloway:17-18 e Kroll e Waggoner.
- WEIDAUER, L.
- 1975 *Probleme der frühen Elektronprägung*, Fribourg, Office du Livre.

Recebido para publicação em 18 de dezembro de 2001.

QUEM ERAM OS GREGOS*

Jonathan Mark Hall**

HALL, J. Quem eram os gregos. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, II: 213-225, 2001.

RESUMO: Partindo do princípio de que o conceito de etnicidade envolve a percepção interna que cada membro de um grupo tem de si e do grupo ao qual pertence e não necessariamente o que os outros pensam do grupo; e que um grupo étnico define-se não pela soma de diferenças objetivamente observáveis mas por apenas aquelas diferenças que os membros do grupo, eles próprios, percebem como diferenças significantes, Jonathan Hall, neste artigo, pretende mostrar por quais caminhos os gregos antigos construíram a sua própria identidade. O papel desempenhado por Heródoto nesta construção é destacado pelo Autor.

UNITERMOS: Etnicidade grega – Identidade cultural – Heródoto – Jônios – Dórios.

Estamos tão acostumados hoje em dia a enxergar a Grécia antiga como o berço da civilização Ocidental que, freqüentemente, esquecemos como essa apropriação de um ancestral cultural – por vezes relutante – é recente. Aprendemos que os gregos criaram as bases políticas, artísticas, culturais, educacionais filosóficas e científicas em que se fundamenta a cultura ocidental. Como Paul Cartledge

– historiador da Antigüidade na Universidade de Cambridge – nota: “Não provoca surpresa o fato de que durante o século XIX e a primeira parte do XX, europeus e americanos educados em uma tradição clássica achavam absolutamente natural cantar ‘A glória que foi a Grécia’, como o fez Edgar Allan Poe em sua *Ode a Helena*”. Em sua visita atribulada a Atenas em novembro de 1999, o ex-presidente Clinton modificou o famoso aforismo de Percy Shelley ao proclamar: “Somos todos gregos não por causa dos monumentos e das memórias, mas porque o que começou aqui há dois mil e quinhentos anos acabou por abraçar, depois de todas as lutas sangrentas do século XX, o mundo todo.” Mas, afinal, quem foram os gregos?

Esta questão foi colocada há quase setenta e cinco anos por Sir John Linton Myres em uma conferência sua da tão presti-

(*) Palestra proferida no Departamento de História da FFLCH/USP, no dia 19 de junho de 2001. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano.

(**) Professor de História Antiga do Departamento de História da Universidade de Chicago - EUA. Professor visitante do Programa de Pós-graduação em Arqueologia do MAE/USP durante o mês de junho de 2001. Agradecemos à FAPESP a oportunidade da estada deste professor entre nós e o incentivo para a publicação desta palestra.

giosa série *Sather Lectures* da Universidade da Califórnia em Berkeley, na primavera de 1927. Designado o primeiro *Wykeham professor* de História Grega da Universidade de Oxford em 1910, Myres não era um historiador de gabinete. Com efeito, por sugestão de Sir Arthur Evans, filiou-se em 1893 à *British School of Archaeology* em Atenas e no ano seguinte iniciou uma escavação em Chipre. Durante a primeira guerra mundial, foi despatchado pela *British Admiralty* à Dodecanese onde suas incursões militares na costa da Anatólia valeram-lhe o apelido de 'O Barbanegra do Egeu' e, eventualmente, o comando em chefe da Inteligência Britânica em Atenas. Afora os seus interesses arqueológicos (Myres publicara a coleção de antiguidades do Museu Cípriota e a coleção Cesnola do *Metropolitan Museum of Art*) Myres era igualmente fascinado por Geografia Histórica e por Antropologia, campos em que, com freqüência, reconhecia sua dívida intelectual ao classicista e antropólogo de Cambridge, Sir James Frazer.

No início de suas conferências, que foram publicadas em 1930, Myres – como muitos estudiosos da História grega antes e depois dele – debruçou-se sobre uma das poucas definições de helenidade que os gregos nos deixaram. O historiador Heródoto relata que na primavera de 479 a.C. – depois de que os gregos puseram em fuga a marinha persa em Salamina mas antes de sua vitória final em Platéia – circularam rumores que os atenienses estavam considerando a possibilidade de abandonar a aliança grega e de passar para o lado dos persas. Heródoto conta que em uma tentativa de acalmar o ruído, os atenienses negaram que tivessem qualquer intenção de concluir um trato com o inimigo e ofereceram duas razões para isso. Em primeiro lugar, tinham sido forçados a procurar a vingança contra aqueles que haviam destruído suas estátuas e seus templos. Em segundo lugar, tratava-se de uma questão de helenidade – 'isto é, nosso sangue comum, nossa língua comum, nossos lugares comuns de culto e de sacrifícios e outros costumes similares'. Diferentemente de outros historiadores, Myres questionava a veracidade histórica desta definição tão direta de helenidade em termos

de descendência, linguagem, religião e costumes. Os classicistas, ele argumentava, aceitaram rapidamente a definição, porque "os testes propostos por Heródoto são aqueles aceitos pela moderna antropologia", mas, de fato, para Myres, toda a documentação disponível sugeria que os gregos não eram uma população única, homogênea, mas sim um povo todo misturado de origens muito disparatadas.

De uma perspectiva moderna, um dos aspectos mais surpreendentes da tese de Myres é a sua fundamentação nos princípios da pseudo-ciência hoje completamente desacreditada, a crânometria. Partindo da caracterização da paisagem grega, com suas pequenas e fragmentadas planícies costeiras e com sua dependência na comunicação marítima (o que implica em uma necessidade e também em uma facilidade para o movimento populacional), Myres argumentava que a Grécia tinha sido habitada, desde a Idade do Bronze, por uma população mista. Esta teria tido como origem os tipos mediterrânicos de cabeça alongada associados às costas meridionais do Mediterrâneo do Marrocos à Pérsia e os tipos alpinos-armenóides de cabeça larga, principalmente distribuídos por todo o cinturão montanhoso que vai dos Alpes ao Hindu-Kush. Com o passar do tempo, o elemento alpino-armenóide teria aumentado nesta mistura, mas não antes de ter ocorrido uma infiltração dos tipos de cabeças alongadas provenientes do norte, de além do cinturão das montanhas centrais da Europa, os quais teriam se misturado aos tipos alpinos-armenóides. Esta diversidade física poderia ser identificada em outros tipos de evidências como a mistura de elementos indo-europeus e não indo-europeus no idioma grego, a fusão entre as divindades olímpicas 'loiras' com as divindades da natureza mais morenas, freqüentemente femininas. E, ainda, na interpenetração de diferentes tipos de cultura material tal como a que Myres chamava de cultura cretense neolítica da cestaria a qual ele, em última análise, fazia derivar da África do Norte ou como a cultura de vasilhame vermelho (red ware) da antiga Idade do Bronze das Cíclades e da Ásia Menor ou ainda como a cultura do vasilhame pintado (painted-ware culture) própria da Tessália, representada principal-

mente pelos jarros globulares encontrados no sítio de Dímini.

Que a Grécia tivesse recebido uma série de ondas de migrantes não era àquela época nenhuma novidade. Palavras e elementos não indo-europeus no idioma grego eram tipicamente explicados como sobreviventes de um substrato lingüístico sobre o qual os invasores indo-europeus impuseram sua própria linguagem. Apenas um ano depois das *Sather Lectures* de Myres, o arqueólogo norte-americano Carl Blegen e o filólogo J.B. Haley publicaram um artigo no *American Journal of Archaeology* no qual argumentavam que os recém chegados indo-europeus haviam trazido com eles novos itens culturais tais como casas em forma absidal, enterros em cista realizados em túmulos individuais e uma cerâmica diferente, cinza encerada ‘miniana’. Ainda que demorasse uma outra década até que Georges Dumézil elaborasse a sua teoria sobre a estrutura tripartite dos mitos e da religião indo-européia, acreditava-se comumente, àquela época, que as divindades olímpicas representavam um estrato mais recente na história religiosa dos gregos, que haviam sido sobrepostas a uma base rígida de espíritos e de deusas-mãe. Mas, Myres pensava de forma diferente de seus contemporâneos a respeito de um item bastante importante. Para estes últimos, os gregos eram aqueles novos invasores que vinham de fora e que haviam trazido o discurso e as crenças indo-européias e novos artefatos e formas culturais à Península grega. Para Myres, por outro lado, os gregos tinham surgido no solo grego e isto era o resultado de seleção natural. Os gregos, diz ele, “conseguiram a unidade que usufruíram em sua grande época, graças a controles regionais bastante austeros que eliminavam, selecionavam, favoreciam qualidades, faculdades e aspirações em uma população diversificada e heterogênea...na última crise, foi esta mesma diversidade e mistura caótica que se tornou o mais potente estímulo na luta para ‘bem viver’”. Assim, enquanto os outros historiadores falavam na ‘chegada’ dos gregos, Myres argumentava que os gregos estiveram sempre no processo de se ‘tornarem’ gregos, ainda que ele acreditasse que isto tivesse sido conseguido durante os séculos que imediatamente precederam a época do ápice do clas-

sicismo no século V a.C.: ‘de uma ancestralidade híbrida, o povo grego de época clássica chegou a estar constituído de tipos muito próximos, quase de puro sangue’.

Myres estava interessado apenas em fatores supostamente objetivos que podiam ser observados externamente. Com efeito, debruçou-se sobre a evidência do que ele chamou de ‘memória folclórica’, considerando tais tradições como genuínas reminiscências históricas. Se o mito narrava estórias a respeito de heróis com nomes aparentemente não gregos como Pélops ou Arquésio que supostamente haviam chegado à Grécia três gerações antes da Guerra de Tróia, então, isto devia indicar uma época de imigração vinda do leste nos anos ao redor de 1260 a.C. E as lendas a respeito de Cadmo que chegara em uma data anterior ainda, vindo da Fenícia a fim de fundar a cidade de Tebas e aquelas a respeito de Dânao chegando do Egito para assumir o reino em Argos, deveriam, similarmente, ser entendidas como referências a um período ainda mais antigo de imigração ao redor de 1400 a.C. Myres engenhosamente – ainda que equivocadamente – havia classificado os heróis do mito de acordo com gerações de trinta anos e até mesmo utilizou este sistema para criar datas na cronologia ainda mal compreendida da cultura material da Idade do Bronze. Hoje, nossa tendência é ver os mitos como tentativas das populações de tempos históricos de legitimação e de explicação das circunstâncias do presente por meio de uma referência ao passado; passado que poderia ou não ser fictício. E, como o que tem de ser explicado ou legitimado no presente é sempre uma realidade em mutação, tradições diferentes e novas acabam entrando no vocabulário mítico, co-existindo – por vezes até em contradição com – as variantes anteriores. De fato, não há razão para supor que a figura de Pélops tenha se desenvolvido em qualquer outro lugar da Grécia a não ser no próprio Peloponeso, que toma o seu nome. Aliás, suspeita-se, ainda hoje, com bastante freqüência, que Dânao e Cadmo não tenham sido vistos pelos habitantes da Grécia como imigrantes do Leste até o século V a.C.

O que falta em todas estas análises e interpretações é a perspectiva de quem está

dentro do grupo. Com efeito, considera-se um princípio cardinal do pensamento antropológico desde pelo menos os anos 1960, que o conceito de etnicidade envolve muito mais a percepção interna de cada membro de um grupo. O grupo étnico é, assim, definido não pela soma de diferenças objetivamente observáveis mas por apenas aquelas diferenças que os membros do grupo, eles próprios, percebem como diferenças significantes. E esta idéia não é uma invenção da era pós 'melting pot': já em 1912, o grande sociólogo alemão Max Weber definira os grupos étnicos como 'os grupos humanos que mantêm uma crença subjetiva em sua descendência comum sem importar se uma relação objetiva de sangue existe ou não'. Assim, minha preocupação hoje, não é com o que nós pensamos que os gregos eram mas com o que eles pensavam que eram. Ao mesmo tempo que concordo com a conclusão de Myres de que os gregos estavam 'sempre no processo de vir a ser' eu proponho que este processo não havia sido concluído antes do período clássico e que os critérios em que os gregos fundamentavam sua auto-identificação transformaram-se de acordo com a época.

Aparentemente, há poucos grupos étnicos através da História que não tenham expressado sua auto-consciência comum por meio de um nome coletivo. A razão disto não é difícil de determinar. A etnicidade depende de categorização, ou seja, da habilidade em dividir o mundo entre 'nós' e 'eles'. E a categorização é muito melhor operacionalizada quando há nomes. É, portanto, surpreendente que os nomes que os gregos utilizaram para designarem-se a si mesmos – Helenos – e a terra que habitavam – Helas – aparecem relativamente tarde nas fontes textuais. As nossas mais antigas obras sobreviventes são provavelmente os poemas épicos homéricos: a Ilíada que se acredita tenha adquirido mais ou menos a forma que conhecemos hoje ao final do século VIII a.C. ou talvez no transcorrer do início do século VII a.C. e a Odisséia cuja composição é provavelmente de uma geração mais tarde. Nos dois poemas os gregos que sitiam a cidade de Tróia são coletivamente denominados aqueus, argivos, dânaos – aparentemente de modo intercambiável – mas não helenos. E sua terra de origem é referida não como Helas mas como

Argos ou Acaia. O nome Helas é encontrado na Ilíada, mas a área à qual este nome se refere é extremamente limitada. No livro IX, o velho Fênix relembra as proezas de sua juventude e conta como havia fugido da casa de seus pais em Helas e havia se dirigido para a corte do rei Peleu na vizinha Ftiótida. Esta e outras passagens tornam claro que Helas aqui define uma área relativamente pequena, ao redor do vale do rio Espérquio na Grécia central (Fig. 1). Na Odisséia, entretanto, Helas parece ter sido imaginada como uma área já muito maior. Menelau deplora o destino do filho de Ulisses, Telêmaco, enquanto este viaja 'através da Hélade e do coração das terras argivas'. Enquanto isso, Penélope orgulha-se que a fama de seu marido, Ulisses, espalha-se também 'através da Hélade e do coração das terras argivas'. Mas o destino de Telêmaco não seria tão terrível se ele tivesse tido intenção de visitar somente o vale do Espérquio e a cidade de Argos. Da mesma forma, o elogio de Penélope, se tomado no sentido literal, poderia ser uma forma de gabar-se da reputação do marido. Ao contrário, parece claro que esta fórmula foi empregada para abranger a Grécia em geral, onde Hélade é a Grécia central, ao norte do istmo de Corinto e o coração das terras argivas é o Peloponeso, uso atestado ainda muito posteriormente em Demóstenes e em Plínio, o Velho (Fig. 2). Uma ampliação da abrangência geográfica de 'Helas' aparece ao final do século VII a.C. quando o poeta espartano Alcmão descreve o troiano Paris como 'um mal para Helas, produtora de homens'. Mas, mesmo então, outros fragmentos poéticos do período sugerem que Helas pode ter indicado apenas uma porção principal da Grécia, com exclusão de muitas das ilhas do Egeu (Fig. 3). Teremos que esperar pela poesia de Xenófanes em meados do século VI a.C., para encontrar o primeiro emprego do termo Helas significando sem ambigüidades o que chamaríamos de Grécia – ou então para ser mais precisos – o Mundo grego. Encontraremos o mesmo padrão com relação ao termo 'helenos' que não é empregado para designar os gregos em um sentido abrangente e coletivo antes do século VI a.C.. Na poesia pós-homérica mais antiga, os gregos são chamados de pan-helenos; termo que implica em pluralidade muito mais do que em unidade.

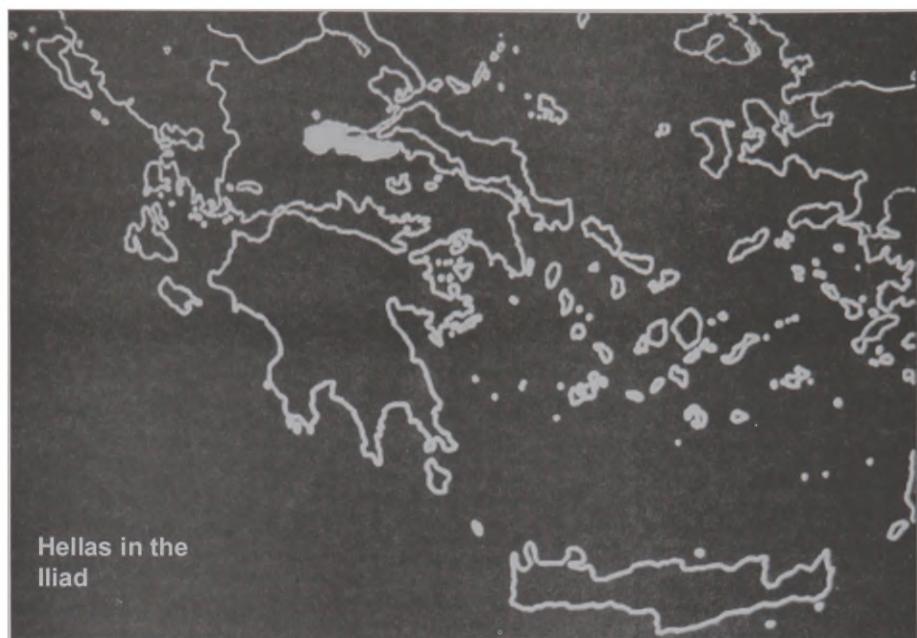


Fig. 1.



Fig. 2.

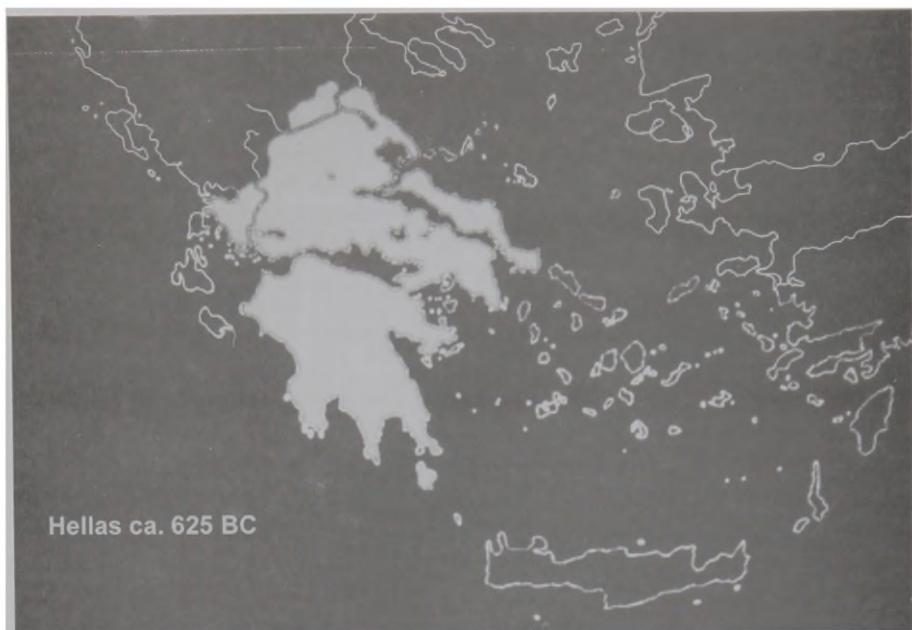


Fig. 3.

Que o século VI a.C. tenha sido um período crucial para a cristalização da identidade grega é também sugerido pela tradição genealógica encontrada em um poema fragmentário denominado *Catálogo de Mulheres* que, se acredita, foi composto na primeira metade do século VI a.C.. O poema registra que o herói Heleno teve três filhos, Doro, Xuto e Éolo, e que Xuto teve como filhos, Aqueu e Íon. Esta árvore familiar funciona para fazer a relação dos principais grupos populacionais da Grécia entre si e para criar uma identidade helênica mais abrangente. Os eólios, representados pela figura epônima de Éolo eram as populações que habitavam as regiões da Grécia central, a Tessália e a Beócia juntamente com a faixa norte do litoral da Anatólia. Os dórios, representados metaforicamente por Doro, habitavam partes do Peloponeso, as ilhas do sul do Egeu, incluindo Creta e o sudoeste da Ásia Menor. Os jônios, simbolizados pela figura de Íon, ocuparam Atenas e a Ática, a ilha de Eubéia, as ilhas Cíclades e a costa central da Anatólia. Por fim, Aqueu representava os aqueus que haviam se estabelecido – pensava-se – ao longo da costa sul do Golfo de Corinto. Juntos, eólios, dórios, jônios e aqueus podiam ser vistos como

helenos, representados por um herói epônimo chamado Heleno que, por sua vez, era visto como o pai ou como o avô destes grupos constitutivos.

Há duas razões pelas quais pode-se supor que Heleno não havia sido concebido originalmente como o ancestral de Éolo, Doro, Íon e Aqueu. Em primeiro lugar, enquanto o termo 'helenes' não indicava, como vimos, o povo que chamamos de gregos até pelo menos o século VI a.C., a literatura mais antiga reconhece a existência dos outros grupos: os dórios e os jônios aparecem uma única vez nos poemas homéricos e o poeta Hesíodo que escreveu no início do século VII a.C. registra que o seu pai havia migrado para a Grécia central vindo da cidade eólica de Cime na Ásia Menor. Em segundo lugar, há uma intrusão na genealogia da figura de Xuto, filho de Heleno e pai de Íon e de Aqueu. Por que deveriam Íon e Aqueu ser vistos como os netos e não como os filhos de Heleno e por que não há uma população 'xutia' na Grécia que fosse representada por Xuto? A melhor explicação é que os jônios e os aqueus estavam ansiosos para estabelecer laços de parentesco entre si por meio da figura comum de Xuto antes que tivessem percebido ou sentido qualquer afinidade maior com eólios

ou dórios. Isto, por sua vez, sugeriria que a genealogia apresentada no *Catálogo de Mulheres* constitui o produto final de um processo gradual por meio do qual populações originalmente independentes procuraram estabelecer laços étnicos entre si acrescentando os nomes de seus ancestrais à mesma árvore familiar e eventualmente traçando uma descendência comum até Heleno. A identidade helênica foi construída de forma agregativa por meio da percepção de similaridades com grupos de pares.

As evidências fragmentárias que possuímos a respeito deste período provavelmente nunca revelarão com qualquer certeza os motivos e os agentes que estiveram por trás da criação da auto-consciência grega no século VI a.C., mas os tessálios do centro-oeste da Grécia são sem dúvida os suspeitos mais óbvios. Em primeiro lugar, a tradição derivava a descendência de Heleno do herói tessálio Deucalião. Em segundo lugar, os tessálios que se viam como eólios originais podiam derivar sua própria descendência do filho mais velho de Heleno. Os tessálios tinham desde o século VII a.C. sido o poder dominante no Conselho que administrava o

santuário oracular de Apolo em Delfos. Além disso, pode não ser acidental que as elites tessálias começaram a obter muitas vitórias nos Jogos Olímpicos em torno da metade do século VI a.C.. No início do século V a.C., a participação nos jogos Olímpicos estava restrita àqueles que podiam alegar descendência helênica e é, portanto, totalmente possível que foi na órbita trans-regional dos jogos que a identidade helênica surgiu, na medida em que as elites dórias, jônias e aquéias começaram a forjar relações de parentesco fictícias com os eólios da Tessália. Este tipo de registro agregativo, não podia ser nunca inteiramente inclusivo: a associação em um clube apenas assume significância e *kudos* se para outros a entrada for negada. Uma outra razão para suspeitar o envolvimento dos tessálios é que alguns de seus vizinhos – como, por exemplo, os parrásios e os magnésios que parecem ter tido um relacionamento de dependência com relação aos tessálios – não eram considerados helenos porque seus ancestrais epônimos não estavam em uma linha direta de descendência de Heleno e, de fato, não há nenhum registro de vencedor nos Jogos Olímpicos nesse período que fosse parrásio ou magnésio (Fig. 4). Há,

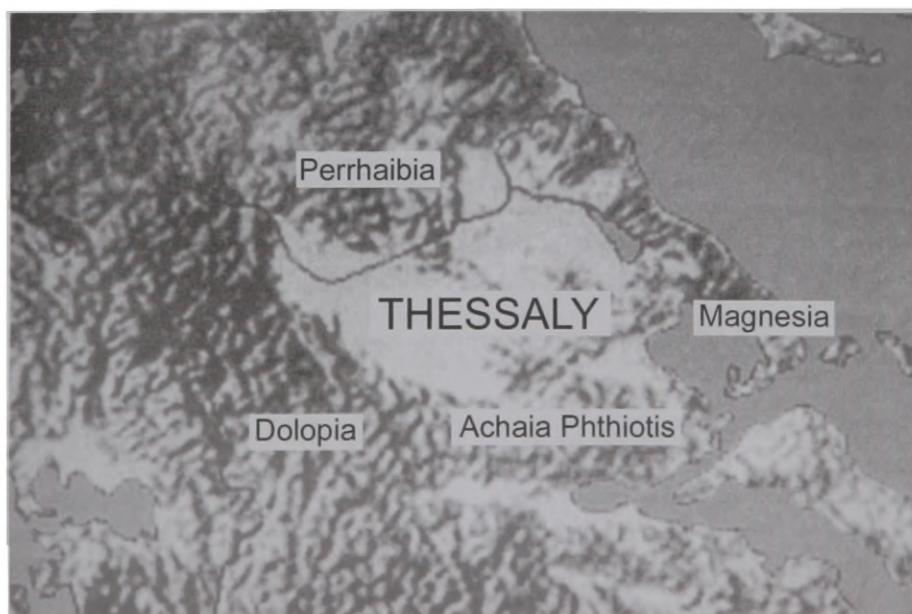


Fig. 4.

entretanto, outros grupos que hoje consideraríamos como gregos, aos quais não se atribuía – no século VI a.C. – uma descendência helênica, entre eles, os etólios da Grécia ocidental e os arcádios do Peloponeso central.

Mais recentemente, os especialistas têm sugerido com freqüência que um sentimento de auto-consciência verdadeira, de helenidade, surgiu apenas depois da invasão dos persas e a sua derrota na Grécia nos anos 480-479. A evidência examinada até o momento parece refutar esta hipótese. Muitos gregos, ainda que nem todos, procuraram uma unidade comum em termos de parentesco compartilhado, pelo menos duas gerações antes da invasão dos persas. Entretanto, é verdade que a invasão persa teve um efeito na forma como os gregos se enxergavam. Tendo incorporado as cidades gregas da Ásia Menor em seu Império em meados do século VI a.C., no início do V a.C., os persas voltaram a sua atenção para a Grécia. O golpe na Ática, em 490 a.C., foi revertido por Atenas na Planície de Maratona, mas em apenas seis anos o Rei persa Xerxes já estava realizando preparativos para uma invasão em larga escala da Grécia tanto por terra quanto por mar. Conquistando a Trácia aos poucos e em seguida a Macedônia, Xerxes chegou à Tessália em 480 a.C.; depois de superar a resistência espartana no desfiladeiro das Termópilas, avançou para capturar a própria Atenas a qual os atenienses haviam optado por abandonar. O esforço de defesa, estruturado por uma coalizão de apenas uma meia dúzia de cidades sob a liderança de Esparta, ofereceu pouca esperança ou qualquer otimismo. Entretanto, a habilidade em escolher as táticas a serem empregadas e uma boa dose de sorte permitiram que a marinha grega obtivesse uma vitória decisiva sobre os persas em Salamina e, na primavera seguinte, as forças gregas venceram o enorme exército persa em Platéia. A libertação da ameaça de invasão persa parece ter desencadeado uma atitude completamente nova dos gregos em relação ao Oriente. Nos séculos VII e VI a.C., o Oriente era um objeto de fascinação exótica para os gregos, ou pelo menos nas elites gregas, mas a invasão persa e a ascensão concomitante da democracia em várias cidades gregas – prática que servia à marginalização de

muitas das práticas das elites – gerou uma visão negativa dessa região. A palavra ‘bárbaros’ – tanto o adjetivo quanto o substantivo – registrada apenas ocasionalmente antes da invasão, entra agora no uso comum para designar não apenas os persas mas todos os outros grupos de não-gregos, sem qualquer diferenciação. Na tragédia e na comédia grega, os personagens bárbaros assumem um papel mais central e são em geral representados como cruéis, sem moderação, covardes, servis e afeminados.

Na Ática, os pintores de vasos também mostram uma nova fascinação em pintar guerreiros bárbaros, e adaptam esquemas iconográficos anteriormente empregados para representar grupos não gregos como as Amazonas, adicionando traços característicos gregos.

Diante dos estereótipos no teatro e nas artes, os gregos começam a especular mais a respeito de sua própria identidade. Começam a perguntar-se o que, afinal, torna os bárbaros tão estranhos. O que quero dizer é que se a identidade grega foi construída de forma agregativa por meio das similaridades entre grupos de pares, ela era agora definida em termos das diferenças percebidas e em oposição a grupos externos de bárbaros. Esta mudança no mecanismo definidor da auto-consciência grega permitiu uma maior inclusão que agora podia abranger grupos como os arcádios ou os etólios, mas também requeria que a especificidade grega fosse imaginada em termos mais concretos que uma simples afinidade genealógica.

Diferentemente dos autores de peças, seus contemporâneos, Heródoto não tinha idéias negativas em relação aos não-gregos – muito mais tarde, o próprio Plutarco viria a acusá-lo de ser amigo dos bárbaros – ao contrário, suas *Histórias* são muito mais do que uma simples narrativa a respeito das causas e dos eventos ligados à invasão persa. Na verdade, é possível afirmar que esta obra é uma meditação a respeito da natureza da própria identidade grega e por isso talvez valha a pena retornar à definição de identidade grega que Heródoto coloca na boca dos atenienses e com a qual dei início a esta palestra. Esta definição que tem quatro aspectos – descendência, língua, religião e costumes – é ainda aceita como a

principal (ou pelo menos a mais válida) definição grega de helenidade. Entretanto, eu concordaria com Myres que nenhum destes traços teria sido identificável por si só para os gregos do século V a.C. e que esta definição é, portanto, uma parte de um projeto intencional de Heródoto mais do que uma simples reflexão a respeito das atitudes suas contemporâneas.

Vejamos o que nos revela em primeiro lugar a descendência. Como vimos, a idéia de que os gregos poderiam ser unificados por um mesmo parentesco já tinha trânsito corrente no século VI a.C. quando era expressa de forma figurada por meio da genealogia no *Catálogo das Mulheres*. Notamos também, por outro lado, que a ligação dos heróis epônimos Éolo, Doro, Íon e Aqueu era uma invenção relativamente recente e que estes grupos constitutivos tinham tido uma existência anterior mais ou menos independente talvez por um par de séculos. Além disso, lembramos que apesar de Heródoto narrar episódios do início do século V a.C., ele está fazendo o seu relato mais ou menos meio século depois. Com efeito, não apenas Heródoto viveu por todo o período em que as hostilidades entre Atenas e Esparta chegaram ao ápice logo depois do final da guerra contra os persas, como também ele sobreviveu em pelo menos dois anos à deflagração da Guerra do Peloponeso, conflito entre as duas cidades e seus respectivos aliados. Tanto antes quanto durante a guerra, Atenas procurou galvanizar o apoio entre suas aliadas apelando a uma descendência jônica comum enquanto Esparta chegava a resultados similares promovendo sua herança dórica. Esta retórica bipolar entre jônios e dórios militava contra a crença da filiação a uma única família grega.

Em segundo lugar, vejamos a questão da língua. Do mesmo modo que os italianos não falavam italiano antes do 'Risorgimento', os gregos do século V a.C. também não falavam 'grego'. Ao contrário, cada região e cada cidade-estado tinha o seu próprio dialeto do grego. Considera-se normalmente que esses dialetos eram inteligíveis entre si, mas, na ausência de registro literário de como os gregos se comunicavam com os que não falavam o grego – e muito menos com os que falavam dialetos – tudo o que possuímos são

as informações oferecidas pelas inscrições oficiais e por alguns grafites eventuais. Conhecemos, por isso, as variadas formas em que eram escritos os diferentes dialetos. Mas, como os sinais do alfabeto são muito menos numerosos do que a quantidade de sons vocálicos que podem ser produzidos oralmente, é muito possível que os dialetos fossem muito mais diferentes em suas formas orais do que podemos imaginar a partir de suas formas escritas. Certamente, a evidência comparativa não nos autoriza a considerar, com segurança, o fato de que todos os que falavam dialetos gregos poderiam compreender-se mutuamente e, portanto, assumir uma afinidade étnica. Mesmo em nossos dias, os que falam dialetos na Itália são, com freqüência, incapazes de compreender uns aos outros: alguns milaneses afirmam que comprehendem melhor o espanhol do que o dialeto siciliano. É, portanto, provável que um residente de Atenas, uma cidade cosmopolita que abrigava muitos residentes estrangeiros, possuísse uma facilidade maior para compreender a fala dos outros. Mas, um fazendeiro que vivia isolado em algum cantão da Arcádia pode ter tido muita dificuldade em reconhecer uma similaridade lingüística entre o seu dialeto e os demais. O que é interessante é que até onde vai o meu conhecimento, Heródoto é o primeiro autor a fazer referência a uma única língua 'grega', sugerindo que, anteriormente a ele, nem todos os gregos pertencessem a uma única comunidade lingüística.

Agora, com relação à religião. Tendemos nos dias de hoje a considerar as crenças e as práticas religiosas dos gregos a partir de uma perspectiva comparativa, por meio da qual a sua estrutura e o seu conteúdo são contrastados com as tradições judaico-cristãs e com a teologia islâmica. Entretanto, tal como no caso da linguagem, a religião no mundo grego operava essencialmente no nível da cidade-estado, o que implica que crenças e práticas podiam variar de região para região. Na planície argiva, na Grécia do sul, por exemplo, a deusa Hera, que é para nós tão conhecida da epopéia homérica como a esposa sofrida de um Zeus bastante namorador, era cultuada como uma virgem que presidia os ritos da agricultura e da fertilidade, enquanto na própria cidade de Argos, o culto de Afrodite, praticado em um

pequeno santuário próximo ao famoso teatro da cidade, aparenta ter um aspecto marcial muito diferente da deusa sensual cultuada pelas cortesãs de Corinto. Com efeito, Heródoto não faz qualquer menção em sua definição de helenidade às crenças comuns, apenas aos santuários e aos sacrifícios, mas aqui também a comunhão grega de culto não pode ter sido totalmente evidente. Os Mistérios eleusínios eram supostamente restritos àqueles que podiam entender a língua grega (o que poderia incluir os que falassem o grego correntemente, mas que de fato nem eram gregos) e a participação nos jogos olímpicos era, como já mencionamos, limitada àqueles que podiam alegar descendência helênica. Mas, este tipo de restrição não parece ter sido aplicada a Delfos, onde até o rei lídio, Creso, podia consultar o oráculo. No início do período arcaico, oitenta e cinco por cento das dedicações em metal no santuário de Hera na ilha de Samos são de fabricação médio-oriental ou egípcia. No santuário de Hera em Peracora, nas proximidades de Corinto, três quartos do material metálico são de origem fenícia. A proveniência de um artefato não identifica necessariamente o seu doador, mas porcentagens tão altas como estas não devem ser simplesmente explicadas como o resultado de comércio e de trocas ainda que estas atividades sejam responsáveis por parte destas oferendas. De um outro lado, há evidências de que as comunidades de culto muitas vezes separavam os gregos ao invés de uni-los. Diz-se que a sacerdotisa de Atena Polias na acrópole ateniense tentou impedir que o rei espartano Cleômenes oferecesse sacrifícios, alegando que ele era um dório e uma inscrição do século V a.C. proveniente de um santuário da ilha jônica de Paros também proíbe o acesso aos estrangeiros dórios.

Ao descrever os costumes dos persas e dos citas, Heródoto salienta o fato de que estes não erigiam estátuas, altares ou templos aos deuses. Parece querer dizer que as práticas religiosas persas e citas eram assim diametralmente opostas àquelas dos gregos e, com efeito, um dos propósitos das digressões etnográficas por vezes bastante longas de Heródoto – não apenas a respeito dos persas e citas como também a respeito dos lídios,

babilônicos, líbicos e, sobretudo, egípcios – é manter os hábitos dessas populações não gregas como um espelho, onde os gregos pudessem olhar e perceber aquilo que eles próprios tinham em comum entre si. Quando Heródoto descreve como os homens egípcios ficam em casa tecendo enquanto suas mulheres vão ao mercado, ou como as mulheres egípcias urinavam em pé enquanto os homens o faziam de cócoras, sua intenção não é a de disseminar conhecimento científico a respeito dos hábitos egípcios, mas sim convidar a sua audiência e os seus leitores a contemplar o que finalmente dá uma coerência aos seus próprios hábitos e às suas próprias práticas coletivas.

Mesmo assim, eu acredito que Heródoto faz mais do que simplesmente ampliar os critérios que definem a helenidade. Quando analisados à luz das *Histórias* em geral, salta à vista que a estes quatro ingredientes de helenidade não é dado o mesmo peso. De fato, eles são apresentados em ordem crescente de importância. Assim, são os costumes, seguidos das práticas religiosas e da linguagem os itens que mais atraem Heródoto quando ele descreve as populações que não são gregas. Às noções de descendência é dada, comparativamente, pouca atenção. Heródoto nos diz, por exemplo, que os cáunios da Ásia Menor, apesar de possuirem a mesma língua e de reconhecerem a mesma origem que seus vizinhos, os cários, são diferentes deles porque os seus costumes e modos de vida são diferentes. Ao contrário, os côlquios, do litoral leste do Mar Negro são, na realidade, egípcios: a esta conclusão ele chega não apenas com base na aparente similaridade física entre as duas populações, mas porque os côlquios praticam a circuncisão e trabalham o linho tal como os egípcios.

O mesmo parece aplicar-se aos próprios gregos. Heródoto observa que apesar de reivindicar o nascimento puro, os jônios da Ásia Menor são todos misturados já que descendem não apenas de ancestrais jônios como também de dórios e de populações não gregas como os abantes, os mínios, os dríopes e os pelasgos. É evidente que se os jônios possuem uma origem misturada, fica difícil sustentar que os próprios gregos, coletiva-

mente, constituem um único grupo de descendência e esta é a razão pela qual sempre se sugere que Heródoto está de alguma maneira ‘indeferindo’ as verdadeiras credenciais gregas dos jônios. O desprezo que Heródoto tem pelos jônios da Ásia Menor é bastante evidente em sua obra, entretanto, não são estes os únicos a terem a pureza de sua descendência questionada por este autor. Heródoto nos diz que os atenienses – que também se consideravam jônios quando lhes interessava – eram originalmente uma população não grega de pelasgos que ‘aprenderam o grego quando se tornaram helenos’. Considerando que, com toda a probabilidade, *Histórias* foi uma obra dirigida a uma audiência de atenienses, esta afirmativa dificilmente pode implicar um insulto étnico. Com efeito, a crença de que os atenienses eram pelasgos antes de serem gregos combina perfeitamente com outro mito de origens que os atenienses professavam – quando não se faziam passar por jônios – de que eram autóctones, de que nunca haviam deixado o seu território e que eram descendentes de Erecteu, aquele que havia nascido da terra. Para os atenienses, o mito de autoctonia era mais uma fonte de orgulho do que um motivo para vergonha: este mito os marcava como uma das populações mais antigas da Grécia e privilegiava a crença em uma igualdade primordial fazendo derivar a descendência mais do próprio território ático do que de progenitores humanos diferenciados. As conclusões parecem, então, muito claras: para Heródoto, era a cultura comum que definia o que era ser grego, muito mais do que a descendência compartilhada.

Sendo ou não Heródoto o primeiro a formular essa definição de helenidade mais voltada para o lado cultural, trata-se de uma concepção atestada com cada vez maior freqüência em outras obras do final do século V e do século IV a.C.. Tucídides, por exemplo, questiona se os gregos estavam originalmente relacionados uns aos outros: segundo este autor, foram tribos originalmente independentes que assumiram o nome de helenos por meio de contatos com os filhos de Heleno e não por descendência destes. Tucídides também apresenta um paralelo para o caso ateniense em sua descrição dos argivos anfílocos da

Grécia ocidental os quais, apesar de originalmente bárbaros, haviam se helenizado por meio do contato com os gregos da vizinha Ambrácia. Se pensarmos que bárbaros podiam tornar-se gregos ao adotar os costumes gregos, então alguns gregos poderiam ser considerados ‘mais bárbaros’ por conta de seu modo de vida mais atrasado. Tucídides nos fala que mesmo em seus dias, os habitantes de Locris Ozolia, da Etólia e da Acarnânia na Grécia ocidental ainda carregavam as armas em público, prática que havia sido comum entre todos os gregos, mas, que naquela época era encontrada apenas entre as populações bárbaras.

Resta-nos perguntar porque os gregos começaram a ver-se mais em termos de costumes e de cultura do que em termos de parentesco. Até um certo ponto, as antigas explanações genealógicas de helenidade tinham sobrevivido à sua utilidade funcional. Por um lado, elas não eram suficientemente inclusivas: os gregos sem dúvida haviam percebido que os arcádios que lutaram tão bravamente pela liberdade da Grécia na invasão persa não podiam reivindicar qualquer descendência de Heleno. Por outro lado, não havia nada que garantisse a exclusividade destas explanações genealógicas. Os cidadãos de Argos no Peloponeso mantiveram uma neutralidade bastante rigorosa durante o conflito com os persas e Heródoto nos diz que isto se deveu a uma missão diplomática que os persas enviaram a Argos na qual eles pleiteavam uma descendência comum já que Perse, o ancestral epônimo dos persas, era filho do herói argivo Perseus. A reivindicação pode nos parecer hoje ridícula, mas a verdade é que, na Grécia antiga, o parentesco fictício servia tipicamente como a linguagem da diplomacia. Também a crescente polarização do mundo grego – que resultou em última instância na guerra do Peloponeso – facilitou a crença em uma única comunidade de parentela. Há razões suficientes, no entanto, para se acreditar que Atenas tenha contribuído de maneira decisiva à formulação desta nova definição de helenidade que se fundamentava em um critério mais cultural.

Em primeiro lugar, o século V a.C. presenciou a ascensão da democracia radical em Atenas. Mais do que uma simples extensão

dos privilégios e das obrigações políticas a uma camada masculina mais abrangente, a democracia – que significa literalmente o poder das pessoas comuns – representava a vitória do cidadão comum sobre as elites que eram, como vimos, elites fascinadas com o Oriente a ponto de ter importado e imitado produtos e práticas orientais. Profissão de afinidades genealógicas são difíceis de discernir, mas transgressões orientalizantes por parte das elites podiam ser verificadas de forma melhor na esfera cultural, assegurando à cultura o papel de fronteira de controle entre helenismo e barbárie. Antes das guerras persas, importação ou imitação direta de artefatos orientais criavam itens de prestígio cuja dificuldade de aquisição marcava seus proprietários atenienses como membros de uma elite trans-regional. Depois das guerras persas, no entanto, tais itens foram adaptados nas mãos dos artesãos atenienses. Artefatos de cerâmica, de metal ou mesmo vestimentas foram transformados nas mãos de hábeis artífices. Assim, sem uma elite que os utilizasse com exclusividade, sem os traços orientais por demais marcantes, esses itens foram simultaneamente democratizados ao mesmo tempo em que foram helenizados.

Em segundo lugar, ainda que o mito da autoctonia conferisse uma antiguidade prestigiosa aos atenienses e justificasse o seu sistema democrático, era incompatível com a genealogia grega mais antiga que colocava os atenienses no interior de um grupo jônico mais abrangente. De fato, se os atenienses eram descendentes da terra, não podiam então ser jônios e, portanto, não podiam ser originalmente helenos, como deixa bem claro o relato de Heródoto a respeito das origens pelasgas dos atenienses. Assim, os atenienses não podiam afirmar com certeza que eles eram da mais pura origem helênica como talvez os espartanos acreditavam ser nesse período. Mas os espartanos não podiam competir no domínio cultural. Esparta, ainda que poderosa militarmente, tinha adotado conscientemente uma ideologia arcaizante que isolava os cidadãos do mundo exterior tanto quanto possível. A prata cunhada era proibida, a adoção de práticas não espartanas era mal vista e estrangeiros eram com regularidade deportados. Atenas, em contraste, tinha

reunido uma imensa quantidade de riqueza devido à sua hegemonia sobre aliados que pagavam um alto tributo e a sua força econômica atuava como um imã poderoso sobre intelectuais e artistas bem como sobre mercadores e artesãos. Na oração fúnebre para os primeiros tombados na Guerra do Peloponeso, Péricles enfatizou os valores e as características que faziam de Atenas uma cidade única e proclamou que ela provia uma *paideusis* para o resto da Grécia. A palavra *paideusis* é freqüentemente traduzida por ‘educação’, mas o seu sentido verdadeiro inclui as tradições e os valores culturais que são transmitidos de geração em geração por meio da educação. Atenas emerge como a escola da Grécia – uma ascendência intelectual comemorada no famoso afresco de Rafael intitulado ‘A escola de Atenas’ de 1510-1511. O uso do critério de cultura no lugar do critério de descendência para a definição de helenidade permitiu aos atenienses suplantarem Esparta como a cidade paradigmática por excelência. Platão chamaria Atenas de ‘prefeitura’ da Grécia e no túmulo de Eurípides, Atenas era descrita como a ‘Helas da Hélade’. Entretanto, a formulação mais explícita desta hegemonia cultural ateniense foi feita por Isócrates em um de seus discursos – o *Panegírico* – escrito em torno de 380 a.C.: “A nossa cidade ultrapassou de tanto os outros homens, no que diz respeito à sabedoria e à expressão, que seus alunos tornaram-se professores de outros. O resultado é que o nome de helenos não mais indica uma afiliação étnica mas sim uma disposição. Com efeito, aqueles que se chamam helenos são aqueles que compartilham nossa cultura (*paideusis*) mais do que uma herança biológica comum.” Em outro discurso, escrito nos anos 350 a.C., Isócrates descreveu Atenas como a única cidade verdadeira da Grécia, enquanto Tebas, Esparta e Corinto aparecem como meras aldeias.

Como freqüentemente acontece, quase toda a nossa documentação escrita vem de Atenas e, portanto, não podemos considerar que esta definição cultural de helenidade fosse necessariamente aceita por todos os demais não-atenienses. Com efeito, para a maioria da população das cidades fora de Atenas, outros imperativos mais mundanos

tais como a subsistência e a defesa eram, provavelmente, muito mais importantes do que a preocupação em definir um sentido de identidade grega que, com freqüência, tinha pouca relevância prática no cotidiano. Entre as elites não atenienses, entretanto, suspeitava-se que a definição de helenidade não era fundamentalmente questionada. A potência das capitais culturais é que em um período relativamente curto a sua propaganda consciente torna-se auto-sustentada. Tais 'centros culturais' servem, assim, como protetores da autenticidade cultural cuja contestação é, por definição, não autêntica.

Certamente, no mundo multi-cultural inaugurado pelas conquistas de Alexandre, o Grande, a descendência era um critério de helenidade sem sentido. Os gregos do período helenístico, eram aqueles que haviam se beneficiado de uma educação grega, que falavam o dialeto de Atenas (pelo menos no contexto formal) e participavam da vida do Ginásio, independentemente da origem de seus

ancestrais. Os papiros dos séculos III, II e I a.C. parecem indicar que os trácios foram gradualmente absorvidos à população grega do Egito ptolemaico e Diodoro, historiador do século I a.C., observa que, em seus dias, a população indígena da Sicília aprendeu o grego, adotou os costumes gregos e tornou-se praticamente indistinguível do restante da população grega da ilha. O seu contemporâneo mais jovem, Dionísio de Halicarnasso, definia a helenidade como o falar a língua grega, praticar o modo de vida grego, reconhecer os deuses gregos e empregar leis razoáveis. O que é notável nesta definição é não apenas a similaridade em relação à caracterização criada por Heródoto, mas também a omissão pouco discreta da lista da descendência. Sir John Myres estava certo: os gregos estavam sempre no processo de tornarem-se gregos, mas os estágios cruciais nesta evolução ocorreram não nas brumas escuras da proto-história, mas no próprio período que, para nós, define a glória da Grécia.

HALL, J. Who were the Greeks. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 11: 213-225, 2001.

ABSTRACT: The main goal of this article is to trace the ways followed by the Greeks in building up their own identity. The Author assumes that ethnicity is very much a matter of internal perceptions and that the ethnic group is defined not by the sum of objectively observable differences but only by those differences that members themselves regard as significant. The role of Herodotus in this construct is stressed by the Author.

UNITERMS: Greek Ethnicity – Cultural Identity – Herodotus – Ionians – Dorians.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2001.

LESION LITICA CRANIANA POR LEISHMANIASIS EN MAKAT-TAMPU DURANTE EL IMPERIO INCA: SIGLOS XV-XVI, VALLE DEL BAJO RIMAC, PERU

Alfredo José Altamirano Enciso*

João Soares Moreira*

Mauro C.A. Marzochi*

ALTAMIRANO, A.J.E.; MOREIRA, J.S.; MARZOCHI, M.C.A. Lesión litica craniana por Leishmaniasis en Makat-tampu durante el imperio inca: siglos XV-XVI, valle del Bajo Rímac, Peru. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, II: 227-242, 2001.*

RESUMO: Evidências paleopatológicas de destruição da mucosa facial em antigas populações humanas do Perú sugerem a presença de Leishmaniose Mucosa (LM) em grupos agrícolas que viveram próximos à área endêmica de LTA entre os séculos XV-XVI. Este estudo foi dividido em duas fases: 1) Através de lâminas de raios X e tomografia axial do crânio, foi definido o padrão de forma mucosa em crânios humanos em sete pacientes (seis homens e uma mulher com mais de 35 anos de idade), selecionados do Centro de Pesquisa Hospital Evandro Chagas (Fiocruz), com história clínica e destruição do maciço facial, principalmente a cavidade oro-nasal. Todos causados por *Leishmania* (V.) *braziliensis*; 2) Um material arqueológico bem preservado, constituído de 241 crânios, procedente do cemitério inca de Makat-tampu, vale do Baixo Rímac, foi analisado e comparado. Este se encontra no Departamento de Antropologia Física do Museu Nacional de Antropologia, Arqueologia e História, Lima, Perú. Segundo a observação e descrição anátomo-patológica, foram identificados cinco casos (quatro homens e uma mulher acima de 30 anos de idade) com destruição naso-palatina compatíveis com LM. A freqüência desta lesão mucosa (2.07%) pode sugerir que havia uma alta prevalência de infecção pelo complexo *L. braziliensis* em períodos pré-hispânicos e confirmou nossas hipóteses.

UNITERMOS: Paleopatología – Leishmaniose – Incas – Paleoepidemiología – Perú.

Introducción

En el Perú existen 6 agentes etiológicos de leishmaniasis tegumentaria americana (LTA): 4

del subgénero *Viannia*, 1 del subgénero *Leishmania* y 1 híbrido. Ellos son *Leishmania* (L.) *amazonensis*, *L.(V.) braziliensis*, *L.(V.) guyanensis*, *L.(V.) lainsoni*, *L.(V.) peruviana* y el híbrido *L. braziliensis-peruviana* (Davies *et al.* 2000, 1995; Llanos-Cuentas *et al.* 1999). La espundia (lesiones de mucosa – LM) y la uta (lesiones cutáneas – LC) son los principales problemas de salud pública, causadas por *L.*

(*) Centro de Pesquisa Hospital Evandro Chagas/ Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ.

braziliensis y *L. peruviana*, respectivamente. Ambos poseen áreas epidemiológicas definidas, formas clínicas diferentes y vienen afectando endémicamente a la población rural andina desde tiempos remotos (Altamirano 2000; Davies *et al.* 2000, 1997; Dujardin *et al.* 2000; Llanos-Cuentas & Davies 1992; Rodríguez 1992; Lumbrales & Guerra 1985; Herrer 1977; Weiss 1928; Escamela 1919). Asimismo, utilizaremos LM para la leishmaniasis de forma mucosa.

Este artículo se concentra en el estudio de una población campesina prehistórica del valle del Bajo Rímac llamado los Makat-tampu o Makatambo (MT) que vivieron bajo el dominio Incaico (*Vide* Fig. 1). Los cráneos analizados se encuentran en el Departamento de Antropología Física del Museo Nacional de Arqueología, Antropología e Historia de Lima (MNAAH). El trabajo de campo se realizó entre enero y marzo de 1999.

Nuestra hipótesis de trabajo plantea que un segmento poblacional del antiguo Perú que vivió en la región costeña durante el imperio de los Incas (siglos XV-XVI después de Cristo) y dedicado eminentemente a actividades agrícolas próximo al área de transmisión de LTA desarrolló el patrón epidemiológico rural, siendo su prevalencia alta debido al enorme dinamismo del campesino hacia la floresta y los Andes.

Durante el imperio de los Incas ocurrieron diversos movimientos sociales conocidos como el sistema político-social *mitmaq*. Este sistema consistía en transladar grandes grupos humanos o "colonos" hacia áreas distantes del imperio para el control administrativo y la producción económica. Muchos de ellos fueron destinados para funciones agrícolas principalmente de ají, coca, frutales, maíz y tubérculos (Espinoza 1997, Rostworowski 1992, Lastres 1951). Sin embargo, sobre el problema de la salud pública y enfermedades infecciosas entre los *mitmaq* poco es conocido debido a la dificultad de definir arqueológicamente estos grupos humanos.

Así, el presente estudio paleopatológico surge de la reflexión de 3 tipos de problemas encontrados en la revisión de literatura, siendo estas:

- 1) Las evidencias paleopatológicas de LTA, como datos empíricos directos, registrados

fundamentalmente en el esqueleto del macizo facial en el antiguo Perú no habían recibido la debida atención por la carencia de bases metodológicas consistentes (Lombardi 1994; Merbs 1992; Ortner 1992; Allison 1984; Ubelaker 1982; Moodie 1927, 1923). Por otro lado, el estudio tomográfico en pacientes actuales de evolución clínica de LM con lesión ósea también había sido descuidado (Moreira 1994, Marsden 1986, Rey 1973, Pessôa & Barreto 1948, Villela *et al.* 1939, Klotz & Lindenberg 1923, Splendore 1912). Esto indució abordar un tratamiento metodológico más fino y construir la definición del patrón patológico analítico y su diagnóstico diferencial.

2) Las interpretaciones anatómo-patológicas de los *huacos* mochicas con deformaciones nasal y labio superior comprendían, entre 1895 y 1920, a la mutilación punitiva, lepra, lupus eritematoso, sífilis y verruga (Virchow 1895a, 1895b; Ashmead 1900, 1910; Tello 1908, 1938). Entanto que otro grupo defendía la hipótesis de *uta* o *espundia* (Jimenez 1896; Palma 1908; Arce 1913, 1916; Weiss & Rojas 1961; *Vide* Figs. 2 y 3), discutiéndose polemicamente en los primeros congresos de salud pública de Lima. Desde entonces, Rabello (1925, 1923) y más tarde Pessôa y Barreto (1948), atribuyeron que el origen de LTA habría ocurrido en el Perú y desde allí migró a la Amazonía brasileira en el siglo XIX (Costa 1992). Sin embargo, aquellos estudios normativos no se preocuparon del contexto arqueológico del dato empírico ni las correlaciones cronológicas y estilísticas del sistema Larco (1948) y menos del auxilio del método iconográfico (Quilter 1997; Arsenault 1992/93; Cordy-Collins 1991; Urteaga-Ballón 1991, 1993; Weiss 1984; Donnan 1978; entre otros), constituyendo erróneamente un consenso en las ciencias bio-médicas.

3) Los primeros cronistas españoles vieron en funcionamiento algunas instituciones de la estructura social del Tawantisuyo (1470-1532 D.C.). Ellos, al internarse en los valles cálidos de la yunga occidental andina y en el territorio amazónico, describieron que los indios conocían vulgarmente a esta enfermedad como *uta* y los españoles como "*cáncer de los Andes*" (Pizarro 1571, Santillán 1572, Loayza 1586, Pesce 1951, Lastres & Cabieses 1959). Sin embargo, sus descripciones anatómo-patológicas son vagas por no haber sido médicas. Es posible que tanto indios como europeos sufrieran de sus dramáticos síntomas y para controlar el mal practicaban, como hipótesis, una "terapia" de intervención severa, mutilando el área afectado y empleaban una farmacopea herbaria empírica de la etnomedicina andina.

Tanto las evidencias osteo-patológicas como la cerámica con representaciones de enfermedades constituyen, bajo contexto

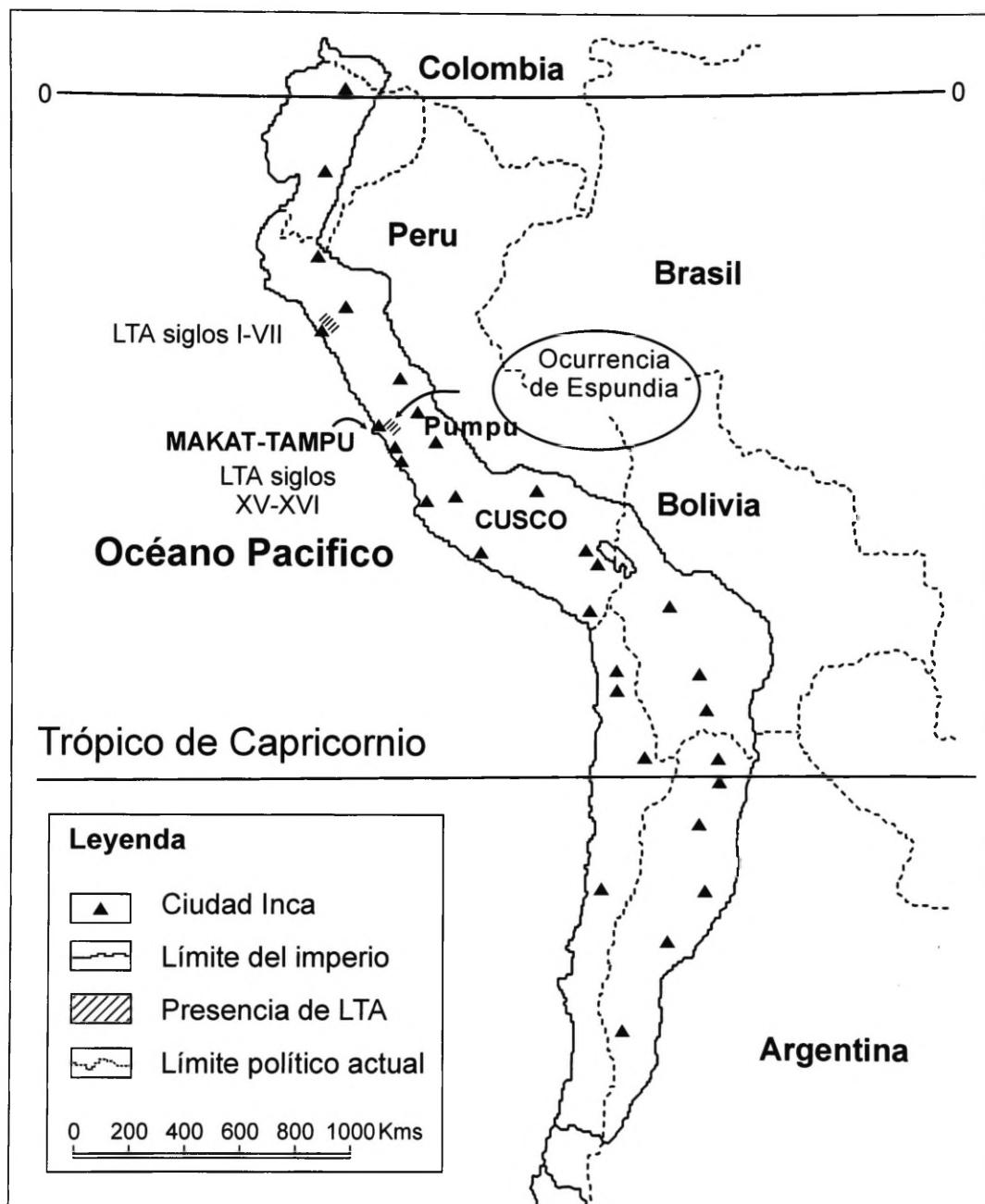


Fig. 1 – Ubicación de Makat-tampu durante el imperio de los Incas e inicios de la endemicidad de LTA.



Fig. 2 – Representación sugestiva de LTA de forma mucosa en la cerámica Mochica, siglos I-VII después de Cristo. Su antigüedad es casi 1,000 años antes del imperio Inca.

arqueológico, únicos documentos de carácter autóctono y “*sui generis*” para estudiar la presencia de focos endémicos de enfermedades, permitiendo su reconstrucción paleoepidemiológica en este segmento del proceso histórico y regional andino. A partir de la década de 80 surge la Nueva Paleoepidemiología que se sustenta de 3 pilares: el contexto arqueológico o biocultural, la incorporación de técnicas biomédicas modernas y el contraste analítico del diagnóstico diferencial (Mendonça de Souza 1995; Buikstra & Cook 1992, 1980; Ortner 1992; Weiss 1984; Ubelaker 1982; Ortner & Putschar 1985; Zimmerman & Kelley 1982). Asimismo, la cerámica Mochica, elaborada casi 1,000 años antes del desarrollo de los Incas, refuerza la hipótesis epidemiológica de su presencia basicamente entre

agricultores desde períodos remotos.

Material y Métodos

Existen dos conjuntos de material óseo. El primero está constituido de 130 pacientes confirmados de LTA de forma mucosa y estudiados en el Centro de Pesquisa Hospital Evandro Chagas (CPq-HEC), Fiocruz, Rio de Janeiro. Realizamos el estudio endoscópico de las vías aéreas digestivas superiores y seleccionamos 7 casos de LM con lesiones líticas del macizo facial. Se tomaron exámenes radiológicos para-nasales y placas radiográficas y tomografía axial computarizada con intervalos de medio centímetro en 2 normas: anterior y basal (oral), para cada

caso. En el exámen otorrinolaringológico (ORL) se utilizó el espejo de García, espéculo nasal, ópticas tópicas de 0 y 90 grados y espátulas descartables para la observación directa del revestimiento mucoso de las cavidades nasal y oral (Moreira 1994). Esta muestra representa el 5,38% y se compone de 6 hombres y 1 mujer adulta, mayores de 35 años de edad, de condición humilde y estaban ligados a actividades agrícolas durante su infancia y adolescencia. Este estudio duró aproximadamente 24 meses, entre 1998-99 (Altamirano *et al.* 1999).

El segundo grupo es el material arqueológico. En esta etapa, nos concentraremos en los cráneos del Laboratorio de Antropología Física del MNAAH, Lima, entre enero y marzo de 1999. Así, fue elegido la muestra de Makat-

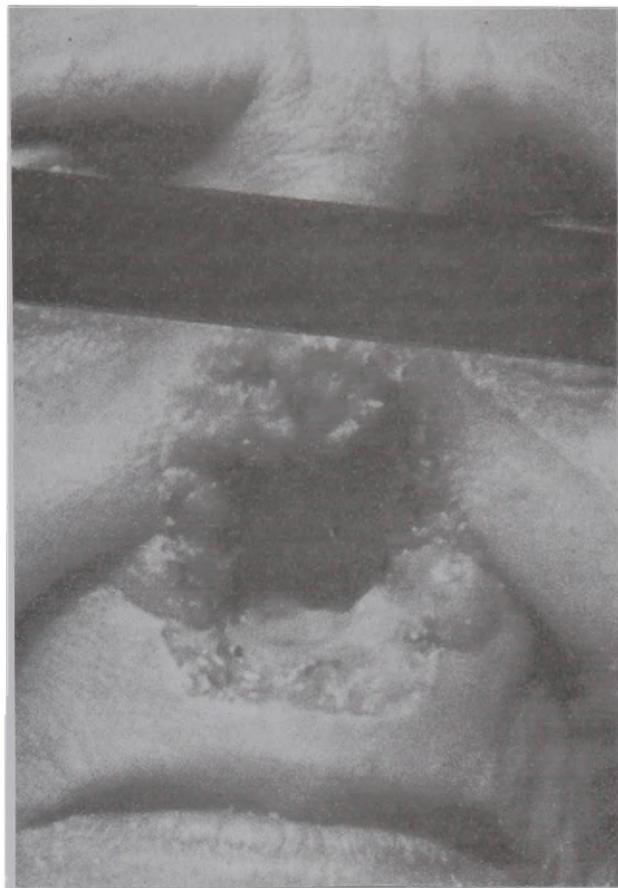


Fig. 3 – Un caso actual de LTA de forma mucosa causado por el parásito *L.(V.) braziliensis*. Secuelas de destrucción ósea ocurren en los cornetes inferiores y el paladar duro.

tampu por haberse detectado algunos casos compatibles y aplicamos el método paleopatológico. Luego, describimos los casos que presentaban señales de destrucción de la cavidades nasal y oral, y descartando otros que tenían alteraciones tafonómicas. Se tomaron fotos y slides de la posible casuística. Además, realizamos la búsqueda de fichas y registros de procedencia en el centro de catalogación y registro del MNAAH. Otros criterios para escoger este sitio fueron la conservación del material, poseer contexto arqueológico, tratarse de un grupo agrícola y su proximidad al área endémica de LTA. Asimismo, para la estimación de la edad y del sexo de los cráneos paleo-

patológicos seguimos la metodología de Ubelaker (1989).

En la tercera etapa realizamos la comparación con los parámetros establecidos en la primera etapa. En la paleopatología ósea el método básico es la observación macroscópica y la descripción detallada de lo anormal. Cada caso paleopatológico con sospecha de enfermedad infecciosa fue comparado a las lesiones patológicas modernas de LM, siguiendo el enunciado propuesto por Buikstra & Cook (1980, 1992: 42), el cual transcribe la siguiente premisa:

“A doença antiga em questão é suficientemente similar a uma doença moderna para que a semelhança de padrões signifique que as mesmas são relacionadas”.

También, hemos tenido mucho cuidado en descartar las pseudopaleopatologías que podían distorsionar nuestra investigación (Gomide 1999). Fueron considerados como “anormales” y patológicos las perdidas óseas con reabsorción periosteal y nos concentraremos en las lesiones líticas de las cavidades nasal y oral, principalmente el palato, ya que la LM destruye el borde posterior del palatino. Los casos detectados en el CPq-HEC evidencian que el proceso metastático destructivo surge desde el interior de los cornetes medio e

inferior de la cavidad nasal que puede ser izquierdo o derecho hacia el fondo de la cavidad oral como producto de infección sobreagregada y granulomatosa, produciendo osteomielitis o lesiones líticas (Altamirano 2000). Estos rasgos constituyen los posibles indicadores de LTA.

El cementerio de Makat-tampu

Las ruinas de Makat-Tampu o Makatambo se encuentran en la margen izquierda del valle del Rímac, a unos 15 Km del Océano Pacífico y al noroeste del complejo Maranga (Erickson 1951, Shady 1982). Localizado a 137 m.s.n.m.,

en la cuadra 50 de la Avenida Argentina que une Lima y El Callao, Departamento de Lima y en la costa central del Perú. Fue excavado por Julio Espejo Núñez y el personal del MNAAH, entre noviembre de 1944 y enero de 1945. Actualmente este sitio ha desaparecido íntegramente.

El valle del Rímac es uno de los mayores de la costa central. En su desembocadura tiene una extensión irrigable de 25 km de este a oeste. El sector norte se une con la cuenca del río Chillón o Carabayllo y en el sur, un gran ramal llamado río Surco llegaba hasta Chorrillos y Armatambo. Forma una cuenca joven, de fuerte pendiente y en épocas de intensas lluvias (verano) producen deslizamientos e inundaciones que afectan los poblados de Barba Blanca, Chosica, Huinco, Matucana y Tamboraque.

El sitio, compuesto de 2 montículos de barro (A y B), fue construido en las técnicas de adobitos y adobón. El montículo A tenía una altura entre 3-4 m y el B entre 2,50-3,50 m. Ambos, con abundante relleno de cantos rodados, grava y arena, y pertenecían al complejo hidráulico Maranga. Las 2 trincheras y 7 catedos demostraron que la estructura interna estuvo regularmente intacta y tenía varios niveles de construcción.

En el Montículo A, las paredes de adobón eran de forma trapezoidal, ancho en la base (1,20 m) y angosto en la parte superior (0,60 m). Para unir estos adobones emplearon argamasa de barro. Los muros fueron sinuosos en la periferia y formaban esquinas irregulares. Esta técnica arquitectónica permitía soportar los frecuentes fenómenos de terremotos y temblores, propios de la costa central andina. El interior de las casas tenían estuco de barro fino y pintura amarillo. De igual manera, sucedía con las plataformas ubicadas al interior de los cuartos. Erickson (1951) revela que los entierros humanos proceden del montículo B, donde fueron encontrados en posición flexionada, sentada, con envoltorio textil simple e indica un patrón funerario local. Además, había un osario que caracterizaba al grupo popular perteneciente a la ocupación Inca. No hay información sobre las áreas de enterramiento, sus dimensiones y

la contemporaneidad de estos contextos funerarios. Así, los datos de la paleopatología sin la información de las prácticas mortuorias pueden introducir errores en su interpretación.

Asimismo, la cultura material incluía herramientas de madera, semillas de algodón, calabaza, hojas de coca, frijol, lúcumo, maíz (tuzas o corontas), pepas de pacae, papa, zapallo, fragmentos de carrizo o *quincha*, y huesos de pescado y camélidos. Además, se hallaron fragmentos de tejido llano y enrollado, cerámica fina de los estilos Nievería del Horizonte Medio, tiestos sencillos y decorados con pintura tricolor (negro, blanco y rojo) de los estilos Chancay, Huancho, Ichimay e Inca del estilo Cuzco polícromo. Sobre esta información se desprende que los MT eran básicamente agricultores que vivieron desde el Horizonte Medio hasta la ocupación del imperio de los Incas y la vida cotidiana estaba ligada al control de los canales en área de densa vegetación.

Resultados

Los resultados obtenidos son:

1) El estudio paleopatológico, que partió de la revisión de 241 cráneos procedentes del sitio arqueológico MT, Lima, reveló que 5 casos humanos (C-6, C-10, C-16, C-18 y C-28) presentaban lesiones líticas en el palato y reacción ósea periosteal compatibles a LTA de forma mucosa. Asimismo, 22 hombres y 9 mujeres tenían otras alteraciones cefálicas distribuidas en: periodontitis (10), traumatismo (10), criba orbitalia (6), osteoma (2), "goela-de-lobo" o "fenda-de-lobo" (1) y trepanación (1). Además, existen casos con dupla y triple lesión (Vide Tabla 1).

2) El Caso 6 (C-6) es un masculino de 35 a 45 años de edad. Presenta una lesión lítica en el hueso palatino, formando una curvatura suave, de borde redondeado u ondulante que contornea el hueso y exhibe vascularización. La lesión viene de adentro hacia afuera. Ausencia de cornetes nasales. Por otro lado, presenta fractura de la espina nasal anterior incluyendo destrucción parcial del maxilar,

TABLA 1
Relación de cráneos patológicos del sitio Makat-tampu, Lima

Cementerio Makat-Tampu (Clave MT)	Sexo	Edad	Patologías
C-01, AF-077, MAP/1537	M	M 35-40 a.	Traumatismo nasal
C-02, AF-139, MAP/35-B	F	18-25 a.	Pseudopatología
C-03, AF-142, MAP/511	F	30-40 a.	Criba orbitalia
C-04, AF-161, MAP/483	F	30-40 a.	Criba orbitalia
C-05, AF-172, MT	M	30-40 a.	No es patología
C-06, AF-366, MAP/1529	M	35-45 a.	LTA
C-07, AF-398, MAP/1544	M	> 50 a.	No es patología
C-08, AF-417, MAP/316	F	35-45 a.	Criba orbitalia
C-09, AF-511, I/326, MT	M	± 50 a.	Traumatismo
C-10, AF-538, MAP/98, MT	M	± 50 a.	LTA
C-11, AF-171, I/3500, MT	M	± 50 a.	Traumatismo
C-12, AF-1634 (959), MT	F	40-50 a.	Enfermedad periodontal
C-13, AF-1963, MT/13301	M	40-50 a.	Traumatismo y periodontitis
C-14, AF-2055, MT/13267	M	40-50 a.	Criba orbitalia y traumatismo
C-15, AF-2072, MT/13810	M	40-50 a.	Otitis
C-16, AF-2083, MT/13760	M	> 50 a.	LTA
C-17, AF-2099, MT/13384	M	45-50 a.	LTA (?)
C-18, AF-2123, MT/13828	M	40-50 a.	LTA y periodontitis
C-19, AF-2174, MT/11538	M	40-50 a.	Criba orbitalia y traumatismo
C-20, AF-2201, MT/240	M	45-55 a.	No es patología
C-21, AF-2342, MT/11918	M	40-50 a.	Periodontitis y traumatismo
C-22, AF-2414, MT/13333	F	45-55 a.	Caries y traumatismo (?)
C-23, AF-3242, MT/13816	F	45-55 a.	PCM (?), traumatismo
C-24, AF-3278, MT/13739	M	40-50 a.	Periodontitis (piorrea?)
C-25, AF-3355, MT/1145	M	40-50 a.	Osteoma
C-26, AF-3403, MT/3696	M	35-45 a.	Periodontitis y traumatismo
C-27, AF-3927, MAP/682	F	25-30 a.	“Goela-de-lobo”
C-28, AF-3877, MAP-691	F	25-30 a.	LTA
C-29, AF-5083, MT/21266	M	35-40 a.	Osteoma y periodontitis
C-30, AF-4536, MT/11261	M	30-35 a.	Trauma y trepanación
C-31, AF-108, MT/141	M	12-16 a.	Criba orbitalia y periodontitis
TOTAL	22M/9F	31 individ.	Estado patocenótico

esta parte carece de reacción periosteal. El borde de la lesión es "redondeado", recto y fino (*Vide Fig. 4*).

3) El caso 10 es otro masculino de \pm 50 años de edad. Exhibe lesión osteolítica del palatino izquierdo con reborde redondeado,

ondulante y reabsorción ósea periosteal que se extienden por el borde destruido. Esta lesión viene de adentro hacia fuera y afectó a los cornetes nasales. Presenta fractura nasal y destrucción total del vómer post-mortem con reborde fino y recto. Muestra, además, fuerte desgaste de los segundos premolares y total obliteración de los alveolos molares.

4) El caso 16 es masculino >50 años de edad. Este cráneo presenta lesión litica del palato que erosionó la espina nasal posterior premortem. Muestra reborde suave, ondulante y redondeado con leve reacción ósea periosteal. Destrucción del seno maxilar derecho con reacción ósea periosteal que perforó la base de la órbita derecha y alveolos de molares y premolares obliterados. Los incisivos cayeron post-mortem. El arco zigomático izquierdo y mastoides derecha están fracturados post-mortem. Coloración verde en la superficie alveolar de molares derechos obliterados. El borde es "redondeado" y ondulante.

5) El caso 18 es un masculino de 40-50 años de edad. Expone lesión litica extensa abarcando los senos maxilares y destrucción parcial del palatino con reabsorción periosteal de borde ondulante y redondeado; obliteración alveolar de molares por periodontitis. Presenta una apófisis mastoides izquierda fracturada postmortem de borde fino y recto, espina nasal izquierdo y cóndilos fracturados postmortem y ambos cóndilos también fracturados post-mortem.

6) El caso 28 es femenino de 25-30 años de edad. El cráneo exhibe una lesión litica en forma de "U" abierta localizado en el borde posterior del palatino con reabsorción ósea, este borde es ondulante, redondeado y la lesión emerge de adentro hacia afuera, afectando los cornetes nasales. Los cornetes se han perdido postmortem. Sólo existen los raígenes

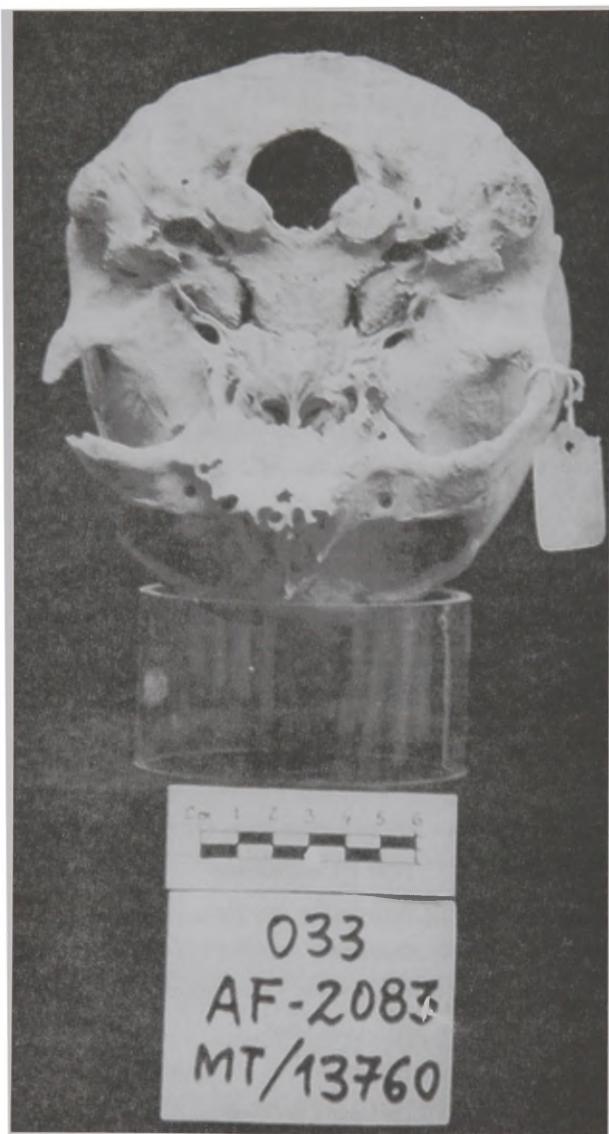


Fig. 4 – Lesión litica localizada atribuída a LTA en cráneo masculino mayor de 50 años de edad procedente de Makatampu, caso C-16, AF-2083, MT/13760. La lesión ósea se inicia desde el borde posterior del palato y posee vascularización de los rebordes.

de los 2 primeros molares por fractura post-mortem.

7) Tales procesos osteolíticos, localizados entre las suturas interpalatina y maxilo-palatina, formando un arco de bordes sinuosos con vascularización que partió desde los cornetes nasales inferior y medio posterior hacia afuera, serían evidencias de quistes metastáticos y de una enfermedad infecciosa que comprometió seriamente el revestimiento mucoso compatible a LTA.

8) Esta casuística representa el 2,07% del conjunto, distribuidos en 4 hombres y 1 mujer. Estos son adultos mayores de 30 años de edad con problemas dentarios, manifestando principalmente perdida de molares, caries y periodontitis que alcanzaron hasta la cavidad pulpar. Un caso fue dudoso C-17 (*Vide Tabla 2*).

TABLA 2
Representación sexual de la serie
Makat-tampu con destrucción
ósea sugestiva a LTA

Sexo	Muestra	LTA	%
Masculino	169	4	1,65
Femenino	72	1	0,41
Dudoso	–	1	–
TOTAL	241	5	2,07

Comentario

Según la revisión de literatura no existían trabajos de paleopatología ósea concerniente a LTA en la prehistoria peruana (Lombardi 1994, Verano 1992, Cockburn 1988, Allison 1984). Su antigüedad estuvo refrendada por la copiosa iconografía de la cultura Mochica, siglos I-VII D.C. Mas esta evidencia indirecta no era suficiente. Así, nuestro estudio paleopatológico sugiere la posibilidad de LTA de forma mucosa en una población agrícola que vivió en el valle bajo del Rímac durante la instalación administrativa del imperio Inca, siglos XV-XVI. En aquellos tiempos, este territorio albergaba unos 150,000 habitantes (Rowe 1946). Tales pueblos indígenas estaban asentados en la vera de los ríos y canales donde construyeron sus casas de adobón con

techos de caña o quincha. Este valle era el más rico de la costa central debido a la cantidad de restos arquitectónicos de barro, canales y campos de cultivo descritos por Middendorf (1894).

En el siglo XVI, la ecología humana del valle del Bajo Rímac comprendía un extenso bosque de algarrobos, caña-bravas, chilcos, huarangos, lúcumos, molles, paltos y pacaes, entre otros, que llegaba hasta las estribaciones de los cerros de Ate, Vitarte, Huachipa, Lurigancho y Comas que permitía la vida de venados (*Odocoileus virginianus*), camélidos (*Lama glama*), perros (*Canis familiaris*), zorros (*Pseudolopex sechurae*), monos, tigrillos, fauna volátil, batracios, roedores, serpientes y lagartijas, entre otros. Además, los hombres vivían de la agricultura, artesanía, pesca y mantenían una compleja red de canales de irrigación, hechos de cantos rodados y barro, y en sus margenes crecían copiosamente plantas de caña o carrizo y quincha (Rostworowski 1978). Asimismo, este valle mantenía diversas zonas fangosas y lagunas en el litoral donde puede haber vivido una abundante cantidad de mosquitos y flebotomíneos que atormentarían cotidianamente la vida de los agricultores. Actualmente, el bosque de Lima se ha fragmentado formando relictos principalmente en las zonas de Ñaña, Chosica y Matucana, donde pululan tales insectos hematófagos.

Los incas, al mando de Tupac Yupanqui, conquistaron a los valles del Rímac, Chillón y Lurín hacia 1470 aproximadamente, incorporando al dios Pachacamac en el panteón Tawantinsuyo. Para el control del valle, instalaron 4 *tambos*, siendo Makat-Tampu uno de aquellos centros administrativos. Consecuentemente, miles de hombres y sus familias fueron translados al valle de Lima y convertidos en esclavos o *mitmaq* para la ejecución de labores agrícolas. La craneometría efectuada por Erickson (1951) señaló que estos grupos procedían de la región chaupiyunga del valle Chillón (Macas y Zapán). No obstante, en la mayoría de los sitios de pescadores y agricultores del Rímac aparece un tipo de cerámica ampliamente difusa denominado Huancho (Iriarte 1960). Las poblaciones humanas ligadas con esta cerámica procedían de la

sierra de Lima, probablemente de Yauyo y Huarochiri que llegaron juntos con los Incas. De todos modos, se demuestra el modelo social y político del control de grupos *mitmaq* tanto horizontal como vertical para el dominio de su extenso territorio (Espinoza 1990). Por tanto, los grupos asentados en el bajo Rímac, incluyendo los hombres de MT, formaron parte de la esfera administrativa Inca para cultivar las tierras del sol, anteriormente propiedades de Pachacamac (Newman 1947, Bueno 1992).

Asimismo, este valle comprendía a los señoríos de Armatambo, Carabayllo, Chucuito, Herbay, Huancho, Limatambo, Lati, Vitarte, Maranga, Ñaña y Puruchuco, que anteriormente estaban organizados en comunidades o *marcas* bajo el control político de los Ichimay (Rostworowski 1978, Bueno 1992). En este valle vivían poblaciones mayormente agricultores y también tenían pescadores, artesanos y comerciantes al servicio de un señor (Ramirez-Horton 1982). Estos grupos a la llegada de los españoles tenían una organización sociopolítica en *pachacas*. Es decir, en grupos de aproximadamente 1,000 habitantes. Se conformaban tanto por mitmaccuna o yacuaz (grupos foráneos) y huariccuna (grupos nativos de estas tierras). A la vez, estaba dividida en territorios o *marcas*, cada territorio era relativamente autosuficiente, tenía su propio centro público y templo o *huaca*, donde se realizan diversas actividades económicas y religiosas. Cada sector del valle tenía su acequia principal y otros subsidiarios bajo el control de un “señor de pachaca” con la correspondiente población campesina (Shady 1982). Los curacas locales rendían tributo a Taulichusco, quien era el “Señor del valle” o *huaranga* con residencia en Pachacamac y administraba la provincia de Lima durante el imperio Inca.

Los hombres yungas se dinamizaban hacia las lomas, chaupiyungas y florestas donde tenían campos de cultivo, corrales, chozas y criaban llamas (Rostworowski 1992). El contexto biocultural de la marca de MT confirma que eran grupos agrícolas y subían a las quebradas donde tenían chacras y controlaban rebaños de camélidos. Así, la vida cotidiana transcurría ligada al control de una serie de canales, considerados ríos, como los de Maranga, Surco y Huatica que irrigaban otras

marcas. Ellos administraban el agua desde la bocatoma, distribución, reparación y hasta la limpieza de las acequias. La importancia de los canales rebasaba el aspecto económico y muchos entierros humanos fueron depositados próximo a estas estructuras hidráulicas como en Maranga.

Este sistema de canales implicó desde fines del período Intermedio Temprano (siglos VI-VII D.C.) el incremento demográfico en el valle, y como consecuencia construyeron la ciudadela de Cajamarquilla que permitió su articulación económica tanto con las poblaciones serranas como las costeras. Sin embargo, había una vieja rivalidad política por el dominio del valle bajo del Rímac que se intensificó en la época Inca entre los señoríos de Lima (Ichimay) y los de Canta y Yauyos. Y así, MT fue ocupado continuamente hasta el Horizonte Tardío (siglos XV-XVI). El cementerio estudiado, asociado a la última ocupación, permitió inferir que el control del agua era estresante y producía tensión social.

La patocenosis de MT confirmó que aquellas poblaciones sufrieron diversos trastornos traumáticos probablemente debido a las luchas comunitarias para el control del elemento líquido, produciendo lesiones naso-frontales y mutilaciones, las trepanaciones fueron una de las implicancias terapéuticas de estos traumas. Por la presencia de hiperostosis porótica y criba orbitalia se desprende la exposición a infecciones, produciendo diversas enfermedades diarreicas y anémicas (Altamirano 1994). Asimismo, la frecuencia de caries dentaria y periodontitis son indicadores de deficiente higiene bucal y dieta hipercaótica, produciendo abscesos, piorrea, quiste y sarros. Por otro lado, la higiene de los alimentos no parece haber sido buena, y asimismo, los cuyes, perros, roedores, mosquitos y piojos convivían dentro o en la periferia de sus aldeas.

Respecto a las lesiones líticas de la región naso-palatina observadas en los 5 casos (C-6, C-10, C-16, C-18 y C-28) de MT, permiten sugerir una compatibilidad para LTA de forma mucosa. Asimismo, el diagnóstico diferencial de estas lesiones también puede confundirse con esporotricosis, hanseniasis, mieloma múltiple, paracoccidioidomicosis, sífilis,

tuberculosis y traumatismo (Altamirano 2000, Ortner 1992, Verano 1992). Empero, la característica esencial de esta lesión lítica para LM es que ella emerge del interior del hueso palatino y cornetes nasales, siendo el reborde óseo de forma ondulante, suave, homogéneo y con reabsorción periosteal, tal como fueron observados en la muestra del CPq-HEC (Altamirano *et al.* 1999). Asimismo, en este período arqueológico no se tenían drogas específicas para detener el mal, por tal motivo los enfermos de aquellas épocas habrían alcanzado severidad de casos como la muestra observada. El tratamiento endovenoso a base de tártaro emético o terapia antimonal para casos de LM recién empezó en 1911 con los trabajos de Gaspar Vianna en Rio de Janeiro (d'Utra e Silva 1915).

Por otro lado, la frecuencia de 2,07% de la muestra de MT constituye um problema de interpretación de cementerio arqueológico. Este alto porcentaje de lesiones mucosas comprometiendo la estructura naso-palatina puede sugerir que había una alta prevalencia de LM por leishmania del complejo *L.(V.) braziliensis* "in extenso" durante la ocupación Inca en el bajo Rímac. Ya que el comportamiento clínico de LTA es basicamente piel y raras las infecciones óseas (Marzochi *et al.* 1999). Por tanto, esta tasa sugiere la probabilidad que habían muchos individuos con la infección utósica.

Además, refuerza la hipótesis de que esta población agrícola se desplazaba a áreas de transmisión de LTA en la sierra de Lima o a la región amazónica, donde serían picados por flebotomíos infectados, para el intercambio de coca, ají y otros productos serranos, o para trueque de plumas de guacamayo, de monos y plantas medicinales, tal como describen los estudios arqueológicos y etnohistóricos. Sin embargo, a pesar de la densa población humana asentada en este valle, la muestra estudiada constituye una parte muy reducida. Entretanto, se puede sugerir la hipótesis de grupos migrantes o *mitmaq* que diseminaron la LTA a diferentes regiones del imperio. Le Moine & Scott Raymond (1987), basados en estudios etnohistóricos, fundamentan que la expansión Inca para la amazonía estuvo limitada por las consecuencias políticas y

económicas de la espúndia. Nuestro estudio confirma que los campesinos incas conocían a la LTA. Si confirmada su prevalencia elevada, los citados autores podrían estar correctos.

Sobre el problema de las mutilaciones como acto curativo en los cráneos de MT, el análisis revela la ausencia de marcas de corte en el esplacnocráneo. La discusión de esta cuestión también está limitada por la carencia de tejido cutáneo en la muestra estudiada. Sin embargo, diversos estudios confirman las prácticas quirúrgicas y mutilaciones por aquellos pueblos y en MT tenemos el ejemplo del caso C-30, hombre de 30-35 años de edad, que había sobrevivido a una trepanación del cráneo. Tales operaciones delicadas, elaboradas por médicos andinos o *hampicamayoc*, se realizaban con muchas destreza y maestría, pudiendo también haber sido realizados como recurso terapéutico para LTA.

En síntesis, nada sabemos sobre la paleopatología ósea de LTA en períodos anteriores a la dominación Inca y menos sobre otros sitios contemporáneos al imperio de los Incas. La reconstrucción de la paleoepidemiología de LTA en el territorio andino es compleja y esperamos seguir hurgando en esta tarea. Finalmente, nuestro estudio abarcó solamente una parte reducida del inmenso territorio dominado por el Tawantinsuyo y esperamos contribuir al conocimiento de la historia antigua del valle del Rímac.

Conclusiones

1) Según los parámetros y diagnósticos utilizados en este estudio, la serie esquelética del sitio Makat-tampu, Lima, reveló que 2,07% presentaron características compatibles a LTA de forma mucosa. Existiendo dos grupos de estas lesiones:

– En la cavidad oral, exponen destrucción parcial y/o total del borde posterior del hueso palatino que puede ser leve o profundo en forma de "U" abierta, forma ondulante hasta la sutura cruciforme con reabsorción ósea y vasculitis. Incluso, afectó la espina nasal posterior, la base del esfenoides y los alveolos dentarios.

– En la cavidad nasal, presentan destrucción parcial y/o total de los cornetes nasales inferior y medio, ausencia de vómer, comprometiendo el

seno maxilar por efectos secundarios con reacción ósea periosteal que en casos severos perforó la base de una de las orbitas.

2) Los resultados sugieren que la prevalencia de LM era alta en el valle bajo del Rímac. El antiguo hombre peruano podría haber adquirido el mal durante su desplazamiento a la región yunga (Huarochiri y/o Canta) y la floresta amazónica (Huánuco, Pasco y/o Junín). Este modelo continúa ocurriendo en la actualidad. Sobre las infecciones cutánea y muco-cutánea solamente tenemos las referencias iconográficas del arte mochica, la etnohistoria y la investigación filológica, reforzando el presente estudio.

3) Alternativamente, la ausencia de una correlación positiva entre el traumatismo facial (mutilación) y las lesiones sugestivas con LTA forma mucosa permite plantear dos hipótesis:

– Si hubiera mutilación en el rostro de los enfermos de MT, no quedaron marcas de corte en el tejido óseo, a diferencia de las trepanaciones craneanas.

– La alta frecuencia de traumatismos encefalo-craneano de los MT debía ser consecuencia de la fuerte tensión social causada por el dominio Inca en el valle del Rímac, produciendo una alta violencia por conflictos inter-campesinos por el control del agua y la tierra.

4) La patocenosis de Makat-tampu, además de lesiones sugestivas a LM, comprendía otras como: abscesos dentarios, caries, criba orbitalia, "goela-de-lobo", osteo-

mas, otitis, periodontitis y traumatismo, y posiblemente tuberculosis y paracoccidioidomicosis.

Agradecimientos

Este trabajo no hubiera sido posible sin la valiosa colaboración de la Dra. Sheila Mendonça de Souza, por la amabilidad y sugerencias puntuales en la corrección del texto final y Dra. Keyla F. Marzochi, por su cariño, apoyo logístico y emotivo en el Centro de Pesquisa Hospital Evandro Chagas, Fiocruz, Rio de Janeiro. Asimismo, a la Escola Nacional de Saúde Pública de la Fiocruz que fue el *alma mater* durante mis estudios de doctorado. En Lima, tuvimos la asesoría de los Drs. Gino Lombardi y Uriel García. Asimismo, de la Dra. Hilda Vidal, jefe del Departamento de Antropología Física y de la arqueóloga Elba Manrique del MNAAH, Perú, quienes permitieron el acceso al material paleopatológico.

Finalmente, este estudio es consecuencia del proyecto "Estudio de Leishmaniasis en Poblaciones Humanas del Antiguo Perú y su Influencia en el Proceso Cultural Andino" (SG-p91.134). Se inició en 1992, tuvo apoyo del Dr. Roberto Briceño-León y soporte financiero del Programa Especial de Investigaciones y Entrenamiento en Enfermedades Tropicales UNPD/Banco Mundial/OMS, CONCYTEC (Perú) y CNPq (Brasil).

ALTAMIRANO, A.J.E.; MOREIRA, J.S.; MARZOCHI, M.C.A. Lytic skull lesion by Leishmaniasis at Makat-Tampu during the Inca Empire: XV-XVI centuries, Rímac Valley, Peru. *Rev. do Museu de Arqueología e Etnologia*, São Paulo, 11: 227-242, 2001.

ABSTRACT: Paleopathological evidence of mucosal alteration deforming human population of ancient Peru suggests the presence of mucosal leishmaniasis (LM) in the agricultural population living near the endemic area between XV-XVI centuries. The pathological anatomy studies was divided in two phases: 1) pattern of mucosal form in human crania was defined among selected patients, from the Research Center Hospital Evandro Chagas (Fiocruz), with clinical history and destruction of the facial bones, principally oro-nasal cavity. Seven cases were selected. All caused by *Leishmania* (V.) *braziliensis*: 6 men and 1 woman with age up to 35 years old. X-ray pictures and axial tomography of the cranium were performed in order to define the pathologic pattern in the bones; 2) archaeological material was analyzed and compared in

241 skulls from the Department of Physical Anthropology of the National Museum of Anthropology, Archaeology and History, Lima, Peru. Material was well preserved and we identified five cases (4 men and 1 woman) with age up to 35 years old presenting naso-palatine destruction, compatible with mucosal form defined by clinical casuistic. It proceeded from the Inca cemetery of Makat-Tampu, Rímac Valley. The rate of mucosal lesions (2.07%) compatible with ML may suggest that there was a high prevalence of *L. braziliensis* complex infection in the pre-hispanic times and confirm our hypothesis. This study was based on biocultural focus, aiming to reconstruct the quotidian life of the agricultural population of the Rímac valley during the Inca occupation.

UNITERMS: Paleopathology – Leishmaniasis – Incas – Paleoepidemiology – Perú.

Referencias bibliográficas

- ALLISON, M.J.
- 1984 Paleopathology in Peruvian and Chilean populations. M.N. Cohen; G.J. Armelagos (Eds.) *Paleopathology at the Origins of Agriculture*. London, Academic Press, Inc.: 515-530.
- ALTAMIRANO, A.J.E.,
- 1994 Relación entre la Hiperostosis Porótica y las Anemias en las Antiguas Poblaciones Humanas de la Costa Central. *Magistri et Doctores*. Boletín Bimestral de la Escuela de Post-Grado de la UNMSM. Lima, Año 2, Agosto, 9: 17-20.
- 2000 Comprometiendo la estructura Osteo-Facial de las Poblaciones Humanas del Antiguo Perú por la Leishmaniasis Tegumentaria de forma mucosa. Tesis de doctorado en salud pública. ENSP/FIOCRUZ, RJ.
- ALTAMIRANO, A.J.E.; MOREIRA, J.S.; MARZOCHI, M.C.A.
- 1999 Comprometimento ósseo pela forma mucosa da Leishmaniose Tegumentar Americana. Avaliação radiológica e tomográfica na definição de padrões para pesquisas arqueológicas. *Anais da V Jornada Científica de Pós-Graduação da FIOCRUZ*, Rio de Janeiro: 24.
- ARCE, J.
- 1913 Las leishmaniasis dérmicas del Perú. *Actas y Trabajos del V Cong. Méd. Lat. Amer.* Lima, Imprenta San Martín, V: 208-247.
- 1916 Las leishmaniasis dérmicas del Perú. *Boletín de la Sociedad Geográfica*, Lima, 32: 15-68.
- ARSENAULT, D.
- 1992/ El personaje del pie amputado en la cultura Mochica del Perú: un ensayo sobre la arqueología del poder. *Latin American Antiquity*, 4 (3): 225-228.
- ASHMEAD, A.S.
- 1900 Pre-Columbian lupus Uta and its surgical treatment by amputation of nose and upper lip, as represented on the huacos pottery of Perú. *The Saint Louis Medical and Surgical Journal*, nov.: 14.
- 1910 Utosic syphilis and some other things of interest to paleo-american medicine, as represented on the huacos potteries of old Peru. *American Journal of dermatology*, october: 11-19.
- AVILA, F.
- 1975 *Dioses y Hombres de Huarochiri*. Segunda [1598] edición. México City: Siglo XXI.
- BUENO, A.M.
- 1992 Arqueología de Huarochiri. *Huarochiri Ocho mil años de historia*. Tomo 1. Municipalidad de Santa Eulalia de Acopaya, Huarochiri, Lima: 12-66.
- BUIKSTRA, J.; COOK, D.C.
- 1980 Paleopathology: an American Account. *Annual Review of Anthropology*, 9: 433-470.
- 1992 Paleopatología. A.J.G. de Araújo; L.F. Ferreira (Coords.) *Paleopatología, Paleoepidemiología. Estudios Multidisciplinares*. ENSP/Fiocruz, RJ: 41-85.
- COCKBURN, A.
- 1988 Diseases of Mummies of Peru. A. & E. Cockburn (Eds.) *Mummies, Disease, and Ancient Cultures*. Cambridge, Cambridge University Press: 135-174.
- CORDY-COLLINS, A.
- 1991 Archaism or tradition? The decapitation theme in Cupisnique and Moche Iconography. *Latin American Antiquity*, 3 (3): 206.

- COSTA, J.M.L.
- 1992 Leishmaniose tegumentar americana: origens e histórico no Brasil. *Acta Amazônica*, Manaus, 22 (1): 71-77.
- DAVIES, C.R.; LLANOS-CUENTAS, E.A.; CAMPOS, P.; MONGE, J.; VILLASECA, P.; DYE, C.
- 1997 Cutaneous leishmaniasis in the Peruvian Andes: Risk factors identified from a village cohort study. *The American Journal of Tropical Medicine*, 56: 85-95.
- DAVIES, C.R.; LLANOS-CUENTAS, E.A.; PYKE, S.D.M.; DYE, C.
- 1995 Cutaneous leishmaniasis in the Peruvian Andes: an epidemiological study of infection and immunity. *Epidemiology and Infection*, 114: 297-318.
- DAVIES, C.R.; REITHINGER, R.; CAMPBELL-LENDRUM, D.; FELICIANGELI, D.; BORGES, R.; RODRIGUEZ, N.
- 2000 The epidemiology and control of leishmaniasis in Andean countries. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16 (4): 925-950.
- DONNAN, Ch.B.
- 1978 *Moche Art of Peru*. Precolumbian Symbolic Communication. Museum of Cultural History, University of California, Los Angeles, California.
- DUJARDIN, J.C.; HENRIKSSON, J.; VICTOIR, K.; BRISSE, S.; GAMBOA, D.; AREVALO, J.; LE RAY, D.
- 2000 Genomic rearrangements in trypanosomatids: an alternative to the "one gene" evolutionary hypotheses?. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, 95 (4): 527-534.
- D'UTRA E SILVA, O.
- 1914 Sobre a leishmaniose tegumentar e seu tratamento. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, 7: 213-247.
- ERICKSEN, M.F.
- 1951 A Preliminary report on Late period Crania from the Central Coast of Peru. *Conferencias de Ciencias Antropológicas*, Vol. I. Homenaje al IV Centenario de la UNMSM, Lima: 201-216.
- ESCOMEL, E.
- 1919 La uta y la espúndia. Lima. *Actas y Trabajos del V Congreso de Medicina Latinoamericana*, V: 256-260.
- ESPINOZA, W.S.
- 1997 Las llactas en el Imperio de los Incas. *Actas y trabajos del XI Congreso Peruano del Hombre y la Cultura Andina*, Lima, 1: 362-372.
- ESPINOZA, W.S.
- 1990 *Los Incas. Economía, Sociedad y Estado en la era del Tahuantinsuyo*. Lima: Amaru Editores.
- GOMIDE, M.S.M.
- 1999 Sistematização de critérios para diagnóstico diferencial entre Paleopatologias e sinais de alterações análogas: Fundamentos Teórico-Metodológicos. Tese de doutorado em saúde pública, ENSP, Fiocruz, RJ.
- HERRER, A.
- 1977 Reseña de Entomología Médica en el Perú I: Principales aspectos entomológicos en la bartonelosis, trypanosomiasis y leishmaniasis. *Revista Entomológica*, Lima, 20: 19-24.
- JIMENEZ DE LA ESPADA, M.
- 1897 Origen utoso de las lesiones representadas en los antiguos huacos antropomorfos peruanos. *Sociedad Antropológica*. Berlín. 6 de octubre.
- IRIARTE, F.E.
- 1960 Algunas apreciaciones sobre los Huanchos. *Antiguo Perú, espacio y tiempo*. Lima, Librería Editorial Juan Mejía Baca: 259-263.
- KLOTZ, O.; LINDENBERG, H.
- 1923 The pathology of leishmaniosis of the nose. *The American Journal of Tropical Medicine*, 3 (2): 117-141.
- LARCO HOYLE, R.
- 1948 Cronología Arqueológica del Norte del Perú. Trujillo, Hacienda Chiclín, Perú; *Sociedad Geográfica Americana*. Buenos Aires.
- LASTRES, J.B.
- 1951 La Medicina en la Epoca Inca. *Historia de la Medicina Peruana*. Tomo V (1), Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima.
- LASTRES, J.B.; CABIESES, F.
- 1959 La Trepanación del Cráneo en el Antiguo Perú. *Anales de la Facultad de Medicina*, UNMSM, Lima, 42 (3): 258-320.
- LE MOINE, G.; SCOTT RAYMOND, J.
- 1987 Leishmaniasis and Inca settlement in the peruvian Jungle. *Journal of Historical Geography*, 13 (2): 113-129.
- LOAYZA, R.
- 1889 Memorial de las cosas del Perú tocantes a los Indios. Madrid, 5 de Mayo. Publ. por el Marqués de Fuenzalida del Valle. En: *Colecciones de Documentos Inéditos para la Historia de España*. Madrid, t. 94: 592-601.
- LOMBARDI, G.P.
- 1994 La paleopatología en el Perú. *Magistri et Doctores*. Boletín Bimestral de la Escuela de Post-Grado de la UNMSM. Lima, Año 2, Agosto, 9: 12-13.
- LUMBRERAS, H.; GUERRA, H.
- 1985 Leishmaniasis in Perú. K.P. Chang; R. Bray (Eds.) *Leishmaniasis*. New York, Elsevier: 297-311.

ALTAMIRANO, A.J.E.; MOREIRA, J.S.; MARZOCHI, M.C.A. Lesión litica craneana por Leishmaniasis en Makatampu durante el imperio inca: siglos XV-XVI, valle del Bajo Rímac, Peru. *Rev. do Museu de Arqueología e Etnologia*, São Paulo, 11: 227-242, 2001.

- LLANOS-CUENTAS, E.A.; DAVIES, C.R.
- 1992 Epidemiological Studies on Andean Cutaneous Leishmaniasis and their significance for Designing a Control Strategy. P. Wijeyaratne; T. Goodman; C. Espinal (Eds.) *International Development Research Centre*. Mérida, nov. 25-29, 1991: 286-303.
- LLANOS-CUENTAS, E.A.; RONCAL, N.; VILLASECA, P.; PAZ, L.; OGUSUKU, E.; PEREZ, J.E.; CACERES, A.; DAVIES, C.R.
- 1999 Natural infections of *Leishmania peruviana* in animals in the peruvian Andes. *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, 93 (1): 15-20.
- MARSDEN, P.D.
- 1986 Mucosal leishmaniasis ("espundia" Escobar, 1911). *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, 80: 859-876.
- MARZOCHI, M.C.A.; SCHUBACH, A.O.; MARZOCHI, K.B.F.
- 1999 Leishmaniose Tegumentar Americana. B. Cimerman; S. Cimerman (Eds.) *Parasitologia Humana e seus Fundamentos Gerais*. Parte II, Cap. 9. São Paulo, Editora Atheneu: 39-64.
- MENDONÇA DE SOUZA, S.M.F.
- 1995 Estresse, doença e adaptabilidade: Estudo comparativo de dois grupos indígenas pré-históricos em perspectiva biocultural. Tese de doutorado em saúde pública, ENSP/Fiocruz. Rio de Janeiro.
- MENDONÇA DE SOUZA, S.M.F.; ARAUJO, A.; FERREIRA, L.F.
- 1994 Saúde e doença em grupos indígenas pré-históricos do Brasil: Paleopatologia e Paleoparasitologia. R.V. Santos; C.E. Coimbra Jr. (Eds.) *Saúde e Povos Indígenas*. Rio de Janeiro, Editorial Fiocruz: 21-42.
- MERBS, C.F.
- 1992 A New World of Infectious Disease. *Yearbook of Physical Anthropology*, Wiley-Liss, Inc., 35: 3-42.
- MIDDENDORF, E.W.
- 1973 Perú. *Observaciones y estudios del país y sus habitantes durante una permanencia de 25 años*. T. II. La Costa. UNMSM. Lima.
- MOODIE, R.L.
- 1923 *Paleopathology*. Washington D.C.: Smithsonian Institution.
- 1927 Injuries to the head among the Pre-Columbian Peruvians. *Studies in Paleopathology XXI. Annals of Medicine History*, 9: 277-307.
- MOREIRA, J.S.
- 1994 Estudo da Laringite Leishmaniótica. Tese de mestrado. Departamento de Cirurgia, Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, RJ. 118 pp.
- NEWMANN, M.
- 1947 Indian skeletal material from the central coast of Peru. *Peabody Museum papers in American Archaeology and Ethnology*, Cambridge, 27 (4): 21-34.
- ORTNER, D.J.
- 1992 Skeletal Paleopathology: Probabilities, Possibilities and Impossibilities. *Disease and Demography in the Americas*, Washington D.C.: 5-14.
- ORTNER, D.J.; PUTSCHAR, W.G.J.
- 1985 *Identification of Pathological Condition in Human Skeleton Remains*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.
- PALMA, R.
- 1908 La uta en el Perú. Lima. *Congreso Nacional de Salud Pública*, tomo 1, Medicina e Higiene.
- PESCE H.
- 1951 Lepra en el Perú Precolombino. *Conferencia de Ciencias Antropológicas I*. Actas y trabajos. Homenaje al IV Centenario de la Fundación de la UNMSM. Lima. 171-187.
- PESSÔA, S.B.; BARRETO, M.P.
- 1948 *Leishmaniose Tegumentar Americana*. Ministério de Educação e Saúde, Serviço de Documentação, RJ. 527 pp.
- PESSÔA, S.B.; VIANNA, A.
- 1978 *Parasitologia Médica*. RJ. 10ª. edición. Rio de Janeiro: Editorial Guanabara Koogan.
- PIZARRO, P.
- 1917 Relación del Descubrimiento y Conquista de los reinos del Perú, etc. Arequipa. Publ. por M. Fernández Navarrete en *Colecciones de Documentos Inéditos para la historia de España*. Madrid, tomo V, 232 pp.
- QUILTER, J.
- 1997 The Narrative Approach of the Revolt of the Objects. *Latin American Antiquity*, 8 (2): 113.
- RABELLO, E.
- 1923 Les origenes de la Leishmaniose Tégumentaire au Brésil. *XII Congrès des Dermatologists et Syphiligraphes de Langue Française*, Strasbourg, juillet: 308-335.
- 1925 Contribuição ao estudo da Leishmaniose Tegumentar no Brasil I: História, sinonimia. *Anais Brasileiros de Dermatologia e Sifilografia*, 1 (1): 3-29.
- RAMIREZ-HORTON, S.
- 1982 Retainers of the lords or merchants: a case of mistaken identify?. *El Hombre y su ambiente en los Andes*. Senri Ethnological Studies No. 10 National Museum of Ethnology. Osaka, Japón: 65-82.

- REY, L.
- 1973 *Parasitología*. Rio de Janeiro: Ediciones Guanabara Koogan.
- RODRIGUEZ, M.
- 1992 Health Polity for Leishmaniasis Control: The experience of Peru. *Oficina de Epidemiología General del Ministerio de Salud*, Lima: 32-51.
- ROSTWOROWSKI, M.
- 1978 *Señoríos Indígenas de Lima y Canta*. Instituto de Estudios Peruanos, Lima.
- 1992 *Historia del Tawantinsuyu*. Instituto de Estudios Peruanos, Lima.
- ROWE, J.H.
- 1946 Inca culture at the time of the Spanish Conquest. *Handbook of South American Indians*, 2: 183-330.
- SANTILLAN, F.
- 1879 Relación del origen, descendencia política [1572] y gobierno de los Incas. Publ. por M. Jiménez de la Espada en *Tres relaciones de las antigüedades peruanas*. Madrid. 195 pp.
- SHADY, R.
- 1982 La cultura Nieveira y la interacción social en el mundo andino en la época Huari. *Arqueológicas*, Museo Nacional de Antropología y Arqueología, Lima, 19: 5-108.
- SPLENDORE, A.
- 1912 Leishmaniose con localizzazione nelle cavità mucosa (nuova forma clinica). *Bulletin of Society Pathologie Exotique*, 5 (6): 411-438.
- TEJADA, A., PALACIOS, O. & MIRANDA, J.
- 1993 Leishmaniasis Tegumentaria en el Perú. Prevalencia en el valle del Rímac. *Rev. Theorema*, UNMSM, Lima, 3 (2): 8.
- TELLO, J.C.
- 1908 La antiguedad de la sífilis en el Perú. Lima. Tesis doctoral en la Facultad de Medicina Humana, UNMSM. Imprenta San Martí.
- 1938 Arte Antiguo Peruano. Album fotográfico de las principales especies arqueológicas de cerámica Muchik existentes en los Museos de Lima. *Inca II, Revista de Estudios Antropológicos*, Órgano del Museo de Arqueología de la UNMSM, Lima.
- UBELAKER, D.H.
- 1982 The development for American paleopathology. *A History of American Physical Anthropology*, 61: 125-130.
- 1989 *Human Skeletal Remains. Excavation, Analysis and Interpretation. Manual on Archaeology 2*. Smithsonian Institution. Taraxacum, 2nd edition. Washington D.C.
- URTEAGA-BALLON, O.
- 1991 Medical ceramic representation of nasal leishmaniasis and surgical amputation in Ancient Peruvian Civilization. D.J. Ortner; A.C. Aufderheide (Eds.) *Human Paleopathology, Current Synthesis and Future Options*. Washington D.C.: 95-104.
- 1993 Was there Medical ceramic representation of nasal leishmaniasis or Carrion's Disease?. K.F. Kiple (Ed.) *The Cambridge World History of Human Disease*. Cambridge, Cambridge University Press: 631-635.
- VERANO, J.W.
- 1992 Prehistoric Disease and Demography in the Andes. J.W. Verano; D.H. Ubelaker (Eds.) *Disease and Demography in the Americas*. Washington D.C.: 15-24.
- VILLELA, F.; PESTANA, B.R.; PESSÔA, S.B.
- 1939 Presença de *Leishmania braziliensis* na mucosa nasal sem lesão aparente em casos recentes de leishmaniose cutânea. *O Hospital*, 16: 953-960.
- VIRCHOW, R.
- 1895a Sobre las cerámicas antropomorfas de los antiguos peruanos. Sesión extraordinaria, por el Jubileo del Prof. Georges Lewin del 22 de Nov. de 1895. *Sociedad de Dermatología de Berlín*. Berlín.
- 1895b Naturaleza sifilitica de las mutilaciones representadas en los huacos peruanos de Chira (Math. Scott.). En: Tello 1909: 95 y D'Harcourt 1939: 92. Lima.
- WEISS, P.H.
- 1928 La espundia es una Leishmaniasis Tegumentaria. *Crónica Médica de Lima*, 45: 200-210.
- 1984 Paleopatología Americana. Lima. *Boletín de Lima*, 33: 17-52.
- WEISS, P.; ROJAS, P.
- 1961 La asociación de la uta y la verruga peruana en los mitos de la papa (*Solanum tuberosum*) figurados en la cerámica Mochica. *Revista del Museo Nacional*, Lima, XXX: 36-47.
- ZIMMERMAN, M.R.; KELLEY, M.A.
- 1982 *Atlas of Human Paleopathology*. New York: Praeger Publishers CBS Educational and Professional Publishing a Division of CBS Inc.

‘MEANING IN A BORORO JAGUAR SKIN’

Gordon Brotherton*

BROTHERSTON, G. ‘Meaning in a Bororo jaguar skin’. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 243-260, 2001.

RESUMO: Este artigo propõe analisar e interpretar uma pele de jaguar bororo exposta na Mostra Brasil +500 em São Paulo no ano de 2000. De acordo com o autor, este tipo de pele pintada conhecida como Adugo biri demanda muito mais atenção por parte dos especialistas do que recebeu até o momento. Trata-se, com efeito, de um texto visual, representando e correlacionando números com bastante sofisticação incorporando paradigmas da cultura bororo e desafiando o especialista na sua decodificação. Analisando a pele à luz do que conhecemos a respeito da cultura bororo, o autor oferece uma contribuição importante à compreensão da complexidade da “mentalidade” deste grupo.

UNITERMOS: Bororo – Simbolismo do jaguar – Adugo biri – Etnoastronomia – Etnomatemática.

The Mostra organized in São Paulo in 2000 to mark the most recent 500 years of Brazilian history had the fortunate effect of bringing together and repatriating (if only temporarily) exquisite artifacts that are otherwise housed today in museums in Coimbra, Copenhagen, Vienna, Dresden, Berlin and other European cities. Prominent among these artifacts was a jaguar skin, 130 cm in length, acquired by Johann Natterer during his sojourn in the interior of Brazil (1817-35), which is reported to have reached Vienna before 1823 (Fig. 1; Kann 2000). It was obtained from the eastern Bororo, centrally placed as they are in Matto Grosso, between the Paraguay and Amazon river systems. Already then, these people were being harried by badly-behaved prospectors of European extraction.

A forerunner of Darwin and Wallace, Natterer pioneered research into South

American vertebrates, notably mammals and birds, their behaviour and anatomy (1893). He was helped in his work by an expert Skinner of animals later employed by Wallace (‘Natterer’s hunter Luiz’; Wallace 1889:77). In the case of the jaguar skin acquired from the Bororo, we may assume that the skinning had already been done by them since its inside surface is intricately decorated with native designs in red and black, being of the kind known in their language as Adugo biri.¹

Born not long after Natterer returned to Europe, the Bororo chief Ukeiwaguúo, of the

(1) Within the last few decades, a further skin of this kind has been donated by the Bororo to the Museu Rondon at the UFMT, Cuiabá (catalogue number 89/002.526). The triangle/losange shape of its units and its name (Ikuie adugo – face/eye/star painting) connect it with the night sky; and in introducing a characteristic assymetry (9 9 9, 9 9 9; 9 9 9, 9 10 10) it correlates synodic and sidereal moons with the night sky number eleven, in the formula: $(27 \times 3) + 29 = 110$.

(*) University of Essex, Inglaterra; Stanford University, EUA.

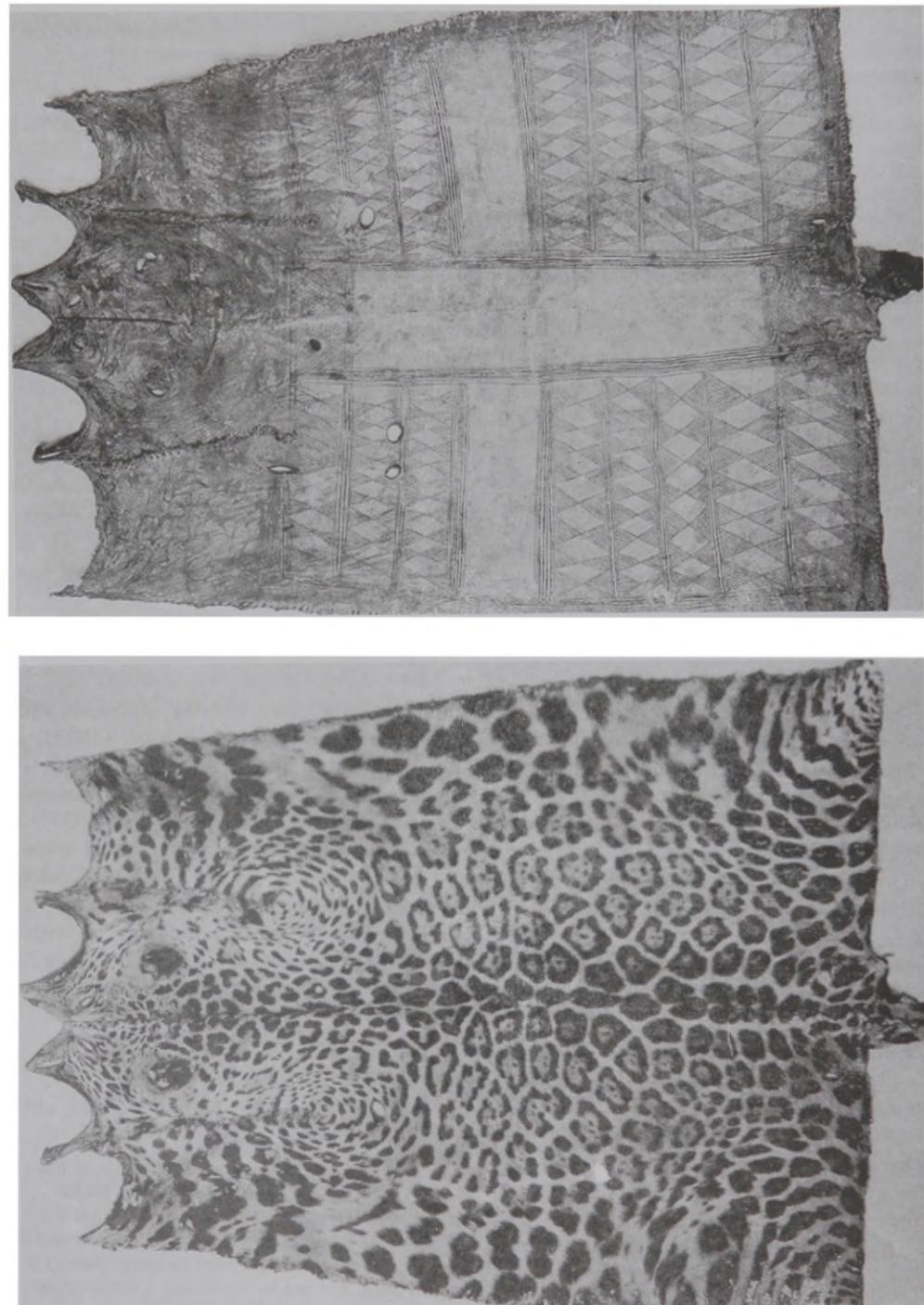


Fig. 1 – The Natterer jaguar skin (after Kann & Riedl Dorn 2001: 246-7). Thanks to Johannes Newath for his help in tracking down this source.

Pawoe clan, decided to collaborate with the Salesian missionaries, who began to arrive in his territory towards the end the 19th century, in order to record native knowledge ever more threatened by invaders from outside. A fundamental corpus of Bororo narratives recounted by Ukeiwaguúo, many of which focus on the figure of the jaguar, was published by Colbacchini in 1925, along with an Italian translation.² Ukeiwaguúo's scholarly impulse was continued by Akirio Bororo Kejewu,³ better known to many as the resistance leader Tiago Marques Aipoburéu, who before his death in 1958 guided Colbacchini's Salesian successors Albisetti and Venturelli in compiling the monumental *Encyclopédia bororo* (1962-1976. = EB). Volume 2 contains his narratives, which differ intricately from Ukeiwaguúo's; and a good selection of those published here and previously appears in English in Wilbert and Simoneau (1983; = WS). Besides Akirio's narratives (vol.2), the *Encyclopédia* reproduces painted jaguar skins - Adugo biri - of the kind found by Natterer, describing in detail their significance and the circumstances of their production (vol.1, pp. 356ff; 229ff).

As for readings of this evidence, narrative and visual, by outsiders, the Bororo are perhaps second to none in native America, in terms of the systemic considerations they have provoked. In *Tristes tropiques* (1955), Claude Lévi-Strauss made quite clear the profound effect that living among and conversing with the Bororo had had upon him, an effect then transmitted through his book on to large areas of western thinking, in the first instance particularly with regard to the intellectual capacity of peoples whom Montaigne had famously characterized as having yet to be taught the A.B.C. (*Essais* I.31). Lévi-Strauss's subsequent four-volume masterwork *Mythologiques* (1964-71) sets off from and insistently returns to the Bororo. In the first

volume *Le Cru et le cuit* (1964), it is a Bororo narrative (WS 198-209) that provides the basic reference and foundation myth as M¹. Indeed, many have wished to link the binary preference of Lévi-Strauss's whole Structuralist philosophy to his understanding of Bororo logic and social practice. At any event, the effects of this interpretation are overwhelming in such cases as Maybury-Lewis's *Dialectical Societies*, and play a key role in the detecting of 'dialectical' opposition between notions of wild and social, lower and higher, instinct and soul, random and reasoned, and so on in Crocker (1985:280), Viertler (1991) and others. In *Maira* (1976), the Brazilian writer-anthropologist Darcy Ribeiro extended the Bororo binary model to cover the Tupi, among whom Akirio comes to be numbered; indeed, Ribeiro went so far as to say that Akirio was the true author of the book: "Tiago Marques Aipoburéu...é quem o escreveu" (Sá 1993:84; see also Sá 1997).

Over the last two decades, important work on Bororo astronomy and concepts of space-time has been done by Stephen Fabian (1982, 1992, 1998). Living in Garças and Meruri, Fabian has been able to show how exactly the Bororo continue to observe the sky and how intricately its movements are correlated with social practice. Going beyond the bounds of Structuralism, he has been concerned with the validity of astronomical observation in its own right, and something not necessarily reducible to mentalistic patterning.

Yet only in the *Encyclopédia* - the work of the Bororo themselves in the person of Akirio - do we find concerted attention paid not just to the conceptual structures and *mentalité* of the Bororo but to the visible language manifest in and on their artifacts, and to its wider relevance and significance. When not ignored by the Structuralists as 'non-oral', this language has been read according to that philosophy's principles of non-referentiality.⁴ It is

(2) The variants in the 1942 Portuguese version of these texts are commented on by Baldus. Later versions are also found in 'Bôe bacarô. Algumas lendas e notas etnográficas da mesma tribo [Bororo]', in Rondon 1948; and in Fabian 1992.

(3) Akirio contributed widely to preserving Bororo knowledge: see his contributions to toponymy in Drummond 1965.

(4) See, for example, Lévi-Strauss 1964:246-7. I am thinking here of his analyses of designs made by other members of the Ge-Bororo family, the Caduveo, whose sites of occurrence (e.g. face-painting) are comparable with those of the Bororo discussed here. Of particular interest is his appreciation of their formal logic and intricate asymmetries: see Ribeiro 1980.

epitomized in the kind of framed and hence textual statement found on the Natterer skin. Considering it in the detail its formal complexity demands suggests other epistemological approaches, helps to neutralize the constraint of imported western paradigms, and in turn points to little-considered areas of tropical American logic and philosophy. At the same time, placing it in context allows for its highly condensed numerical and formal logic – its 'truth' in this sense – to be drawn out into the larger field of cosmogony and society.

Jaguar and its skin

As the material source of the Natterer skin, the jaguar Adugo plays multiple roles in Bororo cosmogony and society. A figure of fun that can be fooled even by a grasshopper (WS 166), he is also the founding father of the people. Before the arrival of the 'Brazilians', he was the most feared predator and enemy, and yet can be lover and kin. Intensely telluric, he travels through the sky, and has an undeniable astronomical dimension (Fabian 1992). Involved with all eight clans, he has a special relationship with the 'first' of them, whose name Badajebage Xebeguiuigue is glossed 'constructors of the village' (Fabian 1982:298).

The logic embodied in the Bororos' relationship with Adugo underlies many of their rituals and ceremonies, most of all the celebration known as Barege Ekedodu. Described at length in the *Encyclopédia* (EB 1:229ff), this 'feast of the wild' is staged to honour the hunter who kills a jaguar single-handed, as a way of compensating the relatives of a Bororo who has recently died ('como retribuição aos parentes de algum finado, por ocasião da morte do mesmo'). It involves feasting, women and men dancing in pairs, songs sung in honour of the jaguar, and the elaborate decorating of the inner surface of its skin. Held at a 45 degree angle, the painted skin is then paraded along the east-west path that separates the moieties of the settlement, and kicked from behind. It becomes the focus of the song 'Animal skin that speaks' (Barogo biri batarureu) which plays on the multiple significance of the jaguar adugo.

The skins prepared for this ceremony are the Adugo biri, a term which means both 'jaguar skin' and 'painted skin'; the one collected by Natterer is an especially fine example. The designs on the inner surface are normally drawn, with the aid of a ruler, in two colours, red and black, obtained from urucu or achiote dye (*nonogo*) and charcoal (*irogodu*). This pair of colours, red and black, is used to distinguish between the Bororo subclans and is said to have adorned the skin, when newborn, of Adugo's twin sons, the Bakororodoge, who guard the west and east entrances of the settlement. The format characteristic of the Adugo biri designs is a central column with glyph-like units arrayed to either side, which, physically highlighted in the Barege Ekedodu parading of the skin, effectively correlates vertebrate anatomy with the east-west layout of the Bororo settlement. In so doing, it comes brilliantly to exemplify Bororo notions of bodily and social reconstitution, likewise available in the Portuguese term for the feast (*refeição*; cf. Plitek 1978; Vierterl 1991).

The corpus of Adugo biri designs to which the Natterer skin belongs may be read as a small yet highly resonant compendium of Bororo and Amazonian culture more generally. Since they are found elsewhere in the daily life of the Bororo, the designs are as it were framed and re-represented here in the Barege Ekedodu ceremony, as in a reflexive intellectual statement anticipated in the double meaning of Adugo biri (jaguar/painted skin).⁵ For the Adugo biri lexicon draws on images that adorn musical instruments (*akodo*), textiles (*aroia*), penis sheaths (*ba era*), palm-fibre fans (*ba-kureu*), and body and face painting in general (*aroe e-tawujedu*, *boe e-ejiwu*); and these images in turn are explicitly acknowledged to have been derived from the markings on the skin, scales and feathers of other species, primarily the jaguar. Hence, the Adugo biri

(5) The term has now come to mean writing as such, an analogy also seen in Borges's remarkable story 'La escritura del dios', in which a Maya priest 'reads' a jaguar skin. For other tropical American examples of the painted jaguar, see Schultz 1962.

come to epitomise a whole philosophy of origins and social practice, in which the jaguar features large as both founding father and the sky spirit embattled with sun and moon.

Listed as eleven, in alphabetical order, in the *Encyclopédia bororo*, the actual Adugo biri designs are minutely classified in terms of provenance and clan affiliation.⁶ Several fall into obvious pairings with respect to skin-cover source and type of patterning. They are all defined by one or other of two suffixes which, though phonetically close as *atugo* and *edugo*, point to categorical difference. Of the eleven listed, eight belong to the first category and three to the second.

atugo: Aije, Aroe eceba oiaga, Aroia, Ato, Bokodori bo,* Enogujeba, Kurugugwa oiaga, Okoge bakororo

(*) in two colours, red and black (coreu akirireu & kujagureu)

edugo: Burego dureuge, Iwara arege, Kogaekogae doge

Heading the *Encyclopédia* list of designs in the first category (*atugo*) is the Ai-je, which adorns the vibrating musical instrument of that name, the 'bull-roarer' (*zunidor* in Portuguese), and it belongs to the Aroroe clan. Its unit consists of a rounded square with an inner fourfold division, quite in the style of a Maya hieroglyph, said to represent the markings on a jaguar skin (Fig. 2). It is read as the monstrous roaring sound produced by the instrument in imitation of a large feline (*ai-*). Socially, the fours recall the 4+4 clan structure of the Bororo settlement, to either side of the sun's east-west path, and (in the example given in the *Encyclopédia*) the more complex

(6) Given the special significance of the number eleven, in the Adugo sky narrative and on the Natterer skin itself (see below), it is tempting to think that it also signifies as the sum of this list. The existence of designs other than those in the actual *Encyclopédia* catalogue make this unlikely, however: see for example the skin (p.228) that has Iwara Arege motifs in the upper area and Burego motifs in the lower. A preliminary account of rainforest arithmetic is included in Closs 1985.



Fig. 2 – *Aije adugo*: a) source of glyph unit in jaguar fur.

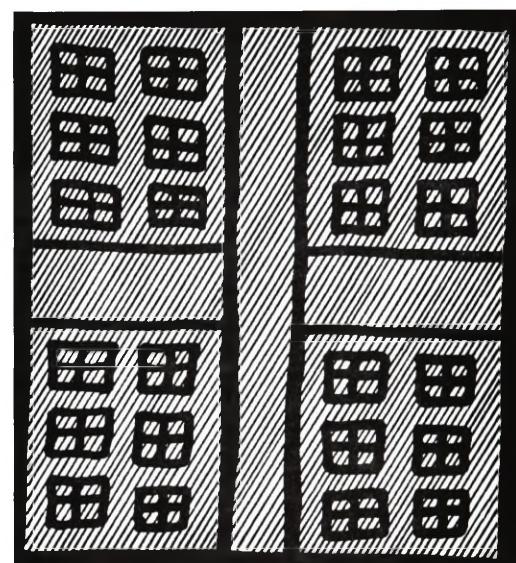


Fig. 2 – *Aije adugo*: b) typical Adugo biri of Aije type.

12+12 arithmetic of the sub-clans. In similar fashion, the Aroia design derives (etymologically at least) from textiles and in fact interweaves, in decidedly textual fashion, both *atugo* and *edugo* motifs (the example in the *Encyclopédia* combines Ato with Burego – see below).

The remaining six designs that have the *atugo* suffix fall readily into three pairs, in terms of both form and zoological origin. The tail feathers (*oiaga*) of the Aroe eceba or

Xerae (harpy eagle) and the Kurugugwa (caracarai hawk), the pair of predators proper to the Apiborege clan who helped Adugo banish sun and moon from the sky, are defined in flag-like units that laterally invert left to right, fall into upper and lower halves (Fig. 3a), and may intimate the principle of diagonal correspondence also basic to the placement of clans and sub-clans within the settlement. The pair of feathered birds is complemented by the carapaced turtle and armadillo (Ato, Bokodori), and two scaly fish (Enogujeba, Okoge). The designs characteristic of each of these further pairs are no less susceptible to the same order of logical and arithmetical analysis, especially the armadillo whose clearly-defined body bands prompted the latinate epithet 'novem-cincta' and serve to align countable units horizontally (Fig. 3b). Together they invite us to explore the story common to the vertebrate life-forms whose boundary with the world is scale, carapace, feather and, first and last, the fur of the singular jaguar.

The three Adugo biri designs that have the *edugo* rather than *atugo* suffix stand out visually as different from the first. They all have glyph-units that consist of a vertical pair of isosceles triangles touching at their apexes, which gives them an 'X'-like appearance, and which are arrayed horizontally in rib-like rows (Figs. 4, 5). They derive from the body and face paintings of the sky spirits: the Burego and Kogaekogae, who revealed the names of the stars, and the Iwara Arege who 'measure' and tell their identities (WS 51-4. *Iwara* may be the rod or ruler used in painting the Adugo biri; in the sky, it aligns the three stars or young herons of Orion's Belt, Bace *iwara arege*). All three belong to the Badajebage Xebeguiugue clan, to whom the star names were revealed.

The three *edugo* designs are distinguished one from another by the type of triangles they respectively have. The Burego triangles are solid, while the other two types are hatched. In the Iwara Arege design this hatching normally runs along the diagonal formed by the two triangles from lower right to upper left (V); in that of the Kogaekogae it runs along one or other diagonal (/, \) (Fig. 6a, b).

The Natterer skin can be confidently placed in the *edugo* group, and may be

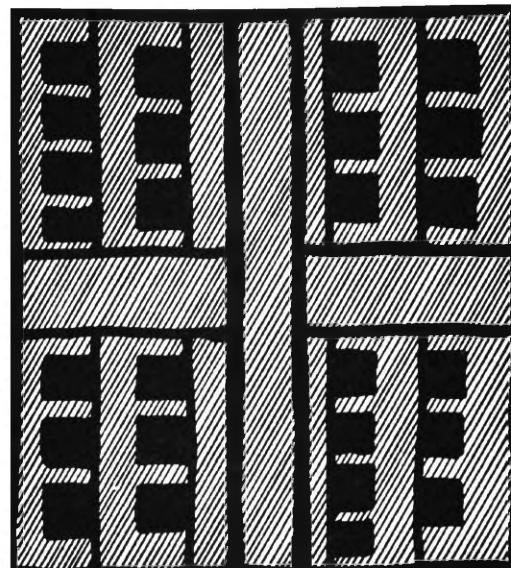


Fig. 3a – Feather. *Aroe eceba oiaga* (eagle).

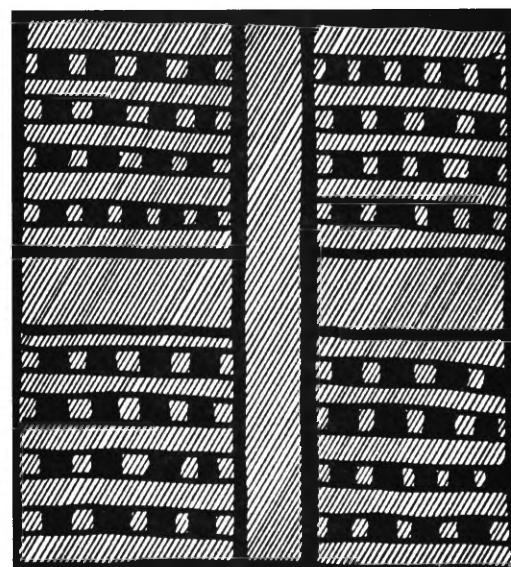


Fig. 3b – Carapace. *Ato* (turtle).

specifically identified as being of the Kogaekogae type, since the hatching in its triangles runs parallel to either diagonal of the X units. Although such a skin is not illustrated in the *Encyclopédia* (perhaps because of its close

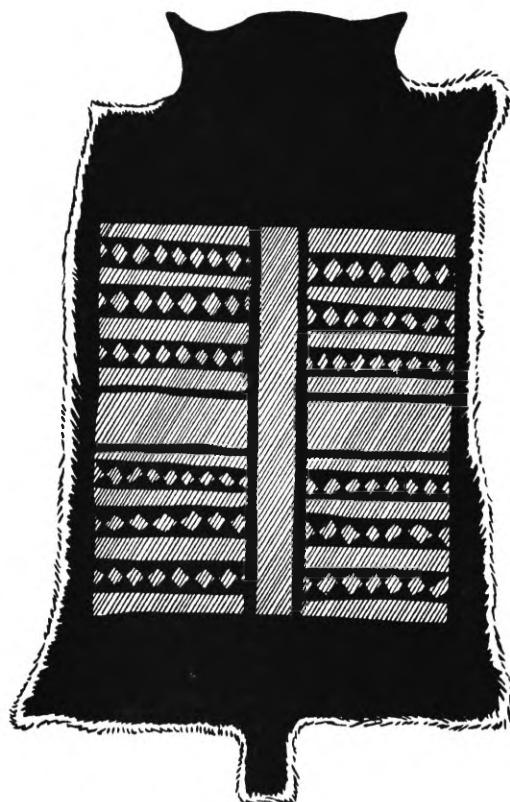


Fig. 4 – Buregodurege edugo.



Fig. 5 – Iwara arege edugo.

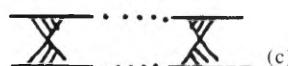
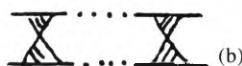


Fig. 6 – Double triangle or 'X' units: a) Iwara arege; b) Kogae kogae; c) variant of b); d) variant of b).

similarity to the Iwara arege design), the cross-hatching typical of it is found on other Kogae objects that are illustrated, for example the wind instrument *wari* (p. 51). Of all the Adugo biri known, or that have been reproduced, this Kogae example is perhaps the most magnificent.

According to the *Encyclopédia*, the Bororo have mutually non-exclusive explanations of what the Barege Ekedodu ceremony means, and of the particular significance of the Adugo biri within it (EB 1:235). These explanations belong to shamanic modes of thought, or philosophical traditions, identified in that source by the terms *bari* and *aroe*. The former

emphasizes the bargain made with the sky spirits that there be more jaguars to hunt, the beast feared yet desired as anagnorisis. Fully in line with Bororo ideas of reconstitution, the *aroe* version points rather to the material skin that will clothe and protect the soul on its journey beyond death, that will indeed re-embody and re-articulate that soul, complete with teeth and claws, necklace and crown. In the ceremony, the one who hangs the skin from his neck also wears the jaguar's teeth and claws. Hence the visual and numerical interest evinced by the Adugo biri corpus, in the longer story of the vertebrate body and its coverings. Likewise, the central column and

anatomical format recall the body-frame thanks to which Meri the sun was able physically to reconstitute his brother the moon Ari, after the latter had been torn apart by Adugo.

Further insight into just these Bororo notions of precedent, numerical and conceptual, is offered in the accounts of how the jaguar became the forefather of the tribe, and how he put the sun and moon to flight. For in his foundational role, Adugo both engenders the hero Twins known as the Bakororo-doge, who clear for the Bororo their space on earth, and matches himself against the celestial bodies of the sun-moon (Meri-doge), and the stars. These stories are told in two sequences, which belong respectively to the terrestrial and celestial registers, and intricately cross-reference.

The first narrative (WS 174-86) concerns the role of Adugo as father of the hero twins Bakororo-doge (Bakororo and Itubore), who rid the world of excessively dangerous beasts. Installed as the western and eastern guardians of the Bororo settlement, these two effectively initiate the system of eightfold clans arranged in moieties: Xera to north, Tugarege to south at the perimeter, and the inverse at the center, in the men's house. Adugo's wife is the daughter of the Bororo hunter Akarui Bokodori, of the Badajebage Xebeguiugue clan, who instituted the feasts held in honour of jaguars (WS 110-1). As we saw, when new born, their twin sons – half jaguar and half human – have fine red and black stripes imprinted on their skin; they also display the double triangle markings of the sky people.

In marrying Adugo, Akarui's daughter inverts Bororo matrilocal custom by travelling to her husband's home. This home is named by him as the last of a series of seven caves, and she takes seven nights to get there, sleeping with the occupants of each of the previous caves along the way. Feline (note the *ai* element discussed above) and wolverine, each occupant has progressively less black in his skin, the jaguar having the finest and most variegated skin of all:

Numerically, and set in pairs as they are, the caves or holes explored by Adugo's bride correspond to the head orifices – the sites of the senses (ears, eyes, nostrils) that she needs fully to identify her future husband, the 'speaker' and owner of the singular mouth (commemorated in the Barege ekedodu song of the 'onça falador'). Moreover, in the classic proportion 7/9, the orifices of the whole body might be insinuated in the penetration of Adugo's bride that goes on in the caves, first thanks to his predecessors, who do not inseminate, and then to him, who does.

The other narrative about the jaguar Adugo (WS 55-6) casts him as the first of eleven creatures, rather than the last of seven, again all vertebrates, who encounter the powerful figures of sun (Meri) and moon (Ari), known jointly as the Meri-doge. These two, sun and moon, have many dealings with jaguars, and each is owner of a decorated jaguar skin made by the other, kept in the areas reserved for the clans Badajebage Xebeguiugue and Badajebage Cobuguiugue (WS 42). Around the village perimeter, these clans occupy the Xera side of the west and east doorways, guarded by Adugo's twin sons Bakororo and Itubore; the finer jaguar skin belongs to the senior twin, Bakororo of the west and the Badajebage Xebeguiugue clan. This clan also has the exclusive right to use proper names based on the words for sun and moon.

In the story of the eleven creatures, Adugo is attacked by the Meri-doge luminaries for having once devoured the moon, an act which obliged the moon's brother, the sun, to reconstruct his body from the remains laid out on a framework anatomy (WS 24-7). The restitutive powers displayed by Meri in this regard enable him elsewhere to endow humans and other creatures with body parts, including teeth and digits.

In being attacked and put to flight, the jaguar Adugo is specifically identified as the

- | | |
|--------------------------|--------------------------------------|
| 1 Ipocereu (black tayra) | 2 Ai meareu coreu (black forest cat) |
| 3 Okwa (small wolf) | 4 Rie (big wolf) |
| 5 Aigo (puma) | 6 Aipobureu (jaguatirica) |
| 7 Adugo (jaguar) | |

father of the Twins, those who guard the horizons between which Meri-doge are here said to be travelling on their celestial journey. The first three of the eleven creatures that Adugo leads are himself plus two of the four feline cave-dwellers who knew the Twins' mother before he did, an inversion of sequence. There follow six birds, including the eagle-hawk pair commemorated in the Adugo biri, and the heron 'night lord', a known constellation. Then, finally, comes the pair monkey and caiman, designated as 'upper' and 'lower', the caiman (Uwai) also being a constellation. Put to flight, each of the eleven is commemorated in turn in the verse of a song, in subgroups marked by pauses:

1 Adugo (jaguar)	
2 Aipobureu (jaguatirica)	3 Aigo (puma)
4 Kurugugwa (hawk)	5 Aroe Eceba (harpy eagle)
6 Toroa (sparrow hawk)	7 Baruguma (little hawk)
8 Bace (heron)	9 Kidoe (parakeet)
10 Aroe pai (monkey)	11 Arogwai (caiman)

Adugo's eleven, including as they do known constellations, have been proposed as a kind of zodiac (Fabian 1982), and it is the case that that number is repeatedly associated with the night sky throughout tropical America (Brotherston 1992:66-7).

In both stories, Adugo appears with other vertebrates in sequences that involve counting and numerical logic. As the last and then the first, Adugo is singular in each case, in what otherwise tends to be an enumeration in pairs. Then, for their part, these pairs form subgroups according to shifts and pauses in the narrative, and to what we know or are told, here and elsewhere, about their skin covering, diet and habits, and the taboos that govern the hunting of them. Among the eleven, the three felines and the subsequent three pairs of birds constitute a subgroup of nine, to which the final pair, after the shift in location, is added as a kind of coda: the egg-laying caiman and the near-human monkey, 'low' and 'high' in the vertebrate story. As we saw, skin covering (scale, feather, fur) is a principal source of the Adugo biri designs.

Embodied arithmetic

Deriving as they do from a range of natural phenomena and conventionalized social indicators, the Adugo biri designs constitute what demands to be acknowledged as a textual corpus, a series of visual statements that are framed and reflexive and which intricately cross-reference. Whatever their natural origin may be or have been, the glyph units ranged in them demand to be counted arithmetically in their own right, in sets and groupings that are predetermined by the particular format, and which vary from ceremony to ceremony (compare, for example, the two armadillo

Adugo biri in the *Encyclopédia*, pp.234 and 236).⁷ In this process, there is an obvious play with expectation, in the sense of introducing a variant into an otherwise symmetrical pattern, and with styles of counting, serial and cumulative, and with squaring and multiplication generally.

For example, the Aroe eceba oiaga design that reflects the tail markings of the harpy eagle sets its units either side of the middle column, and in upper and lower areas. Facing left, the units to the left mirror, i.e. laterally invert, those to the right, which face right, and thereby affirm a pattern of diagonal correspondence, upper left to lower right, and upper right to lower left. Yet upon inspection the mirroring proves to be not quite symmetrical, since in the former of the two diagonals the inner vertical line becomes the outer (or vice versa; Fig. 3a):

	left	right
upper	4 3	3 3
lower	3 3	4 3 [i.e. not 3 4]

(7) The efforts of outsiders (*barae*) to understand the multiple meanings of the Barege Ekododu ceremony and its artifacts are sometimes satirized during the ceremony itself, in pantomime interludes that feature caricatures of inquisitive early European explorers (EB 1:233).

Again, the turtle's carapace Atu atugo (Fig. 3 b) establishes a norm of four units in each of four rows in each of four areas (i.e. $4 \times 4 \times 4$ or 4^3), only then to modify it in three of the areas – upper left and right, lower right – through the addition of an extra unit in one of the rows (4th, 1st and 3rd respectively):

	left	right
upper	4	5
	4	4
	4	4
	5	4
lower	4	4
	4	4
	4	5
	4	4

This kind of logic is taken further in the arrangement of X units in the Iwara arege design (Fig. 5), where the reading is horizontal, across pairs of ribs, three in the upper area and three in the lower. The left side is quite regular, and proposes a pattern of three fives, upper and lower; and the right side is irregular, since two of the six ribs there increase this number to $5^{1/2}$ and another two ribs increase it to 6:

	left	right
upper	5	6
	5	6
	5	$5\frac{1}{2}$
lower	5	5
	5	$5\frac{1}{2}$
	5	5

This means that the lowest total on any one rib is 5 and the highest on any pair is 11. These term numbers are then seen to be developed, to left and right respectively. The fives to the left are counted cumulatively, i.e. through all the numbers up to and including five, to give twice 15 ($1+2+3+4+5$), in what may be called 'sigma' count, in line with the Greek letter which may indicate this kind of addition (Σ). Meanwhile, the right half produces half the sigma count of the higher number, 11. The sum of the two halves is 63, the product of 7 and 9, the intervening odd numbers between 5 and 11. Hence:

$$\left. \begin{array}{l} \text{left: } 2(5x3) = 30 = \Sigma 5x2 \\ \text{right: } 2(5 + 5^{1/2} + 6) = 33 = \Sigma 11x^{1/2} \end{array} \right\} = 7x9$$

Beside having a clear elegance in its own right, this formulation invokes ciphers resonant in Bororo culture. The fives to the left are the digits of the hand and foot that Meri formed for earthly humans; the eleven to the right are the bodies led by Adugo that Meri chased from the sky. The intervening 7 and 9 correspond to the orifices of the human head and body.

In the Kogaekogae design drawn on the Natte-kin (Fig. 1), logic and arithmetic follow the same lines, and there are even coincidences between actual totals and number-groups of units (notably the prime number 11), and between the styles in which they are added (serial, cumulative) and multiplied. Yet the Kogaekogae design is far more complex, thanks in part to its characteristic use of two kinds of differently-hatched X units. Also, here there are eight rather than six pairs of ribs (three upper, five lower), and larger totals that range from 7 on a single rib to 22 on a pair. There are even variant forms of the X unit, and a fraction that is less than half.

Starting with format and distribution of rib totals of X-units, regardless of which type they are, and of fractions, the following Number-Group scheme can be established:

ribs		totals of X units	
		left	right
upper	A	8	10
	B	9	11
	C	11	11
lower	D	8	11
	E	10	11
	F	7	11
	G	7	9
	H	9	11

Through simple addition, the grand total of all X units on the 16 ribs is 154. That neither this number nor the framework design is random is immediately suggested by two concomitant formulae. First, the total of the

highest and most populated Number Group, 11, exactly equals that of all the other numbers put together:

2]
$$(7 \times 2) + (8 + 2) + (9 \times 3) + (10 \times 2) = 77 = 11 \times 7$$

Second, the grand total is the product of the lowest total on any one rib (left F or G) multiplied by the highest total on any pair of ribs (C):

3]
$$7 \times 22 = 154$$

In both equations, the main factors are the prime numbers 7 and 11, which serve as lower and upper terms for the full flush of five numbers 7, 8, 9, 10, 11, being the only primes in that range. With respect to the skin's material source, they are of course precisely the two primes we saw operative in the Adugo stories of the caves and the sky respectively.

Their clear conceptual resonance in these cases may encourage us to consider in similar terms the intervening numbers, even (8, 10) and odd (9), and further to explore the notion of numerical construction as such, in the prolonged analogy between numbers with their factors and the body with its parts.

Coincident with the format itself (the eight rows of ribs), 8 indicates the number of clans in the Bororo settlement. Doubled to 16 (left A and D) in the binary progression for which Bororo logic is renowned ($2, \dots, 2^3, 2^4$), it also brings anatomy into play. For in the Barege Ekedodu ceremony, the person who bears the jaguar's skin is also adorned with its teeth and claws, tokens of the body which in the *aroe* reading of the ceremony is to be protected and even reconstituted. Multiplying in pure binary progression in the human adult, teeth reach just the total established in the upper right area, that is, 32, or 2^5 (for good measure the total of teeth in a child's mouth, 28, is given in the matching area upper left). As for the human equivalent of the claws, they are correspondingly specified in the other pair of even numbers, the 10s (right A, left E). When strengthening the beaks of birds, Meri goes on to endow humans with their binary sets of

teeth, and their decimal sets of fingers (WS 155). Thanks largely to the Bororo, binary logic became the basis for Lévi-Strauss's Structuralism; as for decimals, digits form the base of Bororo counting nomenclature (Fabian 1992:232)

Just as the even numbers correspond to projections of the human body, so the odd number 9 corresponds to its orifices and stands in a special ratio to the 7 of the head orifices. Indeed, just as in the Iwara arege design examined above (1), 9 and 7 here multiply to produce the sum of the intermediary divisible numbers:

4]
$$(8 \times 2) + (9 \times 3) + (10 \times 2) = 7 \times 9$$

Finally, the question of surface and dimensions, and how it may relate to the other equation stated above: 7 (lowest total on any one rib) \times 22 (highest total on any pair of ribs) = 154 (grand total). When the Adugo biri skin is placed on a human body in the Barege Ekedodu ceremony, its inscribed ribs undergo a lateral inversion: what is left and right for the observer becomes right and left for the wearer. At the same time, the pairs of ribs inscribed on the flat two-dimensional surface curve protectively around those of the wearer. Given the coherence of the arithmetical statement made by the grid design so far, along with the concept of this inversion, it is perhaps not too bold to recall that the formula shown above to produce the grand total of units, $7 \times 22 = 154$, can correspondingly be inverted. For, expressed as $2^2/$, or ?, it produces a rounding of the ribs into the third dimension, shaping them into the cylindrical thorax shield. An equivalent argument is proposed by Fabian when he speaks of 'squaring the circle' of Bororo space-time (1992:163)

Cross-matching

The analysis made so far of Natterer's Kogaekogae text has been entirely based on Number Groups, on the sheer grouping and distribution of X units within the rib format, without regard for the type of X unit involved.

The next stage means distinguishing between the two types of unit it uses, those whose hatching points upwards to either left (= X\) or right (= X/; Fig. 6b). From the start, we may confirm that, although they are intricately distributed between the Number Groups and to left and right in the upper and lower areas (as we shall see), each of the two types of hatched X unit totals 77, in an exquisite complement to the Number-Group formula established above (see 2):

5]

$$\begin{aligned} X/ : 7 + 8 + 9 + 10 + 10 + 11 + 11 + 11 = 77 \\ X\ : 7 + 8 + 9 + 9 + 11 + 11 + 11 + 11 = 77 \end{aligned}$$

Overall, the general direction of the hatching in the units (on the exceptions, see below) corresponds to their respective positions on the ribs to right and left in the upper and lower areas, in the diagonal cross that echoes that of the X unit itself.

	left	right	
upper	X\	X/	i.e. \/
lower	X/	X\	\/

Introducing a subtle variation, the hatching in one of the five ribs in each of the lower areas fails, however, to cross-match with that of the three in the respective upper area, right to left and left to right, in the pattern established by the X design. The exceptional fifth ribs (left G, right D) highlight the primes 7 and 11, again, and in so doing implicitly associate the X\ unit with seven and the X/ unit with eleven.

ribs		totals of X units		(*) the two outermost X units have inverse hatching in lower and upper triangles respectively (**) beginnings of a further X unit innermost (Fig. 6c, d)
		left	right	
upper	A	\	/	
	B	8*	10**	
	C	9	11	
lower	D	11	11	
	E	/	\	
	F	8	/11	
	G	10	11	
	H	7	11	
		9	11	

The association between the two types of X unit, on the one hand, and the primes 7 and 11, on the other, is in fact developed in the actual totals of these units found in the upper and lower areas, diagonally to left and right. For the totals of X\ units to upper left and lower right relate to both the square and the sigma count of the smaller main prime, 7. Completing the pattern, the X/ totals to upper right and lower left give the sigma count of the larger main prime, 11, reaching that total again via squares, and multiples to the power, of all the smaller primes (2,3,5), as well as the sigma count of the intervening 9. Always adding only like with like, strictly within the four areas of the grid this produces:

6]		X\		
		left	right	
upper:		28 = $\Sigma 7$	—	
lower:		7	42	$= 7 + 42 = 49 = 7^2$
all:				$\Sigma 7 + 7^2 = 77 = 7 \times 11$
		X/		
		left	right	
upper:		—	32 = 2^5	
lower:		25 = 5^2	11	
		+9 = 3^2	—	
		=34	11	$= 34 + 11 = 45 = \Sigma 9$
all:				$34 + 32 = 66 = \Sigma 11 + 11 = 77 = 11 \times 7$

In other words, the disposition of the two types of X units complements the Number-Group disposition at every stage. What it adds is the notion of cross matching, explicit in the hatching in the two types of units themselves, and which Reichel-Dolmatoff has convincingly related, at one level, to tropical American notions of gender relations between male and female, and human procreation (1981:22). In social terms, it may be usefully compared with the layout and exogamy of the Bororo village, whereby the Xera and Tugarege moieties to north and south are each divided into lesser and greater parts, creating the possibility of more intricate cross-matching (Fig. 7). Finally, it becomes the means for expressing the arithmetic of the sky also inherent in this superb example of an Adugo biri.

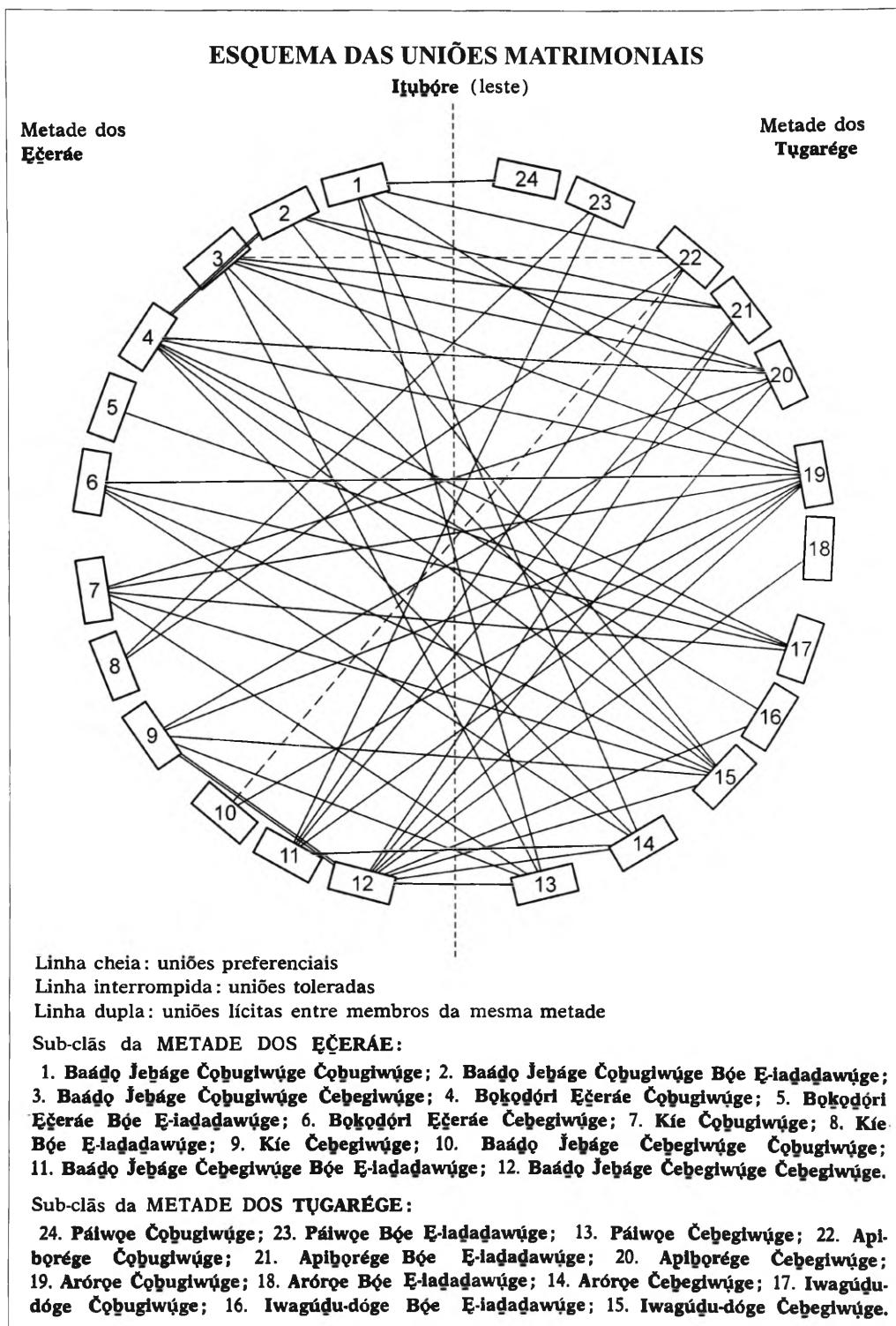


Fig.7 – *Clan cross-matching (EB 1: 450).*

Bodies of the sky

The Kogaekogae type of *Adugo biri* identifies those who named the bodies of the sky. For that reason, its complex arithmetic might be expected to invoke those bodies, no less than terrestrial anatomy and clan. Thanks to the work of Fabian and others, there can be no doubt about the sophistication of Bororo astronomy as such.

Guarded by Bakororo to the west and Itubore to the east, the very axis of the Bororo village commemorates the 'sun's path' (as it is called, *Meri etawara*; WS 95), travelled by the sun, moon and planets. Over the course of the tropical year, the sun, the brightest of them all, rises and sets, to north and south along the east and west horizons, in positions likewise commemorated in the layout of the Bororo settlement (Fabian 1992:163) and, in the case of the June solstice, in the bonfires of the male initiation ceremony *Akiri doge*. When viewed in plan, the solstice pattern, widely recognized in tropical American astronomy, is also reflected in the very design of the *edugo* 'X' unit. The central or midday moment as such is specified in 'Adugo's bride', when Adugo wrestles with his future father-in-law from dawn until exactly noon:

	northern solstice	southern solstice
sunrise	x	x
village/noon		
sunset	x	x

Reading the X units as years, on these grounds, alerts us to the unique and striking status of one of the eight rib rows (D). Unlike any other (G includes variant Xs), it has X-units whose hatching always goes in the same direction (X/), on both the left and the right sides. It reads:

7]

$8 + 11 = 19$ [years]

The formulation could hardly be more resonant in terms of *Meri*, the sun, and the

solar-lunar entity *Meri-doge*, Adugo's antagonist. For the synodic cycles of sun and moon first coincide after 8 solar years, which equals 99 lunations (plus almost one night), the period as such being commemorated in the Greek term *octaeteris*. A yet more exact coincidence occurs after 19 solar years or 235 lunations, the so-called Metonic cycle which in Christendom still serves as the arithmetical basis for calculating the date of Easter (which falls on the first Sunday after the first full moon after the Spring equinox). In the Kogaekogae design, the first cycle or *octaeteris* is incorporated into the second (Metonic) cycle as $8 + 11 = 19$.

As the cipher of the sky jaguar, the eleven has multiple resonance in this equation, once again in a style characteristic of shamanism. In the dimension of years, it mediates between 8 and 19 as the equivalent of 136 moons, and in astronomical fact coincides with the sunspot cycle (which the Bororo may or may not be pointing to here). In lunations, it is a factor of the *octaeteris*, which amounts to 11×9 moons (traditionally, eleven periods of human gestation). Yet again, in the dimension of nights or days, eleven is the epact, that is, the difference between twelve completed lunations (354 nights) and the year (365 days).

Several accounts are known (Fabian 1992:134) of how the Bororo, through the Badajebage clan, learned the star names from one of their number, a boy abandoned at night in the forest. They tell how the Kogaekogae spirits hissed their greetings to the stars (*ikuieje*, 'faces', 'eyes') as they appeared, in sequences which tend to intercalate the inner and outer planets, Venus and Mars, with stars proper, in the fashion of this list (WB 47-54):

Jekurireu; Venus
Akiri-doge; Pleiades
Bace Iwara Arege (Heron); Orion's belt
Pari Burea-doge (Emu); Southern Cross
Tuwagou
Kudoro (macaw); *Pavo*
Bika Joku; Mars
Jeriguigui (turtle)
Upe (turtle)
Bokodori Jari Paru Kado Jebage

Of the identifiable constellations, the pair of turtles is of especial interest. Initially identified with *Corvus*, the turtle *Jeriguigui* was later linked to *Orion*, in the opposite half of the sky, a transposition discussed by Lévi-Strauss when relating this story to the foundation myth (M_1) of his *Mythologiques* (1964:51,235). Since then, in a brilliant piece of field work and detection, Fabian (1992:147-8) has been able to show that each of the turtles (*Jeriguigui*, *Upe*) names two constellations in a gamut which stretches over just less than half the sky, from *Orion* (Right Ascension 5) to *Scorpio* (Right Ascension 16). This arrangement in halves that hinge on *Scorpio* echoes that found in other tropical American systems, for example in the *Rio Negro* and among the *Kogi*, and even in Mesoamerica. In all these cases, the other hinge is effectively the *Pleiades*, the *Akiri-doge* whose heliacal rising after their disappearance in May is commemorated in the June solstice ceremony, during the dry season, when fires are lit in order to slow the progress of the constellation through the sky.

The correlation of the *Pleiades* with the June solstice is widely understood as the marrying of two orders of time, solar and stellar, synodic and sidereal. Bororo narratives make the distinction as such between these two orders of celestial time, saliently in the bargain that *Meri* the sun made with the *heron*, the *Night Lord* who is a constellation (WS 38-40). There, sun and star is each shown to have owned its own time, synodic and sidereal, a 'diachrony' according to Crocker (1985:347). Fabian speaks of them as successive 'layers' of time (1992:145), and takes the idea further when observing that the *Akiri-doge* ceremony 'synchronizes astronomical, ecological, and social time, links the realms of nature, society, and the spirit world, and highlights the significance of astronomical observations in Bororo culture' (1992:133).

The solar year of the solstice is in fact slightly shorter than the stellar year of the *Akiri-doge*'s heliacal rising, a difference which over time produces a steady slippage of the one against the other (so that the synchronicity noted by Fabian can never be very long

lived).⁸ For their part, the phases of the synodic moon have a rhythm of just over 29 nights; yet in sidereal time it takes the moon nearer 27 nights to regain its position relative to a given constellation. The distinction is clearly registered in tropical American texts, strikingly in the *Barasana* sky chart which pairs the steps the moon makes along the two respective paths, 29 in that of its synodic phases – a crescent and full moon – and 27 in that of the stars – a star inset into a crescent moon – (Hugh-Jones 1983:187).

The difference in kinds of time corresponds to an inversion in celestial movement. For while sun and moon move regularly, day and night, from east to west horizon, their apparent movement with respect to the stars, over lunations and years, is in the other direction, from west to east. For this reason, it is of major importance to note the direction that sun and moon are said to be travelling in when they encounter the sky jaguar's eleven. The text specifically states that they are moving from west to east, rather than the expected east to west (WS 55-56). In other words, their path across the sky is not from the horizon of their risings to that of their settings, but through the stars; that is, they journey back along the ecliptic, or zodiac, pointed to by Fabian. In the case of the moon, the regressive motion, night by night, is very clear, certainly to the Bororo.⁹

In astronomical terms, the story of the sun and moon's involvement with the eleven creatures led by the jaguar, who include known constellations, must, then, refer to their sidereal rather than their more obvious syno-

(8) Since Natterer went to Brazil, the rising of the *Pleiades* has advanced nearly three days in the calendar year; since the Bororo links with the Inca postulated elsewhere by Fabian (1998), it has advanced no less than ten days. Known as the Precession of the equinoxes and detectable in other tropical American systems (Brotherston 2000), this slippage may arguably be what the *Akiri-doge* fires are meant to counter-act, in 'slowing down' the advance of the *Pleiades*.

(9) 'Há várias explicações dadas pelos xamãs dos espíritos, acerca do caminho seguido pela lua para voltar ao ponto inicial de sua viagem i.e. ao oriente' (EB 1:9).

dic phases. In this regard it is also worth recalling that of the jaguar's twin sons, the senior one Bakororo guards the west, not the east. In just this sidereal context, the design of the X units on the Kogaekogae skin is best understood as its two constituent triangles. For the Kogaekogae spirits who hiss the names of the constellations, as they rise over the eastern horizon, are said to do so having the two types of hatched 'triangles' painted on their faces. In the case of the Kogaekogae skin, the totals produced by these triangles appear to correspond to the nights of sidereal time, just as the totals of X units (or double triangles) correspond to the years of solar time, above all when we take into account the variant X\ units at the ends of rows A and G (where the hatching in the upper triangle goes in the opposite direction to that in the lower triangle: see Fig. 6c).

The layout of the 77 X\ units in question is as follows:

upper:	28
lower:	7 42

In terms of constituent triangle units, these Xs yield:

8]
all triangles triangle \ variant triangle /

7x2	7x2=14	
28x2	27x2=54	2
42x2	41x2=82	2
150		

As we saw, the X\ unit is to 7 what the X/ unit is to 11, and an implicit link between 7 and the moon is made in 'Adugo's bride' insofar as its absence, night after night, prevented her from seeing the occupants of the seven caves. That the reference here becomes in fact the nights of the sidereal moon is borne out by the fact that each of the three totals of \ triangles matches its cycle, especially the final 82. For it is precisely after 3 cycles that the sidereal moon, of 27.3 nights, fully occupies an extra night. The three instalments of \ triangles correspond, then, to totals of sidereal moon

cycles that amount to exactly half the cipher eleven:

9]

$$14 + 54 + 82 = \text{nights of } 1\frac{1}{2} \text{ plus two plus three} \\ \text{moons} = 5\frac{1}{2} \text{ or } 1\frac{1}{2} \text{ sidereal moons}$$

Finally, the other prime number consecrated on the Kogaekogae skin, 11, is suggestive of a sidereal cycle complementary to the moon's, that of Mercury. The identity of the 'Moon's follower' (Ari reaiwu) is uncertain though there is no reason why it should not be Mercury (Fabian 1982:286; 1992:144). In terms of astronomical orbit, the kind of body best qualified to be a lunar companion is a planet, and of the planets the inner ones, Venus and Mercury, which (like the moon and unlike the outer planets) pass between earth and sun. And of the two, Mercury is the more likely, since Venus is typically named and celebrated in its own right for its brilliance and size, and because Mercury's phases approximate those of the moon far more closely. In synodic time, Mercury takes just under four moons (118 nights) to complete a cycle (116 nights), and in sidereal time, at <88 nights, it takes just over three moons (82 nights); Venus's cycles are many times longer and less coincident.

One way of accounting for the second type of irregularity in the count of X units on the Kogaekogae skin - the incipient extra unit innermost in rib right A (Fig. 6d) - would be to see in it a reflection of this other sidereal period, a complement to that of the moon. If so, the cycle is expressed via the principle of Number Group and the upper prime eleven, rather than via the principle of hatched triangles within the X\ unit and the lower prime 7, used for the moon. For the extra unit in rib right A potentially raises the group total of the elevens from 77 to just under 88, <44 plus 44, upper and lower. When doubled as triangles, in the fashion of the sidereal moon units, this almost-88 would produce something between 175 and 176, an upper <88 and a lower 88, a good approximation of two sidereal Mercury periods.

Triangles in Number Group 11:

	left	right
upper	< 22	22
		22
	22	22
lower	22	22
		22
		22
		22

In proposing this last reading, however, we should stress that, in contrast to everything suggested hitherto, it is not directly supported by a known corresponding Bororo narrative or perception.

*

At the very least, the Bororo jaguar skin brought to Vienna by Natterer demands more recognition as a visual text than it has received hitherto. Deploying and correlating numbers with considerable sophistication, it embodies paradigms of Bororo culture, while its very format and patterning of variables

prompt the desire to understand and decode. That it might be just random as a numerical statement is rendered impossible by the series of interlocking equations involving Number Groups and the two types of X unit (2, 3, 4).

The 'decoding' is best done in the terms it itself proposes initially, as the skin of an animal which plays a foundational role in the terrestrial and celestial registers of Bororo cosmogony, and which features pre-eminently in the Barege Ekedodu ceremony during which such painted skins are made, paraded and worn. In this way, meaning inherent in the actual performance of the ceremony can be correlated with the key jaguar narratives. This correlation highlights the significance of a logic which is in part but by no means exclusively binary, and of an order of numeracy not normally associated with lowland South America. Pertinent to the attempt to understand human cultural history, this Bororo statement raises questions of epistemology, of how best to read. It is a configuration where relevance is the valency of its numbers and where 'truth' exists insofar as it is embodied and lived.

BROTHERSTON, G. 'Meaning in a Bororo jaguar skin'. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 243-260, 2001.

ABSTRACT: This article proposes the analysis and interpretation of a Bororo jaguar skin exhibited at the Mostra in São Paulo organized in 2000 to mark the most recent 500 years of Brazilian history. The Author shows how this painted skin known as Adugo biri demands more recognition as a visual text than it has received hitherto. Deploying and correlating numbers with considerable sophistication, it embodies paradigms of Bororo culture, which prompt the desire to understand and decode. Analysing this skin in the light of what we know about the Bororo culture, the Author contributes to our understanding of the complexity of this group's "mentality".

UNITERMS: Bororo – Jaguar symbolism – Adugo biri – Ethnoastronomy – Ethnomathematics.

References

- ALBISSETTI, C.; VENTURELLI, A.J.
 1962- *Encyclopédia Bororo*. Campo Grande. 3 vols
 1976
- AVENI, A.; URTON, G. (Eds.)
 1982 *Ethnoastronomy and Archaeoastronomy in the American Tropics*, New York: New York Academy of Sciences.
- BALDUS, H.
 1944 *Bibliografia crítica da etnografia brasileira*. São Paulo.
- BROTHERSTON, G.
 1992 *Book of the Fourth World*. Cambridge University Press. Translated as *América indígena en su literatura*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- 2000 Jurupary articula o espaço dos táría e a ciência da América tropical. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 259-76.
- 2001 Native numeracy in tropical America. *Social Epistemology*, 15: 299-317.
- CLOSS, M.P. (Ed.)
 1985 *Native American Mathematics*. Austin: University of Texas Press.
- COLBACCHINI, A.
 1919 *A tribo dos boróros*. Rio de Janeiro.
 1925 *I boróros orientali öraramugudög del Matto Grosso, Brasile*. Turin.
- COLBACCHINI, ALBISSETTI, A.; ALBISSETTI, C.
 1942 *Os boróros orientais*. Rio de Janeiro: C.E.N.
- CROCKER, J.C.
 1985 *Vital Souls. Bororo Cosmology, Natural Symbolism and Shamanism*. Tucson, University of Arizona Press.
- DRUMOND, C.
 1965 *Contribuição do Bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: IEB-USP.
- FABIAN, S.M.
 1982 Ethnoastronomy of the Eastern Bororo Indians of Mato Grosso, Brazil. A. Aveni; G. Urton (Eds.) *Ethnoastronomy and Archaeoastronomy in the American Tropics*. New York, New York Academy of Sciences: 283-302.
- 1992 *Space-Time of the Bororo of Brazil*. Gainesville: University Press of Florida.
- 1998 Waiting to tie the knot: thoughts on structural similarities between Bororo and Inca. *Journal of the Steward Anthropological Society*, 26 (1-2):19-36.
- HUGH-JONES, S.
 1982 The Pleiades and Scorpius in Barasana Cosmology. A. Aveni; G. Urton (Eds.) *Ethnoastronomy and Archaeoastronomy in the American Tropics*. New York, New York Academy of Sciences: 283-302.
- in the American Tropics. New York, New York Academy of Sciences: 183-202.
- KANN, P.
 2000 Sammlung von Johann Natterer. Museum für Völkerkunde website, Vienna.
- KANN, P.; DORN, R.
 2001 Die österreichische Brasilien-Expedition 1817-1836. W. Seipel (Ed.) *Die Entdeckung der Welt, Die Welt der Entdeckung: Österreicherische Forscher, Sammler, Abenteurer*. Viena, KHM: 217-255.
- LÉVI-STRAUSS, Cl.
 1955 *Tristes tropiques*. Paris: Plon.
 1964 *Mythologiques. Le Cru et le cuit*. Paris: Plon.
- MAYBURY-LEWIS, D.
 1979 *Dialectical Societies. The Ge and Bororo of Central Brazil*. Harvard UP.
- NATTERER, J.
 1893 *Brasilische Säugethiere. Resultate von J.N.'s Reise*. Vienna.
- PLITEK, K.-H.
 1978 *Totenkult der Ge und Bororo*. Hohenstaufen. Klaus Renner.
- REICHEL-DOLMATOFF, G.
 1981 Things of Beauty replete with Meaning. *Sweat of the Sun, Tears of the Moon*. Los Angeles: Natural History Museum: 17-33.
- RIBEIRO, D.
 1980 *Kadiwéu: ensaios sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes.
- RONDON, C.M.S.
 1948 *Esboço gramatical e vocabulário da língua dos índios borôro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- SÁ, L. de
 1993 A Dor e o gozo de ser índio: Entrevista com Darcy Ribeiro. *Indiana Journal of Hispanic Literatures* 1, 2: 81-89.
- 1997 *Reading the Rainforest*. Bloomington: Indiana University Ph.D. dissertation. Minnesota University Press. In press.
- SCHULTZ, H.
 1962 *Hombu. Indian Life in the Brazilian Jungle*. Amsterdam: Colibri.
- VIERTLER, R.B.
 1991 *A refeição das almas. Uma interpretação etnológica do funeral dos índios bororo*. USP/ Hucitec.
- WALLACE, A.F.C.
 1889 *Travels on the Amazon [1853]*. London & New York: Ward, Lock & Co.
- WILBERT, J.; SIMONEAU, K.
 1983 *Folk Literature of the Bororo Indians*. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications.

Estudos de Curadoria

AN ARCHAEOLOGICAL VIEW OF THE AMAZONIAN ETHNOGRAPHIC COLLECTIONS AT THE NATIONAL MUSEUM OF RIO DE JANEIRO, BRAZIL: REVIEWING FUNCTION

*Marcia Bezerra de Almeida**

BEZERRA DE ALMEIDA, M. An archaeological view of the Amazonian ethnographic collections at the National Museum of Rio de Janeiro, Brazil: reviewing function. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 263-274, 2001.

RESUMO: As coleções etnográficas do Museu Nacional do Rio de Janeiro reúnem mais de 25000 peças coletadas desde o século XIX até os dias de hoje. Seu estudo oferece à Arqueologia caminhos potencialmente úteis para a análise e interpretação da cultura material. Para este artigo foram selecionadas peças pertencentes a grupos indígenas da Amazônia, em especial os artefatos elaborados sobre ossos de animais, que nos permitem formular questões ao registro arqueológico.

UNITERMOS: Coleções etnográficas – Museu Nacional do Rio de Janeiro – Arqueologia – Ossos de animais.

The pioneers of modern museums – the so-called curiosity offices – gathered since the 16th century all sorts of objects that called to people's attention, motivated by interests in the Renascence of Greco-Roman antiquities. Being incessantly visited between the second half of the 18th century and the late 19th century, the Americas, were truly barns of exotic objects for collectors from all over Europe (Ribeiro 1986).

Marked, among other things, by the expansion of nationalism and by discussions surrounding the issues of human evolution, 19th century witnessed – mainly in Europe – the emergence of museums with a clear anthropologic character (Stocking Jr. 1985). The practice of collecting served nationalistic purposes – mainly from 1880 –, when market and colony disputes, the decline of evolutionist ideas, and the diminishment of the belief in technology, stimulated the search for ethnic identity.

That century saw the emergence of sciences like anthropology, ethnology, sociology, linguistics, and chemistry. According to Ribeiro (1986: 104), the collecting practices of the late 19th century attempted to "avoid the

(*) Researcher /Department of Anthropology Museu Nacional do Rio de Janeiro USP/CNPq. Doutoranda da Área Interdepartamental de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

loss not only of the culture of native peoples who they thought were condemned to extinction, but also of what we could find in these artifacts regarding the origin and evolution of mankind.”

The interest of anthropology in object collections secured in museums was left aside for a long period. Cantwell and Rothschild (1981) believe there are two reasons accounting for that. First, the moving of anthropology to the academic realm would have separated anthropologists from collections, and second, the considerable emphasis given to fieldwork. They quote Fenton when asserting that “anthropology was nurtured in museums and matured in universities”. To Laurie (Stocking Jr. 1985), museums came to have such an irrelevance to anthropologists that many of them were formed without ever have entered a museum. The work with collections was seen as a lesser activity, considered “woman’s work” or “armchair anthropology” (Cantwell & Rothschild, op. cit: 580). Thus, it was up to archaeologists and curators to take on the task of studying the material culture accumulated in museums.

Lately however, symbolic anthropology has been developing an interest on the variety of possibilities of study retained by material culture. Besides anthropologists, archaeologists have also begun to research ethnographic collections willing to test hypotheses about historic and prehistoric artifacts (Kaplan 1981).

As asserted by Deetz, “material culture is that segment of man’s physical environment, which is purposely shaped by him according to a culturally dictated” (1977: 7). This material realm is by excellence archaeology’s object of study, which long ago invests in ways that would permit a wider understanding of societies through this physical dimension.

From the 70’s on, several of these ways were proposed and have been successfully applied. In this manner, the main purposes of experimental archaeology, middle-range theory, ethnographic analogy, and ethnoarchaeology are to make a link, a “bridge”, between the archaeological record in the present and the past system that produced it.

Amongst those, analogy is the reasoning form most used by archaeology. In our daily

task as archaeologists, we are constantly making use of analogies, otherwise, according to Hodder (1982), how is it that we would be able to promptly identify some artifacts as stone axes, and arrow points? The problem, still according to Hodder, is to believe that objects and past and present societies, similar in some aspects, are similar in others. We need to be cautious not to fall in a “deterministic uniformitarianism” (p. 26).

The establishment of ethnographic parallelisms however, widens the researchers’ horizons. To Gould (1978), ethnographic models can furnish verifying hypotheses relatively free of ethnocentric biases. It is necessary to choose the ways of making those models operational. Discontinuous models, for instance, presuppose analogies between areas which environment and adaptation of human societies are similar, though distant in space or time. Continuous models refer to areas where continuity between prehistoric and contemporary populations can be evidenced. To Schiffer (1987: 363), ethnoarchaeology, as other sub-disciplines, has been furnishing general principles extremely interesting for the understanding of the ambiguities of the archaeological record. On the other hand, Hodder believes ethnoarchaeology became more related to anthropology and ethnohistory, and this can end up making the former lose its independence. According to him, “as ethnoarchaeology becomes more like anthropology and ethnohistory, and as it needs to incorporate the methods of these adjacent disciplines more fully, its independent existence comes under threat – at least in its present form. In its place we are likely to find material culture studies sitting astride many disciplines, and a different ethnoarchaeology of ethnic groups and with an archaeological dimension to ethnohistory.” (Hodder 1987: 117).

In his most recent publication “Archaeological Process – An Introduction” (1999), Hodder asks if two contexts can be really compared against each other, mainly when dealing with formal analogies. The solution would be the identification of the context and its boundaries – interpreted by the archaeologist – and the recognition of similarities and

differences within the contexts (Hodder 1999: 48). Gould (1990) believes that ethnoarchaeology must explore the relations between etic and emic interpretations, saying that "one of the most important roles of ethnoarchaeology in the development of acceptable ideas about human past is to inform archaeologists about kinds of ideas that are not possible through its evaluation in relation to such conditions in the real world" (p. 15). According to him, it is necessary to order variables that he divides in the ones tied to ecology, economy, and technology, and those relating to the symbolic domain.

Ethnographic collections allow comparisons with archaeological material in relation to the first variables, and the ones dealing with the symbolic character of material culture. Nevertheless, we should accentuate that such aspects can be linked between each other. "In small societies technology is inseparable from spiritual or ancestral involvement in the process of production." (Tilley 1999: 59).

The data resultant from studies, under ethnoarchaeology's view serve as base to the formulation of hypotheses and also as empirical material against which hypotheses elaborated from other reasoning can be tested (Kobylinski 1991).

As Hodder (1982) affirms, our dependence in other societies, behaviors, and forms of thought is extremely vast (p. 27). Thus, ethnographic collections are potentially useful to the archaeologist. Such collections, even though badly documented in many cases, constitute a valuable physical support for the archaeological research, contributing to the re-dimensioning and reorientation of our working hypotheses.

Our choice for studying the ethnographic collections of the National Museum of Rio de Janeiro arose from the necessity of widening the horizons of our studies of faunal remains found in Brazilian prehistoric sites. We are looking for investigating all the possibilities that could furnish us with more information for a better understanding of the interaction between prehistoric populations and zoocultural systems.

Ethnohistorical sources, for instance, have been largely utilized. The narratives offer us

important descriptions not only regarding the fauna, but also concerning the relationship between observed populations and the environment. Because it deals with this relationship in present populations, ethnozoology (Bezerra de Almeida 1998a) has also contributed to our work, allowing us to reorient some questions, but, above all, furnishing a data base to the construction of models to be tested by archaeology.

The ethnographic collections of the ethnology sector of the National Museum represent a rich source of information for ethnoarchaeology. Assembling, among others, artifacts and adornments made out of animal bones by populations of several parts of the world, this collection has allowed us to improve our studies.

Altogether, there are 28.000 pieces of native origin, of which an expressive part is from the Amazonic region. Our purpose is to establish a functionalist analysis, since we agree with Leach when he says that "functionalism as a social theory is now something of a fossil in the history of ideas, but as an analytical approach it retains its importance in the understanding of objects" (Leach 1996: 41). In the first stage of our work we analyzed around 200 artifacts, all elaborated from animal bones. For this brief presentation, we are going to concentrate on some of the ones related to Amazonic groups.

Extensively found in Brazilian archaeological sites, rodents – as agoutis (*Dasyprocta spp*) and capybaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) – are animals still consumed in Brazil (Bezerra de Almeida 1998a). Ethnobiological studies (Posey 1986) showed their inclusion in the diet of contemporary populations of the Amazonic region as well as the hunting techniques for their capture – that include the so-called "garden hunting" (Linares 1971). Horticulturist groups utilize their own fields to attract and capture small and medium sized rodents.

Regarding their skeletons, the most frequent elements in the archaeological samples are mandibles and teeth, mainly incisors, usually found separated from their mandibles. Our zooarchaeological research does not register, so far, the usage of these elements

outside the alimentary and adornment (as necklaces, for instance) contexts. Ethnographic collections allow us to see that teeth, as well as mandibles, were utilized basically in three forms: as scarifiers, as chisels, and as earrings.

Scarifiers are instruments for bleeding the skin, strengthening this way, the body. They are formed by a small wooden staff in whose extremity it was attached the animal teeth (Ribeiro 1988). I selected six examples: one made out of an agouti tooth by the Txikao group, also used as a chisel (Photo 1 – piece n. 2); two fish mandibles used as escaricator by Ipurinã and Kayapó groups (Photo 3); and a gourd slab with encrusted fish tooth, from the Bororo group (Photo 4).

The chisel is a kind of plane used for scraping, smoothing, and drilling shell, wood, and bone. A tooth of agouti, capybara, paca (*Cuniculus paca*) or peccary (*Tayassu pecary*) is attached in the extremity of a wooden staff. It can be simple, with a single capybara tooth (Photo 1 – piece n. 1) as the ones made by the Bororo, or double, with teeth on both extremities of the staff. It resembles, in its form, to the Txikao scarifier, previously described. Another kind of chisel is utilized by the Mura-Pirahã, that simply use a peccary or agouti mandible as they are, for smoothing wood used to make bows and arrows (Photo 2).



Photo 1 – 1 = chisel – Bororo; 2 = scarifier – Txikao; 3 = earlobe – Kayabi.



Photo 2 – 1 = mandible of peccary used as chisel – Mura – Pirahã; 2 = mandible of agouti used as chisel – Mura – Pirahã.

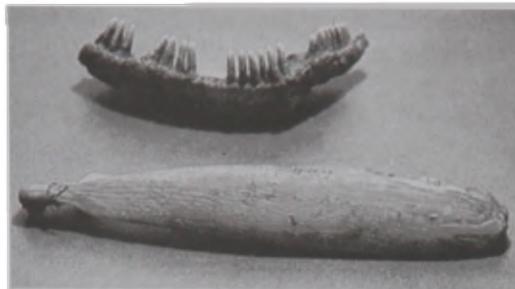


Photo 3 – Fish mandibles used as chisel – Ipurinã and Kayapó.

The Kayabi earrings are used in the earlobes. They are made of a wooden staff with two agouti teeth attached to one extremity, between which they put wax, giving it a chisel-like appearance (Photo 1 – piece n. 3). Its form is similar to that of the Bororo chisel and the Txikao scarifier (Photo 1).

The arrow points (Photos 5 and 6), also made out of animal bones, display an interes-

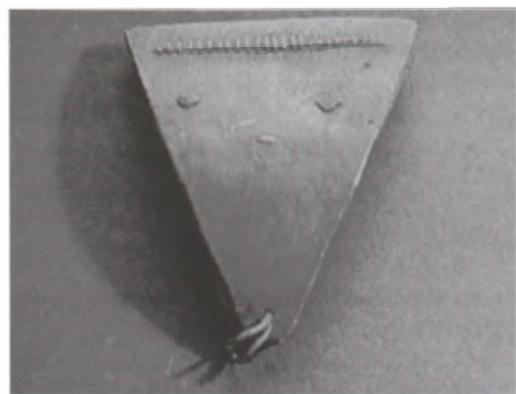


Photo 4 – Gourd slab with encrusted fish tooth used as chisel – Bororo.

ting variety. Out of a group of 38 pieces, 19 are double points attached to bamboo stems (Photo 6); 10 are double points made in such a way that the distal extremity remains pronounced, they are called “flecha fisga” (fishing

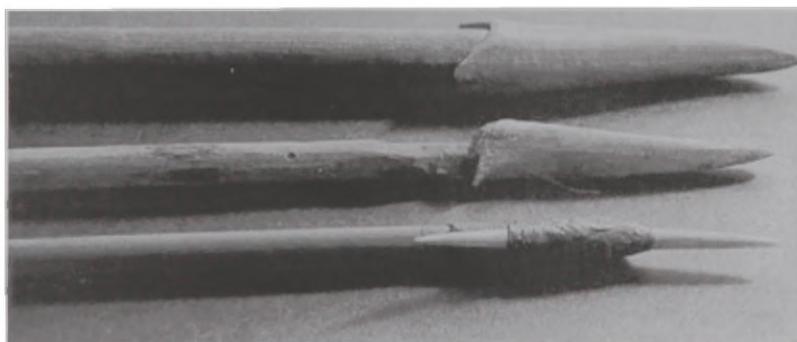


Photo 5 – 1 and 2 = arrow point = attachment bones. See the n. 2 with the epiphyses – Meinaku; 3 = arrow point = fishing spear – Bororo.

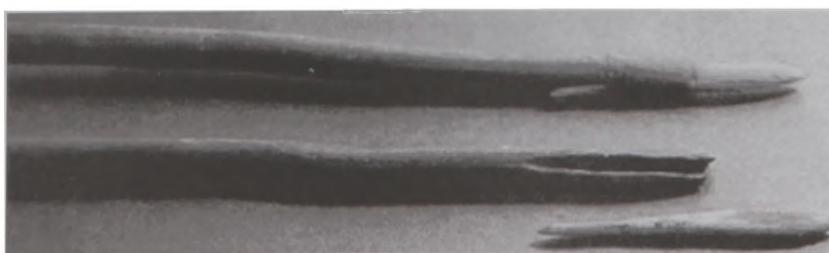


Photo 6 – Arrow point = double points.

spear), and are used for hunting and fishing among the Bororo (Photo 1 – piece n. 3); and 7 are of bone attachments (Photo 5 – pieces n. 1 and 2). These ones are constituted of mammal or bird epiphyses cut in one of their extremities and sharpened in the other for the attachment of a bamboo stick. They are used for hunting bigger animals. In one of them, we still have the diaphysis, which allowed us to identify it. It is a right mammal tibia made by the Meinaku group (Photo 1 – piece n. 2). They are from distinct origins within Amazonia.

Another ensemble of bone made artifacts constitutes of flutes from the groups Tukano and Maku (Photo 7 – pieces n. 1 and 2), Bacairi, Araweté, and Erigpatsa (Photo 8 – pieces n. 1, 2, and 3), and Karajá (Photo 9). They are made basically the same way. A long bird bone,

generally the radius, is cut in both extremities, then wax is applied as a diaphragm in the interior of the tube. In the Tukano example (Photo n. 7 – piece n. 1), they are decorated with beetle wings. There are at least 10 different types of flute described in Amazonia.

A different ensemble includes three artifacts manufactured out of long mammal bones. They are sharpened at their distal extremity. The functions attributed to them are different, despite the similarity of their physical characteristics. The first one, from an occidental Amazonic group, is described as an awl (Photo 10 – piece n. 1), and is used among other things, to perforate the lower lip, earlobes, and nasal membrane. Another one, made out of a long monkey bone by the Bororo, is described as an implement for scratching the

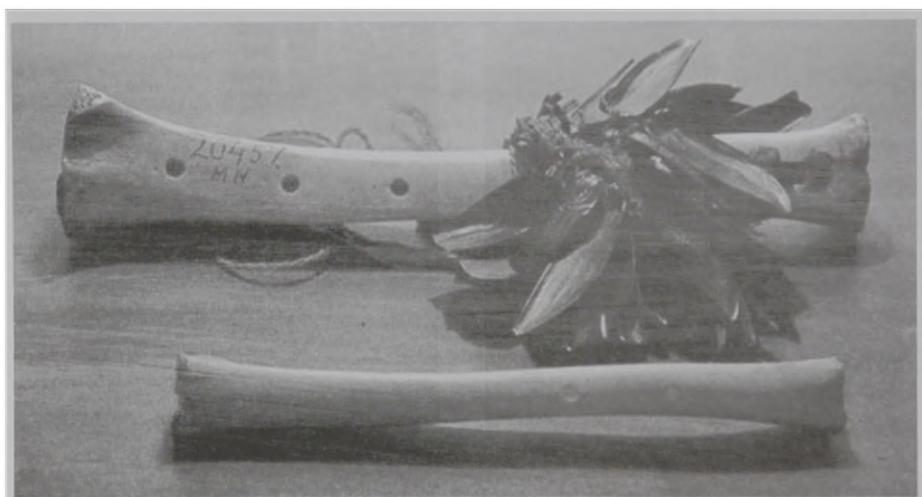


Photo 7 – 1 = flute decorated with beetle wings – Tukano; 2 = flute – Maku.

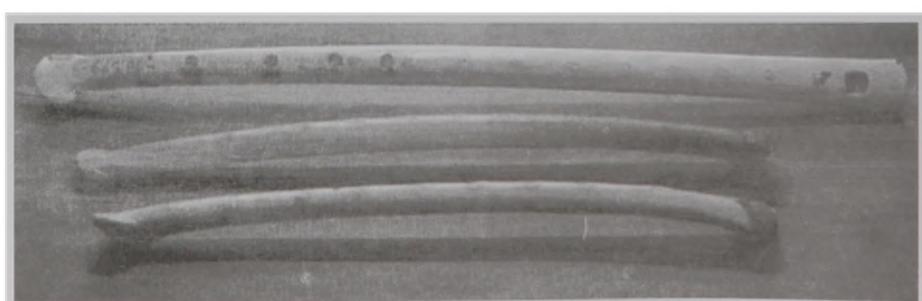


Photo 8 – 1 = flute – Bacairi; 2 = flute – Araweté; 3 = flute – Erigpatsa.

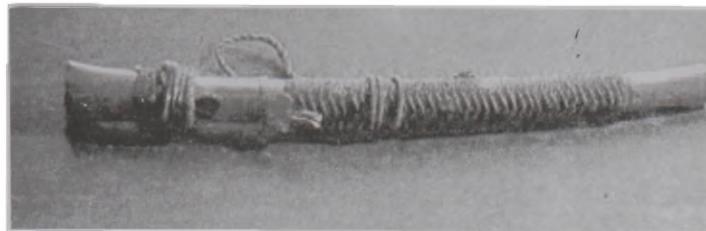


Photo 9 – Flute – Karajá.

head (Photo 10 – piece n. 2). And at last, an awl related to the Maué group, is decorated with incisions (Photo 10 – piece n. 3).

Finally, an extremely singular group of artifacts: an axe whose blade is a bone plaque (probably of a large aquatic mammal), from the Ipuriná groups (Photo 11). A monkey cranium used as a globular rattle by the Karajás (Photo 12). A small container made out of bone, described as used for drinking water by ill people, from the Tikuna group (Photo 13 – n. 1). And a fragment of a monkey cranium cap used as a spoon, by the Mura-Pirahá groups (Photo 13 – piece n. 2).

These artifacts may be rearranged in other categories according to the methodological procedures chosen for the research (Ribeiro 1986).

In the first group we can see the differentiated use of the same raw materials (loosen or even unloosen teeth), and the making of similar artifacts by different groups, used also in different ways.

The arrows group, furnish us with elements for the study of the technical

system – including the making of the points and their specific usage, besides the investigation of the relationships between hunted animals by each kind of arrow, and the animals used in making of such arrows (see MacGhee 1996).

The flutes are artifacts sufficiently evident from the standpoint of its recognition in the archaeological record. Interesting of mentioning is their similar building techniques and the fact they are originated from distinct groups. In an archaeological analysis, it is almost certain that they would have been attributed to a same culture.

In the case of the three artifacts made out of long sharpened bones, they would likewise have been identified as awls in the archaeological samples, and serve as an example of a different functional attribution, or double function. They still show that even with the collector's register it is difficult to define uses.

Finally, the last group of artifacts. The Ipuriná axe, certainly a ceremonial object, within the context of its cultural system can be studied as a globular rattle, in the light of symbolic approaches that privilege discussions around the metaphors of material culture (Tilley 1996). Lastly, the bone utilized, without any sort of alteration for drinking and eating purposes.

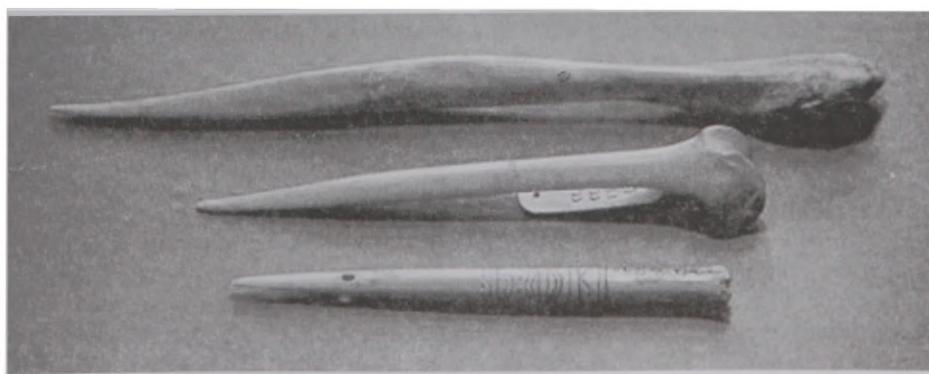


Photo 10 – 1 = awl; 2 = used to scratchs head – Bororo; 3 = awl – Maué.

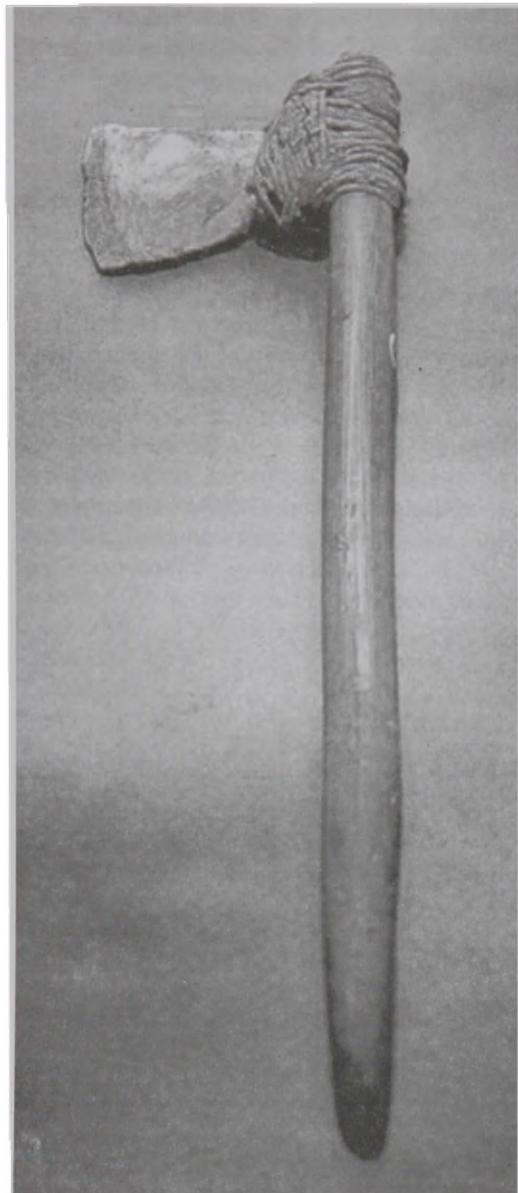


Photo 11 – Axe with blade made of bone – Ipurinā.

We do not intend to know how the prehistoric groups thought, but what they did and how they did is our main preoccupation.

Here we briefly presented a small portion of this 28.000 specimen collection that we are currently studying. What strikes us the most is the little attention given to these collections

by Brazilian archaeologists. The scarce existing studies deal with the ceramic materials (Andrade Lima 1986), although Brazilian archaeology has much to gain with the study of those collections.

For research in the Amazonic region, the information resulted from specific analyses of these collections can be extremely advantageous, mainly concerning regions such as the Rio Negro area, where archaeology has been recognizing a continuity between prehistoric and contemporary populations (Neves 1999). It is widely known that the archaeological record of Amazonic sites gives excessive privilege to ceramic materials. However, the analysis of artifacts made out of different materials is equally important, once they often give clues to the

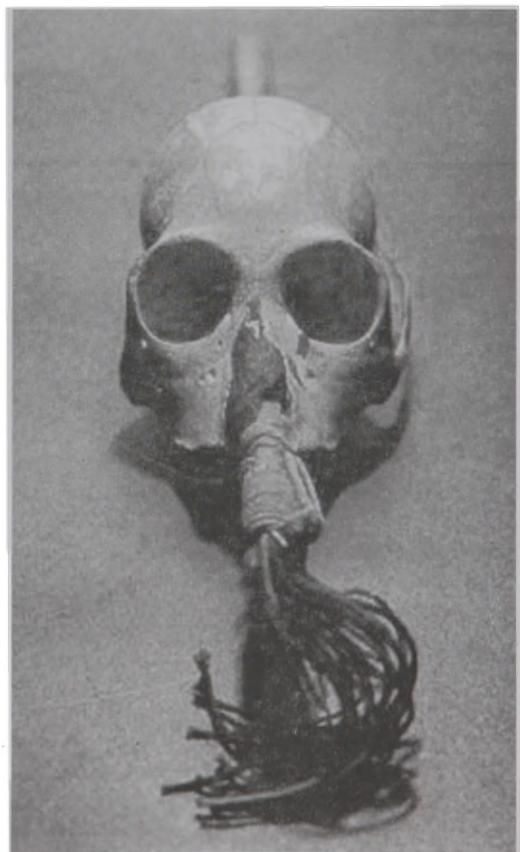


Photo 12 – Globular rattle made of monkey cranium – Karajá.



Photo 13 – 1 = container made of bone used to drink water – Tikuna; 2 = fragment of monkey cranium used as spoon.

understanding of the relationships of these populations and their environment. Besides, the studies in the region have been increasing in the last years, as well as the number of prehistoric sites presenting faunal remains (Roosevelt 1999).

Moreover, the discussions about multi-ethnicity in that region and the support of ethnographic data can bring to this issue, have been provoking positive practical results in the Xingu (see Heckenberger 1996) and Rio Negro (see Neves 1998) areas, as well as in the pioneer work by Wüst (1983, 1987/89, 1990, 1994) among the Bororo. To some researchers, as Roosevelt, the "ethnographic projection" is truly a problem, due to the impact of the conquest over native populations that would had made it impossible for the drawing of comparisons between contemporary native societies. However, ethnohistory has been showing that such an impact happened in different ways within that region (Porro 1996), what makes it viable for comparisons in determined areas.

Another question is the establishment of seriated and chronological sequences based solely in ceramics. It cannot account for the ethnic and linguistic plurality in Amazonia. This search must be careful, once that due to its fluid and polymorphic character, the recognition of ethnicity in the archaeological record is not an easy task. According to Díaz-Andreu (1999),¹ archaeology cannot study ethnic identity in isolation of other types of identification as gender, religion, and status, among others.

The Amazonic collections, as we briefly saw here, reinforce the necessity of a systematic ethnoarchaeological study in the region. The material expose singularities of different social groups, similarities of artifacts produced in different cultural systems, and the use of similar artifacts in different contexts. Finally, we wanted to show the vast array of possibilities in the study of diverse archaeological issues having as object this kind of collection.

The interpretation of material culture by archaeology is a contemporary activity (Tilley 1996). The study of ethnographic collection is an experience both contemporary and as such, alive and fascinating for the archaeologist.

Acknowledgments

To the Department of Anthropology of the National Museum; to Fátima Regina Nascimento (and her team), curator of the collections of the Ethnology Sector at the National Museum; to Dr. Hélio Vianna, professor of Ethnology at the National Museum; to the archaeologist Lilian Thomaz for the photos. To the archaeologist Alfredo Minetti of Indiana University.

(1) Lecture "Nacionalismo e Etnicidade", Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 19th November, 1999. São Paulo.

BEZERRA DE ALMEIDA, M. An archaeological view of the Amazonian ethnographic collections at the National Museum of Rio de Janeiro, Brazil: reviewing function. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 263-274, 2001.

BEZERRA DE ALMEIDA, M. An archaeological view of the Amazonian ethnographic collections at the National Museum of Rio de Janeiro, Brazil: reviewing function. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 263-274, 2001.

ABSTRACT: From the last decades of the nineteenth-century to the present, amateur's expeditions and researchers during their fieldworks, collected more than 25.000 objects that form the ethnographic collections at the National Museum of Rio de Janeiro. The study of the techniques and meanings attached to these objects, enriches the interpretation in archaeology. We assume that the study of the material culture of the Amazonian Indians enables us to formulate more questions to the archaeological record.

UNITERMS: Ethnographic collections – National Museum of Rio de Janeiro – Archaeology – Animal bones.

References

- LIMA, T.A.
- 1986 Cerâmica Indígena. Ribeiro, B.G. (Coord.) *Suma Etnológica Brasileira*. Edição Atualizada do Handbook of South American Indians. Vol. 2. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes: 173-229.
- BEZERRA DE ALMEIDA, M.
- 1998a Zooarchaeology of Small Animals: A Study of Rodents in Brazilian Archaeological Sites. Presented at the 8th International Congress of International Council of Archaeozoology – ICAZ'98. University of Victoria, Canada. *Abstracts*: 56.
- 1998b Etnozoologia e Arqueologia: Limites e Possibilidades. II Simpósio da Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia – SBEE. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. *Resumos*: 61.
- CANTWELL, A.M.E.; GRIFFIN, J.B.; ROTSCCHILD, N.A. (Eds.)
- 1981 *The Research Potential of Anthropological Museum Collection*. Annals of the New York Academy of Sciences. New York.
- CLIFFORD, J.
- 1996 Collections Ourselves. S. Pearce (Ed.) *Interpreting Objects and Collections*. New York, Routledge: 258-268.
- DEETZ, J.
- 1977 *Small Things Forgotten*. Garden City. New York: Doubleday Natural History Press.
- ELIAS, M.J.
- 1992 Revendo o Nascimento dos Museus no Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 2: 139-145.
- GOULD, R. (Ed.)
- 1978 *Explorations in Ethno-Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- 1990 *Recovering the Past*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- HECKENBERGER, M.
- 1996 *War and Peace in the Shadow of Empire: Sociopolitical Change in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia, ca AD 1400-2000*. PhD. Dissertation. University of Pittsburgh. Microfilms. Ann Arbor.
- HODDER, I.
- 1982 *The Present Past*. London: B.T. Batsford Ltd.
- 1999 *The Archaeological Process – An Introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.
- HODDER, I. (Ed.)
- 1991 *The Meaning of Things. Material Culture and Symbolic Expression*. London: Harper Collins. (One World Archaeology v.6)
- HUDSON, J. (Ed.)
- 1993 *From Bones to Behaviour. Ethno-archaeological and Experimental Contributions to the Interpretations of Faunal Remains*. CAI. Southern Illinois University at Carbondale. Occasional Paper. 21.
- KAPLAN, F.S.
- 1981 The Meaning of Pottery. A.M.E. Cantwell; J.B. Griffin; N.A. Rotschild (Eds.) *The Research Potential of Anthropological Museum Collection*. Annals of

- the New York Academy of Sciences. New York: 315-324.
- KOBYLINSKI, Z.
- 1991 Ethno-Archaeological Cognition and Cognitive Ethno-Archaeology. I. Hodder (Ed.) *The Meaning of Things. Material Culture and Symbolic Expression*. London, Harper Collins: 122-128. (One World Archaeology v.6).
- LEACH, E.
- 1996 A View of Functionalism. S. Pearce (Ed.) *Interpreting Objects and Collections*. New York, Routledge: 41-43.
- LINARES, O.
- 1976 'Garden Hunting' in the American Tropics. *Human Ecology*, 4 (4): 331-349.
- MCGHEE, R.
- 1996 Ivory for the Sea Woman: The Symbolic Attribution of a Prehistoric Technology. S. Pearce (Ed.) *Interpreting Objects and Collections*. New York, Routledge: 59-66.
- MILLER, D.
- 1994 Things Ain't What They Used to Be. S. Pearce (Ed.) *Interpreting Objects and Collections*. New York, Routledge: 13-18.
- NEVES, E. G.
- 1998 *Paths Through Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Upper Rio Negro, Northwest Amazon*. PhD. Dissertation. Department of Anthropology. University of Indiana. Bloomington. Unpublished.
- 1998 Twenty Years of Amazonian Archaeology in Brazil (1977-1997). *American Antiquity*, Society of American Archaeology, 72: 625-632.
- 1999 Duas Interpretações Para Explicar a Ocupação Pré-Histórica da Amazônia. M.C. Tenório (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro: 359-367.
- NEWTON, D.
- 1986 Cultura Material e História Cultural. Ribeiro, B.G. (Coord.) *Suma Etnológica Brasileira*. Edição Atualizada do Handbook of South American Indians. Vol. 2. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes:15-25.
- PEARCE, S. (Ed.)
- 1996 *Interpreting Objects and Collections*. New York: Routledge.
- PORRO, A.
- 1996 *O Povo das Águas. Ensaio de Etno-História Amazônica*. São Paulo: Vozes, Edusp.
- POSEY, D.A.
- 1986 Etnobiologia: Teoria e Prática. Ribeiro, B.G. (Coord.) *Suma Etnológica Brasileira*. Edição Atualizada do Handbook of South American Indians. Vol. 1. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes:15-25.
- RIBEIRO, B.G. e VAN VELTHEM, L.H.
- 1986 Coleções Etnográficas – Documentos Materiais Para a História Indígena e a Etnologia. M.C. da Cunha (Org.) *História dos Índios do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras. Fapesp, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo: 103-112.
- RIBEIRO, B.G.
- 1988 *Dicionário do Artesanato Indígena*. São Paulo: Itatiaia, Edusp. (Coleção Reconquista do Brasil, 3 – Série Especial, v. 4)
- 1995 *Os Índios das Águas Pretas*. São Paulo: Cia das Letras, Edusp.
- ROOSEVELT, A.C.
- 1989 Resource Management in Amazonia Before the Conquest: Beyond Ethnographic Projection. D.A. Posey; W. Balée (Eds.) *Resource Management in Amazonia*. Bronx. New York, Botanical Garden: 30-62.
- 1994 *Amazonian Indians. From Prehistory to the Present*. Tucson: The University of Arizona Press.
- 1999 O Povoamento das Américas: O Panorama Brasileiro. M.C. Tenório (Org.) *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro: 35-50.
- STOCKING Jr, G. (Ed.)
- 1985 *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*. London: University of Wisconsin Press.
- TILLEY, C.
- 1996 Interpreting Material Culture. S. Pearce (Ed.) *Interpreting Objects and Collections*. New York, Routledge: 65-75.
- 1999 *Metaphor and Material Culture*. Cambridge, MA: Blackwell Publishers.
- UCKO, P.J.
- 1969 Ethnography and Archaeology. Interpretation of Funerary Remains. *World Archaeology*, 1(2): 262-280.
- VIANNA, H.
- 1999 Coleções Etnográficas: Possibilidades de Mapeamento para Pesquisa em Zooarqueologia. *X Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Recife, Pe.
- WELSH, P.H.
- 1981 An Activity System Approach to Material Culture Study. *The Research Potential of Anthropological Museum Collection*. Annals of the New York Academy of Sciences. New York: 325-336.
- WÜST, I.
- 1976 Analogia Etnográfica na Investigação Arqueológica. P.I. Schmitz; A.S. Barbosa; I. Wüst (Eds.) *Arqueologia de Goiás em 1976*. Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo, Unisinos: 25-29.
- 1983 A Pesquisa Etnoarqueológica entre os Bororo do Mato Grosso. *Estudos Goiânicos*

- nenses*. Goiânia. Universidade Católica de Goiás, 10 (2): 155-163.
- 1987 A Pesquisa Arqueológica e Etnoarqueológica na Parte Central do Território Bororo, Mato Grosso – Primeiros Resultados. *Revista de Antropologia*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 30/31/32: 21-282.
- [1989] 1990 *Continuidade e Mudança: Para Uma Interpretação dos Grupos Pré-Coloniais na Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia, FFLCH, São Paulo.
- 1994 The eastern Bororo from an Archaeological Perspective. *Amazonian Indians. From Prehistory to the Present*. Tucson. The University of Arizona Press: 315-342.

Recebido para publicação em 23 de novembro de 2000.

MAE-USP AMPHORA COLLECTION: VESSELS AND INSCRIPTIONS

Pedro Paulo A. Funari*

FUNARI, P.P.A. MAE-USP amphora collection: vessels and inscriptions. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 275-282, 2001.

RESUMO: O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo possui uma coleção de ânforas, com cinco selos e três peças anepigráficas. Após uma introdução geral, há um catálogo de selos (quatro ródios e um de Cnido) e de ânforas (duas greco-íticas e uma grega). O artigo conclui-se com um comentário sobre estas ânforas como evidência arqueológica.

UNITERMOS: Selos de ânforas – Rodes – Cnido – Ânforas greco-íticas.

Amphorae were an important form of trade-packaging in the ancient world. They were used for transporting liquid commodities, usually wine, olive-oil and fish sauces. They were used first and foremost as containers for long distance commerce and supply. Amphorae provide us a direct witness of the movement of foodstuffs, important for both economic and cultural reasons. The study of these vessels is also made easier by the existence of a substantial body of epigraphic information, as many bear stamps impressed in the clay before firing and/or painted inscriptions written after firing (Peacock and Williams 1986: 2). Amphora, in Greek "a vessel for transport with two handles" (Funari 1987), was first in use in the Palestine in the fifteenth century B.C. The Canaanite jar travelled extensively outside the Palestine region, soon reaching Greece. The biconical form of the Canaanite

vessel was in use in the Minoan and Mycenaean periods but Greece did not adopt the typical amphora shape until the seventh century B.C.. Amphorae from different cities developed their own distinctive forms, permitting the easy recognition of their contents in the market (cf. Funari 1985a).

The handles of Greek amphorae were often stamped, referring to producing estates, names of ephors and months, being certificates of capacity, guarantee of weight of contents for both taxation and consumer information (Grace 1949). The evidence of the stamps indicates that amphorae from Rhodes and Knidos were exported from the homeland to the colonies and settlements around the Mediterranean basin. Greek settlement and trade in southern Italy and Sicily led to the development, around the later fourth and early third centuries B.C. of the so-called Greco-Italic amphorae (Will 1982). The fabric of most amphorae is coarse and mineral and rock inclusions are rife. Large vessels were usually built up in stages, smaller ones were produced as ordinary pottery. All the amphorae required to have its mouth

(*) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

sealed, being usual different stoppers, like cork or fired clay closures.

Amphora studies has been developing since the nineteenth century, most notably since the 1970s (Funari 1985b). The main specialised areas are classification and typology, petrography and epigraphy, usually of particular amphora types. The study of amphorae has been important for the economic and social interpretation of the ancient world, as they provide a plethora of data on the ancient economy, society, habits and culture. Amphorae provide unique information on such subjects as commodities movements and cultural habits, being directly linked to identity. Amphora studies have contributed to a better understanding of the ancient world (Garlan 1986:7), particularly through the publication of gazetteers of potteries (Empereur and Picon 1986), catalogues of inscriptions (Empereur 1982, Empereur and Guimier-Sorbets 1986, cf. Funari 1997: 85-86) and other efforts to publish and study *corpora* (Funari 1994). This way, it is possible to produce an informed analysis of ancient society: *wirtschaftliche Prozesse sind nicht selten in eine nahezu naturgesetzliche Rhetorik gekleidet worden. Was im Grunde erforderlich ist, ist eine soziale Geschichte der ökonomischen Sphäre, wie es die soziale Geschichte des 'sozialen' gibt* (Wellkopp 1998: 182).

The aim of this paper is to produce a catalogue of amphorae and amphora stamps in the stores of the Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. This Museum stores two Greco-Italic amphorae and a Greek one, as well as five stamps, four from Rhodes and one from Knidos.

Stamps from Rhodes and Knidos

Wine was an important commodity exchanged during the Hellenistic period (Grace 1961: 14) and Rhodian and Knidian wine were widely exported, as they were cheap. Wines from Rhodes and Knidos were important in several markets, being Knidian some 65% of the more than 40,000 amphora stamps found at Athens and Rhodian more than 85% of the 90,000 stamps found at Alexandria. At Delos, stamps from

Knidos are ubiquitous (more than 60%) and those from Rhodes are not negligible (more than 20%) (Grace 1952:517). They also reached Italian markets in large numbers. Most amphorae were probably unstamped and it is hard to know the proportion of stamped to unstamped amphorae. Usually, Rhodian and Knidian stamps bear two names, one referring to the owner and the other to an eponymous magistrate, dating the amphora and the wine. Rhodian amphorae usually bear two stamps, on the top of each handle, with the following data: a date given by the name of the eponymous magistrate (epi+ name in the genitive), name of the Rhodian month (after 275 B.C.), another name in the genitive, probably referring to the authorised manufacturer. The stamp is circular, with the symbol of the city, a rose, in its core, although sometimes it is rectangular, other images being also possibly present (Grace 1961: 12; Grace and Savvatiou -Petropoulakou 1970: 279, 293; Van der Werff 1977: 34; Debibour 1979: 271). Stamps from Knidos bear the name of a magistrate and of the authorised manufacturer (Grace 1961: 12). Stamps from the two cities change after 146 B.C., when the Romans introduce the names of two controlling officials (Grace 1961: 20).

Catalogue of stamps

1.E.....A
ΔΑΛΙΟΥ

Size of the stamp: 5.0 x 1.8 cm.
Shape of the stamp: rectangular.
Fabric: buff.
Dating: after 275 B.C.
Number: MAE-USP 64/11.18, donated by the Italian government.
Producing area: Rhodes.
Find place: Italy.
Description of the shard: handle of a Rhodian amphora, the diameter of the rim is calculated to be 12.8 cm and the angle of the stamp in relation to the neck is 21degrees (Fig. 1).

The reference to the Rhodian month δαλιος in the genitive indicates that the stamp was produced after 275 B.C., when months were introduced in the Rhodian amphorae.

2 [A]ΡΙΣ[ΤΟ]ΚΑΛΕΥΣ
Second mark: P (1 x 1 cm)
Size of the stamp: 3.2 cm.
Shape of the stamp: circular.
Fabric: grey.

Dating: beginning of the second century B.C.
Number: MAE-USP 64/11.32., donated by the Italian government.
Producing area: Rhodes.
Find place: Italy.
Description of the shard: handle of a Rhodian amphora, the diameter of the rim is calculated to be

11.6 cm and the angle of the handle in relation to the neck is 21 degrees (Fig. 2).

The stamp refers to a Rhodian manufacturer called Aristokles, who was active in the last fifty years before Roman rule, from 146 B.C., enabling us to date it in the first half of



Fig. 1.



Fig. 2.

the second century B.C. (Grace 1952: 526; Grace and Savvatianou-Petropoulakou 1970:327).

3. [Σ]Ο[ΚΡ]ΑΤΕΥΣ

Size of the stamp: 3.4 cm.

Shape of the stamp: circular.

Fabric: grey, whitened surface, reddish in core.

Dating: between 275 and 180 B.C.

Number: MAE-USP 75/1.41, donated by U.T.B. Menes.

Producing area: Rhodes.

Find place: Delos.

Description of the shard: handle of a Rhodian amphora, the diameter of the rim is calculated to be 13.4 cm and the angle of the handle in relation to the neck is 15 degrees (Fig. 3).

We know two different Rhodian manufacturers called Sokrates, one active in the period between 275 and 180 B.C. and another one between 146 and the end of the second century B.C. Considering the angle of the handle, an earlier date is proposed (Grace 1952: 530; Grace and Savvatianou-Patropoulakou 1970: 302).

4. ΕΠΙΠΡΑΤΟΦΑΝ ΠΑΝΑΜΟΥ

Size of the stamp: 3.9 x 1.9 cm.

Shape of the stamp: rectangular.

Fabric: grey, whitened surface, reddish in core.

Dating: between 220 and 180 B.C.

Number: MAE-USP 75/1.42, donated by U.T.B.

Meneses.

Producing area: Rhodes.

Find place: Delos.

Description of the shard: handle of a Rhodian amphora, the angle of the handle in relation to the neck being 11 degrees (Fig. 4).

A Rhodian manufacturer called Pratophanes is well known to be active between 220 and 180 B.C. (Grace 1952: 529; Grace and Savvatianou-Patropoulakou 1970: 294).

5. ΑΓΑΘΙΝΟΥ

ΚΝΙΔΙΝ

amphora

Size of the stamp: 5.6 x 1.6 cm.

Shape of the stamp: rectangular, with a depiction of a Knidian amphora.

Fabric: red.

Dating: mid second century B.C.

Number: MAE-USP 75/1.43, donated by U.T.B. Menes.

Producing area: Knidos.

Find place: Delos.

Description of the shard: handle of a Knidian amphora, the angle of the handle in relation to the neck being 10 degrees (Fig. 5).

A manufacturer Agathinos is known to be active sometime before and after the Roman intervention in 146 B.C. (Grace 1952: 530; Grace and Savvatianou-Patropoulakou 1970: 294).



Fig. 3.



Fig. 4.

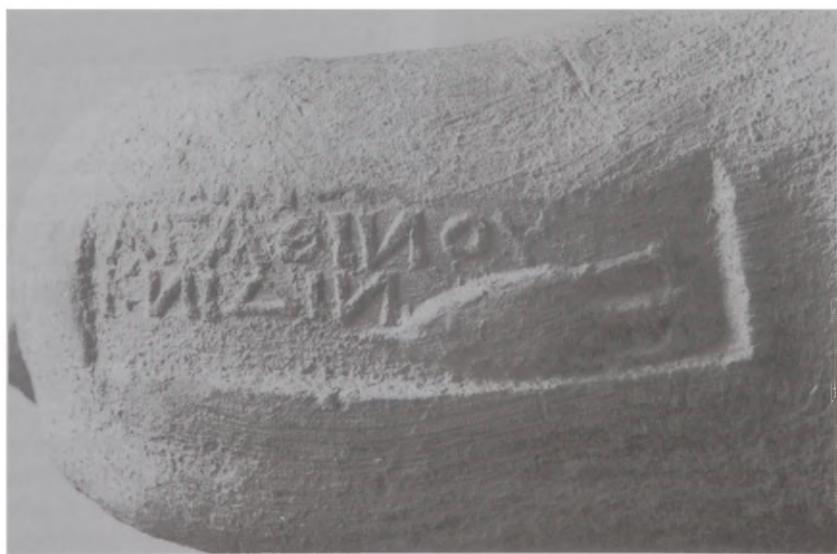


Fig. 5.

Catalogue of wine amphorae

1. Graeco-Italic amphora

Size: height, 40 cm; rim diameter, 14 cm; neck, 7 cm, diameter, 8,5 cm; body width, 21 cm.

Shape of vessel: pear-shaped.

Fabric: grey.

Dating: 350-250 B.C.

Number: MAE-USP 64/9.5, donated by the Italian government.

Producing area: Italy.

Find place: Castiglioncello (Livorno, Italy).

Description of the vessel: triangular rim, cylindrical neck and carinated shoulder, ovoid handles are attached below the rim and on to the shoulders, body pearl-shaped and has a short solid spike (Fig. 6).

2. Graeco-Italic amphora

Size: height, 48 cm; rim diameter, 12 cm; neck, 12 cm, diameter, 8,4 cm; body width, 19,8 cm.

Shape of vessel: pear-shaped.

Fabric: buff.

Dating: 350-250 B.C.

Number: MAE-USP 64/9.6, donated by the Italian government.

Producing area: Italy.

Find place: Toscanella, Tomb of the Velinii (Italy).

Description of the vessel: triangular rim, cylindrical neck and carinated shoulder, ovoid handles are attached below the rim and on to the shoulders, body pearl-shaped and has a short solid spike (Fig. 7).

3. Greek amphora (fragment)

Size: height, 69,5 cm; neck diameter, 12 cm; spike height, 10,5 cm.

Shape of vessel: cylindrical body.

Fabric: red.

Dating: fifth to fourth century B.C..

Number: MAE-USP 64/11.3, donated by the Italian government.

Producing area: Greece.

Find place: Palermo, Punic necropolis (Italy).

Description of the vessel: cylindrical body with a rounded shoulder and long, rod-like handles, and a short and stumpy spike (Fig. 8).

Graeco-Italic amphorae are also known as Republicaine 1, Lamboglia 4 and Peacock and Williams class 2 (Peacock and Williams 1986: 84-85; criticism of the term "Graeco-Italic" in Manacorda 1986). Graeco-Italic amphorae are at once Hellenistic Greek and Republican Roman and are the result of the coalescence of Roman and Hellenistic worlds and the sprout of mass markets. Objects of trade became standardised and the wine amphorae were produced in several Mediterranean areas during the period between the end of the fourth century B.C. until the mid second century B.C. (Will 1982). The two Graeco-Italic amphorae at the MAE-USP represent two different standards, even though both are within the range of the smaller containers.

Conclusions

The few amphorae and amphora stamps stored at the MAE-USP are a small sample of a most ubiquitous archaeological artefact found in the Mediterranean. The stamps are from Greek cities and are clear evidence of the importance, during late Hellenistic times, of municipal control of the production and trade in wine. They also reveal the

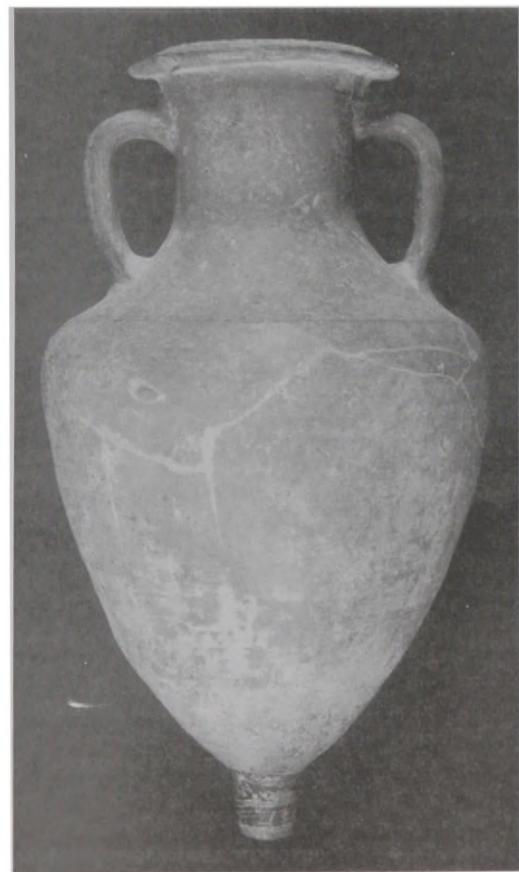


Fig. 6.

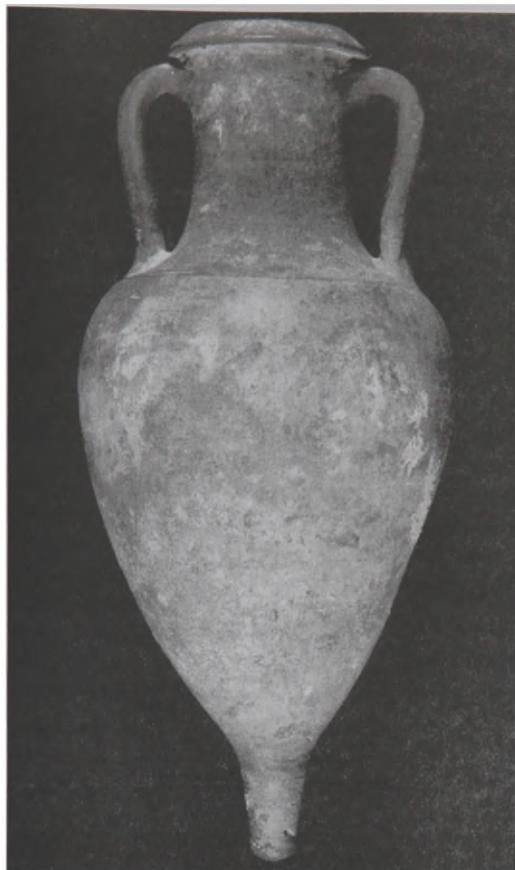


Fig. 7.



Fig. 8.

continuing importance of city state institutions until the Roman intervention in 146 B.C. The Greek style amphora in a Punic context is an indication that despite rivalries, wine trade was, since earlier times, putting in contact different peoples. The so-called pan-Mediterranean Graeco-Italic amphorae represent a new phase in the development of trade and manufacture, as they were produced in several areas scattered around the large Mediterranean basin, containing standardised volumes of supposedly similar quality wines. They bear witness to economic, social and cultural

changes in the Mediterranean and by their materiality these amphorae are odd evidence of the social life in the ancient world.

Acknowledgments

I owe thanks to the following colleagues: Jean-Yves Empereur, Haiganush Sarian, J.A. Van der Werff, Elizabeth Lyding Will, David Williams, as well as to Célia Maria Cristina de Martini. The ideas presented here are my own and for which I alone am therefore responsible.

FUNARI, P.P.A. MAE-USP amphora collection: vessels and inscriptions. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 275-282, 2001.

FUNARI, P.P.A. MAE-USP amphora collection: vessels and inscriptions. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 275-282, 2001.

ABSTRACT: The Museu de Arqueologia e Etnologia of the São Paulo University has an amphora collection of five amphora stamps and three amphorae. After a general introduction, there is a catalogue of stamps (four Rhodian and one Knidian) and amphorae (two Graeco-Italic and a Greek one). The paper concludes with a comment on these amphorae as archaeological evidence.

UNITERMS: Amphorae stamps – Rhodes – Knidos – Graeco-Italic amphorae.

References

- DEBIDOUR, M.
- 1979 *Reflexions sur les timbres amphoriques thasiens. Thasiaca Suppl.*, 5: 269-314.
- EMPEREUR, J.-Y.
- 1982 Les anses d'amphores timbrées et les amphores: aspects quantitatifs. *Bulletin de Correspondence Hellenique* 106: 219-233.
- EMPEREUR, J.-Y.; GARLAN, Y.
- 1986 Une banque de données sur les vases conteneurs – amphores et lagynoi – dans le monde grec et romain. J.-Y. Empereur; Y. Garlan (Eds.) *Recherches sur les amphores grecques*. De Boccard, Paris: 127-141.
- EMPEREUR, J.-Y.; PICON, M.
- 1986 À la recherche des fours d'amphores. J.-Y. Empereur; Y. Garlan (Eds.) *Recherches sur les amphores grecques*. De Boccard, Paris: 103-126.
- FUNARI, P.P.A.
- 1985a *As transformações das ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20*. Universidade de São Paulo, master's thesis.
- 1985b A Anforologia – uma nova disciplina arqueológica. *Revista de História*, 118: 161-170.
- 1987 Em torno da ânfora: a terminologia latina dos vasos recipientes. N. F. Pinto; J.L. Brandão (Eds.) *Cultura Clássica em Debate*. UFMG/CNPq/SBEC, Belo Horizonte: 51-61.
- 1994 L'huile et l'économie de la Bretagne romaine. P. Lévêque; J.A. Dabdab Trabulsi; S. Carvalho (Eds.) *Recherches Brésiliennes. Belles Lettres*, Bézancourt: 95-115.
- 1995 *Dressel 20 inscriptions from Britain and the consumption of Spanish olive oil, with a catalogue of stamps*. BAR, Oxford.
- GARLAN, Y.
- 1985 Introduction au colloque. J.-Y. Empereur; Y. Garlan (Eds.) *Recherches sur les amphores grecques*. De Boccard, Paris: 3-8.
- GRACE, V.
- 1949 Standard pottery containers of the ancient Greek world. *Hesperia Suppl.*, 8: 175-189.
- 1952 Timbres amphoriques trouvés à Delos. *Bulletin de Correspondence Hellenique*, 76: 514-540.
- 1961 *Amphorae and the Ancient Wine Trade*. American School of Classical Studies at Athens, Princeton.
- GRACE, V.; SAVVATIANOU-PETROPOULAKOU, M.
- 1970 Les timbres amphoriques grecs. *Exploration archéologique de Délos*, 27: 277-382.
- MANACORDA, D.
- 1986 A proposito delle cosidette "greco-italiche": una breve nota. J.-Y. Empereur; Y. Garlan (Eds.) *Recherches sur les amphores grecques*. De Boccard, Paris: 581-586.
- PEACOCK, D.P.S.; WILLIAMS, D.F.
- 1986 *Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide*. London: Longman.
- VAN DER WERFF, J.A.
- 1977 Rhodian amphora stamps. *Classical Antiquities in Utrecht*: 34.
- WELLKOPP, T.
- 1998 Die Sozialgeschichte der Vater, Grenzen und Perspektiven der historischen Sozialwissenschaft. *Geschichte und Gesellschaft*, 24: 173-198.
- WILL, E.L.
- 1982 Greco-Italic amphoras. *Hesperia*, 52: 338-356.

Recebido para publicação em 12 de junho de 2000.

FIGURINHAS FEMININAS SÍRIAS E IRANIANAS NO ACERVO DO MAE/USP

*Alessandra Cristina Monteiro de Castro Trigo**

TRIGO, A.C.M.C. Figurinhas femininas sírias e iranianas no acervo do MAE/USP. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, II: 283-299, 2001.*

RESUMO: Neste artigo a autora propõe um cadastro atualizado das figurinhas femininas sírias e iranianas do acervo do MAE-USP. Lida com as questões de contexto arqueológico em que foram encontradas, problemas da cronologia e da interpretação da divindade (?) representada. Ao final do artigo há uma tentativa de interpretação da função social destas figurinhas.

UNITERMOS: Terracotas femininas – Médio Oriente Antigo – Síria Antiga – Irã Antigo – Magia feminina.

Introdução

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) possui em seu acervo arqueológico algumas figurinhas femininas de terracota provenientes da Síria, Oriente Próximo, e do Elam,¹ atual Irã. Configura-se, assim, a presença de peças originárias do Médio Oriente e do Oriente propriamente dito.

(*) Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq de janeiro de 1997 a dezembro de 1999, sob orientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano, que muito contribuiu para a produção deste artigo.

(1) Nome dado pelos sumérios e acadianos aos seus vizinhos da porção sudoeste do Irã. O fim do mundo elamita se deu por volta de 640 a.C. quando de sua conquista pelo rei assírio Assurbanipal.

Perfazendo um total de três, as peças provenientes da Síria entraram nesta Instituição doadas pelo Professor Marianno Carneiro da Cunha, em 1972, formando parte da coleção número oito. Essas peças têm como número de registro os seguintes códigos: 72/8.5; 72/8.6; e 72/8.7.² As duas primeiras encontram-se em exposição no setor Mediterrâneo do próprio Museu. A última encontra-se disponível na sua Reserva Técnica. Para todas elas, possuímos dados iniciais quanto ao local de origem, a cronologia e o tipo de estatueta; estão identificadas como representações da deusa Ishtar.

As nove peças provenientes do Elam, mais precisamente do sítio arqueológico da cidade de Susa, deram entrada no Museu em

(2) Ver item II - *Catálogo* deste texto.

vários momentos. Inicialmente, foi feito um depósito pelo Sr. Edgardo Pires Ferreira, em 1971, do qual constavam cinco peças, catalogadas na coleção número cinco daquele ano: 71/5.1; 71/5.2; 71/5.3; 71/5.4; e 71/5.3.³

No ano seguinte, um outro depósito de três peças foi realizado pelo mesmo Edgardo Pires Ferreira, peças que juntamente com outras constituíram a coleção número quatro: 72/4.1; 72/4.2; e 72/4.3.⁴ Ainda neste mesmo ano, o Professor Marianno Carneiro da Cunha realizou a doação de mais uma peça desta mesma proveniência que integrou a coleção número oito: 72/8.3.⁵ As peças 71/5.1; 72/4.1 e 72/4.3 também estão expostas no setor Mediterrâneo e as outras encontram-se conservadas na Reserva Técnica do MAE/USP.

As fichas catalográficas referentes às peças procedentes do primeiro depósito do Sr. Pires Ferreira forneceram dados relativos à sua proveniência, ao local de origem, ao tipo de peça e à sua cronologia. As provenientes do segundo depósito também abordam os mesmos tipos de dados. A exceção é a peça 72/8.3, doada pelo Professor Marianno. A obtenção de seus dados descritivos exigiu pesquisa no livro de tombo do acervo do MAE/USP.

A confirmação dos dados das fichas catalográficas relativas a cada figurinha feminina exigiu demorada pesquisa, tendo em vista a escassa bibliografia especializada disponível em nosso país. Não obstante, contatos realizados com instituições internacionais via e-mail e diretamente com a Universidade de Tel-Aviv (Israel), substanciaram as informações aqui oferecidas.

Breve histórico das escavações em Susa

Na segunda metade do século passado, de maneira assistemática, a região de Susa foi

escavada pelo geólogo e pesquisador britânico William Kennett Loftus. Em seguida, entre 1884-86, o casal francês Marcel e Jane Dieulafoy trabalhou na região. Em 1894, o ministro da França, na Pérsia, elaborou um acordo intergovernamental que garantia ao seu país a exclusividade da pesquisa arqueológica do local. Disto resultou a criação da Missão Francesa na Pérsia que recebeu vários nomes, entre eles o de Delegação Arqueológica do Irã (Mecquenem 1980: 2-4). Durante as duas grandes guerras mundiais, as pesquisas arqueológicas foram suspensas e somente em 1946, sob a direção de Roman Ghirshman, foram retomadas (<http://www.iranica.com/articles/v7f313.html>).

O Museu do Louvre é o maior depositário dos resultados de mais de trinta anos de pesquisas realizadas nessa região, possuindo um grande acervo desses "pequenos monumentos" de material comum, de caráter popular e, quase sempre fragmentado, o que vem desencorajando as publicações sistemáticas. Entretanto, segundo o pesquisador Pierre Amiet, este material está conservado e disponível para estudo (Spycket 1992: IX).

Com a coordenação de Roman Ghirshman, foi empreendida uma pesquisa rigorosa de escavação do grande canteiro estratigráfico A, aberto ao norte da *Ville Royale*. A abertura desse canteiro permitiu identificar a cronologia a partir do final do III milênio até a época Sassânida, século VII da nossa era. À exceção de alguns curtos períodos de submissão a Sumer e à Babilônia, a originalidade da produção susiana é visível e merece um estudo de longa duração.

Segundo os dados de fichas catalográficas inicialmente conservadas no Serviço de Documentação do MAE/USP, as figurinhas femininas são provenientes de Susa, escavadas por Ghirshman, na década de 1960, no sítio denominado *Ville Royale*. Sabe-se que este pesquisador trabalhou principalmente com os níveis datados do II milênio antes da era cristã.

A *Ville Royale* é uma das quatro partes definidas pela equipe de Dieulafoy. As outras três são a *Apadana*, a Acrópole e o *Donjon* (Mecquenem 1980: 3). Nesta área

(3) Idem.

(4) Idem.

(5) Idem.

escavada encontram-se os vestígios de uma cidade. Durante os trabalhos na *Ville Royale*, Ghirshman, além do canteiro A, abriu outro canteiro de escavação denominado B. Aberto posteriormente ao A e de dimensão muito inferior, o canteiro B corresponde no nível VII, o mais antigo deles, à época do início da Dinastia Shimashki. Nos níveis VI e V, que apresentam uma produção homogênea, encontram-se paralelos com o poço oito da Acrópole (Spycket 1992: 36 - 37, 237).

Ghirshman definiu com bastante segurança a estratigrafia do canteiro B que vai da III Dinastia de Ur, Isin-Larsa/ Shimashkki/ fim do III e início do II milênio, separando-se do canteiro A que corresponde à I Dinastia Babilônica, Shakkanakku/séculos XIX - XVI. Esta classificação, porém, ainda exige, segundo Spycket, novas investigações de campo (Spycket 1992: 36).

As escavações estratigráficas dos canteiros A e B apresentam os elementos mais importantes para a datação das nossas figurinhas de terracota, pois estas foram encontradas em grande número nesses locais (Spycket 1992: 230).

Problemas com a cronologia

A *Ville Royale* de Susa apresenta uma estratigrafia complexa, cuja cronologia – assim como indicada pela bibliografia consultada – é ainda motivo de debate. As estatuetas femininas de terracota foram encontradas em praticamente todos os níveis estratigráficos.

Nota-se a partir do nível A XV a fragmentação de estatuetas e sua dispersão pelas ruas em lugares públicos. Não há, como em outras épocas e locais do Mediterrâneo antigo, uma concentração de estatuetas em túmulos e locais sagrados. Este fato é registrado pelos pesquisadores também nas camadas A XIV e A XIII. Nesta última, é notável o aumento do número de estatuetas encontradas.

A partir da camada A XIII os especialistas puderam identificar paralelos de achados arqueológicos entre a *Ville Royale* e Tchoga Zanbil (localidade escavada igualmente pelos

franceses e próxima de Susa). Note-se que a partir deste nível, apesar de as estatuetas serem ainda encontradas dispersas pelas ruas, tem início alguma concentração em locais sagrados, especialmente das estatuetas femininas segurando crianças.

De acordo com Spycket (1992: 233), as figurinhas mais avantajadas nos quadris encontradas nos níveis A X e A IX devem ser classificadas como puramente elamitas (e não neo-elamitas como os pesquisadores consideraram) ou seja, que as mudanças de estilo identificadas não implicam em descontinuidade da tradição elamita.

Apresentamos a seguir a tabela cronológica elaborada por Spycket (1992: 232) com as diferentes datações propostas pelos especialistas. Observamos, entretanto, que em nosso catálogo, adotamos a cronologia de Spycket.

Tabela comparativa das diversas cronologias (Spycket 1992) das camadas estratigráficas da *Ville Royale*

	Steve – Gasche – De Meyer (1980)	Stolper – Carter (1984)	Spycket (1992)
1000	A IX	A IX	A IX
1100		X	X
1200	X		XI
1300			
1400	XI		XII
1500		XI	
1600	XII	XII	XIII
1700	XIII	XIII	XIV
1800	XIV		
1900	XV	XIV	XV
2000	BV	XV	BV
2100	B VI	B V	B VI
	B VII		B VII
		B VI	B VII

CATÁLOGO

Figurinhas de Hamã, Síria



Estatueta feminina de terracota clara bege rosada trazendo brincos, colar e adorno de cabeça; abaixo do umbigo duas linhas pontilhadas. Braços apenas indicados por duas protuberâncias.

Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a da modelagem, com aplicação posterior de olhos e umbigo. Perfuração de olhos, umbigo, orelhas e adorno de cabeça, incisões indicando algum tipo de vestimenta abaixo do umbigo. A peça está bem conservada, fragmentada nos pés.

Cronologia: Bronze Médio ou Sírio Antigo (ca. 1970 - 1750 a.C.).

Ref. bibliográfica: Barrelet, FRTMA, 1968: 76.

1. MAE/USP, 72/8.5

Procedência: Hamā, Síria.

Dimensões: 14,0 x 4,5 x 2,8 cm.



Estatueta feminina de terracota clara trazendo colar e adorno de cabeça; abaixo do umbigo algumas linhas marcadas. Braços sustentando os seios.

Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a da modelagem, com aplicação posterior de olhos e umbigo. Perfuração de olhos, umbigo e adorno de cabeça, linhas indicando algum tipo de vestimenta abaixo do umbigo. A peça está bem conservada.

Cronologia: Bronze Médio ou Sírio Antigo (ca. 1970 - 1750 a.C.).

Ref. bibliográfica: Barrelet, FRTMA, 1968: 76.

2. MAE/USP, 72/8.6

Procedência: Hamā, Síria.

Dimensões: 13,3 x 3,3 x 2,3 cm.



Estatueta feminina de terracota clara trazendo colar e adorno de cabeça. Mão sustentando os seios.

Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a da modelagem, com aplicação posterior de olhos e umbigo. Perforação de olhos, umbigo, orelhas e adorno de cabeça. A peça está bem conservada.

Cronologia: Bronze Médio ou Sírio Antigo (ca. 1970 - 1750 a.C.).

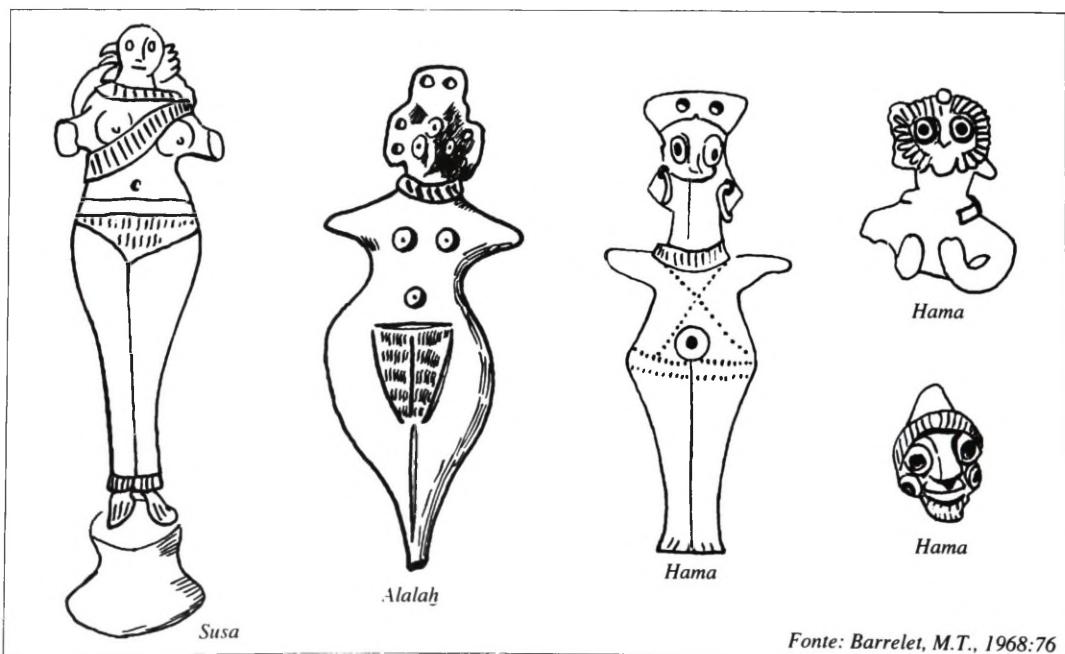
Ref. bibliográfica: Barrelet, FRTMA, 1968: 76.

3. MAE/USP, 72/8.7

Procedência: Hamā, Síria.

Dimensões: 9,0 x 2,8 x 1,6 cm.

Estas três peças, 72/8.5, 72/8.6 e 72/8.7, acompanhando-se a obra de Barrelet, FRTMA, 1968: 76, podem ser atribuídas, com probabilidade, aos níveis estratigráficos a partir do J8 e por todo o H.



Fonte: Barrelet, M.T., 1968:76

Figurinhas de Susa, Irã



Estatueta feminina de terracota clara, não foi removida toda a borda do molde. Tem a mão esquerda sustentando os seios.

Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a moldagem, apresentando os detalhes do rosto bastante ressaltados. Seu estado de conservação é precário, mesmo assim, aproxima-se das figurinhas 343, 354 do catálogo de Spycket. A peça apresenta pontos de ferrugem acima da cabeça e na base que se encontra fragmentada.

Cronologia: final do III e início do II milênio: III Dinastia de Ur (2150-2000 a.C.) – Isin/Larsa (2020-1800 a.C.) – Dinastia de Shimashki – início dos Sukkalmah.

Ref. bibliográfica: Spycket, LFS, 1992: 69-70.

4. MAE/USP, 72/8.3

Procedência: Susa, Irã.

Dimensões: 11,0 x 2,9 x 2,2 cm.



Salvo exceções, as figurinhas modeladas desaparecem depois dos primeiros séculos do II milênio dando-se preferência à produção moldada. Uma inovação na produção cerâmica é o uso de engobo durante o II milênio antes de Cristo. Na categoria das figuras moldadas ou modeladas, as femininas nuas são predominantes (Spycket 1992: 36).

Spycket (1992: 64) assinala a existência de dois moldes cujo modelo de figurinha corresponde à série representada pelo tipo número 343, ainda que sejam menores do que esta peça. Estes estão preservados no Museu do Louvre (345) e na Coleção Babilônica de Yale. Exemplares semelhantes foram descobertos no sul da Mesopotâmia, em Larsa, Uruk e Ur. Realizando-se uma comparação entre as dimensões das peças que constam na obra de Spycket com as do nosso museu, percebem-se suas similaridades.



Fonte: Spycket, A., 1992 (343, 344).



Fonte: Spycket, A., 1992 (345).

Os Sukkalmah possivelmente começaram a reinar enquanto as Dinastias de Isin e de Larsa lutavam pela supremacia e mantiveram-se no poder durante quatro séculos paralelamente à I Dinastia Babilônica depois do primeiro século kassita. Este período cobre particularmente os níveis estratigráficos de XV a XIII do canteiro A. No canteiro B, nível VI, foram encontrados dois exemplares dessa época (Spycket, números 508 e 673). Durante o tempo dos Sukkalmah, as figurinhas masculinas são mais numerosas do que as femininas. É importante observar que a utilização dos moldes permitiu uma generalização das “figurinhas-placas” concebidas de acordo com o princípio da frontalidade (Spycket 1992: 84). Essa peça de número 71/5.3 (MAE/USP) é semelhante à encontrada no catálogo de Spycket indicada pela numeração 430 e seu molde de número 431.

Estatueta feminina de terracota avermelhada com presença de engobo. Apresenta as mãos juntas abaixo dos seios, adorno de cabeça, colar.

Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a moldagem. Encontra-se fragmentada logo abaixo das mãos e aproxima-se das figurinhas 430 e 431 do catálogo de Spycket.

Cronologia: primeira metade do II milênio a.C.: I Dinastia Babilônica – início dos Kassitas – os Sukkalmah.

Ref. bibliográfica: Spycket, LFS, 1992: 88.

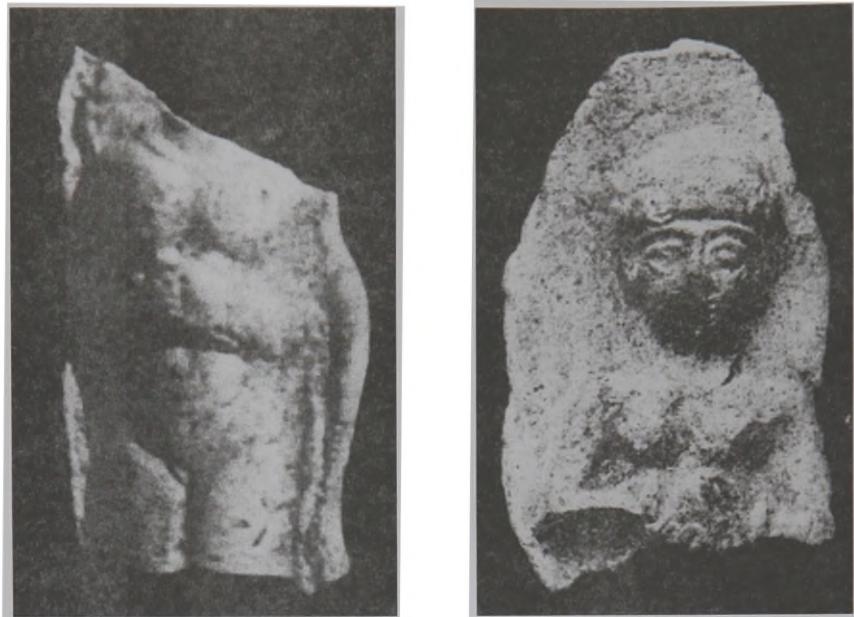
5. MAE/USP, 71/5.3

Procedência: Susa, Irã.

Dimensões: 5,1 x 3,0 x 1,8 cm.



TRIGO, A.C.M.C. Figurinhas femininas sírias e iranianas no acervo do MAE/USP. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 283-299, 2001.



Fonte: Spycket, A., 1992 (508 e 673).



Fonte: Spycket, A., 1992 (430 e 431).

Estatueta feminina de terracota ocre com presença de engobo. Apresenta as mãos sustentando os seios, adorno de cabeça, colar e uma faixa cruzando o tórax da direita para a esquerda. Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a moldagem. Encontra-se fragmentada um pouco abaixo do umbigo e aproxima-se das figurinhas 980⁶ e 981 do catálogo de Spycket. Cronologia: segunda metade do II milênio: época médio elamita (1500 - 1000 a.C.). Ref. bibliográfica: Spycket, LFS, 1992: 161.

6. MAE/USP, 71/5.4
Procedência: Susa, Irã.
Dimensões: 8,7 x 5,8 x 2,6 cm.

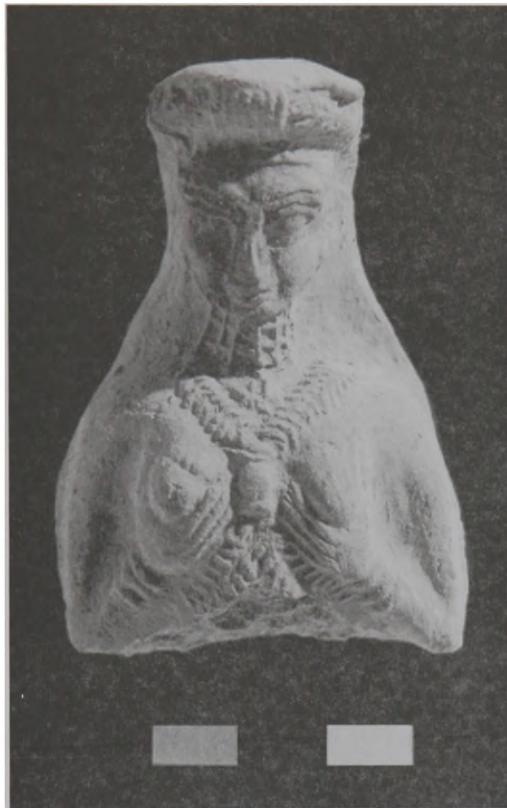


Fonte: Spycket, A., 1992 (980).

(6) A peça número 980 é uma das poucas que foi encontrada inteira. Sua localização estratigráfica se dá no nível arqueológico A XIII. Esta figurinha faz parte de uma longa série de estatuetas femininas nuas com o quadril delgado, sustentando os seios e apresentando os quatro dedos bem definidos (Spycket 1992: 157).



Fonte: Spycket, A., 1992 (981).



7. MAE/USP, 72/4.3

Procedência: Susa, Irã.

Dimensões: 6,2 x 4,5 x 2,3 cm.

Estatueta feminina de terracota bege rosada. Apresenta as mãos sustentando os seios, adorno de cabeça, colar e duas faixas cruzando o tórax: uma da direita para a esquerda e outra da esquerda para a direita com detalhes de linhas incisas. Entre os seios apresenta-se um enfeite dessas faixas. Os dedos sob os seios se apresentam muito bem definidos.

Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a moldagem. Encontra-se fragmentada logo abaixo do umbigo e aproxima-se da figurinha 1040⁷ do catálogo de Spycket.

Cronologia: segunda metade do II milênio: época médio-elamita (1500 - 1000 a.C.).

Ref. bibliográfica: Spycket, LFS, 1992: 168.



Fonte: Spycket, A., 1992 (1040).

(7) Esse exemplar é de Teheran e foi encontrado na camada estratigráfica arqueológica A XIII, na área oeste do canteiro (Spycket, 1992: 165).

Estatueta feminina de terracota bege. Apresenta as mãos sustentando os seios e duas faixas cruzando o tórax: uma da direita para a esquerda e outra da esquerda para a direita com detalhes de linhas incisadas. Entre os seios apresenta-se um enfeite dessas faixas. Os dedos sob os seios se apresentam muito bem definidos. Presença de um pingente. Quadril bem acentuado, umbigo feito posteriormente à moldagem, definição da região pubiana através de pequenas esferas.

Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a moldagem. A argila se apresenta porosa de textura grosseira e com pequenos grãos cinzas em toda a superfície. Encontra-se fragmentada logo abaixo dos joelhos e é acéfala. Aproxima-se das figurinhas 1062 e 1074 do catálogo de Spycket.

Cronologia: segunda metade do II milênio: época médio-elaíta (1500 - 1000 a.C.).

Ref. bibliográfica: Spycket, LFS, 1992: 172-174.

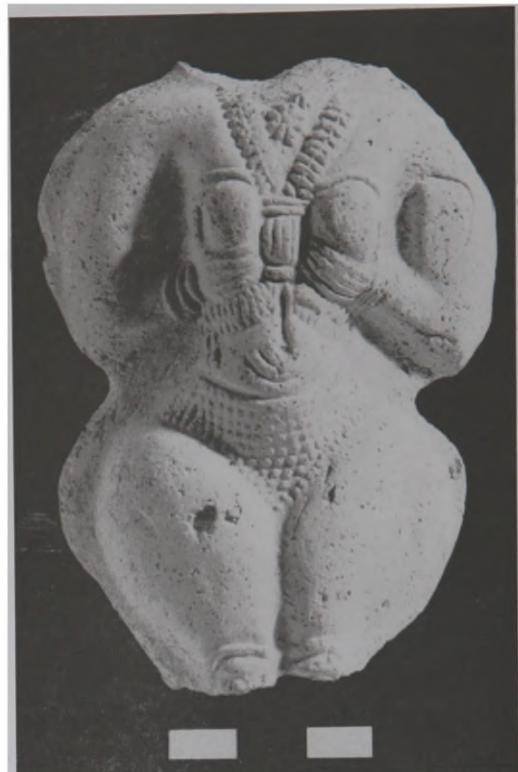
8. MAE/USP, 71/5.1

Procedência: Susa, Irã.

Dimensões: 9,2 x 7,0 x 2,5 cm.



Fonte: Spycket, A., 1992 (1074).



Fonte: Spycket, A., 1992 (1062).



Cabeça de estatueta feminina de terracota creme.
Cabeça apresentando toucado elamita. Rosto muito bem detalhado.

Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a moldagem. Aproxima-se das figurinhas 1085 e 1086 do catálogo de Spycket. A figura está fragmentada logo abaixo do pescoço.

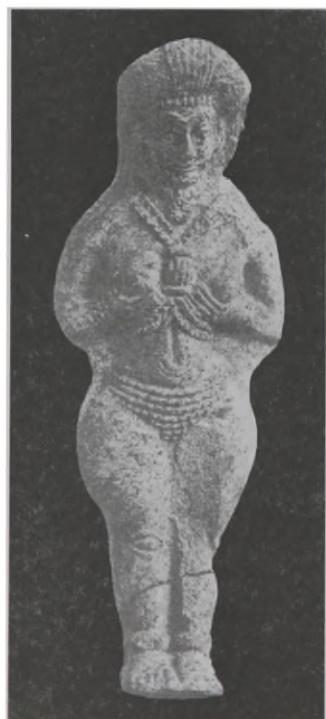
Cronologia: segunda metade do II milênio: época médio-elamita (1500 - 1000 a.C.).

Ref. bibliográfica: Spycket, LFS, 1992: 175.

9. MAE/USP, 71/5.5

Procedência: Susa, Irã.

Dimensões: 4,7 x 3,7 x 2,5 cm.



Fonte: Spycket, 1992 (1085).



Fonte: Spycket, 1992 (1086).

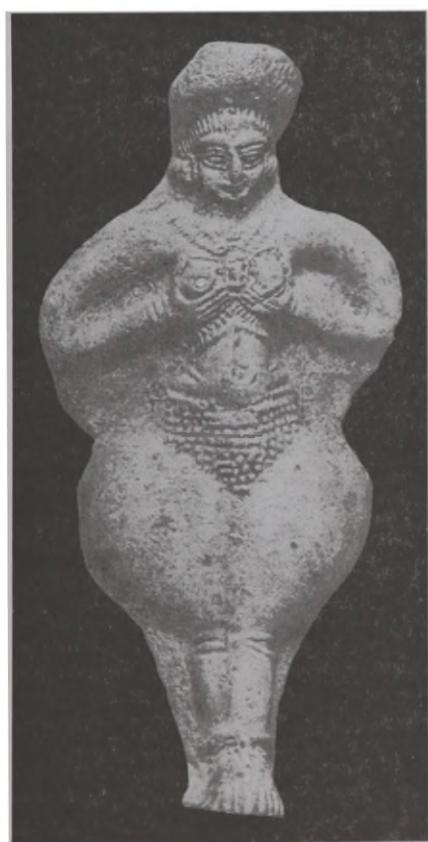
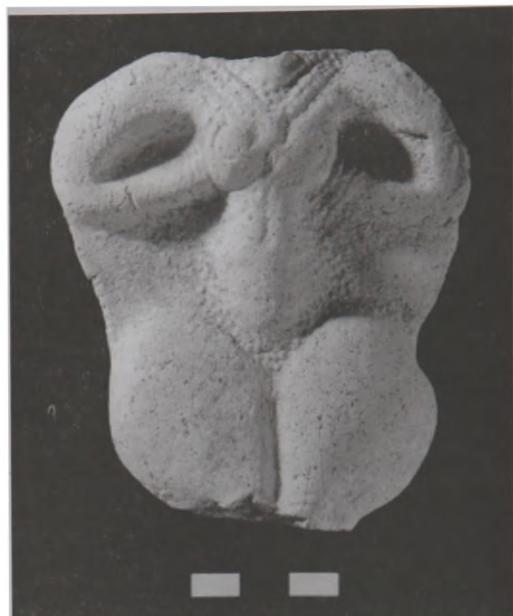
Estatueta feminina de terracota clara. Apresenta as mãos sustentando os seios e duas faixas cruzando o tórax: uma da direita para a esquerda e outra da esquerda para a direita com detalhes de linhas incisas. Entre os seios apresenta-se um enfeite dessas faixas. Os dedos sob os seios se apresentam muito bem definidos. Presença de um pingente. Quadril bem acentuado, definição da região pubiana através de pequenas esferas.

Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a moldagem. A argila se apresenta porosa de textura grosseira e com pequenos grãos cinzas e vermelhos em toda a superfície. Na parte anterior da peça a argila está avermelhada. Encontra-se fragmentada acima dos joelhos e é acéfala. Aproxima-se da figurinha 1136 do catálogo de Spycket.

Cronologia: segunda metade do II milênio: época médio-elamita (1500 - 1000 a.C.).

Ref. bibliográfica: Spycket, LFS, 1992: 181.

10. MAE/USP, 71/5.2
Procedência: Susa, Irã.
Dimensões: 9,5 x 8,2 x 2,0 cm.



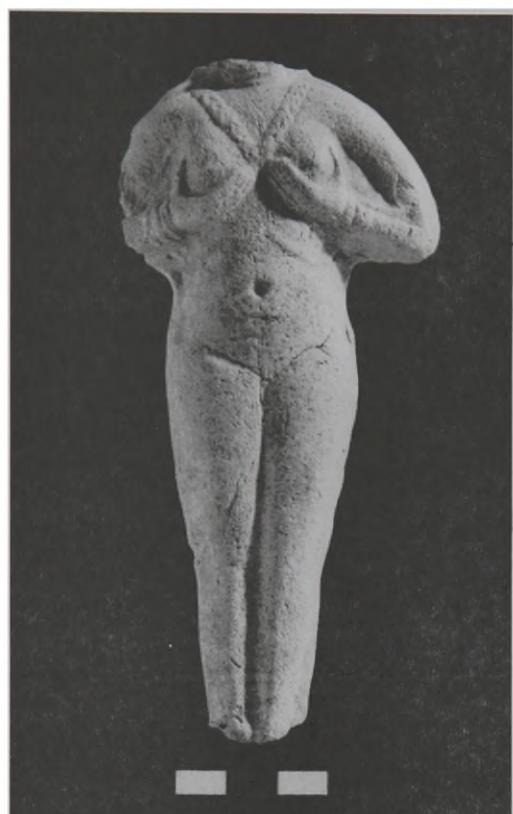
Fonte: Spycket, A.. 1992 (1136).

Na camada estratigráfica A XIII percebe-se uma transformação na mentalidade popular refletida na mudança radical dos tipos propostos pelas figurinhas. É provável que essa modificação corresponda ao grande número de material arqueológico encontrado nesta camada. Essas mudanças prolongam-se por A XII, onde pouco a pouco o gesto das mãos juntas nas figuras femininas nuas são substituídos pelas mãos sustentando os seios. Estas transformações culminam em A XI.

Em Tchoga Zanbil, templo religioso da região de Susa que teve sua expressão máxima no século XIII a.C., também foram encontradas figurinhas femininas semelhantes, nuas com as mãos sustentando os seios. É preciso notar, porém, que neste sítio as figuras femininas nuas são moldadas em terra porosa, diferentemente das de Susa.

Ressalta-se que as peças do período Médio-Elamita apresentam tamanhos compatíveis com os do catálogo de Spycket (1992: 145).

Figurinhas de Susa, Irã com problemas de classificação



Estatueta feminina de terracota bege. Apresenta as mãos sustentando os seios e duas faixas cruzando o tórax: uma da direita para a esquerda e outra da esquerda para a direita com detalhes de linhas incisas. Os dedos sob os seios se apresentam muito bem definidos. Umbigo feito posteriormente ao molde. Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a moldagem. A argila se apresenta porosa de textura grosseira. A figura apresenta-se acéfala e fragmentada nos pés.

11. MAE/USP, 72/4.1
Procedência: Susa, Irã.
Dimensões: 13,3 x 6,2 x 2,5 cm.



Estatueta feminina de terracota clara. Apresenta as mãos juntas abaixo dos seios e uma faixa cruzando o tórax da direita para a esquerda com detalhes de linhas incisas. Apresenta algumas linhas na região do quadril e com pequenos furos na superfície da peça. Obs.: A técnica de fabricação utilizada foi a moldagem. A argila se apresenta porosa, de textura grosseira. A figura apresenta-se acéfala e fragmentada pouco abaixo dos joelhos.

12. MAE/USP, 72/4.2
Procedência: Susa, Irã.
Dimensões: 9,0 x 5,1 x 2,4 cm.

As peças número 72/4.1 e 72/4.2 apresentam problemas de identificação, pois não encontramos correspondência exata em nenhuma das obras consultadas. Na primeira peça, a combinação da posição dos braços e pernas não corresponde a nenhum modelo pesquisado. Na segunda peça, o corte na argila entre as pernas e os orifícios nos braços (provavelmente operados na argila ainda mole, mas depois da moldagem) são detalhes que também não foram registrados em nenhum catálogo consultado.

A classificação exata da peça 72/4.1 deverá aguardar mais dados bibliográficos já que este modelo talvez possa ser datado do I milênio, época para a qual não está disponível o catálogo correspondente em nossas bibliotecas. No segundo caso (72/4.2) os detalhes diferenciadores podem eventualmente ser atribuídos a uma idiossincrasia do artesão. Em nosso material comparativo, a peça que mais se aproxima desta última é a de número 877 de Spycket (1992: 148) datada da segunda metade do II milênio, época Médio-Elamita. Essa peça foi encontrada em 1921 pela equipe de Mecquenem.



Fonte: Spycket, A., 1992 (877).

Função das figurinhas femininas susianas

De acordo com Contenau (*apud* Ghirshman 1968: 11-13) as figurinhas babilônicas que representam a deusa com as mãos cruzadas sob os seios são mais antigas que as que os estão sustentando. Mais ainda, este pesquisador não acredita que esta seja a imagem de Ishtar e nem mesmo de nenhuma deusa do panteão babilônico. Sobre representar uma mulher nua, ele vê, com razão, uma função talismânica e convida a ver nessas figurinhas o ídolo-símbolo da fecundidade e da reprodução.

As escavações de Susa, por serem tão longas e abrangerem os quinze níveis estratigráficos do sítio, possibilitam uma nova interpretação para essas figurinhas. Pode ser ampliado o conhecimento dos nomes de várias divindades do panteão elamita, ainda que se continue ignorando as respectivas atribuições. Em Tchoga Zanbil, por exemplo, foi identificado o templo da deusa Pinikir, graças ao achado de tijolos com inscrições com o nome dessa deusa. Neste local foram também achadas figurinhas femininas de terracota que representam uma deusa-mãe segurando uma criança nos braços. Assim, admitiu-se ser essa uma deusa da Procriação e da Fecundidade. Num outro templo vizinho, foram encontrados tijolos com inscrições com os nomes Shimut e NIN-ali que formam um casal de deuses. Juntamente com eles foram encontradas figurinhas femininas da deusa nua sustentando os seios.

De acordo com os achados das escavações da *Ville Royale*, com datação com início após 2000 a.C. até final da realeza elamita no século VII a.C., as peças mais antigas são da primeira metade do II milênio, e em sua maioria são figuras femininas que se apresentam com as mãos cruzadas abaixo dos seios. Parece ser, pelas informações das escavações, que estas peças mais antigas vão sendo progressivamente substituídas pelas figurinhas femininas sustentando os seios.

A maioria das peças encontradas está fragmentada. São raros os momentos em que se encontram estes fragmentos dentro de residências ou em outras unidades do gênero e

nem mesmo em tumbas. A grande massa dessas peças, para não dizer a totalidade, são provenientes das ruas, ruelas e lugares da antiga vila. As figurinhas estão sempre quebradas (Ghirshman 1968: 12).

A associação dessas figurinhas com o nome da deusa NIN-ali levou os estudiosos a concluir que esta fosse, provavelmente, a deusa de proteção da mulher durante a gravidez. Na ocasião de uma gravidez, a mulher manteria a imagem da deusa consigo e depois do nascimento, como esta proteção passaria a ser supérflua, a imagem seria quebrada ou descartada. Isso justifica o fato de este ídolo sempre evocar o corpo de forma muitas vezes acentuada, indicando o estado de maturidade (Ghirshman 1968: 12).

A identificação da deusa sustentando os seios convida a reconhecer uma diferença de atribuição entre ela e uma outra imagem: a da deusa com uma criança. Nas sucessivas camadas estratigráficas, raramente foram encontrados fragmentos de peças desta última personagem. A

gravidez no mundo elamita, como no mundo babilônico, está profundamente ligada à vontade divina. A figurinha dessa deusa-mãe é muito encontrada nos templos da deusa Pinikir, que parece ser a responsável pela realização da vontade de uma mulher ter uma criança e talvez recebesse essa imagem como oferenda votiva. Se esta hipótese for a correta, é exato que este último grupo de figurinhas tinha um destino muito preciso e que as que foram encontradas, sejam provenientes de templos. Diferente seria, pelo contrário, a variedade daquelas que representam as deusas sustentando os seios: elas estariam nas casas das mulheres para assisti-las durante o período de gestação, sendo quebradas depois do nascimento da criança.

A natalidade dentro da sociedade elamita, como na assírio-babilônica, foi certamente muito elevada. Este fato pode explicar o grande número de fragmentos de figurinhas da deusa nua sem a criança recolhidas pelas missões francesas na superfície recente da antiga vila de Susa.

TRIGO, A.C.M.C. Syrian and Iranian feminine figurines in the collections of MAE/USP. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, II: 283-299, 2001.

ABSTRACT: This article intends to present twelve terracotta figurines preserved in MAE-USP. The author gives an up-to-date classification of this material, considering provenience and chronology. The magic functions of these figurines in Ancient Near Eastern Societies are also considered.

UNITERMS: Feminine terracottas – Ancient Near East – Feminine Magic – Ancient Syria – Ancient Iran.

Referências bibliográficas

ALI MOUSAVI, L.

1996 Early archaeological adventures and methodological problems in Iranian archaeology: The evidence from Susa. *Iranica Antiqua*, XXI: 1-17.

AMIET, P.

1966 *Elam*. Paris: Archée Éditeur.

BARRELET, M.T.

1968 (FRTMA) *Figurines et Reliefs en Terre-cuite de la Mesopotamie Antique I*:

potiers, termes de métier, procédés de fabrication et production. Paris: Paul Geuthner.

CURTIS, J.

1993 William Kennett Loftus and his excavations at Susa. *Iranica Antiqua*, XXVIII: 1-55.

ELIADE, M.

1993 *Tratado de História das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes.

- GARELLI, P.
- 1982 *O Oriente Próximo Asiático: das origens às invasões dos povos do mar*. São Paulo: Livraria Pioneira.
- GASCHE, H.
- 1989 Suse au II^e millénaire. *Dossiers Histoire et Archéologie*. Paris, 138: 50-51.
- GHIRSHMAN, R.
- 1952 Cinq campagnes de fouilles à Suse (1946-1951). *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*. Paris, XLVI (1): 1-18.
- 1968 La déesse nue élamite. *Archäologische Mitteilungen aus Iran*, new series I. Berlim, Verlag Von Dietrich Reimer: 11-13.
- LE BRUN, A.
- 1989 Suse au IV^e millénaire: à la frontière de deux mondes. *Dossiers Histoire et Archéologie*. Paris, 138: 28-35.
- MALLOWAN, M.E.L.
- 1971 *Mesopotâmia e Irão*. Coleção Biblioteca das Civilizações Primitivas. Lisboa: Editorial Verbo.
- MECQUEENEM, R. de
- 1980 Les fouilleurs de Suse. *Iranica Antiqua*, XV: 1-48.
- PARROT, A., AMIET, P., VANDEN BERGE, L.
- 1970 *Archaeologia Iranica: miscellanea in honoren R. Ghirshman*. Leiden: E.J. Brill.
- PERROT, J.
- 1989 Un siècle de fouilles à Susa. *Dossiers Histoire et Archéologie*. Paris, 138: 12-15.
- PORADA, E. et al.
- 1970 Roman Ghirshman: The Elamite Levels at Susa and their Chronological Significance. *American Journal of Archaeology*, 74 (3), July: 223-225.
- SPYCKET, A.
- 1992 (LFS) *Les figurines de Suse*. Mémoires de la Délégation Archéologique en Iran, vol. 52. Paris: Gabalda.
- STEVE, M.J.; GASCHE, H.; MEYER, L. De
- 1980 La susiane au deuxième millénaire: à propos d'une interprétation des fouilles de Suse. *Iranica Antiqua*, XV: 49-154.
- VALLAT, F.
- 1989 Religion et civilisation élamites en Susiane. *Dossiers Histoire et Archéologie*. Paris, 138: 46-49.

Recebido para publicação em 24 de maio de 2001.

Estudos Bibliográficos

CONTRIBUIÇÕES DA ETNO-HISTÓRIA PARA A ARQUEOLOGIA DO NORDESTE DE MATO GROSSO DO SUL, NA ÁREA IMPACTADA PELO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL

Gilson Rodolfo Martins*

Quando na primeira metade do século XVI os primeiros conquistadores europeus chegaram a Mato Grosso do Sul, encontraram algumas centenas de milhares de índios que aí viviam, há séculos, os quais estavam distribuídos por mais de uma dezena de tribos distintas entre si. Das fontes históricas do século XVI, praticamente nenhuma faz referência aos índios do nordeste sul-mato-grossense. Porém, de acordo com os cronistas dos séculos seguintes e com estudos etnográficos contemporâneos, como, por exemplo, o Mapa Etno-Histórico de Nimiundaju, editado em 1944, toda a área vizinha ao traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (*Gasbol*), entre os municípios de Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas era habitada, hegemonicamente, pelos índios kaiapós meridionais, hoje extintos. Segundo Schaden (1954: 396) o território ocupado por esses índios era o seguinte:

“Grande extensão do noroeste do Estado (SP), compreendida entre o rio Grande e o Paraná, bem como as áreas adjacentes do triângulo mineiro, do sudeste de Mato Grosso e sul de Goiás, constituiu o habitat de uma tribo jê, conhecida sob o nome de Kaiapó Meridionais. (...) Guerreiros denodados, faziam-se acompanhar das mulheres nos campos de luta, incumbidas de ficar atrás dos homens e passar-lhes as flechas à medida que as gastassem. Além de arco e flecha, serviam-se de grandes cacetes, particularidade que deu origem à designação de Ibirajara (“senhores dos tacapes, na língua geral) com que os Kaiapó e algumas outras populações figuram em textos antigos”.

(*) Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História do *Campus Universitário de Aquidauana* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Prezia (1988: 4) ao analisar o grupo lingüístico Macro-Jê sintetizou algumas características comuns às tribos filiadas a esse tronco, as quais se apresentam a seguir:

- “são moradores do cerrado ou de áreas de mato aberto;
- possuem uma organização social complexa, dividindo a comunidade em metades ou clãs, divisão que é respeitada desde a direção da aldeia, até a realização de festas e rituais;
- não usam redes, dormindo em esteiras ou em estrados de varas;
- fabricam pouca cerâmica, desenvolvendo mais a pintura corporal e a arte plumária”.

O processo colonizador português, no Brasil, iniciou sua interiorização no final do século XVI. As bandeiras paulistas de André Leão e Nicolau Barreto, explorando o vale do Parabá do Sul e as terras além da Serra de Mantiqueira, inauguraram, na última década desse século, o fenômeno bandeirante. Entre 1600 e 1620, diversas bandeiras terrestres partiram do planalto de Piratininga em direção ao oeste colonial buscando duas mercadorias muito valorizadas no comércio mercantilista: os metais preciosos e cativos indígenas. Dessa forma, o início do século XVII é também o momento que estabeleceu os primeiros contatos inter-étnicos entre colonos europeus e as tribos orientais de Mato Grosso do Sul e do extremo-oeste paulista.

Em 1610, os jesuítas espanhóis iniciaram a catequese dos índios guaranis do Guairá, no noroeste paranaense, intensificando a movimentação colonial na bacia do Alto Paraná. Com isso, alterações substanciais ocorreram na realidade étnica regional.

A presença dessas duas frentes de expansionismo colonial, embora rivais, debruçadas sobre o mesmo objeto, implicou um afastamento e diminuição dos aldeamentos indígenas nas proximidades do trecho sul-mato-grossense do rio Paraná. Nos anos seguintes à fundação da

ação missionária, avolumaram-se as expedições preadoras oriundas de São Paulo, tanto sobre as aldeias tradicionais como sobre as diversas reduções guairenhas. As tribos guaranis ocupantes do complexo fluvial Paraná/Paranapanema alteraram hábitos culturais e passaram a migrar constantemente provocando a reacomodação de outros grupos étnicos vizinhos, inclusive os do nordeste sul-mato-grossense. Os trechos abaixo, citados por Taunay (1922: 90), refletem a visão desse autor sobre a conjuntura inicial do século XVII na área ocidental da colônia:

“Em 1612 queixava-se o cabildo da Ciudad Real, a mais importante das colônias jesuíticas do Pequiry e Ivay ao governador de Buenos Aires, contando-lhe “la inquietud de los naturales, promovidas por los portugueses de la Villa de San Pablo en el Brasil, quienes los han sensocado y llevado más de 3.000 com harto perjuricio de esta ciudad”.

Para o autor acima (*op.cit.*): “estavam os índios no maior alvoroço e ameaçavam despovoar a região emigrando tumultuosamente além Paraná e além Iguassu”.

Segundo Caldarelli (1993: 5), essa conjuntura histórica tem a seguinte implicação para a pesquisa arqueológica:

“(...) a situação de instabilidade em que se encontravam os indígenas, os quais passam a viver em habitações precárias e com objetos numericamente reduzidos e feitos rapidamente, em sua maioria com material perecível fáceis de serem produzidos, já que a extrema mobilidade característica da situação de conflito em que viviam os indígenas, obrigava-os a constantemente abandonar seus acampamentos e objetos pessoais.

Este fato explica porque é difícil a recuperação arqueológica dos assentamentos indígenas mais recentes, sendo mais facilmente identificáveis os assentamentos pré-coloniais, quando as populações que ocupavam a área apresentavam maior densidade demográfica, permaneciam mais longamente nas aldeias e produziam uma cultura material mais diversificada e numericamente mais expressiva do que a dos indígenas que as sucederam, em tempos históricos”.

A união das coroas ibéricas, entre 1618 e 1648, fez da América do Sul uma única unidade política. A pressão colonial sobre o interior do continente aumentava. Em 1628 o capitão-

general Luis de Céspedes Xeria, Governador do Paraguai, partiu de São Paulo em um comboio fluvial que percorreu, pionieramente, a rota fluvial Tietê/Paraná até o Guairá. No ano seguinte, comandado por Raposo Tavares e Manoel Preto, ocorreu o grande e fulminante ataque bandeirante sobre as missões guairenhas provocando o êxodo maciço de índios dessa região para o sul do Brasil e para Mato Grosso do Sul. Estima-se que mais de vinte mil índios tenham abandonado a região somente nesse episódio. Em seguida, as investidas sobre os remanescentes índios guaranis guairenhos foram feitas em todas as direções.

Em 1648, foi a vez das reduções do Itatim, instaladas em Mato Grosso do Sul entre os vales do Miranda e do Apa, serem atacadas por Raposo Tavares. Os índios guaranis-itatinas evacuaram a área e partiram em direção ao nordeste do Paraguai e serra de Maracaju. Em meados desse século, os núcleos coloniais espanhóis em Mato Grosso do Sul estavam definitivamente abandonados.

Durante o ano 1676, o bandeirante paulista Francisco Pedro Xavier, acompanhando as margens da rota Tietê/Paraná/Iguatemi e ultrapassando o planalto maracajuano, em Mato Grosso do Sul, invade e destrói Vila Rica del Espírito Santo, no norte do Paraguai Oriental.

Segundo Taunay (1951: 147):

“Ao sertão da Vacaria que assim se chamava então o atual sul mato-grossense percorreram no último quartel do séc. XVII diversas bandeiras.

Em 1682, procurava Juan Diaz de Abdino saber quantos seriam aqueles portugueses implantados nas vizinhanças das ruínas de Santiago de Jerez e soubera que os cabos paulistas eram Pascoal Moreira e André de Zuñega “que tenian ochenta canoas en el río de Botetey que entra à este del Paraguay”.

Na passagem do século XVII para o XVIII, a presença colonial luso-paulista estava consolidada em Mato Grosso do Sul, isto ao custo de cem anos de guerra genocida e de conquista territorial. Porém, como atividade econômica, a partir de 1670, o bandeirismo de apresamento mostrou forte tendência ao declínio. A reorganização do tráfico negreiro após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, o esgotamento dos “estoques” de índios guaranis “domesticados” pelas missões, a resistência e a retirada dos sobreviventes para regiões mais ermas, progres-

sivamente inviabilizaram a ação bandeirante de apresamento nos padrões da economia colonial.

Desse período histórico é muito improvável a presença de vestígios arqueológicos na área a ser impactada pelo gasoduto, sobretudo no segmento abrangido por este estudo. As características dessa modalidade colonizadora faziam com que não houvesse assentamentos permanentes, seu caráter era mais destrutivo que construtivo. Os bandeirantes não aspiravam ao povoamento nem à fixação nas áreas desbravadas. Sua relação com o espaço era de permanente movimentação, acompanhando sempre o deslocamento estratégico dos indígenas em retirada para o interior. Acrescente-se ainda o fato de que a cultura material bandeirante, nos padrões do modelo europeu, é descrita pelos historiadores como sendo elementar.

A crise do bandeirismo de apresamento, no fim do século XVII, não foi um fato isolado, ela estava inserida na primeira crise geral no sistema colonial português. A economia mercantilista lusa saiu profundamente enfraquecida da União Ibérica. As guerras pela restauração, a forte concorrência estrangeira e o anacronismo do modelo econômico, em resumo, provocaram o esvaziamento monetário do Império português. Em função disso, a dinastia bragantina promove e estimula a prospecção de metais preciosos no interior do Brasil. O setor bandeirante, estruturado para o sertanismo, facilmente adaptou-se à nova realidade. Em 1693, os paulistas descobriram ouro em Minas Gerais. Expulsos daí, em 1709, no episódio da Guerra dos Emboabas, dez anos depois estavam inaugurando o garimpo cuiabano.

A expansão territorial e demográfica provocada pela mineração em Mato Grosso transformou essa região em um promissor mercado colonial. Passadas as dificuldades dos primeiros anos de desbravamento, o processo de urbanização e administração foi organizado com a visita de Rodrigo Cesar de Menezes, Capitão-General e Governador da Capitania de São Paulo, em 1726, a Cuiabá.

A realidade anteriormente narrada estabeleceu nova função histórica para o espaço sul-mato-grossense. Essa região passou a ser a “espinha dorsal” do sistema viário fluvial para Cuiabá. Podemos entendê-la a partir da seguinte análise de Sérgio Buarque de Holanda (1945: 93):

“Graças a tais circunstâncias, a navegação dos rios continua a fazer-se sem interrupções e a

rota seguida desde Araritaguaba vai assumindo, cada vez mais, o caráter de via de trânsito regular. O que estimulava agora essas expedições, já não era tanto o ânimo aventureiro, mas o lucro certo que prometia o comércio com esses remotos sertões, distanciados de qualquer recurso, onde os preços atingidos por todos os artigos, até mesmo de uso indispensável, parecem destinados a compensar abundantemente todos os riscos da viagem”.

O tráfego fluvial regular entre São Paulo e Cuiabá foi definindo-se paulatinamente. As antigas rotas seiscentistas que seguiam preferencialmente pelos caminhos Paraná/Ivinhema ou Tietê/Pardo/Aquidauana, tinham vários inconvenientes para a nova modalidade de trânsito que exigia mais segurança. Por volta de 1720, uma nova rota foi descoberta pelos irmãos Leme, segundo Holanda (1945: 97):

“Desejosos, talvez, de procurar passagem mais breve para as minas, deliberaram aqueles sertanistas continuar em águas do Pardo, subindo a parte encachoeirada que fica além da barra do Anhanduí, e chegaram, assim, ao ribeirão Sanguesuga. Neste ponto, o divisor das bacias do Paraguai e Paraná abrange apenas cerca de duas léguas e meia de extensão e parece admiravelmente apropriado à varação das canoas”.

A tradicional rota fluvial Pardo/Anhanduí/Aquidauana tinha o seu varadouro terrestre no atual município de Terenos, por onde passa o traçado do Gasbol. Esta não foi totalmente abandonada, em 1726, por exemplo, foi a escolhida pelo governador da Capitania de São Paulo para ir a Cuiabá.

Com a implantação da Fazenda Camapuã, ainda na década de vinte do século XVIII, no varadouro entre o rio Pardo e o rio Camapuã, oferecendo mais segurança e recursos aos viajantes, a nova rota passou a ser o caminho oficial das monções por mais de um século. Outros caminhos, menos usuais, existiam, entre esses podemos citar o do rio Verde, do Sucuriú e alguns terrestres. Holanda (1945: 138) observou que:

“É preciso acrescentar que numa navegação longa e sem porto seguro, era necessidade restringir ao mínimo qualquer contacto com a terra firme. O breve varadouro de Camapuã correspondia bem a essa necessidade. Um estabelecimento permanente, em tal situação, permitira evitar, ou ao mesmo diminuir, o risco de assaltos do gentio Caiapó, que vagava nas comarcas a leste do Pardo.”

Taunay (1981: 209) publicou o relato que D. Antônio Rolim de Moura, 1º Governador da Capitania de Mato Grosso, fez de sua viagem de São Paulo para a Vila de Cuiabá, em 1751. Desse texto é interessante destacar a referência feita aos índios kaiapós no roteiro das monções:

“Três são as nações que costumam perseguir aos viajantes deste caminho; a primeira é a dos caiapós; são forçosos e ligeiros, usam por armas de arco e flecha, e de porretes. Estes são uns paus, do tamanho de um covado, pouco mais ou menos, de uma parte redondos, por onde lhe pegam; pela outra espalhados, como os paus de remos; enfeitam-nos cobrindo-os com seus tecidos feitos de cascas de árvore, de várias cores, à imitação de esteiras; porém muito ajustados, e unidos aos paus: o seu modo de pelejar é atraçoadamente; tomado sentido onde alguma tropa se arrancha, e parecendo-lhes que três partido, a vêm atacar quando acham descuidada; porém, se a tropa tem algum poder, se não resolvem a isso. O mais comum é esperar o que saem do campo para caçar, escondendo-se de modo que não é fácilvê-los, por se pintarem de modo que ficam da cor do mato, e de repente darem sobre os que vão passando, atirando-lhes primeiro com as flechas, e depois quebrando-lhes as cabeças com os porretes; o que feito, fogem logo, deixando a arma com que fizeram a morte. Contra esses basta um pouco de cautela dos ranchos, e também que não saiam menos de dois ou três a caçar, e que estes se recolham juntos, pois na retirada é que eles costumam mais dar os seus assaltos”.

As abordagens acima são claras ao mostrar que, apesar da intensa movimentação colonial, durante o século XVIII, na região de intersecção do traçado do *Gasbol* sobre as extintas rotas das monções, é improvável a existência de vestígios arqueológicos relacionados a esse fenômeno histórico na área impactada por esse gasoduto. Em toda a região nordeste de Mato Grosso do Sul não houve estabelecimentos fixos, exceto a Fazenda Camapuã.¹ A presença colonial, na área, definia-se pela transitoriedade.

(1) Em 17/4/2001, o autor deste artigo e a Sra. Maria Margareth Ribas Escobar, Diretora do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – em Campo Grande, localizaram a área do assentamento da histórica Fazenda Camapuã, no município homônimo e formalizaram o registro do local como sítio arqueológico. Na superfície vistoriada foram encontrados fragmentos de telhas, dos quais

O “Ciclo do Ouro” esgotou-se no final do século XVIII. A crise atingiu também o comércio cuiabano e afetou intensamente o movimento monçoeiro, reduzindo-se assim, drasticamente, o número de comboios fluviais. O núcleo rural de Camapuã enfrentou forte recessão. A região em foco neste estudo refluíu ao semi-isolamento, ficando, portanto entregue ao povoamento quase que exclusivo de índios kaiapós e, talvez, de alguns pequenos grupos de índios ofaiés-xavantes e guaranis.

Na primeira década do século XIX, a economia mercantilista portuguesa ruiu. As atividades econômicas coloniais entraram em profunda recessão. Em Mato Grosso produzia-se para a subsistência. A inexistência quase total, na região nordeste do estado, de estabelecimentos agropastoris, em mais de trezentos anos de colonização, foi propícia à preservação da originalidade da paisagem vegetal. Em 1826, uma expedição naturalista, comandada pelo Barão de Langsdorf, navegou pelo antigo caminho das monções. O desenhista francês, Hércules Florence, integrante da expedição, iconografou diversas cenas da viagem e assim descreveu o estado de conservação das margens do Pardo (Florence 1977: 58).

“Atingimos a embocadura do rio Pardo, célebre entre os paulistas, de um lado, pelos perigos e canseiras que aí esperavam o viajante ao querer vencer a força de suas correntezas e transpor numerosas cachoeiras e suas quedas: de outro, afamado pela beleza das campinas em que corre e que, oferecendo à vista, já farta da monotonia de ininterrompidos matos, vastas perspectivas cortadas de outeiros, riachos e capões (...).”

No meio desses campos ao caçador facilmente se deparam veados, perdizes e outros animais, cuja carne lhe enriquece a mesa, aumentando destarte o prazer de atravessar tão bela região.”

serão enviadas amostras para datação, bem como foram coletados depoimentos de antigos moradores que tiveram a oportunidade de observar, antes da demolição definitiva, os segmentos restantes de estruturas das edificações originais. As coordenadas geográficas obtidas em um dos pontos examinados foram: 19° 31' 52,8" s e 54° 03' 49,0" w.

A descrição anterior é, provavelmente, o último testemunho da integridade paisagística natural da área. A partir de 1830, a economia imperial brasileira, impulsionada pela ascensão da atividade cafeeira, recupera-se aceleradamente. A fronteira agropastoril expande-se para o oeste. A valorização fundiária das férteis terras do triângulo mineiro empurra a pecuária extensiva, aí instalada, para além dos rios Paranaíba/Paraná. Em 1832, Joaquim Francisco Lopes, irmão do célebre “Guia Lopes”, imortalizado no romance de Taunay, “A Retirada da Laguna”, fez sua primeira viagem exploratória nos campos e pastagens do nordeste sul-mato-grossense e, em seguida, aos “campos de vacaria”, na região Centro-sul do estado. Dessa data em diante o fluxo migratório da pecuária, principalmente mineira, em direção a Mato Grosso do Sul, não mais cessou. Em poucas décadas o modelo pastoril estava estruturado e abrangia boa parte da extensão espacial focalizada por este estudo.

Sob o regime imperial redefiniu-se a política oficial de contato cultural com os índios, visando-se assim atender às necessidades da nova realidade. Ao estudar os relatórios das diversas gestões da Diretoria Geral dos Índios, em Mato Grosso, na segunda metade do século, Pina de Barros (1989: 210), assim formula o quadro da época:

“A política indigenista norteava-se pelo binômio: defesa contra os índios e aproveitamento de sua mão-de-obra. Com as mudanças estruturais ocorridas pela decadência da mineração e com a consequente proliferação das atividades de subsistência e auto-consumo, por um lado, e ampliação das fazendas de criação de gado e cana-de-açúcar, por outro, forjam-se facetas particulares nas relações índio/colonizadores, no decorrer do período imperial em MT. Para isso também concorreu a impossibilidade de reposição da mão-de-obra escrava, seja pela queda do poder aquisitivo, seja pela inibição de tráfico negreiro”.

O Cel. Ricardo José Gomes Jardim, presidente da província, em ofício ao Governo Imperial, ao descrever o quadro etnográfico de Mato Grosso em seu relatório de 1846, assim se referiu aos índios kaiapós (Jardim 1869: 350).

“A aldeia de Santa Anna do Paranahiba contava de 150 a 160 índios cayapós de ambos os sexos, que emigraram das aldeias de Goyaz em 1835, das quais muitos se têm dispersado,

empregando-se como camaradas da tropa, e outros trabalhando a jornal para os oradores de distrito. Tiveram um inspetor nomeado pela presidência em 1838, o qual deixou de existir por falta de consignação para o pagamento do seu ordenado.”

O primeiro Diretor Geral dos Índios em Mato Grosso, Joaquim Alves Ferreira, em seu relatório de 1848 localiza os índios kaiapós (Ayala & Simon 1914: 91):

“(...) entre os rios Paraná, Paranayba e as cabeceiras de São Lourenço e Taquary, uns desealdeados no destacamento nas margens do Piquiry: outros no porto de Paranayba. Outros não têm residência certa. Vivem da caça, pesca, frutos da terra; cultivam milho, arroz, mandioca, batata, cana; fabricam algumas rapaduras; criam porcos, aves, gado-vacum e cavalar. A maior parte entendem e falam nosso idioma (...) Muitos se ajustam ao serviço dos moradores do distrito e viajantes.”

No fim do século XIX, os índios kaiapós meridionais estavam, praticamente, extintos em Mato Grosso do Sul. Algumas famílias sobreviventes, isoladas na condição de “índios de fazenda”, podem ter resistido mais alguns anos. A mestiçagem com a população local os fez desaparecer definitivamente. Schaden (1954: 396) noticiou a existência dos últimos trinta índios kaiapós, vivendo, em 1910, a jusante da cachoeira Água Vermelha, nas duas margens do rio Grande, isto é, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, encerrando, talvez, mais de um milênio de existência dessa cultura humana.

A identificação de uma zona de transição étnica estabelecida por uma fronteira natural, representada pelo traçado do rio Pardo e adjacências, foi ressaltada por Martins (1992) como tendo sido a porção ao norte desse rio o antigo *habitat* dos índios kaiapós meridionais e, ao sul, o território Guarani – etnia esta, ainda hoje presente nas regiões do sul do estado e representada pelas tribos Kaiowá e Nhandeva.

Na passagem do século XIX para o século XX, quando já não mais existiam índios guaranis vivendo na margem direita do rio Paraná, a montante do rio Ivinhema, os índios ofaié-xavantes ocuparam esse espaço, o qual é abrangido atualmente, em parte, pela área do reservatório da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta (ex-UHE Porto Primavera), pescando, caçando e acampando ao longo dos riachos e baías onde deságua os ribeirões Combate,

Três Barras, Samambaia e outros, inclusive a montante do rio Pardo. As aldeias maiores tinham casas em forma de cúpula, configurando, assim, amplo círculo composto por cerca de 20 casas, com área central de terra batida para danças e disputas, caminhos para o rio e para a roça; o sepultamento era efetuado em local distante da aldeia (Ribeiro 1951).

O passado e o modo de ser dos índios ofaiés-xavantes, antes do contato com o colonizador europeu é desconhecido. Não há pesquisas arqueológicas e etno-históricas que revelem esse panorama. As primeiras informações concretas sobre a etnografia desses índios surgem em meados do século XIX, quando a expansão da fronteira agropastoril brasileira em terras do então sul de Mato Grosso já era uma realidade irreversível. Assim, pressupõe-se que, no período citado no parágrafo anterior, a fricção interétnica já deveria ter acarretado significativas alterações no modo de ser dos índios ofaiés-xavantes, sobretudo no que diz respeito à questão da cultura material desse povo.

Somente no começo do século XX, com a ação de Rondon e de técnicos do SPI – Serviço de Proteção ao Índio –, especialmente de Curt Nimuendaju, é que surgiram os primeiros testemunhos confiáveis sobre as características etnográficas dos índios ofaiés-xavantes. Nessa época, devido aos contatos conflituosos, cada vez mais constantes com elementos da sociedade envolvente, esse grupo indígena encontrava-se em franco processo de desintegração tribal.

Por inferência etnográfica baseada nos relatos dos primeiros contatos entre índios ofaiés-xavantes e “brancos”, esses índios, antes do contato, poderiam ser classificados como uma sociedade integrante do tronco lingüístico Macro-Jê, portadores de um modelo econômico baseado quase que exclusivamente na caça, pesca e coleta de vegetais silvestres, daí terem um comportamento espacial sobretudo ambulante, obedecendo este à sazonalidade dos recursos naturais disponíveis.

De uma forma sintética, com os dados disponíveis, pode-se deduzir que antes da segunda metade do século XIX, os índios ofaiés-xavantes viviam na região hoje compreendida entre os municípios sul-mato-grossenses de Rio Brilhante e Campo Grande. A

partir da ocupação dessa região por fazendas, após a Guerra do Paraguai (1864/70), esses índios foram paulatinamente obrigados a procurar refúgios em outras áreas ainda não impactadas pela expansão da fronteira agropastoril. Foi por isso que, então, eles migraram para os pantanais da margem direita do rio Paraná, entre os municípios de Anaurilândia e Três Lagoas ou para os pantanais dos rios Taboço e Negro, no município de Aquidauana. No que diz respeito aos grupos que migraram para as margens do rio Paraná, os principais roteiros obedeciam às bacias hidrográficas dos rios Anhanduí/Pardo, rio Verde e rio Ivinhema.

Entre outras consequências desse processo pode-se destacar a instabilidade dos assentamentos, seja no tempo e/ou no espaço, evidenciada, na primeira metade do século XX, principalmente, pela mobilidade permanente em busca de refúgios ambientais provisórios, na margem direita do rio Paraná, na região entre o baixo curso do rio Ivinhema e o rio Sucuriú, em Mato Grosso do Sul.

No entanto, é necessário considerar que as circunstâncias históricas impuseram a esses índios a meta de territorializar uma nova área para a reprodução física e cultural do grupo. Entre outras localidades, na margem direita do alto curso do rio Paraná, esse fenômeno migratório/cultural ocorreu no interior da imensa gleba de terra abrangida pela Fazenda Boa Esperança, no século passado (XX).

Nas últimas décadas, com a degradação ambiental acentuada pelo modelo econômico em vigor, a oferta ambiental de produtos naturais (caça, pesca e coleta) foi drasticamente reduzida, o que obrigou os índios ofaiés-xavantes a substituírem seu padrão tradicional de subsistência por formas típicas da sociedade envolvente, ou seja, sobretudo por pequena agricultura e por trabalho assalariado em fazendas da região.

Atualmente, a população da Terra indígena Ofaié-xavante, ocupante de uma área adquirida pela CESP–Companhia Energética de São Paulo, no município de Brasilândia/MS, lindeira com a área citada na Portaria Demarcatória 264, de 28 de maio de 1992, do Ministério da Justiça/FUNAI, é composta por aproximadamente 60 pessoas, sendo que dessas, aproximadamente, vinte índios são da etnia Ofaié-Xavante, e os demais da etnia Guarani ou mestiços de índios ofaiés-xavantes com trabalhadores rurais.

Os índios ofaiés-xavantes estão parcialmente adaptados aos costumes dos “brancos”, isto por força das circunstâncias que a eles foram impostas pelo modelo econômico regional, o que, no entanto, não significa que o grupo perdeu sua identidade étnica e/ou a auto-estima. Valores culturais de primeira

grandeza na caracterização de uma sociedade diferenciada da envolvente estão presentes entre o grupo, tais como a língua, a religião, a mitologia e a auto-identificação enquanto comunidade indígena distinta das demais etnias existentes na geografia humana nativa de Mato Grosso do Sul.

Referências bibliográficas

- AYALA, S.C.; SIMON, F.
1914 *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Hamburgo.
- ATAÍDES, J.M.
1998 *Sob o sinal da violência: colonizadores e Kaiapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Editora UCG.
- BARROS, E.P.
1989 Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso. *Revista de Antropologia*, USP, vols. 30/31/32: 183-224.
- CALDARELLI, S.B.
1993 Eia/UHE Porto Primavera – Avaliação de impactos ambientais. São Paulo (datilografado).
- CAMPOS, J.B.; SOUZA, M.C.
1997 Vegetação. A.E. Vazzoler; A.A. Agostinho; N.S. Hahn (Eds.) *A planície de inundação do Alto Rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: EDUEM-Nupélia.
- CHMYZ, I.
1974 Dados arqueológicos do baixo rio Paranaíba e alto rio Paraná. *PRONAPA – Resultados preliminares do 5º ano*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Publ. Avulsas, nº 26, Belém.
- COBRA, A.N.
1923 *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Typ. Hennies.
- COPÉ, S.M.
1986 Relatório das atividades de campo desenvolvidas em julho/1986: Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul – Projeto Alto Sucuriú, UFMS-CEUL (não publicado).
- FERNANDES, J.L.
1959 Os índios da serra dos Dourados. Reunião Brasileira de Antropologia, 3ª, Recife. *Atas...* Recife: Imp. Univ.: 27-46.
- FLORENCE, H.
1997 *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: EDUSP.
- HOLANDA, S.B.
1945 *Monções*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil.
- JARDIM, R.J.G.
1869 Criação da Directoria dos indios na Província de Mato Grosso. *Revista Trimestral de História e Geographia*, IX, Rio de Janeiro, HGB: 548-554.
- KASHIMOTO, E.M.
1992 *Geoarqueologia no Baixo Paranaíba: uma perspectiva geográfica de estabelecimentos humanos pré-históricos*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- 1997 *Variáveis ambientais e arqueologia no Alto Paraná*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- KUNZLI, R.
1987 Arqueologia regional: primeiros resultados das pesquisas realizadas na área de Presidente Prudente, SP. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, USP, 32 (5): 223-47.
- LA SALVIA, F.; BROCHADO, J.P.
1989 *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.
- LAMING-EMPERAIRE, A.; MENEZES, M.J.; ANDREATA, M.D.
1978 O trabalho de pedra entre os Xetá da Serra de Dourados, Estado do Paraná. *Coleção Museu Paulista, Série Ensaios*, São Paulo, Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 2: 19-82.
- MARTINS, G. R.
1992a Brésil: les indiens du Mato Grosso do Sul. *Archeologia*, Paris, 277: 44-49, mar.
- 1992b *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: EdUFMS/FNDE.
- 1992c Arqueologia regional: o potencial arqueológico da Bacia de Inundação do Reservatório da UHE de Porto Primavera-MS. *Ciências em museus*. Museu Emílio Goeldi, Belém, 4: 150-151.
- 1993 *Projeto Arqueológico Porto Primavera - MS*. Campo Grande: FAPEC.
- 1996 Arqueologia do Planalto Maracaju-Campo Grande: o estudo do sítio Maracaju-I através de análise quantitativa de sua indústria lítica. Tese (Doutora-

- do em Arqueologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP.
- 2000 Sítios arqueológicos de Campo Grande revelam indícios de ocupação humana. *Arca, Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande*, Campo Grande, 7: 26-30.
- MARTINS, G.R., BALTAZAR, P., FREITAS FILHO, J.D. 1993 Relatório de avaliação e diagnóstico na área afetada pela construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, trecho Terenos-Três Lagoas/MS. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à PETROBRÁS. Campo Grande; FAPEC/UFMS (não publicado).
- MARTINS, G. R., KASHIMOTO, E.M. 1995 Projeto arqueológico “Porto Primavera, MS”: relatório geral da etapa de levantamento. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à CESP. Campo Grande: FAPEC-UFMS (não publicado).
- 1997a Projeto Prospecção arqueológica na área a ser diretamente afetada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul – trecho Terenos/Três Lagoas. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à PETROBRÁS. Campo Grande: FAPEC/UFMS.
- 1997b Relatório de prospecção arqueológica na área a ser diretamente impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul - Trecho Terenos/Três Lagoas. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à PETROBRÁS. Campo Grande: FAPEC/UFMS.
- 1997c Relatório de resgate arqueológico na área a ser diretamente impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul - Trecho Terenos/Três Lagoas. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à PETROBRÁS. Campo Grande: FAPEC/UFMS.
- 1998 Arqueologia na área impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil: trecho Terenos-Três Lagoas/MS. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 87-107.
- 1999a Resgate arqueológico na área do gasoduto Bolívia/Brasil em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora da UFMS.
- 1999b Arqueologia Guarani no Alto Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande, UFMS, 3 (5): 51-64.
- MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M.; TATUMI, S.H. 1999 Datações arqueológicas em Mato Grosso do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 73-93.
- MELLO, P.J.C., RUBIN, J.C.R. 1996 Levantamento sistemático e intensivo em Arqueologia: o caso da UHE Costa Rica (MS). *Revista de Divulgação Científica*. Goiânia, Universidade Católica de Goiás/ Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, 1: 47-54.
- NIMUENDAJU, C. 1993 *Etnografia e indigenismo sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará*. Campinas: Editora Unicamp.
- RIBEIRO, D. 1951 Notícia dos Ofaié-Chavante. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo, 5: 105-114.
- SCATAMACCHIA, M.C.M. 1990 *A tradição policrônica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas*. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- SCHADEN, E. 1954 Os primitivos habitantes do território paulista. *Revista de História*, ano V, 18: 385.
- SCHMITZ, P.I. 1993 Programa Arqueológico do MS – Projeto Corumbá. P.I. Schmitz (Org.) *Trabalhos apresentados no VI Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia: Novas Perspectivas* (PUCRS, 2 a 4 de maio de 1991). São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas: 40-47.
- SILVA, J.L.L. et al. 1986 *As inscrições rupestres de Paranaíba*. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (não publicado).
- TATUMI, S. H.; MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M.; AYTA, W.E.F.; WATAMABE, S. 1998 Thermoluminescence dating of archaeological ceramics collected from State of Mato Grosso do Sul, Brazil. *Radiation Effects & Defects in Solid*, 146: 297-302.
- TAUNAY, A. D'E. 1922 *Na era das bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos.
- 1951 *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos.
- 1981 *Relatos monceiros*. São Paulo: EDUSP.
- VERONEZE, E. 1994 *A ocupação do Planalto Central Brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Educação e Humanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS.

GASPAR, M. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 89 p.

Francisco Silva Noelli*

A vida cotidiana e a história dos povos sambaquieiros finalmente receberam uma síntese de divulgação voltada a “entender os processos de manutenção de um longevo sistema sócio cultural” (p.79), que perdurou por mais de 5 mil anos. Trata-se da síntese das novas perspectivas que vêm ocupando alguns pesquisadores brasileiros desde o final da década de 1980, quando o estudo dos sambaquis passou por uma renovação teórica e metodológica derivada da incorporação dos principais avanços da Arqueologia internacional. A pequena obra é brilhante e essencialmente didática, onde Madu Gaspar dá uma lição sobre a interpretação dos dados arqueológicos, servindo como exemplo aos seus pares, que ainda devem trabalhos similares para outras regiões brasileiras.

Com um texto leve, livre de jargões e antropologicamente orientado, a autora conseguiu expor com riqueza de detalhes aspectos diversos sobre as pesquisas, a ocupação do litoral brasileiro, as tecnologias para elaborar artefatos, a arte, os rituais funerários, o domínio do mar, o tempo de ocupação e atividades diversas, além de levantar questões sobre territorialidade, demografia, organização social, rituais e tipos diferentes de ocupação dos sambaquis. Essa leveza resulta da reflexão e da interpretação inteligente sobre uma vasta e detalhada gama de informações levantadas pela própria autora e por muitos outros arqueólogos que pesquisam a ocupação humana do litoral centro-sul do Brasil (entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul).

A perspectiva adotada abandonou de vez o formato etnocêntrico e meramente descritivo

que dominou a arqueologia dos sambaquis. Junto com as novas abordagens de campo, um de seus avanços mais importantes é a inversão do modo de conceber os povos sambaquieiros, a partir de “uma certa ruptura com o esquema de análise adotado desde os primeiros estudos de sambaquis”. Isto é, colocou de lado o velho esquema de imaginar os construtores dos sambaquis como pessoas rudimentares à mercê das ofertas dos ecossistemas e das mudanças climáticas, procurando conceber a exploração dos recursos naturais baseada no conhecimento profundo das peculiaridades dos nichos aquáticos e terrestres que formam as paisagens costeiras do sul do Brasil. Também abandona a imagem estática e idealizada sem uma adequada base de dados, substituindo-a por uma imagem dinâmica. Madu considera que “traços culturais podem variar no tempo e no espaço, como de fato variam, sem que isso afete a identidade social do grupo. Essa perspectiva percebe a cultura como algo essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado”.

A perspectiva desse livro inaugura um novo patamar para perceber aspectos da história e da vida cotidiana, contribuindo definitivamente para estabelecer novos parâmetros de pesquisa, a partir da perspectiva que procura a diversidade dentro da estrutura que embasa a tradição cultural dos construtores dos sambaquis. Felizmente, esse livro, que coroa uma etapa da produção científica de Madu Gaspar, impõe um padrão científico mais elevado, mais sistemático, mais detalhista e mais preocupado em aprofundar o conhecimento sobre a vida sambaquieira.

WATKINS, J. *Indigenous archaeology. American Indian values and scientific practice.* Walnut Creek (CA), Alta Mira Press, 2000, 234p., ISBN 0-7425-0329

Paulo De Blasis*

A arqueologia sempre foi uma disciplina de múltiplas facetas, tanto em termos científicos e culturais como políticos. O uso (e abuso) de prerrogativas arqueológicas no que concerne ao passado ou às populações aborígenes é bem conhecido, assim como também o é o apoio que os arqueólogos direcionaram aos projetos coloniais implantados em todo o mundo a partir do século XVII.

Nos Estados Unidos, uma jovem nação independente expandiu-se sobre territórios antes pertencentes aos povos nativos. A arqueologia também esteve presente nesse movimento, principalmente através da depreciação das capacidades daqueles povos e da tentativa – tanto em termos conceituais como históricos – de segregá-los dos remanescentes culturais de seu passado.

Apesar de tal postura não mais prevalecer entre os arqueólogos atualmente, a arqueologia entretanto parece ainda exercer uma espécie de “atitude colonial” em relação ao passado indígena americano. Com o crescente despertar político das nações indígenas naquele país, entretanto, muitos conflitos têm vindo à tona, sendo esse o tema do livro em tela.

Arqueologia Indígena é a expressão usada neste livro para denotar a arqueologia produzida por povos nativos ou em seu interesse. O ponto de partida é a sua visão de mundo: a arqueologia indígena faz uso da história para construir a conexão entre o registro arqueológico de uma região e etnografia (incluindo história oral, mitos e lendas) dos povos autóctones que vivem (ou viveram) ali.

Neste livro, um desenvolvimento de sua tese de doutorado, o autor, ele próprio um nativo americano com grande experiência tanto

em pesquisa arqueológica como na condução de políticas envolvendo a pesquisa em terras indígenas ou com vestígios e ancestrais indígenas, relata, de modo franco, seu posicionamento dinâmico sobre esses temas, nem sempre isento de contradições e mudanças, e como foi possível lidar com os conflitos em diferentes situações.

Entretanto, o livro não consiste apenas em um relato pessoal, mas se trata de uma bem estruturada análise desta questão nos Estados Unidos. A primeira parte discorre cuidadosamente sobre o que é relevante na legislação. Há muitas leis de proteção aos recursos culturais dos povos indígenas americanos. O NAGPRA (*Native American Graves Protection and Repatriation Act*) confere aos povos nativos a custódia de todos os resquícios, especialmente os humanos, que estejam comprovadamente relacionados, direta ou culturalmente, aos pleiteantes, assegurando-lhes o direito de reenterrar seus ancestrais. Mas como é possível aos povos indígenas (e, na realidade, também aos arqueólogos) provar que determinados vestígios, especialmente aqueles mais antigos, estão relacionados a um povo em particular? E, o que é mais importante, como conciliar a necessidade de tratar os ancestrais com a dignidade que eles seguramente merecem com o interesse científico em investigar os modos de vida e tradições dos povos nativos, interesse esse cada vez mais compartilhado com as próprias nações indígenas?

A segunda parte do livro destaca alguns casos proeminentes, que são contextualizados e analisados. Abrangem desde os progressos alcançados pelo povo Navajo em seus procedimentos com os antropólogos (nos Estados Unidos a arqueologia é parte da antropologia) até o gerenciamento de um sítio público com sepultamentos comunais no Kansas. As disputas referentes às pontas Clóvis e o

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

“homem antigo” de Kennewick, datado entre 9.000 e 11.000 anos atrás, são particularmente interessantes e ilustram bem como os arqueólogos fundamentam seus argumentos quanto à inexistência de correlação entre esses vestígios e os povos aborígenes, embora lendas, paisagem “significante” e territorialidade, entre outras referências, sejam usadas para estabelecer a conexão.

E o que tem a ver tudo isso com o conhecimento indígena? De fato, tudo. Ainda que a maior parte das discussões atinentes ao conhecimento indígena focalizem questões tecnológicas e culturais relacionadas a políticas desenvolvimentistas, os recursos arqueológicos são parte integrante da herança cultural de uma nação. Com frequência, esses recursos compõem mitos e lendas, fazem parte da “história do povo daquele lugar”, e incluem soluções tecnológicas, ambientais e também adaptativas. Enquanto prática científica, a arqueologia conecta o conhecimento local aos métodos tecnológicos e científicos. Exemplos do mundo todo vêm demonstrando que a prática arqueológica tem um poder extraordinário para estimular a experimentação e a integração cultural entre as tecnologias pretéritas e tradicionais e as modernas.

Recomendo este livro bastante abrangente às pessoas interessadas em tais assuntos ou em descrições pontuais da situação nos Estados Unidos (e algumas breves observações sobre o repatriação de vestígios arqueológicos no Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Escandinávia). Ele pode ser encontrado na biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

No Brasil, por enquanto, tais questões não têm vindo a público, exceto de maneira ocasional e pontual. Entretanto, não há dúvidas de que a situação pode mudar no futuro. Levantamentos arqueológicos de caráter regional, como, por exemplo, aqueles realizados para fins de mitigação de impacto ambiental em obras de grande envergadura que atingem territórios ocupados, hoje e no passado, por diversas sociedades indígenas, podem ser utilizados, desde que corretamente instrumentados, para fins de negociação política. O patrimônio arqueológico, mais do que apenas um “recurso cultural recuperado”, pode se converter em uma arma a mais, por exemplo, contra a habitual espoliação econômica e cultural das tradicionais populações ribeirinhas profundamente afetadas pela construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos.

Resta, no entanto, muita pesquisa a ser feita para estabelecer com mais consistência os ainda tênues laços entre as culturas arqueológicas do período imediatamente anterior à chegada dos europeus e as sociedades indígenas contemporâneas. Sabe-se que, naquele período e também ao longo da época colonial, grandes movimentações populacionais tiveram lugar na maior parte do território brasileiro, e que os territórios hoje ocupados por determinados grupos foram, no passado, ocupados por outras sociedades não diretamente relacionadas com aquele grupo. Isto significa que a utilização política da informação arqueológica não deve ser rasteira ou mesmo ingênua, e que um grande esforço de pesquisa é ainda necessário na consolidação do que poderíamos chamar de história indígena.

Recebido para publicação em 21 de dezembro de 2001.

Notas

ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA O ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS (SANTOS, SP)*

Histórico do Projeto

O Engenho São Jorge dos Erasmos é um dos mais antigos empreendimentos agroindustriais voltados para a produção de açúcar no Brasil, tendo sido implantado possivelmente em 1534, em uma região que hoje está inserida na cidade de Santos (SP). Trata-se, portanto, de um marco relevante para o conhecimento da sociedade colonial brasileira, integrando-se aos demais registros arquitetônicos da cidade. Por meio desses vestígios estão documentados em Santos momentos significativos da construção da cultura brasileira.

As ruínas do Engenho estão sob a responsabilidade da Universidade de São Paulo desde os anos cinqüenta e têm sido objeto de intervenções de natureza variada visando a sua preservação e o seu conhecimento. Em 1966, a Profa. Margarida Andreatta, pesquisadora do Museu Paulista, realizou prospecções arqueológicas em áreas do Engenho quando então foram recuperados fragmentos cerâmicos, restos de louça, faiança, vidro e metal.

Em 1998, o Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky foi indicado Gestor para Assuntos do Engenho dos Erasmos e, em maio de 1999, foi firmado um convênio acadêmico entre a Universidade de São Paulo e a Universidade Católica de Santos para viabilizar ações conjuntas voltadas para a pesquisa, proteção e valorização do Engenho.

No primeiro semestre de 2001, a FAPESP aprovou o Projeto "Engenho São Jorge dos Erasmos – Estudos de Arqueologia da Paisagem", coordenado pelo Prof. José Luiz de Moraes, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Este projeto abrange desde escavações arqueológicas no sítio e pesquisas em laboratório até uma proposta de ação educativa a ser implantada junto à comunidade local.

(*) Este Projeto conta com o apoio financeiro da FAPESP.

Trata-se do sub-projeto "Arqueologia, patrimônio Cultural e ação educativa", coordenado pela Profa. Elaine F. Veloso Hirata, docente do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, e integrado pela educadora do mesmo Museu, Judith Mader Elazari e pela professora do ensino médio Jussara Moritz que prepara, no momento, projeto de Mestrado sobre Arqueologia e Educação, centrado na experiência em andamento no Engenho dos Erasmos.

A justificativa da inclusão de um módulo voltado para a educação em um projeto arqueológico decorre, em primeiro lugar, da perspectiva de que a investigação arqueológica reveste-se de um significado muito mais amplo à medida que busca comunicar à sociedade, os propósitos e sentidos de sua atuação. Um trabalho desta natureza propicia à comunidade próxima ao sítio arqueológico a compreensão da importância do conhecimento do passado, favorecendo o seu envolvimento na tarefa fundamental da preservação do patrimônio.

Em outra perspectiva, este subprojeto evidencia uma grande preocupação com a situação atual da escola fundamental e média, e propõe aos professores uma didática alternativa, que parte da exploração e vivência do objeto, do concreto, como fundamento de um ensino ativo e participante. Trata-se de uma pedagogia que estimula o aluno a percorrer uma trajetória análoga à do cientista, construindo o conhecimento a partir da análise de um conjunto de dados sobre o qual serão estabelecidas hipóteses e modelos interpretativos.

A estruturação do projeto

A partir desses pressupostos, a ação educativa foi planejada e articulada em dois eixos principais:

1. Treinamento e capacitação de professores da rede escolar, para que atuem como agentes multiplicadores neste processo de valorização da memória da sociedade brasileira e experimentação de novas práticas educativas;

2. Programação de visitas orientadas às ruínas do Engenho dos Erasmos: por meio do contato direto com os vestígios arqueológicos e de uma proposta de reflexão sobre a preservação do patrimônio, a participação da comunidade na construção do conhecimento histórico pode começar a tornar-se uma realidade.

A estrutura básica do projeto articula-se a partir da definição dos objetivos gerais, previstos para uma ação a longo prazo e contínua, e objetivos específicos, passíveis de propiciarem resultados imediatos à medida que o programa seja desenvolvido; foram também definidas as estratégias de ação, responsáveis pela efetiva implementação do projeto.

Objetivos Gerais

1. Dinamização do monumento, disponibilizando-o para uma ação educativa ampla, profunda e renovadora, por meio da experimentação de práticas educativas alternativas, baseadas no estudo dos objetos/artefatos como fundamento do processo de construção do conhecimento;

2. Inserção do monumento em programas de divulgação do patrimônio arqueológico e histórico da Baixada Santista com o intuito de promover o interesse da comunidade na preservação e fruição desses bens, bem como estimular uma reflexão crítica sobre o momento atual e sua relação com o passado colonial;

3. Contribuir para que as atividades em torno do Engenho possam articular e viabilizar ações mais duradouras e efetivas da USP junto à Baixada Santista.

Objetivos específicos

1. Tornar acessível à comunidade não-especializada os propósitos e os resultados do trabalho arqueológico realizado no Engenho, inserindo-o, de uma forma dinâmica, no circuito dos marcos históricos de Santos;

2. Contribuir para o aprimoramento da formação dos professores de ensino infantil, médio e elementar através de cursos, seminários, workshops focados no uso de artefatos arqueológicos e da cultura material como fontes documentais na área das ciências humanas;

3. Contribuir para a formação de especialistas – seja em nível médio quanto em superior – que possam atuar nas **interfaces** da Arqueologia com a Educação.

Estratégias

a. Estabelecer programas de treinamento de professores do ensino fundamental e médio, capacitando-os a um uso qualificado e direcionado do Engenho (extrapolando, evidentemente, para outros monumentos) e inserindo-o como recurso pedagógico privilegiado em seus planejamentos de atuação educativa;

b. Promover seminários e eventos voltados para um público mais amplo divulgando a importância deste monumento para o conhecimento da formação histórica do Brasil;

c. Promover, durante as etapas de trabalho arqueológico de campo, visitas orientadas à área das ruínas, dando conhecimento aos visitantes dos objetivos do trabalho em curso e de sua importância no processo de preservação da memória da sociedade brasileira;

d. Promover uma “Mostra Itinerante” de painéis que relatem e informem sobre duas áreas de conhecimento: a História e a Arqueologia;

e. Elaboração de um vídeo educativo, realizado com a participação de alunos da escola envolvida, que possa comunicar a questão da pesquisa arqueológica, o significado histórico do Engenho e propicie uma reflexão sobre as raízes coloniais de certas situações do presente. Este vídeo ampliará sobremaneira a abrangência do Projeto;

f. Montagem de um “kit” educativo com material arqueológico cedido por um período pelos arqueólogos que escavaram o Engenho, e que será utilizado pelos professores em sala de aula.

A temática específica suscitada pelo projeto e que será abordada tanto nas atividades com professores e alunos quanto na “Mostra” de painéis abrange tópicos referentes ao momento histórico em que está inserido o Engenho São Jorge dos Erasmos e à pesquisa científica desenvolvida a este respeito:

Temas relativos à história colonial do Brasil

1. O significado do Engenho para o conhecimento da História colonial brasileira;

2. Os processos de produção e as redes de distribuição do açúcar com ênfase para a situação do SE brasileiro;

3. Senhores e escravos: a sociedade açucareira do SE;

4. A Arquitetura colonial no SE: casas, engenhos e fortalezas;

5. A reconstituição do Engenho dos Erasmos como modelo de unidade produtiva açucareira no SE:

- Instalações, áreas especializadas de produção;
- Instrumentos de trabalho, equipamentos e maquinárias;
- Áreas complementares de plantio de cana e lavouras de subsistência;
- Estruturas defensivas;
- Áreas de habitação e com outros fins específicos.

Temas relativos à pesquisa arqueológica e histórica

1. As fontes arqueológicas e as históricas como fundamentos documentais para o conhecimento da sociedade colonial brasileira;

2. O trabalho do arqueólogo “do campo ao laboratório”;

3. O trabalho do historiador: a exploração dos textos;

4. A preservação da memória: as técnicas de conservação dos monumentos e artefatos; a responsabilidade das instituições e dos indivíduos pela salvaguarda desses documentos;

5. A divulgação dos resultados das pesquisas por meio de veículos especializados (publicações científicas) e via meios de comunicação de acesso mais direto pela comunidade leiga.

O Projeto: resultados iniciais (maio a dezembro de 2001)

As atividades do Projeto vêm sendo desenvolvidas em parceria com a EE “Gracinda

Maria Ferreira”,¹ localizada ao lado das ruínas do Engenho e envolvem professores e alunos do ensino fundamental e médio. Trata-se de um projeto-piloto que potencialmente poderá ser aplicado em um grande número de unidades de ensino. A proximidade do Engenho levou alunos e professores a uma profunda curiosidade e interesse, o que certamente foi uma motivação importante, estimulando a aceitação entusiástica do Projeto.

A definição e implantação do Projeto foram pensadas, desde o início, como uma tarefa conjunta: a equipe do MAE e os professores planejariam, em função de uma avaliação diagnóstica da realidade da escola, os objetivos e metas, bem como as ações concretas para a viabilização do Projeto. Para tanto, previamente foram desenvolvidas atividades de capacitação dos professores no que diz respeito ao uso da documentação material como fonte para o conhecimento de sociedades passadas e atuais e a inserção desta perspectiva no ensino fundamental e médio.

Durante os meses de maio e junho foram feitas as primeiras reuniões com a direção da Escola para a definição das formas de ação conjunta. A dirigente de ensino foi contatada e deu o seu aval e apoio.

O processo de capacitação dos professores foi estruturado previamente pela equipe do MAE a partir de experiências já realizadas de treinamento de docentes, envolvendo a utilização de um “kit” pedagógico composto de artefatos arqueológicos e etnográficos. Este conjunto de documentos materiais apresenta múltiplas possibilidades de uso como recurso pedagógico ao apresentar ao aluno uma simulação do trabalho do arqueólogo enquanto cientista social.

Worshop

O primeiro trabalho conjunto com a equipe de professores da EE “Gracinda Maria Ferreira”

(1) A equipe da EE “Gracinda Maria Ferreira” inclui: Marli Marques de Freitas Rodrigues (Diretora), Luciana Rosa Bertaglinoli (Vice-Diretora) e os professores Andréa Rodrigues Candeia, Andréa Losada Santamaría Simões, Carmen Lúcia Dantas

Guimarães, Iracema Elaine de Oliveira, Lílian Gonçalves de Oliveira (Coordenadora do grupo de professores), Liliane Dias dos Anjos, Maria Celeste de Jesus Mendes, Maria de Fátima L. Pereira Miziard e Vladimir Coelho.

foi em um workshop, realizado no dia 6 de julho de 2001. Nesta ocasião foi realizada a experimentação do “kit” pedagógico do Serviço Educativo do MAE. O encontro reuniu 32 professores que participaram das seguintes atividades:

1. Apresentação do Projeto;
2. Visita monitorada às ruínas do Engenho;
3. Oficina experimental para contato com o “kit” pedagógico, composto de um conjunto de documentos materiais arqueológicos e etnográficos (Fig. 1);
4. Discussão e avaliação das potencialidades do uso deste material em sala de aula.

Curso “Arqueologia: uma experiência educativa junto ao Engenho São Jorge dos Erasmos”

Dando continuidade ao trabalho, realizou-se um curso dedicado aos professores da EEPSPG “Gracinda Maria Ferreira” com duração de 50 horas, distribuídas em leituras programadas preparatórias, aulas teóricas e práticas e orientação final para a elaboração, como trabalho de aproveitamento, de um projeto pedagógico a ser aplicado em sala de aula, a partir da exploração educativa do Engenho.

As atividades desenvolveram-se de acordo com o seguinte cronograma:

1. Leituras programadas:
20/08 a 20/09/01
2. Aulas teóricas e práticas:
21/09/2001 – das 8:00 às 17:00 h.
22/09/2001 – das 8:00 às 17:00 h.
06/10/2001 – das 8:00 às 17:00 h.

As leituras programadas foram feitas pelos professores a partir de uma seleção de textos organizada pela equipe do MAE com o objetivo de introduzir os alunos nos principais temas relacionados a:

- i. Arqueologia: métodos e técnicas (introdução);
- ii. Arqueologia Histórica: parâmetros básicos e tendências atuais;



Fig. 1 – Professores da EEPSPG “Gracinda Maria Ferreira” manuseando e analisando objetos arqueológicos do “Kit” pedagógico do SE/MAE.

- iii. Arqueologia e Educação; Educação Patrimonial; Museus;
- iv. A “civilização do açúcar” e a sociedade colonial brasileira;
- v. Engenhos de açúcar no Brasil colonial;
- vi. Engenho dos Erasmos: ontem e hoje.

As aulas teóricas e práticas – incluindo atividades de campo junto às ruínas (Fig. 2) – foram dirigidas para o aprofundamento dos temas da bibliografia fornecida previamente e a discussão das formas de aproveitamento das evidências arqueológicas como ponto de partida para a definição de um projeto para a escola.

É importante ressaltar que a proposta inicial levada aos professores pressupunha a participação de todas as disciplinas em um



Fig. 2 – Professores da EEPSPG “Gracinda Maria Ferreira” em visita às ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos.

projeto integrado e multidisciplinar. Houve, assim, uma adesão de docentes de todas as áreas, cada qual adequando os seus conteúdos curriculares na construção de um núcleo comum de problemas que pudesse articular a ação educativa com harmonia.

Como trabalho final, cada grupo apresentou um projeto por escrito; em uma reunião final – já durante o mês de dezembro – foram expostos todos os projetos e, a partir destes produtos foram definidas as linhas principais do projeto a ser implantado na escola em 2002.

Vídeo Educativo

A elaboração de um vídeo educativo foi pensada com o intuito de ampliar o público a ser atingido pelo Projeto, possibilitando aos professores da Escola diretamente envolvida na experiência piloto e a outros interessados em outras escolas, o acesso a conteúdos já trabalhados pela equipe e passíveis de serem experimentados e aplicados em sala de aula.

A verba para a execução do vídeo (R\$ 9.745,00) foi conseguida junto ao Programa SIAE/ 2001 (Sistema Integrado de Apoio ao

Ensino, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo), e o Grupo Interdisciplinar de Cooperação em Vídeo **Olhar Periférico**, integrado por Sílvio Luiz Cordeiro, Danilo Concílio e André Costa, dentre outros profissionais, encarregou-se deste trabalho, assessorado pela equipe do MAE.

A realização do vídeo está envolvendo diretamente alunos da EE “Gracinda M. Ferreira”, que vêm, sistematicamente, desde dezembro de 2001, participando de *oficinas de educação audiovisual* orientadas pela equipe do **Olhar Periférico**.

A realização deste vídeo está se configurando quase como um projeto desdobrado do projeto educacional inicial.

“Kit” pedagógico

A elaboração do “kit” pedagógico reunindo documentos arqueológicos oriundos das prospecções arqueológicas realizadas nas ruínas do Engenho está em andamento. Trata-se de um conjunto de artefatos, textos de auxílio ao professor e cartazes, que poderá ser utilizado em sala de aula e permite que o

projeto tenha seu raio de aplicação muito ampliado. Também neste caso, a equipe do MAE vem discutindo com os professores a forma ideal para este material didático.

Síntese final

Nos primeiros dias de aula, em fevereiro, está programada uma fase preparatória, voltada para a visitação das ruínas por todas as classes da escola, por pais de alunos e interessados da comunidade vizinha. Busca-se despertar a atenção para o monumento e propiciar o contato direto com as ruínas que são uma referência importante no imaginário da população dos arredores. Os alunos deverão registrar as informações e impressões que possuem sobre o Engenho até então e reunirão novos dados decorrentes do reconhecimento do local; depois da visita, os dois registros deverão ser discutidos e analisados juntamente com os professores.

No momento, o projeto está envolvendo diretamente sete classes do ensino fundamental e médio e os professores responsáveis – nove, incluindo a área de Humanas (História, Geografia), Exatas (Matemática, Física) e Biológicas (Ciências) – vêm implementando as atividades e participam de reuniões mensais de acompanhamento e avaliação com a equipe do MAE.

O conteúdo curricular da escola incorporou os temas a serem tratados no projeto com a concordância da dirigente escolar da região; por outro lado, está sendo definida uma sala da escola para sediar o projeto.

Este projeto foi apresentado na III Semana de Museus, realizada pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo em agosto de 2001.

*Elaine F. Veloso Hirata**
Judith Mader Elazari***
Jussara Moritz*****

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(***) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Serviço Técnico de Musealização, Área de Educação.

(****) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Estagiária.

Recebido para publicação em 3 de dezembro de 2001.

O ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS – IMAGENS DA REDESCOBERTA

Introdução

No contexto do sub-projeto *Engenho dos Erasmos: Arqueologia, Patrimônio e Ação Educativa*, coordenado pela Profª. Drª. Elaine Farias Veloso Hirata (MAE-USP), a participação do grupo de estudos audiovisuais *Olhar Periférico* permitiu a elaboração do projeto de um vídeo-documentário sobre o *Engenho*, para ser incluído no material didático desenvolvido no MAE-USP (Fig. 1).

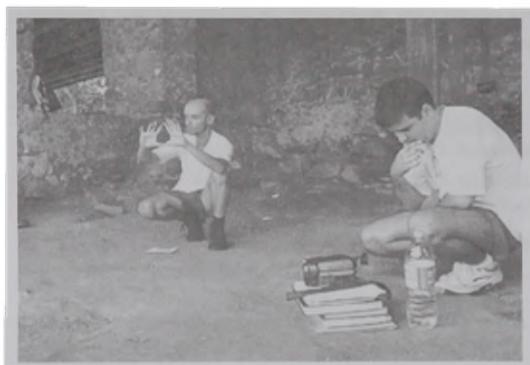


Fig. 1 – Silvio Cordeiro e André Costa, do grupo de estudos audiovisuais *Olhar Periférico*, coordenadores da oficina de Vídeo. Frame extraído do material gravado no Engenho dos Erasmos.

O trabalho videográfico propõe o envolvimento de jovens da comunidade na elaboração do roteiro e nas gravações, realizando para isto uma *Oficina de Vídeo* com um grupo de alunos da escola vizinha ao Engenho, a Escola Estadual Profa. Gracinda Maria Ferreira.

O objetivo geral é promover a redescoberta das ruínas através da educação do olhar, permitindo que se ultrapasse o tom contemplativo e o reconhecimento do monumento apenas enquanto vestígio de um passado remoto; indo além, busca-se através da oficina com esses jovens o despertar de um olhar curioso e crítico,

que desvende as *narrativas* por trás do objeto arquitetônico, possibilitando uma amplitude de compreensões e questionamentos acerca da história do lugar onde moram (Fig. 2).



Fig. 2 – Frame extraído do material gravado durante a oficina de vídeo realizada no Engenho dos Erasmos com alunos da EEPSG Profa. Gracinda Maria Ferreira.

Ruínas de um velho Engenho

Próximo à cachoeira do rio S. Jorge, no Morro da Caneleira, em Santos, ficam as ruínas do velho *Engenho São Jorge dos Erasmos*. Restos desta vetusta construção ainda resistem ao tempo: algumas paredes de alvenaria em pedra e cal, muros de contenção e alicerces, sobretudo.

Apesar da sua atual situação, passados mais de quatro séculos, as ruínas ainda oferecem generoso campo de estudo. O conjunto arquitetônico dos *Erasmos* está assim entre as nossas mais antigas construções, remontando aos primeiros anos da colonização efetiva destas terras pelos portugueses e correspondendo à introdução da manufatura do açúcar no Brasil.

A organização de toda a logística produtiva – em torno de um produto de grande inserção nos mercados consumidores da

Europa – foi uma estratégia que garantiu a posse das *novas terras* para a constituição da própria colônia, pois exigiu o estabelecimento de uma população permanente de colonos, vivendo em vilas fundadas sob as determinações régias, usufruindo um território dividido em grandes latifúndios, cultivados pelas mãos do índio e do negro escravizados.

O *Engenho dos Erasmos* teve sua origem na iniciativa de Martim Afonso de Souza: por volta de 1534, o donatário da Capitania de S. Vicente, além de organizar o povoamento, funda uma empresa junto a seu irmão Pero Lopes e outros – os *Armadores do Trato*. Entre eles, estava o flamengo Johan Van Hielst, representante em Lisboa da casa comercial da família Schetz, de Antuérpia.

O *Engenho do Governador*, ou dos *Armadores do Trato*, cerca de 1540 – pouco tempo depois da ida de Martim Afonso para a Índia – é comprado pelo mercador flamengo Erasmos Schetz e passa a ser conhecido como *Engenho S. Jorge dos Erasmos*.

Trata-se, portanto, de um importante testemunho do período da própria instalação da colônia. Seu estudo poderá contribuir para a melhor compreensão dos diversos aspectos envolvidos no início da colonização do Brasil, entre eles – talvez o de maior alcance até os nossos dias – o esforço de um povo em conquistar terras distantes, mobilizando duramente outras gentes, pelo trabalho que aqui engendrou a formação do *Povo Brasileiro*.

Um testemunho vivo: o processo participativo de criação do documentário

O sítio arqueológico histórico do *Engenho dos Erasmos* já foi tombado em todas as instâncias (IPHAN, CONDEPHAAT, CONDEPASA). Nos últimos anos, a restrição das visitações para atender aos requisitos da conservação reforçou a distância das ruínas do dia-a-dia da população do local, restando somente entre os mais velhos algumas lembranças e histórias que relacionam o cotidiano da comunidade com a área (Fig. 3).

É sabido, no entanto, que o estudo, a restauração e a preservação do monumento como patrimônio histórico não se realizam sem

que sejam também restaurados a *memória* e o *interesse pela História* junto à população.

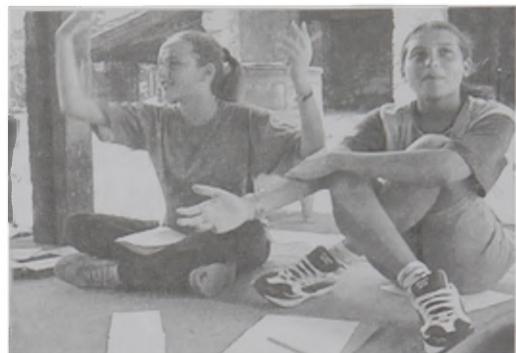


Fig. 3 – Frame extraído do material gravado durante a oficina de vídeo realizada no *Engenho dos Erasmos* com alunos da EEPSG Prof. Gracinda Maria Ferreira.

Neste aspecto, cabe resgatar o que assinala Pierre Bourdieu acerca da história inscrita nos objetos, “objetivada”, e a história feita o corpo, “atuante”.

Do mesmo modo que o escrito só escapa ao estado da letra morta pelo ato de leitura, o qual supõe uma atitude e uma aptidão para ler e para decifrar o sentido nele inscrito, também a história objetivada, instituída, só se transforma em ação histórica, isto é, em história “atuada” e atuante, se for assumida por agentes cuja história a isso os predispõe e que, pelos seus “investimentos” anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados das aptidões necessárias para a pôr a funcionar. Bourdieu (1989:83)

A questão que se coloca é de que maneiras as próprias pessoas, antes mesmo das instituições, podem construir relações com o *objeto-monumento* no tempo. Estas relações estão sempre mudando e deixando suas marcas. O aspecto atual das ruínas representa muito do abandono do sítio, mesmo num momento em que se reconhecia seu valor na nossa História. Por pouco os vestígios não desapareceram. O desafio é discutir as maneiras pelas quais a comunidade pode apropriar-se dele de fato, tornando-o um testemunho vivo, reconhecendo no objeto uma história que se faz ainda contínua e não engessada no passado.

Nesse sentido é que se insere a proposta de participação dos jovens alunos na *Oficina de Vídeo*, estimulando-os para uma redescoberta das ruínas e sua apropriação através de um *olhar videográfico*. Esse contato com a linguagem audiovisual vem permitindo trabalhar ludicamente com aspectos da arqueologia, da história e da arquitetura, bem como discutir as questões relativas à conservação e o usufruto pelas gerações do nosso patrimônio cultural (Fig. 4).

As diversas atividades com os jovens vêm se realizando no próprio sítio arqueológico: uma *Oficina de Vídeo* entre as ruínas, provocando-se a percepção deste espaço, um mergulho. O mote para o desenvolvimento das atividades no processo participativo de criação do documentário foi a sugestão de uma metáfora com o trabalho arqueológico: a escavação do sítio, atrás de possíveis vestígios, é como a escavação da memória, atrás das lembranças da história da presença humana no lugar. Uma metáfora estimulando a percepção do contexto

dos diversos vestígios, materiais e imateriais. Através das imagens, no processo de construção lúdica deste documentário, desenvolve-se uma redescoberta.



Fig. 4 – Frame extraído do material gravado durante a oficina de vídeo realizada no Engenho dos Erasmos com alunos da EEPSG Profa. Gracinda Maria Ferreira.

Referências bibliográficas

- GAMA, R.
1983 *Engenho e Tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- BOURDIEU, P.
1989 *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial Ltda.

André Costa*
Silvio Cordeiro*

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NA ÁREA URBANA DE BARUERI

O objetivo do projeto *Levantamento das estruturas arqueológicas do antigo aldeamento de Barueri* é pesquisar e resgatar os vestígios arqueológicos resultantes desta ocupação que permaneceram sob o pavimento urbano atual. A área, que hoje é conhecida como Aldeia, tem sido ocupada de forma contínua desde o século XVI (sem levar em conta possíveis ocupações anteriores), e as evidências do antigo aldeamento, após terem sofrido constantes interferências antrópicas e naturais, foram totalmente destruídas. Não existe atualmente nenhuma evidência superficial que testemunhe o processo de ocupação do local, com exceção da capela, que constitui o único elemento relacionado ao antigo aldeamento jesuítico.

Trata-se de uma área culturalmente descaracterizada, na qual o levantamento das estruturas arqueológicas do antigo aldeamento corresponde a uma atitude importante no sentido de ter como objeto de estudo uma área urbanizada, cujo potencial como fonte de informação histórica já tinha sido descartado.¹

O sítio enfocado está localizado no topo de uma colina, às margens do rio Tietê, em um setor onde o rio foi desviado em decorrência de obras de retificação do seu leito.

O padrão de ocupação do antigo aldeamento corresponde àquele que tem sido observado na maioria das aldeias do período pré-cabralino, que se encontram em terreno alto, com ampla vista dos arredores e nas proximidades de cursos d'água.

A respeito da caracterização geográfica, “Barueri localizou-se justo na área em que o Tietê abandona a faixa sedimentar para penetrar na zona cristalina, portanto numa

área de contato geológico e, secundariamente, morfológico. Nessa área, o rio, entre outros de expressão variada, forma um grande meandro: correndo inicialmente para oeste, volta-se para o norte ao penetrar nas superfícies cristalinas. O aldeamento sediou-se justamente a jusante do ponto em que o rio se volta para o norte, junto à margem direita, sobre um nítido terraço (730m) a cavaleiro do rio, em local fronteiro à desembocadura do afluente Barueri. Enquanto a margem esquerda, nesse trecho, é baixa, dada a deposição de sedimentos carreados pelo Barueri, a margem direita é alta, a barranca do rio correspondendo ao talude do terraço atualmente trabalhado pelas águas.

Abrigado de possíveis inundações em virtude de sua localização sobre o terraço, Barueri pôde, entretanto, usufruir de todas as vantagens da contigüidade do rio, tanto que, certamente, deve ter tido um atracadouro para o qual se descia por intermédio de uma breve e íngreme ladeira a partir da praça” (Petrone 1995:145).

Além destes aspectos considerados, as construções realizadas pelos jesuítas na época da fundação da Aldeia de Barueri deveriam seguir o disposto nas Leis das Índias, mas deve-se levar em conta toda sorte de fatores que possam ter impedido o projeto inicial. A localização das estruturas levantadas vai fornecer dados sobre a relação entre a intenção inicial e o efetivamente ocorrido.²

O resgate da cultura material, através de pesquisas arqueológicas sistemáticas, permitirá destacar a importância do município de Barueri para o desenvolvimento da história brasileira, fundamentada na preservação dos vestígios físicos que constituem um elo

(1) Não estamos utilizando o termo arqueologia urbana, mas reconhecemos a especificidade do meio urbano, bem como o envolvimento da pesquisa arqueológica realizada na cidade e a relação com a comunidade.

(2) Uma referência iconográfica é a planta da aldeia de Carapicuíba feita de acordo com o levantamento feito em 1937, onde o autor reproduz a planta de uma Aldeia Jesuítica projetada de acordo com as Leis das Índias.

importante para o entendimento do passado e a valorização das tradições ainda existentes.

O resultado da pesquisa vai possibilitar que o município de Barueri possa conhecer, e estabelecer a partir deste conhecimento, uma política de gerenciamento do patrimônio arqueológico, visando o seu uso social e o aproveitamento dentro de projetos de turismo cultural. Este último está situado entre as atividades que vêm se destacando como uma das principais fontes de geração de recursos econômicos e para a arqueologia significa uma forma de garantir a manutenção da integridade do patrimônio cultural.

A caracterização histórica mostra a origem da ocupação da região com o estabelecimento do aldeamento indígena, que teria sido fundado pelos jesuítas em 1560, não existindo documentação sobre uma ocupação indígena anterior. Dados sobre a seqüência da ocupação humana no atual município de Barueri poderão ser levantados posteriormente com a ampliação da área da pesquisa arqueológica.

O estudo dos aldeamentos paulistas passa, também, pela análise do processo de ocupação da terra comandado pelos europeus, pela utilização da mão-de-obra nativa – através, na maioria das vezes, de uma “escravidão” disfarçada, pela sobrevivência de uma série de hábitos, atividades e atitudes, caracterizando o elemento étnico típico dos arredores de São Paulo.

Outra preocupação, sempre presente nos estudos referentes aos aldeamentos dos primeiros séculos, é o do contingente indígena que teria passado por esses núcleos de aculturação, da quantidade de nativos vindos através dos *descimientos* do sertão e do próprio contato entre os bandeirantes e os missionários da América Espanhola. Como já é sabido, o Aldeamento de Barueri aparece sempre como o mais importante em termos de concentração demográfica, mas deve-se levar em conta que poderiam existir dois núcleos populacionais distintos em Barueri, o que nos leva a crer que a diversidade étnica era bastante elevada.

A importância da área está no fato de ter sido o palco da convivência de representantes de várias tribos, ou mesmo nações indígenas, trocando elementos culturais entre si e com os europeus.

O aldeamento situa-se no ponto final de navegação do Alto Tietê, que só volta a ser navegável a partir do atual município de Itu, o que faz com que Barueri seja a etapa inicial do trecho terrestre que demanda para o oeste. Além disso, existe uma vasta documentação referente ao caminho dos indígenas – o Peabiru – que levaria às minas situadas no território espanhol de outrora (o lendário *El Dorado* – que não era senão as minas de prata de Potosí). Se o antigo aldeamento tiver sido instalado às margens dessa trilha indígena, poderemos, através das pesquisas arqueológicas, constatar ocupação anterior à chegada dos europeus.

Do ponto de vista conceitual consideramos que todas as atividades e ações do Homem deixam algum tipo de marca ou de vestígio no solo de atuação, cuja análise possibilita a reconstituição da dinâmica social passada. Acreditamos que com a aplicação de uma metodologia de levantamento e com técnicas de escavação apropriadas para áreas urbanas será possível recuperar os remanescentes das estruturas do antigo aldeamento.

O levantamento prévio realizado sobre os aldeamentos de São Paulo e especialmente o de Barueri, mais a análise antropológica sobre o comportamento e a relação dos grupos indígenas envolvidos com os religiosos responsáveis pelo aldeamento, permitiram os primeiros questionamentos teóricos a serem testados em campo.

A possibilidade da utilização da documentação textual vem reforçar os dados para a interpretação do registro arqueológico. Neste caso, este reforço de informação será fundamental, uma vez que os vestígios do antigo aldeamento foram sendo destruídos sistematicamente ao longo dos anos pela instalação das novas comunidades e pela ação natural do clima.

As prospecções serão iniciadas nas áreas não construídas, nas proximidades da capela,³ local que poderia ter sido o centro do aldeamento. A localização dos alicerces das cons-

(3) A capela de Nossa Senhora da Escada também será alvo de intervenção arquitetônica de restauro após a conclusão da pesquisa arqueológica.

truções, ou de vestígios de taipa, vão determinar a orientação da decapagem, pois a proposta é expor ao máximo as estruturas que indiquem o plano original do estabelecimento.

Para a concretização do projeto uma seqüência de atividades será realizada:

- 1 – Levantamento da documentação textual e iconográfica sobre o processo de ocupação do município de Barueri;
- 2 – Levantamento dos vestígios arqueológicos e etnográficos do antigo aldeamento na área urbana não edificada;
- 3 – Levantamento dos vestígios arqueológicos e etnográficos do antigo aldeamento na área urbana edificada;
- 4 – Divulgação do andamento do trabalho: palestras e publicações;
- 5 – Elaboração de um programa educativo junto às escolas do município;
- 6 – Elaboração de um programa de gestão e gerenciamento do patrimônio cultural municipal.

A pesquisa em área urbanizada tem que contar com a participação e colaboração da comunidade que, no caso de Barueri, tem mostrado um interesse em recuperar aspectos de sua história.

A elaboração de um programa de gestão e gerenciamento do patrimônio cultural municipal, através tanto da evidenciação de estruturas desaparecidas, quanto da revitalização de edifícios ainda existentes, seria um outro caminho possível para a construção de uma memória histórica sobre Barueri.

Esta postura em relação à história e ao patrimônio é importante, porque, mesmo existindo uma legislação federal que garanta a integridade do patrimônio arqueológico, somente o envolvimento da própria comunidade pode assegurar a sua conservação. Defendemos a inclusão, em qualquer projeto de pesquisa arqueológica, de ações relacionadas com a divulgação, conservação e uso social dos sítios trabalhados. Daí a necessidade de realizar, desde o início da pesquisa, um trabalho de divulgação e conscientização sobre o valor do patrimônio arqueológico, visando a concretização das propostas e a sua manutenção futura.

É exemplar a posição da Prefeitura Municipal de Barueri e da comunidade do bairro da Aldeia, de buscar a origem da sua história no registro arqueológico, ainda que atualmente não exista mais qualquer vestígio superficial. O convênio realizado entre a Prefeitura Municipal de Barueri e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo é o responsável pela execução do projeto.

O trabalho de parceria entre os órgãos oficiais e a universidade, visando a devolução do conhecimento à comunidade, faz com que a arqueologia cumpra o seu papel social na participação das políticas públicas culturais.

*Maria Cristina Mineiro Scatamacchia**
*Cleide Franchi***

Referências bibliográficas

- PETRONE, P.
1995 *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp.
- SAIA, L.
1995 *Morada Paulista*, São Paulo: Ed. Perspectiva, 3^a edição. Coleção Debates.

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pós-Graduação em Arqueologia, Doutoramento.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES DO MAE/USP, 2001

ABSTRACTS OF PHD DISSERTATIONS AND MASTERS THESES OF MAE/USP, 2001

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello – Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no Alto Parapananema, Estado de São Paulo. Tese de Doutorado.

RESUMO: É apresentada uma proposta teórico-metodológica visando a implementação de um trabalho de Arqueologia Regional em uma área de 1.440 km². Uma estrutura da teoria em Arqueologia é proposta, sugerindo como o encadeamento de diferentes corpos teóricos pode ser operacionalizado de maneira a permitir resultados satisfatórios. São discutidos os diferentes aspectos que compõem um trabalho de levantamento arqueológico, tais como o tratamento de sítios em superfície, os aspectos que influem na interceptação e detecção de sítios em subsuperfície e as implicações que diferentes abordagens geoarqueológicas podem ter no entendimento dos padrões de distribuição dos sítios na paisagem. Uma breve discussão da natureza da classificação em Arqueologia é também realizada, antecedendo a apresentação e análise dos resultados obtidos.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello – Theory and Method in Archaeology: A Case Study at Upper Parapananema River, State of São Paulo. PhD Dissertation.

ABSTRACT: This dissertation presents a theoretical and methodological framework aiming at the implementation of a regional archaeology program in an area covering 1.440 km². Archaeology theoretical structure is discussed, and an operational rationale linking the different theoretical bodies is suggested. The different aspects influencing a regional program of survey are presented, as the treatment of surface sites, the detection and interception of buried remains, and the implications of different geoarchaeological approaches in the understanding of site distribution patterns. A brief discussion on the nature of archaeological classification is also presented.

*

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau – Norte da África Autóctone do Século III ao I A.C.: As Imagens Monetárias Reais Berberes. Tese de Doutorado.

RESUMO: O trabalho se propõe estudar as cunhagens dos reis berberes da África do Norte na Antigüidade. Entre a II^a Guerra Púnica e a ascensão de

Augusto em Roma, uma série de dinastias autóctones emitiram numerário próprio com seus retratos cunhados nos anversos das moedas e com legendas púnicas e latinas. A iconografia destas peças, incluindo a caracterização dos reis, liga-se mormente ao imaginário líbico-púnico. O caráter essencial destes reinos, baseados na força guerreira e mágica de seus chefes e no jogo de alianças políticas internas e externas, e a relação com os “súditos” – as populações semi-nômades e sedentárias berberes –, mas também com as cidades fenício-cartaginesas e berberes, e, por fim, com as duas potências estrangeiras que dominaram a região ao longo do século, Cartago e Roma, são abordados com o objetivo de delimitarmos os receptores dessas cunhagens reais, e assim entendermos melhor o discurso político por detrás das imagens monetárias.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau – *Autochthonous North Africa from 3rd to 1st Centuries B.C.: Monetary Images From the Berber Kings*. PhD Dissertation.

ABSTRACT: This research aims at studying North Africa's royal Berber coinage in Antiquity. Between the IIInd Punic War and the principate of Augustus in Rome, a series of Berber kings coined money of their own. They stamped their portraits on the obverse of the coins and used Punic and Latin inscriptions. The coinage's iconography is mostly linked with Berber-Punic cultural substract. The essential character of these reigns, based on their chiefs' military and magical strength, their internal and external alliances, their relationship with the subjects – semi-nomads and sedentary Berbers –, and, finally, the interaction with the two foreign powers that ruled over the country for centuries, Carthage and Rome, are treated so to find the receptor of those royal coinages. In this way, the political discourse can be better understood.

*

SILVEIRA, Maura Imázio da – “Você É o Que Você Come”: Aspectos da Subsistência no Sambaqui do Moa-Saquarema/RJ. Tese de Doutorado.

RESUMO: A presente tese consiste no estudo do Sambaqui do Moa – Saquarema/RJ, com enfoque na questão da alimentação e suas relações com o sistema sociocultural dos grupos que o habitaram, tendo como objetivo utilizar a alimentação como mais um componente para entender aspectos da identidade sociocultural dos grupos sambaquieiros. Foram utilizados procedimentos que podem ajudar na compreensão e na interpretação de dados obtidos através de estudos zooarqueológicos que visem resgatar aspectos culturais, além de contribuir no enfoque metodológico. Os resultados apontam para a predominância das atividades de pesca em relação à coleta de moluscos e à caça, corroborando o modelo proposto por Figuti (1994/5) sobre as estratégias de subsistência dos grupos sambaquieiros.

SILVEIRA, Maura Imázio da – “You Are What You Eat”: Subsistence Aspects at the Sambaqui of Moa-Saquarema/RJ. PhD Dissertation.

ABSTRACT: This dissertation describes the study of the pre-historical shell midden called “Sambaqui do Moa” in Saquarema, State of Rio de Janeiro, focusing on the question of food and its relationships with the social and cultural system of the groups that lived there, with the aim of using food as yet another factor for understanding the social and cultural identity of the pre-historical shell midden builders. We have developed procedures which may help in understanding and interpreting data obtained from zooarchaeological studies aiming at recovering cultural aspects, and may also contribute to the methodological approach. Our results point to the predominance of fishing over collecting shellfish or hunting, which corroborates the model of subsistence strategies for pre-historical shell midden building groups proposed by Figuti (1994/5).

*

AGUILAR SANTOS, Ruben – A Noção de Valor no Período Patriarcal. Tese de Doutorado.

RESUMO: O Presente estudo procura estabelecer uma proposta sobre a “Noção de Valor no Período Patriarcal”. Sendo que a Bíblia, livro sagrado do judaísmo, é a única fonte direta sobre a historicidade da época patriarcal, foi necessário justificar essa realidade com fontes arqueológicas, principalmente tabletes de argila, vestígios das nações do Antigo Oriente Médio.

A historicidade da época patriarcal é comprovada utilizando documentos arqueológicos, que dão testemunho da origem do povo hebreu, da sua chegada à terra de Canaã com as migrações amoritas, pela relação de nomes pessoais e toponímicos, pela análise do cenário ou ambiente geográfico onde se desenvolveu a cultura patriarcal e pelas características de nômades e de semi-nômades que os identificavam.

A análise dos textos bíblicos, com o recurso das fontes arqueológicas, principalmente os documentos mesopotâmicos, permite conhecer a organização social do povo hebreu, cujo núcleo central é a família. A norma de conduta dos patriarcas encontra-se na “aliança”, um pacto entre a divindade e Abraão como representante do povo hebreu. A especificação mais importante dessa “aliança” é que Deus promete fazer da descendência de Abraão uma grande nação e proporcionar-lhe a terra das suas peregrinações. É em estrita obediência aos preceitos dessa “aliança” que os hebreus atribuem valor aos objetos e às instituições sociais praticadas pelos patriarcas. A “aliança” é então um modelo ou exemplo de relacionamento social. Assim, com base na “aliança”, os patriarcas criaram mecanismos de transferência de bens. Mediante a análise dos textos judaicos, chegamos à conclusão de que no ambiente patriarcal havia três esferas econômicas onde se verificava a circulação de riqueza: a esfera de subsistência, de prestígio e de direito. A forma de integração econômica entre os hebreus é de reciprocidade, que se manifesta em cada uma das instituições e práticas que acontecem nas esferas econômicas. O intercâmbio de bens de valor executado mediante a reciprocidade cria um ambiente característico do mercado de presentes.

AGUILAR SANTOS, Ruben – Notion of Value in the Patriarchal Period. PhD Dissertation.

ABSTRACT: This study aims at establishing a proposal about the “Notion of Value in the Patriarchal Period”. Since the Bible, sacred book of the Judaism, is the only direct source on the historicity of the patriarchal time, it was necessary to justify that reality with archeological sources, mainly clay tablets, tracks of the nations of Old Middle East.

The historicity of the patriarchal time is proven, using archeological documents, that give testimony of the origin of the Hebrew people, of their arrival to the land of Canaan with the migrations of the Amorite, by the relationship of personal names and toponymics, by the analysis of the scenery or geographical atmosphere where the patriarchal culture grew and by the characteristics of nomads and semi-nomads that gave them identity. The analysis of the biblical texts, combined with archaeological sources, mainly the Mesopotamic documents, allows one to know the social organization of the Hebrew people, whose central nucleus is the family. The norm of conduct of the patriarchs is ruled by the “alliance”, a pact between the divinity and Abraham as representative of the Hebrew people. The most important specification of that “alliance” is that God promises to make of Abraham descents a great nation and of providing them the land of their pilgrimages. It is in strict obedience to the precepts of that “alliance” that the Hebrews attribute value to the objects and the social institutions practiced by the patriarchs. The “alliance” is then a model or an example of social relationship. Like this, based in the “alliance”, the patriarchs created mechanisms of transfer of goods and commodities. By the analysis of the Jewish texts, we approached the conclusion that in the patriarchal atmosphere there were three economical spheres where the wealth circulation was verified: the spheres of subsistence, of prestige and of right. The form of economical integration among the Hebrews is of reciprocity that it shows in each one of the institutions and practices that happen in the economical spheres. The exchange of goods of value executed by the reciprocity creates a characteristic atmosphere of the gift market.

*

NAVARRO, Alexandre Guida – O Retorno de Quetzalcóatl: Contribuição ao Conhecimento do Culto da Divindade a Partir do Registro Arqueológico de Chichén Itzá, México. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo o estudo de uma divindade maia: Quetzalcóatl/Kukulcán. Trata-se de reunir elementos que corroborem para o entendimento do culto a partir da cultura material, dos documentos escritos pelos espanhóis após o processo de Conquista, no século XVI e um documento maia, o Códice de Dresden. O sítio arqueológico que nos serve de objeto de estudo é Chichén Itzá, localizado na Península do Iucatã, México, por conter um número maior de vestígios materiais com representação da divindade. Nossa objetivo é, num primeiro momento, desmistificar conceitos cristãos aplicados ao culto pelos missionários espanhóis e, num segundo, demonstrar sua importância em Chichén Itzá. Acreditamos que o culto de Quetzalcóatl tenha sido responsável pelo empreendimento de grande parte das construções arquitetônicas deste centro urbano.

NAVARRO, Alexandre Guida – The Return of Quetzalcóatl: Contribution to the Knowledge of the Deity's Cult Through Material Evidence of Chichén Itzá, Mexico. Master Thesis.

ABSTRACT: This study of the Maya deity Quetzalcóatl/Kukulcán aims a better understanding of the cult of this deity through the archaeological evidence and written documents by the Spaniards after Conquest (16th century), and also the Maya Dresden Codex. The archaeological site studied here is Chichén Itzá in the Yucatan Peninsula, Mexico, where the largest archaeological corpus of material evidence concerning this deity can be found. The analysis of this urban center led us to conclude that the cult of Quetzalcóatl is linked to most buildings and to military conquest of other areas, in disagreement with Spanish missionary and most of the 20th century literature on the subject.

*

MARTINS, Cristiana Bertazoni – O Papel do “Dinheiro Primitivo” na Economia Inca. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Essa pesquisa teve como objetivo identificar e catalogar sistematicamente os objetos que serviram como ‘dinheiro primitivo’ na área andina durante o período conhecido como Horizonte Tardio, que vai de 1476 a 1534 d.C. Após este primeiro passo, tentamos precisar em quais esferas sociais estes objetos circulavam e que papel desempenhavam em cada uma delas, definindo, assim, o seu funcionamento em um sistema de valor determinado e específico. O tema da pesquisa se justifica basicamente por dois motivos: (a) a forma insatisfatória, e muitas vezes superficial, com que os trabalhos a respeito da economia incaica tratam a questão do dinheiro; (b) o costume – ao nosso ver equivocado – de entender o ‘dinheiro primitivo’ por meio de conceitos alheios à realidade do antigo Peru. Para a realização dessa pesquisa foram utilizadas como fontes principais as crônicas espanholas escritas durante os séculos XVI e XVII. Sempre com o cuidado de não cair em anacronismos, fato comum quando se trata de pesquisas a respeito da economia nas sociedades consideradas arcaicas. Esperamos com este trabalho poder contribuir para uma compreensão mais ampla do ‘dinheiro primitivo’ e da noção de valor entre os Incas.

MARTINS, Cristiana Bertazoni – The Role of “Primitive Money” on Inka Economy. Master Thesis.

ABSTRACT: The scope of this research is to systematically classify and identify the objects that served as ‘primitive money’ in the Andean region during the period known as the Late Horizon, which covers the years 1476 through 1534 A.D. We tried to indicate how these objects circulated within the various social spheres and the role they played in each one of them, in order to determine their function in a system that had definite and specific values. The reasons to decide on this theme were basically two: (a) the inadequate and often superficial way which money is dealt with in the existing works on

Inka economy; (b) the general understanding of 'primitive money' by means of concepts which are not appropriate to the reality of ancient Peru. This research was based on chronicles written by Spaniards during the XVI and XVII centuries. Throughout this work, we were careful not to fall into anachronism, since that usually happens in researches on economy about the so called archaic societies. We hope that this work may be a contribution to a better understanding of 'primitive money' and notion of value in the Inka society.

*

KLOKLER, Daniela Magalhães – Construindo ou Deixando um Sambaqui? Análise de Sedimentos de um Sambaqui do Litoral Meridional Brasileiro – Processos Formativos. Região de Laguna-SC. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Nossa pesquisa tem como objetivo o estudo dos processos de formação de um grande sambaqui localizado no município de Jaguaruna-SC. Acreditamos que o hábito de construir faz parte da identidade cultural sambaquieira, e a partir dessa hipótese procuramos evidências de um processo de construção intencional de uma estrutura elevada a partir dos vestígios faunísticos que compõem a matriz sedimentar do sítio. Nossos resultados permitiram a caracterização do processo de acumulação das diferentes camadas estratigráficas como ocorrência simultânea e derivada do ritual funerário com lentes de sedimento orgânico representando festins rituais em homenagem aos mortos cobertas por depósitos de camadas de moluscos.

Consideramos o sítio Jabuticabeira II um sambaqui com função funerária, que, provavelmente, serviu de palco para festins ceremoniais em honra aos membros mortos das comunidades que habitavam a região da Lagoa de Camacho à época.

KLOKLER, Daniela Magalhães – Building up or Abandoning a Sambaqui? Analysis of the Sediments from a Southern Brazilian Coast Shellmound. Master Thesis.

ABSTRACT: Our research has as its goal the analysis of the formation processes of a large shellmound located at the Jaguaruna region, State of Santa Catarina-Brazil. We assume that the construction habit is part of the sambaqui cultural identity and from this hypothesis we are looking for evidences of an intentional building process of an elevated structure based on the faunal remains which are the basis of the site matrix. The results allow a characterization of the accumulation process of different strata occurring simultaneously to the mortuary ritual with covering sheets of organic layers representing ritual feastings in honor of the dead and successive deposition of layers of mollusk valves.

We consider the Jabuticabeira II site a shellmound with funerary function which most probably served as a site of ritual feastings in honor of the deceased community members that inhabited the Camacho area at that time.

TEIXEIRA, Ivana Lopes – O Discurso Narrativo nos Baixos-Relevos Imperiais Romanos: a Coluna de Trajano. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir aspectos da narração na arte romana do período imperial, através da análise de elementos artísticos e da técnica escultórica, utilizando como documento material a Coluna de Trajano – componente do complexo arquitetônico do Fórum de Trajano, em Roma. Selecionaram-se para estudo os relevos da Coluna Trajana, que apresentam uma narrativa visual das campanhas de guerra do Imperador na Dácia (atual Romênia). Os relevos – uma faixa narrativa contínua – cobrem o corpo da Coluna da sua base até o topo. A base está assentada sobre uma câmara também coberta de relevos – que serviu de túmulo ao Imperador – e o topo da Coluna sustentava uma estátua de bronze de Trajano. Até então, as colunas eram utilizadas exclusivamente como suportes para a estatuária. Este material permite a abordagem de questões relativas à tradição textual (fontes escritas) e material (fontes materiais) nas sociedades antigas; às relações entre texto e imagem; à discussão entre poder político e arte de Estado, e como esses diferentes discursos refletem formas de pensamento e compreensão do mundo por parte destes povos.

TEIXEIRA, Ivana Lopes – The Narrative on the Roman Imperial Reliefs: Trajan's Column. Master Thesis.

ABSTRACT: This work aims at discussing aspects of narration in Roman art of the imperial period, through the analysis of artistic elements and of the sculpting technique, using Trajan's Column – component of the architectural complex of the Trajan Forum at Rome – as material document. We selected for study the reliefs of the Trajan's Column which offer a visual narrative of the Emperor's warfare in Dacia (Romenia). The reliefs – a continuous narrative strip – cover the column's body from basis to top. The basis seats on a chamber also covered by reliefs – having served as the tomb of the Emperor – and the top formerly lodged a bronze statue of Trajan. Till that time, columns were but supports for statuary. This material permits an approach to questions related to textual tradition (written sources) and material tradition (material sources) in ancient societies, or relations between image and text, and the discussion between political power and State art, and how these diverse discourses reflect forms of thinking and comprehending the world.

*

MONZANI, Juliana Caldeira – A Transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro na Grécia: Uma Nova Perspectiva de Estudo. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar os resultados obtidos por um amplo projeto arqueológico voltado para a protohistória da Grécia – *The Minnesota Messenia Expedition* (UMME) – no intuito de verificar a pertinência e alcance da metodologia adotada no estudo das sociedades sem

registro escrito. A UMME selecionou a Messênia como região a ser abordada e o sítio de Nichoria para uma escavação total, em um estudo cujos parâmetros cronológicos abordam desde o Neolítico até a época atual. O Projeto visa, assim, conjugar o estudo extensivo de uma área à escavação intensiva de um sítio. Para tanto foi necessária a adoção de novas metodologias: a interdisciplinaridade e a busca de novas tecnologias para identificar vestígios. A abordagem proposta pela Universidade de Minnesota conjuga o levantamento de superfície, a interdisciplinaridade em arqueologia, a escavação intensiva e a publicação total da pesquisa, propondo novos métodos para a Arqueologia Grega e disponibilizando um conhecimento que permite o desenvolvimento de outras linhas de estudo arqueológicos e, no futuro, de comparação entre as diversas regiões da Grécia em qualquer período de sua história.

MONZANI, Juliana Caldeira – *The Transition from the Bronze to the Iron Age in Greece: a New Perspective of Study*. Master Thesis.

ABSTRACT: The aim of this work is to analyze the results obtained from an extended archaeological project on the protohistory of Greece – The University of Minnesota Messenia Expedition (UMME) – with the intent of verifying the pertinence and range of the adopted methodology to the study of societies with no written records. UMME selected the region of Messenia and the site of Nichoria for a complete excavation, in a study which chronological parameters extend from the Neolithic to the present. The project aims at associating the extensive study of a region to the intensive excavation of a site. In order to do this, it was necessary to adopt new methodologies: interdisciplinarity, and the search for new technologies to identify vestiges. The approach used by the University of Minnesota combines the surface survey, the interdisciplinarity in archaeology, the intensive excavation, and the complete publishing of the research. This approach proposes new methods for Greek archaeology and makes available a certain type of knowledge that allows the development of other trends of archaeological study and, in the future, the comparison between several regions of Greece at any time in its history.

*

GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa – *O Espaço e a Organização Social do Grupo Construtor do Sambaqui Ibv4*, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: A partir da análise intra-espacial, foi possível identificar áreas de atividades desenvolvidas pelo grupo que ocupou o sambaqui IBV4, Cabo Frio, RJ, durante o período entre 3850 ± 140 a 3680 ± 40 B.P. Relacionam-se a atividades cotidianas (refugo alimentar, edificação de construções e confecção de artefatos líticos), bem como a atividades rituais (sepultamentos). Dois pólos foram identificados, tendo como base o modelo proposto para o sambaqui IBV1: o centro foi espaço específico para o desenvolvimento das atividades rituais, de descarte e construção de habitações, enquanto a

confecção de artefatos lascados desenvolveu-se, preferencialmente, na periferia.

A partir da análise quantitativa, foi possível determinar que o sambaqui apresenta três momentos distintos na sua ocupação, evidenciados através de quedas abruptas na freqüência do material arqueológico.

Estas ocupações apresentam diferenças entre si. A camada I representa a chegada do grupo que dá início à ocupação/construção do sambaqui; a camada II, de ocupação, é a mais densa; e a camada III representa os níveis finais da ocupação e o abandono do sambaqui pelo grupo construtor. Todas as camadas indicam que o sambaqui foi ocupado por grupos pertencentes a um mesmo sistema sociocultural.

O arranjo do microespaço do IBV4 demonstrou uma concepção de espaço verticalizado e, nesse sentido, o grupo construtor apresentou, nos três períodos ocupacionais, preocupação em construir uma plataforma regularizada, através da dispersão do material proveniente da área de concentrações (central), visando ocupar os espaços adjacentes a ela.

A existência de etapas de fabricação de artefatos, bem como de atividades relacionadas à prática cotidiana nos conduziu a reiterar a função habitacional para o sambaqui IBV4.

GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa – Space and Social Organization Among the Sambaqui Builders at the Ibv4 Site, Cabo Frio/RJ. Master Thesis.

ABSTRACT: Starting from the intrasite analysis, it was possible to identify areas of activities developed by the group that occupied the sambaqui IBV4, Cabo Frio, RJ, during the period among 3850±160 to 1920±40 B.P. These activities are linked to daily activities (food rejects, constructing of buildings and making of lithic artifacts), as well as rituals (burials). Two poles were identified, having as basis the model proposed for the sambaqui IBV1: the center was the specific space for ritual activities, of discarding and building of houses, while the making of chipped artifacts grew preferentially in the periphery.

Starting from the quantitative analysis it was possible to determine that the sambaqui presents three different moments in its occupation evidenced through abrupt falls in the frequency of the archaeological material, which we are considering as possible evidences of abandonment. These occupations present differences amongst themselves, with the layer II being the one of denser occupation. The layer I represents the arrival of the group that start the occupation/construction of the sambaqui and the final levels of the layer III, the abandonment by the building group. All of the layers indicate that the sambaqui was occupied by groups belonging to the same social cultural system.

The arrangement of the IBV4 microspace has demonstrated a conception of verticalized space, and in that sense, it presented, in the three occupational periods, preoccupation in building a regularized platform, through the dispersion of the material from the area of concentrations aiming at occupying the adjacent spaces.

The existence of stages of production of artifacts, as well as that activities related to the daily practices led us to reiterate the habitational function for the sambaqui IBV4.

SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos – A Problemática do Levantamento Arqueológico na Avaliação de Impacto Ambiental. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: O levantamento arqueológico é considerado, aqui, momento fundamental da pesquisa arqueológica ligada à Gestão de Recursos Culturais (GRC), uma vez que é a partir dos seus resultados que poderão ser avaliados impactos sobre os recursos arqueológicos e posteriormente propostas medidas de gestão desses recursos. O levantamento arqueológico desenvolvido no âmbito da Avaliação de Impacto Ambiental reveste-se, assim, de grande significado na proteção do patrimônio arqueológico nacional.

A problemática do levantamento arqueológico desenvolvido no âmbito da Avaliação de Impacto Ambiental é analisada a partir do exame das possibilidades oferecidas pela legislação vigente (ambiental e de proteção do patrimônio cultural e arqueológico) e das principais questões metodológicas que interferem diretamente na acuidade do levantamento arqueológico, seguindo-se para a identificação das principais questões enfrentadas no desenvolvimento de alguns projetos durante a última década. Finaliza-se com a discussão das diretrizes elaboradas pelo órgão gestor do patrimônio cultural nacional (IPHAN) para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica ligada ao licenciamento ambiental, priorizando-se os aspectos relativos ao levantamento arqueológico.

SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos – The Question of the Archaeological Survey on Environmental Impact Assessment. Master Thesis.

ABSTRACT: Archaeological survey is considered a fundamental stage of Cultural Resource Management (CRM) research. Survey results interfere directly on the evaluation of impacts on archaeological resources and on management decisions. That's why survey developed in Environmental Impact Assessment has great significance to the protection of national archaeological heritage.

The discussion of archaeological surveys developed in CRM studies starts with the analysis of the possibilities offered by environmental and cultural protection laws, considering the main questions of survey methodology that directly affect the reliability of its results. The main problems faced during the development of some projects on the last decade in Brazil are analyzed and, finally, the guidelines proposed by Brazilian heritage governmental agency (IPHAN), for the development of the archaeological research linked to environmental assessment, are discussed.

*

BARBOSA, Paula Nishida – Estudo Zooarqueológico do Sítio Mar Virado Ubatuba-SP. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Sob o ponto de vista zooarqueológico, buscamos observar os padrões de pesca e coleta no sítio Mar virado (SP). Para realizarmos

essa pesquisa, analisamos amostras faunísticas provenientes de coletas seletivas e coletas de sedimento por coluna, que nos possibilitaram observar a real representatividade das espécies encontradas no sítio. Além disso, realizamos uma comparação entre esses dois métodos de coleta de amostras que nos propiciou uma breve discussão sobre a necessidade de estratégias de amostragens antes das escavações em sítios arqueológicos. Parte fundamental de nossa pesquisa foram as contribuições obtidas através da Antropologia Marítima, que nos permitiu ampliar o nosso quadro interpretativo do sítio Mar Virado, bem como a importância de se observar os aspectos singulares que envolvem as sociedades insulares e seu ambiente.

BARBOSA, Paula Nishida – *Zooarchaeological Analysis of the Mar Virado Site*, Ubatuba-SP. Master Thesis.

ABSTRACT: In this research we discuss our data from the Maritime Anthropology model perspective, considering some singularities that involve insular societies and their environment. To observe these aspects in the archaeological record, we studied the fishing and gathering patterns, using a zooarchaeological analysis of the faunal samples that provide us with a real representation of the species found in the Mar Virado archaeological site. The impact of different sampling strategies in the analysis is also discussed.

*

RODRIGUES, Robson Antonio – *Cenários da Ocupação Guarani na Calha do Alto Paraná: Um Estudo Etnoarqueológico*. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: No período pré-colonial brasileiro, as situações estabelecidas pela interação humana com o ambiente possibilitaram a criação de espaços favoráveis ao desenvolvimento da economia e da reprodução cultural de diferentes grupos étnicos. Por meio de recentes pesquisas arqueológicas, pode-se observar que na área banhada pela calha do Alto Paraná, numerosos contingentes humanos, associados a grupos Guaranis, transitaram de forma significativa. Tendo como fator os cursos dos rios em suas migrações pelo interior do continente, encontraram condições para organizar estratégias que viabilizassem a ocupação e expansão de sua cultura. Novos aspectos dessa ocupação territorial foram observados, principalmente quanto à diversidade dos padrões. Observa-se que os laços de parentesco estão ligados à ocupação espacial, sendo que as melhores terras são associadas às aldeias mais extensas. O complexo sistema econômico deste grupo étnico baseava-se na caça, pesca, coleta e, sobretudo, numa agricultura de floresta. As datações apontam para uma ocupação que se inicia por volta dos séculos V e VI. A análise indica uma fronteira cultural e ambiental bem definida. No predomínio dos sedimentos da bacia do Paraná, o relevo torna-se mais suave e colinar. Associada às florestas ciliares, próximas às margens dos rios principais, constata-se uma variação de evidências arqueológicas ligadas à população Guarani.

RODRIGUES, Robson Antonio – Sceneries of the Guarany Occupation at the Upper Paraná: An Archaeological Study. Master Thesis.

ABSTRACT: In Brazilian precolonial period, conditions for human interaction with the environment made possible the occupation of favorable spaces for the development of the economy and the cultural reproduction of different ethnic groups. Through recent archaeological researches, it can be observed that in the upper Paraná numerous human communities, associated to Guarani, occupied the area in a significant way. Following the rivers in their migrations towards the interior of the continent, they found conditions for organizing strategies that made possible the occupation and expansion of their culture. New aspects of this territorial occupation were noticed, mainly the diversity of the patterns. It is observed that kinship is linked to the spatial occupation, and the best lands are associated to the most extensive villages. The complex economic system of this ethnic group was based on hunting, fishing, collecting, and above all on agriculture established on forests.

Thermoluminescent datations show an occupation that begins in the Vth and VIth centuries. The analysis indicates a very defined cultural and environmental frontier. On the sediments of Paraná basin, the area comprises smooth, convexo-concave slopes.

Associated to riparian vegetation, adjacent to the banks of the main rivers, a variation of archaeological evidences related to the Guarani population is verified.

*

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes – Catequese em Pedra de Cal: Estudo Arqueológico de uma Igreja Jesuíta (Nossa Senhora da Assunção – Anchieta/ES). Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Esta dissertação foi fruto de uma pesquisa arqueológica realizada na igreja jesuítica de Nossa Senhora da Assunção, localizada no município de Anchieta, Espírito Santo. A partir dos dados advindos das escavações realizadas, de fontes históricas primárias e de pesquisa bibliográfica, pretendeu-se desvelar como os assentamentos jesuíticos do litoral brasileiro participaram do projeto de colonização portuguesa em nosso país, sendo, ao mesmo tempo, produtos e produtores deste processo. Para tal, pesquisou-se o programa construtivo da Ordem e os partidos arquitetônicos dele derivados. Na busca dos objetivos acima apontados, a pesquisa arqueológica considerou o complexo arquitetônico, que data do século XVI, como um super-arteфato construído intencionalmente pela Companhia de Jesus. Partindo-se deste princípio, a edificação estaria, ela própria, prenhe dos valores e significados relativos à ordem religiosa que a construiu e, portanto, da sua relação com o projeto colonizador português. Como resultado das pesquisas, além de se contextualizar historicamente uma série de elementos arquitetônicos, revelados pelas escavações, presentes na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, esboçou-se um modelo de como se deu a implantação e evolução das aldeias jesuíticas no litoral brasileiro. Assim, o presente trabalho se insere no bojo das pesquisas realizadas no campo da Arqueologia Histórica em nosso país que, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, visam a consolidar essa disciplina enquanto uma ciência social.

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes – Catechesis in Limestone: Archaeological Study of a Jesuit Church (Nossa Senhora da Assunção – Anchieta/SP). Master Thesis.

ABSTRACT: The present thesis the outcome of the archaeological investigations carried out at the Church of Nossa Senhora da Assunção, in Anchieta, Espírito Santo State. To conduct this study various data sources were used including archaeological data, historical documents and bibliographical survey. The objective is to understand how the jesuits' settlements, along the Brazilian coast, took part in the portuguese colonization in our country, being at the same time, the products and the producers of this process. To explore this goal fully, the jesuits's constructive design and the related architectural features are analysed. In order to achieve these objectives, the architectural complex, of the 16th century, is considered as a superartifact, which was intentionally designed by the Companhia de Jesus. As a result of this, the building is embedded with symbolism concerned to the religious order responsible for its construction and, therefore, to the relation between the jesuits and the portuguese colonizing project. The data recovered during the excavations allowed the historical contextualization of a series of architectural elements and also provided information to outline a model to explain the establishment and the transformations of the jesuits' villages along the Brazilian coast. The present study could be placed, consequently, in the scope of the Brazilian Archaeology, following the researches developed from a interdisciplinary perspective which contributes to the consolidation of the Historical Archaeology as a social science.

*

SILVA, Sergio Francisco Serafim Monteiro da – Um Outro Olhar Sobre a Morte: Arqueologia e Imagem de Enterramentos Humanos no Catálogo de Duas Coleções – Tenório e Mar Virado, Ubatuba, São Paulo. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: As escavações realizadas por arqueólogos do IPH e MAE/USP em Tenório (1969- 1971) e Mar Virado (desde 1990), dois sítios conchíferos *não-sambaquis* do litoral Norte do Estado de São Paulo, resultaram na formação de duas coleções museológicas a partir dos enterramentos encontrados. Esta dissertação revisou o sistema de registro e os contextos de campo e de laboratório dessas coleções, tomadas como exemplos para um catálogo sistemático de enterramentos humanos.

A Parte I apresenta as principais bases teóricas e metodológicas da arqueologia da morte, terminologias e classificações para a descrição de enterramentos humanos em contexto arqueológico e uma revisão das pesquisas arqueológicas sobre sítios pré-históricos brasileiros com enterramentos. A Parte II mostra a pesquisa arqueológica no litoral de São Paulo e Ubatuba e o resumo das escavações em Tenório e Mar Virado. A Parte III apresenta os métodos laboratoriais aplicados nas duas coleções. A Parte IV é o catálogo dos enterramentos humanos, com esqueletos e materiais funerários associados dos dois sítios. As Partes V à VII apresentam as considerações finais, bibliografia e dados ainda não publicados de cadernos de campo, mapas, plantas, diários de campo e outros documentos.

As imagens fotográficas compõem um guia para os trabalhos de campo e laboratório e constituem dados de referência visual para a reconstituição de antigas e novas pesquisas arqueológicas, indicando o potencial analítico-interpretativo dos dados funerários.

SILVA, Sergio Francisco Serafim Monteiro da – *A Glance Upon Death: Archaeology and Human Burial Imagery from Two Sites – Tenório and Mar Virado, Ubatuba, SP.* Master Thesis.

ABSTRACT: This thesis presents a revision and a description of two museological collections of funerary remains as they were recovered in the field and kept in the laboratory – aiming at a systematic catalogue. It refers to preparation of human skeletal remains, associated funerary materials and their record systems – visual documentation – for the study of specific problems in archaeology of death of Tenório and Mar Virado, two non-sambaqui sites at northern coast-line of São Paulo state. Tenório was excavated in 1969-1971 and Mar Virado since 1990 by archaeologists of Instituto de Pré-História and Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Part I presents the principal theoretical and methodological basis of the archaeology of death and terminologies and classifications for description of human burials in archaeological context and a review of archaeological researches about Brazilian prehistoric sites with burials. Part II shows the archaeological research in coast-line of São Paulo and Ubatuba and it is the report of excavations in Tenório and Mar Virado. Part III presents laboratory methods of cleaning, identification, reconstruction, sex, age and inventory with photographs and sketches for treatment of fragmentary skeletal remains in two museological collections. Part IV is the catalogue of human burials – human bones and associated funerary materials – of the two sites: the attitudes of skeletons of 56 burials excavated are described and revised with 377 figures. Parts V to VII present the final considerations, bibliography and unpublished data of field notebooks, maps, plants, field diary and other documents. Photographic images provided data for this study and made a guide to field work and constituted visual reference data in reconstruction of old and new field archaeological researches.

The main idea in this thesis is emphasizing the three component elements in human burials – the corpse, grave and associated funerary materials – and their visual record systems with their problematic. The secondary objective of this study is indicating the analytical-interpretative potential of skeletal collections using one catalographic method.

*

FERNANDES, Suzana Cesar Gouveia – *Estudo Tecnotipológico da Cultura Material das Populações Pré-Históricas do Vale do Rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a Tradição Aratu-Sapucaí.* Dissertação de Mestrado.

RESUMO: As pesquisas sistemáticas em sítios pré-históricos do Estado de São Paulo têm por objetivo principal enriquecer e intensificar os questiona-

namentos a respeito da cultura material e do modo de vida das populações indígenas antes do contato.

O Sítio Arqueológico de Água Limpa – situado no Município de Monte Alto, no vale da Serra do Jaboticabal, norte do Estado de São Paulo – vem demonstrando o quanto a sistematização, tanto das pesquisas de campo quanto de laboratório, podem resultar em informações valiosas sobre as populações que ocuparam o Vale do Rio Turvo no período pré-histórico. Em Água Limpa, novos dados referentes à interação das populações do planalto com o meio-ambiente têm merecido pesquisas exaustivas por parte dos profissionais envolvidos. Em particular, os contextos de sepultamentos e restos alimentares têm se mostrado distintos, servindo, portanto, como elementos de comparação com outros sítios.

Na presente dissertação, nosso objetivo de estudo foi a totalidade dos vestígios cerâmicos e líticos das campanhas de escavação dos anos de 1993 e 1994, analisados em função de suas características tecnológicas e tipológicas – a Tecnotipologia. Consideramos ser a união destes dois fatores, aliados à distribuição e cronologia dos vestígios arqueológicos no sítio, a melhor forma de compreender as etapas de confecção, emprego social, uso e descarte da cultura material produzida no vale do Rio Turvo.

Posteriormente, procuramos comparar os dados obtidos neste sítio de interior com informações a respeito da *Tradição Aratu-Sapucaí*. Tal confronto é de fundamental importância, pois as indagações e questionamentos sobre as *tradições* têm se intensificado proporcionalmente ao crescimento das pesquisas nos estados do sudeste do Brasil.

Estipuladas tais *tradições*, fruto de pesquisas extensivas realizadas em grande parte do território brasileiro e cujo objetivo era levantar numericamente os sítios arqueológicos, ao mesmo tempo em que se buscava estabelecer elementos comuns entre a cultura material, cabe à nova geração de arqueólogos o questionamento destes dados, lançando, quem sabe, respostas inovadoras para as antigas configurações culturais.

FERNANDES, Suzana Cesar Gouveia – Material Culture from Prehistoric Societies in Monte Alto, SP, and the Aratu-Sapucaí Tradition. Master Thesis.

ABSTRACT: The main goal of systematic research on archaeological sites in the State of São Paulo (Brazil) is to get a better understanding of the material culture and the ways of life of native indigenous populations before the European contact.

The Água Limpa Site, located in Monte Alto county, northern São Paulo, has provided, through laboratory and field research, important information about the prehistoric settlers of the Turvo Valley. New data related to their interaction with the surrounding environment, specially from burial and food residue contexts, show expressive differences in comparison to other known sites.

This thesis presents a study of the ceramic and lithic remains collected in excavations in 1993 and 1994. Technological and typological attributes were analyzed. We consider that the combination of technotypological analysis with chronological and distributional patterns of the vestiges allows a better understanding of the manufacture, social use and discard of the material culture produced in the Rio Turvo Valley.

Data obtained in this inland site was compared with information from the *Aratu-Sapucaí Tradition*. This comparison is very important, since there is an increase in inquiries on the use of the tradition concept in Brazilian archaeology, stimulated by the growth of research in the southeast.

Traditions were established after years of extensive research throughout Brazil with the goal of identifying archaeological sites and finding common material culture traits among them. The questioning of these data is a task for the younger generation of Brazilian archaeologists in an attempt to propose innovative ways to understand old cultural configurations.

*

PORTO, Vagner Carvalheiro – Subsídios para o Estudo do Culto de Héracles na Sicília: Uma Análise da Iconografia Monetária. Dissertação de Mestrado.

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo estudar as representações de Héracles nas moedas cunhadas nas cidades siciliotas dos séculos V ao III a.C., a fim de contribuir para o conhecimento dos cultos ligados a esse herói grego na Sicília. A partir deste estudo, procuraremos entender um pouco mais sobre a sociedade e sobre a cultura da Sicília Antiga. Para tanto, analisaremos as moedas com representações de Héracles que foram cunhadas na Sicília, em especial aquelas das cidades de Siracusa, Selinunte, Agrigento, Himera e Gela. Pretendemos inseri-las em seu contexto de produção e uso.

PORTO, Vagner Carvalheiro – The Study of Herakles' Cult in Sicily: The Contribution of Monetary Iconography. Master Thesis.

ABSTRACT: The main goal of this thesis is to study the image of Herakles on Siciliot coinage in order to contribute to the knowledge of the cults of this Greek hero in Ancient Sicily. Our intention is also to throw more light on Ancient Sicily society and culture. Our research will focus mainly the coinages produced by Syracuse, Selinus, Akragas, Himera and Gela between the Vth and the IIIrd centuries B.C. The coins shall be approached in view of their contexts of production and use.

REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E Etnologia DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Regulamento

Objetivos

A Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP (Rev. MAE), de periodicidade anual, destina-se à publicação de trabalhos originais inéditos, versando sobre Arqueologia, Etnologia e Museologia, com ênfase em África, América, Mediterrâneo e Médio-Oriente. Excepcionalmente, poderão ser aceitos trabalhos já publicados, para republicação em português.

Constituição

A Rev. MAE é constituída pelas seguintes seções:

- Artigos: trabalhos de pesquisa
- Estudos de Curadoria: levantamentos e comentários sobre acervos arqueológicos e etnográficos; estudos sobre peças e coleções; estudos de conservação e documentação
- Estudos Bibliográficos: ensaios e resenhas
- Notas: projetos e resultados preliminares de pesquisa

Instruções aos autores

– Os originais devem ser enviados ao editor em disquetes de formato MS - DOS, até 31 de maio do ano da publicação. Estes deverão ter sido digitados através do processador de textos MS-Word, em equipamento padrão IBM - PC ou compatível. No mesmo disquete, um segundo arquivo deverá conter nome, endereço, e-mail, telefone e/ou fax dos autores e, ainda, informações sobre a versão e programa utilizados, caso não tenham sido aqueles aqui indicados. O material enviado deverá incluir uma cópia impressa e não será devolvido.

Artigos e Estudos de Curadoria

– Os textos (30 páginas no máximo, incluindo tabelas, mapas e ilustrações) podem ser escritos em português, inglês, espanhol, francês ou italiano.

– Serão fornecidas gratuitamente 20 separatas.

– O texto deverá obedecer o seguinte padrão:

a) 65 caracteres por linha; 55 linhas por página.

b) A primeira folha deverá conter: 1) título (português e inglês); 2) nome dos autores e instituições a que pertencem; 3) um resumo bilingue (inglês/português) de, no máximo, 10 linhas, contendo objetivos, metodologia e resultados; 4) unitermos (palavras-chave).

c) As figuras devem ser enviadas de preferência em mídia eletrônica ou originais em papel. Na elaboração das figuras, gráficos, tabelas, e fotografias (estas somente em branco e preto) deve-se levar em conta as dimensões úteis da Revista (18 x 27cm) a fim de que, no caso de redução, não se tornem ilegíveis; este material deve ser enviado juntamente com o disquete, devidamente acondicionado.

d) Escalas gráficas deverão ser sempre utilizadas em lugar de escalas numéricas.

e) As notas, numeradas na ordem em que aparecem no texto, devem estar situadas no final do arquivo, juntamente com os agradecimentos, apêndices, legendas das figuras e tabelas.

f) As notas de rodapé não deverão conter referências bibliográficas. Estas deverão ser inseridas no próprio texto, entre parênteses, remetendo o leitor à bibliografia. Ex.: (Barradas 1968:120-190).

g) A bibliografia seguirá a ordem alfabética pelo sobrenome do autor citado em primeiro lugar.

Exemplos:

BOCQUET, A.

1979 Lake bottom archaeology. *Scientific American*, 240 (2): 56-75.

FOLEY, R. A.

1981 Off site archaeology: an alternative approach for the short sites. I. Hodder, G; Isaac and N. Hammond (Eds.) *Pattern of the Past Studies in Honor of David L. Clarke*. Cambridge, Cambridge University Press: 157-183.

SANOJA, M.; VARGAS, I.

1978 *Antigas formaciones y modos de producción venezolanos*. Caracas: Monte Avila Editores.

Estudos bibliográficos

– a) ensaios: 15 páginas, no máximo.

– b) resenhas: 5 páginas, no máximo.

Notas

– 4 páginas, no máximo.

Regulations

Aims

The Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (Rev. MAE) publishes (anually) original works, not published elsewhere, on archaeology, ethnology and museology, with emphasis on Africa, America, Mediterranean Europe and Middle East. Exceptionally, translations into Portuguese of papers already published may be considered.

Organization

The Rev. MAE will have the following sections:

- Articles: research works
- Curatorship Studies: surveys and comments on archaeological and ethnographical material; studies of artifacts and collections; studies of conservation and documentation
- Bibliographical studies: essays and reviews
- Notes: research projects and preliminary reports

Instructions to the authors

The originals should be sent to the editor, in MS – DOS formatted diskettes, before May 31 of the publication year, preferably as files of MS – Word, in standard equipment IBM - PC, or compatible. A second file should contain name, address, e-mails, telephone and/or fax number, as well as information about the word processor employed. This material will should contain one printed copy and will be not sent back to the authors.

Articles and Curatorship Studies

- The articles (30 pages at most, including tables, maps and illustrations) may be written in Portuguese, English, Spanish, French or Italian.
- 20 offprints will be provided free of charge.
- The text should conform to the following pattern:

a) A page has 55 lines of 65 characters each.
b) The first page should contain: 1) the title of the work; 2) the names of the authors and the institutions to which they belong; 3) a bilingual abstract (Portuguese/English) having no more than 10 lines, containing aims, methodology and results. The Editors will prepare the abstract in Portuguese for foreign authors; 4) uniterms (keywords).

c) Drawings should be sent in electronic media or original printings. In preparing drawings, graphs, tables and (black and white) photographs, the working dimensions of Rev. MAE (18 x 27cm) must be kept in mind so that upon reduction, they do not become illegible.

d) Graphical scales should always be used instead of numerical ones.

e) Footnotes and references, numbered in the order of appearance, should be gathered at the file's end, with acknowledgements, appendices and figure-and table captions.

f) Footnotes should not contain bibliographical references. These should be inserted in the text between parenthesis, sending the reader to the bibliography. For instance: (Barradas 1968: 120-180).

g) The references should follow the alphabetical order (firstnamed author).

Examples:

BOCQUET, A.

1979 Lake bottom archaeology. *Scientific American*, 240 (2): 56-75.

FOLEY, R. A.

1981 Off site archaeology: an alternative approach for the short sites. I. Hodder, G; Isaac and N. Hammond (Eds.) *Pattern of the Past Studies in Honor of David L. Clarke*. Cambridge, Cambridge University Press: 157-183.

SANOJA, M.; VARGAS, I.

1978 *Antigas formaciones y modos de producción venezolanos*. Caracas: Monte Avila Editores.

Bibliographical Studies

- a) essays: 15 pages at most.
- b) reviews: 5 pages at most.

Notes

- 4 pages at most.



Editoração Eletrônica:
Fábio Batista dos Santos

Tratamento de Imagem:
José Luiz de Mahalhães Castro Neto

Secção de Produção Gráfica e Audio-Visual

Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Pró-Reitor: Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu

Pró-Reitoria de Pesquisa

Pró-Reitor: Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLÓGIA

Diretora: Profa. Dra. Paula Montero

Vice-Diretor: Prof. Dr. José Luiz de Moraes

Conselho Deliberativo: Profa. Dra. Paula Montero

Prof. Dr. José Luiz de Moraes

Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano

Profa. Dra. Marta Heloisa Leuba Salum

Profa. Marília Xavier Cury

Prof. Dr. Murillo Marx

Prof. Dr. Waldenir Caldas

Sr. José Vinhote Costa

Sra. Cleide Franchi

